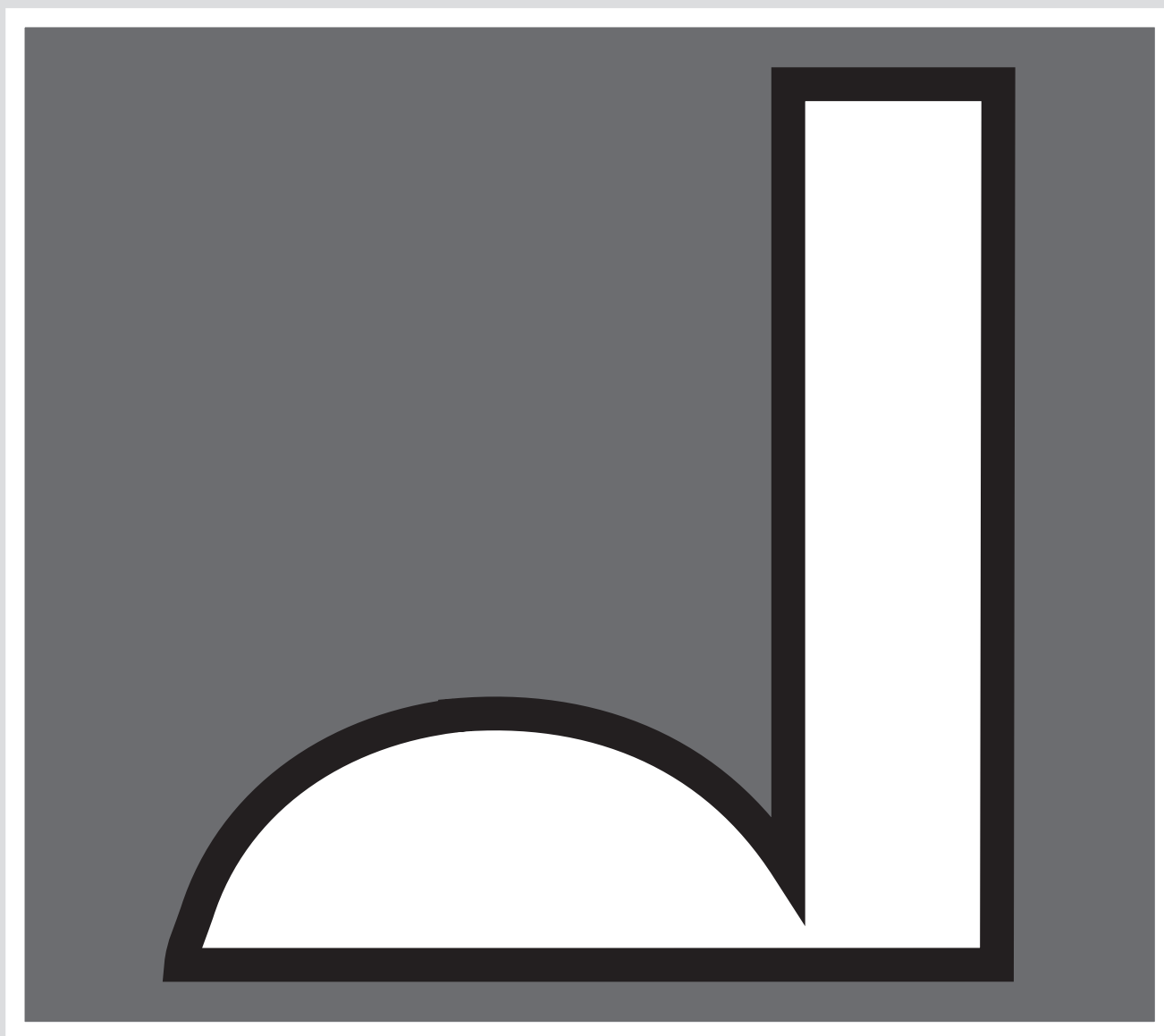




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 018 - SEXTA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 2007 - BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	3º Secretário César Borges – PFL-BA 4º Secretário Magno Malta – PR-ES Suplentes de Secretário 1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP 2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3º - João Vicente Claudino – PTB-PI 4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 25 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT (vago) LÍDER DO PTB – 4 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR (vago) LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PC do B – 1 (vago) LÍDER DO PRB – 1 (vago) LÍDER DO PP – 1 (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL (vago) LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB (vago)
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO P-SOL – 1 (vago) LÍDER DO PRTB – 1 (vago)	LÍDER DO GOVERNO (vago) VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago)
EXPEDIENTE		
Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 16ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE MARÇO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil..... 03364

Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que institui o Dia de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão, a ser comemorado no dia 11 de maio. 03365

Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 143, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências..... 03366

Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000..... 03367

Projeto de Lei do Senado nº 58 de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que dispõe sobre o uso exclusivo de brasões e nomes dos órgãos ou entidades responsáveis pela veiculação de publicidade oficial, vedada a menção de nomes de autoridades e servidores. 03368

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, com apresentação das Emendas nºs 2, 3 e 4 ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que regulamenta o § 4º do artigo 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 250, de 2005; e 8, de 2006-Complementares). 03373

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 139, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a desapensação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006-Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 68, de 2003-Complementar, e 250, de 2005-Complementar. 03375

Nº 140, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor e jornalista Sr. Serafim Santiago Braga, ocorrido no dia 7 de fevereiro último, na Cidade do Recife/PE..... 03376

Nº 141, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Rider Nogueira de Brito, por sua posse, no dia 2 de março de 2007, na Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, bem como aos Ministros Milton de Moura França, que assumirá a Vice-Presidência, e João Oreste Dalazen, que será o novo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho. 03376

Nº 142, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona. .. 03377

Nº 143, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona..... 03377

Nº 144, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de congratulações ao Ministro Rider Nogueira de Brito, pela posse na Presidência do Superior Tribunal do Trabalho, para o biênio 2007-2008..... 03378

Nº 145, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Hospital Beneficente Português, de Manaus, pela inauguração do Centro de Alta Complexidade..... 03378

Nº 146, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando votos de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Pereira da Nóbrega, professor, expadre e escritor..... 03378

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 437, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que inclui o Porto de Caracará, no Estado de Roraima, na relação descritiva dos

portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação, que, tendo sido aprovado em apreciação terminativa pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, vai à Câmara dos Deputados..... 03379

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 575, de 2004; 156, de 2005; 314, 357, 370, 419, 423, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431 e 432, de 2006, que tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, vão à promulgação. 03379

1.2.5 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 10, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Renato Casagrande, que altera a redação do art. 158 da Constituição Federal..... 03380

Nº 11, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Expedito Júnior, que altera o § 9º do art. 62 da Constituição Federal, para estabelecer que as medidas provisórias serão despachadas pela Mesa de cada uma das Casas, à comissão permanente com a qual tenham maior pertinência temática..... 03383

Nº 12, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Expedito Júnior, que altera a redação do § 1º do art. 56 da Constituição Federal, para vedar a convocação de suplente quando restarem menos de cento e vinte dias para o encerramento do mandato... 03386

1.2.6 – Ofícios

Nº 26/2007, de 1 do corrente, da Liderança do Partido da Frente Liberal – PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH..... 03388

Nº 36/2005, de 22 de julho de 2005, do Presidente da Comissão Externa, criada pelo Requerimento nº 349, de 2005, destinada a acompanhar o processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena “Raposa Serra do Sol”, encaminhando o Relatório Final daquela Comissão. **(Relatório Final nº 1, de 2007)**..... 03388

1.2.7 – Pareceres

Nº 84, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 34, de 2007 (nº 73/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL..... 03503

Nº 85, de 2007, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2006 (nº 2.329/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo..... 03506

Nº 86, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 942, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que requer seja encaminhada à Ministra de Estado da Casa Ci-

vil informações sobre todas as prestações de contas mensais relativas aos meses em que se efetuaram despesas por meio de saques em dinheiro de cartões de crédito corporativos desde janeiro de 2003, assim como as notas fiscais que suportam os referidos saques (Em audiência, nos termos do Despacho exarado, pelo Presidente do Senado Federal, no Ofício nº 78/2006, de autoria do Senador Alvaro Dias)..... 03509

Nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências..... 03521

Nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Vicentinos. 03523

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 75, de 2004, e 108, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 03525

1.2.9 – Mensagem do Presidente da República

Nº 41, de 2007 (nº 97/2007, na origem), comunicando sua ausência do País nos dias 2 e 3 de março próximo, para participar da XIX Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, a realizar-se em Georgetown, Guiana. 03525

1.2.10 – Ofício do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Nº 10/2007, de 1º do corrente, comunicando a aprovação em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, do Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2006. 03525

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 03525

1.2.12 – Despachos da Presidência

Redistribuição às Comissões competentes dos Projetos de Lei do Senado nºs 169 e 409, de 2003, e 81, de 2005..... 03526

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Publicação, em Suplemento ao Diário do Senado Federal do dia 22 de dezembro de 2006, bem como disponibilização em avulsos e na internet, da listagem das proposições arquivadas ao final da legislatura, para cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal, tendo sido comunicado na sessão do dia 21 de dezembro de 2006 que a Secretaria-Geral da Mesa proce-

deu ao levantamento e análise de cada uma das matérias em tramitação na casa. 03526

1.2.14 – Discursos do Expediente

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com o processo de involução por que passa o Brasil, como a corrupção, o aumento da violência e o retrocesso na área de ciência e tecnologia. ... 03527

SENADOR PAULO PAIM – Comemoração, hoje, do aniversário de 89 anos do ex-Presidente João Goulart, caso estivesse vivo. Acordo firmado entre os Presidentes do Brasil e Uruguai para a construção de uma nova ponte sobre o Rio Uruguai. Aprovação, hoje, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, do projeto que regulamenta artigo da Constituição que assegura o direito das crianças a creche da idade de zero a cinco anos. 03529

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Re-assumir compromisso com os eleitores do Estado do Piauí, no primeiro discurso de S.Exa. no Senado Federal. 03530

SENADOR GERSON CAMATA – Visita ao Senado Federal dos governadores da região Sudeste para propor medidas sobre segurança pública. Adiamento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por 45 dias, da votação do projeto que modifica maioria penal. 03535

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Protesto contra decisão, ontem, da Mesa e do Plenário, de inclusão, em regime de urgência, em Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 4, de 2007, de autoria da Comissão Diretora, que suprime o § 1º do art. 77 do Regimento Interno no Senado Federal, para autorizar a participação de membro da Comissão Diretora em Comissão permanente. 03537

SENADOR ALVARO DIAS – Esclarecimentos ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Preocupação com a violência que assola o Estado do Paraná, com a morte do publicitário André Heitor Costi Filho, ex-diretor comercial e filho do diretor-presidente do jornal **O Paraná**. 03538

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Críticas ao projeto de transposição das águas do rio São Francisco. 03549

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Avaliação do quadro político Nacional, no primeiro discurso de S.Exa. na tribuna do Senado Federal. 03550

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Encaminhamento do requerimento de congratulações ao Ministro Rider Nogueira Brito, do Tribunal Superior do Trabalho. 03564

SENADOR MÃO SANTA – Apoio a candidatura do Deputado Michel Temer para Presidência do PMDB. 03564

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR – Preocupação com a violência no Estado de Rondônia. Apelo a revisão da Portaria nº 15, da Governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, que proíbe, por meio de embargo, a entrada da carne dos Estados de Rondônia e do Acre no Estado do Rio Grande do Sul, devido a ocorrência de aftosa na Bolívia. 03565

SENADOR MAGNO MALTA – Transcrição do editorial publicado hoje no jornal **A Gazeta**, do Espírito Santo, sobre o adiamento votação de proposta de redução da maioria penal. Encaminhamento de ofício ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, propondo a constituição de uma Comissão entre os três poderes para apresentar um conjunto de medidas contra a violência. 03583

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 331, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de setenta milhões de reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada em virtude da falta de acordo entre as Lideranças Partidárias para apreciação da matéria.** 03586

Item 2

Medida Provisória nº 332, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de nove bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e sessenta e seis reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 03586

Item 3

Medida Provisória nº 333, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada...** 03586

Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica). **Apreciação sobrestada.** 03586

Item 5

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação sobrestada.** 03586

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que acrescenta o art. 174-A

à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória. **Apreciação sobrestada.....** 03586

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. **Apreciação sobrestada.....** 03587

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea “d” do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente). **Apreciação sobrestada....** 03587

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *EXPEDITO JÚNIOR* – Encaminhamento de requerimento que solicita a reconstituição do Ofício “S”, nº 12, de 2003, que trata sobre a renegociação das dívidas do Banco do Estado de Rondônia – BERON..... 03587

SENADOR *EDUARDO SUPICY* – Solicita inclusão nos Anais do Senado de cópia da reportagem sobre a China publicada recentemente na revista *Isto É*, intitulada “Um mundo, um sonho: a volta à china 30 anos depois”..... 03587

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Preocupação com o baixo crescimento do PIB brasileiro, anunciado pelo IBGE. Alerta para risco de mais aumento da carga tributária, para financiar o projeto expansionista do PAC..... 03601

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Transcurso dos 85 anos da Semana da Arte Moderna, realizada em 1922, no teatro Municipal de São Paulo..... 03606

SENADORA *LÚCIA VÂNIA*, Como líder – Considerações sobre os trabalhos da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 03608

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Críticas ao baixo crescimento econômico do país..... 03610

SENADOR *FLEXA RIBEIRO*, como Líder – Lamenta comemoração do governo Lula em torno do PIB..... 03614

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Solicitação de ajuda do governo federal para combate às queimadas no Estado de Roraima..... 03617

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Defesa de medidas na área de segurança pública. .. 03618

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Registro da matéria intitulada “Governadores da oposição vão pedir mudanças”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 23 de janeiro último. 03619

SENADOR *JOÃO TENÓRIO* – Comentários a matéria intitulada “Para OAB, plebiscito pode virar arma de populista”, publicada no jornal *Folha de São Paulo* em sua edição de 9 de fevereiro último. 03621

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada “Sururu no Itamaraty”, publicada pela revista *Veja* em sua edição de 14 de fevereiro do corrente..... 03622

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Considerações sobre a matéria intitulada “Camisa de força neles. Eles enlouqueceram”, publicada no jornal *O Estado de São Paulo* de 8 de fevereiro do corrente. 03623

SENADOR *MARIO COUTO* – Registro da matéria intitulada “Lafer fala em ‘lavagem cerebral’ no Itamaraty”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo* de 7 de fevereiro de 2007. 03624

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Comentários sobre o artigo intitulado “Desequilíbrio de poder”, publicado pelo Jornal *O Globo* de 4 de fevereiro de 2007..... 03625

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Registro do artigo intitulado “Coisas da Política”, publicado pelo *Jornal do Brasil* de 6 de janeiro de 2007..... 03626

SENADOR *ROMEU TUMA* – Considerações sobre o Déficit Habitacional no Brasil. 03627

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Reitera posição em favor da Suframa como pólo da nova era da TV digital. 03628

SENADOR *JAYME CAMPOS* – Consternação pela posição ocupada pelo Estado do Mato Grosso no ranking das dez cidades com maior taxa de homicídios do país, conforme pesquisa da Organização dos Estados Ibero-America..... 03630

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 6, às 14 horas, com Ordem do Dia designada. 03633

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Convocação de reunião a realizar-se na terça-feira, dia 6 de março, a fim de eleger a Comissão Deliberativa para o período de 2007 a 2010, e a Comissão Diretora para o biênio de 2007-2008. 03635

3 – COMISSÃO DIRETORA

Ata da 1ª Reunião Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 28 de fevereiro de 2007. 03635

4 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 61 e 62, de 2007. 03637

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.065, 2.228 a 2.231, de 2007. 03638

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 16ª Sessão Deliberativa Ordinária em 1º de março de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Efraim Moraes, Magno Malta,
Papaléo Paes e Cícero Lucena*

*(Às 14 horas, acham-se presentes as
Sras. e os Srs. Senadores:)*

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 1/3/2007 07:36:05 até 1/3/2007 20:30:15

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA		X	PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X	Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES		X	PFL	PE	MARCO MACIEL		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X	PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL		X	Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY		X	PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
PFL	MG	ELISEU RESENDE		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR		X	PFL	SP	ROMEU TUMA		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X					
PFL	MT	JAYME CAMPOS		X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X					
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X					
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ		X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
PFL	TO	KÁTIA ABREU		X					

Compareceram: 69 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2007

Altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

IV – educação infantil, em creche e pré-escolas, às crianças de zero a cinco anos de idade;

..... (NR)”

Art. 2º O art. 29 da Lei nº 9.394, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (NR)”

Art. 3º O inciso II do art. 30 da Lei nº 9.394, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30.

II – pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade. (NR)”

Art. 4º O § 2º e o inciso I do § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 87.

.....

§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos na educação básica.

§ 3º

I – matricular todos os educandos de zero a cinco anos de idade na educação infantil e a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental;

..... (NR)”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As alterações trazidas pela promulgação da Emenda Constitucional nº 53, de 2006, em especial, em relação à educação infantil, ainda não estão incorporadas à Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Dessa forma, o art. 1º deste projeto traz à LDB, especificamente, as modificações feitas ao inciso IV do art. 208 da Constituição Federal, que afirma, após a Emenda, estar entre os deveres do Estado para com a educação garantir a “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”, sob pena de configurar-se inaceitável omissão governamental.

Recuperamos também, nos arts. 2º e 3º, as modificações promovidas pelo Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2005 (nº 3.675, de 2004, na Câmara dos Deputados), que teve os arts. 1º e 2º vetados ao se transformado na Lei nº 11.274, de 2006. Voltamos a adicionar essas determinações, visto ter prescrito a justificativa do veto com as modificações da Emenda Constitucional supracitada.

Por fim, as alterações trazidas no art. 4º permitirão o conhecimento permanente da realidade na educação infantil e no ensino fundamental, assim como a assegurar a “universalização do atendimento escolar”, conforme determina a Constituição em seu art. 214, inciso II.

Outra meta a ser alcançada mediante a realização sistemática dos recenseamentos escolares é o embasamento de projetos e de programas de forma mais consistente e mais eficiente.

Convicto da relevância desta iniciativa, submeto à apreciação dos nobres Pares o presente Projeto de Lei, confiante em sua acolhida e aprovação.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2007**Institui o Dia de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão, a ser comemorado no dia 11 de maio.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão”, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de maio.

Parágrafo único. No ano de 2007, o dia 11 de maio será feriado nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Após anos e anos de esforços dos católicos, Frei Galvão teve sua santidade reconhecida pelo Vaticano, passando a ser o primeiro santo brasileiro. Além das celebrações e homenagens espontâneas dos crentes, essa posição de primazia passa a merecer uma homenagem de toda a nação. Por isso, propomos o presente projeto de lei para consagrar o dia 11 de maio a Santo Antônio de Sant'Anna Galvão.

Nascido em 1739 (Guaratinguetá, São Paulo), Antônio de Sant'Anna Galvão faleceu em São Paulo, capital, em 23 de dezembro de 1822. Em seus 83 anos de vida, deu exemplos de humildade, dedicação e graça. Fundador do Mosteiro da Luz, pregador itinerante e devoto da Virgem Maria, a ele foram atribuídos muitas curas. Particularmente aquelas proporcionadas pela ingestão de uma pílula por ele criada, que consiste numa oração inscrita em um papel. Hoje, milhares e milhares de pessoas se beneficiam das curas proporcionadas por esse prodígio. Na extensa relação de graças alcançadas por intermédio de Frei Galvão, entre 60 a 70% delas são relacionadas à cura de câncer; outras que merecem destaque pela expressividade são as que se referem a problemas por cálculos renais, gravidez e parto, ou a casos de infertilidade.

Se, após seu falecimento, a intercessão de Frei Galvão passou a operar curas, já em vida era grande seu prestígio religioso e secular. Para atestá-lo, entre seus contemporâneos, encontramos uma carta do “Senado da Câmara de São Paulo” ao superior de Frei Galvão. Na carta, as autoridades afirmavam que Frei Galvão era “(...) homem (...) necessário às religiosas da Luz, (...) preciosismo a toda esta Cidade e Vilas da Capitania de São Paulo, (...) homem religiosíssimo e de prudente conselho; todos acorrem a pedir-lho; (...) homem da paz e da caridade”.

O milagre aprovado para a canonização de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão ocorreu em uma gravidez de altíssimo risco, de uma paulistana portadora de problema de má formação do útero, o que criava

dificuldade para que ela engravidasse. Antes do último evento, para o qual não há explicação científica, ela havia sofrido três abortos espontâneos. Na quarta tentativa de engravidar, essa senhora se confrontou com a resistência dos médicos, que achavam impossível que a 28ª semana de gravidez fosse alcançada. O risco de perder o bebê era tão grande que ela passou meses de cama, em repouso absoluto. Porém, apesar de o prognóstico médico ser de provável interrupção da gravidez, ou de que ela atingisse, no máximo, o 5º mês, a gestação evoluiu normalmente até a 32ª semana. Finalmente, veio o parto cesariano, realizado no dia 11 de dezembro de 1999, depois da ruptura da bolsa, sem que houvesse complicações.

A criança nasceu pesando quase dois quilos e media 42 cm, mas apresentava problemas respiratórios, com doença das “membranas hialinas”, classificada como sendo de 40 graus, isto é, o mais grave, o que colocava em risco sua vida. Para a surpresa dos médicos, no dia seguinte, a criança não apresentava qualquer sinal de doença.

Esse é o milagre atribuído ao primeiro santo brasileiro. Foram meses de oração, em toda a família, em que a grávida sempre tomava as pílulas de Frei Galvão com muita fé. A notícia foi amplamente difundida pelos meios de comunicação brasileiros, recebendo aclamações de todos os crentes e fiéis.

Mas, antes disso, outro milagre, em 1998, foi comprovado, o que rendeu a Frei Galvão a beatificação: a cura de uma criança de 4 anos, Daniela Cristina da Silva, residente na Vila Brasilândia, na cidade de São Paulo (SP).

Entretanto, antes dessa comprovação, muitas foram as graças obtidas por Frei Galvão em todo o Brasil e até mesmo no exterior. Entre tantas, essas duas tiveram características tais que permitiram a aprovação como milagre. Havia abundância de testemunhos altamente qualificados e muitos exames clínicos comprobatórios sobre essas graças recebidas, condições indispensáveis para a aprovação.

Anunciada em 16 de dezembro de 2006, a canonização ocorrerá no dia 11 de maio de 2007, em São Paulo, com a presença do Papa Bento XVI. O parágrafo único da presente proposição se justifica pela grandeza da ocasião, quando se permitirá que todo o povo brasileiro possa acompanhar a celebração do pontífice em território nacional.

Por todos esses atributos, Frei Galvão merece que a ele se dedique, por lei federal, um dia para ser lembrado, homenageado, consagrado.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Francisco Dornelles**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2007

Altera o art. 143, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 143. O trabalhador rural enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral da Previdência Social, na forma da alínea **a** do inciso I, alínea **g** do inciso V ou dos incisos VI e VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante trinta anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, desde que comprove o exercício da atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, concedeu, de forma transitória, o benefício da aposentadoria por idade aos trabalhadores rurais (empregados e autônomos) e aos segurados especiais (produtor, parceiro, meeiro, garimpeiro e etc.), mediante simples comprovação do exercício da atividade durante período equivalente ao de carência. Essa norma está prevista para vigorar durante os quinze anos subseqüentes ao início da vigência da Lei. Trata-se de medida destinada a compatibilizar a dificuldade dos rurícolas no cumprimento das obrigações previdenciárias e o súbito enquadramento deles como segurados obrigatórios.

A referida norma representa, na verdade, o reconhecimento de que a inclusão dos trabalhadores rurais na Previdência Social não é um processo fácil. O fato é que os esforços para estender a cobertura previdenciária ao meio rural, com contribuições compatíveis, não tiveram o sucesso esperado. A baixa renda desses trabalhadores e, conseqüentemente, a pequena capacidade contributiva deles, ainda representa um entrave considerável à eficácia social da legislação previdenciária.

Entendemos, em conseqüência, que a exigência rigorosa da comprovação de contribuições, no que se refere aos trabalhadores rurais, ainda não está em condições de ser estabelecida. Trabalhadores volantes,

“bóias-frias”, pequenos produtores rurais, entre outros, não recebem renda contínua e, no mais das vezes, as receitas auferidas servem apenas para satisfazer as necessidades básicas do grupo familiar.

Além disso, a oferta de trabalho e a capacidade de trabalhar diminuem à medida que a idade dos trabalhadores avança. A situação individual dos idosos no campo tende a agravar-se com o tempo. Impedir a concessão do benefício em função da falta de comprovantes nessas circunstâncias, no mínimo, fere princípios humanitários.

Ademais, a aposentadoria por idade, no caso em análise, tem características de assistência social, não se enquadrando nos estritos parâmetros contábeis e atuariais da Previdência Social. É uma verdadeira renda mínima. O artigo citado é responsável por um dos maiores programas sociais instituídos neste País, ainda que esteja revestido de norma previdenciária. Infelizmente, os benefícios dessa regra tendem a esgotar-se, já que o prazo de quinze anos após a promulgação da Lei nº 8.213, de 1991, aproxima-se do fim.

Nossa proposição está atenta às dificuldades do homem do campo na hora de efetuar os recolhimentos devidos. Quando dispõe de trabalho, na maior parte das vezes, ele é informal e/ou de curto prazo. Precisamos de um tempo maior para a obtenção de resultados. Precisamos, sobretudo, de iniciativas governamentais que estimulem e facilitem a formalização dos contratos de trabalho no meio rural, tornem realidade a inclusão social e desenvolvam formas de garantir renda contínua a esse segmento da população.

Por tudo isso, estamos propondo a ampliação do prazo previsto na legislação atual para trinta anos. Com isso, evitamos uma injustiça para com aqueles que, simplesmente, não têm condições de recolher as contribuições previdenciárias nas condições atuais de desemprego e de perda de renda para os trabalhadores e pequenos produtores. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para que essa justa medida torne-se efetiva.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da Republica,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

**Da Finalidade e dos Princípios
Básicos da Previdência Social**

.....

.....

.....

Art. 143. O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea **a** do inciso I, ou do inciso IV ou VII do art. 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontinue, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.063, de 1995)

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2007**Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000.**

Art. 1º A Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 94-B:

“Art. 94-B. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Fundo de Apoio à Reestruturação Financeira dos Clubes de Futebol.

§ 1º Constituirão recursos do Fundo:

I – 10% dos recursos auferidos pelos Clubes nas transações internacionais de atletas;

II – 10% de toda a arrecadação de bilheteria de eventos de futebol;

III – 10% do valor arrecadado pelas empresas que explorem a publicidade estática nos estádios de futebol;

IV – 15% das receitas auferidas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) arrecadas em função dos eventos em que participe as seleções brasileiras;

V – 10% das verbas publicitárias auferidas pela CBF com a utilização de símbolos nacionais;

VI – doações de empresas, que terão direito a abatimento no Imposto de Renda Pessoa Jurídica, na forma da lei;

VII – recursos orçamentários do Ministério do Esporte;

VIII – outras receitas que lhe sejam atribuídas.

§ 2º Os recursos previstos no fundo instituído de acordo com o **caput** deste artigo somente poderão ser disponibilizados para os clubes que se tomarem empresas.

§ 3º Os recursos serão distribuídos entre os clubes de acordo com projetos apresentados à Comissão de Gestão do Fundo, sendo que nenhum clube poderá receber mais do que 5% do orçamento anual do Fundo.

§ 4º Somente serão analisados projetos de investimento, sendo vedada a disponibilização de recursos para o pagamento de despesas correntes.

§ 5º O Poder Executivo definirá a estrutura e o funcionamento da Comissão de Gestão do Fundo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A partir da década de 80, transformado em espetáculo por conta das possibilidades abertas pela evolução tecnológica na indústria dos meios de transmissão eletrônicos, o esporte passou a constituir peça fundamental na engrenagem da indústria de entretenimento nacional e internacional.

Descoberto pelo mercado, movimenta anualmente bilhões de dólares em todo mundo, com potencial quase ilimitado do ponto de vista econômico e da abertura de novos negócios e de novas atividades profissionais a ele relacionados.

Para se ter a exata dimensão desse fenômeno, é importante conhecer alguns números da indústria do esporte, hoje a vigésima segunda entre as maiores do mundo. O setor movimenta mais de US\$10 bilhões por ano apenas em patrocínios, valor superior ao PIB de alguns países, como Uruguai e Bulgária, por exemplo. Emprega diretamente quase 5 milhões de pessoas, e já representa cerca de 4% do PIB norte-americano.

Pelo fascínio que exerce sobre multidões de diferentes culturas, raças e religiões, o futebol desponta como componente fundamental dessa florescente indústria do esporte. Os números são eloquentes: segundo a Revista **Forbes** (1998/99), o futebol já movimenta, por ano, mais de US\$370 bilhões em ingressos, licenças para transmissão, royalties de marcas, Merchandising e marketing, além de salários e produtos, e emprega 450 milhões de pessoas, direta e indiretamente, de acordo com a Fifa.

No Brasil, os números são igualmente significativos, embora o setor futebolístico não tenha, até o mo-

mento, desenvolvido seu potencial pleno como item, importante da pauta econômica do País. De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, há 501 clubes profissionais registrados na CBF e 13 mil times amadores em atividade. Em todo o País, estima-se em 30 milhões o total de praticantes desse esporte. Calcula-se em 11 mil o número de jogadores federados, além de 2 mil que atuam no exterior. A estrutura física do futebol conta com 308 estádios com capacidade total de 5 milhões de lugares.

Entretanto, para que todo este potencial possa vir a ser explorado, faz-se necessário a obtenção de recursos que viabilizem a reforma dos clubes brasileiros, principalmente no que diz respeito à infra-estrutura. Portanto, o presente projeto de lei constituir-se-á em instrumental básico para a recuperação do futebol nacional.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998

Regulamento

Vide Decreto nº 3.659, de 14-11-2000

Vide Decreto nº 4.201, de 18-4-2002

Mensagem de veto

Texto compilado

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Iniciais

.....
.....
.....

“Art. 94. Os artigos 27, 27-A, 28, 29, 30, 39, 43, 45 e o § 1º do art. 41 desta Lei serão obrigatórios exclusivamente para atletas e entidades de prática profissional da modalidade de futebol.” (NR)

“Parágrafo único. É facultado às demais modalidades desportivas adotar os preceitos constantes dos dispositivos referidos no **caput** deste artigo.” (AC)

“Art. 94-A. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, inclusive a distribuição dos recursos, gradação das multas e os procedimentos de sua aplicação.” (AC)

.....
.....
.....

LEI Nº 9.981, DE 14 DE JULHO DE 2000

Mensagem de Veto

Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º
“Parágrafo único.”

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos; e de Educação – em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2007

Dispõe sobre o uso exclusivo de brasões e nomes dos órgãos ou entidades responsáveis pela veiculação de publicidade oficial, vedada a menção de nomes de autoridades e servidores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e entidades públicas conterá, a título de identificação dos responsáveis, somente o brasão da unidade federativa e o nome do órgão ou entidade promotora, não podendo conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 2º A inobservância do disposto no artigo anterior sujeitará o agente infrator às penalidades previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A impessoalidade dos atos e ações de administração e governo representa uma dimensão importante da ordem pública republicana. A cidadania, destinatária dos resultados buscados por esses atos e ações, precisa ser assegurada de que os mesmos se regem pelos dois aspectos basilares que conformam o princípio da impessoalidade: de um lado a imparcialidade, com seu corolário de equidade e justiça; de outro, a garantia da supremacia do interesse público sobre o particular.

A publicidade dos atos, programas, obras e serviços dos órgãos e entidades públicas, entre nós, tem sido objeto de crescente preocupação por parte daqueles comprometidos com a lisura e o caráter

democrático dos procedimentos adotados pelo Poder Público. Lamentavelmente, o preceito constitucional moralizador inscrito no § 1º do art. 37 da Carta Política tem restado letra morta, face à engenhosidade e malícia daqueles que buscam promoção pessoal de autoridades e funcionários, em detrimento do interesse maior da coisa pública.

É com o propósito de combater esses desvios que estamos propondo o presente projeto de lei, por meio do qual pretendemos conferir maior concretude à exigência de impessoalidade, especificando quais elementos podem ou não podem constar da veiculação de publicidade oficial, com os olhos postos no interesse público. Estamos, enfim, convencidos de que basta a utilização de signos de fácil apreensão pelo cidadão comum, como o brasão da unidade federativa, além do nome do órgão ou entidade promotora, para que, para fins de responsabilização, a fonte estatal seja reconhecida, sem a intrusão de mensagens espúrias, por abusivas e alheias à boa informação da cidadania.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. — Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos

de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Art. 6º No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o **caput** deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

CAPÍTULO II

Dos Atos de Improbidade Administrativa

Seção I

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importando Enriquecimento Ilícito

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I – receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

II – perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

III – perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

IV – utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

V – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

VI – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

VII – adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;

VIII – aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

IX – perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

X – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

XI – incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

XII – usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.

Seção II

Dos Atos de Improbidade Administrativa que causam Prejuízo ao Erário

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I – facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

II – permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

III – doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

IV – permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

V – permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

VI – realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

VII – conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

VIII – frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;

IX – ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X – agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI – liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

XII – permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

XIII – permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

XIV – celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei; (Incluído pela Lei nº 11.107 de 2006)

XV – celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

Seção III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III – revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV – negar publicidade aos atos oficiais;

V – frustrar a licitude de concurso público;

VI – deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII – revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

CAPÍTULO III

Das Penas

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

I – na hipótese do art. 9º perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

II – na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III – na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

CAPÍTULO IV

Da Declaração de Bens

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. (Regulamento)

§ 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no

País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no **caput** e no § 2º deste artigo.

CAPÍTULO V

Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

§ 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

§ 3º Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.

Art. 15. A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

Parágrafo único. O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

Art. 16. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do seqüestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

§ 1º E vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o **caput**.

§ 2º A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

§ 3º No caso de a ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, aplica-se, no que couber, o disposto no § 3º do art. 6º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. (Redação dada pela Lei nº 9.366, de 1996)

§ 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

§ 5º (Vide Medida Provisória nº 2.180-34, de 2001)

§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 8º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 10. (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 11. (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 12. (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

Art. 18. A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Penais

Art. 19. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou tercei-

ro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Pena: detenção de seis a dez meses e multa.

Parágrafo único. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:

I – da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;

II – da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

Art. 22. Para apurar qualquer ilícito previsto nesta lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.

CAPÍTULO VII

Da Prescrição

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I – até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II – dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogadas as Leis nºs 3.164, de 1º de junho de 1957, e 3.502, de 21 de dezembro de 1958 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – em decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2003 – Complementar**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *regulamenta o § 4º do art. 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física* (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 250, de 2005, e 8, de 2006 – Complementares).

Ao projeto foram apresentadas três emendas, que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 2, DE 2007

Acrescente-se os §§ 2º e 3º ao artigo 5º do PLS nº 68 (Substitutivo), de 2003 – Complementar, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, renumerando-se o parágrafo único desse artigo em § 1º, mantendo a sua redação, bem como acrescente-se o Anexo IV ao Projeto, no seguintes termos:

Art. 5º

§ 2º Aplica-se o disposto no **caput** e no parágrafo 1º, aos militares e servidores policiais, como tal definidos nos artigos 42, 142 e 144 da Constituição Federal, utilizando-se os multiplicadores estabelecidos no Anexo IV.

§ 3º As conversões previstas neste artigo valerão para todos os fins, inclusive para o disposto no inciso III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

ANEXO IV

CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO POLICIAL OU TEMPO DE SERVIÇO MILITAR EM SERVIÇO COMUM

TEMPO A CONVERTER	MULTIPLICADORES	
	PARA 30	PARA 35
DE 25 ANOS (mulheres)	1,20	–
DE 30 ANOS (homens)	–	1,17

Justificação

O escopo da Emenda é: (a) acrescentar os ex-militares no tocante à proporcionalidade de tempo de serviço exercido em atividade especial, em relação à atividade comum; (b) conceder aos servidores policiais o direito à proporcionalidade prevista, e (c) que o acréscimo de tempo gerado por esta proporcionalidade seja válido para todos os fins, inclusive para o disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Um pequeno lapso fez com que não conste no substitutivo ao Projeto aprovado na CCJ a proporcionalidade de tempo para os servidores policiais, caso eles não mais exerçam atividade de risco e passem

a desempenhar, via concurso, outra atividade. Importa dizer que tal proporcionalidade é expressamente prevista para as atividades que prejudiquem a saúde, inexistindo motivo para a não previsão legal aos servidores policiais.

Outra omissão presente no substitutivo diz respeito aos ex-militares. No caso, vários indivíduos que no passado foram militares hoje em dia trabalham, via concursos públicos, em inúmeras outras atividades do serviço público, no caso exercendo atividade civil e desenvolvendo atividades nos mais variados órgãos públicos. Se o militar permaneceu, digamos, 15 anos em atividade, obviamente, neste período de tempo, ele esteve exposto a todos os riscos da profissão. Caso tenha sido policial, certamente enfrentou rebeliões de presos, tiroteios e agressões físicas, para citar alguns dos riscos. Se bombeiro militar, além dos riscos à sua vida, como a sujeição a quedas e explosões, também este servidor esteve exposto a agentes nocivos à saúde, tais como fumaça, calor, eletricidade, produtos químicos tóxicos, radiações etc..

Sendo assim, não é justo que a Legislação simplesmente promova um “apagão” neste período e não dê a estes servidores o direito a qualquer proporcionalidade do tempo de atividade especial, permitindo o seu acréscimo ao tempo de serviço civil atualmente exercido (CF/88, art. 40, par. 40, inc. II).

Por fim, no que toca a conversão de tempo exercido em atividade militar para a atividade comum, independentemente se for homem ou mulher, uma vez que há igualdade de tempos no serviço militar, ou ainda do tempo de serviço policial, se servidor policial do sexo masculino, deverá ser feita mediante a aplicação do multiplicador 1,17, conforme cálculo abaixo:

Cálculo do Multiplicador 1,17:

Tempo de Serviço Militar (homem/mulher)/Policial = (homem) = 30 anos

Tempo de Serviço em Atividade Comum = 35 anos

Diferença de Tempos 35 – 30 = 5 anos

Percentual $5/30 = 0,1667 = 17\%$ (acrécimo de tempo)

Multiplicador = $(1 + \text{percentual}) \times \text{tempo de serviço militar/policial} = 1,17 \times \text{tempo de serviço militar/policial}$

Para as servidoras policiais, uma vez que o tempo de serviço será de 25 anos após a conversão do Projeto em lei, a conversão do tempo de atividade especial em tempo de serviço comum deverá ser feita com a aplicação do multiplicador 1,20, como demonstrado a seguir:

Cálculo do Multiplicador 1,20:

Tempo de Serviço em Atividade Policial (mulher) = 25 anos

Tempo de Serviço em Atividade Comum = 30 anos

Diferença de Tempos = 30 – 25 = 5 anos

Percentual = $5/25 = 0,20 = 20\%$ (acréscimo de tempo)

Multiplicador = $(1 + \text{percentual}) \times \text{tempo de serviço policial} = 1,20 \times \text{tempo de serviço policial}$

Portanto, visando corrigir em tempo hábil tais aspectos, pedimos apoio dos Pares para aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

EMENDA Nº 3 – PLENÁRIO

(Ao PLS nº 68, de 2003)

Dê-se ao artigo 3º do PLS nº 68/03, a seguinte redação:

“Art. 3º A aposentadoria especial será concedida, independentemente de idade, ao servidor policial, perito e penitenciário, voluntariamente com proventos integrais, nos termos do art. 40 § 4º, II e III, da Constituição Federal, se homem, desde que comprove 30 (trinta) anos de contribuição, contando pelo menos 20 (vinte) anos de pleno exercício em qualquer atividade da carreira, e se mulher, desde que comprove 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, contando pelo menos 15 (quinze) anos de pleno exercício em qualquer atividade da carreira.

Justificação

Objetivamos, com esta emenda, acrescentar dispositivo estabelecendo a fixação de requisitos para a concessão de aposentadoria especial.

Já existem em quase todas as legislações dos países mais evoluídos, o direito à aposentadoria especial aos servidores policiais e penitenciários.

A presente emenda visa corrigir um grave equívoco na Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e suprir uma importante lacuna, reformulando o Sistema Previdenciário vigente, tornando-o mais adequado a especialidade da categoria, e assegurando-lhes, condições dignas de vida, melhores condições de trabalho, princípios fundamentais de um Estado Democrático de Direito, garantidos pela Carta Magna de 1988.

Confiantes na importância e no elevado conteúdo de Justiça Social desta nossa proposição, esperamos contar com apoio dos Ilustres Membros desta Casa

para garantir a sua inclusão na PLS nº 68, de 2003, e posterior aprovação no Plenário.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

EMENDA Nº 4 – PLEN

(Ao PLS nº 68, de 2003 – Complementar)

Acrescente-se parágrafo único ao artigo 3º do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2003, conforme a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo único. A concessão da aposentadoria de que trata o **caput** é condicionada à respectiva comprovação da existência de risco, segundo os métodos e critérios adequados, consideradas as características específicas da atividade profissional na localidade de seu exercício, conforme regulamentação.”(NR).

Justificação

A concessão de aposentadoria especial não pode seguir padrão único para todo o País. Certamente há profundas diferenças no exercício de cada atividade em diferentes locais que implicam em diferentes graus de risco, de forma que poderá ser justificável a concessão do benefício em algumas localidades, mas não em todo o território nacional.

A proposta de emenda busca adequar o projeto de lei para que a regulamentação possa estabelecer critérios conforme a realidade de cada unidade federativa.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2007. – **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno a desapensação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006–Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 68, de 2003–Complementar, e 250, de 2005–Complementar.

Justificação

O objetivo pretendido com a desapensação é conferir tratamento específico às vítimas da “Síndrome da Talidomida”, diferentemente das demais proposições, que tratam da aposentadoria especial para servidores públicos portadores de deficiência ou

que tenham exercido atividades exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2007. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento de desapensação que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

As emendas, juntadas ao processado da referida matéria, vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 140, DE 2007

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento, dia sete de fevereiro do corrente, na cidade do Recife, do professor e jornalista Serafim Santiago Braga:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências a viúva Dona Maria do Socorro Pinto Braga, aos filhos Guilherme, Eugênia, Isolda, Dalva, Ana Raquel e Sônia, ao **Jornal do Commercio** e ao jornalista Ivanildo Sampaio.

Justificação

Nascido em 7 de fevereiro de 1924, em Itabaiana, no estado da Paraíba, menino foi morar no Recife, com os pais Amaro e Eugênia. Mais tarde morou em Natal, no Rio Grande do Norte, onde se casou com Dona Maria do Socorro e em Carpina, local de nascimento de quatro dos seis filhos. Proprietário de uma pousada, na última cidade exerceu o magistério, em escola de sua propriedade. Retornou ao Recife, dedicando-se ao jornalismo, atividade pela qual era apaixonado. Escrevia com frequência, principalmente no **Jornal do Commercio**.

Foi um guerreiro na educação de sua família, em sua atividade profissional e na luta contra o câncer, durante mais de quatorze anos. Mesmo com a perda da voz, em função da doença, continuou a exercer a liderança de sua família. Tinha sempre uma palavra amiga, ou um recorte de jornal adequado à formação de seus filhos nas áreas de medicina, advocacia, psi-

cologia, fonoaudióloga, administração de empresas e relações públicas.

Na missa de trigésimo dia de seu falecimento sua filha Ana Rachei leu texto de carta que recebeu do pai: “Já dizia um filósofo da antiguidade: – O homem que, imperceptivelmente ajudou na obra do mundo, viveu; o homem que dela teve um pouquinho de consciência, também viveu! O homem também serve pela sua ação e como peça de máquina. E à ação, junta mais, o pensamento e a palavra que consola e ampara: – são dois momentos iguais da vida humana. Embora sejamos passageiros, um **fócus-fátuos**, podemos, contudo, deixar um vestígio da nossa passagem”.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 141, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao Ministro Rider Nogueira de Brito, por estar tomando posse, dia 2 de março de 2007, na Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, coroação de brilhante carreira de quase meio século na Justiça do Trabalho, bem como aos Ministros Milton de Moura França, que assumirá a Vice-Presidência, e João Oreste Dalazen, que será o novo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Ministro Rider Nogueira de Brito por estar tomando posse, dia 2 de março de 2007, na Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, ápice de brilhante carreira de quase cinquenta anos na Justiça do Trabalho, bem como aos Ministros Milton de Moura França, que assumirá a Vice-Presidência, e João Oreste Dalazen, que será o novo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados.

Justificação

Estará tomando posse, no dia 2 de março de 2007, a nova Direção do Tribunal Superior do Trabalho, integrada pelos Ministros Rider Nogueira de Brito (Presidente), Milton de Moura França (Vice-Presidente) e João Oreste Dalazen (Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho). São Magistrados que chegam,

por seus méritos, aos postos mais altos da carreira. O Ministro Milton de Moura França, paulista, foi advogado, Procurador Autárquico do Estado de São Paulo, e ingressou na Magistratura Trabalhista em 1975. O Ministro João Oreste Dalazen, gaúcho de nascimento, iniciou no Paraná sua carreira na Justiça do Trabalho. O Ministro paraense Rider Nogueira de Brito tem quase cinquenta anos de Justiça do Trabalho. Começou como Auxiliar Judiciário no TRT da 8ª Região (Pará), passou a Técnico Judiciário e chegou a Diretor-Geral – o mais alto cargo administrativo. A seguir, aprovado em primeiro lugar em concurso público, ingressou na carreira da magistratura trabalhista. Começou como Juiz Substituto, lá mesmo no Pará, e chegou à Presidência do TRT. Depois, selecionado em lista tríplice, foi nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, onde exerceu os mais altos cargos: Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vice-Presidente do Tribunal e, agora, coroando a brilhante carreira, prepara-se para tomar posse no cargo máximo, de Presidente do TST. Os três Magistrados fazem jus, portanto, à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 142, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro das Minas e Energia as seguintes informações pertinentes à Agência Nacional de Petróleo:

1) Quais os motivos que levaram a ANP a não incluir áreas localizadas no Estado da Paraíba, em especial na Bacia de Sousa, na oitava rodada de Licitações para a concessão de blocos para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural?

2) Quais os motivos que levaram a ANP a não incluir áreas localizadas no Estado da Paraíba, em especial na Bacia de Sousa, nas rodadas de Licitações que foram realizadas posteriormente?

3) A Bacia de Sousa, ou qualquer outra área localizada no Estado da Paraíba, esta-

rá incluída na próxima rodada de Licitações? Quais os motivos?

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Cícero Lucena**, (PSDB/PB).

À mesa para decisão.

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2007

Solicita Informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente relativas à concessão de Licença Prévia para o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco.

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal

Nos termos regimentais, requeiro ao Ministério do Meio Ambiente as seguintes informações, relativas à concessão, pelo Ibama, de licença prévia, nos termos da Resolução nº 237/97 do Conama, para o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco:

i) A documentação originalmente entregue pelo Ministério da Integração Nacional, ao Ibama, foi suficiente para a análise do pedido da concessão da licença prévia?

ii) Quais foram os pareceres técnicos iniciais sobre os documentos apresentados?

iii) O Ibama apresentou exigências e condicionantes à concessão da licença prévia? Quais?

iiii) Algum item, exigência ou condicionante, deixou de ser atendido e ainda se encontra pendente? Qual?

iiiii) Procede a informação de que a licença prévia foi concedida sem o total atendimento às exigências feitas pelo Ibama, em desacordo, portanto, com a legislação ambiental e com o art. 80 da Resolução nº 237 do Conama? Em caso afirmativo, por que a licença prévia foi concedida?

Justificação

O processo de licenciamento ambiental para a execução de empreendimentos federais é responsabilidade do Ibama, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

A Resolução nº 237/97, do Conama, exige uma “Licença Prévia” ainda para a fase de planejamento do empreendimento e é por intermédio de análises aos documentos apresentados pelo empreendedor que o Ibama verifica e, se for o caso, atesta a viabilidade ambiental do investimento expede a licença.

Face à importância dessa providência e em função da complexidade que envolve o Projeto de Integração

da Bacia do Rio São Francisco, é fundamental ao Senado Federal assegurar-se de que todos os procedimentos tenham sido levados a efeito com qualidade, respeitando-se os ditames regulamentares e, em especial, todas as exigências técnicas.

Em vista da reconhecida polêmica que cerca o referido projeto e de informações que me chegam de que, pressionado, o Ibama não teria exigido e analisado toda a documentação que, a seu juízo, seria necessária para a concessão da referida licença prévia, peço a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

À mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Congratulação ao Ministro Rider Nogueira de Brito, pela posse na Presidência do Superior Tribunal do Trabalho, biênio 2007/2008.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento de Sua Excelência o Ministro Rider Nogueira de Brito.

Justificação

O eminente Magistrado, natural do Município paraense de Óbidos, ingressou na Justiça do Trabalho em 1968, após aprovação em concurso público, tendo trajetória marcada pela dedicação, conhecimento jurídico e postura ética. Exerceu os cargos relevantes de Presidente e Corregedor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com jurisdição nos Estados do Pará e Amapá, atuando como Ministro da Corte Superior do Trabalho a partir de 1995.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Flexa Ribeiro**.

REQUERIMENTO Nº 145, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao Hospital Beneficente Português, de Manaus, pela

inauguração do Centro de Alta Complexibilidade.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Hospital Beneficente Português, de Manaus, pela inauguração, em 1º de março de 2007, do Centro de Alta Complexidade “Comendador José dos Santos Silva Azevedo”.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas.

Justificação

O Voto de Aplauso que solicito ao Senado da República é uma homenagem a uma instituição de vanguarda na área médica, a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas, mantenedora do Hospital Português de Manaus. Hoje, o Hospital inaugura seu Centro de Alta Complexidade “Comendador José dos Santos Silva Azevedo”. É novo avanço de trajetória que já havia colocado o Amazonas em posição de destaque nacional em cirurgias cardíacas. A capital do Amazonas, passou a contar, desde o dia 14 de junho de 2006, com um moderno centro de cirurgias cardíacas, o Instituto Amazonense de Cardiologia, criado naquele hospital. Com esse aperfeiçoamento, a capital do meu Estado adianta-se ainda mais em posição de vanguarda, com, notáveis saltos em medicina.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2007

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento de Francisco Pereira da Nóbrega, professor universitário, ex-Padre e Escritor.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007.



Senador

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 437, de 1999**, de autoria do Senador Romero Jucá, que *inclui o Porto de Caracaraí, no Estado de Roraima, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 575, de 2004** (nº 3.203/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bombinhas, Estado de Santa Catarina*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2005** (nº 1.192/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Trento, Estado de Santa Catarina*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2006** (nº 2.127/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2006** (nº 1.813/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Álvaro Prestes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante, Estado do Piauí*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2006** (nº 2.214/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Belém FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado da Paraíba*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2006** (nº 2.023/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural “Z” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2006** (nº 2.132/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Cesario Lange a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2006** (nº 2.198/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Massaranduba – Funmas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massaranduba, Estado da Paraíba*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2006** (nº 2.221/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Conchal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchal, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2006** (nº 2.197/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2006** (nº 2.223/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a ACC Sempre Cultura – Associação Cultural de Congonhal Sempre Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Congonhal, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2006** (nº 2.228/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa Atlântico Norte para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanhal, Estado do Pará*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2006** (nº 2.242/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária José de Sousa Teixeira da Cidade de Cachoeira dos Índios a executar serviço de*

radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira dos Índios, Estado da Paraíba;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2006** (nº 2.247/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cajazeiras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Solânea, Estado da Paraíba;* e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2006** (nº 2.251/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Apoio ao Jovem de Iguatu – FAJI para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2007

Altera a redação do art. 158 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal passa a vigorar como § 1º, com a seguinte redação, acrescentando-se § 2º:

“Art. 158.

§ 1º As parcelas de receita pertencentes aos municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas mensalmente, conforme os seguintes critérios:

I – cinquenta por cento, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até cinquenta por cento, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

§ 2º Os critérios mencionados nos incisos I e II serão implementados em um prazo de 5 (cinco) anos, variando 5% (cinco por cento) em cada ano.”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.”

Justificação

A Constituição Federal, ao tratar da repartição das receitas tributárias, destina aos municípios 25% do produto da arrecadação do ICMS estadual. Como critério de distribuição desses recursos, determina que 3/4 sejam repartidos segundo o valor adicionado às mercadorias e serviços processados no âmbito do município, e que 1/4 seja repartido de acordo com o que dispuser lei estadual.

Esse critério de repartição do ICMS destinado aos municípios enseja distorções ao privilegiar os entes com maior contribuição relativa à produção (valor adicionado) estadual. Contudo, a distribuição geográfica dos investimentos geralmente ocorre de modo concentrado em poucos municípios que, juntos, geram grande parte do valor adicionado.

Por outro lado, os mecanismos de incentivos fiscais estaduais, usualmente utilizados para atração de investimentos, fazem com que a instalação de novas indústrias aumente o valor adicionado local, sem, contudo, gerar receita adicional de ICMS. Desse modo, embora não implique maior arrecadação de ICMS, cresce a participação no valor adicionado do município onde está localizada a indústria. Os demais municípios, por sua vez, se deparam com o declínio em sua participação.

A menor participação no ICMS, justamente nos municípios mais pobres, reduz as disponibilidades destes para fazer frente a demandas sociais. O descasamento entre recursos disponíveis e a demanda por serviços públicos reforça a concentração de renda dentro dos estados da federação, contribuindo para agravar um dos maiores problemas sociais do País. Vale adicionar que os pequenos municípios geralmente possuem baixa capacidade de intervir nas decisões sobre localização dos investimentos produtivos.

A Proposta de Emenda Constitucional em tela estabelece que no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela do ICMS pertencente aos municípios seja distribuída proporcionalmente com o valor adicionado.

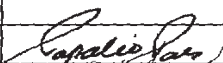
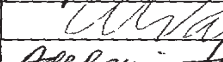
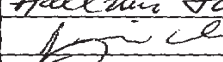
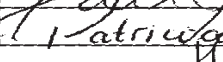
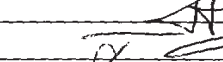
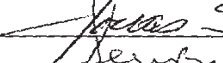
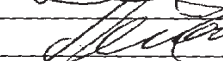
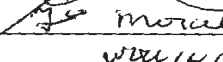
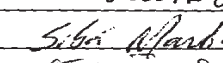
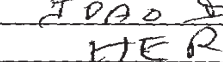
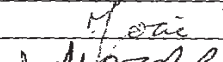
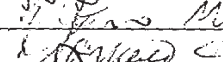
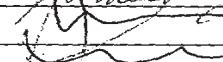
Permite, portanto, que sejam mantidos os atuais 75%. Estabelece ainda que até 50% (cinquenta por cento) seja distribuído de acordo com a lei estadual, o que viabiliza a manutenção dos atuais 25%.

A proposta permite que as assembleias legislativas estaduais decidam pelo mérito da alteração da forma de repartição atual. As que desejarem mudar poderão fazê-lo e, assim, mitigar a situação de penúria em que vivem alguns de seus municípios. As assembleias estaduais ficam, então, responsáveis pela determinação da forma de distribuição entre seus

municípios da parcela do ICMS, desde que essa distribuição seja feita na forma de, no mínimo, 50% de acordo com o valor adicionado e de, no máximo, 50% de acordo com a lei estadual.

Por último, qualquer alteração da situação atual deverá ser feita ao longo de um período de cinco anos, a fim de permitir adaptação gradual à nova forma de distribuição, quando implementada.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Renato Casagrande**.

PEC de autoria do Senador Renato Casagrande e outros que "Altera a redação do art. 158 da Constituição Federal"		
1		
2		Sen. Papaléu Paes
3		Sen. Antônio C. Valadares
4	Adelmi Santana	
5		Sen. Inácio Arruda
6		Sen. Osman Dias
7		Sen. Ideli Salvatti
8	Patrícia Saboya	Sen. Patrícia Saboya
9		GERALDO MESQUITA JR
10		Sen. Eduardo
11		Sen. Sérgio
12		Sen. Roberto
13		Sen. João
14		Sen. Augusto Sabelli
15		Sen. Augusto Sabelli
16		Sen. Augusto Sabelli
17		Sen. Augusto Sabelli
18		Sen. Augusto Sabelli
19	João Maranhão	Sen. João Maranhão
20	JOÃO MARANHÃO	Sen. João Maranhão
21	JOÃO MARANHÃO	Sen. João Maranhão
22	JOÃO MARANHÃO	Sen. João Maranhão
23	HERACLI	Sen. Heracli
24	MOA YENON	Sen. Moa Yenon
25	MOA YENON	Sen. Moa Yenon
26		Sen. Moa Yenon
27		Sen. Moa Yenon
28		Sen. Moa Yenon
29		Sen. Moa Yenon
30		Sen. Moa Yenon

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988****TÍTULO VI
Da Tributação e do Orçamento****CAPÍTULO I
Do Sistema Tributário Nacional****Seção VI
Da Repartição das Receitas Tributárias**

Art. 158. Pertencem aos municípios:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;

** Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003.*

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre

produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

** Inciso III com redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 30-6-2004.*

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos, seus municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

* § 4º *acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003.*

* *Vide art. 93 do ADCT que dispõe sobre a vigência deste inciso.*

.....
.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2007

Altera o § 9º do art. 62 da Constituição Federal, para estabelecer que as medidas provisórias serão despachadas, pela Mesa de cada uma das Casas, à comissão permanente com a qual tenham maior pertinência temática.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O § 9º do art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62.

.....
§ 9º A medida provisória será despachada pela Mesa de cada uma das Casas à Comissão permanente com a qual tenha maior pertinência temática, para emissão de parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelos respectivos plenários. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente proposta de Emenda à Constituição tem o objetivo de alterar tópico referente à tramitação das Medidas Provisórias (MPV) no Congresso Nacional.

Como é sabido, a Emenda Constitucional nº 32, de 2001, estabeleceu que caberá a uma comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medi-

das provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional (art. 62, § 9º, da CF).

A nosso ver, tal procedimento instituiu uma assimetria na Constituição e na tramitação das medidas provisórias, uma vez que a mesma Emenda Constitucional nº 32, de 2001, modificou expressivamente o processo de deliberação das MPV. Com efeito, até então as medidas provisórias eram apreciadas em sessão conjunta, pelo plenário do Congresso Nacional. Com as modificações efetuadas, as MPV passaram a ser apreciadas em sessões separadas, pelo Plenário de cada uma das Casas.

Ora, se o plenário de cada uma das Casas deve apreciar a medida provisória em sessões separadas, parece-nos razoável concluir que todo o processo de instrução da matéria deve ser efetuado também separadamente, por comissão da Casa onde a MPV esteja tramitando, e não por uma comissão mista do Congresso Nacional.

Ademais, um dos argumentos utilizados à época para adotar a regra assimétrica foi o de que, com uma única comissão mista, a tramitação seria agilizada, o que não se verificou na prática. Contrariamente, o que passou a ocorrer foi um verdadeiro congestionamento de medidas provisórias na comissão mista.

Com a nossa proposta, no sentido de que, em cada Casa, a matéria seja distribuída à comissão temática que tenha maior pertinência com a matéria tratada pela MPV, acreditamos que possa ser superado o congestionamento hoje verificado, com uma tramitação mais ágil, até mesmo porque os parlamentares que tratarão do assunto serão os que com ele terão mais afinidade temática.

Em face do exposto, tendo em vista o objetivo da presente proposta de Emenda à Constituição, no sentido de agilizar os nossos trabalhos legislativos, solicitamos o necessário apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Expedito Júnior**.

ASSINATURA

NOME PARLAMENTAR

Geo Moraes Azevedo

Miguel Arraes

[Signature]

Roberto Ribeiro

[Signature]

João Roberto

[Signature]

Tasso Jereissati

[Signature]

Joaquim Durval
(MARCO MACIEL)

[Signature]

José Nery

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Maria do Carmo

[Signature]

Nelson de Conto

[Signature]

Leomar Cintravilha

[Signature]

H. José Tenório

[Signature]

Joaquim Nery

[Signature]

Romão Tuma

[Signature]

Eduardo Azeredo

[Signature]

Gerson Camata

[Signature]

Augusto Botelho

[Signature]

Renato Casagrande

[Signature]

Goribaldo Alves

[Signature]

Pedro Simon

[Signature]

Gerardo Mesquita

[Signature]

ASSINATURA

NOME PARLAMENTAR

Sérgio Zambiasi
 DEMÓSTENES TORRES
 MOZAMILDO
 FLEXO ALBINO
 JENYFA LIMA
 MARIO MARTA

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 "Art. 60.
"

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

....."
 "Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementas;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

.....”
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32, DE 2001

Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 64, 86 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 12, DE 2007**

Altera a redação do § 1º do art. 56 da Constituição Federal, para vedar a convocação de suplente quando restarem menos de cento e vinte dias para o encerramento do mandato.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 56 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.

.....
§ 1º O suplente será convocado, se o prazo remanescente do mandato for superior a cento e vinte dias, nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O legislador constituinte originário estabeleceu que suplente de Senador ou Deputado Federal somente deve ser convocado a assumir o mandato, nos casos de licenças do titular, quando o afastamento for superior a cento e vinte dias.

Firmou-se, assim, o entendimento de que afastamentos por curtos períodos de tempo não justificam os custos decorrentes da convocação do suplente e nem prejudicam a representatividade das Casas do Congresso Nacional.

No entanto, para os demais casos previstos no § 1º do art. 56 da Constituição Federal, de se tornar vaga a cadeira ou afastamento para investidura nos cargos de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária, não foi estabelecido qualquer prazo mínimo.

Dessa forma, tem ocorrido a convocação de suplentes para o desempenho do mandato em períodos extremamente exíguos, tais como os decorrentes da renúncia de titular em virtude da posse em cargos executivos estaduais em 1º de janeiro, quando os mandatos se encerram em 31 do mesmo mês.

Nesses casos, os suplentes apenas exercem o mandato por trinta dias e exclusivamente durante o recesso parlamentar, quando, efetivamente, não podem exercer as prerrogativas de iniciar o processo legislativo ou mesmo apreciar proposições.

Mesmo durante os períodos de atividade parlamentar, a assunção do mandato por prazos muito curtos também não permite um eficaz desempenho, posto não haver tempo hábil para o conhecimento das matérias em tramitação, elaboração de relatórios ou mesmo acompanhamento das proposições.

Por essas razões é que o texto constitucional já limitou a convocação de suplente, nos casos de licenças, ao prazo mínimo de cento e vinte dias.

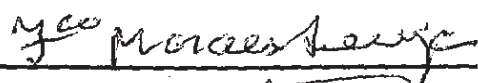
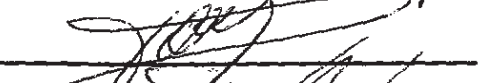
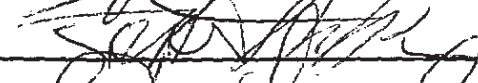
O que propomos é exatamente dar tratamento igual a todas as hipóteses de convocação de suplente para o exercício do mandato, estendendo o prazo mínimo de cento e vinte dias também para os casos de vacância do cargo ou afastamento do titular.

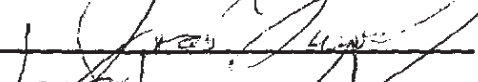
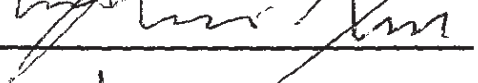
Dessa forma, o suplente somente será chamado ao exercício quando restarem mais de cento e vinte dias para o encerramento do mandato, impedindo-se o desgaste da imagem do Poder Legislativo decorrente do alto custo e pequena eficácia da convocação de suplentes para períodos exíguos, algumas vezes no recesso das atividades parlamentares.

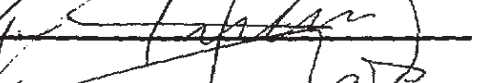
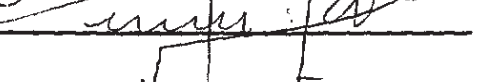
Sala das Sessões, em 1º de março de 2007.
– Senador **Expedito Júnior**.

ASSINATURA

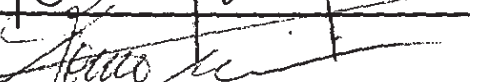
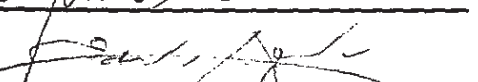
NOME PARLAMENTAR

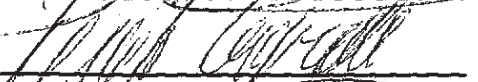






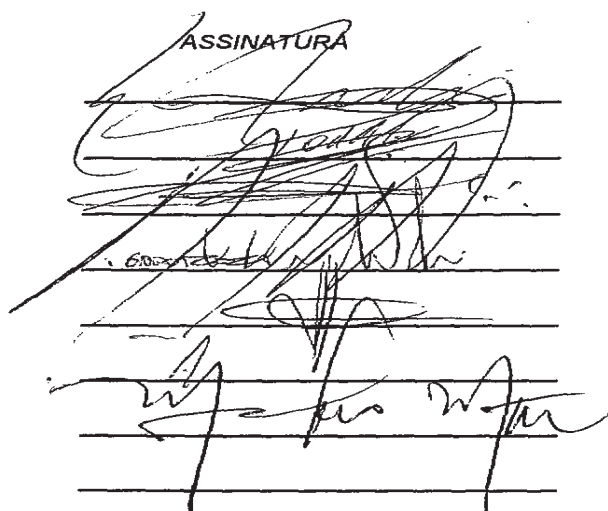






 João Ribeiro
 TASSO JEREISSATI
 ILDIO D'ALVA
 (MARCO MAGALHÃES)
 BASE NERY
 LAIMIATTI
 MARIA DO CARMO
 Nêuto de Conlo
 LEONAR QUINTANILHA
 Moai Tenório
 Justin Arner
 Romeu Tuma
 EDUARDO AZEREDO
 GERSON CAMPATO
 AUGUSTO BOTELHO
 RENATO CASAGRANDE
 CRISTÓVÃO ALVES
 PEDRO SIMON
 GETULIO MEDEIROS

ASSINATURA



NOME PARLAMENTAR

SERGIO ZAMBIGI

DEMÓSTENES TORRES

MOZARILDO

ELISA RIBEIRO

ARMANDO LIMA

JAGUO MARTA

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 “Art. 58. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

.....
 § 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

.....
 Art 60.

.....
 § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

.....
 (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº 26/07–GLPFL

Brasília, 1º de março de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a minha substituição pelo Senador Romeu Tuma, como titular, na

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 36/2005 – Comissão Externa – “Serra do Sol”

Brasília, 22 de Julho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Externa, criada mediante Requerimento nº 349, de 2005-SF, “Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima” tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Comissão encerrou seus trabalhos com a aprovação do Relatório Final, no dia 6 de julho do ano em curso, que ora encaminho anexo, para conhecimento desta Casa Legislativa.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente, Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente da Comissão.

RELATÓRIO FINAL Nº 1 , DE 2007

COMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 349, DE 2005

**DESTINADA A ACOMPANHAR E AVALIAR OS
DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DO PROCESSO
DE DEMARCAÇÃO ADMINISTRATIVA DA TERRA
INDÍGENA RAPOSA DA SERRA DO SOL, LOCALIZADA
NOS MUNICÍPIOS DE NORMANDIA, PARACAIMA E
URAMUTÃ, NO ESTADO DE RORAIMA, EM FUNÇÃO
DO DECRETO DE 15 DE ABRIL DE 2005**

Sumário:

- Requerimento nº 359, de 2005.....
- Composição única da Comissão.....
- Tramitação da matéria no Senado Federal.....
- Relatório Final nº , de 2007.....
- Atas e notas taquigráficas das 1ª a 3ª reuniões.....

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 349, DE 2005

Requeiro nos termos do art. 74 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão temporária externa integrada pelos três senadores representantes do Estado de Roraima, destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Paracaima e Uramutã, no

Estado de Roraima, em função do Decreto de 15 de abril do corrente ano, bem como apresentar, ao Senado, relatório dos fatos observamos.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2005, – Senador **Mozarildo Cavalcante**, Senador **Augusto Botelho**, Senador **Wirlande da Luz**.

Publicado no Diário do Senado Federal de 27 - 04 - 2005

COMPOSIÇÃO ÚNICA DA COMISSÃO

Senador Mozarildo Cavalcanti- Presidente
Senador Augusto Botelho- Relator
Senador Wirlande da Luz

Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias

REQUERIMENTO Nº 349, DE 2005**Data da leitura****Autor****SENADOR - Mozarildo Cavalcanti****Ementa**

Requerem, nos termos do artigo 74 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão temporária externa integrada pelos 3 Senadores representantes do Estado de Roraima, destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Paracaima e Uiramutã, no Estado de Roraima, em função do Decreto de 15 de abril de 2005, bem como apresentar, ao Senado, relatório dos fatos observados.

Observações

PRAZO FINAL: 15 12 2005.

TRAMITAÇÕES (ordem decrescente de data)**RQS 00349 / 2005**

23/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO
À SSCLSF.

23/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO
Anexei às fls. 39 a 116, contendo as atas e notas taquigráficas.

23/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO
Anexei a pagina 38, contendo a cópia do e-mail enviado no dia 07/02/2007, à Subsecretaria de Ata, no qual são encaminhadas todas as atas e notas taquigráficas para que sejam publicadas. A Subsecretaria de Ata informa que elas serão publicadas no último diário do corrente mês.

13/02/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Devolvido à SACEI.

13/02/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Recebido neste Órgão, nesta data.

13/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO
Encaminhado à Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal.

13/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO
Encaminhei à publicação as Atas e Notas Taquigráficas, referentes a 1ª, 2ª e 3ª Reunião

13/02/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO
Anexei o Relatório Final da Comissão, aprovado no reunião do dia 06.07.2005.

07/02/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Devolvido à SACEI.

31/01/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Recebido, neste órgão, nesta data.

31/01/2007 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO
Encaminhado à Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal.

22/07/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO
Em 06.07.2005, foi aprovado, por unanimidade, o Relatório Final da Comissão.

22/07/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO
Realizada em 06.07.2005 a 3ª Reunião da Comissão Especial Externa "Serra do Sol", destinada a apreciação e votação do Relatório Final da Comissão.

19/05/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO
Realizada nesta data a 2ª Reunião da Comissão Especial Externa "Serra do Sol", destinada a ouvir a exposição do Dr. Hamilton Gondim - Presidente da Comissão de Peritos da Justiça Federal.

02/05/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO
Realizada a 1ª viagem ao Estado de Roraima, quando os membros da Comissão cumpriram agendas de "ida in loco" a diversas Comunidades Indígenas e Audiências Públicas no Estado de Roraima, nos dias 30 de abril, 1º e

02 de maio do corrente ano. Os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz, cumpriram o seguinte roteiro: · Dia 30.04.05 - Audiências com o Dr. Ottomar de Souza Pinto - Governador do Estado, na sede do Palácio do Governo e, após com o General Studart - Comandante da 1ª Brigada de Infantaria da Selva, no Gabinete do Comando. · Dia 1º.05.05 - Visita "in loco" às seguintes Comunidades: Mutum, Vila Socó, Flexal, Contão, Água Fria e Vila Surumum. · Dia 02.02.05 - Audiência com os Deputados Estaduais: Chico Guerra, Célio Wanderley, Malu Campos, Naldo Bezerra, Edio Lopes, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto, realizada no Plenarinho da Assembléia Estadual do Estado de Roraima. Audiência com representantes da classe produtiva e de entidades indígenas, na sede da Fecomércio do Estado de Roraima, estando presentes os Senhores: Presidente da FIER - Dr. Alcides Lima; Dep. Federal - Almir Sá; Pres. da COOPERCARNE - Dr. José Lopes; Pres. da FECOMÉRCIO - Dr. Ailton Dias; Pres. da AGRICER - Dr. Luiz Zago; Advogado da SODIUR - Dr. Waldemar; Pres. da SODIUR - Sr. Jonas; Representante da SODIUR - Sr. José Novaes; Representante dos Arrozeiros - Dr. Paulo Quartiero; Pres. da FACIR - Dr. Derval Furtado; Dep. Luiz Afonso Faccio; Dep. Lúcio Pirió; Pres. da Associação Indígena - Bernaldo Wapichana; Pres. dos Rizicultores - Dr. Luiz Faccio; Pres. da CAMATUR - Dr. Ricarco Peixoto; Pres. da Cooperativa Grão Norte - Dr. César Zoldan, Representante da EMBRAPA - Dr. Damião Dianlupe e Representante da ARIKON - Gilberto Macuxi

27/04/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO

Realizada nesta data a 1ª Reunião da Comissão Especial Externa "Serra do Sol". Assume a Presidência interinamente o Senador Augusto Botelho, que acata a sugestão dos membros e declara eleito por aclamação, o Senador Mozarildo Cavalcanti para o cargo de Presidente da Comissão. Ao assumir a Presidência, o Senador Mozarildo indica o Senador Augusto Botelho para Relator. O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, que apresenta sugestão quanto a ida dos membros da Comissão ao Estado de Roraima para procederem visita "in loco" às comunidades de Raposa, Contão, Flechal, Mutum, Vila Socó, Água Fria e Surumum. ,a realizar-se nos próximos dias vinte e nove e trinta de abril e primeiro e dois de maio do corrente ano, onde serão mantidas Audiências com o Governador do Estado, com o Presidente da Assembléia Legislativa e Deputados Estaduais daquela Casa Legislativa, bem como o encontro com as classes Produtoras e Representantes de Lideranças Indígenas daquele Estado. A sugestão do Relator, Senador Augusto Botelho é acatada por unanimidade dos seus membros.

Publicação em 16/06/2005 no DSF Página(s): 20027 ([Ver Diário](#))

27/04/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO

Designo a Servidora Dulcídia Ramos Calháo, para Secretaria a Comissão Externa , criada mediante Requerimento nº 349/2005-SF. Wanderley Rabelo da Silva Diretor da SACEI

26/04/2005 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

É lido e aprovado. Ao PLEG com destino à SACEI.

Publicação em 27/04/2005 no DSF Página(s): 10292 - 10293 ([Ver Diário](#))

26/04/2005 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas. À SACEI.

Comissão Temporária Externa

“Raposa/Serra do Sol”

Criada em conformidade com o Requerimento
nº 349, de 2005, aprovado pelo Plenário do Senado
Federal na sessão do dia 26 de abril de 2005.

Membros:

Senador Mozarildo Cavalcanti (Presidente)

Senador Augusto Botelho (Relator)

Senador Wirlande da Luz

1. Da criação da Comissão Temporária Externa “Raposa/Serra do Sol”

A Comissão Temporária Externa Raposa/Serra do Sol foi criada a partir do Requerimento nº 349, de 2005, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, cujos termos são os seguintes:

Requerem, nos termos do artigo 74 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão temporária externa integrada pelos 3 Senadores representantes do Estado de Roraima, **destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol**, localizada nos Municípios de Normandia, Paracaima e Uiramutã, no Estado de Roraima, em função do Decreto de 15 de abril de 2005, bem como apresentar, ao Senado, relatório dos fatos observados.

Na oportunidade da leitura do referido requerimento, na sessão Plenária do dia 26 de abril de 2005, o Senador Mozarildo Cavalcanti proferiu as seguintes palavras:

Sr. Presidente, em razão da gravidade do caso, divulgada inclusive pela imprensa nacional, mostrando a revolta dos índios, fazendo reféns policiais federais, com bloqueio de estradas para três Municípios naquela região, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que submetesse ao Plenário a votação desse requerimento.¹

Em seguida, a referida proposição legislativa foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Senado Federal.

Na primeira reunião da Comissão, realizada no dia 27 de abril de 2005, o Senador Mozarildo Cavalcanti foi aclamado Presidente, designando como relator o Senador Augusto Botelho. Em face da extrema urgência e gravidade dos fatos, a Comissão decidiu acompanhar *in loco* as repercussões da demarcação, conforme a seguinte deliberação:

¹ Conferir Diário do Senado Federal de 27 de abril de 2005, pp. 10.292-10.293

Realizada nesta data a 1ª Reunião da Comissão Especial Externa “Serra do Sol”. Assume a Presidência interinamente o Senador Augusto Botelho, que acata a sugestão dos membros e declara eleito por aclamação, o Senador Mozarildo Cavalcanti para o cargo de Presidente da Comissão. Ao assumir a Presidência, o Senador Mozarildo indica o Senador Augusto Botelho para Relator. **O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, que apresenta sugestão quanto a ida dos membros da Comissão ao Estado de Roraima para procederem visita “in loco” às comunidades de Raposa, Contão, Flechal, Mutum, Vila Socó, Água Fria e Surumum, a realizar-se nos próximos dias vinte e nove e trinta de abril e primeiro e dois de maio do corrente ano, onde serão mantidas Audiências com o Governador do Estado, com o Presidente da Assembléia Legislativa e Deputados Estaduais daquela Casa Legislativa, bem como encontro com as classes Produtoras e Representantes de Lideranças Indígenas daquele Estado. A sugestão do Relator, Senador Augusto Botelho, é acatada por unanimidade dos seus membros.**

Esta diligência destinava-se a:

- a) avaliar os impactos da demarcação sobre a população diretamente afetada;
- b) levar as reivindicações das comunidades às autoridades federais competentes;
- c) desestimular qualquer ato de violência, sobretudo em face da situação envolvendo os policiais federais então reféns na comunidade *Flechal*.

As tensões e hostilidades geradas pela demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol, com área de 1,747 milhão de hectares, ganharam destaque na imprensa nacional. Para poucos exemplos, citamos algumas passagens na mídia impressa:

O decreto presidencial homologou na sexta-feira a área. Sessenta agentes da Polícia Federal e 40 da Polícia Rodoviária Federal chegaram hoje a Roraima vindos de estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, entre outros. Segundo o superintendente da Polícia Federal em Roraima, Francisco Mallmann, agentes da polícia de Roraima também participam da ação totalizando 140 policiais envolvidos. (Agência Jornal do Brasil, 16/04/2005).

Governador decreta luto de sete dias no Estado. Ottomar recorre à Justiça contra área indígena. O governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB), protocolou ontem uma ação na Justiça Federal contra a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, anunciada na sexta-feira pelo Governo Federal. (...) Ottomar considera que a portaria do Governo Federal “agride o sentimento nativista dos brasileiros de Roraima, projetando mágoas e ressentimentos na população”. (Jornal do Comércio do Rio de Janeiro)

Preocupado com um possível conflito, o governo determinou que a Polícia Federal redobre as atenções e acompanhe atentamente as comemorações do Dia do Índio, hoje, na Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. (O Estado de São Paulo)

Cinco mil pessoas, segundo cálculos da Polícia Militar, participaram no início da noite de ontem, na praça do Centro Cívico, em Boa Vista, de um protesto contra a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol em terras contínuas. (...) Com discursos inflamados e de tom nacionalista, eles acusaram o governo federal de decretar a homologação da reserva em terras contínuas para atender a interesses internacionais, especialmente dos Estados Unidos, pelas riquezas da Amazônia. (O Globo)

2. Das recomendações do Relatório Parcial da Comissão Temporária Externa do Senado Federal sobre Demarcação de Terras Indígenas – Área Indígena Raposa/Serra do Sol (Roraima), criada pelo Requerimento nº 529, de 2003

Impõe-se, antes de tudo, recuperar a linha de continuidade entre a presente Comissão e aquela criada pelo Senado Federal em julho de 2003.

Antes da homologação da demarcação administrativa das terras indígenas abrangidas pelo Decreto de 15 de abril de 2005, o Senado Federal, por meio da *Comissão Temporária Externa sobre Demarcação de Terras Indígenas*, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003², realizou, em face das

² “Requerem, nos termos do artigo 74, II e artigos seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada comissão temporária externa, composta de 5 (cinco) Senadores, com a finalidade de irem à Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Rondônia, Rio Grande do Sul, Pará e Maranhão, inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados” (Diário do Senado Federal de 4 de julho de 2003, p. 17.050).

enormes tensões sociais já existentes em torno da área “Raposa/Serra do Sol”, visitas *in loco* e audiências públicas no Estado de Roraima entre os dias 6 e 7 de fevereiro de 2004. Referida Comissão foi composta pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti (Presidente), Delcídio Amaral (Relator), Romero Jucá, Jefferson Péres e Jonas Pinheiro.

Ao final dos trabalhos, a Comissão entregou ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva relatório com as seguintes recomendações sobre a área Raposa/Serra do Sol:

- a) Sejam excluídas da proposta atual áreas necessárias à exploração econômica;
- b) Sejam excluídas as sedes do Município de Uiramutã e das vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum, e respectivas zonas de expansão;
- c) Sejam excluídas as estradas estaduais e federais presentes na área: RR-171, RR-407, RR-319, BR-433, BR-401, permitindo-se o livre trânsito em referidas vias;
- d) Seja excluída da área a unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima;
- e) Excepcionalmente, sejam excluídas as áreas tituladas pelo INCRA e aquelas referentes a imóveis com propriedade ou posse anterior ao ano de 1934;
- f) Seja convocado o Conselho de Defesa Nacional para, *ex vi* do que dispõe o art. 91, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, opinar sobre o efetivo uso das áreas localizadas na faixa de fronteira (art. 20, § 2º, da CF/88);
- g) Seja excluída a faixa de 15 quilômetros ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela.

Entre as mencionadas recomendações, apenas os itens *b* e *c* foram parcialmente contemplados no Decreto de 15 de abril de 2005. Todos os demais foram solenemente desprezados pelo Presidente da República, o que gerou, como era previsível, a revolta de vários grupos indígenas e da população do Estado de uma maneira geral.

Ressalte-se que tais conclusões foram relatadas, de maneira insuspeita, pelo eminente Senador Delcídio Amaral, do Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul, hoje líder do governo no Senado Federal, o que demonstra que a decisão do Presidente da República nem mesmo considerou a opinião de sua própria base parlamentar.

3. O Decreto Presidencial de 15 de abril de 2005 e a Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.

Para a surpresa dos parlamentares que representam o Estado e o povo de Roraima no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, como também das autoridades locais, o Presidente da República decidiu demarcar a Reserva indígena Raposa/Serra do Sol na forma do Decreto de 15 de abril de 2005:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, § 1º, da Lei no 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e 5º do Decreto no 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e

Considerando o imperativo de harmonizar os direitos constitucionais dos índios, as condições indispensáveis para a defesa do território e da soberania nacionais, a preservação do meio ambiente, a proteção da diversidade étnica e cultural e o princípio federativo;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, destinada à posse permanente dos Grupos Indígenas Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.

Art. 2º A Terra Indígena Raposa Serra do Sol tem a superfície total de um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro hectares, setenta e oito ares e trinta e dois centiares, e o perímetro de novecentos e setenta e oito mil, cento e trinta e dois metros e trinta e dois centímetros, situada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, e circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do marco SAT RR-13=MF BV-0, de coordenadas geodésicas 05°12'07,662" N e 60°44'14,057" Wgr., localizado sobre o Monte Roraima, na trijunção das fronteiras Brasil/Venezuela/Guiana, segue pelo limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/BG-1, B/BG-2, B/BG-3, B/BG-4, B/BG-5, B/BG-6, B/BG-7, B/BG-8, B/BG-9, B/BG-10, B/BG-11, B/BG-11A, B/BG-12, B/BG-13, até o Ponto Digitalizado 01, de coordenadas geodésicas aproximadas 05°11'54,8" N e 60°06'32,0" Wgr., localizado na cabeceira do Rio Maú ou Ireng; LESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem direita do Rio Maú ou Ireng, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/5, B/4, até o Ponto Digitalizado 02, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°35'25,5" N e 60°07'42,7" Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o Ponto-03, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°35'44,7641" N e 60°10'45,7776" Wgr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha reta até o Ponto-04, de coordenadas geodésicas 04°34'40,1683" N e 60°11'24,6414" Wgr., localizado na nascente de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o Ponto Digitalizado 05, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°33'43,1" N e 60°09'32,3" Wgr., localizado na sua confluência com o Rio Maú ou Ireng; daí segue pela margem direita do citado rio, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/3 e B/2, até o Ponto Digitalizado 06, de coordenadas geodésicas aproximadas 03°51'56,5" N e 59°35'25,1" Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Uanamará; SUL: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Igarapé Uanamará, a montante, até o Marco 04, de coordenadas geodésicas 03°55'15,4420" N e 59°41'51,6834" Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Nambi; daí, segue por uma linha reta até o Marco 05 (marco de observação astronômica, denominado Marco Pirarara), de coordenadas geodésicas 03°40'05,75" N e 59°43'21,59" Wgr.; daí segue no mesmo alinhamento até a margem direita do Rio Maú ~~at~~.^c

Ireng; daí, segue por essa margem, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, até a sua confluência com o Rio Tacutu, onde está localizado o Marco de Fronteira 1, de coordenadas geodésicas 03°33'58,25" N e 59°52'09,19 Wgr.; daí, segue pela margem direita do Rio Tacutu, a jusante, até o Ponto Digitalizado 07, de coordenadas geodésicas aproximadas 03°22'25,2" N e 60°19'14,5" Wgr., localizado na confluência com o Rio Surumu; OESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Rio Surumu, a montante, até o Ponto Digitalizado 08, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°12'39,9" N e 60°47'49,7" Wgr., localizado na confluência com o Rio Miang; daí segue pela margem esquerda do Rio Miang, a montante, até o Marco de Fronteira L8-82, de coordenadas geodésicas 04°29'38,731" N e 61°08'00,994" Wgr., localizado na sua cabeceira, na Serra Pacaraima, junto ao limite internacional Brasil/Venezuela; daí, segue pelo limite internacional, passando pelos Marcos de Fronteira BV-7, BV-6, BV-5, BV-4, BV-3, BV-2, BV-1 e BV-0=Marco SAT RR-13, início da descrição deste perímetro. Base cartográfica utilizada: NB.20-Z-B; NB.21-Y-A; NB.20-Z-D; NB.21-Y-C; NA.20-X-B e NA.21-V-A – Escala 1:250.000 – RADAMBRASIL/DSG – Anos 1975/76/78/80. As coordenadas geodésicas citadas são referenciadas ao Datum Horizontal SAD – 69.

Art. 3º O Parque Nacional do Monte Roraima é bem público da União submetido a regime jurídico de dupla afetação, destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios.

§ 1º O Parque Nacional do Monte Roraima será administrado em conjunto pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pela Comunidade Indígena Ingarikó.

§ 2º O Ministério da Justiça e o Ministério do Meio Ambiente, ouvidos a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Comunidade Indígena Ingarikó, apresentarão, para homologação do Presidente da República, plano de administração conjunta do bem público referido no *caput*.

Art. 4º É assegurada, nos termos do Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, a ação das Forças Armadas, para a defesa do território e da soberania nacionais, e do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, para garantir a segurança e a ordem pública e proteger os direitos constitucionais indígenas, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Parágrafo único. As Forças Armadas e o Departamento de Polícia Federal utilizarão os meios necessários, adequados e proporcionais para desempenho de suas atribuições legais e constitucionais.

Art. 5º Fica resguardada a prerrogativa do Presidente da República de, em caso de real necessidade, devidamente comprovada, adotar as medidas necessárias para afetar os bens públicos da União de uso indispensável à defesa do território e à soberania nacional, bem como de exercer o poder de polícia administrativa para garantir a segurança e a ordem pública na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de abril de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

A demarcação inspirou-se na Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça:

PORTARIA Nº 534, DE 13 DE ABRIL DE 2005.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, observando o disposto no Decreto n.º 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e com o objetivo de definir os limites da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e Considerando que a Portaria MJ n.º 820/98 não contempla solução para questões de fato controvertidas ressalvadas no Despacho n.º 50, de 10 de dezembro de 1998, do então Ministro da Justiça;

Considerando ser conveniente e oportuno solucionar, de modo pacífico, situações de fato controvertidas ressalvadas no referido Despacho n. 50;

Considerando que os atos praticados com fundamento na Portaria MJ n.º 820, de 11 de dezembro de 1998, são válidos e devem ser aproveitados;

Considerando que o Parque Nacional do Monte Roraima pode ser submetido, por decreto presidencial, a regime jurídico de dupla afetação, como bem público da União destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios que ali vivem;

Considerando que o Decreto n.º 4.412, de 7 de outubro de 2002, assegura a ação das Forças Armadas, para defesa do território e da soberania nacionais, e do Departamento de Polícia Federal, para garantir a segurança, a ordem pública e a proteção dos direitos.

constitucionais dos índios, na faixa de fronteira, onde se situa a Terra Indígena Raposa Serra do Sol;

Considerando, por fim, o imperativo de harmonizar os direitos constitucionais dos índios, as condições indispensáveis para a defesa do território e da soberania nacionais, a preservação do meio ambiente, a proteção da diversidade étnica e cultural e o princípio federativo;

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar, com as ressalvas contidas nesta Portaria, a declaração de posse permanente dos grupos indígenas Ingarikó, Makuxi, Taurepang e Wapixana sobre a Terra Indígena denominada Raposa Serra do Sol.

Art. 2º A Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com superfície de um milhão, setecentos e quarenta e três mil, oitenta e nove hectares, vinte e oito ares e cinco centiares e perímetro de novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e nove metros e treze centímetros, situada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, Estado de Roraima, está circunscrita aos seguintes limites: NORTE: partindo do Marco SAT RR-13=MF BV-0, de coordenadas geodésicas 05°12'07,662" N e 60°44'14,057" Wgr., localizado sobre o Monte Roraima, na trijunção das fronteiras Brasil/Venezuela/Guiana, segue pelo limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/BG-1, B/BG-2, B/BG-3, B/BG-4, B/BG-5, B/BG-6, B/BG-7, B/BG-8, B/BG-9, B/BG-10, B/BG-11, B/BG-11A, B/BG-12 e B/BG-13, até o Ponto Digitalizado 02, de coordenadas geodésicas aproximadas 05°11'54,8" N e 60°06'32,0" Wgr., localizado na cabeceira do Rio Maú ou Ireng; LESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem direita do Rio Maú ou Ireng, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/5, B/4, B/3 e B/2, até o Ponto Digitalizado 03 de coordenadas geodésicas aproximadas 03°51'56,5" N e 59°35'25,1" Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Uanamará; SUL: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Igarapé Uanamará, a montante, até o Marco 04 de coordenadas geodésicas 03°55'12,8544" N e 59°41'50,4479" Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Nambi; daí, segue por uma linha reta até o Marco 05 (marco de observação astronômica, denominado Marco Pirarara), de coordenadas geodésicas 03°40'05,75" N e 59°43'21,59" Wgr.; daí, segue no mesmo alinhamento até a margem direita do Rio Maú ou Ireng; daí, segue por esta margem, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, até a sua confluência com o Rio Tacutu, onde está localizado o Marco de Fronteira 1 de coordenadas geodésicas 03°33'58,25" N e 59°52'09,19" Wgr.; daí, segue pela margem direita do Rio Tacutu, a jusante, até o Ponto digitalizado 07.

de coordenadas geodésicas aproximadas 03°22'25,2" N e 60°19'14,5" Wgr., localizado na confluência com o Rio Surumu; OESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Rio Surumu, a montante, até o Ponto Digitalizado 08, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°12'39,9" N e 60°47'49,7" Wgr., localizado na confluência com o Rio Miang; daí, segue pela margem esquerda do Rio Miang, a montante, até o Marco de Fronteira L8-82 de coordenadas geodésicas 04°29'38,731" N e 61°08'00,994" Wgr., localizado na sua cabeceira, na Serra Pacaraima, junto ao limite internacional Brasil/Venezuela; daí, segue pelo limite internacional, passando pelos Marcos de Fronteira BV-7, BV-6, BV-5, BV-4, BV-3, BV-2, BV-1 e BV-0=Marco SAT RR-13, início da descrição deste perímetro. Base

cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: NB.20-Z-B; NB.21-Y-A; NB.20-Z-D; NB.21-Y-C; NA.20-X-B e NA.21-V-A – Escala 1:250.000, RADAMBRASIL/DSG Ano 1975/76/78/80

Art. 3º A terra indígena de que trata esta Portaria, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2º, da Constituição.

Art. 4º Ficam excluídos da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol:

I – a área do 6º Pelotão Especial de Fronteira (6º PEF), no Município de Uiramutã, Estado de Roraima;

II – os equipamentos e instalações públicos federais e estaduais atualmente existentes;

III – o núcleo urbano atualmente existente da sede do Município de Uiramutã, no Estado de Roraima;

IV – as linhas de transmissão de energia elétrica; e

V – os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes.

Art. 5º É proibido o ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou grupos de não-índios dentro do perímetro ora especificado, ressalvadas a presença e a ação de autoridades federais, bem como a de particulares especialmente autorizados, desde que sua atividade não seja nociva, inconveniente ou danosa à vida, aos bens e ao processo de assistência aos índios.

Parágrafo único. A extrusão dos ocupantes não-índios presentes na área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol será realizada em prazo razoável, não superior a um ano, a partir da data de homologação da demarcação administrativa por decreto presidencial.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

4. O protesto dos índios Makuxis (da comunidade Flechal): restrição da liberdade de policiais federais

A demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol (nos moldes do Decreto de 15 de abril de 2004) conseguiu um feito realmente extraordinário: **a revolta de várias comunidades indígenas contra o ato demarcatório**. No retrospecto da relação entre o Estado e os povos indígenas no Brasil talvez não encontremos um ato tão inusitado e paradoxal, em que os “virtuais beneficiários” rebelam-se contra a suposta “proteção” estatal.

Essa insurgência é especialmente reveladora da falta de diálogo, de consenso mínimo, de transparência, enfim, de legitimidade da demarcação promovida. Ao invés de sujeitos interessados, os índios (principalmente os da etnia Makuxi) foram tomados como mero objeto da demarcação, sem direito a voz, na linha da velha tradição paternalista e tutorial dos órgãos federais.

Ocorre que, logo após ou concomitantemente à edição do decreto demarcatório, a polícia federal reforçou seu contingente na área, batizando tal mobilização com o infeliz epíteto de “*Operação Upatakon*”. Na língua makuxi, *upatakon* significa justamente “nossa terra”. No entanto, as ações de policiamento ostensivo (barreiras nas estradas, conferência de documentos, questionamentos, exibição de armamento pesado, etc.) foram muito mal recebidas pela população local, especialmente pelos moradores das vilas e pelos líderes das comunidades indígenas. A presença maciça dos policiais foi vista como uma provocação gratuita e desnecessária.

No dia 22 de abril de 2004, quatro policiais federais (três agentes e um delegado) da polícia federal foram feitos reféns pelos índios Makuxis, da comunidade Flechal, localizada na área do Município de Uiramutã. As lideranças indígenas prepararam-se para o conflito, reunindo mais de 1.000

índios no local. A polícia federal também aumentou o seu contingente, chegando a planejar, conforme noticiado pela imprensa, operações de resgate.

A Agência Jornal do Brasil captou bem o clima de grande apreensão e intranquilidade naqueles dias:

Índios de toda a reserva Raposa/Serra do Sol estão se deslocando para a comunidade Fechal, em Roraima, onde um delegado e três agentes da Polícia Federal são mantidos reféns desde a última sexta-feira. Os índios protestam contra a homologação, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da terra indígena. A comunidade Fechal se tornou o ponto da Raposa/Serra do Sol onde os ânimos estão mais acirrados e local de concentração dos índios que se revoltaram conta a medida do governo federal. Na vila vivem cerca de 750 índios, mas os manifestantes podem chegar a três mil, de acordo com projeções dos líderes.

Diante desse quadro, um dos objetivos da presente Comissão era o de contribuir para uma solução negociada, evitando o uso violência ou desfecho trágico. Felizmente, na madrugada do dia 30 de abril de 2005, no preciso momento em que a Comissão chegava à cidade de Boa Vista, os policiais federais foram liberados, depois de longa negociação na qual interveio o Governador do Estado.

O cárcere de servidores públicos não merece o apoio ou chancela de nenhuma autoridade responsável. No entanto, não podemos fechar os olhos para o significado político do gesto desses makuxis, cujo caráter de protesto é inegável.

Sabemos que a demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol sempre foi um problema complexo, razão pela qual se arrasta há tantos anos. Em primeiro lugar, nota-se um claro descompasso entre a atuação das autoridades federais e das autoridades estaduais e municipais, principalmente

quanto às possibilidades de desenvolvimento do Estado. Há também disputas entre segmentos religiosos, além das reivindicações dos produtores rurais e dos proprietários com títulos oficiais emitidos há décadas. Some-se a isso o fato de que grande parte da reserva constitui área de fronteira.

A complexidade aumenta na medida em que existem etnias indígenas relativamente satisfeitas com a demarcação, como é o caso dos ingarikós, ao norte da reserva, que desejavam área própria, e há opinião divergente entre os próprios makuxis.

No entanto, ao nosso sentir, não haverá solução definitiva se o Presidente da República não buscar uma proposta que respeite o direito à autonomia de **todas as tribos indígenas** da área Raposa/Serra do Sol, garantindo as condições para o contato fraterno entre os povos Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana.

5. Das diligências realizadas entre os dias 30 de abril e 2 de maio de 2005

Na tarde do dia 30 de abril de 2004, a Comissão reuniu-se com o Governador do Estado de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, que expressou seu enorme descontentamento com a demarcação promovida pelo Governo Federal, temendo a inviabilização econômica do Estado. Sua Excelência reivindicou ainda a simples observância da chamada “*Lei Marluce Pinto*” (Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que *transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União e dá outras providências*).

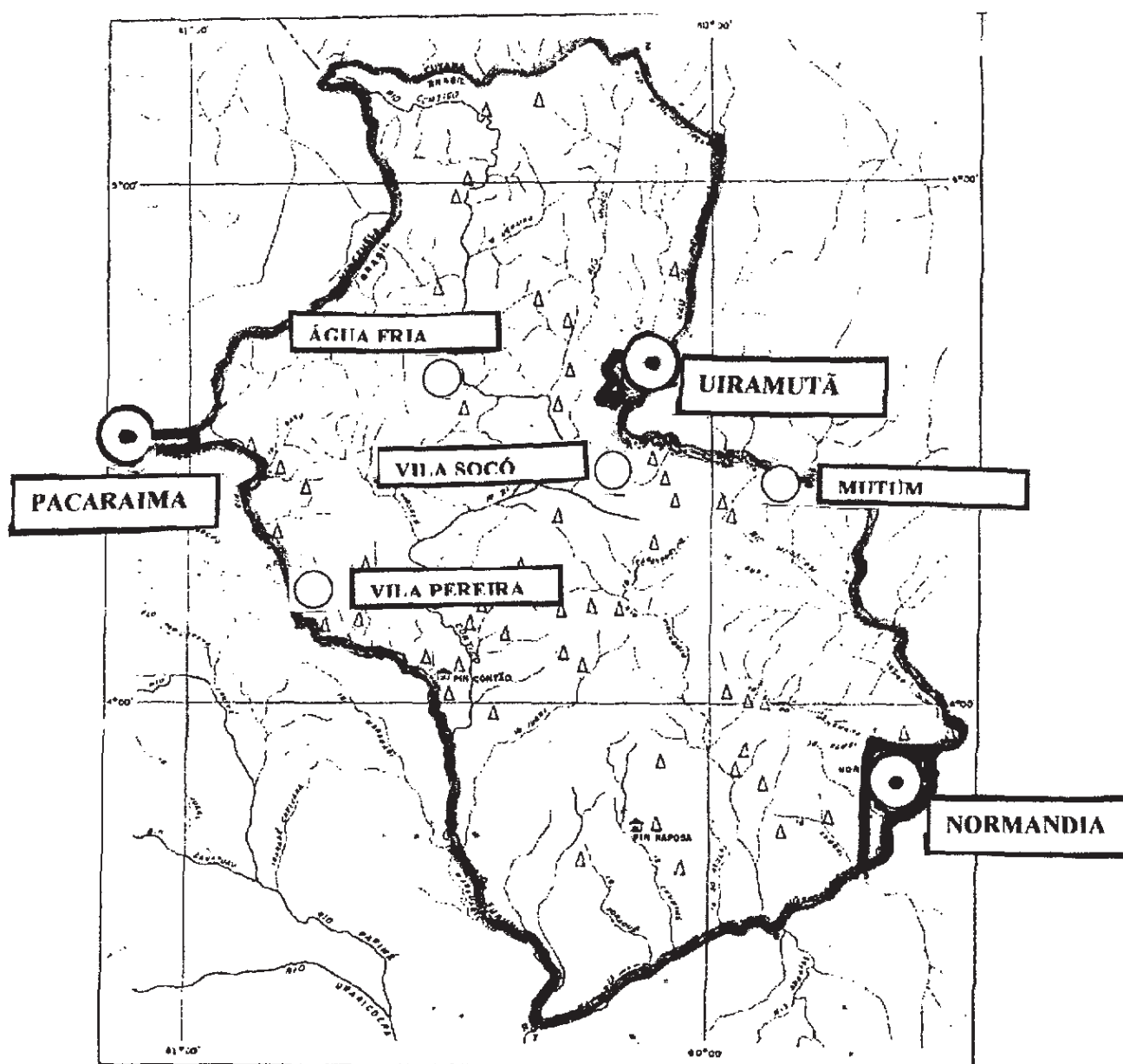
Em seguida, a Comissão dirigiu-se à 1ª Brigada de Infantaria da Selva, sendo recebida pelo General Paulo Studart Filho, que colocou à disposição da Comissão um helicóptero do Exército brasileiro para sobrevoar a área da demarcação, de modo a permitir o contato mais rápido com as vilas afetadas.

Na noite do mesmo dia 30, a Comissão ouviu o Superintendente da polícia federal no Estado de Roraima, Dr. José Francisco Mallmann, que relatou as dificuldades enfrentadas nos dias que se seguiram à captura dos policiais. Segundo suas informações, os reféns foram submetidos a exame de corpo de delito e não denunciaram nenhum tipo de agressão.

No dia seguinte, 1º de maio, a Comissão deslocou-se de helicóptero até as vilas e comunidades indígenas mais atingidas com demarcação, na seguinte ordem:

- Mutum (chegada às 09:20 h.);
- Socó (10:35 h.);
- Flechal (11:45 h.);
- Água Fria (13:00 h.);
- Contão (14:50 h.);
- Surumu (ou Vila Pereira, 15:50 h.).

Abaixo, demonstra-se a localização das comunidades visitadas:



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA IDENTIFICADA
- PONTO DEFINIDOR DE LIMITES
- △ POSTO INDÍGENA
- ▲ MALOCA INDÍGENA
- ~ QUAZO D'ÁGUA PERMANENTE
- - - LIMITE INTERNACIONAL
- DIREÇÃO DE CORRENTE

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI			
DIRETORIA DE ASES. (125) FUNDIÇÕES - DAF			
NOMENCLATURA		IDENTIFICAÇÃO	
ÁREA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL		EXT. 1 678 800 ha	PERÍMETRO 1 000 km
MUNICÍPIO: BOA VISTA e NORMANDIA		ESTADO: 1 1 000.000	DATA: 15 / 04 / 93
UF: RR	SE: 5º	NR: BOA VISTA	PROCESSO DE FUNAI/ASA/ 5233/77
TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES		TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES	
NOME: []		NOME: []	
CARGO: []		CARGO: []	
ASSINATURA: []		ASSINATURA: []	
DATA: []		DATA: []	

Foram ouvidas as lideranças locais, todas fazendo coro contra a demarcação proposta pelo Decreto de 15 de abril de 2004. Os testemunhos eram de profunda inquietação, revolta e preocupação quanto ao futuro. Os moradores temem uma retirada forçada do local onde vivem há décadas. Não confiam na promessa de indenização. Temem o isolamento e o abandono gradativo das autoridades públicas. Não é demais assinalar que a maioria dos moradores não é contrária à demarcação, mas sim à demarcação nos termos do Decreto de 15 de abril de 2004.

Registre-se que, nas Vilas Mutum, Socó, Água Fria e Surumu (Vila Pereira), grande parte dos moradores possui um forte traço indígena, permitindo, inclusive, o enquadramento na definição legal fixada no art. 3º, I, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.³ Os casamentos e uniões entre índios e não-índios são comuns, sendo visível o processo avançado de miscigenação.

No dia 2 de maio de 2005, a Comissão reuniu-se na Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, para ouvir os deputados estaduais. Participaram do encontro os deputados Célio Wanderley, Chico Guerra, Edio Lopes, Euzeu Alves, Lúcia Peixoto, Malu Campos, Marília Pinto, Naldo Bezerra e Tião Portela.

No período da tarde do mesmo dia, houve audiência na sede da Federação do Comércio do Estado de Roraima (FECOMÉRCIO) com representantes da classe produtiva e de entidades indígenas: Dr. Alcides Lima (Presidente da FIER); Deputado Federal Almir Sá; Dr. José Lopes (Presidente da COOPERCARNE); Dr. Airton Dias (Presidente da FECOMÉRCIO); Dr.

³ Art. 3º Para os efeitos de lei, ficam estabelecidas as definições a seguir discriminadas: I – Índio ou Silvícola – É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional; II – Comunidade Indígena ou Grupo Tribal – É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados.

Luiz Zago (Presidente da AGRICER); Dr. Waldemar (Advogado da SODIUR); Sr. Jonas (Presidente da SODIUR); Sr. José Novaes (Representante da SODIUR); Dr. Paulo Quartiero (Representante dos Arrozeiros); Dr. Derval Furtado (Presidente da FACIR); Deputado Luiz Afonso Faccio; Deputado Lúcio Pirilo; Bernaldo Wapichana (Presidente da Associação Indígena); Dr. Luiz Faccio (Representante dos rizicultores); Dr. Ricarco Peixoto (Presidente da CAMATUR); Dr. César Zoldan (Presidente da Cooperativa Grão Norte), Dr. Damião Dianlupe (Representante da EMBRAPA) e Gilberto Makuxi (Representante da ARIKON).

Por fim, no dia 3 de maio de 2005 houve reunião, na Câmara de Vereadores de Boa Vista, quando, uníssonos, os vereadores se manifestaram contra a demarcação. Da mesma forma, posicionaram-se o Prefeito de Pacaraima, Sr. Paulo César Quarteiro, e todos os vereadores desse Município.

6. Das falhas, contradições e nulidades do processo demarcatório

A Segunda Reunião da Comissão Especial Externa, realizada no dia 19 de maio de 2005 no Senado Federal, foi dedicada a ouvir o Sr. Hamilton Gondim, que presidiu a perícia judicial sobre a demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol por designação do Juiz Federal Helder Girão Barreto, em ação popular impetrada por advogados de Roraima.

Preambularmente, o Sr. Hamilton Gondim chama atenção para as *confusões e reviravoltas* no processo de demarcação da referida área indígena, o que permite explicar as falhas e contradições na regulação da matéria pelas instâncias do Poder Executivo:

De início, vale ressaltar que a primeira reunião de Tuxauas, visando a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, é de 1971. E, ~~entre~~ 1984 e 1989 – é importante e vamos voltar mais tarde a falar sobre

isto –, foram criados vários grupos de trabalho que produziram relatórios os mais diversos possíveis. Relatórios que demarcaram as terras em Ingarikó, lá em cima da Serra do Sol, como algo independente, e uma série de outros relatórios antropológicos e propostas de demarcação.

Porém, todas essas propostas não tinham um procedimento administrativo previamente definido. Era meio confuso. **Quem olha os processos da Funai compreende como é confuso o processo de demarcação da terra indígena. Em 1991, o Decreto nº 22 veio normatizar a coisa. O art. 2º diz que a demarcação da terra indígena deve ser precedida de um estudo por um grupo técnico. E o § 1º, diz que o grupo técnico é nomeado pela Funai e será composto por técnicos especializados, também é importante lembrar disso. E o § 6º diz que, concluídos os trabalhos, o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado à Funai.**

Por causa desse decreto de 1991, em 1992 a Funai foi obrigada a criar um grupo técnico a que eles chamaram de *interinstitucional*. Esse grupo naturalmente fez um relatório, que foi encaminhado à Funai que, pelo Parecer nº 36, aprovou o relatório e sugeriu que ele fosse homologado no despacho ao Ministro da Justiça em 1993.

Logo em seguida, o Ministro Jobim assume o Ministério da Justiça e condena praticamente publicamente o Decreto de 1991, dizendo que ele é *inconstitucional*, porque não dá ao Estado e aos Municípios o direito de apresentar o contraditório. Aí nasce um novo decreto, o Decreto nº 96, que simplesmente aumenta as exigências do Decreto de 1991. **Dá oportunidade ao contraditório, diz que o relatório da Funai deve ser publicado no diário oficial do Estado, justamente para oferecer ao Estado a oportunidade de apresentar o contraditório, e reconhece algum direito do Estado e dos Municípios de participarem desse processo.**

Mesmo assim, em 1998, houve a famosa Portaria nº 820, que demarcou a terra indígena. Com essa portaria de 1998, o que aconteceu é que apareceram várias contestações judiciais. Uma delas é a ação que o Senador Mozarildo já falou e que na Justiça Federal em Roraima fizemos parte do grupo técnico para fazer a análise desse processo.

Como resultado do tortuoso desentendimento no plano administrativo e judicial em torno da Portaria nº 820, as inúmeras ações impetradas foram reunidas sob a competência do Supremo Tribunal Federal, o que paralisou o processo de demarcação.

Posteriormente, lançando mão de uma questionável manobra jurídica, o Executivo, no dia 13 de abril de 2005, edita a Portaria nº 534:

somente publicada no D.O.U. no dia 15 de abril de 2005, que, em tese, substituiu a de nº 820, para induzir a perda de objeto das ações impetradas. Em inusitada velocidade, o STF, no 14 de abril, declara a perda superveniente de objeto das ações contestatórias da demarcação, ignorando que a Portaria nº 534, mesmo que tivesse sido previamente publicada, se escorava nos mesmos pressupostos fáticos e legais da portaria anterior, inclusive a ela fazendo expressa remissão:

Considerando que os atos praticados com fundamento na Portaria MJ nº 820, de 11 de dezembro de 1998, **são válidos e devem ser aproveitados;**

Em 15 de abril, a terra indígena estava homologada, frise-se, somente dois dias após a manobra. Diante desses fatos, o Sr. Hamilton apresenta os seguintes pontos de controvérsias:

A Portaria nº 534 tem os mesmos suportes técnicos que a Portaria nº 820. Na verdade, ela diz que a 820 é válida e que todos os atos devem ser respeitados. Portanto, não há porque se livrar da forma que foi feita.

A de nº 534 afirma, em seu preâmbulo também, que foi baseada no Decreto nº 1.775, de 1996 – aquele decreto que aumentou as exigências –, e que segue os procedimentos administrativos ali contidos. Aí vai numa observação: o Decreto do Presidente é a autonomia dele, ele decreta o que quiser; o decreto do Presidente decreta o que quiser. Agora, quando ele decretou isso, ele disse: “Estou seguindo o Decreto nº 1.775”. Nesse ponto, o próprio Presidente da República, no próprio decreto, se autolimitou; ele foi dizendo que seguiria os procedimentos ali.

Na verdade, a Portaria não segue esses procedimentos administrativos. E eu afirmo que não segue nem mesmo os do Decreto nº 22, de 1991, aquele que era mais brando. Lembro também o seguinte: em 1996, quando saiu esse novo Decreto, houve uma repercussão muito grande em todos os meios de comunicação, chamando-o “decreto do medo”, o “decreto da vergonha”, porque estava aumentando as exigências para a demarcação de terra indígena. **Mas por que ele não obedece aos relatórios? Porque, primeiro, o grupo técnico não apresentou à Funai um relatório circunstanciado. Por quê? Porque esse relatório foi assinado única e exclusivamente por um membro do grupo: pela antropóloga Maria Guiomar. Segundo, o resumo do relatório, como é exigido no 1.775, não foi publicado no Diário Oficial do Estado. Essa é uma verdade absoluta e, portanto, não obedece ao que manda o Decreto. Terceiro, não há nenhuma representatividade do grupo**

técnico-institucional criado pela Funai. A isso vamos tecer comentários mais tarde. E, finalmente, o relatório apresentado à Funai está completamente comprometido, porque tem várias peças elaboradas por ONGs, organizações não-governamentais, como é o caso do Cimi e do Cir, e não faz análise alguma, não tem uma única palavra que estude o reflexo social e econômico dessa demarcação para o Estado de Roraima.

O perito contestou, portanto, pontos objetivos considerados na homologação da Raposa/ Serra do Sol e afirma que o grupo interinstitucional criado em 1992 foi, na verdade, uma farsa:

Sobre o grupo de trabalho institucional criado em 1992, primeiro, tem cinco membros da Funai. Então, com esses, aí nós, da Comissão, não tivemos nenhum contato a não ser com a presidente, com quem eu estive três ou quatro contatos. O funcionário do Incra. Quando eu estava presidindo esta Comissão, fui procurar a pessoa do Incra. Ele estava viajando para Belém e não pôde falar conosco. Agora, há um mês, fui ao Incra, procurei lá o Sr. Nilton e perguntei para ele: “O senhor esteve na Raposa Serra do Sol?” “Estive várias vezes, passei mais de 90 dias lá”. Aí começou a falar. O grupo fazia várias reuniões. “O que você achou da presidente da comissão?” Ele disse assim: “Que presidenta? O presidente é um outro antropólogo”. Eu disse: “Não, espera aí, nós não estamos falando da mesma coisa”. Aí descobrimos que ele esteve na Raposa Serra do Sol entre 84 e 87, fez muitos relatórios. Mas vocês se lembram daquela observação aqui embaixo, que dizia, entre 1984 e 1987, fizeram vários relatórios? Um deles é desse rapaz. (...)

Depois, os cinco funcionários que representariam o Governo... Aí vale ressaltar que o Governador na época era o Otomar Pinto, o mesmo governador de hoje. O Governador, quando viu a possibilidade de fazer essa comissão, fez um decreto nomeando três representantes do Governo. Os três representantes eram: Robério Araújo, o então Secretário de Meio Ambiente e Justiça e, hoje, Secretário de Articulação Municipal; e mais duas outras pessoas que era o Aiberê, que era o Chefe da Casa Civil, e mais um fazendeiro do qual não me lembro o nome.

Então os três foram nomeados por decreto pelo Governador. Esse projeto foi encaminhado para a Funai, para colocá-los na portaria. A Funai, simplesmente, nomeou apenas o Robério.

Aí pensei, nomeou o Robério porque na portaria não caberia três, caberia só um. Mas, em seguida, nomeia mais seis técnicos agrícolas. Então não era problema de número. A Funai escolheu um e só um

dos três indicados pelo Governador; e ainda colocou, de quebra, seis técnicos agrícolas.

Agora, chamei cada um dos seis técnicos agrícolas para conversar. **Apenas dois são técnicos agrícolas**, todos os seis não são técnicos agrícolas; **dois são motoristas, um outro é auxiliar operacional agrícola, e um outro é técnico em estradas; e esse técnico em estrada disse: doutor, nunca fui a Raposa Serra do sol. (...)**

O Robério tomou conhecimento. Foi à Assembléia Legislativa logo depois que saiu o relatório do grupo, do qual ele faria parte, e disse alto e bom som – e a cópia da ata da Assembléia, com essas declarações, está no processo – que nunca tinha sido chamado para reunião alguma; tinha sido nomeado para essa comissão por Brasília. Disse também que não o tinham ouvido, não tinham dado a ele a oportunidade de se expressar. Disse que fora enganado, que todos tinham sido enganados, e isso tinha sido feito de má-fé pela Funai. Não são palavras minhas, são palavras do Robério Araújo, que estão comprovadas na ata da reunião da Assembléia Legislativa.

Dois pesquisadores da USP... Academia, universidade tinham que estar representadas aí. Todo mundo ficou satisfeito porque a USP estava representando a academia. **Porém dos dois, apenas um é pesquisador da USP.** E liguei para esse pesquisador da USP, conversei com ele dadas minhas ligações com a USP, e disse: – meu amigo, como é que você faz um negócio desse.

– Que negócio? Eu não fiz.

– Quantas vezes você esteve em Roraima?

– **Ele disse: não conheço o Estado de Roraima, nunca fui lá.**

– Como é que você não vai lá e faz um relatório técnico desses?

– Eu! Relatório técnico! Que relatório técnico?

– Você fazia parte dessa comissão.

– Que comissão?

Ele não sabia que fazia parte da comissão, embora, na verdade, ele não tenha sido indicado pela USP, foi indicado pelo Cimi; e tenho a carta do Cimi dizendo que ele era pessoa confiável para fazer parte desta Comissão.

Um membro do CIMI – disso vamos falar daqui a pouco –, **um representante do Conselho Missionário Indigenista e um representante da diocese de Roraima.** Esses não procurei, porque não quis confrontar. Todos que procurei não tinham conhecimento de que faziam parte da comissão. Nunca encontrei um que tivesse conhecimento, a não ser a Presidente e o Robério. Esses eu não procurei. Mas é muito simples: na hora em que forem chamados ~~em~~ juízo, os dois vão dizer, naturalmente, que não houve nenhuma reunião.

E as lideranças indígenas? Foram 10 índios indicados para participar da comissão. Quanto aos 10 índios, a própria portaria diz claramente: indígenas indicados pelo CIR – Conselho Indigenista de Roraima, portanto por apenas uma das alas. Há 47% dos índios região Raposa Serra do Sol vinculados a eles, portanto é uma representação parcial dos índios.

Portanto, o grupo de trabalho, além de não contar com representantes dos Municípios roraimenses afetados, com produtores rurais e outros atores sociais interessados na demarcação da área, demonstra irregularidades em sua condução. Na verdade, nunca houve relatório do grupo nomeado.

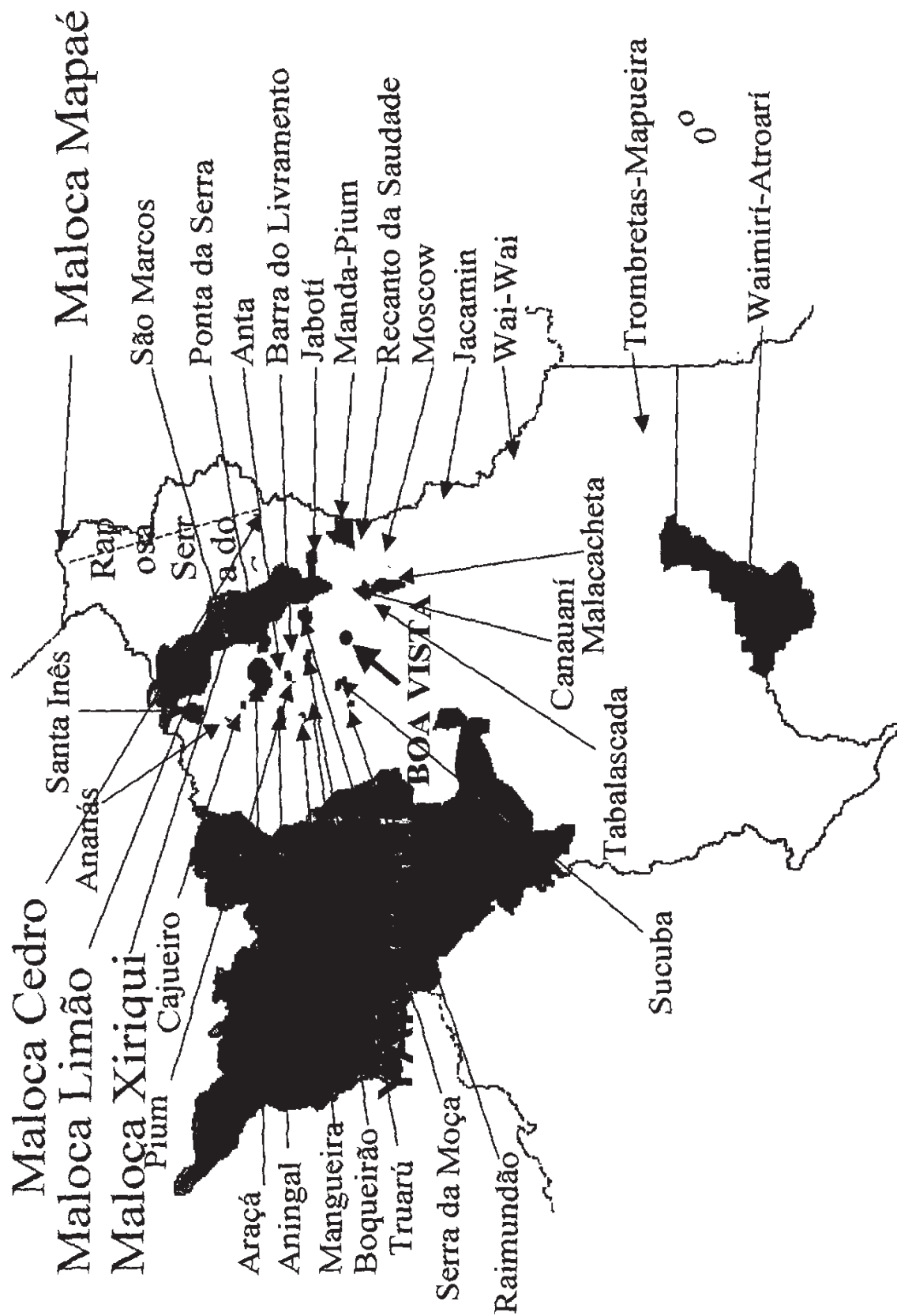
O perito igualmente contesta critérios na demarcação, misturando etnias como a Ingarikó e Makuxi na Raposa/Serra do Sol e separando outras que são idênticas e próximas geograficamente, mas em áreas distintas. Por exemplo, localizadas na área São Marcos. Se houvesse lógica no ajuntamento de etnias e culturas tão diferentes, deveríamos, por via de consequência, propugnar a unificação de todas as terras indígenas em Roraima, conforme o palestrante destaca:

Então, a terra indígena vai ser: San Marco, Raposa Serra do Sol, Jabuti, Ananás etc. E aí eu vou colocando uma outra vizinha, exatamente a mesma coisa. Por que não colocar? E aí se vai colocando todas aquelas terras indígenas que foram demarcadas no passado e que são várias ilhas em torno de Boa Vista. **Manda a lógica e a racionalidade que todas elas sejam integradas e aí você tem e acho que é a parte principal de nossa palestra, este mapa que fica muito interessante: Boa Vista rodeada de setas de todos os lados, onde, realmente, não tem a mínima condição de se colocar Boa Vista fora desta área.** Isso se usar a racionalidade de que devemos juntar duas coisas tão distantes daquelas. Portanto, alguma coisa está errada. (...)

Na hora em que começamos a fazer isso, vemos que Boa Vista desaparece, porque todas aquelas têm muito mais similaridade antropológica. É mais lógico juntar essas pequenas ilhas do que juntar Mapaé com Cedro. Mapaé está muito mais distante de Cedro, antropológicamente falando, do que as outras áreas.

Vejamos, a seguir, mapa ilustrativo que comprova a tese acima esposada:

TERRAS INDÍGENAS DEMARCADAS NO ESTADO DE RORAIMA



7. A Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça: ambigüidade e inconstitucionalidade

Entre outros pontos, um que merece imediata revisão no processo de demarcação diz respeito às áreas excluídas da Reserva Raposa/Serra do Sol. Com efeito, assim dispõe o art. 4º da Portaria nº 534, de 2005, do Ministério da Justiça:

Art. 4º Ficam excluídos da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol:

I – a área do 6º Pelotão Especial de Fronteira (6º PEF), no Município de Uiramutã, Estado de Roraima;

II – os equipamentos e instalações públicos federais e estaduais atualmente existentes;

III – o núcleo urbano atualmente existente da sede do Município de Uiramutã, no Estado de Roraima;

IV – as linhas de transmissão de energia elétrica; e

V – os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes.

A leitura do inciso II do dispositivo acima transcrito causa uma primeira reação de perplexidade. Perguntamos: onde estão localizados os equipamentos e instalações públicas federais e estaduais referidos pelo dispositivo? A quem se destinam tais equipamentos? Se tais equipamentos – cuja finalidade básica é a de prestar serviços públicos – estão expressamente excluídos da área da reserva, o que dizer das populações por eles atendidas?

Ora, neste ponto, a Portaria nº 534, de 2005, utiliza o recurso da ambigüidade, da dúvida, da incerteza. É evidente que os equipamentos públicos hoje existentes (na maioria geridos pelo Estado de Roraima) atendem à população humilde das vilas atingidas pela demarcação. Em cada uma dessas minúsculas comunidades (Mutum, Socó, Flechal, Água Fria, Contão e Surumu), há praticamente a mesma estrutura: uma escola, um posto de saúde, um posto policial e a sede da administração da vila. No caso da comunidade

O art. 4º, III, da Portaria nº 534, de 2005 parece ignorar o fato de que a República Federativa do Brasil é formada pela “união indissolúvel dos

Estados e **Municípios** e do Distrito Federal”, como consagrado no *caput* do art. 1º da Constituição Federal (CF). Está fora de questão que os municípios gozam de autonomia político-administrativa na ordem constitucional vigente (art. 18, *caput*, da CF). A União deve, sim, zelar pela autonomia municipal, nos termos do art. 34, VII, c, da Carta Magna.

É o caso de perguntar, então: como uma portaria do Ministério da Justiça pode pretender definir os limites de um município? Ora, uma vez reconhecida a existência do município de Uiramutã, a única forma de redução da sua área territorial seria por meio de lei estadual, após consulta à população diretamente afetada, nos termos do art. 18, § 4º, da CF. A Lei Maior não admite outro modo de alteração da configuração geográfica do ente municipal. Por essa razão, a Portaria nº 534, de 2005, faz *tabula rasa* de todos os citados dispositivos constitucionais.

No limite do sistema federativo, se a União deseja reivindicar parte das terras hoje pertencentes ao Município de Uiramutã, cabe-lhe deduzir sua pretensão perante o Poder Judiciário, e não atuar de forma direta, unilateral e arbitrária.

8. Das consequências negativas da demarcação

O Decreto homologatório de 15 de abril de 2005 conseguiu produzir ou potencialmente produzirá, se mantido, várias consequências negativas no Estado de Roraima e para sua comunidade índia e não-índia. Como projeção desses efeitos, teceremos considerações sobre os impactos econômicos, fundiários, populacional e de defesa.

Impacto econômico – em Roraima, uma das principais atividades econômicas é o plantio de arroz e, entre as áreas mais propícias para tal cultivo, estão as que circunscrevem a terra indígena Raposa/Serra do Sol. No Município de Normandia, por exemplo, a produção de arroz alcançou o patamar de 29 mil toneladas de grãos em 2002, enquanto o Município de Pacaraima atingiu em mesmo período 38 mil toneladas. Além do arroz, destaca-se a produção de gado em Normandia e Pacaraima, que se aproxima de 33 mil cabeças de gado em cada município.

A supressão de boa parte das áreas de plantio, concorrente com a não previsão de área de expansão do Município de Uiramutã e das vilas presentes na área indígena, apontam cenário de carência econômica e impacto na qualidade de vida das comunidades índias e não-índias locais.

Não se pode negligenciar que as atividades econômicas mencionadas têm se revelado como grande parceira no desenvolvimento humano indígena, inclusive incentivando projetos de produção agrícola makuxi própria. Igualmente não se pode desprezar a subjetividade e a deliberação coletiva de tribos makuxi no sentido de participarem mais ativamente dos benefícios da cultura não-índia, como meios de transporte, tecnologia de produção, conforto doméstico, infra-estrutura escolar e sanitária, entre outros incrementos que alteram positivamente o índice de desenvolvimento humano das populações indígenas.

O Estado brasileiro sempre abandonou as comunidades indígenas e ignorou suas opções e estratégias de vida. O Decreto Presidencial de 15 de abril e a Portaria de 13 de abril mais uma vez comprovam o desrespeito à opção indígena, negligenciando posições distintas, como a dos Ingarikós, que pretendem certo distanciamento da vida não-índia, e a de grupos Makuxis, que buscam maior integração. Quais foram os beneficiados? Parte da

população makuxi que optou por laços mais estreitos com a Igreja católica? E a outra parte, resta-lhe apenas a opção do protesto?

O fato é que, excetuando o disposto do art. 4º, V, da Portaria nº 534, de 2005, que excluiu da demarcação os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes, as consequências econômicas para a população roraimense como um todo, e para certas tribos makuxis em particular, serão desastrosas.

Conforme destacado no Relatório parcial da Comissão Temporária Externa do Senado Federal sobre demarcação das terras indígenas (área indígena Raposa/Serra do Sol), p. 43, *textus*:

(...) cumpre ressaltar que não há contradição entre a manutenção do *ethos* indígena e a perspectiva desenvolvimentista, embora este deva estar associada com o respeito pela visão de mundo dos indígenas. O principal ponto de partida para o desenvolvimento em área onde haja indígenas é sua própria vontade, considerando-os como interlocutores que defendem a manutenção de costumes, tradições e usos peculiares, o que não significa ausência de perspectiva desenvolvimentista. No mínimo, deve-se reverter os baixos índices de expectativa de vida, garantir a segurança alimentar etc.

Impacto fundiário – É inegável o caos fundiário provocado pelo decreto homologatório da área indígena Raposa/Serra do Sol. Primeiramente, da forma como foi imposta a demarcação, simplesmente inviabiliza-se a organização fundiária de Municípios como Uiramutã e Pacaraima.

Esse efeito corresponde ao inverso pretendido pela comunidade política e produtora do Estado de Roraima. Ao invés de serem transferidas propriedades da União para o Estado de Roraima, aumenta-se a terra federal. Dessa forma, o Estado de Roraima não possui autonomia sequer sobre metade de seu território, em clara ofensa aos mandamentos constitucionais e ao pacto,

federativo. A seguir, demonstra-se o quadro da situação fundiária do Estado de Roraima:

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (ha)	%
SUPERFÍCIE ESTADUAL	22.298.980,00	100
TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS DESTINADAS	14.257.800,00	63,92
Projetos de assentamentos	1.241.579,12	5,57
Unidades de conservação	2.329.857,00	10,44
Reservas indígenas	10.398.390,00	46,63
Terras do Ministério da Defesa	25.725,47	0,11
Áreas tituladas	262.248,41	1,17
TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS NÃO DESTINADAS	5.800.000,00	26,01
Dentro da faixa de fronteira de 150 km	4.000.000,00	17,94
Fora da faixa de fronteira	1.800.000,00	8,07
TERRAS PÚBLICAS ESTADUAIS NÃO DESTINADAS	2.241.180,00	10,07

Não se pretende negar que, em Roraima, muitas terras são tradicionalmente ocupadas pelos índios e merecem estar sob seu domínio, seguindo conquista histórica assinalada em norma constitucional. Entretanto, boa parte do que é definido como “terra tradicionalmente ocupada” não corresponde à realidade, tendo em vista os confusos e irregulares procedimentos burocráticos da União. Isso ficou demonstrado pela exposição do Sr. Hamilton Gondim e pelos depoimentos coletados *in loco* por esta Comissão Externa, nas comunidades indígenas e não-indígenas existentes na área de Raposa/Serra do Sol.

Além disso, títulos dominiais validamente emitidos há mais de uma geração são manifestamente ignorados e, como consequência, aos ocupantes de boa-fé nas áreas indígenas somente restará o pagamento de indenização pelas suas benfeitorias, nos termos do art. 231, § 6º, da CF. Registre-se, a esse respeito, que depoimentos colhidos em Roraima, Estado acostumado com as demarcações de terras indígenas, apontam na direção das dificuldades de proprietários de boa-fé receberem até mesmo o correspondente às benfeitorias.

Impacto populacional – A demarcação prevista manteve o núcleo urbano atualmente existente da sede do Município de Uiramutã e os equipamentos e instalações públicos federais e estaduais atualmente existentes. Essa indeterminação já demonstrada criou sentimento de extrema instabilidade nas vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum, que é habitada por índios, descendentes de índios e de antigos garimpeiros. Gente humilde, digna e que mantém vínculo profundo com o local; por certo, nunca fizeram jus à pecha de “invasores”, entre outros adjetivos ofensivos.

Essas pessoas, com a demarcação, possivelmente terão de sair para formar favelas em Boa Vista. Contrariamente aos rizicultores e pecuaristas, que possuem meios de se defenderem, as pessoas das vilas possuem poucas perspectivas e, seguramente, não terão guarida da União.

Impacto sobre a defesa – O art. 4º do Decreto Presidencial de 15 de abril de 2005 assegura, nos termos do Decreto nº 4.412, de outubro de 2002, a ação das Forças Armadas, para a defesa do território e da soberania nacionais na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, e o art. 4º, I, da Portaria do Ministério da Justiça nº 534, de 13 de abril de 2005, excluiu da demarcação a área do 6º Pelotão Especial de Fronteira, localizado no Município de Uiramutã.

Nesse particular, o processo demarcatório atendeu em grande medida ao solicitado para a defesa da integridade territorial local. Afinal, o Decreto nº 4.412, de outubro de 2002, garante às Forças Armadas liberdade de trânsito e acesso, instalação e manutenção de unidades e de equipamentos de fiscalização, bem como implantação de programas e projetos de controle e proteção de fronteira.

Essa liberdade de atuação é extremamente necessária para a defesa nacional em local que pode servir de via de combate em disputa territorial entre Venezuela e Guiana, bem como de fluxo de contrabando de pedras preciosas. Vale dizer, na área de Raposa/Serra do Sol há fartura mineral, tais como diamante, zinco, ouro, caulim, ametista, cobre, diatomito, barito e molibidênio.

A defesa não se constitui, entretanto, na ação militar propriamente dita, pois as ameaças ao território nacional não se reduzem à ação armada manifesta e, mesmo diante tais ações, a reação e manutenção de nossa integralidade depende de pluralidade de fatores ínsitos na sociedade civil.

Por exemplo, a supressão de vila de Mutum seria de grande dano à manutenção de nossa defesa, pois é separada apenas de um rio da Guiana e, inclusive, há intensa troca de relações no local: guianenses se abastecem de alimentos e outros gêneros em Mutum, por travessia de balsa, enquanto brasileiros exploram minerais em território guianense, mediante autorização própria. O local é riquíssimo em diamante e não há por parte da Guiana vigilância adequada da área, entre outros fatores de instabilidade. A ausência de urbanização em Mutum causará, seguramente, enfraquecimento do controle e pode constituir foco de instabilidade futura.

9. Recomendações

Após tomar depoimentos em todas as vilas afetadas pela demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol, em malocas indígenas descontentes com o ato homologatório e em Boa Vista, esta Comissão elegeu como prioritárias as seguintes recomendações:

- Reforçar as recomendações do Relatório da Comissão Temporária Externa sobre Demarcação de Terras Indígenas, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003, no que diz respeito à Reserva Raposa/Serra do Sol;
- Apoiar o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2005, que *susta o Decreto do Presidente da República, de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.*

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

COMISSÃO EXTERNA, CRIADA MEDIANTE ATO Nº 349, DE 2005-SF, COMPOSTA PELOS TRÊS SENADORES REPRESENTANTES DO ESTADO DE RORAIMA, **“DESTINADA A ACOMPANHAR E AVALIAR OS DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO ADMINISTRATIVA DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL, LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE NORMANDIA, PACARAIMA E UIRAMUTÃ, NO ESTADO DE RORAIMA”**

Ata da 1ª Reunião (Instalação)

Realizada em 27/04/2005

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Augusto Botelho e ainda com as presenças dos Senadores, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz membros, reúne-se a Comissão Externa, Criada Mediante Requerimento Nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, **“Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima”**. O Senador Augusto Botelho abre a presente reunião de Instalação, ao tempo em que acata a sugestão dos membros e declara eleito por aclamação o Senador Mozarildo Cavalcanti para Presidente. O Senador Mozarildo Cavalcanti agradece aos presentes e indica o Senador Augusto Botelho para exercer a Relatoria desta Comissão Externa, convidando-o para tomar assento a Mesa. O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, que apresenta sugestão quanto a ida dos membros da Comissão ao Estado de Roraima para procederem visita *“in loco”* às comunidades de Raposa, Pontão, Flechal, Maturuca, Pacaraima, Serra do Sol e Uiramutã, a ser realizada nos próximos dias vinte e nove e trinta de abril e primeiro e dois de maio do corrente ano, onde realizarão visitas ao Governador, Presidente da Assembléia Legislativa e encontro com as classes Produtoras daquele Estado. A sugestão do Relator, Senador Augusto Botelho é acatada pelos membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

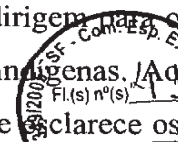
1º Relatório da visita “*in loco*” ao Estado de Roraima, realizada nos dias 30 de abril, 1º e 02 de maio de 2005.

Realizada em 30.04.2005

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, horário local, reúnem-se os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz, membros da Comissão Externa, criada mediante Requerimento nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, **“Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima”**. Os Senadores membros da Comissão juntamente com a equipe técnica do Senado Federal, Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, Dr. Rosber Almeida e Dulcídia Ramos Calháo – Secretária da Comissão, são recebidos pelo Governador do Estado de Roraima, Ottomar de Souza Pinto e pelo Secretário de Comunicação do Estado, Dr. Rui de Oliveira Figueiredo, na sala de reunião do Palácio do Governo. Os Senhores Senadores e o Governador discutem o assunto da demarcação das terras indígenas e demais questões fundiárias. O Governador parabeniza o empenho dos membros desta Comissão e reforça a sua posição a favor de uma demarcação mais justa e equilibrada. O encontro se encerra às dezessete horas, horário local, quando os membros da Comissão agradecem a receptividade por parte do Governo do Estado. Após, os Senadores membros dirigem-se ao Batalhão de Infantaria para um encontro com o General Studart – Comandante da Primeira Brigada de Infantaria da Selva, do Estado de Roraima, quando os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz e os membros da equipe técnica do Senado Federal, dirigem-se para a sala de reunião do Batalhão de Infantaria, onde, reúnem-se com o Comandante General Studart e os Senhores: Cel. Aragão Mendes, Tenente Cel. Augusto, Tenente Cel. Menezes, Tenente Cel. Frazão e o Major Vendramin. A presente reunião se inicia às dezessete horas e trinta minutos, horário local, onde os membros da Comissão mantêm entendimento com o General Studart e demais presentes sobre o deslocamento da Comitativa, efetuado pelo helicóptero “Cougart”, cedido pelo Comando Militar da Amazônia – CMA, que já se encontrava servindo na Capital do Estado. Os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz esclarecem aos presentes o itinerário a ser cumprido, conforme deliberação dos membros da Comissão, informando quais as localidades a serem visitadas: Mutum, Socó, Flexal, Água Fr

Com. Esp. E.
Comissão,
Fl(s) nº(s) 1
2005
Contão e

Vila Pereira. Assim, após esclarecimentos de ambas as partes, principalmente quanto aos detalhes operacionais e estratégicos do deslocamento ora tratado, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão, agradece ao General Studart e Oficiais presentes, em seu nome e em nome dos demais membros, a colaboração e atenção dispensada pelos Senhores Militares, visando o perfeito cumprimento da referida Missão. Ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às oito horas e vinte e cinco minutos, horário local, a Comitativa embarca no helicóptero, no Aeroporto de Boa Vista, Estado de Roraima, deslocando-se para a Comunidade de Mutum. Às nove horas e vinte minutos, os Senadores membros da Comissão e a equipe técnica do Senado Federal chegam em Mutum e são recepcionados por diversos membros da Comunidade, reunindo-se em um espaço aberto de uma Casa Comercial. O Senador Mozarildo Cavalcanti esclarece inicialmente aos presentes o objetivo dos trabalhos desta Comissão, concedendo a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, os quais saudaram os cidadãos de Mutum e em seguida, passa a ouvir, pela ordem, os representantes da Comunidade: Senhora Mariuza; Senhora Macele – Esposa do líder indígena, Paulo; Senhora Terezinha e o Vereador Edimar Xavier. Os Senhores Senadores agradecem a participação efetiva da comunidade e a presença de todos, encerrando a visita, às dez horas e quinze minutos, horário local. Os membros se deslocam à Vila Socó, chegando às dez horas e trinta e cinco minutos, horário local, onde são recepcionados por membros da Vila, no recinto da Escola Municipal Severino Pereira da Silva. O Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti faz uma breve explanação aos presentes quanto a missão desta Comissão e em seguida, concede a palavra ao Administrador da Vila, Senhor José de Araújo. Fizeram uso da palavra os Senhores: Vereador Paulo José dos Santos, Professora Maria Luiza Brasil da Silva, Zélio Mota e finalmente ao Prefeito Interino de Uiramutã, Vicente da Silva Lima. O Presidente concede a palavra aos Senadores Wirlande da Luz e Augusto Botelho, que falam das suas carreiras políticas no Estado de Roraima e emitem os seus entendimentos quanto ao processo de demarcação na região. O Senador Mozarildo Cavalcanti, de posse da palavra reafirma a sua posição e a dos membros da Comissão quanto a demarcação das terras neste Estado. Encerrando a presente reunião às onze horas e trinta minutos, horário local, ao tempo em que agradece a participação de todos. A Comitativa embarca para Flexal, chegando às onze horas e quarenta e cinco minutos, horário local, onde os membros se dirigem ao Centro Comunitário onde são recebidos calorosamente pelos índios e líderes indígenas. Ao iniciar a reunião, o Senador Mozarildo Cavalcanti, saúda a todos os presentes e esclarece os



objetivos da visita e passa a ouvir os líderes indígenas: Getúlio, Avelino, Gervásio, Lauro e o Prefeito Interino de Uiramutã, Vicente da Silva. Após ouvir os líderes, o Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, para as suas considerações com relação a demarcação das terras indígenas no Estado de Roraima. A Presidência agradece a calorosa recepção por parte dos membros da Comunidade de Flexal, encerrando a reunião às doze horas e trinta minutos, horário local. A Comitiva embarca no helicóptero, indo para Água Fria, chegando às doze horas e cinquenta minutos, horário local, sendo recebidos por representantes e demais cidadãos de Água Fria no Centro Comunitário, onde inicialmente o Senador Mozarildo Cavalcanti, faz uma exposição à respeito dos objetivos da presente visita e em seguida, concede a palavra ao líder indígena Custódio e após ao Coordenador do Município de Água Fria, Senhor Gilson. Usaram da palavra pela ordem, os líderes indígenas Percival, Júnior, Humberto e ao Prefeito Interino de Uiramutã, Vicente da Silva. Após, pediram a palavra os cidadãos Ramon e Reginaldo, os quais expressaram as suas indignações com relação a demarcação. Ao encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente agradece aos membros da Comunidade, aos líderes indígenas e demais participantes, pela colaboração com os trabalhos da Comissão e também ao almoço que foi oferecido aos membros da Comitiva. A Presidência encerra às quatorze horas e quinze minutos, horário local, onde os Senhores Senadores e equipe técnica, dirigem-se para a Comunidade de Contão, chegando às quatorze horas e cinquenta minutos, e da mesma forma, são recepcionados de forma calorosa pelos membros e líderes, dirigindo-se para um espaço a céu aberto. Ao iniciar, o Senador Mozarildo Cavalcanti faz a abertura e apresenta a todos os presentes os objetivos desta visita e em seguida, concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz. Fizeram uso da palavra pela ordem, os líderes indígenas Genival da Silva Costa; Vitoriano e a seguir, também fizeram uso da palavra, membros da Comunidade, Senhora Maria Delicia; Senhor Ronan, primo do líder Genival, que entrega aos membros da Comissão, um Manifesto que também foi lido pelo mesmo. A Presidência agradece em seu nome e em nome dos membros desta Comissão, pela gentil acolhida, encerrando a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos, horário local. Dando continuidade a presente missão, os Senhores Senadores e equipe técnica, embarcam no helicóptero em direção a Vila Surumu, chegando às quinze horas e cinquenta minutos, horário local, onde os Senadores são recebidos pelos líderes indígenas, representantes da comunidade e demais habitantes da Vila Surumu, também chamada de Vila Pereira. Ao iniciar a reunião,

sediada no Ginásio de Esporte da Escola Estadual Padre Anchieta, quando o Professor Brasão, de posse da palavra saúda os membros da Comissão e após, todos os presentes, cantam o Hino Nacional, homenageando os membros da Comitativa. A seguir, o Professor Brasão, passa a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti que agradece a receptividade e faz sua explanação a respeito da missão desta Comissão do Senado Federal, concedendo, pela ordem, a palavra aos Senhores: Vereador José Romão de Pinho, que lê uma Nota de Protesto; ao líder indígena Anízio, e após, o Professor Brasão lê uma Carta aberta ao Povo Brasileiro, endereçada ao Presidente Lula. O Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz. Ato contínuo, fizeram uso da palavra os Senhores Paulo Quartiero – Prefeito de Pacaraima e o Pastor Cícero da Congregação da Assembléia de Deus. O Senhor Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, quando os membros embarcam no helicóptero, retornando para a Capital do Estado, cidade de Boa Vista, chegando às dezessete horas e cinquenta minutos, horário local. Ao primeiro dia de maio de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta minutos, horário local, os membros da Comissão são recebidos no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, presentes os Senhores Deputados Estaduais: Chico Guerra, Célio Wanderley, Malu Campos, Edio Lopes, Naldo Bezerra, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto. O Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Chico Guerra, cumprimenta os membros da Comissão, fazendo um breve discurso e concede a palavra ao Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, que fez um relato a respeito da importância dos trabalhos da Comissão Especial Externa das “Terras Indígenas”, do Senado Federal, que funcionou naquela Casa Legislativa no decorrer do ano de dois mil e quatro, também sob a sua Presidência, ao tempo em que esclarece que a presente Comissão Especial Externa “Serra do Sol”, do Senado Federal, tem como finalidade a continuidade e acompanhamento dos trabalhos anteriormente desempenhados pela Comissão anterior, e que terá como conclusão, propor ao Governo Federal alternativas viáveis, equilibradas, de consenso com os representantes e autoridades locais que foram ouvidas pelos Senadores membros. O Senador Mozarildo Cavalcanti concede a palavra, pela ordem, aos Deputados Estaduais: Chico Guerra, Malu Campos, Célio Wanderley, Edio Lopes, Naldo Bezerra, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto. Em seguida, a Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz. O Presidente agradece a participação de todos declarando encerrada a presente reunião, às quatorze horas, horário

local. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, os membros da Comissão Especial Externa “Serra do Sol”, dão início a reunião com representantes dos Produtores, Rizicultores, Políticos, Líderes Indígenas e demais autoridades locais, no Auditório da sede da Federação do Comércio - FECOMERCIO do Estado de Roraima. Inicialmente o Senador Mozarildo Cavalcanti abre os trabalhos e convida os Senhores Almir Sá – Deputado Federal e Presidente da FAER e Dr. Alcides – Presidente da FIER para comporem a Mesa dos Trabalhos. O Senhor Presidente concede a palavra pela ordem, aos Senhores: Presidente da FIER – Dr. Alcides Lima; Dep. Federal – Almir Sá; Pres. da COOPERCARNE – Dr. José Lopes; Pres. da FECOMÉRCIO – Dr. Airton Dias; Pres. da AGRICER – Dr. Luiz Zago; Advogado da SODIUR – Dr. Waldemar; Pres. da SODIUR – Sr. Jonas; Representante da SODIUR – Sr. José Novaes; Representante dos Arrozeiros – Dr. Paulo Quartiero; Pres. da FACIR – Dr. Derval Furtado; Dep. Luiz Afonso Faccio; Dep. Lúcio Pirilo; Pres. da Associação Indígena – Bernaldo Wapichana; Pres. dos Rizicultores – Dr. Luiz Faccio; Pres. da CAMATUR – Dr. Ricarco Peixoto; Pres. da Cooperativa Grão Norte – Dr. César Zoldan, Gilberto Macuxi – Representante da ARIKON e o Representante da EMBRAPA – Dr. Damião Dianlupe. A Presidência concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz para as suas considerações finais. A seguir, o Senador Mozarildo Cavalcanti, agradece a participação dos Consultores do Senado Federal, Drs. Tarciso Dal Maso Jardim e Fabiano Augusto Martins Silveira, ao Dr. Rosber Almeida e a Secretária da Comissão, Dulcídia Ramos Calháo pelo assessoramento prestado aos trabalhos da Comissão. A Presidência agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, e, para constar, eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Convido o senhor Deputado.... Deputado Hélio, tome assento, por favor.

Gostaria de dar por aberta esta reunião que tem como objetivo ouvir a Comissão Externa do Senado, composta pelos Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, para tratarmos do assunto relacionado com a Raposa Serra do Sol.

Eu vou passar os trabalhos desta reunião ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero, inicialmente, cumprimentar todos os Deputados e Deputadas estaduais aqui presentes, Deputado Chico Guerra, que aqui está representando a Presidência da Casa, e dizer que esta Comissão Externa do Senado, na verdade, está fazendo um trabalho de continuação do trabalho anterior feito antes da demarcação.

quando o Senado aqui mandou uma comissão externa – vocês se recordam – que era presidida por mim e composta por outros quatro Senadores – Senador Delcídio Amaral, que hoje é o Líder do bloco de apoio ao Governo no Senado e foi o relator, Senador Jefferson Péres, do Amazonas, Senador Augusto Botelho e Senador Romero Jucá. Nós fizemos um trabalho exaustivo. Ouvimos aqui, em assembleias e audiências públicas, várias camadas da sociedade. Estivemos nas comunidades indígenas, ouvimos os produtores, enfim, ouvimos todo mundo. Só não ouvimos quem não quis ser ouvido, como foi o caso do Conselho Indígena de Roraima, que, embora convidado, não compareceu.

Depois disso, nós apresentamos um relatório sugerindo um formato de demarcação que era aquele que atendia a todas as partes. Tanto aqueles mais contrários ao fato de fazer uma demarcação excludente, porque precisa esclarecer aqui: não existe divergência no que tange à demarcação contínua. Todas as duas são contínuas. Uma é excludente, que é aquela proposta pela Funai e pelo Conselho Indígena de Roraima e defendido pela ONGs, excludente no sentido que tira todo mundo de lá. Exclui de lá todo mundo, exceto os indígenas realmente. Coisa que é até difícil porque, quem conhece aquela região, sabe que é difícil saber quem é indígena e quem não é. Talvez tenha que se fazer um exame de DNA, porque há uma miscigenação muito forte naquela área. Apesar de nós apresentarmos este relatório, apesar de uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados também ter apresentado outro relatório, cujo relator foi, coincidentemente, o Deputado Lindberg Farias, também do PT, porque o Senador Delcídio do Amaral, além de ser do PT, é Líder do bloco de apoio ao Governo no Senado, então, não era um relatório que sequer pudesse ser carimbado como se fosse um exclusivo pensamento da Bancada de Roraima. Aliás, no caso da Câmara, não tinha nenhum Deputado de Roraima participando da Comissão. No Senado, não, além dos três Senadores, havia mais dois de outros Estados. Nós não achamos que os parlamentares de Roraima, seja deputado estadual, federal ou Senador, sejam suspeitos para falar do problema. Pelo contrário, nós temos mais legitimidade para falar sobre ele, porque nós vivemos o problema. Então, o Presidente, apesar de ter essas informações da Câmara Federal, do Senado e, neste bojo, tanto de um relatório quanto no outro, tinha o pensamento da Assembleia Legislativa Estadual, resolveu demarcar de modo diferente. Coincidentemente, depois da viagem dele à Itália, para o enterro do Papa, ele se revoltou com o pacote feito e resolveu demarcar sem nem cumprir o acordo político que havia conosco, com o Governador, com os Senadores e Deputados federais, que era dar-nos prévio conhecimento da medida que ele iria tomar, para, se fosse possível, fazer algum ajuste. Ele resolveu fazer, digamos assim, na calada da noite. Nós fomos avisados por vias transversas que o decreto sairia no outro dia como, de fato, saiu. Então, saído o decreto, restaria dois comportamentos da nossa parte. Um: o de, simplesmente, acatar; o outro, de não acatar, de analisar, de discutir. E foi o que nós fizemos. Nós requeremos uma comissão externa do Senado para vir aqui imediatamente, ainda quando estavam reféns os policiais federais, para tentar, primeiro, resolver aquele impasse dos policiais federais. Embora compreendamos a indignação, a reação dos índios, nós não concordamos, porque, como homens da lei que somos, não podemos concordar que ninguém seja feito refém, sejam índios, sejam policiais federais.

Felizmente, antes que fôssemos lá – e chegamos aqui na noite de sexta-feira e íamos no sábado para lá – na madrugada de sábado, o Governador conseguiu demover o índios para que libertassem os reféns, o que eu considerei bom, porque, com isso, restaurou-se até a dignidade do poder local, isto é, do poder estadual, já que foi o Governador que conseguiu libertar os reféns, e não o Ministro da Justiça, e não o Presidente da Funai ou o Presidente da República. Isso restaurou, realmente, a autoridade federativa do Governo estadual.

Muito bem. Fomos ontem lá, naquela região. Estivemos em Mutum, Socó, Flechal, Água Fria, Contão, Surumum, sendo três vilas compostas de indígenas e não-indígenas e duas comunidades indígenas – Flechal e Contão – e quatro não indígenas. Três são do Município de Uiramutã – Mutum, Socó e Água Fria – e Surumum, que já é de Pacaraima. Na verdade, essa reserva afeta três Municípios: Normandia, Uiramutã e Pacaraima.

Pois bem, em todas elas, nas áreas indígenas e não-indígenas – porque nas não-indígenas existem indígenas, e muitos. Como, por exemplo, quando estivemos na comunidade do Socó, existiam vários indígenas; em Mutum, a mesma coisa; na Água Fria, a mesma coisa.

Então, o que nós ouvimos era um tom só: de indignação, de revolta, de não-conformação com o decreto, com a forma como está redigido o decreto e, principalmente, com a atuação da Polícia Federal nas barreiras, não digo nem as que dão acesso, as que saem da cidade de Boa Vista. Eu mesmo, na semana anterior a essa formação, fui a Pacaraima e, na volta, resolvi parar na estrada que dá acesso a Surumum. Logicamente o meu carro não tinha escrito que eu era Senador; fui parado e, mesmo depois de identificar-me como Senador, a Delegada exigiu que eu apresentasse o documento do carro. Eu saí do carro, me identifiquei e ela me perguntou para onde eu ia. E respondi: “Vim aqui ver o que vocês estão fazendo. Quero saber por que vocês estão adotando esse tipo de procedimento. Qual a razão de, a vários quilômetros da reserva Raposa Serra do Sol, em uma rodovia estadual – a rodovia que dá acesso a Surumum é uma rodovia estadual – vocês estarem aqui com um aparato federal parando todos os cidadãos e cidadãs que transitam desde Boa Vista.” Desde a saída de Boa Vista, depois da Ponte do Caomé, naquela bifurcação da estrada do Passarinho, tem uma barreira lá.

Eu disse: “Vim dizer a vocês que não concordo com essa metodologia.” Estive em Pacaraima e, dentro da cidade, apesar de existir Polícia Federal, Exército, há uma outra barreira de guerra, vamos dizer assim, uma barraca montada para interpelar quem passa.

Isso já foi denunciado ao Senado; já denunciei ao Presidente da República e ao Diretor da Polícia Federal. Viemos aqui, o Senador Wirlande, o Senador Augusto e eu, ouvimos essas comunidades que já mencionei; hoje, queremos ouvir os Deputados Estaduais, porque sabemos, inclusive, que a Assembléia já esteve na Comunidade do Flechal, na véspera da soltura dos reféns. Queremos ouvir vocês. Esse depoimento da Assembléia Estadual, para nós, é muitíssimo importante, porque vocês estão no dia-a-dia aqui, muito mais até que os Deputados Federais e Senadores. Vocês são os representantes do Legislativo que estão no dia-a-dia, sabendo, portanto, das repercussões positivas e negativas desse ato do Presidente.

Eu queria, portanto, a partir daqui, ouvir os Deputados Estaduais que quiserem se manifestar.

Quero dizer que estão aqui também, além dos Senadores, dois consultores legislativos do Senado. Eles é que fazem a parte técnica, portanto as implicações jurídicas etc. do relatório que vamos apresentar e das medidas que a Comissão deve tomar. Há também o Dr. Rosber, que é meu assessor, e a Dr^a Dulcídia, que é a Secretária da Comissão. Então, embora constituída pelos três Senadores de Roraima, ela é uma comissão representativa do Senado Federal.

Quero voltar a palavra ao Presidente e que ele coordene, portanto, a passagem para os Deputados que queiram se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Deputada Maria Luíza.

A SR^a MARIA LUÍZA – Meus cumprimentos a todos. Cumprimento o Exm^o Deputado Guerra, os nossos Exm^{os} Senadores – sejam bem-vindos à nossa Casa –, todos os Deputados presentes e a imprensa.

Quero dizer que essa situação é constrangedora para todo o povo de Roraima. Acredito que, em breves dias, se não mudar essa situação, haveremos de ver guerra entre os índios, conflitos, porque eles vão se culpar mutuamente pelos problemas de saúde, de educação. Sabemos que a Funai nunca administrou a saúde. Aqui há três Senadores médicos que sabem verdadeiramente dessa história.

Sabemos que, se o Governo do Estado não interfere, não ajuda, não apóia, as coisas não fluem na educação, na saúde, na agricultura, em tudo.

Tenho um conhecimento muito grande no interior porque fui extensionista da Emater e tive contato em todas as áreas do Estado, desde que era Território. Então, essa história de se dizer que o índio vai se administrar e se desenvolver é utopia mesmo, porque não é essa a realidade que o povo de Roraima conhece.

Uma das questões que eu gostaria que fosse levada ao Senado por meio de V. Ex^{as} é quanto à indenização que farão. Essa indenização não é justa, até porque eles estão avaliando o que é área construída.

Sabemos que os fazendeiros, em Roraima, desde que começou a demarcação, simplesmente ficaram sem poder ou sem incentivo para melhorar as suas fazendas, alguma obra, alguma construção. Então, o que eles vão encontrar de construído, de feito? Nada. Deveria haver uma indenização pelos anos de moradia da localidade. Deve ocorrer isso para que haja justiça e a pessoa não saia com todo o seu futuro prejudicado.

Então, a minha proposta ao Senado é que haja uma avaliação pelo tempo de existência de cada fazenda e que as estruturas físicas não sejam o principal alvo, até porque o que existe está praticamente sem manutenção grande.

No passado, tínhamos fazendeiros que exportavam gado para Manaus, tínhamos grandes fazendeiros, incentivados pelas oportunidades da época. Depois que começou essa demarcação, desconheço algum fazendeiro que tenha feito algo na sua região.

Também me preocupa a indenização dos arrozeiros. Se forem indenizar só pela área de plantio e de previsão de colheita, será errado também, porque essas pessoas, para prepararem uma terra – quem conhece agricultura sabe –, para adaptarem a parte de adubo, o investimento que fazem antes do plantio é muito grande. De repente a pessoa vai sair com o capital totalmente defasado e que não vai dar sustentação.

A nossa economia já é quase capenga. Somos um dos Estados mais ricos do Brasil em minérios, quicá do mundo, e sabemos que essa cobiça de demarcação é por conta dessas riquezas minerais que temos.

Hoje, as pessoas que fizeram investimento na área rural, como os fazendeiros, os agricultores e os arrozeiros, o que vão tirar de indenização? A previsão de colheita que vão ter? E o que eles investiram antes: a compra das terras, o que investiram para preparar essa terra, a mão de obra utilizada? Quer dizer, deve haver um estudo.

Eu gostaria que o Senado visse a possibilidade de fazer um estudo para que, para qualquer área que seja indenizada, sejam vistos o tempo de moradia e o investimento feito, não só pelo que tem de construção, mas pelo que foi feito para exploração, ou de agricultura ou de pecuária.

Então, só temos que lamentar, porque nossa economia está cada vez mais defasada. Os investidores de todo o Brasil estavam de olho em Roraima, porque somos uma porta aberta para vários países da Europa, para a Guiana Inglesa, para a Venezuela e várias ilhas do Caribe. Comparando com São Paulo e outros Estados grandes, que têm tradição em exportação, estamos, no momento, sendo a grande viabilidade do Brasil.

Além do mais, gostaria de encerrar dizendo: somos área de fronteira, e essa área não foi... Somos a grande preservação da fronteira. Deveríamos comover, sensibilizar os Deputados e Senadores de todo o Brasil, porque os guardiões da fronteira somos nós, do Estado de Roraima, e isso não está sendo visto. A soberania nacional está sendo atingida cruelmente por uma decisão, principalmente com incentivos estrangeiros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Deputado Célio Wanderley com a palavra.

O SR. CÉLIO WANDERLEY (PSL – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, é um prazer ter V. Ex^{as} em nossa Assembléia para discutir um assunto que, para nós, já é velho, de tantas reuniões que tivemos. Talvez o Senador Wirlande da Luz, que está assumindo agora, no Senado, não tenha participado, mas o Senador Mozarildo Cavalcanti já vem lutando e brigando por essa causa há anos. Talvez até perdemos o estímulo de participar, de tanto que já lutamos.

Eu queria fazer algumas ponderações práticas, na realidade.

Primeiro, para a revisão da área, só temos um caminho: o caminho da justiça, tendo observado, assim como os Srs. Senadores devem ter feito, que quanto à questão política, via Câmara, com decreto legislativo, e via Senado, o que acontece, na maioria das vezes, que tivemos

oportunidade de conversar com os Senadores, dos Deputados Federais, de outros Estados e Unidades da Federação, é que, quando contamos o problema, recebemos um tapinha nas costas, o apoio, mas, na prática, a conversa é diferente.

Entendo eu que nosso Estado, hoje, vive uma intervenção branca, por parte do Presidente da República, inclusive com a instalação de algumas coisas para resolver, aqui no Estado, as questões, sem dar sequer satisfação ao Governo do Estado.

Nós, Deputados Estaduais e o Governo do Estado, nossos Deputados Federais e Senadores, deveríamos tomar um posicionamento em relação a essa questão. Vir aqui e tentar resolver o problema, sim, mas de acordo com as autoridades constituídas do Estado, e não independentemente, isolando essas autoridades.

Quanto à questão do decreto que determina que os retirados da área deveriam ser assentados e que ninguém vai sair antes de ser assentado, de ter a sua terra assentada, considero isso uma balela, porque tivemos as desapropriações com decreto do então Presidente – parece-me que era o João Figueiredo, não me lembro no momento. O pessoal que foi desapropriado, em 80, dessas áreas não contínuas, que deveria ser reassentado também, nunca o foi. Ou seja, qual o mecanismo que a Funai usou? Realizou uma indenização de forma arbitrária, em que só eles e a palavra deles tinha validade. E aqueles que não receberam o pouco que eles fizeram e permaneceram na área, hoje, estão respondendo a um processo, demandado pela Funai, solicitando-lhes indenização pelo tempo de sua permanência na área. Ou seja: eles, de credores do Governo Federal, passaram a devedores, e alguns já com causa transitada e julgada em Primeira Instância. Na realidade, a questão do reassentamento é balela. Até porque, o Incra, apesar de dizer que dispõe de áreas, para se retirar os colonos – é como eu estava falando para o Chico Guerra –, o Incra vai ter que desapropriar o Chico e o João, que estão lá na frente. Então, para reassentar esses colonos, um outro problema social será criado no Estado.

Quero também chamar a atenção para a questão do Código Florestal, que se encontra no Congresso. Creio que, por intermédio do Código Florestal, eles talvez estejam querendo fazer esse reassentamento. Há também a questão do zoneamento, solicitado para a Amazônia Legal. Além de não quererem fazê-lo, já estão dando o tratamento de grileiros a pessoas que ocupam essas áreas há cem anos. E as ocuparam com a autorização do Incra, pois, naquela época, se fazia o cadastro no Incra para poderem ocupar a área. Então, todas as questões levantadas precisam de solução.

Acredito que, no que se refere à questão de revisão da área, só temos um caminho: o da Justiça, por meio do Supremo Tribunal Federal. Talvez seja o único meio que tenhamos para revertermos esse ato arbitrário do Presidente Lula. Caso contrário, usando os meios junto ao Poder Legislativo, quero dizer que estou cansado do “tapinha nas costas”, do “apoio”, mas, quando chega a hora de votar as questões que são de interesse de alguns Estados, não se resolve nada, em função de interesses pessoais, de ONGs e de interesses outros que sequer sabemos. Então, solicito de V. Ex^{as} que olhem com atenção, principalmente no que diz respeito à questão relativa ao Código Florestal, à questão da retirada desse colonos, e se esse reassentamento não vai ser feito de forma arbitrária. Por exemplo, em uma área ocupada por alguém que só possua o cadastro, que é o caso da grande maioria dos roraimenses, pois não detêm o título, ele é considerado posseiro. O Incra já está desapropriando lá no sul do Estado. Inclusive já ganhou a ação, e, agora, impetraram mandato de segurança, e a sentença saiu determinando a desapropriação e a retirada das pessoas. Vejam: se o próprio Incra havia concedido esse título de 600 hectares ao colono, como é que, agora, o próprio Incra desconhece isso? A própria instituição que dá a terra é a mesma que a toma lá adiante? Então, se estava errado, se ali era área para assentamento, não poderia ter fazendas, por que deram os títulos a esse cidadãos? Na realidade, trata-se de questões relativas ao nosso Estado, que são consideradas verdadeiros gargalos, os quais precisamos corrigir. Penso que qualquer tipo de ação do Governo Federal, na medida em que ele está propondo – 150 mil hectares –, caso o Governo estadual ou qualquer uma outra instituição aceitar será uma indecência, uma imoralidade, uma ilegalidade! Essa proposta merece, por parte de todos os roraimenses, o repúdio. Refiro-me à proposta feita pelo Governo Federal em relação à demarcação de terras. Se o Governo desse, de graça, esses

150 mil hectares sem sequer questionarmos – seria para aceitarmos –, mandaríamos que eles colocassem a proposta no saco e a levasse de volta a Brasília e ficasse com tudo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Tem a palavra o Deputado Edio Lopes

O SR. EDIO LOPES (PST – RR) – Saúdo a comissão constituída por Senadores aqui presentes e, abrindo um parêntese, fazer o registro, com satisfação, da veemência com que o Senador Mozarildo Cavalcanti, eu diria, quase voz única do Congresso Nacional, digo isso pela Bancada de Roraima, tem tratado essa questão.

Mas eu queria dizer aos colegas e aos Senadores que os nossos Deputados e Senadores devem estar atentos não com a questão individualizada do Estado de Roraima, mas com os rumos que o Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva está dando à questão da terra no País – muito próximo do modelo bolchevique do Estado soviético. A forma de tratar o homem do campo, o produtor rural, está muito próxima da cartilha que foi implantada no estado comunista dos Stalin da vida.

É preciso uma discussão muito profunda, Srs. Senadores, sobre um apetrecho subjetivo que a Funai e o Incra têm se agarrado com extrema ênfase, a questão da boa-fé. Essa questão é muito subjetiva. O conceito de boa-fé que hoje todos nós temos não é o mesmo de cem anos atrás. É preciso discutir, forçar essa discussão. O colega que me antecedeu falou de um ocupador de 50 anos que ocupava uma área que não foi titulada até hoje por absoluta inércia do Poder Público e não dele, homem. Que já recebeu financiamento do Poder Público e que hoje esse cidadão, por um conceito subjetivo de difícil valoração, chega lá e diz que a ocupação é de má-fé. Então é preciso, urgentemente, forçar, no âmbito federal, essa discussão do que é essa boa-fé e do que é essa má-fé que a Funai e o Incra tanto falam da ocupação. Esse conceito precisa ser mais discutido.

Por último, concordo com o Deputado Célio Wanderley de que seria um crime contra o Estado de Roraima se as autoridades daqui sequer parassem para analisar a proposta do Governo Federal de disponibilizar para o Estado de Roraima 150 mil hectares ainda sob o regime de comodato. E aí volto ao Estado soviético, que tem sido um dos nortes deste Governo do Lula.

Porque, Sr. Senador, V. Ex^a acompanhou e é conhecedor de que uma associação amazônica de estrangeiros, Sr. Garibotti, argentino, financiado por um cara de Milão, na Inglaterra, detém a bagatela de 192 mil hectares no sul do Estado, e nem o Estado nem a União até hoje foram suficientemente competentes para expulsar esse cidadão estrangeiro. Não que aqui queira eu qualquer manifestação de xenofobia porque o camarada é estrangeiro, mas, daí o Estado de Roraima sentar ao redor de uma mesa para discutir, sob regime de comodato, 150 mil hectares, acho que seria no mínimo constrangedor para os representantes do Estado.

Portanto, fica aqui, nessas palavras rápidas, a minha linha de posição e o meu raciocínio sobre a questão, e volto a destacar a necessidade urgente de a Bancada de Roraima não falar grosso só aqui na Equatorial, na Tropical e na Rádio Folha e na Rádio Roraima. A Bancada de Roraima precisa falar grosso mesmo é lá, é lá o fórum onde a Bancada de Roraima tem que falar grosso. E nisso, sem desmerecer os demais membros, Senador Mozarildo, e eu não sou do seu partido, não sou correligionário de V. Ex^a, mas tenho que dar a mão à palmatória e fazer esse registro nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Deputado Naldo.

O SR. NALDO DA LOTERIA (PTN – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha preocupação e a de toda a população, como já foi falado, é que essa questão só por via judicial é muito difícil de se reverter. Mas acho que temos que nos unir e procurar algumas alternativas. A Mineração Parapanema funciona há muitos anos nessa área da reserva ianomâmi, no Amazonas.

Levanto a seguinte questão: essas áreas de arroz não poderiam – creio que Cascavel apresentou um projeto nesse sentido – ser exploradas pelos arrozeiros em parceria com o índios? Essas áreas dos arrozeiros são áreas de fronteira. As áreas de fronteira ficariam fora da demarcação. Não há possibilidade de o Governo rever isso?

Outra coisa: quanto às mobilizações feitas no Estado, chamando a população, não seria mais viável a classe política, o Governo e os empresários se unirem? Vamos levar os índios para a frente do Palácio! Acho que o Lula só gosta de gente na frente do Palácio, porque, quando os sem-

terra vão para lá e acampam, os ministros os recebem, e se procura alguma coisa. Se juntamos os índios, a população, e os caminhões trazem as pessoas, fazendo uma reunião aqui na praça, colocando fitas pretas nos nossos carros, é um protesto que só nós mesmos vemos. Nem a imprensa nacional noticia, e lá fora não se sabe o que está acontecendo. A partir do momento em que se colocar um grupo de índios, 24 deputados estaduais, 8 federais, 3 senadores, prefeitos e vereadores na frente do Palácio do Planalto, talvez, alguém comece a ver. É preciso fazer uma mobilização, com um acampamento para os índios. Ai, pode ser que haja algum interesse. Então, era mais ou menos isso.

Quanto a Pacaraima, destaco que muitas pessoas têm investimentos ali, e há vários comerciantes. Ali é uma válvula de escape, uma vez que o comércio da capital está saturado. Como ficam aquelas pessoas que têm imóveis e investimentos? Há possibilidade também de essa tragédia se ampliar mais e ser necessária a desocupação dos Municípios?

Sou de uma região de Pernambuco, onde há uma cidade de 150 anos. Há cinco anos, o povo dessa cidade foi obrigado a desocupá-la por causa dos índios xucurus. Algumas casas foram derrubadas, os moradores muito antigos ficaram lá, mas não têm direito de reformar suas casas, vendê-las ou passá-las para ninguém. E a cidade morreu. Eles tinham o costume de pegar as casas, destelhá-las e arrancar suas portas, e ficou um deserto. Há preocupação com as cidades que ficam na fronteira e que hoje estão ficando fora, mas com ameaça de, futuramente, serem desabitadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Concedo a palavra ao Deputado Eliseu Alves.

O SR. ELISEU ALVES – Sr. Presidente, Deputado Chico Guerra; Sr. Presidente desta comissão externa, nosso grande Senador, muito bem referenciado pelo Deputado Édio Lopes, voz incansável em Brasília na defesa do nosso Estado de Roraima. Não desprezando os demais, mas o Senador Mozarildo Cavalcanti merece destaque. Vemos alguns Senadores preocupados apenas em trazer dinheiro para Roraima, mas o Senador Mozarildo tem-se preocupado em legislar para o Estado de Roraima. Infelizmente, nós, legisladores, sabemos que essa missão não é fácil. Isso não compete somente a um parlamentar, mas depende do apoio dos demais. Nesse processo democrático em que estamos vivendo, sentimos e sabemos o quanto é difícil, até pelos interesses ocultos de cada legislador, de cada homem público. Muitas vezes, na frente, vemos uma coisa e, quando se chega à realidade, a história é bastante diferente.

Nobre Senador, parabéns por essa grande iniciativa, por sua forma de defender o Estado de Roraima. Com certeza, o Estado também saberá lhe retribuir pelo empenho que tem mostrado com relação a Roraima. Parabéns também aos demais Senadores, como o Dr. Wirlande, que está há pouco na Casa. Desejamos sucesso a S. Ex^a; que ele se some a V. Ex^a nesse esforço, nessa vontade de resolver os problemas do Estado de Roraima.

Eminente Senador, é motivo de muita preocupação o atual momento. Sabemos que todos estão igualmente preocupados. V. Ex^a já colocou das diversas comissões criadas para tentar resolver a situação de Roraima.

Veio aqui o Ministro da Justiça... Infelizmente, a gente recebe com tanto carinho, com tanto amor, com tanta dedicação... Reunimos a Assembléia, o Governador do Estado, colocamos tapete vermelho, recebemos com tanto carinho, mas, apesar disso, nos vemos em situação como esta, posta pelo Governo Federal de forma covarde e arbitrária. Ignorando os interesses do Estado, de uma população, de um povo, resolve fazer uma demarcação de forma tão arbitrária, tão absurda, tão incoerente, tão injusta, como fez em nosso Estado de Roraima! Lamentamos isso e ficamos inertes diante dessa situação tão caótica.

Como foi colocado, comissões aqui vieram – do Senado, do Congresso –, empenham-se esta Casa, a população, os arrozeiros, os produtores, mas todo o trabalho que o Estado de Roraima fez para tentar alcançar uma situação coerente, uma situação de desenvolvimento para o Estado, foi em vão. O trabalho de longos anos de Roraima se perdeu diante de um simples fato. Como

temíamos, com uma simples canetada do Governo Federal, uma decisão... Não sabemos por que se agiu de forma tão arbitrária, tão injusta, tão covarde em relação ao nosso Estado. Justamente em um momento em que a classe política, as classes empresariais, os produtores tinham a esperança de que o Estado iria começar a se desenvolver, iria começar a crescer e ampliar seus horizontes, nos deparamos com essa situação que vivemos em nosso Estado. Lamentamos. A população tem vontade de vencer, mas, como já coloquei, os atos absurdos não vão deixar. É lamentável.

Sabemos que esta comissão está aqui de bom grado, mas, pelas condições que já foram passadas para o Estado, não vemos uma alternativa para dar o merecido ao nosso povo, ao nosso Estado. A não ser que façamos como o Deputado Naldo colocou. Vou até levar essa idéia ao Plenário amanhã: vamos reunir os 24 Deputados Estaduais, os representantes que são a favor da demarcação na forma que apoiamos e vamos a Brasília, vamos fazer vigílias em Brasília para tentar, junto com esta comissão, junto com a nossa Bancada Federal, reverter essa situação de forma a não prejudicar o Estado.

A oferta feita pelo Governo Federal, de 150 mil hectares, é absurda! Aliás, o Deputado Hélio foi muito feliz em suas colocações. É um absurdo sentar à mesa para discutir uma coisa que já é nossa, que já é do Estado. As pessoas que aqui vivem, que aqui estão trabalhando, as pessoas que vieram de outros Estados na esperança de criar seus filhos, de criar riqueza e de gerar renda hoje estão à mercê do Governo Federal e têm de aceitar a simples migalha de 150 mil hectares para o desenvolvimento do Estado. É um absurdo se comentar! É um absurdo falar nessa situação! E o que mais nos preocupa – e tenho sempre colocado – é que nos sentimos impotentes diante dessas situações. Ainda não temos um juízo firmado de como fazer, como agir para que possamos reverter a situação e o Estado de Roraima possa crescer.

Há poucos dias, estávamos neste plenário discutindo o Projeto – um outro desastre para a Amazônia – nº 4.776, de concessão da floresta pública. Outro absurdo que o Governo Federal está colocando goela abaixo do Congresso. E, pelo que temos observado, vai ser aprovado, o que representará outra catástrofe, daqui a anos, para o Estado de Roraima, na Região Amazônica, já que não vamos mais ter o direito sequer de tirar uma árvore ou de desfrutar de alguma coisa da nossa floresta, porque só poderá usufruir da floresta quem tiver a concessão. Mas só quem vai participar serão as grandes empresas, as multinacionais e as famosas ONG's, que têm todo o poder para participar das licitações. São elas é que vão tomar conta das nossas florestas. E o Estado de Roraima? Onde vai ficar?

Já disse aqui neste plenário e vou repetir: o Governo Federal, se continuar agindo da forma como está agindo, não só Roraima, mas toda a Nação, todo o País, terá problemas. Daqui a alguns anos, não temos dúvida, só vai restar o Palácio do Governo, que é o Palácio Senador Hélio Campos; o Palácio Antônio Martins, que é da Assembléia, e o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e alguns poucos funcionários, porque a população de Roraima, como aconteceu com a população de uma cidade de Pernambuco do Deputado Naldo, se tiver que ficar desfrutando do pouco que restou, a tendência é, dia a dia, ir voltando para os seus Estados de origem e para as periferias das grandes cidades. E não sabemos o que acontecerá aos nossos filhos, enfim, à população de um modo geral.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que V. Ex^{as} estão muito preocupados com essa situação, mas isso não depende só da Bancada de Roraima, é necessário uma união. Foi comentado, quando estávamos no Parlamento Amazônico, no final de semana em Belém, sobre a união da Bancada da Amazônia. Precisamos nos unir. São 27 Senadores que formam a Bancada dos Estados da Região Norte. Precisamos nos unir – a Bancada Federal, as Assembléias Legislativas – para buscar apoio no sentido de fortalecer as nossas regiões, caso contrário a situação irá ficar cada vez pior. Precisamos fazer movimentos nesse sentido; precisamos buscar apoio junto aos companheiros dos Estados vizinhos, que também estão sofrendo dos mesmos problemas. Precisamos, pois, unirmo-nos na busca da solução desses problemas.

Lamentamos que um Senador da República chegue em uma barreira formada por Deputados Federais e tenha que se identificar. E se não fosse um Senador, talvez fosse tratado de uma forma humilhante, como muitos cidadãos são tratados. Nós, Deputados Estaduais, muitas vezes sentimos

tratados de forma humilhante, porque se sentem imbuídos de um poder tão grande que nos impedem de por ali trafegar.

É preciso tomar decisões corretas e firmes neste momento para tentarmos resolver essas questões, pois, como já disse, sentimo-nos impotentes. Mas vamos lutar. Não vamos esmorecer. Vamos buscar as alternativas.

Outra questão muito séria, Senador, diz respeito à Portaria nº 010, que vem afligindo os trabalhadores, os agricultores, aquelas pessoas que trabalham de bom grado. Vemos que a tendência do Governo Federal é acabar com todo o setor produtivo. Comentei, no encontro em Belém, que o Governo Lula está conseguindo uma coisa que outros governos não conseguiram: em vez de levar a paz onde há guerra, ele está conseguindo levar a guerra onde há paz. E onde há guerra, como vemos no Rio de Janeiro, em São Paulo, nas grandes metrópoles, o Governo Federal não está conseguindo dar a segurança e a tranquilidade nos setores de educação, saúde e segurança. O Governo Federal está totalmente perdido nessa questão. Onde há paz, como no nosso Estado, ele está conseguindo implantar a guerra. Então, vamos lutar!

Parabenizamos, mais uma vez, esta Comissão. Acredito que toda a Assembléia, de forma unânime, esteja de braços dados para que possamos tentar achar um caminho para esta situação trágica e lamentável por que estamos passando.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Tem a palavra a Deputada Marília Pinto.

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Bom dia a todos! Primeiro, parabeno a vinda dos Senadores à Assembléia Legislativa, pelo respeito que têm ao ouvir a opinião dos Deputados Estaduais em relação a esta questão.

Na realidade, Senador Mozarildo Cavalcanti e demais Senadores aqui presentes, é lamentável que estejamos hoje discutindo esta matéria. A Assembléia Legislativa já foi palco de diversos debates sobre o tema, trazendo a nossa bancada federal, bancadas federais representando o interesse nacional e de diversos Estados que travam esta luta sobre a demarcação de áreas indígenas. O resultado foi tudo aquilo que não esperávamos, principalmente do Governo do Partido dos Trabalhadores. É cansativo ouvir essa afirmativa de todos nós, mas é preciso chamarmos a atenção para essas questões de maneira exaustiva, pelo desrespeito com que o Governo Federal rompe o acordo e o pacto federativo entre Governo Federal, Estados e Municípios.

Como Parlamentar, é importante que isso seja dito e repetido e que nós, Deputados Estaduais, Federais, Senadores, que trabalhamos na defesa dos interesses do povo do nosso Estado, possamos introjetar isso de uma maneira forte, para que tenhamos recursos para lutar por essas questões ou, pelo menos, para buscar outros caminhos. Para mim, é tácito o posicionamento do Governo Federal no sentido de desconhecer tudo que já foi dito por tantas pessoas.

Honestamente, Srs. Senadores, acho que esta discussão não nos levará aos resultados que tanto esperamos. Por isso, faço um questionamento a V. Exªs. *Entrei com uma ação popular, porque acho que teríamos que buscar um caminho legal para justificar a inconstitucionalidade do Decreto nº 534, de 2005. Busquei um caminho que é direito de qualquer cidadão brasileiro, a ação popular, meio constitucional que temos à nossa disposição para invalidar atos administrativos considerados ilegais e que sejam lesivos ao patrimônio federal, estadual ou municipal. Gostaria de recapitular algumas questões que, com certeza, se chegaram ao meu conhecimento, é do conhecimento dos Senadores, mas que trata de uma matéria que data de 1996.*

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Desculpe-me interrompê-la, Deputada Marília Pinto, mas quero registrar a presença do Senador Augusto Botelho.

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Tive o cuidado de fazer um levantamento histórico do momento de maior discussão sobre isso, já da data do início da década de 90, quando as coisas começaram a ficar mais calorosas com relação à demarcação do Raposa Serra do Sol. *Em 1996, algumas informações que listei nessa minha ação popular. Primeiro, em 1996, o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, autorizou que a Funai excluísse de áreas a serem demarcadas como reservas indígenas sedes de municípios e vilas existentes em regiões. Isso é documental, data de 1996 e é do*

Já em 1998, o então Ministro da Justiça, Renan Calheiros, definia como tradicionalmente ocupada pelos índios uma área de 1,678 milhão hectares, e foi, dessa maneira, reconhecida a necessidade da área indígena Raposa Serra do Sol. E o Ministro da Justiça, agora, em 2005, amplia essa área substancialmente, para 1,743 milhão hectares, e contraria o documento de 1998, do então Ministro da Justiça, Renan Calheiros.

Além dessas contradições nos documentos que já foram anteriormente publicados, discutidos e aprovados, existem algumas questões, Senadores, que são brutais. Nós discutimos aqui com a Comissão federal, quando V. Ex^{as} estavam presentes, o laudo antropológico utilizado pela Funai, que serviu de base para o decreto. Aí faço uma pergunta, só para confirmar o que tenho aqui. Foi constituída uma comissão interdisciplinar – chegou-se à conclusão dessa necessidade –, que seria composta por profissionais das áreas de economia, agronomia, geografia, desenvolvimento sustentável, relações internacionais e antropologia – o juiz federal determinou que assim fosse. E esta Assembléia Legislativa, lembro-me bem, discutiu de que forma o Governo do Estado providenciaria os pagamentos para o trabalho a ser realizado por essa comissão interdisciplinar.

Ocorre que a Funai, só Deus sabe por que razões, ignorou solenemente o resultado desses trabalhos. E cabe uma ressalva ao Governo do Estado, na época, que silenciou, também não sei por que razões, junto com dois Secretários de Estado, sobre essa prerrogativa que tinha constituído por meio do juiz federal. E o que ficou valendo como base de laudo pericial técnico, para embasar esse decreto ministerial e presidencial foi o laudo anteriormente proposto pela Funai, independentemente daquilo que foi definido como constituição interdisciplinar, para que o laudo fosse efetivamente feito e tivesse eficácia. Mas ele não foi legitimado pela Funai, que lançou mão, para balizar o decreto presidencial, de uma equipe técnica composta por técnicos agrícolas, dois economistas e dois motoristas. Eu achei isso uma temeridade, um estupro a tudo aquilo que o Governo do Estado na época propôs e que nós, aqui na Assembléia Legislativa, discutimos e legitimamos como um laudo que daria o embasamento técnico suficiente, para que a demarcação se desse de maneira imparcial.

Então, até onde pude comprovar, Senadores, houve, realmente, parcialidade da Funai, acatada e legitimada pelo Senhor Presidente da República. Estou citando algumas questões, mas tenho tudo isso colocado nesse documento.

O agente indígena político é o CIR. A Sodiur não participa, nem tem peso político para definir questões junto ao Governo Federal. Nesse laudo pericial, em que se sublimou essa comissão interdisciplinar a ser constituída aqui, houve a participação não da Sodiur, mas do CIR, em todos os momentos, da mesma maneira que categorias de produtores, de fazendeiros sequer foram ouvidas. Então, no meu entendimento e com base até no próprio art. 5º da Constituição foi dito, naquela época, que os princípios de contraditório da ampla defesa foram absolutamente desrespeitados quando da execução desse laudo pericial. Então, acho que esse é um caminho que poderia, se é que nos resta alguma alternativa, ser colocado. E aí queria, também, lembrar que, por conta desse laudo pericial inadequado, na época, inclusive, o Ministro da Justiça Nelson Jobim acolheu essa questão e encaminhado, então, ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, assinou-se um decreto em 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo das terras indígenas que revogava o Decreto 22. E foi exatamente esse Decreto 22 que foi tomado como base para assinatura e homologação da Raposa Serra do Sol, que foi um decreto, inclusive revogado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, acho que em 1996. Então, me causa perplexidade constatar como o Governo Federal ofende os princípios da Constituição, descumpra prerrogativas tão essenciais e como temos deliberadamente um decreto presidencial tendo como base documentos, laudos e decretos que nem legalmente existem de direito porque já foram previamente revogados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Acho que esse poderia ser o caminho para se discutir a legitimidade desse famigerado Decreto Presidencial 534, porque honestamente, Srs. Senadores, não acredito que exista o interesse legítimo do Presidente da República e do Ministro Márcio Thomaz Bastos em conduzir isso de uma

maneira imparcial e bilateral. Acho que o interesse é ilícito do Governo Federal e ele descumpre solenemente essas questões.

E gostaria de encerrar dizendo que, no sábado, eu tive oportunidade de estar em contato com alguns representantes da Funai e também do Gabinete Civil da Presidência da República. O Dr. Celso esteve aqui e algumas lideranças indígenas, especialmente da Sodiur, porque a CIR que determina politicamente os destinos da demarcação Raposa Serra do Sol nunca se senta para discutir essas questões. E aí fiquei extremamente preocupada com o que ouvi por parte da Funai. Na realidade, a grande preocupação dos indígenas seria a exclusão de algumas localidades e vilas como Água Fria, Mutum, Socó e Surumum. Isso representaria pouco mais de 300 mil hectares num universo de um milhão e setecentos e poucos mil hectares. Mas parece que não está se dando conta da necessidade dessa questão. E a outra preocupação das lideranças indígenas é a preservação da estrutura que eles têm, em termos de saúde, das escolas, do cuidado com o gado, com a produção agrícola e principalmente, também, com as estradas. E o que eu pude observar e essa preocupação que passo para os Srs. Senadores foi todo o tempo a Funai e a Casa Civil da Presidência afirmando categoricamente que o Governo do Estado é responsável e que as lideranças indígenas se tranquilizem porque haverá um trabalho conjunto entre Governo Federal, Governo Estadual e Governos Municipais em apoio a essa decisão de demarcação. Então, fico me questionando de que maneira será possível o Governo do Estado e alguns municípios participarem, uma vez que o histórico das demarcações que já foram feitas impossibilitam sequer o direito constitucional que nós temos de adentrar as áreas demarcadas. Nós não podemos, sequer, sobrevoar algumas regiões, a não ser que a Funai nos autorize a isso. Então, percebi, posso estar precipitando a minha observação, mas percebi uma intenção da Funai e do representante da Casa Civil do Governo da República em tranquilizar as lideranças indígenas, construindo uma idéia fictícia que não sabemos se será possível.

Queria fazer um levante – até porque há aqui médicos que são Deputados, e quem não é médico também conhece esta realidade – quanto à calamidade em que vivem as comunidades indígenas, por conta da ação inoperante da Funasa.

O Dr. Ramiro Teixeira, que é quem conduz a Funasa hoje, confirmou a situação dramática em que vivem as comunidades indígenas, entendendo que a Funasa, até aqui, terceirizou grande parte dos seus recursos, que são milhões de reais, muito mais do que o Governo Federal e o Ministério da Saúde disponibilizam para Estados e Municípios, proporcionalmente à população indígena existente em cada área indígena, demarcada ou não. O Dr. Ramiro confirmou que a Funasa foi, de certa maneira, displicente, chamando, inclusive, a Funasa de mero banco mediador de recursos, passando a maioria dos recursos para as organizações não-governamentais.

Hoje, neste novo momento de demarcação da Raposa Serra do Sol, todos os erros cometidos no passado deixarão de existir. Será uma nova realidade. Agora, a Funasa se compromete a chamar o CIR e a Sodiur, a criar um conselho indígena paritário – até aqui, o CIR definia quase todas as situações –, a não mais disponibilizar a maioria dos recursos para organizações não-governamentais, trazendo para a sua responsabilidade a gestão efetiva da saúde indígena.

Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, preocupo-me, porque penso que estamos vivendo aqui a ilha da fantasia. Olhem para a Reserva São Marcos, olhem para a condição em que vivem aquelas comunidades! Somente agora, há muitas áreas demarcadas em Roraima! E temos conhecimento da carência existente, porque sempre houve um déficit social e econômico nessas áreas. Dizer que agora o Governo Federal vai investir recursos, que agora a Funasa vai trabalhar dentro de uma gestão realista e responsável, que agora todas essas questões serão conduzidas de maneira diferente... É preciso que estejamos atentos para isso.

Pouco me manifestei, porque a reunião não era minha, era entre lideranças indígenas e a Funai. Mas deixei claro que é preciso que as negociações sejam feitas em bases verdadeiras, ~~sem~~ ^{sem} criar expectativas, sem criar ilha da fantasia, em qualquer gestão.

Gostaria de dizer isso. Desculpem-me, por eu ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Concedo a palavra à Deputada Lúcia Peixoto.

A SRª LÚCIA PEIXOTO (PL – RR) – Bom dia, Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores aqui presentes; Dr. Mozarildo, Presidente da Comissão Externa do Senado; Senador Augusto Botelho.

Senador Wirlande da Luz, seja bem-vindo! Depois da posse de V. Exª, esta é a primeira vez em que posso cumprimentá-lo.

Cumprimento também os demais Colegas aqui presentes, toda a Comissão.

É muito complicada toda essa situação, que já vem rolando há muitos anos, do pouco que conheço por meio do meu mandato.

Realmente, isso foi alarmante. Não acreditávamos que fosse acontecer essa demarcação de área contínua. Sempre falamos que não somos contrários à demarcação – os índios têm seus direitos –, mas queríamos que fossem preservadas as ilhas, os Municípios. Não entra na nossa cabeça a dizimação de uma cidade no prazo de um ano.

Com todo o empenho, com a nossa união, acredito que há uma solução, sim. Com todas as palavras com que a Deputada Marília se posicionou, nesse estudo por S. Exª feito a respeito dos decretos anteriores, penso que a esperança é a última que morre.

Contamos, sim, com o empenho dos Senadores e dos Deputados Federais e contamos também com o nosso empenho aqui, dos Deputados Estaduais, porque, no Congresso, penso que só o PT é que está de acordo com essa decisão, os outros Partidos são contra ou estão calados. Então, é uma vantagem para nós, sim, fazer uma grande mobilização lá para conseguirmos pelo menos deixar esses Municípios fora dessa demarcação, as vilas, porque não há como entrar na cabeça da gente essa questão de essas pessoas saírem dali.

Quanto a essas indenizações, não há valor algum que pague a essas pessoas que são pioneiras dessas localidades. Dinheiro nenhum paga o fato de essas pessoas terem que deixar suas localidades, deixar seus bens que estão ali, de avó, de bisavó, que as pessoas vêm cultivando. Então, não há como. Isso é uma aberração. Não há como essas pessoas, dentro de um ano, se posicionarem, verem outras localidades. Não há dinheiro que pague isso, de jeito nenhum.

Então, seria outra forma de esses produtores, esses arroteiros, que já estão nessas localidades, fixados há muito tempo, poderem permanecer nessas localidades. O bom seria isso. Se tivesse acontecido dessa forma, aí, sim, não estaria acontecendo este caos que está hoje.

Com relação aos índios, mesmo os que são a favor da demarcação contínua, como aconteceu, não querem perder o apoio do Governo do Estado; eles não querem perder nenhum privilégio que estavam tendo. E o medo dos que são contra a área contínua é perder isso também, perder o apoio do Governo do Estado. Porque, até então, como a Deputada Marília citou, é muito difícil o Governo do Estado, as prefeituras municipais continuarem dando apoio a essas comunidades que, até então, foram a favor da demarcação da área contínua, porque há localidades em que hoje o Governador não pode entrar, como é o caso do Cantagalo, que fica no Surumu. Governador, político nenhum entra naquela localidade ali, no Cantagalo. Então, fica difícil levar benefícios com relação à saúde, à educação para uma comunidade que não aceita nossa presença. Fica muito complicada essa situação.

No entanto, eles querem que permaneça. Em muitas das comunidades com que convivi e convivo, sei que o que eles têm de benefício é obtido por meio das prefeituras e do Governo do Estado. São professores, escolas, postos médicos, caminhões, tratores, que transportam seus produtos. Enfim, eles vivem exclusivamente dependentes do Governo do Estado e dos governos municipais. Pouca coisa – que não se vê – é Funai, CIR, dando apoio a essas comunidades. Enfim, todos os órgãos convivem diretamente, por intermédio do Governo do Estado e prefeituras. Quantos milhões vão para o CIR, para a Funai, mas não vemos. O que vemos são ianomâmis morrendo de sarampo, de verminose, morrendo de fome. Creio que, se o Governo parar de dar apoio, se os Municípios pararem de dar apoio, o que vai acontecer é isso às demais localidades que conhecemos.

Então, quero dizer aqui que eu, particularmente, tenho esperança ainda, deposito muita esperança em V. Exªs, Senadores e Deputados Federais, de que façam uma mobilização, mesmo, uma união grande para que possamos ainda reverter esse quadro. Creio que ainda há uma forma de revertermos esse quadro para que não aconteça esse caos e, cada vez mais, o nosso Estado enfraqueça.

São essas as minhas palavras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Deputado Titonho Bezerra, com a palavra.

O SR. TITONHO BEZERRA (PT – RR) – Eu queria cumprimentar aqui os Senadores Mozarildo, Wirlande, o Dr. Augusto.

Queria pedir desculpas pelo meu atraso, mas o que aconteceu foi que, quando eu estava chegando à Assembléia, às 10 horas e 30 minutos, os professores me puxaram pelo braço, e, como eu gosto de uma passeata, não dispensei o convite de ir até o Ministério Público.

Colegas Deputados, estava pensando, enquanto ouvia os colegas que me antecederam, como é que a gente, às vezes, tem uma sina. Há muita coisa que foi dita aqui com as quais concordo plenamente. Em relação ao que vou dizer aqui não gostaria que ninguém entendesse como ofensa ou mesmo que deixasse de pensar no outro lado.

Nessa questão das indenizações, como foi falado aqui, para mim, é muito diferente se indenizar uma empresa e se indenizar uma fazenda, onde havia uma família há muitos anos. Penso que uma empresa, onde estiver dando lucro, eu a instalo, pois o objetivo da empresa é gerar lucros. Se não é assim, não é atividade empresarial. Agora, quando se trata de propriedade rural de família, como o Deputado Tião disse, eu entendo que é diferente. Eu diferencio muito isso. Se alguém me perguntar se a área homologada foi grande demais, também direi que foi grande demais, um exagero.

Todavia, queria levantar uma questão aqui para tentar colaborar com os debates. Primeiro, o Governo do Estado é impessoal. Governo tem que fazer as coisas de maneira independente, porque o governo não é uma propriedade privada. O governo é de todos: dos que votaram nele e dos que não votaram; dos que concordam e dos que não concordam com ele. Então, o Governo do Estado não pode se furtar de fazer o seu papel relativamente às comunidades indígenas.

O Deputado Tião – e quero registrar todo o respeito que tenho por S. Ex^a – disse que os programas do Governo Federal só vão para o Acre. A diferença é que naquele Estado eles colocam o Governo Federal na placa; já aqui, o Governo do Estado omite todas as obras do Governo Federal dizendo que é realização sua. Inclusive, no Programa Luz para Todos, eu mesmo me pronunciei, ano passado, contra cinco projetos do Programa Luz para Todos, cada uma de R\$160 mil, num total de R\$900 mil, onde o Governo fez uma propaganda em que não aparecia sequer o símbolo, por menor que fosse, do Governo Federal, ainda que os recursos, na época, eram todos da União. E o Estado não executou até hoje porque a CER está inadimplente.

O problema maior é esse: quando o município faz uma obra do Governo Federal, com recursos da União, nunca coloca a placa para dizer que os recursos são oriundos do Governo Federal. Porém, em Roraima, não é novidade isso. Tenho me reunido com as Lideranças do PT do Brasil inteiro e, em todo canto, há essa reclamação.

Queria colocar o meu pensamento. Primeiro, respeito as opiniões divergentes. Se não respeitasse, não agüentaria sequer ouvir um debate do Márcio Junqueira com o Isaías Maia, que, de cada dez palavras que dizem, doze são besteiras. São uns inúteis; umas pessoas que não deveriam estar nos meios de comunicação. Mesmo assim, escuto e respeito a sua opinião, por mais absurda que seja. Digo isso porque fui formado numa escola democrática, de embate de idéias, onde aprendi a respeitar quando os outros pensam diferentemente de nós. Então, fico muito tranquilo de promover qualquer debate, que entendo ser salutar. A meu ver, quem é contra tem que buscar todas as maneiras de conseguir lutar por aquilo que entende ser correto.

Quero levantar algumas coisas que, às vezes, são colocadas como sendo o centro do mundo e, no entanto, não são tudo aquilo que dizem. Por exemplo: depois de homologada a área, nunca mais teremos produção de grãos aqui no Estado. Se vai diminuir, porque são 14.600 hectares que estão dentro da área, vai; se é um prejuízo, é – não podemos mascarar. Mas, quando o Sr. Titonho Bezerra, Presidente da Grão Norte aqui, ao plenário da Assembléia, e dá o exemplo de um produtor que plantou 500 hectares de soja e que se preparou este ano para plantar 1.500 hectares e não plantou porque não tinha onde comprar calcário, a culpa é da terra indígena? E a terra dele tem título, aqui

na estrada de Alto Alegre, segundo depoimento do próprio Presidente da Grão Norte, Dirceu Vinhal.

Então, eu me preocupo quando a gente acha que o mundo se acabou. É legítimo lutar contra? Retirada de 300 mil hectares, como alguém disse, é o fim do mundo de um milhão e setecentos? Acho que não. Agora, foi homologada, e qual é a minha posição, o que estou defendendo e do que estou correndo atrás? Atrás de resolver os problemas que isso causou.

Aí, Deputada Marília, as idéias que estão se constituindo junto ao Governo Federal não são idéias fictícias, não. São idéias concretas, coordenando todas as atividades dos órgãos federais aqui. Alguns já interpretaram como intervenção. Coordenação de atividades é uma coisa, intervenção é outra. Se alguém quer dizer que a homologação foi intervenção porque é uma parte do território, até que dá para justificar. Mas, por ações, querem fazê-las organizadas, isso não é intervenção; isso é organização de como fazer as coisas para reparar os prováveis prejuízos que aconteceram.

O problema que vejo é que muitas vezes... Por exemplo, alguém diz: “o que é boa-fé”? A lei diz o que é boa-fé. Se a gente for levar ao pé da letra, alguns arroteiros que entraram na área indígena não são ocupantes de boa-fé. O ocupante de boa-fé é o que entra sem nenhum conflito, entra antes de qualquer conflito, como muitos aqui, esses antigos que o Deputado Tião citou, como o Ernesto Costa, o Seu Dandan, o Seu Jair. São esses que entraram, às vezes até com documento, muitas vezes até com documento – LO, AO –, uma série de documentos que o próprio Incra emitia. Alguns têm título. Então, a lei define o que é ocupante de boa-fé. Ocupante de boa-fé ou de má-fé não é o que se inventa, não é o Presidente Lula ou eu que vamos inventar, e, sim, o que está escrito na lei.

Então, a minha preocupação maior... Ouvi o pronunciamento do Senador Mozarildo quando propôs a criação desta Comissão, vi Senadores preocupados com problemas de Roraima. Posso até ter divergências quanto à forma como ele defende, mas realmente ele tem preocupação, ele está sempre propondo uma coisa concreta. Acho que é por aí.

Agora, me preocupa quando sai alguma coisa e sai manchete, como “Governador admite que pode ter violência”. Vem uma pessoa, então, num meio de comunicação, e diz: “vai ter violência”. Sou professor e conheço um pouco dessa coisa da auto-sugestão; estou, na verdade, induzindo.

Quando um Deputado Federal como Rodolfo Pereira vai para a praça – eu não estava, estava viajando, mas gravaram – e diz que, a partir daquele dia, o Deputado Titonho teria que andar com segurança, está induzindo a violência ou, então, está me ameaçando. Como sei que ele não ameaça, porque sei que não é pessoa disso – ele pode até perder o controle num momento de emoção –, sei que não é homem para essas coisas, porque conheço o Rodolfo, mas quando se diz publicamente...

Graças a Deus, não recebi nenhum telefonema de ameaça, ninguém me faltou com o respeito esses dias todos, ando por todo o canto, defendendo minhas posições e acho que esse é o processo democrático. O que me preocupa é a superficialização das coisas e, às vezes, a indução para um rumo que não é o democrático, não é o rumo que manda qualquer sociedade civilizada. Essa é a minha preocupação. Agora, o direito democrático de lutar e defender... Aliás, passei a minha vida inteira lutando por direitos, lutando por conquistas, muitas vezes sendo preso, muitas vezes passando por uma série de humilhações, quando só defendia direitos em que acreditava e acredito.

Então, a Comissão vem aqui, faz esse debate, visita as comunidades, vi a programação de que falou o Senador Mozarildo. Este é o papel dos Parlamentares, é o nosso papel, como políticos: fazer alguma coisa, mas sem o incentivo à violência, como assistimos aqui em Roraima. Esses dias pós-homologação foram um incentivo à violência, tanto da parte dos políticos, como dos meios de comunicação. É lamentável, porque isso não ajuda a construir uma sociedade democrática.

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Eu só queria fazer um esclarecimento, porque não fiz uma afirmativa, e o Deputado Titonho teria dito que eu teria afirmado sobre uma ação fictícia. Eu acho importante. O tempo que estou me justificando aqui eu já teria explicado.

Com. Es
15/3/2007

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Amanhã de manhã, se não vai virar um bate-bola, aí o Deputado Titonho vai querer também...

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Não, não, estou diante dos Senadores e da imprensa aqui que está gravando o que está sendo dito. Eu só queria explicar o seguinte, Deputado Titonho, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Eu defenderei a senhora, me dê aqui que eu vou dizer para o Deputado o que a senhora vai dizer.

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB – RR) – Só quero explicar o seguinte: eu, em momento nenhum, disse e afirmei aqui que o que se estava negociando seria fictício; o que eu disse e afirmo categoricamente, aqui e em qualquer lugar, é que existe um antecedente histórico que todos que aqui vivem conhecem, sobre uma forma não muito adequada como a própria Funai tem conduzido as questões indígenas, que leva os índios, como mencionou a Deputada Lúcia e noticia a mídia nacional, a morrerem por desnutrição. Então se houvesse um histórico positivo e muito mais responsável, as comunidades indígenas não estariam preocupadas e nenhum de nós. Foi isto que eu quis dizer: que as bases de negociação têm que ser realistas, e não fictícias. Só queria fazer essa correção porque o senhor entendeu errado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Agora quero falar também como Deputado.

Preocupa-me essa posição da nobre Deputada porque estive na região. Eu fui para lá quinta-feira, fiquei quinta-feira à noite e sexta-feira até três horas da tarde, e sentimos que, se não cumprirmos o que acordaram com eles, vamos ter problemas, Senadores, seriíssimos. Andamos perto de ter problemas no meio-dia de sexta-feira. Não botaram fogo naquela camionete porque V. Exª havia ligado para um tuxaua e pediu para ele esperar até o dia seguinte, que botassem fogo no outro dia, que o senhor ia chegar lá, e que ia com uma comissão de Senadores, e eu estava presente no momento: ao meio-dia de sexta-feira, estavam lá pelo menos uns cinco ou seis tuxauas, cada um com um isqueiro na mão para tocar fogo. E o que é mais grave: lá havia pelo menos dois mil homens, não parecia, mas tinha.

O material não deu tempo de chegar, mas as fotografias ainda vão chegar; fotografamos índios de plantão em cima das serras, lá em cima, esperando que eles descessem e que invadissem, que eles iriam matar os quatro reféns.

Então veja bem: por que tudo isso ocorre? Porque foi feito realmente uma verdadeira discriminação, um verdadeiro *apartheid*. A Sodiur em nenhum momento participou de nenhuma negociação, e ela é a maioria, eles detêm a maioria. Tenho um documento com 16 assinaturas de tuxauas que estavam lá – e olha que isso foi um fato isolado. Isso aqui não tinha organização, não. Sabe como pegaram os federais lá? Porque eles estavam cansados de ser humilhados pela Polícia Federal no Município do Bonfim, no Município de Uiramutã, na sede do Município; eles estavam lá de piadinha com os índios, aquela história toda. E aí pegaram um índio lá, que tem duas filhas bonitas, mandaram as meninas irem paquerar os policiais federais, e marcaram para comer um pato na fazenda do pai dela que passava dentro do Flechal, e eles foram comer o pato, passaram a manhã todinha lá. Quando, à tarde, vieram para dar banho nas patinhas, uma delas disse assim: “Vamos parar aqui no Flechal”, e pararam; eles foram lá e pegaram os caras. Foi assim que prenderam. Lá tinha um delegado e técnicos; não tinha nenhum agente de polícia. Foi assim que eles foram presos. No Uiramutã, todo mundo conta isso em qualquer esquina. E o prefeito em exercício disse para o pai das meninas, que chamou o cara para comer o pato: “Tu trouxe os homens para a boca da onça”. Aí ele disse: “Eu faço o que mandam”. Então foi assim que prenderam eles.

Quando cheguei lá, na quinta-feira, eu disse: “Vocês não têm nenhuma reivindicação a fazer? O que vocês querem?” Está aqui a reivindicação deles. Dentre elas, pedia a retirada imediata da Polícia Federal, na hora, que a Polícia Federal saísse do Município imediatamente porque ~~estava~~ humilhando as pessoas. Chegavam nas casas das pessoas, o tuxaua Abel foi lá, à tarde, no Uiramutã, na tarde de quinta-feira, ele estava numa residência e saiu por trás. Quando viu o carro da Polícia Federal, saiu por trás. E a Polícia Federal desceu com a arma em punho e correu para a senhora, a

dona da casa, perguntando se ela era mulher do tuxaua. Ora, mas isso foi com aquela educação... Não foi com educação, não, foi para arrebentar.

Olha aqui: nós estivemos lá. Isso aqui eram os indiozinhos, os pequeninhos, fazendo armas, se preparando para a guerra. Aqui os senhores vêem os pequenos. Os grandes já estavam todos armados. Até os pequeninhos estavam fazendo armas. Tenho uns vídeos. Não deu tempo de ficarem prontos, mas amanhã vou mostrá-los na reunião.

Aqui era uma barreira indígena que eles fizeram lá. Olha aqui, estavam armados de mamando a caducando. Até os indiozinhos estavam armados esperando a briga.

Aqui era o local onde eles estavam confeccionando as armas. Isso aqui era uma das reuniões que fizemos. Aqui é a barreira na hora de entrar lá. Os índios lá em cima.

Foi feita uma série de promessa para os índios. Espero que o Governo Federal as cumpra, porque, se não cumprir, vai haver problema, problema seriíssimo. Se a Polícia Federal continuar tratando, principalmente, o povo indígena – não é nem o branco não –, como eles estavam tratando; vamos ter problema. Amanhã vou mostrar a vocês as fitas. Desses dezesseis Tuxauas, pelo menos dez deram depoimento, dizendo, Senador, coisas que já sabíamos. Por exemplo, eles diziam lá: “Tenho 47 anos, milito no CIR* há não sei quantos anos, aprendi a roubar boi do branco porque o Padre Jorge me ensinou, mas não queria isso. Eu queria mudar.

Então há uma série de depoimentos que mostram a indignação deles. É pelo *apartheid*, é pelo diferencial que deixaram eles de fora; e eles são a grande maioria daquela região. Se tivesse colocado ele nas suas discussões... Ora! Eles pediam somente 300 mil hectares. A Associação Amazônia tem 150 mil hectares no baixio branco e ninguém mexe com ela. Eles lá, na maioria indígena, queriam 300 mil hectares, para aceitar passivamente a demarcação, não lhes deram; e dão à Associação Amazônia*. Então a minha preocupação é ...

Queria aqui parabenizar o Governador Ottomar Pinto* pelo esforço que fez para conseguir, naquele dia, reverter aquele quadro, porque senão, no sábado, eles iriam botar fogo nas duas camionetes. Não tenho dúvida de que eles iriam fazer isso. Estava lá. Na hora em que disseram: “Cadê o isqueiro?” Apareceu isqueiro de todos os lados. Dividiram esses Tuxauas aqui e foi pelo menos uma meia hora de confusão para se chegar ao consenso e não botar fogo naquele negócio lá.

Espero, Srs. Senadores, que levem essa preocupação às autoridades competentes que prometeram coisas aos nossos índios.

Irei fornecer, também, a V. Ex^{as} cópias das fitas com o depoimento dos Tuxauas, dos líderes desse movimento. V. Ex^{as} não tenham dúvida de que se não cumprirem, eles vão pegar um federal daquele e vai dar confusão grande.

Para encerrar a minha participação nisso, queria dizer de nossa preocupação e passar ao Senador cópia – vamos autenticar uma dessa aqui, ficou igual com a original que tenho – dos pedidos que eles tinham feito. Entre as reivindicações deles estava a permanência das vilas – que já vinham pedindo –, da produção agrícola do Surumu e a construção da hidrelétrica do Coti. Eles não abrem mão, eles entendem que se for feita hidrelétrica a situação deles melhora, e melhora, muito com relação ao *royalty*. Eles sabem que se for permitida a hidrelétrica do Coti... Além de ser uma obra estratégica para o desenvolvimento do País, ela vem trazer muitos benefícios para eles. Querem também a abertura para que possam explorar o turismo, porque eles não querem ficar totalmente fora como ficaram. Eles diziam o seguinte: “Deputado, se fosse bom a gente ficar isolado, eles abririam. Por que eles não deixam o senhor entrar lá na área dos Yanomami a hora que o senhor quiser. O senhor é Deputado, está dizendo que é Presidente da Assembléia, mas se o senhor quiser ir lá ver o meu parente o senhor não pode ir. Então, por que escondem? É porque não é bom. Se fosse bom, eles abririam para a pessoa ir lá, voltar e dizer: “Olha é bom, eles tratam bem os índios”.

Estou repetindo aqui o que o índio me dizia. O que eles diziam na minha casa. Fiquei lá mais de oito horas, na aldeia, e eles diziam isso.

Queria pedir aos nobres Senadores, aos três Senadores desta Comissão, principalmente pelo fato de serem roraimenses, que se dediquem. Acho que a Justiça também não vai dar certo porque já provou que não vai, já provou que ela está também tendenciosa. Mas há o decreto legislativo, que é um remédio mais duro, para mostrar que não é assim que se mexe



não, que isso aqui também é Brasil, isso aqui também é uma fronteira e que precisa ser cuidada. Temos de olhar para trás e ver aquelas pessoas que vieram para cá e foram morar na fronteira, foram ocupá-la quando havia meia dúzia de indígenas. Queremos dar para eles? Sim, queremos. Mas queremos também que respeitem a eles e principalmente a nós e aos nossos antepassados. Se não, não vão por aí. Amanhã votaremos um pedido, que será mandado a todos os Deputados e a todos os Senadores, de apoio para a votação desse decreto legislativo, porque eu o considero o melhor remédio para essa questão.

Ouvi o Senador Mozarildo Cavalcanti começar sua fala dizendo que o Lula foi para o enterro do Papa e ficou emocionado. Então, ele foi para a África, vestiram a bata da pomba-gira e ele endoidou de vez, porque chegou aqui mandando o povo tirar a bunda da cadeira e demarcando a Raposa Serra do Sol. Espero que o Senado conserte essa insensatez, que a Câmara conserte tudo isso, até porque o Ministro Thomaz Bastos já mostrou que é tendencioso. Ele é advogado da CNBB, e a CNBB não esconde de ninguém que queria isso. Quanto maior, melhor.

Como é que um País trata uma coisa dessa magnitude dessa maneira, deixando nas mãos das pessoas que tinham interesse? Tenho certeza de que o Presidente foi induzido a erro. Se o Senado e a Câmara Federal não revirem essa questão por meio de projeto de decreto legislativo, o Presidente irá se arrepender, e muito, desse ato, porque foi enganado por esse cidadão chamado Márcio Thomaz Bastos.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, para falar e depois passar a palavra para os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu queria, nos procedimentos finais, passar a palavra para o Senador Wirlande da Luz e depois para o Senador Augusto Botelho. Então, poderemos fazer as considerações finais e encerrar esta muito proveitosa reunião.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Apesar de o Senador Augusto Botelho ser mais velho, chegou atrasado e, portanto, perdeu a chance de falar primeiro.

Srs. Deputados, senhores membros da imprensa, colegas Senadores, antes de adentrar propriamente o mérito da questão, faço uma consideração a respeito da fala dos Deputados Edio Lopes, Elizeu Alves e Tião Portella.

O Senador Mozarildo Cavalcanti tem o meu reconhecimento, pois é um dos Senadores que mais lutaram pela demarcação da Raposa Serra do Sol, até por que S. Ex^a exerceu dois mandatos de Deputado Federal e um de Senador e participou da outra Comissão que fez a avaliação da Raposa Serra do Sol.

Não é verdade que os outros Parlamentares estão calados. Há exatamente 40 dias assumi um mandato no Senado, e a maioria dos Parlamentares do Estado de Roraima está no cargo há vinte anos, exatamente o mesmo tempo que está em conflito essa questão da Raposa Serra do Sol.

O que quero dizer é que não é verdade o que foi dito. Tão logo o Presidente Lula assinou o decreto, dei um telefonema ao Governador Ottomar, disse que estava do lado do povo de Roraima e que levantava essa bandeira. Aceitei o convite, feito pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, para participar desta Comissão, pronunciei-me na **TV Senado** e também na **Rádio Nacional** falando o que eu pensava com relação à demarcação da Raposa Serra do Sol.

Estivemos ontem na região, que eu ainda não conhecia. Eu conhecia só o Surumu, mas a outra região, do Mutum, da Água Fria e do Socó, eu não conhecia. Estivemos ontem na reunião e, apesar de ser da base aliada do Presidente Lula, eu não posso concordar com um decreto que mexe profundamente, tanto social como economicamente, para o meu Estado. Não posso de maneira nenhuma. Tenho votado constantemente nos projetos do Governo, nas medidas do Governo, mas aqui eu não posso me pronunciar, aceitar a maneira como foi demarcada a região Raposa Serra do Sol. Não posso por que? É uma coisa que mexe, eu estive lá com as pessoas, é um negócio impressionante. As pessoas não querem mais andar de arco e flecha na mão, as pessoas querem desenvolvimento e não querem estar separadas dos brancos porque eles sabem que vão ficar no isolamento, eles sabem que vão sofrer o isolamento total, eles não querem. Eu fiquei impressionado, me emocionou até ver aquela indígena chorando, dizendo que o marido dela não era índio e que a

filha era casada com um não índio. Eles não querem a separação, eles dizem que precisam dos brancos para poder crescer economicamente e socialmente e viver em paz.

Em todas as comunidades, vimos que nunca existiu um conflito sequer entre aquele povo que está lá e os indígenas, até por que todas aquelas vilas foram originalmente fundadas por indígenas. São vilas que têm 100 anos, e essas pessoas realmente não podem sair de lá.

Então, eu estou do lado do Estado, não concordo com esse tipo de demarcação. Dissemos a todos eles que nós iríamos fazer um movimento, inclusive chamamento de Deputados e Senadores de outros Estados para que se aliassem ao nosso grupo, para que nós possamos ter uma força maior, para que nós possamos tentar resolver, pelo menos em parte, essa situação. Porque não é possível que as pessoas fiquem isoladas quando elas não querem; não é possível que comunidades internacionais digam para as pessoas que elas têm que ser índios de arco e flecha na mão quando eles não querem ser. Eles não querem. Então, isso, nós não vamos aceitar. E eu me alio a toda a Bancada de Roraima, que está trabalhando e está realmente se dedicando a essa causa, e podem contar comigo, isso eu disse a eles. Já foram tomadas algumas medidas, como a entrada do decreto legislativo, pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, e na Câmara dos Deputados também.

Então, nós registramos total apoio, nós estamos do lado, continuamos na base aliada do Governo Federal, mas coisas que mexem profundamente com as pessoas do meu Estado, econômica e socialmente, eu não vou aceitar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Augusto, pode usar da palavra, já estava anunciado previamente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores do quarto poder, a minha posição é bem clara em relação a essa história de Raposa Serra do Sol. O Governo, com essa história de compensação, está tentando nos enganar, compensar. Compensar de quê? Eu vou invadir a tua casa, te boto para fora da tua casa toda, te deixo só num pedacinho. E aí, depois: ah! Eu vou te compensar. Então, eu vou te dar mais um quarto e uma sala e vou ficar morando nesse resto aqui da casa. Quer dizer, isso é conversa para boi dormir. Eu acho que nós temos que reagir realmente, temos que achar uma solução, a solução vai ser jurídica mesmo. Apesar de, às vezes, eu ficar até um pouco preocupado, duvidando, porque, dia 14, saiu o ato, saiu a decisão, dia 15 já tinha tudo feito. Infelizmente, eu chego a achar que há alguma... a independência do Poder Legislativo e Judiciário...

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone.)

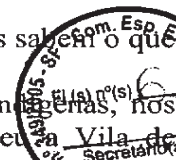
O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exato. Então, foi atropelado pelo Ministro da Justiça, eu achei isso. E as pessoas que estão lá, esse negócio de conflito, não é nada fabricado. Eu convivo há muito tempo no meio dos índios, eu sei disso. O conflito maior que vai haver, se ficar do jeito que está, não é já, já não, é daqui a uns dias, como na África. A África está em paz? A Inglaterra botou todo mundo, todas as etnias no mesmo saco e largou lá. Observe hoje com eles vivem lá. Aqui vamos partir para isso mesmo. Já existe essa radicalização entre o CIR e os outros, que só se exacerbará com uma medida dessa forma, ouvindo só um lado da história.

Eu penso que o índio tem direito. Se quiser andar de tanga, andar nu, comer calango, comer só jeju e viver de flecha, ele pode fazer isso. Lá há espaço para isso. Mas o índio que quiser ter o filho na faculdade, quiser uma boa escola para o seu filho, quiser se alimentar com alimento de melhor qualidade, quiser tomar água gelada... Água gelada é algo simples, mas que, numa aldeia, no interior, tem um grande significado, porque é um conforto que temos. Eles até brincam: não, doutor, quem não gosta de água gelada? Já me disseram isso aí.

Então, nós, parlamentares, temos o dever de defender as nossas pessoas. Que cada um faça o que quiser.

Os nossos índios não precisam que ninguém lhes diga o que eles querem. Eles sabem o que querem, tanto de uma facção quanto da outra, cada um com o seu ponto de vista.

Agora, realmente há muita injustiça e muito erro na definição das áreas indígenas, nos laudos antropológicos. Basta citar o de São Marcos. Em algum momento apareceu a Vila de



Ipacarama no laudo de São Marcos? Ela foi esquecida totalmente. É como se ela não existisse. Não podemos ficar fazendo de contra, temos que fazer o que é real.

Quanto a essa história de se dar 10 mil títulos, como estão dizendo, estão apenas cumprindo um dever. Isso já deveria ter sido para as pessoas que vivem lá há 25 ou 30 anos. E deveriam ter colocado mais. São 100 hectares cada um. Mas que dessem de 100 hectares, porque eles não têm nem 10 hectares, nem 5 hectares. Então, é isso. Não podemos aceitar essa compensação. Não pode! Essa palavra “compensação” é inadequada. Eu penso que compensação não é uma forma de proposta. O Governo Federal fará, sim, cumprir a lei, porque quando o Estado foi criado tudo que era do território passaria para o Estado. Esse prédio...

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) - Boa fé, exato!

Quanto a fazer indenização, do Partido do Presidente, sou como qualquer macuxi daqui de Roraima, não acredito que será feito algo justo para reassentar. A não ser que tenha mudado.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) - O ato já é injusto. E as outras famílias que saíram de lá e não receberam nada? E os outros que... Eu saio dessa casa e faço uma avaliação. A Funai diz: pode ir, porque vamos indenizá-lo. Daqui a dez anos eu estou brigando; vem e reavalia. Daqui a quinze eu estou brigando; vem e reavalia. Daqui a vinte reavalia. Aí diz: é, vou lhe dar os R\$3 mil, se quiser; quer os R\$3 mil por essa casa? Isso é indenização? Isso é falta de respeito com as pessoas. Além do mais, não podemos esquecer que a maioria das pessoas que estão lá, dos descendentes que estão lá, foram para lá orientados pelo próprio Poder Público para tentarem melhorar de vida, e estão misturados. Essa história de reclamar e dizer...

Há pouco tive um debate na Rádio Senado, por isso que eu cheguei atrasado aqui. Eu e a Fátima Cleide discutimos isso no Senado. Eu falei da história da índia e de sua família, que vai ser posta para fora porque é casada com um branco. Ela disse: “Isso é terrorismo que estão fazendo.” Eu disse: “Terrorismo porque a senhora não conhece a realidade. Há o Cabral...” – vou até pegar esse papel para esfregar no nariz dela quando chegar lá – “...que foi posto para fora porque era casado com uma índia.” Duas vezes já fizeram a extrusão dele. Vem a ordem de extrusão, ele recorre e não sai.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Esse é no Amajari, uma região antiga. Já é bem velho, está para morrer.

E lá em Pacaraima todos estão recebendo.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Casado com uma índia, já tem netos indígenas e tudo.

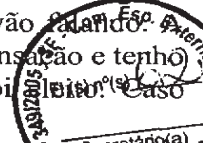
O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não, porque é assim: se qualquer um achar ruim ele estar lá, um índio que não gosta dele vai à Funai e reclama. A Funai toma uma atitude.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Essa é a realidade no dia-a-dia. Como o é também a história de que vão deixar o quartel. Deixar a área do Exército é outra balela, porque não se poderá tirar o Exército do meio da vila mesmo; já está lá. Deveriam dizer: estamos deixando a Vila Uiramutã, inclusive o quartel que está dentro dela. Dão a impressão de que estão nos dando mais uma migalha, uma vantagem para o Estado. Não pode ser assim! Isso pega bem lá, mas aqui pega mal. Isso é uma forma de tentar nos iludir.

Sr. Presidente, o Município foi feito por votação. Quando andamos por lá, vi muita gente dizer que esse município existe porque votamos para que ele existisse. Isso é o povão. Minha posição é esta, penso que estão tentando nos iludir com esse negócio de compensação e tenho esperança de que o Lula faça justiça, cumpra a lei, pois foi para isso que ele foi eleito. Caso contrário, ele terá dificuldades em se manter no poder.



O SR. (Orador não identificado) – Quero agradecer aqui as palavras de todos os deputados, tanto os que pensam de uma maneira quanto os que pensam de outra. Assim como ontem estivemos em Mutum, Socó, Flechal, Água Fria, Pontão, Surumum e ouvimos apenas uma voz. Ou eu perguntava ou os outros Senadores perguntavam: “Vocês concordam com este decreto?” Não havia um só que concordasse. Obviamente que não fomos no Matuca, porque, se tivéssemos ido, seria justamente o inverso, só haveria quem concordasse. O que está se tentando fazer, primeiramente...

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. (Orador não identificado) – Isso. Aliás, é uma coisa que sempre sugerimos ao Presidente Lula, que fizesse o plebiscito apenas com os índios. É até difícil eu falar aqui um pouquinho como médico. Se fizemos exame de DNA ali naquela população, penso que iremos encontrar pouquíssimos que não tenham componente indígena naquela região. Vamos encontrar uma meia dúzia, talvez.

Ouvi algumas palavras aqui com um certo desencanto, pessimismo, o que é compreensível, porque faz muito tempo que estamos lutando com essa história. Uma coisa que parece tão clara, tão transparente para todo mundo, não sei por que há uma birra, um negócio assim radical. A verdade está conosco, somos os donos da verdade, professores de Deus e vamos impor assim. Esse é um parto difícil, mas, felizmente, temos três Senadores que são médicos – dois obstetras e um pediatra – e tenho certeza que iremos fazer esse parto, com a ajuda aqui dos nossos Deputados estaduais, dos Vereadores, do Governador e da população como um todo, porque me admira muito que o Presidente Lula não faça uma pesquisa para ver qual é o pensamento não apenas dos índios, o que é mais importante, mas também da sociedade de Roraima como um todo.

Fiquei muito impressionado com uma frase do Presidente Lula. Aliás, com várias frases. Primeiro foi lá no Acre, creio que o senhor estava presente, não tenho certeza, quando ele disse que as ONG's européias eram mais fortes que qualquer partido político. Ele disse: “Companheiro Flamarion, temos que demarcar essa área. O Ministro da Justiça vai lá, vai conversar com todo mundo e aí vamos... Você vai com um papel em branco, não vai com nada definido. Você vai ouvir e depois quero demarcar essa área”. Bonito! Considerei bonito o final, mas, no início, considerei péssimo um Presidente reconhecer que as ONG's européias mandam no Brasil. Outra frase ocorreu depois, na última reunião que tivemos com o Presidente, quando já era o Governador Otomar Pinto. Fui eu, o Senador Augusto Botelho e os Deputados federais. Entre outras coisas, o Presidente disse: “Eu já estou de saco cheio”. Exatamente assim. “Estou de saco cheio de que aonde eu chego, na ONU, na OEA ou na USP, me cobram a demarcação da Raposa Serra do Sol. Então tenho que definir. Vou tomar uma decisão, vou para o Suriname e, na volta, vou chamar vocês, porque já estarei com a formatação da demarcação e vamos discutir. Se tiver que fazer algum ajuste, faremos e vou demarcar”.

Nunca fomos contra a demarcação, todos nós já estávamos também de saco cheio de ficar nesse negócio, nessa mesma tecla de demarcação. Como os índios e não-índios que moram lá também já estão de saco cheio. Mas sempre discutimos a forma da demarcação, tanto é que quero deixar aqui de novo, Sr. Presidente, o relatório da primeira Comissão Externa do Senado. É bom que relembremos o trabalho feito e, por isso, podem nos acusar de tudo aqui – nós, os parlamentares de Roraima –, menos de omissão. Nunca fomos omissos nessa questão e não ficamos apenas no discurso. A primeira Comissão Externa do Senado que, repito, fez um trabalho de profundidade, com o apoio da consultoria legislativa, que se debruçou em cima de pesquisa, tanto da parte legal, quanto histórica e antropológica, concluiu por sete recomendações.

Outra coisa que precisamos esclarecer aqui é que ninguém nunca falou. Querem confundir a opinião dizendo que queremos uma demarcação não contínua. Queremos contínua, o que não queremos é que seja excludente. Essa demarcação é excludente e queremos que seja contínua, porque os contornos externos da reserva praticamente são os mesmos. Ela apenas é uma reserva contínua, mas não excludente, essa demarcação que foi feita é excludente. Está claro: vai tirar, dentro do prazo de um ano, as pessoas que não são índias de lá. Essa é uma demarcação excludente, no meu entender.

uma forma de fazer um **apartheid** dentro do País, portanto, não poderíamos concordar. Está aqui a recomendação da Comissão Externa do Senado, cujo relator, Deputado(?), vai ser um dia, com certeza, era o Senador Delcídio Amaral, que é do PT e hoje é Líder do Bloco de apoio do Governo. Esse relatório foi assinado pelo Senador Delcídio e aprovado pela Comissão, por unanimidade, Comissão esta composta pelo Senador Delcídio, pelo Senador Jefferson Péres, do Amazonas, pelos três Senadores de Roraima e que eu tive a honra de ser o Presidente.

Vamos às recomendações:

1 - Que sejam excluídas da proposta atual áreas necessárias à exploração econômica;

2 - sejam excluídas as sedes do município do Uiramutã e das vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira, Mutum e as respectivas zonas de expansão, porque, se não houver previsão da zona de expansão, estaremos decretando o engessamento dessas vilas e futuras cidades. O Paracaima é da Reserva São Marcos. Do Paracaima tem-se a localidade da Vila Pereira. É Paracaima;

3 - sejam excluídas as estradas estaduais e federais presentes na área. A RR-171, a RR-407, a RR-319 e a BR-433. Infelizmente, parece que nem o Governo federal sabe que a Rodovia 220, que era estadual, não é mais, é federal. Foi federalizada por um projeto meu e já está transformado em lei, portanto, a rodovia que vai de Normandia a Paracaima é federal, que é a Rodovia 433 e a BR-401, permitindo-se o livre trânsito em referidas vias. Ora, do jeito que está o decreto, sabe apenas quem entra lá? Só autoridade federal. Não entra autoridade municipal nem estadual. É a decretação falaciosa, camuflada, de extinguir realmente qualquer pessoa lá de dentro;

4 - que seja excluída a área de unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima. Isso aqui foi acolhido. É impressionante, mas a Funai nunca descobriu que ali naquela área já existia um Parque Nacional do Monte Roraima, que é uma área de preservação ecológica. Mas a Funai ia extinguir. Se o Presidente pegasse a corda da Funai, nesse particular, ia ser o primeiro caso do Governo federal que iria extinguir uma reserva ecológica, aliás muito importante, que é a do Monte Roraima;

5 - excepcionalmente, observem o termo que a própria Comissão usou, sejam excluídas as áreas tituladas pelo Incra e aquelas referentes a imóveis com propriedade ou posse anterior ao ano de 1934. Que seja convocado o Conselho de Defesa Nacional para, *ex vi* do que dispõe o art. 91, § 1º, inciso 3, da Constituição Federal, opinar sobre o efetivo uso das áreas localizadas na faixa de fronteira. Está lá apresentado que qualquer medida na faixa de fronteira que implique em qualquer tipo de ação, mesmo do Governo federal, tem que passar pelo Conselho de Defesa Nacional, porque está na faixa de fronteira. Está na Constituição, não fomos nós que inventamos, não foi a Comissão Externa do Senado que inventou. Isso nunca foi feito pelo Governo federal. Não foi apenas pelo Governo Lula, mas pelos outros também. Nunca respeitaram esse artigo da Constituição;

6 - que seja excluída a faixa de 15 km ao longo da faixa de fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela. Essa aqui talvez fosse a única novidade feita, que está também no relatório da Câmara, que foi assinado por outro petista, o ex-deputado Lindberg Farias. Na Comissão da Câmara não havia nenhum parlamentar de Roraima, no entanto, houve apenas um voto contrário. O nosso, que tinha três Deputados e dois Senadores de Roraima, foi aprovado por unanimidade. Lá não tinha nenhum parlamentar de Roraima e só teve um voto contrário, que foi o do Senador do PT de Rondônia.

Pois bem. Dois relatórios das duas Casas do Congresso Nacional, Câmara e Senado, foram aprovados e encaminhados ao Presidente da República. Portanto, o Presidente tinha informação e, se teve o trabalho de mandar algum assessor ler, veria que havia amparo legal para fazer a demarcação e a área contínua, mas não excludente. No entanto, o Presidente preferiu seguir o conselho do “Ministro da Justiça” e fazer essa demarcação.

Quero aqui fazer uma ressalva que o Supremo foi induzido a um erro, pelo “Ministro da Justiça”, porque o Supremo ia decidir uma questão levantada pelo Procurador Geral da República, que era sobre essa questão da ação popular impetrada aqui por três advogados de Roraima, que já tinha liminar para suspender qualquer demarcação até o final do julgamento – já tinha liminar aqui



do juiz, da Desembargadora do TRF, senhora Selene Maria de Almeida, do STJ e do Supremo. Seria discutido o quê? Se a competência era do juiz federal ou se era do Supremo.

Acredito muito no Poder Judiciário, até porque tenho dois filhos que são juizes, e prefiro acreditar que o Ministro Carlos Brito foi induzido ao erro. Não posso acreditar que ele combinou essa questão com o Ministro Thomaz Bastos. Mas o que o Ministro Thomaz Bastos fez? Disse: “Ministro, revoguei a Portaria nº 820 e baixei a Portaria nº 534, que muda completamente a questão que está sendo analisada, portanto, essa ação popular de Boa Vista mais as outras ações correlatas perdem o objeto. É verdade. Se realmente ele tivesse revogado, perderia o objeto. Mas, nesse caso, duas coisas eram mentirosas. Primeiro: ele não revogou a Portaria nº 820, mas a ratificou com ressalvas, e uma delas foi só excluir a sede do município do Uiramutã e aquelas besteiras inconstitucionais de dizer que as rodovias permanecem, os equipamentos públicos, mas ninguém pode entrar nem sair. Na verdade, ele enganou o Ministro, que não se apressou ou não foi atento ao perguntar: “Foi publicada a Portaria”? A Portaria não estava publicada. Então o Ministro, na hora do julgamento, disse: “Opino para que a competência seja do Supremo.” Realmente é competência do Supremo, porque existe um conflito federativo entre o Governo federal e o Governo do Estado. Foi colocado em votação e aprovado que o fato é de competência do Supremo. Em seguida, o Ministro disse: “A mais, quero acrescentar que a ação, em si...”

(Interrupção do som.)

O SR. (Orador não identificado) – Todas as pessoas que tomam conhecimento de como foi feito não concordam. Imediatamente aliam-se a nós. São 22 Senadores do PMDB que jamais vão concordar com isso. São essas pessoas que queremos estar trazendo para o nosso lado, para podermos fazer uma força maior lá.

O SR. (Orador não identificado) – Pois é. Anotei vários pontos aqui que foram abordados, obviamente está tudo gravado, mas gostaria muito de chamar atenção, está sendo até distribuído aí, não propriamente para o meu pronunciamento, mas para o aparte do Senador Sarney ao meu pronunciamento que, no meu entender, poderia servir de reflexão para o Presidente Lula. No entanto, parece que o Presidente Lula pensa que somente com o PT, ou com a banda não muito boa do PMDB, e com a igreja católica, ele será reeleito. Vejam aqui a declaração hoje publicada no jornal, em que ele está discursando, após uma missa em homenagem ao trabalhador na igreja matriz de São Bernardo do Campo: “Agora vamos dar prosseguimento à homologação dessa que era a maior reserva indígena a ser homologada e que finalmente foi homologada. E eu sei o papel importante que a igreja teve nisso.” Aliás, o Presidente Sarney diz também que Dom Ivo Lorscheiter, quando Sarney era Presidente, foi pressioná-lo para demarcar a área Yanomami. Ao Presidente Sarney, quando disse que não poderia fazer daquela forma, ele perguntou: “O senhor está sendo pressionado pelos militares?” Sarney respondeu: “Não. Quem está me pressionando muito ultimamente nessa questão é o Barão do Rio Branco, porque o Barão do Rio Branco é que cuidou das nossas fronteiras e passou para a nossa geração uma área de fronteira totalmente protegida, diferentemente do que tem entre a Venezuela e a Guiana, até perdendo, como perdemos aqui, terras para a Inglaterra, mas, de um modo geral, ganhamos. Agora, o que estão querendo deixar para a outra geração é uma fronteira vulnerável, desguarnecida.

Titonho, perdoe a veemência do meu pronunciamento, mas estou realmente, como roraimense, muito indignado com a falta de consideração do Presidente Lula para com o Povo de Roraima. E já estou votando contra todas as matérias do Presidente Lula, embora continue em um partido aliado dele, porque penso que aliado não é capacho. O bom aliado é aquele que é capaz de dizer não e mostrar que discorda quando o cara está errado. E penso que ele está errado nisso. Tenho convicção de que ele está errado, mas infelizmente parece que também ele está se transformando em professor de Deus. Não concordo com isso e não estou dizendo isso só entre nós, particularmente, é o fiz já na tribuna do Senado, já avisei o Presidente do PTB e disse-lhe: “Se ficar desconfortável para o PTB eu, como Líder, tomar essa posição, saio do PTB. Porque o meu primeiro partido é o “PR”, que é o “Partido de Roraima”, o resto para mim é secundário.” Portanto, quero dizer que ainda não estou rompido com o Presidente Lula, porque acredito que possa reformar, esse decreto sem contrariar tão grandemente a igreja, que ele tanto respeita. Aliás, se olharmos o

passado da igreja, veremos que não é uma boa condutora, haja vista a Santa Inquisição, as Santas Cruzadas e tantas outras coisas que levaram sucessivos Papas a pedirem perdão pelas besteiras que fizeram, até porque, sempre ao lado da marca da bota do colonizador, estava a sandália do jesuíta.

Não vamos pensar que padre é santo, que a igreja é santa. Não. São compostas por homens como nós todos aqui. Espero firmemente que, concluído esse trabalho, com levantamento técnico de tudo isso, com o depoimento das pessoas que estão diretamente mais interessadas, que são as que moram lá, mas também com as pessoas indiretamente interessadas, que somos todos nós de Roraima, o Presidente possa adequar esse decreto. Se não o fizer, já estou na Oposição, não tenha dúvida. Se isso representar, por acaso, a perda do meu mandato, não tem problema. Não nasci Senador, mas quero, enquanto Senador, ser o Senador que não vende o meu Estado, que não está para negociar compensação, seja de emenda, seja do que for. Penso que é o mesmo pensamento dos outros Senadores e garanto, Titonho, que será de muitos outros Senadores. E já vou começar esse trabalho de pedir votos contra o Presidente Lula, se ele não mudar essa questão, que poderia ser revertida a favor dele, se mudasse.

Quero agradecer, desculpe o desabafo, mas ficamos indignados de ver isso, de nos sentirmos quintal, no mau sentido mesmo, da Nação. Aqui não valem nada, mais importante é a USP, São Bernardo do Campo, etc. Um Presidente que veio lá do interior do Nordeste, sofrido. Um Presidente que se fez em assembleias, em discussões abertas, em votações, e agora ignora a todos nós, porque somos duzentos e poucos mil eleitores.

Muito obrigado a todos e quero convidar, se quiserem participar, para uma reunião, logo mais, na Fecor, e amanhã, à tarde, com os Vereadores de Boa Vista e com os Presidentes de Câmaras do interior. Vamos ouvir a todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Queria agradecer a presença de todos. Senador, falando em igreja, tenho um livro no meu banheiro que leio todos os dias um pedacinho. Por acaso achei um trecho interessante e anotei: “Muito da sabedoria do santo vem da sua experiência de pecador.”

Concedo a palavra à Deputada Marília, antes de encerrar,

A SRª MARÍLIA PINTO (PTB - RR) – Gostaria apenas de fazer uma observação e aproveitar esse momento que já encerramos a discussão para deixar uma preocupação minha, creio que também não seja apenas minha, mas da Assembleia como um todo, dos Senadores Wirlandi, Mozarildo e Augusto.

Trata-se da questão da discussão sobre a gestão das florestas públicas. Isso é uma questão séria, grave, que está na Câmara e, no momento em que foi marcada aquela reunião aqui, até por desconhecimento nosso, pois foi num domingo, muitos poucos Deputados estiveram aqui para a discussão. Vieram alguns Deputados federais e Senadores, vieram as pessoas interessadas nessa questão, esteve aqui a Deputada federal Maria Helena, que é Presidente da Comissão da Amazônia, mas não tínhamos uma informação exata sobre o que estaria sendo discutido. A maioria esmagadora da Assembleia não esteve presente e, quem esteve, assustou-se com essa outra proposta.

Até diria que o PT está entregando a Amazônia de uma maneira muito bem engendrada. Essa questão da demarcação indígena é um passo, a questão da gestão de florestas públicas é um outro passo e penso que precisamos desse contato com o Senado, diante das discussões que já estão acontecendo e que não temos informação. Foi constituída uma Comissão aqui, mas falta-nos subsídios de lá, do poder central, da discussão de vocês, para que possamos ter uma visão menos parcial, porque, ao meu entendimento, é isso que está ocorrendo. Lamento profundamente, porque temos uma Deputada federal na Comissão da Amazônia, presidindo essas discussões, e temos questionado muito esses posicionamentos.

O outro ponto que queria lembrar, que foi discutido em Belém, é a questão da reforma política. É preciso que exista, no meu entendimento e de vários Deputados, uma aproximação do grupo de Deputados e Senadores, do grupo federal, com o Poder Legislativo estadual, porque já existem substitutivos que estão sendo colocados e não sabemos o que está ocorrendo. Há uma tendência geral nos partidos e de uma maneira majoritária. A questão da verticalização, a questão da lista fechada, é uma situação também importante, premente, é que aqui não votamos

senhores que votam lá, mas as repercussões recaem sobre todos os representantes legítimos, principalmente Deputados e Vereadores que constituem o maior número de representantes legais.

Portanto, Sr. Presidente, queria dizer que há esse interesse dos três Senadores em chamarmos a atenção para marcar uma discussão ampla envolvendo vários segmentos do Estado, instituições instituídas legalmente e representadas, sobre a gestão de florestas públicas, sobre o estupro que está sendo proposto para Roraima e sobre a questão da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Chico Guerra. PFL – RR) – Queria agradecer a presença do Senador Mozarildo Cavalcanti, do Senador Augusto Botelho, do nosso irmão Wirlandi e dizer que esperamos dele o mesmo que os outros dois vêm dando. Tenho certeza de que V. Ex^a continuará sendo orgulho do povo roraimense.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 14h.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Boa tarde a todos!

Inicialmente, quero convidar o Senador Wirlande da Luz para compor a Mesa. (Pausa.)

Quero convidar também o Sr. Airton Dias para compor a nossa Mesa. (Pausa.)

Embora o Senador Augusto Botelho ainda esteja a caminho, vamos começar a reunião a fim de ganharmos tempo. (Pausa.)

Quero também convidar o Deputado Almir Sá para participar da Mesa. (Pausa.)

Quero convidar também o Deputado Raul Lima, Presidente da Câmara Brasil-Venezuela, para fazer parte da Mesa diretora dos trabalhos. (Pausa.)

Convido também o Prefeito Paulo César Quartieiro. (Pausa.)

Fique à vontade, Prefeito.

Quero iniciar os nossos trabalhos fazendo um esclarecimento sobre os objetivos desta Comissão Externa do Senado. Sei que para nós todos, aqui de Roraima, o assunto já está exaustivamente debatido, cansativamente falado, mas o que acontece é que, pelo que entendemos, o que querem é nos matar pelo cansaço – e não podemos, portanto, entrar nessa.

Foi por isso que, quando foi publicado o Decreto do Presidente, nós decidimos, ao invés de virmos individualmente, como Senadores do Estado, requerer a formação desta Comissão Externa do Senado, que é, portanto, uma comissão representativa do Senado, para que pudéssemos elaborar um relatório para a Câmara Alta do Legislativo brasileiro sobre a realidade tanto dos moradores da Reserva Raposa-Serra do Sol, quanto do Estado como um todo, sobre como foi aceito esse decreto, até porque poderia parecer que a opinião do Senador Wirlande da Luz, do Senador Augusto Botelho e minha poderia ser, não necessariamente, como eles entendem, a verdadeira.

Já visitamos as comunidades do Mutum, do Socó, da Água Fria, do Flechal, do Contão e do Surumu no dia de ontem; hoje, já nos reunimos com a Assembléia Legislativa, com os Deputados Estaduais; e, agora, estamos fazendo esta reunião com as classes produtoras do Estado. Faremos amanhã uma reunião com os Vereadores de Boa Vista e, pelo menos, com os Presidentes das Câmaras dos municípios do interior, até para termos o depoimento deles nesse contexto.

De outra parte, já propusemos um projeto de decreto legislativo, no Senado, visando a sustação do decreto presidencial, bem como os Deputados Federais, no mesmo sentido, propuseram um projeto de decreto legislativo na Câmara.

A nossa sustentação é a de que o decreto presidencial foi baseado, no mínimo, para usar uma palavra mais leve, em um equívoco jurídico, uma vez que, na verdade, o Ministro do Supremo, quando levou a matéria para ser votada, levou, para discussão e votação, a questão da competência para julgar a ação popular movida pelo Dr. Alcides Lima, nosso ex-deputado, pelo já falecido Dr. Luiz Ritler de Lucena e mais um outro advogado. Ao ensejo dessa ação popular, nós, depois, pedimos uma liminar, pois o Ministro chegou a anunciar o dia em que seria feita a demarcação. Então, pedimos uma liminar para que não fosse feita a demarcação enquanto não se julgasse a ação popular. Essa liminar concedida, vocês sabem, foi ratificada no Tribunal Regional Federal de Brasília, no STJ e no Supremo. Pois bem. Com isso, o que viu a Funai? Que estava correndo o risco realmente de ver aquela portaria anulada – de fato, tem que ser anulada – porque o que

nessa ação popular é que todos os procedimentos são efetivamente fraudulentos, desde os mais elementares como, por exemplo, falsificação de assinaturas ou de abaixo-assinados até a designação para a composição da comissão que deveria fazer o levantamento para basear o laudo antropológico, também constituída de maneira fraudulenta. Então, é evidente que não teria sobrevivido essa portaria.

Então, no ato do julgamento da reclamação do Procurador-Geral, que somente nesse caso levantou essa questão do conflito federativo, o Supremo julgou esta questão: se era competência do Supremo ou da Justiça Federal aqui de Roraima. E, coincidentemente – prefiro dizer que foi coincidentemente – o Ministro da Justiça telefona para o Relator dizendo que havia revogado a Portaria nº 820 e havia baixado uma outra portaria, sob o número 534, que mudava completamente o desenho da possibilidade de a reserva ser homologada. E o Ministro – creio eu que de boa-fé – resolveu neste momento aduzir ao seu relatório o fato de que, com aquela informação do Ministro da Justiça, perderia objeto tanto a ação popular quanto as demais ações que estavam correndo juntas, vamos dizer assim.

Realmente, se fosse juridicamente correta essa informação, teria perdido realmente o objeto. Só que a informação era mentirosa, porque a portaria não tinha sido publicada ainda – só foi publicada no outro dia. Quer dizer, o Supremo decidiu baseado numa informação falsa. E, no outro dia, quando foi publicada a Portaria nº 534, o que foi que se viu? Ela não revogou a Portaria nº 820. Ela ratificou a Portaria nº 820, com ressalvas. Que ressalvas? São essa meia-dúzia de coisas que vocês já sabem, tais como a manutenção da sede do Município de Uramutã, que não poderia ser extinta por decreto, uma vez que um município é criado mediante um plebiscito seguido de uma lei, portanto, não havia como haver a revogação por decreto. Manteve também algumas outras ressalvas insignificantes – na verdade, também não poderia ser diferente – tais como manter as vias de acesso estaduais e federais. Então, preferimos ouvir as pessoas. Coincidentemente também, os índios do Flechal fizeram os policiais de reféns, o que reforçou nossa vinda aqui, porque criou um dado nacional, que requereu a presença não só dos órgãos do Executivo, mas do Legislativo federal para acompanhamento. E viemos, estamos fazendo, ontem e hoje, essa peregrinação.

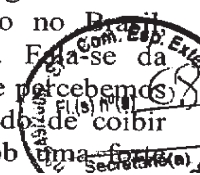
Queremos ouvir agora os representantes das associações e entidades da classe produtora do Estado, para subsidiar os trabalhos desta Comissão. Queremos justamente o quê? Fazer um novo relatório onde possamos ressaltar esses vícios todos que constatamos sem precisar de debates e levar claramente, deixar registrado, como fizemos no primeiro trabalho, que a população de Roraima não pode não ser levada em conta nessa questão. Podem até não nos levar em conta, mas não nos vamos omitir de apresentar nossa posição, de ter, portanto, algo registrado.

Eu gostaria de começar, ouvindo o amigo Airtton Dias, Presidente da Fecomércio, que vai prestar seu depoimento. Depois, vamos abrir a palavra a todos os representantes.

O SR. AIRTON DIAS – Senador, é um prazer tê-lo aqui em nossa casa, Senador Wirlande; meu amigo, Deputado Federal Almir Sá; o incansável combatente Derval; Deputado Raul Lima e demais companheiros e amigos que aqui estão, na realidade, o que sabemos dessa história é do passado.

Desde que aqui chegamos, temos uma grande preocupação com a situação que estamos vivendo hoje. Fico muito à vontade – sempre digo isso aos amigos – porque nunca esmorecemos no sentido de alertar todas as autoridades e o povo de Roraima fazendo diversos seminários. Trouxemos o Lourenço Carrasco, que é um *expert* e sempre foi apoiado pelo Paulo César e pelo Fátio. Aqui, em Roraima, existe um grupo de apoio, porque ninguém sabe mais que nós dessa preocupação com a internacionalização da Amazônia, no sentido de castrar as nossas possibilidades de exploração mineral – acho que reside mais aí a situação toda, não outro fato.

Acabei de chegar de Miami – passei uma semana fora em Caracas e outros lugares – e em momento algum ouvi um noticiário sequer sobre nada do que está acontecendo no Brasil, absolutamente nada, naqueles jornais de circulação americana, latino-americana. Fala-se da Argentina, do Equador, da Colômbia, mas absolutamente nada do Brasil. Então, o que percebemos neste momento é que houve uma grande articulação do Governo Federal no sentido de cobrir qualquer matéria. Acho que todos os órgãos de comunicação neste País estão sob uma forte



orientação no sentido de se calar. As poucas notícias que ouvi antes de viajar eram sobre os índios a favor, uns dois ou três, do Cir.

A sociedade tem que continuar organizada, trabalhando. E eu queria parabenizar os nossos Senadores pela iniciativa de comporem esta Comissão no Senado. Tenho certeza que dela sairá algum fruto, como também do empenho das classes produtoras. O nosso ex-Deputado Federal Alcides Lima entrou com aquela ação importante, e outras deverão ser encaminhadas. Se Deus quiser, encontraremos um caminho, um porto seguro para o nosso Estado. Acho que tem que ser definido; não podemos nos aquietar; devemos buscar realmente uma solução que venha ao encontro do interesse de todos os povos que aqui vivem. Nós formamos a sociedade.

Infelizmente, houve pouca ação no sentido do desenvolvimento no passado. Ficamos um pouco deslumbrados com as riquezas locais e não demos importância à grande quantidade de terra.

Nós que chegamos há alguns anos, vimos todos esses lavrados aí, da Liberdade e Buriti, e nunca nos preocupamos em comprar nada. Hoje, não conseguimos nem comprar mais um terreno, porque isso passou batido por nós, e assim continua sendo. O Estado foi comprado, nos últimos três anos, por gente de fora. As poucas propriedades que havia no Estado foram adquiridas por preço muito barato, e não resta mais praticamente nada em terra titulada. Então, se não houver um encaminhamento por parte de V. Ex^{as}, no sentido de que tenhamos definida a questão fundiária, não sei o que vai ser deste Estado.

Então, parabeno V. Ex^{as} e sou solidário. Faremos o que pudermos fazer, de comum acordo, e estaremos torcendo para que dê certo.

Obrigado.

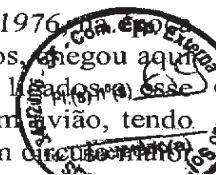
O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao ex-Deputado e advogado Alcides Lima, que está também representando a Federação da Indústria do Estado de Roraima, para que possa fazer a sua explanação.

O SR. ALCIDES LIMA – Sr. Presidente da Comissão Externa do Senado, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Wirlande da Luz, Deputado Almir Sá, Presidente Airton Dias, Presidente Derval, Deputado Raul Lima, Senador Augusto Botelho, demais autoridades presentes, companheiros, produtores, colegas advogados, diria irmãos de lutas e de ideais, quero também parabenizar a iniciativa dos nossos Senadores em deslocar essa importante Comissão do Congresso Nacional, representado pelo Senado da República, e, posso dizer que tanto eles quanto nós, sabemos que estamos aquilatando a gravidade da situação do Estado de Roraima e a ameaça de perda de soberania do nosso País.

Antes de entrar na questão que desejo colocar sobre o decreto e a proposta que pretendo fazer para os ilustres Parlamentares, quero dizer, inicialmente, que estamos assistindo mais uma tática dessa estratégia orquestrada pela oligarquia britânica, pelo establishment anglo-americano que pretende impor nos países da América do Sul, sobretudo os países amazônicos, esse famigerado governo mundial, de caráter puramente malthusiano. E o que é isso? Nada mais é do que manter a estagnação econômica e o despovoamento dessas nações. E busca, com isso, inviabilizar a implantação de projetos de infra-estrutura para que essas nações não possam manter a prosperidade, o crescimento e até de sustentar a sobrevivência das suas populações, absolutamente, carentes. E essa ofensiva começou no nosso País, ilustre Senadores, apenas para rememorar, na década de 60, quando o aparato ambientalista, indigenista, comandado pela ONG *survival international*, que tem um dos braços lá na Casa de Windsor, no Palácio de Buckingham, na Inglaterra, que é a WWF (*World Wildlife Fund*), ou seja, a Fundação Mundial para o Meio Ambiente. É isso.

Isso aconteceu a partir da década de 60, quando eles urdiram essa estratégia para ameaçar e para pressionar os países da América Latina a criarem as chamadas reservas indígenas.

No Brasil e aqui em Roraima começou em 1975, quando o Governo brasileiro se abaixou a essas pressões e decidiu definir as áreas indígenas. E aqui chegou, em Roraima, em 1976, chegou aqui em que tínhamos um Deputado apenas na Câmara Federal, o Deputado Hélio Campos, chegou aqui uma equipe interdisciplinar da Funai, composta de antropólogo e sociólogo, todos ligados a esse esquema indigenista-ambientalista. E o que fizeram naquele momento? Pegaram um avião, tendo em mãos o mapa de Roraima. Sobrevoaram o Estado e, lá de cima, iam colocando um círculo em torno



ou menor naquelas localidades onde viam casas de palha. Não estou inventando isso; creiam em mim, por favor. Levaram isso para Brasília e plotaram em escala, sem se preocupar com o fato de que existiam propriedades de pessoas miscigenadas com o sangue indígena. Eles precisavam de ter um aval do governo no território.

O Governador, naquela época, era Fernando Ramos Pereira, que estava em litígio aberto com os pecuaristas do Estado – os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho podem confirmar isso. O que fez o Governador? Chamou o seu Secretário de Segurança, que era também comandante da Polícia Militar, o Coronel Paulo de Tarso, criou uma comissão presidida por esse coronel e composta por funcionários do palácio do governo. Foi essa comissão que deu parecer sobre esse trabalho irresponsável feito por aquelas pessoas naquela oportunidade. O Governador deu seu aval e a Funai, por meio de uma portaria, definiu as áreas indígenas no território de Roraima naquela época. Esse foi um passo nessa estratégia que já vinha sendo executada, tanto que a área ianomâmi foi chamada de reserva ianomâmi com 2 milhões de hectares na época. Depois aumentou para 4 milhões e hoje está com 9,5 milhões de hectares.

Tudo isso faz parte dessa estratégia que está sendo executada palmo a palmo. Denunciamos esse fato inúmeras vezes na Câmara. De 202 pronunciamentos que fiz na Câmara e no Congresso Nacional, em pelo menos 20 tratei da questão fundiária e indígena, afora a luta que empreendemos na Comissão do Índio, na Comissão de Agricultura, na Comissão de Minas e Energia.

Naquela época, tínhamos apenas um Deputado. Entreguei ao Deputado Hélio Campos uma exposição de tudo o que eu acabei de falar. Ele era membro da Comissão de Segurança da Câmara. Quem tinha força junto ao Executivo Federal era o Governador Ramos Pereira, por quê? Porque Roraima era subordinada, era ligada ao Ministério do Interior, na época, e à Funai também. Não era ligada ao Ministério da Justiça, como é hoje – o Senador Mozarildo Cavalcanti sabe disso. O Deputado foi impotente, porque estava sozinho; não tinha Senadores e ele não era ouvido pelo Executivo Federal.

Nesse trabalho não foram ouvidas as comunidades indígenas, não foram ouvidos os produtores que estavam nessa área. Esse foi o trabalho irresponsável que foi feito, e, assim, começou o esbulho nas terras do hoje Estado de Roraima. Essa situação, esse imbróglio todo causado, não fomos nós que aqui estávamos e nem aqueles que chegaram **a posteriori**, foi o próprio Governo Federal, foi ele mesmo, e ele mesmo é quem está criando toda essa dificuldade.

Por isso, com essa introdução, eu quero dizer à Comissão, primeiro, que os Parlamentares, eles foram de uma felicidade muito grande em entrar com esses decretos legislativos. Porque o decreto legislativo, como eles sabem, nós sabemos, é uma lei e tem força de lei, e mais, não vai para a sanção do Presidente, não vai, e ele, hierarquicamente, na pirâmide das normas jurídicas, ele é superior a um decreto executivo. E eu posso dar um testemunho que, se for feita uma mobilização para valer dentro do Congresso, isso daí, eu sei que a nossa Bancada pode fazer e vai fazer. Eu só quero dar o exemplo de um que aconteceu naquela chamada operação desmonte no Governo do Presidente Sarney, em 89, lembram, quando ele extinguiu algumas empresas, entre elas a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Embrater. Eu e o Deputado Jonas, na Comissão de Agricultura, mobilizamos a Comissão, mobilizamos a Comissão de Agricultura do Senado, mobilizamos o Congresso e mobilizamos o Brasil inteiro, através dos dirigentes das Emateres e das Ateres nos territórios. Eles passaram um mês de gabinete em gabinete, de Deputado em Deputado, de Senador em Senador, e pelo decreto legislativo, a Embrater foi ressuscitada. Então, essa é uma proposta que eu faço para a Comissão: mobilizem a Câmara e o Senado e, aqui, as forças vivas do Estado se mobilizarão e irão a Brasília para ir de gabinete em gabinete pedir aos Senadores e Deputados que eles aprovem o decreto legislativo. Esse é um ponto.

O outro, nós estamos aqui, até se precisarmos ir mais além da hora, eu acho que a situação é muito grave, nós não devemos nos amarrar em minutos, por isso, eu peço a tolerância dos Senadores e de V. S^{as} também, porque é muito grave, nós não podemos mais, nós não estamos atravessando a ponte, nós estamos no meio de uma pinguela, uma pinguela muito estreita, que nós não podemos mais voltar, nós temos que ir para a frente. O Presidente da República não tem competência legal nem constitucional para decretar homologação de área indígena, não é

competência do Congresso Nacional, a Constituição diz. E eu estou colocando na ação popular que vou intentar agora, nesta semana, acabei de redigir no sábado e no domingo, justamente a inconstitucionalidade do decreto, a ilegalidade do decreto porque ele está todo fundamentado naquilo que o Senador Mozarildo já falou, em um processo administrativo demarcatório viciado de nulidades, eivado de nulidades, de portaria também eivada de nulidades, sem contar esse estelionato ideológico que foi feito agora pelo Ministro da Justiça, engabelando o Supremo, engrupindo o Supremo Tribunal Federal, que é justamente o guardião do ordenamento jurídico do nosso País, da Constituição e de todo o sistema legislativo do nosso País. Isso foi um estelionato ideológico, na feliz frase do Governador Otomar.

Eu estou justamente atacando a inconstitucionalidade, a ilegalidade, a lesividade do patrimônio público do Estado de Roraima, porque o Presidente, com esse decreto, atentou contra o princípio federativo, Senador, e ele tem que ser chamado à responsabilidade junto com esse Ministro, porque o princípio federativo tem que ser mantido, sob pena de crime de responsabilidade. E eu faço mais uma proposta: se já houver uma CPI na Câmara Federal, que o Ministro seja chamado para explicar esse estelionato que ele praticou contra o País.

Sei que há na Câmara uma CPI sobre questão fundiária. Pode estar já esgotada a possibilidade de criação de novas CPIs, mas essa daí poderá ser aproveitada. Dei essa sugestão ao Deputado Federal Dr. Rodolfo Pereira, e faço agora, na presença do Deputado Almir Sá. E peço que, se possível, esta Comissão sugira, se ainda não existir, uma CPI sobre esta questão, para que a Nação saiba, de forma bem clara, por que aconteceu e ocorreu esse estelionato ideológico. E eu enfoco a questão da lesividade.

Outra coisa que, na ação popular, estou intentando refere-se à questão das áreas já tituladas pelo Incra nessa região. Isso se torna óbice para que seja feito o registro - se é que esse registro vai ser feito. Isso é óbice jurídico para que esta área seja registrada no competente cartório de registro de imóveis. E ela precisa ser registrada. Então, ilustres Senadores, embora eu tenha excedido o meu tempo, quero dizer que nós vamos continuar na nossa batalha jurídica, com a ação dentro do Congresso, para mobilizar a Câmara e o Senado. Aqui em Roraima, lutaremos para mobilizar as forças vivas para estar lá, de gabinete em gabinete, pedindo, exigindo que os Senadores e os Deputados não permitam esse saque contra o patrimônio do nosso Estado de Roraima, mas sobretudo contra a perda de soberania que o Brasil haverá de ter, se isso chegar ao seu final.

Muito obrigado e desculpem-me pelo excesso da minha contribuição. (Palmas.)

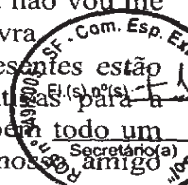
O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB - RR) - Quero parabenizar o companheiro Alcides Lima e dizer para ele que, na verdade, ele, que foi um brilhante parlamentar, sabe que essa limitação do tempo é só por questão de ordenar os trabalhos e dar oportunidade a todos de falar. De jeito algum teríamos a intenção de deixar de ouvir a sua brilhante explanação, até porque você tem toda a condição de falar, porque começou essa briga judicial. Portanto, não tenha dúvida de que isso é reconhecido.

Gostaria, para ter a oportunidade de ouvir o maior número de pessoas - se possível, todos que quiserem se manifestar -, de estabelecer cinco minutos para cada um, com uma prorrogação. No Senado é assim: cinco minutos para comunicação de Lideranças, dez minutos para quem está inscrito regularmente, etc. Trata-se de ordenar os trabalhos. É lógico que temos todo o interesse em ouvir o máximo de depoimentos. Até porque esses depoimentos estão sendo gravados e vão compor os trabalhos desta Comissão. Assim, é importante que o maior número possível de pessoas se manifestem.

Concedo a palavra ao Deputado Almir Sá, Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Roraima, para que ele possa fazer sua explanação.

O SR. ALMIR SÁ (PL - RR) - Meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, eu não vou me delongar muito, porque acho que há muitas instituições que querem também usar a palavra.

Gostaria de dizer que a Federação de Agricultura e as demais entidades presentes estão irmanadas em um só movimento, um movimento no sentido de encontrar alternativas para a resolução dessa questão fundiária que envolve não só Raposa Serra do Sol mas também todo um contexto fundiário que o Estado vem sofrendo, como muito bem colocou aqui o nosso amigo



Alcides Lima, nosso brilhante advogado e que está fazendo um trabalho primoroso para o Estado de Roraima. Ele merece os nossos elogios.

A somatória de valores é que vai fazer com que consigamos os nossos objetivos.

Quero registrar que, na semana passada, houve uma grande movimentação por parte da Comissão de Agricultura da Câmara e da Comissão de Agricultura do Senado. Participei desses trabalhos no Plenário II da Câmara Federal, ocasião em que fizemos um movimento objetivando o fortalecimento do Ministério da Agricultura, que vem sendo prejudicado também no que se refere à questão orçamentária.

Eu consegui inserir, na ata desses trabalhos, a questão da gravidade do problema de Roraima. Estamos conversando sobre a realização de um movimento que está sendo estudado, em nível nacional, no estilo do “caminhão” feito em anos anteriores. Recentemente, no Governo passado – V. S^{as} devem se lembrar –, foi feito um “caminhão”, de Norte a Sul do Brasil. Esse movimento parou Brasília. Está sendo estudado um novo movimento dessa ordem. Estamos acompanhando esse assunto e vamos participar desse movimento. Vamos inserir, nessas conversas, a questão da gravidade do problema fundiário do Estado de Roraima. Quando conseguirmos que esse assunto conste dessa ata e tão logo ela seja divulgada, passaremos isso para V. S^{as}.

Mozarildo, esse detalhe é importante. Penso que temos que levar, o mais longe possível, a gravidade do problema de Roraima. Hoje já avançamos bastante. Quando falamos com qualquer Parlamentar ou qualquer jornalista já existe a ressonância da gravidade do problema. Já não falamos isoladamente. Creio que agora, com as ações judiciais, com os apertos que forem necessários, com todas as instituições trabalhando unidas, conseguiremos avançar.

Acredito que o decreto legislativo que está tramitando na Câmara está contando com a participação de todos os Parlamentares. Eu mesmo fui, com Alceste Almeida, atrás de todos os Líderes, a fim de encaminhar esse assunto.

Outro ponto importante é as comunidades indígenas locais marcarem firmemente suas posições. Elas já estão se manifestando e têm que continuar manifestando aquilo que pensam, para que a comunidade brasileira saiba que na verdade não só os agricultores mas também todas as partes estão envolvidas no processo.

Eram essas as observações que queria fazer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Convido o Deputado Rodolfo Pereira para tomar assento à mesa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nosso amigo Palúbio, que vai falar em nome da Coopercarne.

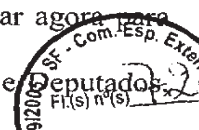
O SR. PALÚBIO – Queria cumprimentar o Senador e, em nome dele, cumprimentar todas as autoridades. Acho que a gente já está sem palavras, a gente não sabe mais nem o que dizer dessa situação, porque passou muito longe da vergonha, da falta de brasilidade quando certas autoridades que representam o povo de Roraima trabalham abertamente contra o povo de Roraima. Acho que o povo de Roraima tem de se levantar e dar uma resposta a essas autoridades que negociam o nosso futuro em troca de muito pouco.

Este momento é um momento difícil. Acho que temos de nos unir, buscar uma solução. A gente não tem de desanimar diante deste momento, porque era um momento que, devido à consequência deste Governo Lula, a gente já até esperava, entende, pelo pior, pela condução da política fundiária, agrária. Então, acho que neste momento temos de nos unir e reagir contra essa barbaridade, agradecendo aos Senadores por esse trabalho muito bom que têm feito em defesa do nosso estado. Que continuem assim! Podem contar conosco, porque sempre estaremos prontos a participar deste trabalho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero convidar agora para falar em nome da Agriger o Sr. José Luiz Zago.

O SR. JOSÉ LUIZ ZAGO – Boa tarde a todos, boa tarde aos Senadores e demais autoridades.



Confesso a vocês que estou sem nenhuma vontade de falar, mas, já que me convidaram... Acho que não se tem mais muita coisa a dizer. Está na hora de parar de falar; acho que está na hora de agir. Não sei exatamente quais seriam as ações que poderiam surtir algum efeito num Estado onde a Corte, onde os poderosos de Brasília não respeitam as pessoas que vivem... Não sei qual seria o caminho. Tenho algumas opiniões particulares e pessoais, não sei nem seria questão de externá-las aqui.

Srs. Senadores aqui presentes, Srs. Deputados, se tiver alguma coisa que possa ser feita ainda lá em Brasília os senhores são as pessoas indicadas. O povo, neste momento, está meio que perdido, meio que atônito, meio sem saber para onde ir. Então, se é que existe alguma coisa ainda, eu acabava de escutar aqui que pode ser feita, em termos de decreto legislativo ou que pode ser feito na justiça, tenta-se, procura-se esse caminho, mas não sei até quando as nossas autoridades locais vão continuar permitindo que Brasília faça o que está fazendo. Isso realmente é uma total falta de respeito, de bom senso. Se continuar essa loucura, não sei qual será a reação dessas pessoas. Eu escutava algumas pessoas dizendo "eu estou indo embora". Algumas pessoas até pode ser que tenham para onde ir, mas a maioria das pessoas aqui não têm para onde ir. A grande maioria das pessoas, com certeza, terá que ficar e brigar. É aquela velha história, Senador Mozarildo: uma onça acuada no chão não tem dois caminhos, ou ela briga, ou ela vai ser vítima, ou ela vai ser presa, fácilimo.

Então, acho que o caminho é esse; acho que não adianta correr; acho que se tem realmente que reordenar, reorganizar, juntar novamente as forças que restam e se fazer alguma coisa. É isso que penso.

Deputado Almir, eu queria lhe fazer uma sugestão. Sei a força que a Federação da Agricultura tem. Inclusive acho que o senhor poderia liderar a Federação de Agricultura do Estado de Roraima, poderia liderar esse trabalho de aglutinação das federações da Amazônia, porque tenho absoluta certeza de que elas participarão, de que elas não faltarão, porque, naquele trabalho que foi feito aqui, não senti firmeza da direção nacional. Sincera e honestamente. Acho que seria a questão de a Federação de Agricultura do Estado de Roraima liderar e começar fazer um trabalho paralelo diretamente com as federações da Amazônia.

Tenho absoluta certeza de que o problema é o mesmo para todos. Talvez, aí, comece a surgir algum resultado. Naquela reunião, eu não senti nenhuma firmeza, não senti nada de funcional, nada de prático, nada que se encaminhasse pra alguma coisa palpável.

Era isso que eu queria dizer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de fazer o registro da presença de dois consultores do Senado Federal, Dr. Tarcísio e Dr. Fabiano, que, portanto, estão assessorando tecnicamente esta Comissão. Gostaria que eles se levantassem para que todos pudessem identificá-los.

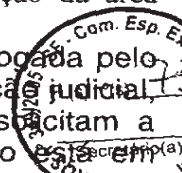
A nossa secretária da Comissão é a Dr^a Dulcília Ramos, e o Dr. Rosber é assessor direto da Presidência da Comissão.

Gostaria de chamar agora, para falar, segundo as palavras dele, em nome da Sodiur, da Alidcir e da Arikon, o Dr. Waldemar, que é o advogado das entidades.

Dr. Waldemar, com a palavra.

O SR. WALDEMAR – Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Presidente do Movimento Pró-Roraima, Presidente da Fecor, prezados agricultores e indígenas presentes, efetivamente, estou na condição de procurador de quatro organizações indígenas. Solicitaram que eu manifestasse nesta tribuna seu pensamento, sua preocupação, o momento dramático que todas essas comunidades estão vivendo hoje, especialmente em razão do processo de demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol.

Essas comunidades indígenas, bem antes da Portaria nº 534, homologada pelo Presidente da República, tomaram a iniciativa inteligente de proporem uma ação judicial, uma ação civil pública, por meio da qual essas organizações indígenas solicitam a demarcação judicial da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Essa ação está em



tramitação na Justiça Federal, na 1ª Vara aqui em Boa Vista, e não foi afetada pelas decisões do Supremo Tribunal Federal, conseqüentemente encontra-se hígida, andando. E está com o seu pedido de liminar, segundo despacho proferido pelo Juiz Helder Girão, submetido a sua apreciação, após ter ele concedido à AGU 72 horas de prazo para se manifestar a respeito da liminar e do pedido de antecipação de tutela.

Nessa ação judicial, os indígenas solicitam que a demarcação seja feita por meio de procedimento judicial em que serão examinadas todas as questões que envolvem essa demarcação e respeitados todos os direitos de terceiros que, eventualmente, estejam dentro da área. Eles têm consciência de que essa forma administrativa de realizar a demarcação não chegará ao fim jamais porque todos que aqui ouvi falar hoje estão preparando ações judiciais para serem aforadas no sentido de contestar essa demarcação.

Se, efetivamente, é intenção do Governo, por meio da demarcação, contemplar e proteger direito dos indígenas, esse terá que adotar um procedimento mais adequado, mais liso, mais limpo e não fundamentar a sua pretensão em laudos antropológicos, cuja falsificação já foi flagrada por perícia judicial realizada na Seção da Justiça Federal de Roraima.

Diz-se que os indígenas pretendem o direito – que têm – de ser defendidos por eles próprios, segundo o que lhes garante o art. 232 da Constituição Federal. Então não é aventura jurídica o que esses indígenas estão fazendo, nem estão jogando para a torcida; não têm nenhum interesse senão aquele de, efetivamente, buscar uma demarcação judicial para que se tenha o respeito ao direito consagrado aos indígenas pelo próprio art. 231 da Constituição Federal.

Essa ação, ainda quando entrevistado há poucos dias pela imprensa local, sobre qual seria a minha perspectiva a respeito da ação, eu disse que a perspectiva é positiva porque *ninguém melhor* do que o próprio juiz federal que está presidindo esse processo sabe que aqueles instrumentos que abaldraram a Portaria 534 não têm consistência como alicerce sólido para sustentar aquela demarcação.

Da mesma forma, Sr. Presidente, não queremos concordar com o termo que está em voga, inclusive aqui em Boa Vista, de que esses quatro federais foram seqüestrados. Absolutamente não. Esses quatro policiais federais foram detidos pela Maloca Flechal, pelo seu Tuxaua e pelos integrantes da comunidade porque se encontravam lá em flagrante delito. E a *pessoa que se encontra* em cometimento de flagrante delito pode, por qualquer cidadão brasileiro, ser preso em qualquer momento, em qualquer circunstância e em qualquer lugar em que esteja. Esses federais foram achincalhados lá. Exerceram arbitrariamente as próprias razões, menosprezando esses indígenas, inclusive atingindo o moral deles, querendo diminuí-los como seres humanos. Por isto foram detidos, porque não têm competência para agir dessa forma quando agem na repressão de crimes. Eles estavam oprimindo a sociedade que estava lá com vontade de gritar contra um crime que estava sendo cometido, como foi contra eles, que é a demarcação, que foi feita *contrariamente* aos interesses deles. Então, esses indígenas lá estavam agindo dentro da lei, sim, e não tinham nenhuma preocupação em não agir da forma que agiram. E, além disso, esses federais, que estavam lá com duas viaturas, estavam acompanhados de índias menores, o que veio a agravar ainda mais a situação da permanência deles dentro da maloca. Então, essas são questões que devem ser deixadas claras para a comunidade de Roraima e brasileira, porque daqui a pouco esses indígenas, de vítimas, poderão ser considerados réus, quando na verdade eles eram vítimas de uma ação ilegal daqueles policiais que lá estavam. Temos documentos e fotografias de que eles estavam acompanhados dessas menores.

Portanto, não podemos concordar que se registre essa palavra na consciência da comunidade de Boa Vista, isto é, que esses indígenas seqüestraram alguém. Também foram os Indígenas traídos na negociação para a libertação dos que lá estavam detidos. Foi palavra empenhada das autoridades que com eles negociaram que eles não seriam processados pelo fato de terem lá prendido aqueles indivíduos. Entretanto, hoje, quem compulsar as folhas do jornal de maior circulação aqui, que é a **Folha de Boa Vista**, verificará ali, a ameaça, mais uma, contra esses cidadãos, dizendo que todos eles serão processados e inclusive enquadrados como formadores de quadrilha. Isso efetivamente é uma forma desleal de uma negociação. Se tivessem dito *aqueles* àqueles

indígenas que eles seriam processados, não sei qual seria o futuro da vida das pessoas que estavam lá. Mas preferiram enganar, mais uma vez, aquela comunidade, retirar de lá os detentos e agora anunciar aos quatro ventos que esses indígenas serão processados, e inclusive têm eles os documentos, os instrumentos e as fotografias dos que participavam daquela detenção.

Vimos agora a entrega do prêmio pelo Presidente da República e entendemos a urgência, na qual ele estava interessado, em fazer essa demarcação. Na undécima hora, nem bem desceu do avião, vindo do exterior, estava preocupado em entregar o prêmio de que ele era devedor, fazer efetivamente a imolação do cordeiro para oferecer a sua deusa, Condolezza Rice, que vinha logo atrás dele para buscar aqui o grande prêmio que a Nação brasileira está dando aos governantes internacionais. Era esse, efetivamente, o seu dever e a sua obrigação, que ficou patente. Ou – quem sabe? – alguém está se enganando com isso? Não, efetivamente foi pagar uma promessa, com a imolação do cordeiro, que se chama Raposa Serra do Sol.

Pois bem, também acredito que não podemos comungar com o fato de deixar as coisas a nível doméstico. Por isso é importante a vinda dessa comissão. Temos de fazer eco. Não adianta nos iludirmos porque não temos uma bancada expressiva, não expressiva em valores, porque os nossos Deputados são, sim, de muito valor, são galhardos, mas em quantidade para mobilizar trezentos ou quatrocentos votos de que necessitamos para essa investida política, que é o decreto legislativo. Há necessidade de mobilização, sim, em âmbito nacional, para que consigamos dar-lhe luminosidade. Estive no Rio Grande do Sul, de onde acabo de retornar. Lá ninguém sabe o que está acontecendo aqui. Somos muito pequenos, somos a pulga perante o elefante. Precisamos dar uma dimensão maior. E a proposta que faço é a realização em Brasília, porque lá é o centro nervoso de todos os acontecimentos, de um seminário, daqui a sessenta dias, para, durante três, quatro dias a fio, discutirmos não a demarcação da Raposa Serra do Sol, mas a demarcação de áreas indígenas em todo o Brasil, porque há questões e problemas semelhantes ao nosso em todos os rincões do País. Teríamos facilidade, acredito, de mobilizar a Nação, no sentido de começar por aí, por meio dos decretos legislativos, a derrubar essas medidas casuísticas tomadas pelo nosso Ministro da Justiça.

Então era isso, Sr. Presidente, senhores integrantes da Mesa, que nós queríamos deixar como proposta.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu queria dizer que, apesar de o Dr. Waldemar estar representando legal e legitimamente essa três entidades que citei, se qualquer outra liderança indígena aqui presente – é muito importante para nós a presença dos indígenas – quiser usar da palavra, peço que se levante.

Jonas, vamos lá, Jonas Marcolino. (Pausa.)

Além do Jonas, qualquer outro que queira falar pode fazê-lo.

O SR. JONAS MARCOLINO – Muito bem, Sr. Senador Mozarildo, senhores que estão nos ouvindo, nós já ouvimos a colocação do Dr. Waldemar dizendo que, realmente, a gente foi enganado. O que nós propomos, na verdade... Não estávamos negociando, no nosso entendimento não estávamos negociando a retirada deles. Inclusive, o José Novaes disse para eles: “Olha, vocês querem...” Porque eles chegaram dizendo: “Rapaz, estamos aqui para discutir um projeto anterior que a gente tinha. Já foi criada uma comissão e tal e tal e tal”. Quando eu fui me pronunciar, eu disse a eles: “Eu gostaria realmente que não tivesse nenhum policial lá para a gente falar a respeito de toda as nossas idéias. Inclusive, eu tenho nossos documentos e não sei onde erramos em apresentar não aquilo que a gente apresentou hoje, aqui e agora, mas o que a gente vem discutindo há dez anos. São propostas nossas, antigas, e acredito que nós vamos defender isso enquanto não concretizados, porque nós sabemos que realmente nada disso... Nós só estamos começando uma batalha”. E eles disseram: “Não, nós gostaríamos de ter esses policiais”. José Novaes disse: “Se vocês vieram buscar os policiais, então peguem os policiais de vocês logo e vão buscar lá. Nós não vamos trazê-los, não. Nós não vamos trazê-los. Nós não vamos trazer esses policiais. Então peguem eles e levem”. O José Novaes deu uns gritos bem altos com eles e... Porque nós não gostaríamos de trocar policial com qualquer coisa. E realmente, eu, no meu entendimento, eu não gostaria de trocar nenhum policial ou nenhuma pessoa em troca de qualquer coisa.

O nosso pensamento em relação – e eu não conversei como Dr. Valdemar a respeito do documento, a respeito da proposta –, mas na nossa proposta propomos a eles que deve ser efetivado, inclusive a exclusão das vilas, excluir das áreas indígenas, áreas de produção, é construir a hidrelétrica do Cotingo, é conceder bolsa de estudo para pessoas que *graduarem nas universidades*, é fazer convênios com a Funasa, é desenvolver o setor produtivo. Enfim, não sei onde falhamos. Eu sei que isso a gente sabe que eles estão nos enganando. Não é? Por que o Ministro não esteve aqui? Por que o Ministro não quis discutir? Nós discutimos tudo isso com eles. Mas nosso projeto, nossa proposta, realmente não sei se já chegou ao conhecimento dos Srs, mas, se erramos, realmente foi... Nós erramos, eu acredito, eu falei um pouco no Flexal, disse para eles: “Olha, nós estamos aqui com uma proposta que é cem por cento nossa, é cem por cento da nossa vontade”. Agora, se alguém pergunta: “Vocês assinam embaixo?” Não, nós não vamos assinar embaixo. Eu tenho certeza absoluta de que nenhum de nós assinou. Essas propostas aqui são nossas. Não, não poderíamos... Eu assinei essa proposta aqui não garantindo que tudo isso seria concretizado, não. Eu assinei de última hora e ninguém mais assinou. Porque nós elaboramos e discutimos isso.

Mas, realmente, nós mostramos, no início, aqui, dizendo o seguinte: “Nós, populações indígenas, sentindo-nos profundamente prejudicados pela homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, de acordo com a Portaria nº 534, de 13/04/2005, que nos submete a um processo de regressão erradicando todas as chances de desenvolvermo-nos sociocultural, política, ambiental e economicamente, considerando que não permite a presença de autoridades estaduais e municipais, os únicos que prestam assistência social nas áreas indígenas em todos os aspectos, considerando o histórico do Governo Federal em submeter as comunidades indígenas num País à uma política indigenista de abandono em setores essenciais, o que tem provocado morte de crianças, de indígenas por desnutrição. Nós, indígenas, não permitindo tal imposição do Presidente da República, vimos às autoridades propor...”

Temos aqui as nossas propostas. Não mostramos para eles, em nenhum momento, que estávamos satisfeitos com a Portaria. Nós não mostramos a ninguém que estamos satisfeitos. As pessoas pensam que recebemos algo em troca disso. Eu ficaria com a minha consciência pesada se recebesse um centavo em troca para dizer que não estou satisfeito ou propor isso aqui.

Quero dizer que, realmente – o Dr. Waldemar disse aqui –, fomos enganados, mas nós acreditamos... Este Governo passa. Eu acredito que vá acabar, mas temos as nossas propostas, a nossa vontade de construir esse Estado junto com nossos compatriotas, por isso estamos aqui. Creio que, se tivesse feito qualquer coisa, eu teria medo de dizer o que fiz, teria vergonha de dizer, mas a nossa batalha realmente é esta: não acreditamos. Se Lula não realizar isso, não estamos interessados que ele realize. O importante é que o mundo inteiro saiba que não estamos contentes com essa homologação e que as nossas propostas sejam concretizadas. Se no Governo do Presidente, não interessa. O importante é o mundo que nós queremos construir, esse estado, um Estado promissor, aquele Estado onde realmente todos tenham a cidadania, todos tenham o direito contido na nossa Constituição.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero registrar, e se faltar algum mais aqui, quero que me corrijam e até falem, para que fique registrado na Comissão. Está representada a Sodiur pelo José Novais, Presidente; pelo Abel, vice-Presidente; o Amazonas, que é o Presidente da Nova Vida, que são lideranças indígenas; Jonas, da Sodiur, que já falou; o Genival, que é Vereador da Pacaraima e de Tuxaua do Contão, o Altevir, do Flechal. Mais alguém que eu não tenha mencionado? Mais algum indígena que eu não tenha citado? O Gilberto está presente, mas não está presente. Vou registrar, só para dizer que está, Gilberto, não quer dizer outra coisa não.

O importante vou repetir: se algum outro indígena quiser falar, concederei a palavra. (Pausa.)

Então, pode falar o nosso amigo José Novais.

O SR. JOSÉ NOVAIS – Meu boa-tarde, Senadores, Deputado Federal, é com muita satisfação que estamos agora, mais uma vez, nesta história tão angustiante da nossa vida. Na verdade, em certos momentos, a gente vê a situação, como disse o nosso amigo do Sul do Estado,

com quem estivemos há poucos dias, em Brasília, na Câmara Federal, onde indígena do sul da Bahia apontava em direção dos Deputados Federais, dizendo que eles não moviam uma palha para os povos indígenas, nem o Governo do Estado, inclusive o Deputado Rodolfo estava presente. Enfim o Estado, hoje, sofre por uma questão de área, como disse.

Não sei quando acaba essa fábrica de homologação de terras indígenas – eu sou índio, mas eu vou falar, porque é um absurdo –, que não é do índio, vimos dizendo e sempre defendemos. E também que a nossa vida, integrada à sociedade, nunca vai mudar, e o Governo Federal entende que tem que segregar o nosso povo deste povo que hoje se encontra.

Sempre defendemos, nunca vamos mudar o nosso discurso, que aqui se encontra. Inclusive colocamos uma nota em que defendemos todas as vilas, porque entendemos que nas vilas é onde vendemos os nossos produtos e onde compramos os produtos manufaturados.

Entendemos que, hoje, válida a implementação de tecnologia para os rizicultores que se encontram dentro da nossa área. A área é de todos. Há área para todos trabalharem e desenvolverem as suas atividades.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, sempre defendi também que, muitas vezes, fomos somente chamados a partir do momento em que há aflição. Estive vendo um dia desses o Senador Siba Machado, do Acre. Quando ele estava falando, havia pessoas lá no alto aplaudindo: “É isso mesmo, Senador!”. São pessoas que nem conhecem Roraima. Eles conhecem sequer o nosso convívio aqui dentro.

Precisamos estar juntos não somente nos momentos de aflição, mas também nos bons momentos, porque, em certos momentos de decisão, não podemos também arrancar os aplausos, pois são momentos difíceis, como era o caso do povo do Flechal. Fomos lá e estivemos junto com eles.

Os tuxauas, eles entenderam que, naquele momento, todos eles não iriam entregar aquelas pessoas que ali estavam detidas para ninguém, a não ser que ele viesse entregar. Disse que isso deveria ficar a critério deles. Essa decisão foi tomada pelos tuxauas que ali se encontravam.

Então, quero deixar isso muito claro e dizer, mais uma vez, que estamos viabilizando meios com os senhores e com todos os nossos compatriotas do Estado de Roraima, para que tenhamos uma história boa e feliz lá na frente.

Acredito nos Parlamentares, Senadores. Deputados Federais e demais autoridades que estão ali no dia-a-dia do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Gostaria de convidar o nosso amigo Paulo César Quartieiro para se pronunciar como produtor, já ele não quis participar da Mesa como Prefeito.

O SR. PAULO CÉSAR QUARTIEIRO – Boa Tarde! Gostaria de cumprimentar os representantes do Senado, que, mais uma vez, vêm aqui nos ajudar, as autoridades e o público em geral. As pessoas já falaram até com mais competência do que eu. Só gostaria de dizer algo que não foi dito, no sentido de que já estão anunciando o final da resistência. Acabou a novela Raposa Serra do Sol. Vamos preparar-nos para a próxima novela, não é?

Acredito que não. O rapaz estava perguntando-me há pouco o que iria acontecer. Não sei o que vai acontecer, mas os problemas que existem continuam aí. Não foi tomada nenhuma atitude do Governo seja Federal, seja de outra esfera de Governo, para solucionar esse problema. Simplesmente, ele se acomodou, mas o problema está aí latente.

A nossa população não aceita essa demarcação do jeito que é feita, com exceção de alguns que têm interesses próprios. Esse problema pode adormecer um pouquinho, mas vai tornar a aparecer, até com mais candentes, porque toda a manifestação atinge um certo acima da sua radicalização. Não sei quais as consequências que vão advir disso.

Evidentemente, ninguém está propondo qualquer coisa aqui, até inclusive a consciência de que não podemos expor a nossa população a aventuras, mas a situação induzida a população não vai satisfazer ninguém. Isso vai revoltar todo mundo.

349/2005
Com. Ex.
Fomos -
que é

Também ouvi falar muito aqui de pressões internacionais, não sei o quê, do nosso Foundation não sei de onde, mas o que sinto realmente é que nunca tivemos competência para nos defender. Quem é fraco, naturalmente, o forte agride. A fortaleza não vem de números, de força, mas convicção e firmeza. Se fosse assim, Davi não teria derrotado Golias. Quando se vai a uma disputa, não se medem as forças, mas a necessidade e a convicção das nossas posições.

Acredito que a nossa luta é justa. Estamos imbuídos, além do nosso interesse material – evidentemente, todos têm interesse –, do sentimento de representantes da presença brasileira no extremo norte.

Perdeu-se aqui uma grande oportunidade. A História ensina que o sucesso e o fracasso têm causas. Ao analisarmos, por exemplo, o PIB de Roraima hoje, constatamos que é o pior da Federação. Perdemos para o Amapá, para os adoradores de árvores do Acre, que tem área geográfica muito menor que a nossa. A nossa situação de Roraima é realmente desconfortável, ridícula e vergonhosa.

A sociedade perdeu uma oportunidade muito grande no momento em que nós, com nossa dificuldade e pequenez, conseguimos colocar esse assunto na mídia, graças aos nossos colegas – digo brasileiros – da imprensa. A população se mobilizou. Mas, infelizmente, é como a história do cavalo que veio, pastou, ninguém montou e ele foi embora.

Se nosso mandatário maior tivesse tido o desprendimento de assumir essa bandeira e essa liderança, talvez tivéssemos tido outra história. Nessa oportunidade, a liderança tem de ser exercida. Falaram que temos de levar isso em conhecimento. Acontece que nós, população, demos uma procuração ao Governo do Estado para tratar desses assuntos. Se estamos tratando diretamente, estamos pulando, hierarquicamente, uma posição, que é a do nosso Governador. Infelizmente, o Governador adotou outra atitude. Creio que ele ainda não descobriu a importância do cargo que ocupa. Esperamos que ele redefina essa política porque, realmente, perdeu-se uma grande oportunidade.

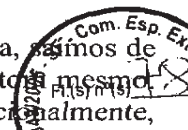
Tínhamos uma sociedade unida. Nosso assunto estava candente na imprensa. A razão está do nosso lado. Poderia, de repente, haver um movimento que seria talvez a independência de Roraima não do Brasil, mas como ente federativo. Falam que ninguém considera Roraima. Mas ninguém considera o fraco, ninguém considera quem não sabe se expressar, ninguém considera quem não sabe reivindicar seu direito. Evidentemente, se persistirmos nesse caminho, nunca chegaremos a lugar nenhum. Aí se explica por que, de repente, Rondônia progride, por que Tocantins, criado na mesma época nossa, progride e por que Roraima só vai para trás. Falhamos como sociedade.

A sucessão de erros talvez nos leve a uma situação. Na minha opinião, entendo que estamos hoje melhores que ontem. Em Roraima, acabou-se o baile de máscaras no qual as pessoas colocavam máscaras, iam ao baile, falavam o que lhes convinha e, depois, em outros campos, tiravam a máscara e mostravam a verdadeira face. Hoje, aqui, em Roraima, sabemos realmente quem tem compromisso com essa terra. Hoje, nós temos condições de reunir realmente quem está preocupado com a situação da nossa população. Sabemos quem são aquelas pessoas que estão aqui ganhando um dinheiro para aplicar fora, que estão vindo aqui para melhorar a aposentadoria, que não têm compromisso.

Nossa luta está boa. Daqui a um ano e pouco, haverá eleições gerais, e teremos oportunidade. Se fosse problema localizado de Roraima, tudo bem! Não há relação. Mas o problema de Roraima se repete no Pará, em Rondônia, no Mato Grosso, que é o cerceamento de quem quer produzir, quem quer reafirmar a presença brasileira por meio da produção de riquezas para a sociedade.

Hoje, nossa luta está melhor. Conseguimos realmente identificar quem nos apóia e quem não nos apóia, quem não nos apóia.

E faço um apelo a nosso Governador. Ele chegou aqui, nos deu tanta esperança, vimos de um Governo meio atrapalhado, e ele veio com aquela aura de otimismo, mas naquele ~~to~~ mesmo. Que ele se invista da dignidade do cargo, a dignidade que ele, institucionalmente,



O SR. Derval Furtado – Boa-tarde a todos os companheiros, Senador Mozer, Senador Wirlande, Senador Augusto, Deputado Rodolpho, Presidente da Casa, Ailton Dias e meus

companheiros do Pró-Roraima, Prefeito Paulo César, aqui presente, o Vereador Líder da Bancada da Prefeitura em Pacaraima, meu companheiro Genival.

Companheiros, acredito ser muito importante que façamos as nossas exposições a esta Comissão. É importantíssimo. O Paulo já relatou há pouco e acredito que ele, que tem uma visão política, empresarial – e também político-partidária em que ele entrou – é muito importante para que tenhamos essa visão.

O Comércio de Roraima volta ao que era antes. Nós agora vamos chegar perto do contracheque, vamos chegar perto – Senador Mozarildo, Presidente da Comissão – ao contracheque novamente, se realmente nosso cinturão da produção do arroz, o cinturão da produção de carne no Sul do Estado e o cinturão hortifrutigranjeiro, principalmente aqui no Passarão e também em Perece, que ali também tem uma demanda da Funai, segundo temos registro.

Sabemos que, lá no sul do Estado, descendo o rio Branco, à esquerda, também já estão trabalhando – a própria Funai e o Ministério da Justiça, Senador – em aumentar a área dos waimiris-atroaris, a partir da reserva florestal, que termina ali, pela boca do Anauá, para baixo, à esquerda de quem desce. Para o lado direito, ninguém tem mais anuência nenhuma, estamos sem aquele pedaço até o Catrimani e depois são áreas ambientais. Portanto, as populações ribeirinhas que sobem o rio Branco, à direita – e que estão ali há mais de 50 anos – terão que também sair dali, deixar seu pedaço de terra.

Voltando para o comércio e para a indústria. A nossa indústria acabou; quanto à madeira, ninguém mais pode tirar um pedaço de pau de madeira de lenha para poder produzir e para exportar. Os nossos companheiros, os madeireiros, estão cada um com seu processo criminal na Justiça Federal, Senador. Temos também os processos administrativos, que são muitas homéricas, o pessoal não tem moeda corrente para pagá-las. Já se tentou com o Ibama alguma negociação, é um absurdo. O presidente da Fundação do Meio Ambiente do Estado, Daniel, acredito que ele possa até se manifestar e fazer um histórico disso para esta Comissão.

Temos a questão dos grãos, na mesma situação e, agora, o nosso cinturão do arroz, que está agregando, que está movimentando o comércio aqui no Estado, apoiando o Amazonas, apoiando Belém e alguns Estados do Norte. Digo para o Faccio, que preside a Associação dos Arrozeiros, que o comércio sem o arroz produzido aqui vai ficar muito difícil e a população vai pagar muito caro. Quero ver quem vai se responsabilizar por isso, se vão fazer outro Cruzado e mandar novamente os policiais federais adentrarem nossas lojas armados para pegar os tubarões dos aumentos de preço. Isso nunca deu certo, foi uma tristeza absurda.

Portanto, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores Membros da Comissão, começo dizendo que estamos “*a la vontê*” novamente do Governo Federal, que fez de Roraima um grande laboratório das suas experiências. O pior de tudo é que não há nenhum cientista deles no Estado tentando manipular-nos. O fato mais absurdo ainda é que eles nos manipulam lá de fora, porque não há na região roraimenses verdadeiros e de coração que lutem por este pedaço de Pátria do nosso Brasil.

Eu gostaria de dizer que há uma preocupação do comércio de Roraima, de todos os Municípios, especialmente da capital, vexatoriamente alargado num preceito sem precedentes, porque precisamos manter o Estado. A arrecadação, até a virada do ano, era de R\$12 milhões. A previsão do fisco estadual era aumentar em torno de 3%, 3,5%. Sendo assim, estão tentando promover um aumento para chegar a aproximadamente R\$16 milhões, R\$18 milhões. Considero muito difícil aumentar dessa forma a arrecadação do Governo do fisco estadual.

Por conseguinte, o que ainda nos preocupa, Sr. Presidente, é a arrecadação do fisco federal nessas áreas que estão sendo desativadas pela população. A maioria dessa população que vive especialmente de Pacaraima paga Imposto de Renda e recolhe Cofins, impostos estaduais e impostos municipais. O pior de tudo é que o Governo Federal está pegando a sua parte desses impostos, Senador Mozarildo Cavalcanti, e está tirando dele próprio a arrecadação de um lugar que fica no extremo norte do Brasil e que ele não releva como ocupação de fronteira dessa população. Pelo contrário, o Governo marginaliza principalmente o produtor, o comerciante, o indus

área de serviço. É preciso registrar a sobrevivência da nossa incipiente economia. Não temos mais condições de arcar com essa carga tributária absurda, que é modelo para o Sul do País e que nos tentam impor. Deveríamos ser pagos para trabalhar nessa região.

Lembro que estivemos novamente rodando o Brasil, tentando sensibilizar as maiores autoridades do País, como o Vice-Presidente da República e o Ministro da Defesa. Estivemos lá, fizemos uma exposição e colocamos um mapa na frente de S. Ex^a, que é empresário e também comerciante, a fim de sensibilizá-lo para a nossa situação socioeconômica e até estratégica. Resultado: acredito que não tivemos muita sorte. Apesar de sabermos que seria muito difícil, não custava nada tentar. Nesse sentido, a Comissão vem ao Estado para fazer esse registro e conhecer os nossos anseios neste momento de tristeza, desespero e apatia, de certa forma.

Companheiros, não nos deixemos abater pela apatia. Vamos trabalhar. Vamos continuar lutando, com pé no chão e conforme a lei. No meu entender, registre-se, Srs. Senadores desta Comissão, não foi praticado nenhum ato ilegal, inconstitucional, nem mesmo o protesto dos companheiros índios na maloca do Flechal. Não foi inconstitucional. Inconstitucional é o que MST, apoiado pelo Governo Federal, está fazendo hoje no Brasil. Isso é ilegal. Vejam bem. Os integrantes do MST, armados de foice, de facão, entram nas fazendas, nas propriedades das pessoas que vivem centenariamente naquela terra, mas os proprietários da terra que têm uma arma em casa para se protegerem são processados, presos, sem direito a fiança. Essa é a verdade. Hoje em dia, é a isso que se presta o estado de ofício, Senador Mozarildo Cavalcanti. Esta é a nossa preocupação: que leve ao Senado Federal, principalmente ao Senador Renan Calheiros – que não é amigo de Roraima, porque já é a segunda vez em que ele concorda, pelo que há de registro oficial, com essa absurdez –, mas que leve o nosso apelo e as nossas preocupações de Roraima. Da parte do comércio, acredito que o Sr. Dias se some conosco. É a nossa parte sindical, a liderança sindical do Estado quanto ao comércio.

Tenho que me ausentar, Sr. Senador, pois tenho uma reunião, agora, no Gabinete da Vice-Governadoria. Estamos também fazendo um trabalho em nível de Governo Federal e devemos, amanhã, ir para lá. Alguns companheiros sabem do nosso trabalho com o Itamaraty, tentando lidar com as alternativas das áreas de livre comércio, que também não foram implantadas justamente por falta de interesse – nosso também.

Enfatizo que a culpa é nossa, genericamente, a respeito da nossa situação atual. Só viemos juntar-nos um ano atrás. E continuo persistindo, Sr. Senador, nesse conagração das lideranças – índios e não-índios –, a fim de que possamos levar às autoridades essa necessidade. Não adianta reclamar um dia ou dois. Vamo-nos juntar e tentar chegar a um entendimento, porque os adversários querem o nosso esfacelamento, a separação, ou seja, que enfraqueçamos. É assim a estratégia.

Noutro dia, para finalizar, eu estava na Comissão de Defesa Nacional – não é, Senador Augusto Botelho? Fiquei pasmo e boquiaberto quando ouvi as explicações da maioria dos Senadores que estavam ali. Em determinado momento, o Senador Augusto fez um aparte e expôs a situação de Roraima e da Amazônia no seu devido lugar – não detalharei o assunto, porque encomprida muito a conversa. Fiquei pasmo, porque eles estavam discutindo a soberania nacional e a Amazônia, que estava sendo vendida. O que foi concretizado lá, rapidamente, chegou a aparecer. Vi o Senado, aquela Comissão, baixar a cabeça para uma ex-Embaixadora do Estado Norte-Americano no Brasil.

V. Ex^a lembra-se, Sr. Senador, que, quando ela chegou, os trabalhos pararam para que fossem cumprimentá-la? Era uma ex-Senadora, não tendo sido convidada a comparecer ali. Foi apenas uma visita de passagem, pelo que entendi. Não foi assim, Senador Augusto?

Que tristeza! Uma ex-Senadora! Estava-se discutindo a internacionalização da Amazônia no Senado, numa Comissão muito lotada. Dessa forma, verifiquei como estão a nossa política brasileira e os representantes – genericamente, Srs. Senadores – do Brasil perante a população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer. Estou muito grato a todos. (Palmas.)

13/2005 - S. 1005
Fl.(s) nº 1

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Como o Sr. Derval terá que se retirar, convido o amigo Faccio para assumir a coordenação dos trabalhos pelo Movimento Pró-Roraima.

Ao mesmo tempo, concedo a palavra ao Deputado Rodolfo para suas explicações.

O SR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR) – Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti, em nome da Comissão do Senado, e os demais Senadores Wirlande da Luz e Augusto Botelho. Saúdo também os Srs. Airton Dias e Derval, os companheiros índios e produtores de Roraima.

Foram muitas vezes em que participamos desse processo. Quase tudo o que faço já foi falado e exposto aqui. Mas, hoje, considero o conflito em Roraima o da pobreza e da desorganização, que leva ao enfraquecimento do nosso Estado. Se estamos apanhando do Governo é porque somos pobres, Sr. Senador.

Trabalhamos hoje com o agronegócio, que está descontente com o Governo Federal, a agricultura familiar e indígena, o meio ambiente racional e a segurança nacional. Todos nós pensamos da mesma forma e todos nós estamos descontentes com a política nacional, mas somos fracos. Juntando todos nós, não servimos de quase nada quando falamos lá fora. Ainda quando juntamos os três Senadores, os oito Deputados e o Governador, também ficamos sem voz nenhuma lá fora. Isso ocorre porque somos realmente fracos.

Hoje assisti no Canal do Boi a um programa que mostrava o Mato Grosso exemplificando a nossa organização e a nossa união para a defesa da área deles. Vejam, se não estamos conseguindo resolver a nossa questão aqui, o Mato Grosso quer que haja o modelo de Roraima para combater as ingerências políticas do Governo Federal na área dele, segundo veiculado no Canal do Boi.

De uma coisa sabemos: vamos ter mais um parceiro. Vamos ter o parceiro de Rondônia, de Pará, do Rio Grande do Sul e do Paraná, que estão vivendo a mesma situação, e alguns de São Paulo.

Tínhamos na nossa mão uma televisão do Canal do Boi, e nunca havíamos usado essa mídia, que é importante. Hoje, estava por acaso assistindo ao canal e vi essa reportagem. Também vi no Canal do Poder Judiciário sendo julgada uma ação de... Como se diz? Um mandado de segurança de um produtor que morava na região de Chucurus que dizia que havia sido atendida a questão do direito do contraditório. Tivemos três votos a nosso favor e ele ia ganhando, mas perdeu porque um dos Ministros resolveu verificar o mérito do processo e constatou que havia a assinatura de direito contraditório. Então, é bem provável que o Supremo, posteriormente, seja nosso parceiro.

Aqui em Roraima, há uma diferença na questão fundiária da Raposa Serra do Sol. É que, em todas as outras regiões de homologação, todos os índios são contra os não índios. Aqui, não. Aqui há algumas ONGs indígenas que são contra a demarcação, há produtores rurais do agronegócio que são contra a demarcação, há cidades, como Água Fria, Socó, Mutum, Vila Pereira, que são contra a demarcação. Então, temos um parceiro a mais. Na verdade, são todos contra um, diferente das outras. Ao Dr. Waldemar, que não está aqui, digo que seria bom começar a estudar isso aí. Observo neste momento a necessidade de partir em busca de uma banca de advogados que realmente tenha uma parceria muito próxima do Supremo, que conviva diariamente com o Supremo e que tenha competência para tratar da questão fundiária indígena, a fim de que possamos preparar uma defesa de fato, que possa surtir efeito.

Existem mais de dez defesas na Raposa Serra do Sol, a grande maioria das quais trazem alguns vícios, alguns defeitos que serão eliminados no início do processo de julgamento lá dentro. Não podemos aceitar essa questão. Digo a vocês, Lauro, Abel, Tevi, Amazonas, Jonas, que não podemos aceitá-la. Se o fizermos, estaremos errando. Então, não podemos aceitá-la. Só podemos aceitá-la, se nossa vida melhorar, e não vai melhorar, Genival, vai piorar. E é um fato verdadeiro o que estamos dizendo.

Qualquer cidadão neste Estado que aceite – vou citar um único exemplo – tirar o Sr. Joaquim Correa do Karacaranã, que paga imposto desde 1816, não é digno de ser brasileiro, nem de prestar para nada neste Estado. É preciso que fique claro, porque é danado que, quando uma mulher passa de biquíni, só conseguimos olhar para o biquíni e sequer olhamos para o rosto dela. Estamos

olhando para a Raposa Serra do Sol, fixando-nos na questão dos arroseiros. Ressalto que há uma centena de pessoas ali dentro que tem vida digna tanto quanto os arroseiros, e não podemos calar-nos diante dessa questão.

Hoje a mídia enfoca o Paulo César como se fosse grande malfeitor, campeão de intriga, discórdia e proprietário de terras ilegais. O Sr. Paulo César comprou o depósito, suas fazendas de um outro fazendeiro, que comprou de um outro, que comprou de um outro. É a quarta compra ou mais. Não sei direito a história da fazenda lá. Então, ele não é grileiro. Passou por um processo que foram colocados como muitos de nós. A minha propriedade tem quatro mil e quinhentos hectares titulados, mas tem seiscentos hectares que não titulados e isso já tem alguns anos. E, assim, quantos e quantos roraimenses estão nessa situação.

Não podemos aceitar e, aqui, acho que cabe um direito de resposta para explicar o que está acontecendo ou vamos entrar em um processo de difamação e não fica só em você, Paulo. Eu vi os índios queimando um boneco simbolizando o Senador Mozarildo Cavalcanti lá em Brasília como inimigo dos índios. Nós não somos inimigos dos indígenas. Estamos batalhando por um direito de pessoas que estão sendo usurpadas desse direito.

O Sr. Lourenço, dono da fazenda Manga Brava, pegou um avião e foi embora e disse que queria morrer em um lugar onde fosse considerado cidadão. Esses são alguns dos exemplos que estão sendo colocados e que precisam chamar a atenção. Então, dizendo com muita clareza: É preciso que nós não aceitemos essa condição. Vamos lutar na justiça, vamos lutar da melhor forma que for necessário. Em cada embate desse que temos há um grande amadurecimento.

Tenho a certeza de que hoje vocês estão mais maduros, assim como estão mais maduros aqueles trezentos e sessenta que saíram sem sequer ir ao jornal denunciar ou fazer alguma coisa porque já temos levantamento do nome de cada um deles. Eu, o Senador Augusto Botelho e o Senador Mozarildo Cavalcanti vamos colocar em uma página do principal jornal daqui e vamos procurar um jornal de fora para colocar o nome de um por um dos que foram saindo, onde estão hoje e que nenhum deles foi indenizado para, quando disserem que são oito produtores, a pessoa só vai dizer se ela tiver má-fé ou então for extremamente incompetente de não conhecer nada da história de Roraima.

Volto a citar que, nesse meio, o Sr. Joaquim Correia que tem a fazenda titulada Caracaranã, está pagando imposto da avó dele, Carminha, que passou para mãe dele, que passou para ele desde 1816. Se alguém fala que deve fazer pactuação, concordar, negociar, receber alguma coisa em troca não é cidadão brasileiro e não é digno nem de ser Governador, nem Deputado, nem Senador, a nada desse Estado. Este é o meu posicionamento.

Outra coisa daí por que falei no Mato Grosso é que essa questão é nacional. Temos que mirar num sentido. Contra quem estamos batendo? É contra o Lula? Não sei se é contra o Lula. O Henrique fez a mesma coisa. O Collor fez a mesma coisa. A diferença é que o Collor chegou aqui de herói. São muito parecidas as questões. Contra o MST? Contra a igreja católica? Não sei. Só sei dizer que o agronegócio cambaleia, a agricultura familiar precisa imediatamente de uma assistência e é uma obrigação política nossa de fazer isso. Não é a obrigação do Paulo ou dos outros daqui. É nossa, é minha, do Governador, do Senador, do Presidente da República dar condições para que a agricultura familiar comece a produzir de fato com qualidade de vida.

Aquele exemplo da agricultura indígena da comunidade do Pontão era para estar, há alguns anos, sendo feita e a Raposa já era para estar com mais de mil hectares de mandioca e o Flechal era para estar chegando a seus duzentos hectares de feijão, mas poucas pessoas se meteram a fazer isso e acho que é uma obrigação nossa. A homologação é uma linha imaginária e, de dentro dela para fora, com os índios amigos que temos, nós a quebramos com muita facilidade.

O outro ponto é a questão da segurança nacional em que o nosso Exército ganha tão pouco, tão pouco que os que vêm para a Amazônia, não vêm por patriotismo, vem por algumas promoções. Então, é um fato verdadeiro que se põe aqui. O meio ambiente racional existe também. Ele ^{Câm.} está ^{Fl. (s) nº(s)} massacrado pelo Marina, mas ele existe. Assistimos algumas palestras nesse sentido.

Para completar. É difícil aprender. Ou você aprende estudando, ou você ^{Câm.} aprende ^{Fl. (s) nº(s)} apanhando. No mesmo tempo em que estamos apanhando aqui na Raposa Serra do Sol, não ^{Câm.} ^{Fl. (s) nº(s)} conhecemos

um movimento organizado na área dos fazendeiros que esteja preparado hoje para discutir a questão fundiária sabendo, se alguém tiver dúvida, que a intenção do Governo é a de registrar, de titular até só cem hectares e tomar o resto como estão tomando as nossas lá. Alguém tem dúvida disso? Cadê o movimento dos fazendeiros? Precisa estar organizado.

Nesse período dos seqüestros dos índios do Flechal, o que nos ajudou muito – já era o momento em que a gente estava parando o movimento, todo mundo lembra disso – e o Abel Barbosa, heroicamente, com a sua família e seu povo fez aquela, não um seqüestro, uma prisão para chamar atenção da mídia de quem está sufocado juntamente com o Altevir. Mesmo assim ficamos aqui sem muita ação, sem correr. Eram um ou dois heróis que se punham a dar uma ajuda, que pegavam Globalstar, para inclusive poder falar com a imprensa, a polícia correndo atrás de todo mundo. Mas não tínhamos um grupo organizado. Alguns políticos corriam para cima para poder receber alguns benefícios. A queixa maior era a quantidade do que estava sendo pago pelos arrozeiros, porque era muito pouco.

Essa é a verdade do nosso Estado. Essa é a pura verdade. Mas por quê? Porque somos pobres. Tão pobres que o Governo se contenta com 40 milhões, com 60 milhões, com 100 milhões. Um Estado que pode produzir, por ano, alguns bilhões de dólares e de reais para o seu povo e a sua família.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nosso companheiro Bernardo Uapixana está com a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Só peço a palavra um pouquinho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – Eu e o Senador Mozarildo entramos na CPMI da Terra com requerimento. Também entramos na Comissão de Agricultura. Está aprovado, para vir aqui.

A CPMI da Terra é uma CPI que pode invocar qualquer membro, pode convocar, pode convidar, tem poder de polícia e poder de investigação. Deveremos aprovar esse requerimento esta semana, e já poderíamos colocar aqui, Senador, a questão do roteiro.

Ela vem tratar da questão fundiária indígena aqui. Nós queremos ver, pelo menos pela minha cabeça, não conversei com o Senador, uma audiência pública, aqui na cidade, com as diversas categorias, e uma visita à cidade de Pacaraima. Todo mundo fala, fala, mas Pacaraima é uma área homologada, com processo judicial para retirar as pessoas que estão lá. E talvez essa cidade seja o exemplo da fraude do laudo antropológico, que omitiu a cidade de Pacaraima.

Então, faria uma visita a Pacaraima e uma audiência pública aqui. Este é o meu pensamento. Se alguém tiver uma outra...

Geralmente é muito rápida a audiência de CPI, é um dia. Ela vai poder ir ao local e volta para cá. Se alguém tiver outra idéia, ela pode ser colocada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Você pode usar da palavra.

O SR. BERNARDO UAPIXANA – Boa tarde, eu sou Presidente da Associação Indígena aqui da cidade. Estou aqui porque estou contra também a demarcação. Sou contra mesmo, porque não aceito essa situação que estamos vivendo hoje em dia, agora, neste momento. Porque, se, por exemplo, tiram os fazendeiros, arrozeiros, empresários, aí como é que nós vamos ficar? Como é que nós vamos viver?

Eu digo para mim mesmo, eu sou índio, eu sou índio uapixana. Tem muitos índios que vivem aqui na cidade, então é por isso que estou muito revoltado com a situação. Estou muito revoltado mesmo, eu não aceito. São tantas pessoas, índios, que trabalham com eles, aqui, mas no interior também. No interior, com os arrozeiros, com os fazendeiros. Realmente eu trabalhava. Mas agora parei, estou aqui na cidade.

Então é por isso que digo: como é que vai ficar? Como é que vai ficar a situação? Porque eu trabalho. Às vezes. Mas sempre falta alguma coisa para mim. Imaginem as pessoas que não trabalham, que vão ficar sem emprego. Como é que elas vão ficar?

Pois é, era isso que eu queria dizer para vocês. Agora quero convidar vocês, porque aqui, no dia 7, no sábado que vem, no sábado agora, vai haver uma grande reunião ali na nossa associação. Eu quero convidar vocês para estarem lá, porque queremos apoio, queremos ajuda, porque aqui existem muitos índios também necessitados, que estão precisando de ajuda, que precisam do apoio de cada um de vocês, está bem?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu quero agora conceder a palavra ao amigo Presidente da Associação dos Rizicultores de Roraima.

O SR. FACCIO – Srs. Senadores, é com muita satisfação que contamos com os senhores aqui, de modo especial a hora que temos um Senador nativo, inclusive mais um nativo, Dr. Wirlande. O Dr. Wirlande certamente é uma grande voz que se levantará no Congresso Nacional para defender suas raízes e seu povo.

Sabemos que os outros dois, tanto o Mozarildo quanto o Augusto, sempre tomaram suas posições, verdadeiras e fundamentais, conhecendo a realidade; o Deputado Rodolfo, que também muito estimamos, e os demais parlamentares que nos apóiam, como o Almir Sá, que voltou novamente, que eu não tinha visto que já estava aqui, que faz parte da Federação da Agricultura, que acho muito importante para nós hoje.

Falar aqui é um pouco difícil porque de fora tem pouca gente e os Senadores já conhecem nosso pensamento. Mas vamos externar agora, mais uma vez, nosso pensamento para a Comissão do Senado, que levará isso para as autoridades competentes.

É lamentável que permaneçamos numa situação dessa. Quero começar fazendo uma pergunta: A vontade de quem o Presidente Lula está fazendo? Estamos aqui com a grande maioria que representa a grande maioria dos indígenas, que deveriam ser os maiores beneficiados, e as classes produtoras que unanimemente se abalam com essas situações que o governo central está criando. O espírito de que povo o Lula está atendendo, se ele não ouve nem a classe política nem a voz da população do Estado? Sugiro aos Senadores que mandassem o Sr. Lula tomar as providências para que a Funai permitisse que se fizesse um levantamento na Raposa Serra do Sol para ver quanta população indígena tem e ver qual é a população indígena que é a favor de uma demarcação discriminatória dessa área Raposa Serra do Sol, coisa que a Funai não permite e ele não deixa que se faça.

Se há terra para todos, e os indígenas estão aí comprovando isso... Terra para todos, não. Não há terra para todos neste Estado, porque há terra somente para os indígenas. No nosso Estado, menos de 7% da população são indígenas, mas 57% das áreas do Estado estão demarcadas. E o Governo Federal já demarcou 90% das áreas entre reservas indígenas, reservas ambientais e Exército. Então, como viverá o restante, os noventa e tanto por cento da população desse Estado?

Mas não é só isso. Srs. Senadores e Srs. Deputados, lamentamos o projeto de lei de floresta que a Senadora Ministra do Meio Ambiente está querendo impor à Amazônia, não é ao Estado de Roraima. Há mais um isolamento para o afastamento da população. Essa lei é mais perversa do que a própria demarcação da Raposa Serra do Sol.

Vontade de índios, vontade de brancos, convivência pacífica em sua grande maioria, a não ser aqueles que algumas organizações não-governamentais e, de modo especial, internacionais, como é o caso do CIR assessorado, como é o caso da ISA, que levaram alguns indígenas a fazerem cursos na Europa e nos Estados Unidos para maquinarem e para amoldarem a consciência dessas pessoas.

Quero parabenizar o espírito destes indígenas que aqui estão, estes são os verdadeiros brasileiros. Eu diria o seguinte, se não houver uma mobilização nacional, e isso acho que deverá partir do Congresso, sei lá de que maneira, porque os meios de comunicação estão comprados e estão dirigidos por ONG's, a sua grande maioria. Não se esclarece a opinião nacional do que está acontecendo ao norte do País. O povo brasileiro não sabe o que está perdendo. O povo brasileiro, inclusive no Congresso Nacional, não sabe que estão entregando a nossa Nação, é questão de soberania nacional. Acredito que os Senadores têm que fazer um apelo sim às Forças Armadas para que tomem conta desse País, para que não deixem a ditadura branca internacional se apoderar dos

minérios, que esse é o verdadeiro interesse, das jazidas minerais que estão localizadas em cima do pretexto de demarcação de reservas indígenas. E os indígenas que aqui estão sabem disso. É lamentável essa nossa situação.

Covardemente dizem que meia dúzia de arroteiros é meia dúzia de instigadores que estão aí dentro, ignoram os fazendeiros que eles tiraram por opressão daquelas áreas, ignoram os produtores e os pecuaristas que lá dentro vivem e as famílias daquelas pessoas que lá dentro vivem que dependem aqui na cidade.

Acho que a nossa sociedade se não se unir e se não conseguirmos mobilizar a opinião pública nacional, de modo especial o Congresso Nacional, para que tome uma decisão em cima dessa situação o nosso solo foi embora e a nossa sociedade, o futuro de nossos filhos a quem pertence? De que viverão?

Era isso que tinha a expor e espero que tenha expressado o pensamento dos produtores, dos arroteiros, daqueles que vivem lá dentro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero conceder agora a palavra ao... Não sei exatamente o que quer dizer Camatur... É o Ricardo Peixoto, deve ser Câmara do Turismo. É isso?

(Troca de MD. Falha na gravação.)

O SR. RICARDO PEIXOTO – ...demais integrantes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, gostaria nesse momento de abordar dois aspectos dessa nossa fala, me reportando num primeiro momento à entidade a qual estou representando, que é a Câmara Estadual do Turismo, Câmara esta que foi criada nesse Estado, Senador, para que pudéssemos levar a todos os cantos do País e do mundo as belezas que o Estado possui para serem vistas por todos.

Recordo-me, nesse início de fala, agora há pouco conversando com um Senador em sua visita lá a Uiramucã, ele me relatava as belezas que via ao contemplar as serras aquelas fartura, aquela abundância de água, aquela beleza que salta aos olhos daquelas pessoas que visitam aquele lugar a primeira vez.

Eu quero dizer a esta Comissão, Senador, que nós, que labutamos no turismo há mais de trinta anos, quando este Governo do PT se instalou e o Presidente Lula, no tempo oportuno, resolveu criar o Ministério do Turismo, vibrávamos e aplaudíamos a iniciativa, porque víamos que o turismo para este Estado era a saída, era aquela porta onde iríamos buscar o nosso sustento, uma vez que os ambientalistas, aquelas pessoas que, com outras intenções, fechavam as nossas saídas, sob todos os pretextos. Então, víamos a saída pelo turismo, mostrar as belezas deste Estado.

Lutamos, saiu o Plano Nacional de Turismo, e o nosso Estado foi contemplado, Senador. Criou-se o turismo regional. Agora, fala-se até, a partir de 1º de junho, do Salão Nacional do Turismo, em que o nosso Estado vai estar presente. Mas a surpresa maior para todos os senhores é que o Governo Federal criou um fórum, inclusive dentro deste Estado, que é o Fórum Estadual de Turismo, que elencou e fez mostrar às autoridades em Brasília todos os pontos interessantes deste Estado. Pasmem os senhores, membros da Comissão. O Governo Federal escolheu cinco pontos que ele chamou de pontos passíveis de comercialização, ou seja, cinco produtos que seriam objetos de exportação deste nosso Estado. Qual é a nossa surpresa agora, Senador? Dentro dos cinco pontos que o Governo Federal elencou para levar para o mundo, todos os cinco estão dentro dessa malfadada Reserva Raposa Serra do Sol. Como é que vamos mostrar – agradeço a colocação do nobre Deputado Rodolfo – para as nossas futuras gerações um Caracaranã, que mesmo aqueles que chegaram recentemente, há cinco ou dez anos, aprenderam a identificar e a reconhecer como a atração turística deste Estado? Como poderemos mostrar uma pedra pintada? Até mesmo o Baixo Rio Branco, com a pesca esportiva? Porque também, Senador, no Urariquera e no Baixo Rio Branco, está proibida a vinda de grupos para pesca esportiva. Também já proibiram.

Então, esse estado de coisas... Por isso, eu disse que queria apresentar dois pontos, o primeiro abordando esse aspecto, pela instituição que represento. Ou seja, o Estado de Roraima deverá estar representado no dia 1º de junho, na cidade de São Paulo, com um estande para mostrar

cinco produtos que o Governo definiu. A mim, como vice-presidente do Fórum estadual, resta apenas uma alternativa: aparecer nesse fórum com uma tarja preta, dizendo que meus produtos não podem ser negociados, porque o Governo os proibiu. O Governo os escolheu e o Governo mesmo os proibiu de vender.

É difícil falar, Senador, porque, como parte da família Caracaranã...

Estou aqui há 35 anos. Não nasci em Roraima, mas cheguei aqui garoto – e aí me reporto à segunda fala –, sonhando alto, porque eu lembro, Senador, ainda na época, quando diziam, da famosa ditadura militar, eu, ainda garoto, colegial, escrevendo algumas palavras, coloquei e isso o tempo transformou até em melodia.

Eu era um menino que nada sabia, mas ouvia os tambores na rua e ia para os portões.

Via passar os soldados, marchando valentes, tocando o seu hino.

Espada na frente e bandeira na mão.

Eu era inocente, eu era pequeno, mas sonhava tão alto, eu ia ser um dia um soldado. Ia até ser, quem sabe um dia, um dirigente desta Nação.

Mas o tempo malvado me levou na mente. Mas meu sonho não levou. Eu me fiz um soldado e vim para essa Pátria defender a nossa fronteira. E vejo com muita tristeza, Senador, agora que eu perdi parte daquele meu tempo, com toda demarcação, nesse patrulhamento lá do Orinduke até Normandia, palmilhando a pé cada passo, cada ponto dessa nossa fronteira, para defender e, pasmem vocês, encontrando lá aeronaves estrangeiras, presença de estrangeiros que foram apreendido e a história do Exército está aí para contar.

Mas o que me faz reportar a essa segunda, Senador, é que eu gostaria de chamar a atenção da Comissão para mais uma enganação que esta Portaria cometeu. Nos seus considerandos, o Sr Ministro da Justiça, entre tantos que fez, diz: “Considerando que a lei Tal permite ao Exército e às autoridades Federais adentrar as áreas a qualquer tempo”, o que não é verdade. A lei mencionada refere-se à interferência, à presença das Forças Armadas e das Forças Federais, quando da iminência do perigo. Ou seja, quando realmente for constatada a “perigosidade” da presença ou a violação da segurança nacional.

Eu perguntaria e gostaria que V. Ex^a levassem ao Sr Ministro da Defesa, ao Comandante Militar da Amazônia algumas questões. Eu, Segundo Tenente do Exército, hoje comandando um pelotão de fronteira, posso exercer o meu dever constitucional de defesa dessa linha de defesa normalmente? Por que a lei mencionada na portaria não me permite. Terei de pedir permissão à Funai para exercer a defesa desse cinturão de fronteira? Como ficarão as operações das nossas Forças Armadas regulamentares nessa faixa de fronteira, Senador? Terão de pedir autorização à Funai? Isso por que, repito, a lei mencionada pelo Ministro da Justiça não autoriza em tempo de paz, sem que haja qualquer conturbação da ordem, a presença dessas forças.

Mas uma vez quero agradecer a esta Comissão por essa oportunidade de estar aqui e alertar à população: que cada um de vezes levem para casa, leve para os seus vizinhos, porque realmente o que temos escutado na mídia, Senador, é que é meia dúzia de roseiros e alguns gatos pingados de fazendeiros. São trezentos ao todo, e ainda cometem essa falha. Mas eu me reporto entre essa minoria e me encontro dentro dessa minoria. Meus familiares estão lá. Como disse muito bem o Rodolfo, desde 1816 estão recolhendo os seus tributos legais. A titulação, por exemplo, do caso ao qual me referido, ao caracanamã, sofreu ainda a anuência de um Conselho de Segurança Nacional. Era o órgão maior deste País antes de o Presidente sancionar o seu título.

Como vamos acreditar em um País? Como vamos, a partir de agora, acreditar nessas autoridades que nos falam uma coisa, que implantam hoje pela mídia uma nota, Senador, e temos certeza, na prática, que nada vai acontecer. Há uma nota que diz que ninguém será prejudicado, que ninguém sairá de suas áreas sem tenha recebido ou outra igual ou a indenização devida. Quando nós sabemos – e V. Ex^a também o sabem, bem como os outros oradores – que temos dezenas, centenas de pessoas que foram retiradas de suas áreas e até hoje não receberam. Como é que vamos falar, Senador, com o Sr^o Joaquim Correia, como se referiu. S. S^a já está na sua quarta geração. Tem que deixar

aquele pedaço de chão, que aprendeu a amar. Todo roraimense aprendeu a amar o Caracaranã. A partir desse *apartheid* deixou de pertencer ao povo de Roraima.

Mais uma vez agradeço a oportunidade de estar aqui externando os nossos pensamentos, Senador. Quero dizer que esta luta está apenas começando. Não vamos arredar pé. Não nos intimidará a presença de opressores, a presença da força. Vim de dentro da força e sei como conduzi-la. Estaremos prontos, como nossos irmãos, a quem saúdo e parablenzo por sua luta. Devemos somar os nossos esforços. Falo de cada um de nós, brasileiros e roraimenses. Não podemos fazer deste ato apenas um cavalo de batalha. Venceremos. Não vamos nos intimidar.

Agradeço aos Senadores presentes. Hoje mesmo o *site* da Força Aérea dos Estados Unidos – e o fornecerei depois àqueles que quiserem – marca em solo amazônico a criação de três bases militares americanas. Revolta-me porque vim de dentro dessa força. Infelizmente, brado em alto e bom tom: não temos mais lideranças. Nossos líderes militares foram todos para suas casas. Estão em casa revoltados. Basta verificarem. Ontem mesmo no Fantástico, mais um começava a falar alguma coisa. Essa situação nos revolta, Senadores. Ontem, éramos heróis porque defendíamos nossa pátria. Vemos, hoje, os bandidos do passado, os guerrilheiros do passado, que tivemos o desprazer de combater, serem os heróis do presente. Envergonho-me de ver, como militar da reserva, nossas Forças Armadas omissas, caladas, diante de um fato tão grave que é a soberania nacional. Fico com vergonha, Senador, de ver nossos militares, nossas Forças Armadas, de joelho, clamando por 4,5% ou 20% de aumento! Panelaço de esposas de militares, é esse o tratamento que está sendo dado. Portanto me envergonha de ver aqueles que têm o direito constitucional de estar aqui conosco brigando na linha de frente, porque a Constituição determina uma faixa de fronteira, e aprendi isso, Senador, não porque a Constituição me ensinou, até porque as Forças Armadas à qual pertencia me destinavam uma faixa para percorrer, e tinha que fazer isso, que era o patrulhamento quase que diário da nossa fronteira. Hoje, não temos comida nas Forças Armadas, nossos soldados estão sendo dispensados para almoçar em casa. É com tristeza que digo isso! Tristeza, porque é esse o vazio que amamos, é esse Estado que aprendi a amar e adotei, onde estou criando meus filhos.

Peço que levem a Brasília esse grito, e acordem aquelas autoridades, acordem os nossos líderes militares! Que surjam agora, porque ainda há tempo da implantação de bases militares dentro do nosso Território Nacional, porque, se isso ocorrer, seremos, com certeza, mais um Iraque, porque, logo, logo, estarão mandando em cada um de nós.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Desejo convidar, para falar em nome da Cooperativa Grão Norte, Sr. César Zoldan.

O SR. CÉSAR ZOLDAN – Muito boa tarde, e já boa noite, a todas as autoridades e aos produtores amigos nossos!

Gostaria de falar da intranquilidade que temos, no dia-a-dia, para trabalhar neste Estado e também dizer o quanto nos sentimos traídos por um poder central que nos deveria pagar realmente para estar produzindo aqui neste Estado, um Estado com terras boas, com tecnologia gerada pela Embrapa, com produtividades altíssimas e que poderia estar, hoje, gerando mais uma parcelinha do PIB agrícola deste País, numa entressafra nacional. E hoje estamos sem tranquilidade para produzir, porque não se sabe quando a Funai vai tomar a propriedade de cada um de nós, porque esses bravos arrozeiros que estão na Raposa Serra do Sol são como soldados numa trincheira, segurando a Funai. Já temos notícias de 9 áreas que serão aumentadas e homologadas pela Funai. Onde vai ser isso? Quem é que tem coragem de investir, de tomar um financiamento em banco? Não se sabe se, amanhã, essa terra vai ser nossa! Como é que aumentamos essa área? Como é que traz mais emprego? Como é que traz mais riqueza? Como é que vamos gerar isso, sem tranquilidade, sem paz? O poder central é que deveria gerar essa paz, essa ordem que está escrita na bandeira do País. Como vamos ter progresso se não há ordem? E falo que não há ordem, porque, hoje, não temos documento de terra: os proprietários de terra em Roraima não têm documento. Se não têm documento, não há financiamento de banco! Se não podemos pegar esse dinheiro que é de direito nosso para produzir, como vamos aumentar a produção, a produtividade, gerar riqueza? O Inepa exige que se beneficie a terra para dar documento, mas o Ibama não deixa que se beneficie a terra,

porque não temos documento. O que o Governo Federal quer? Estou vendo que deseja que seja entregue esse patrimônio nacional.

Se voltarmos um pouco em nossa história, na época do Império, quando o Governo francês ou Governo holandês queria invadir a nossa Pátria, o poder central juntava o seu exército com os índios e os não-índios residentes no local e expulsava esses cidadãos que não eram brasileiros. E hoje nós cidadãos brasileiros aqui lutando sofremos pressões desse poder central, porque estamos defendendo a soberania do País.

Faço uma pergunta aos Senadores: a quem nós, cidadãos brasileiros defensores da soberania deste País nesse rincão – um pequeno pontinho do extremo norte, acima da linha do equador –, devemos recorrer se o Exército brasileiro que aqui deveria estar defendendo a sua soberania não o está? Sabem que isso está sendo entregue, mas não agem e não se manifestam. Se a autoridade máxima deste País passa por cima de leis, passa por cima de questões jurídicas para homologar, para fazer um decreto, e se a autoridade máxima do Judiciário colaborou para isso, a quem, Senador Mozarildo Cavalcanti, devemos recorrer para exercer a cidadania nossa de defesa dessa soberania que tanto falamos?

Só vejo que resta o Legislativo, a Câmara dos Deputados e o Senado brasileiro. Nós contra o restante. Devemos ter o apoio de V. Ex^{as}, porque, senão, sumiremos junto com... Hoje estão falando de arrozeiros, mas já foram produtores de gado, já foram os garimpeiros, eles querem que no futuro sejamos nós, produtores de soja. Vêm com uma proposta de doar 150 mil hectares de terra para o Estado, terra que já é nossa. Se lembrarmos que no sul do Estado há uma ONG com 170 mil hectares de terras ocupados – V. Ex^a bem sabe disso –, querem que tenhamos 150 mil hectares para quê, se amanhã a Funai pode tomar isso? Não tem fim esse aumento de área indígena, e sabemos que os índios não querem esse tipo de política.

Este é um apelo de um cidadão brasileiro, é um apelo de um produtor que confia que ainda existem pessoas que têm a capacidade de se indignar diante disso. E faço este apelo a V. Ex^a, porque vejo, na sua história como político, essa capacidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Para encerrar a parte de audiência, porque depois quero passar a palavra para os Senadores, quero ouvir o Dr. Jean Luppe, Presidente da Fundação do Meio Ambiente.

Portanto, teremos a palavra de uma pessoa experiente nessa área.

O SR. JEAN LUPPE – Senador Mozarildo Cavalcanti, fico realmente lisonjeado em poder dirigir-lhe a palavra pelo seu brilhante trabalho no Senado Federal, pelo qual todos os roraimenses lhe somos gratos; Senador Wirlande da Luz, que está se incorporando ao grupo; Senador Augusto Botelho, batalhador no mérito nessa questão; Deputado Rodolfo, Deputado Sá, Dias, grande batalhador pela causa de Roraima e todos aqui presentes.

Ouvi hoje, eu acho que seria só fazer um breve minuto de silêncio e ouvir o que essas paredes falariam, porque essa causa vem de longo tempo, e acho que já está impregnada em todos nós e em todas as paredes, essa luta que une os índios, os brancos e todos aqueles que moram nesta terra, diferentemente do que se ouve em outros recantos do Brasil.

Estamos em uma condição singular. Em outras regiões se demarca uma terra indígena porque os índios solicitam que se demarque. Aqui se demarca uma área indígena que os índios não querem que se demarque porque não sei quem pede que se demarque.

Se alguns são favoráveis à demarcação em área contínua, são índios esclarecidos que têm consciência de suas necessidades. Se eles são contra a demarcação contínua, eles são manipulados por grupos, por fazendeiros, por arrozeiros, por outras coisas nesse sentido.

Então, parece-me que o argumento da fala está ficando praticamente inócuo. Quantas comissões passaram por aqui, quantas pessoas falaram, quantas pessoas estão sendo, digamos, denunciadas, porque estão falando em defesa desse Estado, da sua própria soberania? Nós falamos e não temos eco.

Penso que precisamos realmente batalhar. Não vamos parar com isso. Acho que o Estado não vai parar com isso, seu Governo, suas lideranças políticas todas vão batalhar. Este luto que hoje vestimos, que colocamos em nossos carros, é um sinal de morte, mas não do nosso espírito de luta, é um sinal de morte de uma etapa com a qual muito aprendemos. Mas é também um sinal de renascimento de uma luta mais forte, de uma união mais forte, de uma briga mais árdua, porque somos todos brasileiros em busca de uma soberania, em busca do crescimento de toda uma comunidade e em busca de um Estado promissor que orgulha o País e que seja, inclusive, uma solução para o País, porque todos sabemos que esse isolamento da nossa área aqui do Norte se faz exclusivamente pela sua grande riqueza natural e que nós “devemos”, parece que essa é a idéia, essa grande riqueza a outras Nações, que de pronto, após esse grande milagre do Papa João Paulo II, de perdoar todas as dívidas dos nossos quatro Presidentes passados e que compadecidos, glorificados, chegaram aqui no País e demarcaram mais uma reserva indígena aqui em Roraima.

Queria dizer que essa política não é isolada, faz parte de um contexto. Está aí a Portaria nº 10, do Incra, está aí aquele projeto de lei das florestas públicas, as demarcações de áreas indígenas e assim nós vamos.

Agora, estava vendo na última **Veja** o golpe do índice de produtividade.

Se colocarmos...

(Falha na gravação.)

... do lado daqueles que sempre lutaram contra a ditadura militar.

Hoje, não se ouve mais a população, nem os seus interesses, e engessa-se o próprio Congresso Nacional, que fica impedido de legislar em função de uma quantidade enorme de medidas provisórias que são jogadas na programação e trancam a pauta, e o Congresso Nacional se vê manietado, sem capacidade de produzir leis. E acho que é por aí, Senador, que temos que trabalhar muito. A tarefa é árdua, mas temos abrir esse espaço dentro do Congresso Nacional, modificar essas leis, aprovar o decreto legislativo e por aí temos que começar a mudar a página desse País.

Com certeza, somos em poucos, estamos desorganizados ainda, mas penso que o Estado, aos poucos, vai criando consciência, e essa consciência crescerá, numa finalização, digamos assim, pela qual vamos ter orgulho de ter batalhado.

Eu gostaria de sugerir – foi bem lembrado da platéia – que o Senador requisitasse da Bandeirantes uma fita do Cabrini, parece que ele fez uma pesquisa aqui no Estado, em torno de doze horas de gravação, alguma coisa já saiu na imprensa, sobre a presença de estrangeiro tirando riquezas das áreas indígenas do Estado.

Eu queria agradecer a oportunidade. São essas as considerações que eu gostaria de fazer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Gilberto Macuxi está fazendo sinal de que quer dar uma palavrinha.

Gilberto, vamos nos limitar aos cinco minutos, porque todo mundo já está um pouco cansado, mas é um prazer ouvi-lo.

O SR. GILBERTO MACUXI – Boa noite a todos.

Quero aplaudir aqui o Maloca Flexal, o Abel, o Altevire e o Lauro Barbosa. É muito importante a Maloca tomar posição, com firmeza, mas só que soltaram e vai ser processado, isso é muito ruim, né? Então eu acho aqui que a Arikon vai apoiar as suas posições, juntamente com as organizações.

Essa luta é muito grave vai ficar mais ainda. O que temos que fazer é tomar ação, tomar posições, unir o povo, unir toda a sociedade, unir todos os Deputados e Senadores que representam Roraima, porque muitos amigos nossos, os Deputados Federais e Estaduais, muitos são vendidos. Por isso os Deputados sempre ficaram calados, nunca responderam, nunca falaram, nunca disseram nada, nunca nos chamaram para executar um projeto. Queremos então, segurar os que já estão lá dentro, Municípios, vilas que estão lá, lutar para ficar lá. Os produtores que estão aí e os índios que estamos aqui somos aliados, portanto, vamos lutar pelo seus direitos, pelo desenvolvimento do Estado.

A gente está aí para lutar. Naquela época dos padres que foram presos, novamente foi negociado. Espero que nunca mais seja negociado assim. Esperamos segurar mais, porque a Arikon é uma posição de segurança, não para entregar. Quero dizer ao Presidente da Sodiur: segura, chama o Júlio também, se os outros estão com vontade de lutar, mas, não, se espalha, se divide. Então, a Sodiur não pode ficar assim. Tem a Alidcir, a Arikon, a Associação Municipal Indígena que está aí. Quero dizer para os empresários, porque tem gente dividindo a gente, que a Arikon é que fala por ela, e não outro fala para as pessoas.

Quero dizer para o advogado também que, quando a Arikon quer falar, fala a Alidcir, fala qualquer pessoa. Aqui não sou usado, nem o governo manda em mim, nem o Mozarildo, nem ninguém. Então, minhas palavras são minhas palavras, o que sinto.

Quero dizer para o Sodiur essa questão também que está dividindo. Não divide, trabalha com dignidade, com segurança, com opiniões, com povo e com povo indígena.

Quero dizer para o Rodolpho e para o Senador Botelho que só reconhecem a Sodiur, mas tem a Arikon, a Alidcir, que também lutam muito. Essa bandeira foi da minha pessoa desde 1985/86 quando eu brigava só com os padres. Eu lutei aqui bastante, durante muito tempo.

Então, quero dizer para os empresários para ficarem sabendo o que está acontecendo nas nossas organizações.

Só isso que quero falar. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero agradecer ao Gilberto, porque, inclusive, quando presidi a CPI das ONGs, o Gilberto e o Anísio foram lá prestar depoimento sobre essas questões, quando estávamos investigando a atuação das ONGs no Brasil.

Agora quero ouvir o Senador Wirlande da Luz.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Senhores membros da Mesa, senhores representantes das entidades constituídas presentes e demais pessoas que não representam as entidades, mas que aqui estão para nos ouvir, há 40 dias assumi no Senado na vaga do Senador Romero Jucá, que ora ocupa o cargo de Ministro.

A maioria de vocês sabe que, assim como os Senadores Augusto e Mozarildo e meu colega médico Rodolpho, também sou nascido no Estado de Roraima e sou médico. Como o Mozarildo disse pela manhã, essa é uma tarefa difícil, um parto difícil, mas temos muitos médicos aqui, principalmente no Senado – dois obstetras e um pediatra –, e vamos tentar fazer com que essa criança nasça em belíssimas condições.

Embora eu seja aliado da bancada federal, juntamente com os outros 21 Senadores do PMDB, sou, acima de tudo, um cidadão brasileiro e roraimense nascido e criado, apenas me ausentei daqui para estudar.

Não vou admitir, não aceito de maneira alguma que essa situação da Raposa Serra do Sol que se arrasta há mais de 20 anos seja homologada da maneira como foi, porque não atende, de maneira alguma, a maioria das pessoas deste Estado, mas atende a uma minoria que sequer conhece como vivem os cidadãos desta terra.

Assim que foi homologada Raposa Serra do Sol, o Senador Mozarildo tomou a iniciativa de dirigir um ofício à Mesa criando esta Comissão e me fez o convite, que foi prontamente aceito, porque, nesse momento, precisamos estar juntos para lutar, não só a Bancada Federal do Estado de Roraima, como também a de outros Estados. Nisso estamos trabalhando, trazendo Senadores, o Senador Rodolpho Tourinho juntamente com outros Parlamentares, Deputados que conhecem a nossa situação e que já a viveram em seus Estados para se juntarem a nós. Vamos fazer isso porque já foi iniciado o processo com o decreto legislativo por iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti, e também na Câmara Federal por iniciativa dos nossos Parlamentares Federais.

Vou ser mais breve. Quero dizer que, apesar dos meus quarenta dias lá, apesar de ser aliado à Bancada Federal, apesar de estar votando junto com o Governo, estou do lado das pessoas que vivem aqui, das pessoas que querem essa homologação de maneira diferente, como foi feito principalmente no primeiro relatório da comissão há dois anos.

Escutei aqui de um orador perguntando até quando as autoridades desse Estado vão permitir que isso aconteça. Não é verdade. As autoridades, Parlamentares estão trabalhando, e é que

fomos pegos de surpresa da maneira como foi homologado. O acordo que tinha sido feito era de estudar exaustivamente o relatório anterior e ser homologado da maneira que era como a maioria das pessoas queria.

Era isso que tinha a dizer. Vou continuar do lado do povo de Roraima porque é uma questão de meu sentimento, que é igual a de qualquer um de vocês ou até maior. Como é a minha primeira atividade parlamentar, nunca havia me envolvido de maneira mais perto dessa situação. Não é o caso do Senador Mozarildo Cavalcanti, do Senador Augusto Botelho, do Almir Sá e demais Parlamentares que estão aqui. Mas estou envolvido a partir desse momento de maneira que possamos resolver essa situação sem conflitos, sem agressões, de uma maneira pacífica, tenho certeza. Para isso, na quarta-feira passada, tivemos um almoço com a Bancada do PMDB no Senado e levantamos a questão da Raposa Serra do Sol. Estavam os 22 Senadores. O Senador Gilberto Mestrinho deu uma aula a todos os Parlamentares ali presentes sobre a questão Raposa Serra do Sol, porque conhece profundamente isso aqui. E para nossa surpresa, os Senadores que não conheciam e não tinham ainda se manifestado resolveram se manifestar a nosso favor. Então o início é por aí. Acho que cada Partido, cada Senador deve buscar os seus colegas de Partido e tentar fazer uma grande força para resolver esse problema. Temos certeza de que vamos resolvê-lo.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Vamos ouvir o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, gostaria se cumprimentar todos os Parlamentares presentes, em nome do companheiro Fácil e do Abel, todos os produtores rurais e todos dessas entidades aqui presentes.

A minha posição em relação a isso é bem clara. Tenho divulgado, falado com as pessoas. O Governo fica, acho que a palavra certa é enganar, querendo nos enganar. Quando dizem que no decreto ficará “permanecer a unidade militar” não diz que a unidade militar está dentro do Município. Não tem jeito de deixar uma coisa e não deixar outra. É a tal compensação. Eu sou contra a compensação e deixei bem clara a minha posição na primeira reunião que tive com o Ministro da Justiça, quando surgiu um Parlamentar de Roraima com 11 itens de compensação. Foi nessa hora, na época daquele movimento, que fui contra. Todos sabem da minha posição. Acho que é mentira mesmo essa propagandazinha que aparece na televisão do www.mj não sei o quê: só sairão depois que houver uma terra para colocar ou for indenizado... Estamos ouvindo essa história há 30 anos. Há mais de 300 famílias na Raposa Serra do Sol, fora algumas da reserva São Marcos e das outras áreas indígenas que foram definidas aqui e que as pessoas até hoje não receberam. Quando recebem, recebem como se fossem até chantageadas pela Funai. A propriedade foi avaliada três vezes depois de 20, 30 anos. Aí você chega lá a casa, não vale mais nada. Dizem: se quiser, recebe isso aqui; se não quiser, não recebe. Para nós, de Roraima, isso é conversa fiada.

As dez mil pessoas que vão ser assentadas na tal compensação... É dever do Governo. É uma injustiça não estarem com o título os produtores rurais do meu Estado, que estão aí. As terras do Estado, que passaram, como todos os bens do Território, deveriam ter passado, e foram usurpadas pelo Incra e pelo Governo Federal, que até hoje não resolveu a situação.

Então, acho que é assim: temos que brigar na Justiça como podemos. Temos que lutar, falar, reclamar. Cada um faz a coisa como acha que tem que ser feita. Agora, temos de olhar bem na cara deles para não ficarem nos enganando mais. Eles estão conversando muito com as lideranças indígenas. Tenham bem claro isso na cabeça de vocês. Nunca fizeram nada que prometeram à gente de Roraima. Nossa posição é esta: vamos ficar brigando. Já voto contra o Governo mesmo. Só voto a favor quando acho que ajuda as pessoas, mas quando é para aumentar imposto, voto contra. O meu Partido nunca votou a favor do aumento de imposto. Quando é para tirar direito de trabalhador, também sempre votamos contra. Acho que é assim.

Não pesamos nada na balança de voto, como o Senador Mozarildo Cavalcanti disse. Só são 200 mil votos aqui. O Lula perguntou na reunião: quantos votos têm lá? Duzentos mil, quer dizer, 200 mil não valem nada, mas todos nós aqui temos parentes e amigos fora. Se permanecer ~~do jeito~~ ^{que} está essa homologação, teremos de arranjar uns 2 milhões de votos contra. Temos de ~~segurar~~ ^{garantir}.

Não podemos sair de nossa terra, porque eles vão passar, eles vão sair, eles não vão ficar eternamente. E nós estamos aí, trabalhamos, vivemos, moramos em Roraima. Acho bom o pessoal que está querendo cair fora ter um pouco de paciência e agüentar mais. Estamos há trinta e poucos anos agüentando isso e estamos perto da solução. Tenho certeza de que a solução virá. Não perdi a confiança em Deus principalmente. Acho que enganaram o Lula. Acho que o Ministro da Justiça fez uma jogada para enganá-lo no final. Ele conhece a situação. Só pode ter sido isso. E o Lula está querendo nos enganar também.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Para encerrar, quero lembrar algumas frases. O Senador Augusto Botelho já disse uma frase do Presidente que quero, depois, retomar. A primeira frase que o Presidente Lula disse sobre essa questão foi numa reunião no Estado do Acre com todos os Governadores e Senadores e alguns Deputados da Região Norte. Na época, o Governador ainda era Flamarion. Ele disse claramente: “Companheiro Flamarion, precisamos demarcar aquela reserva Raposa Serra do Sol. Não agüento mais as pressões porque essas ONGs européias são mais fortes do que qualquer partido político. Vou mandar”... O Ministro da injustiça, Thomaz Bastos, estava lá e ele disse: “Ministro, o senhor vai a Roraima com um papel em branco, não vai com nenhuma idéia pré-concebida. Vai com um papel em branco para ouvir todo mundo, anotar e depois vamos demarcar da forma mais justa possível”. Como ele falou essa segunda parte, eu preferi não comentar nada. Se ele ficasse só com a primeira parte, eu ia dizer a ele: Presidente, das duas uma, ou o senhor renuncia e entrega a Presidência a alguém que as ONGs escolherem, ou, então, o senhor já foi escolhido pelas ONGs, porque um Presidente da República que admite isso publicamente, para mim, realmente, não tem força nem moral para ser Presidente da República, mas acreditei na segunda parte. O Ministro veio aqui. Todos se lembram daquela palhaçada que foi, porque S. Ex^a ouviu todo mundo e, depois, ficou de elaborar um estudo. Daí a uns dias, anunciou que ia ser demarcada uma área contínua. Nós entramos com um pedido de liminar, que suspendeu, portanto, qualquer ato até que fosse julgado pelo Supremo. Quer dizer, retardamos o processo que ele iria fazer. Ele perdeu a liminar aqui e lá em Brasília, nas três instâncias. Foi então que aplicaram esse golpe de entrar com essa história de reclamação, para que o Supremo julgasse como sendo um conflito federativo, e nós sabemos como foi o final, essa história de dizer que tinha feito uma Portaria e não tinha sido publicado... Portanto, o Supremo foi, repito, induzido a um erro. E eu tenho certeza de que o Supremo, hoje, já deve ter percebido isso e, por isso, acredito que vai corrigir essa ação. Nós já temos ação judicial nesse sentido. Penso que quanto mais entrarmos com ações judiciais, melhor. Todas as classes produtoras, o Alcides entrou como autor da ação popular inicial, eu entrei, o Augusto está entrando, o Governo do Estado está entrando... Nós não podemos mais nos conformar com essa questão, juridicamente falando.

Também estamos fazendo do ponto de vista legislativo, porque um decreto legislativo, como foi dito aqui, pode anular esse decreto do Presidente. Então, é um trabalho, como o Wirlande também lembrou, é um parto difícil realmente. Nós estamos lutando contra inimigos poderosos e, o que é pior, não adianta ficarmos culpando... Nós temos de identificar, como identificamos, que realmente os interessados nisso são os governos que compõem o G-7, os Estados Unidos e seus companheiros da Europa.

Mas quem está fazendo essas malvadezas aqui? É o Presidente da República, um brasileiro, os sucessivos Presidentes da República. Inclusive, quero chamar a atenção de vocês – acho que foi distribuído aí um pronunciamento meu – não tanto para o meu pronunciamento, mas para o aparte do Presidente Sarney, em que S. Ex^a conta a história, claramente, quando a questão da reserva Yanomâmi, quando o Presidente da CNBB, que era o Dom Ivo Lorscheider foi procurá-lo, para pressionar mesmo para que S. Ex^a demarcasse em área contínua. Ele disse que não podia demarcar em área contínua, porque ele era contra. O Dom Ivo, então, perguntou “O senhor está sendo pressionado pelos militares?” Ora, se ele estivesse sendo pressionado pelos militares, já seria legítimo, porque os militares estariam preocupados com a soberania do País. Mas ele disse: “Não, não estou sendo pressionado pelos militares. Quem tem me pressionando muito ultimamente tem sido o Barão do Rio Branco”. Ele perguntou “Mas como o Barão do Rio Branco?” Porque o Barão

do Rio Branco fez um trabalho primoroso em garantir as nossas fronteiras íntegras, etc, e nos legou essa situação. E essa demarcação de reserva indígena na linha de fronteira é um desserviço que estamos fazendo com a Nação e passando, portanto, para as gerações futuras um país vulnerável.

É importante isso aí e vai ajudar inclusive muito na nossa reflexão. Mas a outra frase foi essa quando nós estivemos lá – e o Gianoco(?) estava até presente –, o Governador, eu, o Senador Augusto, vários Deputados Federais, ele perguntou no meio da conversa – nós estávamos discutindo essa questão da formatação da reserva –, ele foi e disse “Olha, eu estou de saco cheio, porque, se eu chego na ONU, me perguntam sobre a Raposa Serra do Sol; se eu chego na OEA, me perguntam sobre a Raposa Serra do Sol, se eu chego na USP, me perguntam sobre a Raposa Serra do Sol. Eu não agüento mais. Eu vou demarcar. Agora eu vou para o Suriname, mas, quando eu voltar, eu vou chamar vocês e vou apresentar o modelo da demarcação que eu quero fazer. Nós podemos fazer alguns ajustes e eu vou demarcar”. Só que ele estava tão desinformado que já tinha saído naquele dia, de manhã, aliás, no dia anterior, no final da tarde, a decisão da Ministra Helen Gracie, para uma medida cautelar com que entrei, pedindo para sustar a decisão, quer dizer, qualquer demarcação até que fosse julgado o mérito da questão. Mas ele disse claramente que ia demarcar quando voltasse. E aí fez essa pergunta: “Quantos eleitores têm em Roraima?” Aí nós dissemos que tinha 250 mil. E ele ficou balançando os óculos assim, como quem diz “Ora, isso aí eu tenho na USP.” Só que é o que o Augusto falou: nós devemos começar a nos mobilizar já agora, pois a eleição é daqui a um ano e cinco meses. Cada um de nós que mora aqui tem, pelo menos, cinco ou seis amigos lá fora, em outros Estados. Eu mesmo tenho parentes no Pará. São cerca de seis parentes. Tem um no Ceará, outro na Paraíba e eu tenho certeza de que cada um de vocês tem também. Então, vamos começar a pedir para eles que se esse decreto não for revertido até a eleição, nós vamos votar contra o Lula. Aí serão os 250 mil daqui vezes 6. Vai dar o quê? Um milhão e meio de eleitores. Faz uma diferença enorme numa eleição.

Então, esse trabalho nós temos que fazer de maneira muito patriótica, porque nós estaremos defendendo o Brasil e Roraima e não vamos aceitar essa – digamos assim – condição de nos colocar como se fôssemos algo insignificante, duzentos e cinquenta mil.

Para finalizar e ficar bem claro realmente para quem o Presidente estava dando satisfação, eu quero ler o que saiu na **Folha de Boa Vista** hoje, mas na verdade é uma matéria nacional; portanto, saiu nos jornais. É palavra do Presidente. “Lula diz estar satisfeito com a libertação pacífica dos policiais”. O que ele diz?

“Ao discursar após a missa em homenagem aos trabalhadores, na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que está satisfeito com a solução pacífica do impasse com indígenas que prenderam quatro policiais federais na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol”. Essa é a frase interessante: “Agora nós vamos dar prosseguimento à homologação dessa área, dessa que era a maior reserva indígena a ser homologada e que finalmente foi homologada. Eu sei – olha só – eu sei o papel importante que a igreja teve nisso”

Então, não é preciso ser muito esperto para entender o que interessa ao Presidente. Não é, realmente, a população de Roraima; nem os índios, nem os não-índios, porque ele deveria ter feito o que nós cansamos de sugerir a ele e dizer isso para S. Ex^ª: Presidente, mande o pessoal do seu serviço de informação ou de algum outro órgão fazer o plebiscito lá dentro com os índios. Vá de casa em casa, nos índios, perguntar: vocês querem a demarcação como?

Ele nunca acatou a idéia, porque sabia que a maioria das pessoas que moram na reserva indígena não querem essa demarcação, tanto os índios quanto os não-índios. Aliás, para saber hoje em dia quem não tem sangue de índio é preciso fazer um DNA. Até às vezes os de pele mais clara têm sangue indígena no meio. Então, é um **apartheid** que está sendo implantado no Estado e nós não podemos aceitar.

Esta Comissão, que é oficial do Senado, tem por objetivo exatamente complementar o trabalho da primeira Comissão que veio aqui, composta por cinco Senadores, que eu tive a honra também de presidir, mas cujo relator era um Senador do

PT que hoje é Líder do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, o Senador Delcídio Amaral. Nós produzimos um relatório que atendia a todos. Atendia ao CIR. Pelo menos eu entendo que atendia, porque a reserva seria contínua, mas não excludente.

Eles confundem a cabeça da opinião pública nacional e internacional dizendo que nós queremos uma demarcação em área não-contínua. Não. Os limites externos praticamente são os mesmos, então ela é contínua. Não são ilhas. Nós queremos que seja contínua, não-excludente. O que significa isso? É justamente manter as vilas; é manter a sede do município, até porque ele não poderia extinguir por um decreto; manter os produtores que estão ali, seja os de arroz ou os pecuaristas, porque os índios também querem isso. As vilas que estão ali são habitadas por indígenas, não-indígenas e miscigenados.

Então, isso realmente é uma malvadeza que é feita de fora para dentro, mas que está sendo feita sucessivamente por brasileiros. Para vermos o que o Presidente Collor fez há um tempo atrás é só olharmos. O Presidente Sarney tinha demarcado de forma não-contínua a Reserva Indígena Ianomâmi; não-contínua. Porém, entre uma ilha e outra – vamos dizer assim – ele criou florestas nacionais. Quer dizer, não podia também ter pessoas que não fossem indígenas ali. Mas preservava, portanto, a integridade das nossas fronteiras. E o Presidente Collor, depois, quando assumiu, para garantir os financiamentos do FMI, do Banco Mundial e do Bird, etc, fez o quê? Aquela palhaçada de que todos se lembram, de vir aqui fardado explodir as pistas e tal.

Mas há um negócio de que eu sempre me lembro também. Todos que fazem maldade com Roraima não têm terminado bem, não. Lembrem-se daquele Senador Severo Gomes, de São Paulo, que começou essa história de Ianomâmi apresentando um projeto para a criação da Reserva Ianomâmi? Qual foi o fim dele? O Collor, que fez essa malvadeza, como terminou? Com **impeachment**. Não estou rogando praga para o Lula não, mas é apenas para ele perceber que pode acontecer, senão alguma coisa antes do término do seu mandato, com certeza a sua não reeleição.

Embora esteja no PTB, Partido aliado do Governo, já disse para o Presidente do Partido e para os meus Colegas, que estão apoiando a minha posição, que vou votar contra tudo o que for mandado pelo Lula, salvo o que for de interesse nacional. Não vou votar contra os interesses do Brasil. Não vou dizer que ele só faz malvadeza não. De vez em quando, ele manda alguma coisa que preste, mas, agora, daqui para frente, o que não atender ao interesse maior do País, já estou votando contra.

Até o próprio Presidente Lula pode reverter esse Decreto. Se ele tivesse um pouco de brasilidade, ele poderia fazer um outro decreto, mudando este que está aí. Não acredito que ele vá fazer isso, porque ele demonstrou claramente, pelas declarações de ontem, nessa missa, que ele está a serviço efetivamente de outros interesses que não são nossos.

Então, nós é que temos de nos valorizar, começando por multiplicar esses 250 mil votos que temos aqui. Primeiro, não deixem ninguém perto da casa de vocês ficarem sem tirar o título de eleitor. Depois, vamos pedir para todo mundo, para amigos que temos por fora, para nos ajudarem a salvarmos Roraima, votando contra o Lula.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião.)

Ata da 2ª Reunião

Realizada em 19.05.2005

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, na sala seis da Ala Nilo Coelho, reúnem-se os Senadores Moisés Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz, membros da Comissão Externa, criada

mediante Requerimento nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, **“Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima”**. Havendo número regimental o Senhor Presidente declara aberta a reunião da Comissão. A Presidência faz um breve relato aos presentes a respeito da viagem da Comissão, realizada nos dias trinta de abril, primeiro e dois de maio de dois mil e cinco, detalhando o *cumprimento missão inerente ao fato determinado da Comissão*. No dia trinta de abril de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, horário local, os membros da Comissão, acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal mantiveram Audiências com o Dr. Otomar da Silva Pinto - Governador do Estado, no Palácio do Governo e às dezessete horas e trinta e cinco minutos, horário local, com o General Studart - Comandante da Primeira Brigada de Infantaria da Selva, no Gabinete do Comandante. No dia primeiro de maio de dois mil e cinco, a Comitiva deslocou-se da Cidade de Boa Vista, às oito horas e vinte e cinco minutos, horário local, a bordo do Helicóptero “Cougart”, cedido pelo Comando Militar da Amazônia, dirigindo-se às Comunidades Indígenas de Mutum, Vila Socó, Flexal, Contão, Água Fria e Vila Surumu retornando para a cidade de Boa Vista às dezessete horas e cinquenta minutos, horário local. O Senhor Presidente discorre sobre a impressão que os Senadores membros da Comissão tiveram com os sentimentos demonstrados, expressos pelos indígenas, não índios, mestiços, Representantes da Classe Produtora e de Entidades Indígenas e demais autoridades locais, a respeito da demarcação administrativa das terras indígenas Raposa e Serra do Sol. No dia dois de maio de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta minutos, os membros da Comissão acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal, foram recebidos pelos Deputados Estaduais, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, estando presentes os Deputados: Chico Guerra, Célio Wanderley, Malu Campos, Naldo Bezerra, Edio Lopes, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto, quando os membros da Comissão ouviram os parlamentares e discutiram de forma ampla a questão da demarcação administrativa das terras indígenas daquele Estado. Também no dia dois de maio do ano em curso, a Comitiva deslocou-se para a sede da FECOMÉRCIO do Estado de Roraima, com início às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, a Audiência Pública mantida com os representantes dos setores produtivos e representantes de entidades indígenas, dentre eles: Presidente da FIER – Dr. Alcides Lima; Dep. Federal

Almir Sá; Pres. da COOPERCARNE – Dr. José Lopes; Pres. da FECOMÉRCIO – Dr. Ailton Dias; Pres. da AGRICER – Dr. Luiz Zago; Advogado da SODIUR – Dr. Waldemar; Pres. da SODIUR – Sr. Jonas; Representante da SODIUR – Sr. José Novaes; Representante dos Arrozeiros – Dr. Paulo Quartiero; Pres. da FACIR – Dr. Derval Furtado; Dep Luiz Afonso Faccio; Dep. Lúcio Pirilo; Pres. da Associação Indígena – Bernaldo Wapichana; Pres. dos Rizicultores – Dr. Luiz Faccio; Pres. da CAMATUR – Dr. Ricarco Peixoto; Pres. da Cooperativa Grão Norte – Dr. César Zoldan, Representante da EMBRAPA – Dr. Damião Dianlupe e Representante da ARIKON – Gilberto Macuxi, encerrando às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local. A Presidência esclarece que, nos dias três, quatro, cinco e seis de maio de dois mil e cinco, os membros da Comissão permaneceram no Estado de Roraima, quando mantiveram encontros com os Presidentes das Câmaras de Vereadores, com Prefeitos de diversos Municípios inseridos na demarcação de terras indígenas, bem como Audiências mantidas líderes indígenas, no município de Pacaraima. Após, o Senhor Presidente esclarece aos presentes que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Hamilton Gondim – Presidente da Comissão de Peritos da Justiça Federal. O Presidente convida o expositor para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para a sua explanação inicial. O expositor, esclarece de forma objetiva quais os tópicos que irá abordar no decorrer de sua exposição, procedendo a sua apresentação com o auxílio de Power Point. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Augusto Botelho para os seus questionamentos. O Presidente concede a palavra ao Senador Wirlande da Luz que também fez perguntas ao convidado, Dr. Hamilton. O expositor emite o seu ponto de vista relativo à forma como foi confeccionado e produzido o Relatório a respeito do assunto ora abordado, por parte dos órgãos afeitos questão de demarcação de terras no Estado de Roraima. Ao final, a Presidência agradece a presença do Dr. Hamilton Gondim e ao mesmo tempo, esclarece que o Dr. Hamilton foi Reitor da Universidade de Roraima e Prefeito de Boa Vista. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, que também cumprimentaram e agradeceram a presença do expositor. A Presidência agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Especial Externa criada mediante o Requerimento nº 349, de 2005, do Senado Federal, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da terra indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã.

Farei um breve resumo dos trabalhos desta Comissão até aqui antes de passar a palavra ao professor Hamilton Gondim, que nos honra com a sua presença e vai, com certeza, colaborar muito com esta Comissão.

Como eu disse, esta Comissão está composta pelos três Senadores de Roraima – eu, Senador Mozarildo Cavalcanti, como Presidente, o Senador Augusto Botelho, como Relator, e o Senador Wirlande da Luz, como membro. Nós nos deslocamos a Roraima com o assessor Rosber Almeida, a Secretária da Comissão, Drª Dulcília Ramos Calhau, os consultores legislativos Dr. Tarcísio Dalmaso Jardim e Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira, além do Sr. Luiz Roberto Andrade, técnico de som do Senado Federal.

Estivemos, no dia 30, em uma visita ao Governador do Estado, quando ouvimos de S. Exª a sua posição sobre a questão. Às 17 horas e 35 minutos estivemos com o Comandante da Brigada de Infantaria da Selva, General Paulo Studart, que é o Comandante do Exército em Roraima. No dia 1º, num domingo, nós nos deslocamos para as localidades que estão dentro da área Raposa Serra do Sol, estivemos na Vila do Mutum, na Vila do Socó e na Vila Água Fria. Estivemos também nas comunidades indígenas do Flechal e Contão e, por último, na Vila Surumu. Essas comunidades ficam exatamente dentro do Município de Uiramutã e Surumu. Tivemos a oportunidade, portanto, de ouvir essas comunidades. Nas vilas, ouvimos representantes dos diversos setores, índios e não-índios, porque nessas vilas residem índios, não-índios e mestiços, pessoas que são miscigenadas, índios casados com não-índios. Pudemos colher um depoimento unânime, não somente das vilas como das comunidades indígenas, contra a forma como foi demarcada a reserva indígena. Todos os que moram na região querem a demarcação, mas discordam da forma como ela foi feita.

Nós voltamos ali, justamente depois de termos participado de uma outra comissão externa do Senado, para ver qual era o ânimo das pessoas diante do decreto da forma como foi assinado o decreto pelo Presidente da República e pudemos ter, *in loco*, um depoimento de todos contrário à demarcação. Eles querem que haja a permanência das vilas e das comunidades indígenas, *querem* a demarcação, mas também a convivência pacífica, como hoje existe entre índios e não-índios. A maioria dos índios se pronunciou também contrária.

No dia 2, segunda-feira, nós ouvimos os deputados estaduais em uma reunião na Assembleia Legislativa. Estiveram presentes os Deputados Estaduais Chico Guerra, Célio Vanderlei, Malu Campos, EdioLopes, Naldo Bezerra, Eliseu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e Lúcia Peixoto. Também tivemos dos deputados a mesma posição.

Às 15 horas do mesmo dia, estivemos na Federação do Comércio, onde tivemos a oportunidade de ouvir não somente os representantes das classes produtoras, mas também vários representantes de entidades indígenas. Tivemos a palavra da Fier, Federação das Indústrias do Estado de Roraima, do Deputado Almir Sá, Presidente da Federação da Agricultura de Roraima, do Presidente da Cooperativa dos Produtores de Carne, Dr. José Lopes, do Presidente da Fecomércio, Dr. Airton Dias, do Presidente da Acreger, Luiz Zago, do advogado da entidade indígena chamada Sodiur, Dr. Valdemar. Tivemos, depois, a palavra de um ex-Presidente da Sodiur, que é um índio, Jonas Marcolino; outro representante da Sodiur, o também indígena José Novaes; do representante dos arrozeiros, o Dr. Paulo Quartiero; e o Presidente da Federação do Comércio, Derval Furtado. Ouvimos, também, o Sr. Luiz Afonso Faccio, Presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima; o Deputado Lúcio Pirillo e o Presidente da Associação Indígena de Boa Vista, Bernardo Wapixaná; o Presidente da Câmara de Turismo de Roraima, Sr. Ricardo Peixoto; o Presidente da Cooperativa

Leão Norte, Sr. Sérgio Zoldan; o representante da Embrapa, Sr. Damião Jean Luppi; e o Presidente de uma outra entidade indígena chamada Arikon, o Sr. Gilberto Macuxi.

Tivemos, também, a oportunidade de ouvir, em dias subseqüentes, os Presidentes das Câmaras de Vereadores e os Prefeitos de todos os Municípios do interior do Estado. Nós nos deslocamos para o Município de Pacaraima e, em sua sede, pudemos ouvir vários tuxauas das diversas comunidades indígenas lá localizadas.

Fizemos, então, um trabalho de ausculta pós-decreto, já que havíamos feito uma ausculta antes do Decreto. Ou seja, houve uma Comissão externa do Senado Federal, presidida também por mim, composta de cinco Senadores. No caso, o Relator foi o Senador Delcídio Amaral, que é do PT, atual Líder do PT e Líder do Bloco de apoio ao Governo. O Senado Federal realizou uma Comissão anterior que apresentou relatório sugerindo as linhas de demarcação e que coincidiam com o pensamento das pessoas que lá vivem e da sociedade de Roraima como um todo, mas o Presidente não acolheu nem essa sugestão e nem a da Comissão externa da Câmara dos Deputados. Por essa razão, o Senado Federal resolveu instalar outra Comissão a fim de auscultar a posição, posteriormente, do decreto.

Portanto, devemos ouvir, hoje, a explanação do Professor Hamilton Gondim, que inclusive participou da fase judicial de análise da questão, designado que foi pelo Juiz Federal Helder Girão Barreto, que analisava ação popular impetrada por três advogados de Roraima. O Dr. Hamilton estudou a questão profundamente. Naquela primeira Comissão, não tivemos a oportunidade de ouvir o Dr. Hamilton, embora tenhamos tido acesso ao relatório dos peritos. Assim sendo, convidamos o Dr. Hamilton Gondim para fazer uma explanação à Comissão a fim de que possamos decidir se encerramos nossos trabalhos ou se será necessário tomar mais alguma providência no sentido de produzir um relatório que indique os rumos que possam pacificar aquela questão, de maneira que o Estado não tenha prejuízo e que a maioria dos índios que moram na Reserva, repito, não tenham prejuízo, pois a maioria dos índios não quer a demarcação já feita.

Convido o Professor Hamilton Gondim para tomar assento à Mesa e fazer a explanação.

O SR. HAMILTON GONDIM – Inicialmente, gostaria de expressar minha satisfação em comparecer, hoje, a esta Comissão externa do Senado Federal, com muita honra, para prestar alguns esclarecimentos sobre o processo de demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. *Cumprimento o Exmº. Sr. Presidente desta Comissão externa, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Exmº. Sr. Senador Wirlande da Luz, de Roraima, que compõem esta Comissão, o Exmº. Sr. Deputado Federal Luciano Castro, Presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal, demais senhores e senhoras presentes, de pronto, quero esclarecer que não vou falar sobre alguns tópicos, quer dizer, vou primeiro falar sobre o que não vou falar. Não vamos falar absolutamente nada sobre os complexos argumentos antropológicos pró e contra a demarcação da forma como foi feita, porque há um emaranhado de posicionamentos teóricos que, muitas vezes, são carregados de ideologias. Não irei falar também sobre os interesses diversos de vários grupos que compõem a sociedade, sobre os interesses sociais. Também não falarei sobre os interesses ligados à riqueza mineral do Estado de Roraima, nem aos ligados à riqueza da nossa Amazônia, nem sobre a segurança nacional. Não falarei sobre absolutamente nada disso.*

Na verdade, a minha exposição é bem mais simples, é quase que trivial. É uma exposição em que se falará sobre tudo o que já foi falado antes, não trará absolutamente nada novo. Aliás, a única coisa nova que tenho para dizer é que organizei o pensamento de uma forma lógica, de uma forma racional, de uma forma diferente da que tem sido adotada por aí afora.

Na realidade, o nosso Deputado Federal Luciano Castro, há mais de um ano, fez um pronunciamento na Câmara Federal em que expôs praticamente todos os pontos que colocarei hoje aqui, porque ele se baseou no mesmo relatório que foi dado ao conhecimento de todos. No final, o Deputado Luciano Castro pede a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para verificar as demarcações feitas pela Funai de modo geral e, em especial, da Raposa Serra do Sol.

A nossa exposição vai ficar restrita a uma tese, pois não se pode defender, qualquer que seja o ato, por mais nobre que seja, por mais correto que seja – sem entrar no mérito se é ou não

correto –, com base em meias verdades, com base em falsidades, com base em fraudes. Em outras palavras, não se pode defender absolutamente nada, por mais correto que seja, porque os meios não justificam os fins, e todos nós sabemos disso.

E notem que estamos falando sobre um decreto do Presidente da República, que é algo não-trivial, é algo que envolve uma decisão que... Antes de entrar no próprio decreto, faço um esclarecimento àqueles que não têm ainda conhecimento da área.

Roraima fica no extremo norte – é diferente de Rondônia – e a Raposa Serra do Sol é aquela terra indígena que foi demarcada pelo decreto do dia 13 de abril que fica no norte-nordeste de Roraima. Roraima tem esses treze municípios e tem mais três municípios no norte-nordeste, onde a terra indígena está implantada – as sedes municipais dessa região, como o Senador Mozarildo Cavalcanti falou, são Uiramutã, Normandia e Pacaraima e há várias vilas: Socó, Água Fria, Vila Pereira e Mutum, que foram todas visitadas pela comissão externa do Senado.

Quanto à localização das malocas indígenas, você nota o seguinte: todos esses pontinhos representam malocas indígenas, e esses pontos aumentaram muito nos últimos anos – nota-se que estão distribuídos ao longo de toda a área.

Gostaria de chamar a atenção para duas malocas, uma chamada Mapaé, que fica lá em cima, fica na Serra do Sol, em Mapaé, e uma outra chamada Cedro. A distância entre ambas, em linha reta, dá 180km. Isso é muito importante e, ao longo da palestra, vamos fazer menção sempre a essa marcação, colocando essas duas malocas dentro de um mesmo grupamento.

Note que também existe uma maloca chamada Limão, na fronteira da Raposa/Serra do Sol, e uma outra chamada Chiriqui, que já fica na terra indígena São Marco. A distância entre ambas é de 8km.

De início, vale ressaltar que a primeira reunião de Tuxauas, visando a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, é de 1971. E, entre 1984 e 1989 – é importante e vamos voltar mais tarde a falar sobre isto –, foram criados vários grupos de trabalho que produziram relatórios os mais diversos possíveis. Relatórios que demarcaram as terras em Garicó, lá em cima da Serra do Sol, como algo independente, e uma série de outros relatórios antropológicos e propostas de demarcação.

Porém, todas essas propostas não tinham um procedimento administrativo previamente definido. Era meio confuso. Quem olha os processos da Funai compreende como é confuso o processo de demarcação da terra indígena. Em 1991, o Decreto nº 22 veio normatizar a coisa. O art. 2º diz que a demarcação da terra indígena deve ser precedida de um estudo por um grupo técnico. E, o § 1º, diz que o grupo técnico é nomeado pela Funai e será composto por técnicos especializados, também é importante lembrar disso. E o § 6º diz que, concluídos os trabalhos, o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado à Funai.

Por causa desse decreto de 1991, em 1992, a Funai foi obrigada a criar um grupo técnico a que eles chamaram de interinstitucional. Esse grupo naturalmente fez um relatório, que foi encaminhado à Funai que, pelo Parecer nº 36, aprovou o relatório e sugeriu que ele fosse homologado no despacho ao Ministro da Justiça em 1993.

Logo em seguida, o Ministro Jobim assume o Ministério da Justiça e condena praticamente publicamente o Decreto de 1991, dizendo que ele é inconstitucional, porque não dá ao Estado e aos Municípios o direito de apresentar o contraditório. Aí nasce um novo decreto, o Decreto nº 96, que simplesmente aumenta as exigências do Decreto de 1991. Dá oportunidade ao contraditório, diz que o relatório da Funai deve ser publicado no diário oficial do Estado, justamente para oferecer ao Estado a oportunidade de apresentar o contraditório, e reconhece algum direito do Estado e dos Municípios de participarem desse processo.

Mesmo assim, em 1998, houve a famosa Portaria nº 820, que demarcou a terra indígena. Com essa portaria de 1998, o que aconteceu é que apareceram várias contestações judiciais. Uma delas é a ação que o Senador Mozarildo já falou e que na Justiça Federal em Roraima fizemos parte do grupo técnico para fazer a análise desse processo.

Porém, todas as ações subiram para a alçada do Supremo. Dada essa situação complexa, o governo ficou com as mãos atadas, não podia fazer nada, porque estava subjudice o processo de demarcação. O governo, no dia 13 de abril, lança uma nova portaria, a Portaria nº 534, comunicando ao

Supremo, que simplesmente faz como Pilatos: lava as mãos. Já que todas as ações eram contra a Portaria nº 820, e como essa portaria foi substituída pela 534, perdeu o objeto de todas as ações. Portanto, não existe mais nenhum óbice para a publicação do decreto de homologação. Isso possibilitou esse decreto, que é o decreto de 15 de abril. Notem as datas aqui: 13 de abril, 14 de abril, 15 de abril – em três dias, foi feito todo esse processo.

Outra coisa: nós estamos limitados a fazer um relato de fatos sem emissão de nenhum juízo de valor. É pelo menos essa a nossa expectativa. E mais: eu não represento a comissão de peritos; eu apenas fui um perito e, por acaso, o presidente da comissão, e o que vamos dizer já está escrito em nosso relatório. Não vou acrescentar nem vou apresentar outros julgamentos.

Quais são os pontos possíveis de contestação?

A Portaria nº 534 tem os mesmos suportes técnicos que a Portaria nº 820. Na verdade, ela diz que a 820 é válida e que todos os atos devem ser respeitados. Portanto, não há porque se livrar da forma que foi feita.

A de nº 534 afirma, em seu preâmbulo também, que foi baseada no Decreto nº 1.775, de 1996 – aquele decreto que aumentou as exigências –, e que segue os procedimentos administrativos ali contidos. Aí vai numa observação: o Decreto do Presidente é a autonomia dele, ele decreta o que quiser; o decreto do Presidente decreta o que quiser. Agora, quando ele decretou isso, ele disse: “Estou seguindo o Decreto nº 1.775”. Nesse ponto, o próprio Presidente da República, no próprio decreto, se autolimitou; ele foi dizendo que seguiria os procedimentos ali.

Na verdade, a Portaria não segue esses procedimentos administrativos. E eu afirmo que não segue nem mesmo os do Decreto nº 22, de 1991, aquele que era mais brando. Lembro também o seguinte: em 1996, quando saiu esse novo Decreto, houve uma repercussão muito grande em todos os meios de comunicação, chamando-o “decreto do medo”, o “decreto da vergonha”, porque estava aumentando as exigências para a demarcação de terra indígena. Mas por que ele não obedece aos relatórios? Porque, primeiro, o grupo técnico não apresentou à Funai um relatório circunstanciado. Por quê? Porque esse relatório foi assinado única e exclusivamente por um membro do grupo: pela antropóloga Maria Guiomar. Segundo, o resumo do relatório, como é exigido no 1.775, não foi publicado no Diário Oficial do Estado. Essa é uma verdade absoluta e, portanto, não obedece ao que manda o Decreto. Terceiro, não há nenhuma representatividade do grupo técnico-institucional criado pela Funai. A isso vamos tecer comentários mais tarde. E, finalmente, o relatório apresentado à Funai está completamente comprometido, porque tem várias peças elaboradas por ONGs, organizações não-governamentais, como é o caso do Cimi e do Cir, e não faz análise alguma, não tem uma única palavra que estude o reflexo social e econômico dessa demarcação para o Estado de Roraima.

Sobre o grupo de trabalho institucional criado em 1992, primeiro, tem cinco membros da Funai. Então, com esses, aí nós, da Comissão, não tivemos nenhum contato a não ser com a presidente, com quem eu estive três ou quatro contatos. O funcionário do Incra. Quando eu estava presidindo esta Comissão, fui procurar a pessoa do Incra. Ele estava viajando para Belém e não pôde falar conosco. Agora, há um mês, fui ao Incra, procurei lá o Sr. Nilton e perguntei para ele: “O senhor esteve na Raposa Serra do Sol?” “Estive várias vezes, passei mais de 90 dias lá”. Aí começou a falar. O grupo fazia várias reuniões. “O que você achou da presidente da comissão?” Ele disse assim: “Que presidenta? O presidente é um outro antropólogo”. Eu disse: “Não, espera aí, nós não estamos falando da mesma coisa”. Aí descobrimos que ele esteve na Raposa Serra do Sol entre 84 e 87, fez muitos relatórios. Mas vocês se lembram daquela observação aqui embaixo, que dizia, entre 1984 e 1987, fizeram vários relatórios? Um deles é desse rapaz.

- Eu disse: não, meu amigo, quero me referir à portaria de 1992.

- Não, doutor, depois de 1987, nunca visitei mais a Raposa Serra do Sol, não fiz parte desse grupo, dessas portarias.

- Não, o senhor fez parte.

- Não, não fiz. Estou lhe dizendo que não fiz.

- Ele disse: está aqui a portaria.

- Então não sabia que eu fazia parte do grupo.

Então o representante do Incra não tinha conhecimento que fazia parte desse grupo que deveria elaborar o relatório. Isso é um fato, quer dizer, é uma realidade, não se pode contestar.

Depois, os cinco funcionários que representariam o Governo... *Aí vale ressaltar que o Governador na época era o Otomar Pinto, o mesmo governador de hoje. O Governador, quando viu a possibilidade de fazer essa comissão, fez um decreto nomeando três representantes do Governo. Os três representantes eram: Robério Araújo, o então Secretário de Meio Ambiente e Justiça e, hoje, Secretário de Articulação Municipal; e mais duas outras pessoas que era o Aiberê, que era o Chefe da Casa Civil, e mais um fazendeiro do qual não me lembro o nome.*

Então os três foram nomeados por decreto pelo Governador. Esse projeto foi encaminhado para a Funai, para colocá-los na portaria. A Funai, simplesmente, nomeou apenas o Robério.

Aí pensei, nomeou o Robério porque na portaria não caberia três, caberia só um. Mas, em seguida, nomeia mais seis técnicos agrícolas. Então não era problema de número. A Funai escolheu um e só um dos três indicados pelo Governador; e ainda colocou, de quebra, seis técnicos agrícolas.

Agora, chamei cada um dos seis técnicos agrícolas para conversar. Apenas dois são técnicos agrícolas, todos os seis não são técnicos agrícolas; dois são motoristas, um outro é auxiliar operacional agrícola, e um outro é técnico em estradas; e esse técnico em estrada disse: doutor, nunca fui a Raposa Serra do sol.

- Como não? Você fazia parte da comissão.

- Ele disse: que comissão?

Não sabia, de todos os sete que representariam o Governo do Estado, só um tinha conhecimento que fazia parte da portaria, que fazia parte do grupo, que era o Sr. Robério, que por sinal o convidei para que ele estivesse aqui hoje. Mas não pôde comparecer.

O Robério tomou conhecimento. Foi à Assembléia Legislativa logo depois que saiu o relatório do grupo, do qual ele faria parte, e disse alto e bom som – e a cópia da ata da Assembléia, com essas declarações, está no processo – que nunca tinha sido chamado para reunião alguma; tinha sido nomeado para essa comissão por Brasília. Disse também que não o tinham ouvido, não tinham dado a ele a oportunidade de se expressar. Disse que fora enganado, que todos tinham sido enganados, e isso tinha sido feito de má-fé pela Funai. Não são palavras minhas, são palavras do Robério Araújo, que estão comprovadas na ata da reunião da Assembléia Legislativa.

Dois pesquisadores da USP... Academia, universidade tinham que estar representadas aí. Todo mundo ficou satisfeito porque a USP estava representando a academia. Porém dos dois, apenas um é pesquisador da USP. E liguei para esse pesquisador da USP, conversei com ele dadas minhas ligações com a USP, e disse: - meu amigo, como é que você faz um negócio desse.

- Que negócio? Eu não fiz.

- Quantas vezes você esteve em Roraima?

- Ele disse: não conheço o Estado de Roraima, nunca fui lá.

- Como é que você não vai lá e faz um relatório técnico desses?

- Eu! Relatório técnico! Que relatório técnico?

- Você fazia parte dessa comissão.

- Que comissão?

Ele não sabia que fazia parte da comissão, embora, na verdade, ele não tenha sido indicado pela USP, foi indicado pelo Cimi; e tenho a carta do Cimi dizendo que ele era pessoa confiável para fazer parte desta Comissão.

Um membro do CMI – disse vamos falar daqui a pouco –, um representante do Conselho Missionário Indigenista e um representante da diocese de Roraima. Esses não procurei, porque não quis confrontar. Todos que procurei não tinham conhecimento de que faziam parte da comissão. Nunca encontrei um que tivesse conhecimento, a não ser a Presidente e o Robério. Esses eu não procurei. Mas é muito simples: na hora em que forem chamados em juízo, os dois vão dizer, naturalmente, que não houve nenhuma reunião.

E as lideranças indígenas? Foram 10 índios indicados para participar da comissão. ^{Co}Quanto aos 10 índios, a própria portaria diz claramente: indígenas indicados pelo CIR – Conselho

Indigenista de Roraima, portanto por apenas uma das alas. Há 47% dos índios região Raposa Serra do Sol vinculados a eles, portanto é uma representação parcial dos índios.

Depois, a participação do Governo, como já dito, foi comprometida completamente. A participação da academia, também comprometida; a Igreja Católica; e o Governo brasileiro, que, pelo que se sabe, é laico, não tem religião. Sendo uma questão de Estado, uma questão de tanta relevância, na minha cabeça, não caberia, na época, a participação de nenhuma igreja. Já que vai haver uma igreja participando, existem outras lá que fazem o mesmo trabalho da Igreja Católica, por sinal, belíssimo, de ajuda às comunidades indígenas. Se há um lado representado, deveria também haver outros, daí a pouca representatividade.

Quanto aos Municípios, à época nenhum foi convidado para participar de absolutamente nada; só o Governo teve aquela participação comprometida.

Os produtores agropecuários, quer dizer, todos os atores sociais que vivem lá, de que o Senador Mozarildo Cavalcanti já falou; os outros indígenas, quer dizer, a maioria; os não-indígenas, que não sabemos dizer até que ponto são indígenas ou não, porque são mestiços, casados com índia, filhos de índia com branco, com não-índio; ninguém da região foi considerado. Quando eram considerados, eram tidos como invasores.

O relatório do grupo não atende o que diz o decreto, nem o 22. Por quê? Porque não houve relatório do grupo.

As comunidades indígenas. Vê-se o seguinte: o CIR... Em termos de malocas, eles têm 60% das malocas indígenas da Raposa Serra do Sol. Portanto, têm maioria em termos de malocas. Mas, quando se olha a população, só têm 47%. Eles têm a minoria da população indígena. Por quê? Porque houve uma política, ao longo de 20 anos, de subdivisão de malocas. Vê-se que essas malocas têm 10, 20 pessoas, enquanto as malocas de outra, do Sodiur, 37, com 18%; têm 31% da população, porque as malocas são maiores. As malocas maiores foram-se dividindo, para uma política de se ter uma quantidade de malocas bem maior e justamente aquela distribuição ao longo da Raposa Serra do Sol.

(Problemas técnicos no equipamento de som.)

Houve uma pane na parte eletrônica.

O que ia falar agora é sobre aquelas duas malocas: Mapapé e Cedro. A distância entre ambas é de 180 quilômetros. A comunidade de Mapapé é ingaricó e fala ingaricó ou inglês. O Cedro fala macuxi ou português. Ingaricó é uma comunidade bem primitiva, já Cedro é uma comunidade mais bem integrada com a sociedade.

Alguém sabe mexer aqui?

(Problemas técnicos no equipamento de som.)

Então, vamos às conclusões.

A conclusão que se tira é que a Funai conseguiu apresentar uma quantidade extraordinária de irregularidades no mesmo processo de demarcação. Isso talvez movida por um desejo fora do comum de servir a uma causa nobre: a defesa dos índios, que é uma causa nobre, politicamente correta; defender a causa indígena é algo que todo mundo quer, que é defendido internacionalmente e nacionalmente por organismos diversos, governamentais e não-governamentais.

Então, talvez tenha sido essa vontade de servir a essa causa nobre.

Na verdade, algum deslize, algum erro, quem foi administrador público sabe disso, em propriedades administrativas, existem, principalmente, quando se tem pressa. Mas a Funai levou 30 anos para demarcar essa terra. Que pressa era essa? E, em três dias, foi feito esse decreto. É muito difícil justificar isso.

A posição aí é a seguinte: mesmo que um dos itens apresentados não fosse tão devastador como é, a própria existência de uma coleção tão ampla já era suficiente para se questionar isso. Essa foi a conclusão da comissão de peritos. Aí é aquela comparação que eu estava fazendo: Mapapé e Cedro, distantes 180km uma da outra. A religião de uma é protestante; a outra, católica. A atividade produtiva: uma faz agropecuária direta...

Todos os itens possíveis...

(Problemas técnicos no equipamento de som.)

Creio que está havendo algum problema. Eu acho que é justamente nessa parte aí.

Em relação a todos os itens, qualquer comparação que se faça, antropológica, leva a entender que essas duas comunidades não têm praticamente nada em comum, a não ser o fato de serem índios. Mas decidimos – quer dizer, nós como sociedade – que Mapapé e Cedro devem ficar no mesmo conjunto.

Agora, quando olhamos aquelas duas vizinhas, uma na Raposa Serra do Sol e o outro em São Marcos, as duas têm a mesma etnia, a mesma língua, a mesma cultura, os mesmos costumes, tudo exatamente igual.

A pergunta que se faz é a seguinte: onde está a racionalidade de se colocar juntos dois grupos de indivíduos tão díspares um do outro, na continuidade da Raposa Serra do Sol e colocar duas entidades tão próximas, como aquelas duas, e tão identificadas, separadas.

Então, realmente, não há nenhuma racionalidade para que se justifique a mesma análise, por mais técnica que seja, que faça coisas tão contraditórias.

Na verdade, contra-argumento com o seguinte: na verdade, se nossa sociedade, se o Senado brasileiro, se a Câmara de Deputados, se a nossa sociedade decide que duas coisas tão distantes daquelas têm que estar juntas, então é coerente, é lógico, é racional que ela vá levar esse raciocínio para outros lugares. Daí a posição de que devemos ter não só Raposa Serra do Sol; devemos emendá-la também com a San Marco. Portanto, a reserva indígena tinha que ser denominada San Marco-Raposa Serra do Sol. Mas na hora que eu fizer isso, existem duas outras que estão mostradas aí, Jabuti e uma outra, que são encostadas na San Marco. Então, não tem sentido. E também a Macuxi da mesma etnia. Não há nenhum argumento que não os coloque junto também.

Então, a terra indígena vai ser: San Marco, Raposa Serra do Sol, Jabuti, Ananás etc. E aí eu vou colocando uma outra vizinha, exatamente a mesma coisa. Por que não colocar? E aí se vai colocando todas aquelas terras indígenas que foram demarcadas no passado e que são várias ilhas em torno de Boa Vista. Manda a lógica e a racionalidade que todas elas sejam integradas e aí você tem e acho que é a parte principal de nossa palestra, este mapa que fica muito interessante: Boa Vista rodeada de setas de todos os lados, onde, realmente, não tem a mínima condição de se colocar Boa Vista fora desta área. Isso se usar a racionalidade de que devemos juntar duas coisas tão distantes daquelas. Portanto, alguma coisa está errada.

A minha proposta particular é que algo tão sério como uma demarcação de terra indígena deveria estar sujeito a uma apreciação desta Casa. Por quê? Porque a nossa sociedade acha que, por exemplo, tomar conta de uma rádio ou de uma televisão é algo importante socialmente, e é. Ela exige que o Governo faça isso administrativamente, mas também exige que seja mandado depois para o Senado dar o parecer.

Como é que nós damos uma concessão pública de uma rádio, de uma televisão? Precisa passar no Senado e algo talvez mais sério socialmente, porque envolve o futuro de um Estado e de várias pessoas, como é que a mesma sociedade que decide isso não decide colocar esse assunto também passando pelo Senado?

Na verdade, a minha proposta é que passe pelo Senado tudo isso e uma revisão integral de tudo o que foi feito, porque, pelo que eu andei vendo na Funai, pelos processos a que tive acesso... Primeiro, quero dizer por que. Não sou mais inteligente ou menos inteligente do que ninguém que mexeu nisso. A única diferença nossa, do nosso grupo que fez essa análise, é que tivemos acesso a mais documentos do que qualquer outra pessoa. Quando o juiz federal pediu à Funai o processo, ele mandou o processo, mas um processo limpo, enxuto, sem uma série de coisas. Quando o Senado pediu à Funai, ela mandou um processo de umas duzentas páginas mais ou menos. Quando a Câmara pediu, mandou isso.

Então, eu, morando aqui em Brasília também, vim à Funai e procurei ver as coisas e me disseram que eu não teria acesso àqueles documentos que eram sigilosos. Tudo bem! Voltei para lá e comuniquei ao juiz federal, porque, infelizmente, a gente não manda nada. Ele mandou uma carta de apresentação, dizendo que todos os dirigentes de órgãos do Governo brasileiro deveriam

apresentar todos os documentos, sob pena de crime de desobediência. Foi então que tive acesso a toda uma papelada e tiramos doze mil cópias xerox.

É uma quantidade extraordinária. É isso que me dá a confiança de vir ao Senado expor o seguinte: pelo que eu vi, pelo que eu pude fazer, existem muitas impropriedades. Isso é o mínimo que se pode dizer. Existem muitas impropriedades não só nessa demarcação como em outras demarcações, porque você pode argumentar antropologicamente, você pode ser técnico, cientista, político, o diabo que você queira ser. Você não pode é ir contra a racionalidade humana, a lógica, porque antropologia não é necessariamente maluca, não necessariamente vai contra a lógica.

Então, a nossa proposta é que se coloque um pouco de racionalidade. Na verdade, eu iria até a frente, eu concluiria as minhas palavras sugerindo que fosse criado no Senado ou na Câmara ou em ambos uma comissão de peritos, composta de economistas... É muito difícil, pois são seis dígitos... Essa comissão seria formada por um economista, um antropólogo, um estatístico. Quem sabe a quantidade de indígenas que há na região? Quem conta isso? Cadê o IBGE? Ele está fazendo essas contas? Na minha cabeça, não. A quantidade de índios alegada na região é a mais diversa possível. Nós deveríamos formar uma comissão com pessoas especializadas em várias áreas do conhecimento humano, a fim de que se pudesse fazer um estudo a respeito. Esse estudo, de acordo com a proposta que fiz no parecer técnico, deveria ser baseado, por exemplo, em **clusters**, análises. Esse é um procedimento lógico, de estatística, um procedimento espetacular. Esse procedimento é usado pelos geólogos e estatísticos para se fazer mapas. Trata-se de juntar coisas e entes de acordo com várias particularidades. Como é que eu vou fazer esta **cluster**? É um grupamento. Eu tenho 180 pessoas e defino uma distância entre elas, distância no sentido lato. É uma distância não só física, como aquela de 180 quilômetros, mas também antropológica, social, uma distância em que se pode colocar a mesma língua, a mesma cultura, etc.

Definida essa distância, a sociedade brasileira deve definir qual o grau de tolerância que temos para juntar coisas dizendo que são idênticas ou semelhantes.

Definido isso pela sociedade, aí o problema será técnico e o computador resolve. Simplesmente colocando entes semelhantes junto com entes no mesmo **cluster** e garantindo que entes diversos fiquem diferentes, mais distantes do que a sociedade deseja, fiquem em **clusters** separados. Em outras palavras, cedro e Mapapé se você põe dentro de um mesmo **cluster**, é obrigado a incorporar também Boa Vista, usando esse critério técnico.

Essa transparência mostra todas as comunidades indígenas. Nós somos escravos da tecnologia e quando ela não ajuda...

Essas são as terras indígenas demarcadas no Estado de Roraima. Vêem-se a linha do Equador, os Ianomâmis, aquela vermelha e aquelas terras indígenas lá embaixo, que já foram demarcadas. Ali está Boa Vista. Ali, a Raposa Serra do Sol. Lembra-se de Mapapé e Cedro, à distância de 180 quilômetros, com diferenças culturais bastante demarcadas.

Limão e Chiriqui são vizinhas. Uma está na Serra do Sol e a outra está em San Marco, que é essa vizinha vermelha. Se se juntar San Marco com Raposa Serra do Sol, não há porque não juntar Jabuti e Ponta da Serra. Então, vai ser Jabuti e Ponta da Serra e San Marco e Raposa Serra do Sol.

Vemos também Santa Inês, que é vizinha. Por que não se junta também? Tem de juntar. Se junto 180 quilômetros, por que não junto?

Araçá é vizinha, bem perto da Ponta da Serra. Serra da Moça também é vizinha. Tem de juntar, não tem por que ficar separado. Não há nenhuma lógica que mostre que tem que ficar separado. Então, vamos juntar. Também temos que juntar Ananás.

Na hora em que começamos a fazer isso, vemos que Boa Vista desaparece, porque todas aquelas têm muito mais similaridade antropológica. É mais lógico juntar essas pequenas ilhas do que juntar Mapapé com Cedro. Mapapé está muito mais distante de Cedro, antropologicamente falando, do que as outras áreas.

Isso dá uma visão completa da situação de Roraima. Agora mesmo, a própria Funai está aumentando algumas dessas reservas indígenas, fazendo outra demarcação.

É preciso que a sociedade brasileira pense. Se vai juntar, ótimo, vamos juntar; mas criamos um país indígena em Roraima e aproveitamos Boa Vista, que já fica como capital. É só colocar para fora alguns Senadores de lá. Desculpem a piada, é uma brincadeira.

Bem, pessoal, gostaria, Sr^{as} e Srs. Senadores, de agradecer esta oportunidade. Lamento muito a falha técnica do computador, mas eram basicamente esses pontos que queríamos colocar em evidência.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Agradecendo ao Professor Hamilton a brilhante exposição, abro a discussão para que os Senadores que desejem façam perguntas para esclarecer melhor o assunto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Professor Gondim, nesses processos que o senhor olhou, alguma vez viu algum parecer do Estado ou de algum produtor?

O SR. HAMILTON GONDIM – Do Estado tem. Inclusive, o Otomar, o então governador Otomar, compareceu ao Ministério da Justiça encaminhando um parecer antropológico alternativo e uma proposta alternativa a isso. Isso rodou em todo o Governo, na AGU, em todas as instâncias, e todas diziam que compete à Funai fazer o laudo antropológico. Foi tudo para a Funai, que respondeu a isso dizendo que o laudo do Governo era um laudo sem embasamento técnico, que era um laudo que se reduziu a algo realmente não confiável. Inclusive, fez comentários sobre o antropólogo que assinou o laudo, que ele não fazia parte da Associação Nacional dos Antropólogos, etc. Então, foi questionado isso e considerado que esse laudo, a posição do Governo do Estado não era embasada em argumentos e desconhecia a legislação vigente. Não era baseada na legislação vigente e era uma peça não confiável.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – No laudo antropológico eles fazem alguma referência às vidas do Mutum, Socó, Água Fria e Pereira?

O SR. HAMILTON GONDIM – Fazem, fazem referências inclusive pejorativas. E, de uma forma muito feia, chamam de corruptelas e chama... escrevem os nomes errados.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – O dela é prostíbulo?

O SR. HAMILTON GONDIM – É.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Linguagem de garimpeiro. Ouvi de todas as famílias que existem lá.

O SR. HAMILTON GONDIM – Então, só se referem a esses agentes sociais na qualidade de invasores, quer dizer, já parte de uma pré-concepção.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – São tão invasores quanto o pessoal de São Paulo e Brasília que aqui chegaram, os primeiros que chegaram lá faz duzentos e poucos anos dentro do espírito de garantir as fronteiras do Brasil, o tamanho do Brasil. Se for usar essa terminologia, temos que chamar os paulistas de invasores, nós aqui de Brasília, todos somos invasores.

Então, citaram, porque eu acho que de San Marcos esqueceram de citar a vida de Pacaraima, não é? Porque depois que... existem duas mil casas lá em Pacaraima, estão colocando todos para fora de lá também.

O SR. HAMILTON GONDIM – É, eles não falaram, apenas citaram esses conglomerados urbanos, mas não há nenhum comentário antropológico, social ou econômico.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Nesses conglomerados eles não falam se há escolas, unidades de saúde?

O SR. HAMILTON GONDIM – Não falaram nada disso, para dar a impressão de que não há gente lá mesmo, que é só um prostíbulo mesmo de garimpo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PST – RR) – Exatamente. Porque há escolas de primeiro e segundo grau, quadras de esporte, luz elétrica, postos de saúde, alguns têm hospitais; lá em Surum há hospital, que é da Igreja, mas há hospital que foi feito com recurso da comunidade. Depois é que dividiram, que o hospital era da Igreja, mas existe hospital também.

Infelizmente, o meu Estado tem sido vítima de mentiras sobre mentiras feitas pelos antropólogos vão lá e não respeitam as pessoas, chamam todos de grileiros. Grileiros por que? Eles já estão na terceira geração em cima da terra, tentam regularizá-la e não conseguem porque

Senado Federal
Comissão
de
Assuntos
Indígenas
e
Terras
Indígenas
14/03/2007
14h00
Sf. Com.
Ff(s) n(s)
Secretaria

Estado, a Nação, o Governo Federal não criam condições, impedem até que regularizem. Direito de usucapião não existe. Quer dizer, realmente na Constituição houve uma falha muito grande, mas a palavra “habitar” está no presente, e lá em Roraima isso não tem sido considerado.

O senhor falou sobre a multiplicação das aldeias, que foi feita propositadamente. E: aldeias que possuem duas casas. Existem aldeias que têm Caraparu 1, 2, 3 e 4, que ele separando para poder dominar. Até a própria Raposa, a tradicional, a mais antiga, existe a Raposa 2, porque quem não concordava com a forma como o Cimi queria, eles dividiam e faziam aldeia. E dizem que não querem luz elétrica, não querem água enganada e tudo. Propuseram ai os indígenas voltassem a andar nus, coisa que não foi aceita porque já estão lá há quase 200 num processo de miscigenação. Estão na universidade. Existem mais de 120 indígenas na universidade lá em Roraima. E alguns já estão formados. Eles querem luz elétrica, a maioria quer luz elétrica. Infelizmente, quem tinha mais voz era o Cimi, por isso se fez dessa forma.

Mas o Presidente Lula sabia que lá era dessa forma. Ele assinou influenciado por esses ungueiros que estão em volta dele, que ajudaram ou, como o nosso Senador Gilberto Mestrinho fala, alguns ministérios que parecem sucursais de ONGs. E parecem mesmo. Toda a vez que se lê sobre o Ministério do Meio Ambiente, há a opinião do WWF. Eu não sei se há algum membro do WWF dentro do Ministério também com uma função.

Acredito muito na Justiça, porque ela é lenta, mas chega. As pessoas que foram retiradas das áreas indígenas demarcadas no meu Estado... Como vimos ali, são 35 áreas indígenas demarcadas. Desafio os Governos. A culpa não é só do Lula, não, é dos outros Governos. Houve Governo que designou área na qual o cidadão deveria ser reassentado, mil hectares, quatrocentos, quinhentos hectares, e até hoje não foram reassentados. Ninguém foi assentado. Os que receberam indenização receberam-na pela metade, um terço, um quarto, um quinto do valor do bem. Existem muitos que já saíram da sua área há 10, 15, 20 anos e estão esperando a indenização.

Quando entra na Justiça para pedir indenização, vai lá a Funai e avalia os bens, mas uma casa que está, há 15 anos, sem entrar gente dentro não vale mais nada. Então é uma injustiça que deve ser corrigida.

Espero ainda, já que o Presidente Lula não vai fazer justiça com o povo de Roraima, que haja um presidente que faça justiça, que indenize justamente as pessoas, que reassente as pessoas que foram tiradas dos seus lares, onde já estavam há duas, três gerações.

Quero ver como é que vão fazer com esses seiscentos que ainda estão no Mutum, Socó, Água Fria e Vila Pereira, que estão prometendo tirar de lá também. É mais uma injustiça que vai ser feita, fora os seis mil empregos que vão acabar no meu Estado, diretos e indiretos, ligados à cultura do arroz irrigado, principal atividade econômica do Estado.

O meu Estado tem 100% do seu PIB, sendo 80% de recursos do Governo Federal; 11%, do arroz irrigado e 9% vêm das outras atividades. Se acabar com essa atividade, eles estão querendo colocar a gente para fora da nossa terra, mas não vamos sair de lá. Optamos por viver em Roraima. Nascemos em Roraima, nossos filhos nasceram lá também. Somos de Roraima e ninguém vai nos tirar de lá. Vamos vencer, lutar e resistir, por meio da lei, para ninguém tirar a gente da nossa terra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Senador Wirlande da Luz, com a palavra.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB-RR) – Professor Hamilton Gondim, tinha assistido, na sessão da Câmara, a essa sua explanação. Na ocasião, não tive oportunidade de falar, até porque tive que sair antes.

O meu acompanhamento a respeito de Raposa Serra do Sol era um acompanhamento por meio de jornais, conversas com deputados, senadores, mas nunca me aprofundei na questão, até porque era uma região que, parte dela, ainda não conhecia. Ao fazer parte desta Comissão, fui

loco, juntamente com o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Augusto Botelho, conversar com aquelas comunidades.

Não somos nós, os brancos, os não-índios que não querem a demarcação daquela maneira. São os índios que não querem. Os índios têm entendimento de que aquela demarcação é feita de maneira errada. Aquela demarcação não melhora a qualidade; pelo contrário, piora.

Tive acesso ao relatório anterior feito numa outra Comissão, de que o Senador Mozarildo participou e o Senador Augusto também. O relatório é primoroso na questão que realmente define o que os índios e as comunidades querem, que seria uma demarcação em ilhas.

Mas fiquei impressionado de ver a sua explanação aqui, porque há coisas gravíssimas a respeito do que foi exposto. Essa conclusão a que se chegou aqui a respeito de pessoas que participaram, assinaram o relatório... Parece-me que há outras pessoas que assinaram que não têm nenhum nível técnico para assinar. Assinaram motoristas, agentes administrativos que sequer estiveram no local e, muito menos, têm nível de conhecimento para assinar tal relatório antropológico. E antropólogos que nunca colocaram os pés em Roraima estavam na Comissão. E há pessoas que estiveram lá participando de um outro relatório, que não estavam nesse relatório final.

São coisas que, realmente, deixam-nos entristecidos e de uma maneira a pensar em como esse relatório é concluído dessa maneira. Não sei qual é o período em que se teve acesso, juntamente com outras pessoas, a esses documentos, mas nunca ouvi falar que essas coisas encontradas nesse relatório, nesse acesso por determinação judicial, tenham sido estampadas nos jornais de circulação nacional; que tenham sido abordadas essas questões – perdoe-me o Senador Mozarildo Cavalcanti, que está aqui há mais tempo que eu – na tribuna do Senado Federal; se foi colocado esse engodo na tribuna da Câmara dos Deputados. E, se isso foi colocado, chegou, sim, ao conhecimento do Presidente da República e também de seus ministros. Sim, se foi colocado, isso chegou, sim, foi colocado em nível nacional. Eu, realmente, desconhecia isso, até porque nunca li em nenhuma revista de circulação nacional ou jornal dos grandes Estados a respeito dessa situação que foi encontrada pelo Professor Gondim.

Então, realmente, da forma como foi apresentada é uma coisa de estarrecer. E parece-me que apenas um dos antropólogos, ou uma antropóloga, que assinaram esteve na região. Os outros – parece-me que oito pessoas assinaram – nunca estiveram na região. E os que lá estiveram, não estiveram lá no momento da feitura do relatório.

Senador Mozarildo Cavalcanti e Professor Hamilton, realmente é de estarrecer.

Tomei conhecimento disso agora, no momento da explanação. Inclusive, até quando participei da reunião da Comissão, eu não tinha a mínima noção de que já se tinha conhecimento a respeito desse relatório, um falso relatório, que não dá fundamentação a Governo nenhum para se decidir sobre uma demarcação como essa, que não atende a maior parte da população indígena, até porque os índios que lá estão dizem “Nós somos brasileiros. Portanto, queremos ser respeitados como brasileiros.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Está com a palavra o Sr. Hamilton Gondim.

O SR. HAMILTON GONDIM – Senador Wirlande, a minha posição é muito incômoda porque faz um ano e dois meses que concluímos esse relatório. Não me compete, como Perito da Justiça Federal, procurar os órgãos de imprensa nem ficar divulgando um relatório que me foi encomendado tecnicamente. Não sou filho de Roraima, apesar de ter uma vinculação muito grande com o Estado de Roraima.

Na Câmara dos Deputados, perguntaram-me qual era a minha motivação de fazer isso, se eu tinha alguma terra. Lembrei-me de que fui prefeito da capital, inclusive por indicação do Senador Mozarildo, naquela época em que Boa Vista englobava Pacaraima e outras comunidades dessa área. Na época, eu fazia muitos decretos doando terras, assim: em Pacaraima, eu doava pra quem quisesse ir pra lá porque eu queria povoar aquela área. A única condição imposta era que, dentro de certo período de tempo, fizesse uma casa e fosse, realmente, residir lá.

Perguntaram-me se eu tinha terras por lá. Eu respondi: “Mas, rapaz, eu me esqueci de tirar terras para a minha família e para mim. Hoje posso dizer que não tenho um palmo de terras no Estado. Portanto, não estou defendendo interesse próprio. Não tenho a mínima vinculação com nenhum proprietário de terra, com absolutamente ninguém. Então, não me move nada que não seja a busca de algo mais sério.”

Sou um cidadão brasileiro. Fico estarelecido de ver o meu País baixar um decreto, pelo Presidente da República, com base nesse tipo de informação errada. Não quero nem saber da Raposa Serra do Sol, não quero saber de problema indígena, não quero saber de nada. É que, se o meu País faz isso com uma questão tão séria dessa, começo a duvidar de outras coisas que possam acontecer em outras áreas.

O senhor tem toda a razão. Lamento muito, mas não quero aparecer, não procurei aparecer. Só fui à Câmara dos Deputados e agora venho ao Senado porque fui convocado, praticamente. E a minha resposta é sempre a seguinte: vou para qualquer lugar que me chamem, desde que seja uma posição que eu vá esclarecer. Agora, não vou procurar a imprensa; tenho procurado evitá-la. Inclusive, muitos jornais estão ligando para mim, e simplesmente digo que não estou disponível. Procurem os Parlamentares de Roraima que eles têm as informações.

Portanto, na verdade, a minha posição é muito delicada porque não quero tomar partido, não quero defender o que está certo ou errado agora. É inconcebível que haja um ato do meu Governo com base em meias verdades, para não dizer outros nomes.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB-RR) – Não há meias verdades, só há inverdades, só inverdades; não existem meias verdades aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Bom, antes de encerrar a reunião, até para esclarecer ao Senador Amir Lando, todas essas questões foram abordadas, até exaustivamente, na tribuna do Senado e na tribuna da Câmara também. No nosso próprio relatório da Comissão Temporária Externa anterior, fizemos menção a essa questão. Então, verdadeiramente, todas as autoridades do País, inclusive o Presidente da República, conheciam esses detalhes que hoje foram apresentados aqui na Comissão.

Então, fiz questão – conversamos e deliberamos sobre isso – de convidar o Professor Hamilton justamente para mostrar, dentro de um contexto atualizado, como esse decreto realmente se baseou em premissas falsas. Não chamamos o Professor Hamilton na época da primeira Comissão porque não havia sido concluída a parte, digamos, judicial, os autos estavam conclusos para o juiz. Portanto, não tínhamos como fazer com que esse relatório viesse à tona antes de o juiz concluir o exame dos autos.

Penso agora que essa explanação é muito importante. Vamos requerer que consigamos justamente essa perícia, esse documento resultante da perícia dos peritos designados pela Justiça Federal de Roraima. Isso, com certeza, vai nos orientar na medida legislativa que devamos tomar, se vai ser um decreto legislativo, se vai ser, enfim, qualquer outra medida em que deva, digamos assim, ser recolocar essa questão dentro do que é justo, do que é de direito, e principalmente no rumo que seja bom para todos.

Aliás, essa foi a promessa que o Presidente Lula fez ao Governador atual. E toda a bancada de Senadores e Deputados queria encontrar uma saída que fosse justa e igual para todos, quer dizer, que atendesse o lado que quer a demarcação dessa forma porque há confusão proposital na mídia que diz assim: O CIR – Conselho Indígena de Roraima, e o Cimi, Conselho Indígena Missionário, defendem a demarcação em área contínua e que os outros defendem em demarcação não contínua. Não é verdade. Tanto um quanto outro defendem área contínua. O que defendemos é uma demarcação em área contínua que não seja excludente porque essa demarcação que foi feita é excludente, ela quer excluir da área todo mundo que não for índio. E quem vai definir quem é índio? Se for pedir o DNA daquele pessoal que mora ali, vai ser difícil encontrar alguém que não tenha participação de sangue indígena. Muito difícil, porque são miscigenados há décadas. Existem pessoas lá, inclusive talvez a indígena mais velha daquela região seja casada com um branco, com um não-índio, que foram para lá no início daquele povoamento. E os próprios índios dali também, muitos deles, há algum tempo, estavam no Caribe, foram enxotados pelos espanhóis para cá.

Então, é preciso discutir essa questão muito amplamente. Agora o que urge, o que esta Comissão tem que fazer é não deixar que uma ação que, notadamente, é baseada em premissas falsas, prosperem e que causem danos, primeiramente, aos próprios índios que moram lá e que, majoritariamente, não querem essa forma excludente de demarcação e também aos não-índigenas, miscigenados ou não, que moram naquela região, em vilas ou em propriedades, como nós detectamos na nossa primeira Comissão, com títulos anteriores a 1934. Portanto, esses têm que ser excluídos. Também não vemos nenhum malefício na atividade, por exemplo, dos produtores de arroz que estão na franja da reserva, na beirada da reserva, não podendo, portanto, causar qualquer dano, se é que danos poderiam ser causados a índios que estão completamente integrados, normalmente, com a comunidade. Basta citar o Município de Normandia, um dos atingidos, cujo Prefeito é um índio, o Município de Uiramutã, cuja Prefeita é neta de índio e cujo Vice-Prefeito é um índio, e o Município de Pacaraima, cujo Vice-Prefeito é um indígena e vários Vereadores desses três municípios são indígenas. Então, há uma perfeita integração e esse decreto quer exatamente descrever essa história e fazer a exclusão de todo o mundo que não seja indígena, não levando em conta que há indígena que não quer esse tipo de exclusão.

Então, quero agradecer a explanação do Professo Hamilton, que – é bom que se ressalte –, além de ter sido Prefeito da capital, foi reitor da Universidade Federal de Roraima. É um homem que teve um papel importante e conhece a história não por tê-la ouvido, mas por ter estado lá muito de perto. É um homem que tem a cabeça muito clara e voltada para o que é academicamente correto, porque, pelo que viu durante esse período em que trabalhou como perito, ele poderia ter sido muito mais contundente, porque, realmente, as coisas que vimos nesse relatório são de arrepiar.

Não havendo, então, quem queira se manifestar, dou por encerrada a presente reunião, reiterando os agradecimentos ao Professor Hamilton.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB-RR) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* Penso que a maioria da população brasileira, principalmente a do Estado de Roraima, não conhece isso. E quero lhe dizer que, se o senhor tivesse separado um pedaço de terra para si, ela também não seria sua. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Então está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h14min.)

Ata da 3ª Reunião

Realizada em 06.07.2005

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dezessete horas e quarenta minutos, na sala quinze da Ala Alexandre Costa, reúnem-se os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Wirlande da Luz, membros da Comissão Externa, criada mediante Requerimento nº 349, de 2005-SF, composta pelos três Senadores representantes do Estado de Roraima, **“Destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima”**. Havendo número regimental o Senhor Presidente declara aberta a reunião da Comissão. A Presidência faz um breve relato aos presentes a respeito da viagem da Comissão, realizada nos dias trinta de abril, primeiro e dois de maio de dois mil e cinco, detalhando o cumprimento missão inerente ao fato determinado da Comissão. No dia trinta de abril de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, horário local, os membros da Comissão, acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal mantiveram Audiências com o Dr. Otomar da Silva Pinto - Governador do Estado, no Palácio do Governo e às dezessete horas e trinta e cinco minutos, horário local, com o General Studart - Comandante da Primeira Brigada de Infantaria da Selva, no Gabinete do Comandante. No dia primeiro de maio de dois mil e cinco, a Comitiva deslocou-se da Cidade de Boa Vista, às oito horas e vinte e cinco minutos, horário local, a bordo do Helicóptero “Cougart”, cedido pelo Comando Militar da Amazônia, dirigindo-se às Comunidades Indígenas de Mutum, Vila Socó, Flexal, Contão, Água Fria e Vila Surumu retornando para a cidade de Boa Vista às dezessete horas e cinquenta minutos, horário local. O Senhor Presidente discorre sobre a impressão que os Senadores membros da Comissão tiveram com os sentimentos demonstrados, expressos pelos indígenas, não índios, mestiços, Representantes da Classe Produtora e de Entidades Indígenas e demais autoridades locais, a respeito da demarcação administrativa das terras indígenas Raposa e Serra do Sol. No dia dois de maio de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta minutos, os membros da Comissão acompanhados da Equipe técnica do Senado Federal, foram recebidos pelos Deputados Estaduais, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, estando presentes os Deputados: Chico Guerra, Célio Wanderley, ^{6º} Mafu Campos, Naldo Bezerra, Edio Lopes, Euzeu Alves, Marília Pinto, Tião Portela e ^{5º} Lúcia

Peixoto, quando os membros da Comissão ouviram os parlamentares e discutiram de forma ampla a questão da demarcação administrativa das terras indígenas daquele Estado. Também no dia dois de maio do ano em curso, a Comitativa deslocou-se para a sede da FECOMÉRCIO do Estado de Roraima, com início às quinze horas e cinqüenta e cinco minutos, horário local, a Audiência Pública mantida com os representantes dos setores produtivos e representantes de entidades indígenas, dentre eles: Presidente da FIER – Dr. Alcides Lima; Dep. Federal – Almir Sá; Pres. da COOPERCARNE – Dr. José Lopes; Pres. da FECOMÉRCIO – Dr. Airton Dias; Pres. da AGRICER – Dr. Luiz Zago; Advogado da SODIUR – Dr. Waldemar; Pres. da SODIUR – Sr. Jonas; Representante da SODIUR – Sr. José Novaes; Representante dos Arrozeiros – Dr. Paulo Quartiero; Pres. da FACIR – Dr. Derval Furtado; Dep. Luiz Afonso Faccio; Dep. Lúcio Pirilo; Pres. da Associação Indígena – Bernaldo Wapichana; Pres. dos Rizicultores – Dr. Luiz Faccio; Pres. da CAMATUR – Dr. Ricarco Peixoto; Pres. da Cooperativa Grão Norte – Dr. César Zoldan, Representante da EMBRAPA – Dr. Damião Dianlupe e Representante da ARIKON – Gilberto Macuxí, encerrando às dezoito horas e cinqüenta e cinco minutos, horário local. A Presidência esclarece que, nos dias três, quatro, cinco e seis de maio de dois mil e cinco, os membros da Comissão permaneceram no Estado de Roraima, quando mantiveram encontros com os Presidentes das Câmaras de Vereadores, com Prefeitos de diversos Municípios inseridos na demarcação de terras indígenas, bem como Audiências mantidas líderes indígenas, no município de Pacaraima. Após, o Senhor Presidente esclarece aos presentes que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Hamilton Gondim – Presidente da Comissão de Peritos da Justiça Federal. O Presidente convida o expositor para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para a sua explanação inicial. O expositor, esclarece de forma objetiva quais os tópicos que irá abordar no decorrer de sua exposição, procedendo a sua apresentação com o auxílio de Power Point. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Augusto Botelho para os seus questionamentos. O Presidente concede a palavra ao Senador Wirlande da Luz que também fez perguntas ao convidado, Dr. Hamilton. O expositor emite o seu ponto de vista relativo à forma como foi confeccionado e produzido o Relatório a respeito do assunto ora abordado, por parte dos órgãos afeitos questão de demarcação de terras no Estado de Roraima. Ao final, a Presidência agradece a presença do Dr. Hamilton Gondim e ao mesmo tempo, esclarece que o Dr. Hamilton foi Reitor da Universidade de Roraima e Prefeito de Boa Vista. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores Augusto Botelho

Wirlande da Luz, que também cumprimentaram e agradeceram a presença do expositor. A Presidência agradece a presença de todos e por unanimidade e sem mais observações é aprovado o Relatório Final da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, horário local, e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB-RR) – Havendo número regimental – aliás, com a presença de todos os membros da Comissão Especial Externa criada mediante o Requerimento nº 349, de 2005, do Senado Federal –, declaro aberta a presente sessão desta Comissão, criada com o fim de acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da terra indígena Raposa-Serra do Sol, localizada nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima.

Tendo sido distribuída a Ata da reunião anterior aos membros da Comissão, submeto-a à aprovação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço que esta reunião se destina à leitura e à aprovação do relatório final da Comissão.

Para tanto, portanto, começo concedendo a palavra ao ilustre Relator, Senador Augusto Botelho.

O SR. RELATOR (Augusto Botelho. PDT-RR) – O relatório já é do conhecimento de todos nós, membros da Comissão. Passo, então, a fazer um resumo do Relatório porque teremos votação, agora, às 18 horas.

A Comissão temporária, externa, Raposa-Serra do Sol foi criada a partir do Requerimento nº 349, de 2005, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, cujos termos, resumindo, são os seguintes: "... destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do Processo de Demarcação Administrativa da terra indígena Raposa-Serra do Sol".

A Comissão foi realizada no dia 27 de abril e foi eleito Presidente o Senador Mozarildo Cavalcanti e me designou como Relator. A diligência se destinava, principalmente, a avaliar os impactos da demarcação sobre a população diretamente afetada, levar as reivindicações das comunidades às autoridades federais competentes, desestimular qualquer ato de violência, sobretudo em face da situação envolvendo os policiais federais que estavam reféns na comunidade de Flexal. Na noite em que chegamos lá, os policiais tinham sido liberados pela comunidade de Flexal, e fizemos visita a todas as vilas que serão expulsas de lá, fizemos visita à sede do município e às comunidades de Flexal e de Contão, que são duas comunidades que existem na região.

Eu vou fazer uma rápida leitura sobre as considerações dos acontecimentos e vou bater principalmente em um ponto que eu acho que é muito justo com o nosso Estado e injusto com as populações que estão lá.

Como um resultado tortuoso – o desentendimento no plano administrativo e judicial em torno da Portaria 820 –, as inúmeras ações impetradas foram reunidas sob a competência do Supremo Tribunal Federal, o que paralisou o processo de demarcação. Posteriormente, lançando mão de uma questionável manobra jurídica, o Executivo, no dia 13 de abril de 2005, editou a Portaria nº 534, só promulgada no **Diário Oficial da União** no dia 15 – só publicada no dia 15 c

abril – que, em tese, substituiu a Portaria nº 820, para induzir de objeto das ações impetradas. Em inusitada velocidade, o STF, no dia 14 de abril, declara perdas supervenientes de objeto das ações contestatórias de demarcação, ignorando que a Portaria, mesmo que tivesse sido publicada, se escorava nos mesmos pressupostos fatos ilegais da Portaria anterior, inclusive, a ela fazendo expressa remissão.

Considerando os atos praticados e com fundamento na Portaria MJ 820, de 11 de dezembro de 1998, são vários e devem ser aproveitados.”

Ai, descreveu todo o processo. Nós, inclusive, sabemos que há várias irregularidades na elaboração do laudo antropológico, que a Comissão designada para fazer o acompanhamento não existiu, não funcionou, que os representantes do Estado foram designados pelo Governo da época, Sr. Robério Araújo, em Iberê – foram três designados, mas só o Robério Araújo participou da Comissão – e um fazendeiro, pecuarista, cujo nome não temos. E realmente a Funai colocou motorista, técnico agrícola, técnico de estrada para representar o Estado, e a comunidade indígena não teve representação, só do CIR, os dez indígenas da comissão eram só de uma facção. As outras organizações – a Sodiur, a Alidici e a Aricon – e os outros indígenas que não eram contrários à demarcação não tiveram representação. Fora o fato de que várias pessoas da comissão nunca foram nem em Roraima.

É eivado de irregularidades o processo de demarcação da Portaria 820, que foram endossadas por essa portaria recente do Ministério da Justiça.

O nosso relatório conclui fazendo as seguintes recomendações:

Após tomar o depoimento em todas as vilas afetadas pela demarcação Raposa-Serra do Sol e em malocas indígenas descontentes com o ato homologatório e em Boa Vista, esta Comissão elegeu como prioritárias as seguintes recomendações (estão elencadas aqui as recomendações da Comissão):

Reforçar as recomendações da Comissão Temporária Externa sobre demarcação das terras indígenas, criada pelo Requerimento 529, de 2003, no que diz respeito à reserva Raposa-Serra do Sol;

Apoiar o Decreto Legislativo nº 192, de 2005, que susta o Decreto do Presidente da República de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Raposa-Serra do Sol no Estado de Roraima.

Dentre as recomendações da Comissão do Senado estão, principalmente, preservar as vilas e a sede do município e suas áreas de expansão, preservar as estradas, as redes elétricas, preservar as áreas produtivas de interesse econômico para o Estado, especificamente as áreas produtivas de arroz, que são responsáveis pela principal atividade econômica do Estado de Roraima, que é a cultura do arroz irrigado.

Então, é esse o relatório.

Gostaria de ouvir a opinião dos demais membros.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Wirlande para suas considerações.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu já tive acesso ontem ao conteúdo do relatório e de fato o relatório reflete exatamente aquilo que foi visto dentro da área da Raposa-Serra do Sol e, como foi colocado agora pelo Sr. Relator, a questão do relatório elaborado ... aqueles questionamentos que o Prof. Hamilton Gondim elaborou, que infelizmente aquilo é uma tristeza e saber que aquilo culminou exatamente ao contrário... ele foi buscar exatamente o que não aconteceu e que culminou com aquela Portaria 820.

Mas, eu quero parabenizar o Sr. Relator. Eu acho que o conteúdo do relatório realmente expressa fielmente aquilo que foi visto e expressa fielmente principalmente a vontade das comunidades que moram naquela região e que não querem que a demarcação seja feita daquela maneira que foi feita. Quero parabenizar o Sr. Relator pelo excelente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu gostaria também de fazer como Presidente e membro da comissão algumas considerações. Primeiro, eu quero deixar bem claro que na verdade essa comissão é o desdobramento de uma comissão anterior, uma comissão que antecedeu o decreto do Presidente e que nós queríamos justamente, aqui no Senado, colaborar para que o Presidente tivesse não só um viés, não só um tipo de informação, mas tivesse todas as informações possíveis.

Então, criamos uma comissão externa temporária, aquela também presidida por mim, mas cujo relator era o Senador Delcídio Amaral, que hoje é Líder do Governo. Faziam parte dela também o Senador Jefferson Péres, o Senador Augusto Botelho e àquela altura o Senador Romero Jucá.

Fomos a Roraima, andamos em todas as comunidades indígenas, ouvimos e convidamos todos os agentes envolvidos para serem ouvidos. Só não compareceu quem não quis. Nós tivemos várias audiências. Depois, a nossa consultoria se debruçou sobre todos os elementos que tinham de documentação, de informações, e elaboramos um relatório circunstanciado, que atendia plenamente às aspirações de todas as pessoas que moram naquela reserva: os índios primeiramente que, majoritariamente, nunca quiseram essa demarcação que foi feita, e também os índios que queriam essa demarcação, além deles, aquelas pessoas que moram nessas vilas citadas pelo Relator, que são as Vila do Mutum, do Socó, da Água Fria, Vila Pereira, também conhecida como Vila do Surumum, que, na verdade, são habitadas por índios, por não índios, por miscigenados, por descendentes de índios e também os produtores que estão naquela região.

Os produtores, principalmente os da área da pecuária, a maioria deles já saiu de lá dado há tempo, quer dizer, são três décadas que essa questão vem se arrastando e se arrastando de maneira maliciosa, como foi deixado bem claro aqui, porque a Funai conduziu realmente de maneira fraudulenta esse processo – e dissemos isso no nosso relatório.

Infelizmente, embora estivesse no Supremo a questão para ser examinada, já com duas liminares sustando qualquer ato que o Presidente pudesse praticar para homologar aquela área sem examinar o mérito da questão, porque, no mérito, estavam levantados aquilo que o Relator falou: uma série de vícios insanáveis e principalmente o não-atendimento às aspirações da população que mora ali, prioritariamente os índios... São seis etnias diferentes, etnias que se dividem até do ponto de vista religioso, que pensam completamente diferente. Na sua maioria, temos nos três Municípios envolvidos um Prefeito, o Prefeito de Normandia é índio; o Município de Uiramutã, que é o mais atingido, está no miolo da reserva, a Prefeita é uma neta de índio, e o Vice é índio; em Pacaraima, o Vice-Prefeito é um índio, e diria que quase a maioria dos Vereadores desses três Municípios também ou são índios, ou são descendentes, miscigenados de índios.

Na verdade, é uma realidade que se jogou para a mídia nacional que não corresponde à realidade de fato. Ali não há índios que devam ser isolados da sociedade envolvente, a dita sociedade não-índia. Ali existe uma integração completa, feita por eles mesmos ao longo de séculos. Vimos, por exemplo, na Vila do Mutum, uma coisa absurda: os moradores estão lá, porque era uma área pretendida, impedidos de explorar o diamante no rio que separa o Brasil da Guiana. Então, o que fazem os moradores daquela vila? Atravessam o rio e vão para a Guiana, porque lá é permitido explorar o diamante. Então, eles tiram o diamante, que é brasileiro, porque não está separado o meio do rio, que é a linha divisória, eles metem a draga, puxam o diamante do Brasil, vendem para a Guiana, a Guiana legalmente os paga, recolhe imposto, e eles estão morando no Brasil e fazendo de conta que trabalham na Guiana. O Brasil, que atravessa uma série de dificuldade, fica fazendo esse tipo de figuração para a dita comunidade internacional.

Pois bem, apesar de tudo isso, o Presidente demarcou a terra, como foi dito também no relatório, induzido por uma decisão do Supremo – aliás, o Supremo foi induzido por uma informação do Ministro da Justiça, que editou uma portaria. Não tendo sido publicada, informou o Relator na hora da decisão se era competência do Supremo ou não analisar a questão. Quer dizer, a questão é apenas de analisar a competência, e ele informou ao Relator que tinha editado uma portaria que anulava a anterior. Portanto, todas as ações que estavam lá ajuizadas perdiam o objeto.

Com isso, o Supremo acolheu o parecer do Relator, e, no dia seguinte, o Ministro publicou a portaria, e o Presidente assinou o decreto numa rapidez nunca vista.

Lamentavelmente, prefiro dizer que tanto o Supremo, ou pelo menos o Relator, quanto o Presidente da República foram induzidos a erro pela posição do Ministro da Justiça. Em nosso relatório, depois de termos percorrido com esta nova Comissão toda a área e ouvido das pessoas que estavam lá se estavam satisfeitas – porque aqui havia um setor do Governo que dizia que, demarcada a área, tudo iria se acomodar, não haveria problema e todos iriam aceitar, o que não é verdade –, constatamos que é exatamente o contrário. E se não está havendo conflitos maiores é porque ainda há a expectativa de que da decisão desta Comissão e das ações que voltamos a impetrar no Supremo se possa reverter a situação esdrúxula que foi criada com esse decreto.

Agradeço à nossa Consultoria Legislativa, que, tanto na primeira quanto na segunda Comissão, nos acompanhou. Já estamos na segunda, e estão cuidando dela.

Agradeço também ao Dr. Tarciso, que participou das duas, assim como o Dr. Fabiano. Quero fazer uma referência especial à Dr^a Dulcília Francisca Ramos Calhau, que foi nossa secretária da Comissão anterior e também foi secretária desta Comissão. Ela andou conosco nas comunidades indígenas, viu de perto todos os depoimentos e se dedicou de maneira muito proficiente e competente. Quero fazer esse registro e agradecer também ao Dr. José Augusto Panisset Santana, que está secretariando esta última reunião, e dizer que esperamos que recomendações apresentadas aqui sejam colocadas no Relatório do Senador Augusto Botelho. São basicamente dois: a questão do decreto legislativo e a acolhida das recomendações da Comissão Externa anterior.

Creio que concluímos o nosso dever, o nosso trabalho. Aliás, acredito que nós, Senadores do Estado de Roraima, fizemos o dever de ir lá de novo constatar a situação e mostrá-la. Agora vamos apresentar esse novo relatório à Presidência do Senado, já que fomos designados para compor esta Comissão Externa, e procurar implementar essas duas ações, que, se implementadas, resolverão o problema.

Quero deixar muito claro também que a nossa defesa é a defesa de que há solução para convivência de todos os agentes envolvidos, tanto os que pensam de um jeito como os que pensam do outro. É possível, por exemplo, manter a área produtiva de arroz que fica na borda da reserva, quero dizer, que fica na beirada da reserva. Portanto, essa área não complica em nada nenhuma das comunidades indígenas.

Inclusive, quero deixar registrado que é preciso que os órgãos federais de inteligência e de segurança, como é o caso da Polícia Federal, devem estar atentos porque existem informações seguras de que as ações visando criar conflitos artificiais estão sendo mantidas lá principalmente pelos membros do Conselho Indígena de Roraima. Quero deixar isso formalmente registrado.

Obviamente, pela manifestação do Senador Wirlande da Luz e pelo voto do Relator, creio que é unanimidade nesta Comissão a aprovação do relatório. Portanto, se não há nenhuma observação a fazer, fica aprovado o relatório.

Declaro encerrada a reunião, agradecendo a todos.

(Levanta-se a reunião às 17h59min.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr.

1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 84 DE 2007

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 34, de 2007 (nº 73/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor

Ronaldo Mota Sardenberg, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL”.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em votação secreta, realizada em 1º de março de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Marco Maciel, sobre a Mensagem do Senado

Federal nº 34, de 2007, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, por 23 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção, totalizando 23 votos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2007. – Presidente, Senador **Marconi Perillo**, – Relator, Senador **Marco Maciel**.

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

Mensagem (SF) nº 34, de 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 1º/03/2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: Senador *Marconi Perillo*

RELATOR: Senador *Marco Maciel*

Titulares - Bloco de apoio ao Governo

(PT / PTB / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)

SERYS SLHESSARENKO - PT

DELÍCIO AMARAL - PT

IDELISALVATTI - PT

RANCISCO DORNELLES - PP

INÁCIO ARRUDA - PC do B

FERNANDO COLLOR - PTB

EXPEDITO JÚNIOR - PR

Titulares - PMDB

ROMERO JUCA

VALDIR RAUPP

LEOMAR QUINTANILHA

JOAQUIM RORIZ

VALTER FERREIRA

WELLINGTON SALGADO

Suplentes - Bloco de apoio ao Governo

(PT / PTB / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)

1- FLÁVIO ARNS - PT

2- FÁTIMA CLEIDE - PT

3- ALOIZIO MERCADANTE - PT

4- JOÃO RIBEIRO - PR

5- AUGUSTO BOTELHO - PT

6- JOÃO CLAUDINO - PTB

7- RENATO CASAGRANDE - PSB

Suplentes - PMDB

1- GARIBALDI ALVES

2- JOSÉ MARANHÃO

3- GILVAM BORGES

4- NEUTO DE CONTO

5- GERALDO MESQUITA

6- PEDRO SIMON

Titulares - Bloco da Minoria

(PFL / PSDB)

ALDEMIR SANTANA - PFL

ELISEU RESENDE - PFL

JAYME CAMPOS - PFL

HERÁCLITO FORTES - PFL

RAIMUNDO COLOMBO - PT

JOÃO TENÓRIO - PSDB

MARCONI PERILLO - PSDB

FLEXA RIBEIRO - PSDB

SÉRGIO GUERRA - PSDB

Titulares - PDT

JOÃO DURVAL

Suplentes - Bloco da Minoria

(PFL / PSDB)

1- DEMÓSTENES TORRES - PFL

2- MARCO MACIEL - PFL

3- JONAS PINHEIRO - PFL

4- ROSALBA CIARLINI - PFL

5- ROMEU TUMA - PFL

6- CÍCERO LUCENA - PSDB

7- EDUARDO AZEREDO - PSDB

8- MÁRIO COUTO - PSDB

9- TASSO JEREISSATI - PSDB

Suplentes - PDT

1- (vago)

RELATÓRIO

Relator: Senador **Marco Maciel**

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o art 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

De acordo com o dispositivo constitucional anteriormente citado, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. Conforma-se a essa hipótese o caso em tela, de Conselheiro da Anatel indicado pelo Poder Executivo, conforme dispõe o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, conhecida como a Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que criou a referida autarquia e instituiu, como seu órgão máximo, um Conselho Diretor composto de cinco conselheiros, com mandato de cinco anos.

O **curriculum vitae** anexado à Mensagem Presidencial evidencia que o Senhor Ronaldo Mota Sardenberg possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado.

Formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1963, o indicado concluiu, posteriormente, a formação de diplomata pelo Instituto Rio Branco (IRBr) do Ministério das Relações Exteriores. Além disso, desenvolveu sólida carreira na academia, no IRBr e na Universidade de Brasília (UnB), onde lecionou em cursos de pós-graduação. Tem ainda inúmeras publicações de relevo, de que destacamos: Introdução ao Estudo da Teoria das Relações Internacionais (1977), The Foreign Policy of Brazil (1984), O Brasil e a Nova Ordem Mundial (1998), Brasil 2020: Visões Estratégicas para um Cenário Desejável (1998), Estudos Prospectivos em Ciência e Tecnologia (2000), Ciência e Bioética: Recentes Avanços (2002) e Brasil, Política Multilateral e Nações Unidas (2005).

No campo profissional, destacou-se na diplomacia. Além de diversos cargos de relevo que ocupou, foi Embaixador do Brasil em Moscou e Madri e Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e em seu Conselho de Segurança, presidindo este colegiado por duas oportunidades.

Ocupou, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998, o cargo de Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), órgão de nível ministerial, responsável, entre outros aspectos, pelo Projeto dos Sistemas de Proteção e de Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIVAM), por estudos sobre segurança das comunicações e estratégias de longo prazo para o País (Projeto Brasil 2020), além da supervisão da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e da Agência Espacial Brasileira (AEB). Foi também Ministro de Estado Extraordinário de Projetos Especiais, com as atribuições anteriormente distribuídas à SAE.

Posteriormente, ocupou o cargo de Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, nos anos de 1999 a 2002. Foi então responsável pela aprovação e institucionalização dos Fundos Setoriais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pelo lançamento de diversos programas afetos à sua Pasta, de que se destacam o Projeto Genoma Brasileiro e os Programas da Sociedade da Informação, da Tecnologia Industrial Básica, dos Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade, da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, entre outros. Foi também incumbido de elaborar as políticas nuclear e espacial a serem implementadas pelos respectivos órgãos especializados (CNEN e AEB).

Além de suas qualificações acadêmicas e profissionais, incumbe mencionar as condecorações que recebeu em função da excelência de seu trabalho, como as Ordens de Rio Branco, do Mérito Científico, do Mérito das Forças Armadas, do Mérito Militar, do Mérito Naval e do Mérito Aeronáutico. Condecorações de equivalente envergadura lhe foram concedidas ainda em países como Espanha, Chile, Argentina, Portugal, Alemanha, Peru, Colômbia, França, Senegal, República da Guiné, Nigéria, Venezuela, México, Costa do Marfim e Japão.

As funções e cargos que exerceu, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e formação acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Sala da Comissão, – Senador **Marco Maciel**, Relator.

PARECER Nº 85, DE 2007

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2006 (nº 2.329/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador **Renato Casagrande**

Relator **ad hoc**: Senador **Marcello Crivella**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 510, de 2006 (nº 2.329, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronun-

ciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 510, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de março de 2007. – **Renato Casagrande**, Relator – **Marcelo Crivella**, (Relator **ad hoc**).

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 510/2006 NA REUNIÃO DE 01/03/07
OS SENHORES SENADORES:**

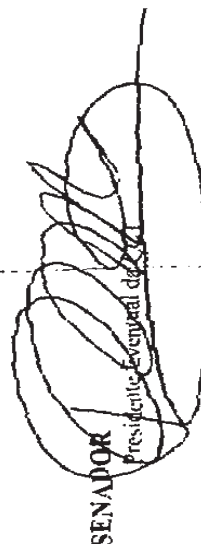
PRESIDENTE:		<i>Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>
Blcco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		
MARCELO CRIVELLA	<i>(ad hoc)</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	<i>[Signature]</i>	2. FLÁVIO ARNS <i>[Signature]</i>
RENATO CASAGRANDE		3. JOÃO RIBEIRO
RELATOR		
SÉRGIO ZAMBIASI	<i>[Signature]</i>	4. FRANCISCO DORNELLES
IDELI SALVATTI		5. (VAGO)
PMDB		
VALDIR RAUPP		1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	<i>[Signature]</i>	2. GARIBALDI ALVES FILHO <i>[Signature]</i>
GILVAM BORGES	<i>[Signature]</i>	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA		4. LEOMAR QUINTANILHA
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		
DEMÓSTENES TORRES	<i>[Signature]</i>	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	<i>[Signature]</i>	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES		3. MARCO MACIEL
JOSÉ AGRIPINO		4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO		5. ARTHUR VIRGÍLIO
EDUARDO AZEREDO	<i>[Signature]</i>	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	<i>[Signature]</i>	7. SÉRGIO GUERRA
PDT		
VAGO		1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 510/06

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				EXPEDITO JUNIOR				
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOAO RIBEIRO				
SERGIO ZAMBIANI	X				FRANCISCO DORNELLES				
IDELI SALVATTI					(VAGO)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO TUCIA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
GILVAM BORGES	X				MAO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL				
JOSE AGRIPINO					ROSALBA CIARLINI				
JOAO TENORIO					ARTHUR VIRGILIO				
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO				
CICERO LUCENA					SERGIO GUERRA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					(VAGO)				

TOTAL: 09 SIM: 08 NÃO: 01 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 04



SENADOR
Presidente da Comissão

SALA DAS REUNIÕES, EM 01/03/2007

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117
(*), de 27 de agosto de 1962.**

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa;

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 86, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 942, de 2005, do Senador Alvaro Dias, que requer da Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil todas as prestações de contas mensais relativas aos meses em que se efetuaram despesas por meio de saques em dinheiro de cartões de crédito corporativos desde janeiro de 2003, assim como as notas fiscais que suportam os referidos saques. (Em audiência, nos termos do Despacho exarado, pelo Presidente do Senado Federal, no OF. nº 78/06, de autoria do Senador Alvaro Dias).

Relator: Senador **João Batista Motta**

I – Relatório

Mediante o Requerimento nº 942, de 2005, o Senador Alvaro Dias requer à Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil todas as prestações de contas mensais relativas aos meses em que se efetuaram despesas por meio de saques em dinheiro de cartões de crédito corporativos, desde janeiro de 2003, assim como as notas fiscais que suportam os referidos saques.

O requerimento é dirigido à autoridade competente, em conformidade com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal.

No dia 20 de setembro de 2005, a matéria foi aprovada, por unanimidade, pela Mesa do Senado Federal.

No dia 21 de setembro de 2005, o Primeiro Secretário do Senado Federal, por meio do Ofício SF nº 2.328, encaminhou à Ministra Chefe da Casa Civil o referido pedido de informações, bem como determinou o seu cumprimento nos termos constitucionais.

No dia 13 de outubro de 2005, em resposta a manifestação do Senador Alvaro Dias na tribuna do Senado, feita no dia 11 de outubro de 2005, a respeito do não-atendimento do Requerimento nº 942, de 2005, até aquela data, o Senador Tião Viana, no exercício da Presidência do Senado Federal, reafirmou, **in verbis**:

O SR PRESIDENTE (Tião Viana-Bloco/PT-AC) – Senador Alvaro Dias, quanto à manifestação de V. Exª sobre informações de Ministérios e requerimentos na sessão de terça-feira, dia 11 último, devo dizer-lhe que os Requerimentos nºs 838, 839, 940 e 942, de 2005, foram recebidos nos Ministérios respectivos no dia 21 de setembro, estando ainda no prazo constitucional de trinta dias.

Em 20 de outubro de 2005, a Casa Civil encaminhou o Aviso nº 1.334, informando que a documentação solicitada seria muito numerosa, motivo pelo qual colocaria todos os processos de prestação de contas e de suprimimento de fundos à disposição do Senado Federal.

Assim sendo, com o intuito de cooperar com a Casa Civil, foi designado servidor do Tribunal de Contas da União (TCU) para analisar a referida documentação, conforme Ofício SF nº 221, de 2006, encaminhado no dia 13 de fevereiro de 2006, àquela Pasta pela Primeira Secretaria do Senado Federal. Contudo, a Casa Civil impediu que o mencionado servidor tivesse acesso aos documentos solicitados no Requerimento nº 942, de 2005.

No processado anexo, às folhas 48 a 56, encontram-se expedientes realizados no âmbito da Casa Civil, com destaque para o Memorando nº 140/2006-SA/PR, de 13 de março, endereçado ao Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças, no qual o Secretário de Administração da Casa Civil, Sr. Romeu Costa Ribeiro Bastos, encaminha a Nota SAJ nº 0658/2006-FLAF, de 10 de março de 2006, “para conhecimento e adoção das providências pertinentes”, visando a fundamentar sua atuação.

Observa-se que a dita Nota, subscrita pela assessoria jurídica do Órgão, efetivamente veda o acesso do servidor designado pelo Poder Legislativo à documentação comprobatória dos gastos com cartão corporativo.

Em reação à recusa no fornecimento das informações requeridas, o autor do Requerimento nº 942, de 2005, o Senador Alvaro Dias, encaminhou, em 17 de abril de 2006, à Presidência desta Casa, o Ofício nº 0078/2006, em que expõe a situação anômala em que se encontra o exercício de uma prerrogativa constitucional do Parlamento e pede providências.

Como resposta, o Presidente do Senado Federal determinou a apreciação do Requerimento nº 942, de 2005, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fazendo menção às alegações do Senador Alvaro Dias e ao art. 8º e seguintes do Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal.

Assim, o Requerimento nº 942, de 2005, aprovado pela Mesa do Senado Federal, mas não atendido pela autoridade competente, vem à análise e deliberação desta Comissão.

II – Análise

Cabe iniciar esta análise com o esclarecimento de que não cabe a aplicação, ao Requerimento nº 942, de 2005, do disposto nos arts. 8º e seguintes do Ato nº 1 da Mesa.

Quando de sua tramitação original, essa questão foi adequadamente considerada no Parecer nº 1.723, de 2005, da Mesa do Senado Federal, lavrado pelo Senador Papaléo Paes, nos seguintes termos, com grifos nossos:

O art. 50, § 2º, da Constituição Federal confere à Mesa Diretora do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado. No caso sob análise, caberia, em tese, a discussão sobre se as informações requisitadas são ou não protegidas por sigilo. Caso tais informações tenham caráter sigiloso, o requerimento deve ser apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e posteriormente deliberado pelo Plenário do Senado Federal.

A respeito de matéria similar a esta, a CCJ emitiu o Parecer nº 1.433, de 2005, sobre o Requerimento nº 427, de 2005, que requer informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores daquela Pasta. *O referido parecer da CCJ demonstra que as informações sobre as despesas com cartões corporativos não implicam quebra de sigilo bancário de indivíduos, mas, tão somente, a obtenção de informações institucionais vinculadas a despesas realizadas com recursos públicos.*

Dessa forma, a CCJ definiu que compete à Mesa do Senado Federal decidir sobre o encaminhamento do requerimento, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo, cuja liberação dependeria de procedimento legislativo próprio.

Assim, superada a discussão a respeito da questão do sigilo, fica claro que esta Mesa Diretora tem competência para apreciar a proposição em tela. Assim, contata-se que o Requerimento nº 942, de 2005, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

O mencionado Parecer nº 1.723 foi aprovado pela Mesa do Senado Federal em 15 de setembro de 2005, e não há fatos ou argumentos novos que possam promover reversão dos conceitos ou decisões acima mencionados.

Assim, como consideração preliminar, esta Comissão deve reafirmar a perfeita aderência da tramitação e aprovação do Requerimento nº 942/2005 às normas vigentes do processo legislativo, de modo que tanto a Presidência como a Mesa do Senado Federal tenham o respaldo para tomar as medidas cabíveis frente ao desrespeito a princípio constitucional por parte da Casa Civil.

Em caráter complementar, cabe analisar os argumentos da Casa Civil para proteger as informações requeridas e negar o acesso do servidor do TCU credenciado pelo Primeiro Secretário do Senado Federal para ter acesso aos documentos destinados a atender ao Requerimento em exame (Ofício SF nº 221, de 2006, fls. 40).

Em primeiro lugar, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, por meio da Nota SAJ nº 0658/2006 – FLAF, alega razões de “segurança nacional” para aduzir a impossibilidade de o Congresso Nacional acessar tais informações, sob a pálide justificativa de que somente as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) e o Tribunal de Contas da União poderiam fazê-lo.

Olvida-se a Casa Civil de que ambos são meras projeções orgânicas do Congresso Nacional. A este toca a competência de análise da documentação; a atribuição daqueles deriva do Congresso, não o oposto.

O simples fato de as despesas se revestirem de caráter reservado não tem o condão de impedir o acesso do Congresso aos respectivos documentos. Com efeito, nenhum gasto público, por mais reservado que seja, está apartado dos princípios da Administração Pública, da prestação de contas, da publicidade, ainda que relativa, bem assim da fiscalização congressional, na forma do art. 70 da Carta Política.

Ademais, a Nota se revela profundamente equivocada, de um anacronismo que coloca os gastos da Presidência acima da lei e do controle público, violando frontalmente o **caput** do art. 1º da Constituição Federal, consoante a qual a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, Estado no qual ninguém está acima da ordem jurídica, nem mesmo a Presidência da República.

Se assim não fora, então o Excelentíssimo Senhor Presidente da República constituiria um ente acima da lei, insindicável, o que é francamente repellido pelo sistema de freios e contrapesos adotado pela Lei Maior.

A mencionada Nota da Casa Civil faz referência à previsão do art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, mas não leva em conta a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, que disciplina a parte final desse dispositivo constitucional. A citada lei prevê que as informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado terão a proteção de rotinas e procedimentos adequados, mas não impõe limitação ou restrição ao acesso, pelo Poder Legislativo, a qualquer informação, no exercício das prerrogativas previstas no art. 50, § 2º, da CF.

Consigna-se, na Nota em referência, que o Poder Legislativo não poderia ter acesso amplo e irrestrito às informações detalhadas “com gastos com a utilização do cartão corporativo” (fls. 53 do processado anexo), porquanto concernentes à segurança do Estado, de sorte que apenas as Comissões Parlamentares de Inquéritos poderiam romper-lhes o sigilo. Em ânimo à tese, cita-se jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da inviolabilidade do sigilo e da privacidade fiscal e bancária.

Ocorre que o pedido vertido no Requerimento nº 942, de 2005, não implica quebra de sigilo bancário de indivíduos nem a ruptura da esfera da intimidade, que têm proteção constitucional, mas, tão-somente, a obtenção de informações institucionais, estritamente vinculadas a despesas efetuadas por servidores públicos em nome do Poder Público e com recursos públicos. Ressalte-se que não objetiva aquele requerimento, sequer, recolher informações de instituição financeira – a administradora de cartões de crédito, no caso –, mas sim da própria Administração Pública, em seu sentido mais estrito.

Dito de outro modo, o Poder Público não tem direito a privacidade. Ao contrário, suas informações devem, como regra, ser públicas, nos termos do **caput** do art. 37 da Constituição, que alçou a publicidade a princípio explícito da Administração Pública.

Essa constatação é levada ao limite quando em pauta a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, pois a esse incumbe a fiscalização e o controle daquele.

Se, eventualmente, as informações requisitadas envolverem o acesso a dados cujo sigilo seja indispen-

sável à segurança do Estado e da sociedade – o que não pode obstar a competência fiscalizadora deste Parlamento -, caberá ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para esta Casa ou, como é o caso, as condições de acesso do servidor do TCU àquela documentação. Em suma, a esta Casa cumpre cuidar para que os documentos pertinentes recebam o tratamento que seu conteúdo eventualmente exija, se for o caso.

Ademais, o subscritor da Nota Jurídica em apreço supõe haver o procedimento de tramitação e aprovação do Requerimento de Informações nº 942, de 2005, violado o art. 4º do Ato da Mesa do Senado nº 1, de 2001. A esse respeito informa: “(...) o requerimento de informação apresentado por Senador será distribuído pelo Presidente do Senado Federal a um relator, que apresentará relatório, sendo aprovado ou rejeitado o requerimento pela Mesa.”

Ora, dito artigo tem conteúdo totalmente diverso, **litteris**:

Art. 4º As informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

Por derradeiro, afirma, como se fora corregedor do Senado Federal, que o Requerimento de Informações nº 942, de 2005, não foi relatado, o que vem a ser uma inverdade, bastando, para tal constatação, a leitura do **Diário do Senado Federal** de 21 de setembro de 2005, fls. 31491 e seguintes, que provam que o nobre Senador Papaléo Paes relatou a matéria.

Impende aduzir, ademais, que o descumprimento das decisões da Mesa do Senado Federal importa em crime de responsabilidade, conforme disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal. Assim, deve ser reiterada àquele Órgão a solicitação de informações supracitadas, no prazo de cinco dias, sob pena de imputação legal, nos termos do art. 5º do Ato nº 1, de 2001:

Art. 5º Ao final do prazo de trinta dias, contado do recebimento pelo destinatário da solicitação, se as informações ainda não houverem sido prestadas, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

§ 1º A Mesa poderá, antes de declarar a ocorrência do fato a que se refere o **caput** deste artigo, decidir pela reiteração do pedido de informações, cujo atendimento, nesse caso, deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias.

§ 2º O autor do requerimento, sob o fundamento de haver sido incompleta a resposta, poderá solicitar à Mesa a reiteração do pedido de informações, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se, no que couber, ao caso de prestação de informações falsas.

Cabe, ainda, observar a imposição estabelecida no art. 216, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

.....
§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

O precedente é gravíssimo e coloca os gastos de agente público além de qualquer fiscalização do Congresso Nacional, importando, como dito, em crime de responsabilidade, previsto na Lei nº 1.079, de 1950, art. 4º:

Art. 13. São crimes de responsabilidade dos Ministros de Estado:

.....
4 – Não prestarem dentro em trinta dias e sem motivo justo, a qualquer das Câmaras do Congresso Nacional, as informações que ela lhes solicitar por escrito, ou prestarem-nas com falsidade.

Em adição às providências indicadas nesta análise, e diante da gravidade da situação, cabe à Presidência do Senado Federal considerar a conveniência da adoção das providências sugeridas pelo autor do Requerimento nº 942/2005, em sua correspondência de 17 de abril do corrente exercício ao Presidente do Senado Federal:

1º) expedição de ofício da Presidência do Senado dirigido à Ministra Chefe da Casa Civil e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, advertindo-os para as implicações de sua postura e indagando sobre a proibição de o servidor designado prosseguir nas análises, com comprovação de recebimento e prazo curto para resposta, na forma do art. 48, II, do RISF;

2º) em caso de manutenção da negativa de acesso, a decisão sobre se o crime de responsabilidade em tese praticado pela Ministra e pelo Secretário de Administração da

Presidência guarda conexão com a responsabilidade do Máximo Magistrado da Nação e devida representação para responsabilização das autoridades à Procuradoria Geral da República ou competente processo e julgamento no Senado Federal, a par da propositura de medidas judiciais para assegurar as prerrogativas fiscalizatórias do Congresso Nacional.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pelo encaminhamento do Requerimento nº 942, de 2005, à Mesa do

Senado Federal, uma vez que ele não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento próprio.

Sala da Comissão, 6 de setembro de 2006.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: RES Nº 942 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/09/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPIÑO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA (RELATOR)	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEI PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾ , PL, PPS e PRB ⁽⁵⁾)	
ALOIZIO MERCADANTE	1- (VAGO) ⁽⁶⁾
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GEOVANI BORGES
ROBERTO CAVALCANTI ⁽⁴⁾	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PMDB ao PRB.

(5) O Partido Republicano Brasileiro (PRB) passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 16.08.2006.

(6) O Senador Antônio João deixa o exercício do cargo em 30.08.2006 em virtude de reassunção do titular.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE
1988

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento)

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - ~~os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;~~

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

~~VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar;~~

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

~~X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;~~

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

~~XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito; (Vide Lei nº 8.448, de 1992)~~

~~XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

~~XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 39, § 1º;~~

~~XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;~~

~~XV - os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis, e a remuneração observará o que dispõem os arts. 37, XI e XII, 150, II, 153, III e § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, 1998)~~

~~XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de de horários;~~

~~XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;~~

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

~~e) a de dois cargos privativos de médico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

~~XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;~~

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

~~§ 3º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.~~

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

.....

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

.....

**DOCUMENTOS ANEXADOS, NOSTER-
MOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO
DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Ofício nº 78/2006 – SEN

Brasília, 17 de abril de 2006

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No dia 20-9-05, foi aprovado à unanimidade pela Mesa do Senado federal, o Requerimento nº 942/2005, de minha autoria, por meio do qual solicitei ao Ministério da Casa Civil cópia integral de todos os processos de prestações de contas e de suprimento de fundos de servidores que utilizam cartões de crédito corporativos, inclusive as despesas efetuadas por meio de saques em dinheiro, bem como as referidas notas fiscais que sustentam os referidos saques e despesas, no período de janeiro de 2003 até a presente data.

No dia 21-9-05, a Mesa do Senado Federal, por meio do ofício SF nº 2.328 encaminhado à Ministra da Casa Civil, informou os termos do Requerimento nº 942/2005, bem como determinou o seu cumprimento nos termos constitucionais.

No dia 13-10-2005, em resposta à manifestação que fiz na tribuna do Senado no dia 11-10-05, a respeito do não atendimento do Requerimento nº 942/05 até aquela data, o Senador Tião Viana informou, no exercício da Presidência do Senado Federal, **in verbis**:

“O Sr. Presidente (Tião Viana-Bloco/PT-AC): Senador Álvaro Dias, quanto à manifestação de V. Ex^a sobre informações de Ministérios e requerimentos na sessão de terça-feira, dia 11 último, devo dizer-lhe que os Requerimentos nºs 838, 839, 940 e 942, de 2005, foram recebidos nos Ministérios respectivos no dia 21 de setembro, estando ainda no prazo constitucional de trinta dias.”

Em 20-10-05, a Casa Civil encaminhou o Aviso nº 1.134 informando que a documentação solicitada seria muito numerosa, motivo pelo qual colocaria todos os processos de prestação de contas e de suprimentos de fundos à disposição para vistas.

Assim sendo, com o intuito de cooperar com a Casa Civil, foi designado o servidor do Tribunal de Con-

tas da União, a serviço do Senado Federal, Eduardo Nery Machado Filho, para analisar a referida documentação, conforme ofício nº 1.386/05, encaminhado no dia 24-1-06 à Casa Civil. Contudo, de forma surpreendente, a Casa Civil vem criando dificuldades de modo a evitar que o servidor tenha acesso aos documentos solicitados no Requerimento nº 942/2005.

Em nova arremetida em oposição ao exercício das competências constitucionais fiscalizatórias do Congresso Nacional, cujo exemplo mais conspícuo encerra-se no art. 70 das Leis, o multicitado órgão da Presidência da República endereçou o Memorando nº 140/2006-SA/PR, de 13 de março, ao Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças, no qual o Secretário de Administração da Casa Civil, Sr. Romeu Costa Ribeiro Bastos, encaminha a Nota SAJ nº 658/2006-FLAF, de 10-3-2006 “para conhecimento e adoção das providências pertinentes”.

Pois bem. Dita “Nota”, subscrita pela assessoria jurídica do órgão, efetivamente veda o acesso do servidor designado pelo Poder Legislativo à documentação comprobatória dos gastos com cartão corporativo, para tal valendo-se de risíveis argumentos de óbvia inconstitucionalidade.

Alega razões de “segurança nacional”. Aduz a impossibilidade de o Congresso Nacional acessar tais informações, sob a pálide justificativa de que tão-somente CPI e o Tribunal de Contas da União poderiam fazê-lo.

Olvida-se a Casa Civil de que ambos são meras projeções orgânicas do Congresso Nacional. A este toca a competência de análise da documentação, àqueles, a atribuição mostra-se derivada deste, não o oposto.

O simples fato de as despesas revestirem-se de caráter reservado não tem o condão de impedir o acesso do Congresso. Nenhum gasto público, por mais reservado que seja, está apartado dos princípios da administração pública, da prestação de contas, da publicidade, ainda que relativa, bem assim da fiscalização congressual, na forma do art. 70 da Carta Política.

Ademais, referido parecer revela-se profundamente equivocado, sujeito que é de um anacronismo que coloca os gastos da presidência acima da lei e do controle públicos, violando frontalmente o **caput** do art. 1º da Constituição Federal, consoante a qual a República Federativa do Brasil vem a ser Estado Democrático de Direito, Estado no qual ninguém está acima da ordem jurídica, nem mesmo a Presidência da República.

Se assim não fora, então o Excelentíssimo Senhor Presidente da República constituiria um ente acima da lei, insindicável, o que é francamente repellido pelo sistema de freios e contrapesos adotado pela Lei Maior.

Ademais, referido assessor jurídico supõe haver o procedimento de aprovação do requerimento de informações violado o art. 4º do Ato da Mesa do Senado nº 1/2001, por pretensamente “(...) o requerimento de informação apresentado por Senador será distribuído pelo Presidente do Senado Federal a um relator, que apresentará relatório, sendo aprovado ou rejeitado o requerimento pela Mesa.”

Ora, dito artigo tem conteúdo totalmente diverso, **litteris**:

Art. 4º As informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

Por derradeiro, afirma, qual se fora corregedor do Senado, que o requerimento de informações nº 942/2005 não foi relatado, o que vem a ser uma inverdade, bastando para tal constatação a leitura do **Diário do Senado Federal** de 21-9-2005 às fls. 31491 e seguintes, onde se prova que o nobre Senador Papaléo Paes relatou a matéria.

O descumprimento das decisões da Mesa do Senado Federal importa em crime de responsabilidade, conforme disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, solicito que seja encaminhada cópia integral dos processos de prestação de contas e de suprimento de fundos referentes aos gastos com cartões de crédito corporativos no período de janeiro de 2003 até 2005, conforme os termos do requerimento original supracitado, no prazo de cinco dias, sob pena de imputação legal.

O precedente é gravíssimo e coloca os gastos de agente público além de qualquer fiscalização do Congresso Nacional, importando em crime de responsabilidade previsto na Lei nº 1.079/1950, art. 4º:

Art. 13. São crimes de responsabilidade dos Ministros de Estado:

1 – os atos definidos nesta lei, quando por eles praticados ou ordenados;

2 – os atos previstos nesta lei que os Ministros assinarem com o Presidente da República ou por ordem deste praticarem;

3 – A falta de comparecimento sem justificação, perante a Câmara dos Deputados

ou o Senado Federal, ou qualquer das suas comissões, quando uma ou outra casa do Congresso os convocar para pessoalmente, prestarem informações acerca de assunto previamente determinado;

4 – Não prestarem dentro em trinta dias e sem motivo justo, a qualquer das Câmaras do Congresso Nacional as informações que ela lhes solicitar por escrito, ou prestarem-nas com falsidade.

(Grifou-se)

De ver-se a norma cogente do art. 216, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

.....

§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

Diante da gravidade da situação, sugiro a adoção das seguintes providências:

1º Expedição de ofício da Presidência do Senado dirigido à Ministra Chefe da Casa Civil e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, advertindo-os para as implicações de sua postura e indagando sobre a proibição de o servidor designado prosseguir nas análises, com comprovação de recebimento e prazo curto para resposta, na forma do art. 48, inc. II do RISF.

2º Em caso de manutenção da negativa de acesso, a decisão sobre se o crime de responsabilidade em tese praticado pela Ministra e pelo Secretário de Administração da Presidência guarda conexão com a responsabilidade do Máximo Magistrado da Nação e devida representação para responsabilização das autoridades à Procuradoria Geral da República ou competente processo e julgamento no Senado Federal, a par da propositura de medidas judiciais para assegurar as prerrogativas fiscalizatórias do Congresso Nacional.

Diante do exposto, Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que providencie atue defesa das

prerrogativas do Congresso Nacional e do Senado da República, como sempre tem procedido.

Atenciosamente, Senador **Alvaro Dias**.

DESPACHO – REQUERIMENTO Nº 942, DE 2005

Ref: Ofício nº 78/2006-SEN – Senador Alvaro Dias

Em face das alegações do Exmº Sr. Senador Alvaro Dias no expediente acima referenciado, e nos termos do art. 8º e seguintes do Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal, o requerimento vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senado Federal, 8 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

PARECER Nº 87, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

I – Relatório

Após aprovação pela Câmara dos Deputados, foi submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071, de 2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, e dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

A Lei nº 10.334, de 2001, teve como objetivo obrigar os fabricantes de lâmpadas incandescentes para o mercado interno a assegurar que as lâmpadas tivessem valores de tensão no mínimo iguais ou até 10% superiores aos das tensões nominais da rede de distribuição de energia elétrica. A aprovação da lei se fez necessária porque a não observância desses parâmetros vinha resultando numa queda significativa da durabilidade das lâmpadas no País. Como o problema foi inicialmente observado mais em relação às lâmpa-

das incandescentes, a lei foi elaborada especificamente para atender esse segmento.

A referida lei também exige que as lâmpadas fabricadas ou comercializadas tragam impressa em sua embalagem advertência ao consumidor sobre sua luminosidade, durabilidade, e as consequências do uso das lâmpadas em tensões elétricas diferentes das especificadas para o produto.

Além disso, a lei prescreve penas de advertência por escrito e multa de R\$53.205,00 pelo descumprimento das normas. Em caso de reincidência, o valor da multa é aplicado em dobro.

Nos anos decorridos desde a aprovação da lei, verificou-se que o problema de disparidade de tensão atingia diversos tipos de lâmpadas colocadas no mercado. Para resguardar os direitos dos consumidores desses outros tipos de lâmpada, o autor do PLC nº 75, de 2004, propõe eliminar a referência explícita às lâmpadas incandescentes, para que a mesma exigência seja aplicável às lâmpadas em geral.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto, de autoria do Deputado Luciano Zica, foi aprovado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em 27 de agosto de 2003. Em 11 de dezembro do mesmo ano, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou parecer pela constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa do Projeto.

II – Análise

A Lei nº 10.334, de 2001, representou um passo importante no sentido de proteger os direitos do consumidor. Procura impedir que os fabricantes de lâmpadas incandescentes coloquem no mercado produtos fora de especificação desejável. O não cumprimento dos parâmetros técnicos recomendados resulta em queda de durabilidade das lâmpadas ou então luminosidade inferior à prometida pelo fabricante. Em ambos os casos, o consumidor é lesado.

Uma vez verificado que outros tipos de lâmpada apresentam o mesmo problema, é de todo conveniente alterar a redação da lei para que suas exigências sejam aplicadas a todas as lâmpadas.

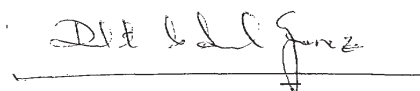
III – Voto

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004.

Sala da Comissão, 13 de fevereiro de 2007.

, Presidente

, Relator



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2001
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/03/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Alvaro*

RELATOR(A): *Delegado*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-JOAQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES

PARECER Nº 88, DE 2007**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Vicentinos.**Relator: Senador **Marco Maciel****I – Relatório**

Chega ao exame da Comissão de Educação do Senado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 108, de 2006 (nº 5.150, de 2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Salvador Zimbaldi.

A proposição em análise propõe criar uma data nacional para os Vicentinos, a ser comemorada no dia 27 de setembro. Em sua justificação, o autor rememora a tradição vicentina em nosso País, voltada para prestar auxílio aos mais necessitados, e alega que a escolha da data presta-se a homenagear o fundador da entidade, o Padre Antônio Frederico Ozanan, cuja prática em favor dos pobres é reconhecida em todo o mundo.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi distribuído à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que se manifestou favoravelmente quanto a seu mérito; e à de Constituição e Justiça e de Redação, que emitiu parecer também favorável, em caráter terminativo, quanto aos aspectos de sua competência.

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 24), a apreciação das comissões era conclusiva e, não tendo sido interposto recurso, a matéria foi encaminhada ao Senado e, aqui, distribuída à Comissão de Educação.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

Cabe à Comissão de Educação apreciar tanto o mérito quanto os aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais do PLC nº 108, de 2006, visto que está entre as suas competências opinar sobre matérias que tratem de datas comemorativas, nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A instituição do dia 27 de setembro como o Dia Nacional dos Vicentinos, proposta pelo PLC nº 108, de 2006, situa-se no contexto de uma tradição nacional de celebrar datas para certas profissões, políticas públicas ou segmentos étnicos da população brasileira.

Do ponto de vista de nossa tradição legislativa, temos já consagrada uma prática de instituir, por Lei Federal, datas consideradas relevantes, como é o caso, por exemplo, da Lei nº 5.579, de 1970 (Dia da Cultura e da Ciência); Lei nº 10.402, de 2002 (Dia do Livro Infantil); Lei nº 10.469, de 2002 (Dia de Luta pela Reforma Agrária); Lei nº 10.457, de 2002 (Dia do Bacharel em Turismo).

O grupo de voluntários Vicentinos trabalha pelo resgate da dignidade de pessoas em situação de exclusão social. Se hoje a exclusão social é tema de políticas públicas sérias e consistentes, com transferência de renda aos desvalidos, a fim de que tenham o mínimo para se alimentar, nem sempre foi assim. Por isso, o grupo que atua há mais de um século merece o reconhecimento como pioneiro de uma prática hoje consolidada.

Os Vicentinos estão organizados em grupos locais, com presença em periferias de grandes cidades e em municípios menores, onde reúnem pessoas, identificam grupos carentes e prestam assistência sistêmica a eles.

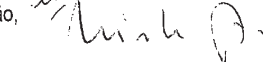
Ademais, a proposição tem amparo constitucional e está redigida de acordo com a boa técnica legislativa.

III – Voto

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006.

Sala da Comissão,

em 13/02/07



Presidente



Marco Maciel, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 108/06 NA REUNIÃO DE 13/02/2007
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Min. (Senador Cristovam Buarque)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

EDISON LOBÃO <i>E.L.</i>	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES <i>M.C.A.</i>	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RELATOR: <i>Marco Maciel</i>	
RAIMUNDO COLOMBO <i>R.C.</i>	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>R.C.</i>	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO <i>M.P.</i>	7- CÍCERO LUCENA <i>C.L.</i>
MARISA SERRANO <i>M.S.</i>	8- EDUARDO AZEREDO <i>E.A.</i>
PAPALÉO PAES <i>P.P.</i>	9- FLEXA RIBEIRO
SÉRGIO GUERRA <i>S.G.</i>	10- LÚCIA VÂNIA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>W.S.</i>	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
GARIBALDI ALVES FILHO <i>G.A.F.</i>	4- VALTER PEREIRA <i>V.P.</i>
VALDIR RAUPP	5- JARBAS VASCONCELOS
PAULO DUQUE	6- JOAQUIM RORIZ
GERALDO MESQUITA <i>G.M.</i>	7- NEUTO DE CONTO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS <i>F.A.</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- ALFREDO NASCIMENTO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM <i>P.P.</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- (VAGO)
INÁCIO ARRUDA	6- (VAGO)
RENATO CASAGRANDE <i>R.C.</i>	7- (VAGO)
SÉRGIO ZAMBIASI <i>S.Z.</i>	8- (VAGO)
JOÃO RIBEIRO	9- (VAGO)

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.579, DE 15 DE MAIO DE 1970

**Institui o Dia da Cultura e da Ciência,
e dá outras providências.**

LEI Nº 10.402, DE 8 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Dia Nacional do Livro Infantil.

LEI Nº 10.469, DE 25 DE JUNHO DE 2002

**Institui o Dia Nacional de Luta pela
Reforma Agrária.**

LEI Nº 10.457, DE 14 MAIO DE 2002

Institui o Dia do Bacharel em Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 87 e 88, de 2007**, das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação referentes às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei nº 75, de 2004** (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*; e

– **Projeto de Lei nº 108, de 2006** (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Vicentinos*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 41, DE 2007

(Nº 97/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País, nos dias 2 e 3 de março próximo, para participar da XIX Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, a realizar-se em Georgetown, Guiana.

Brasília, 28 de fevereiro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 148 – C. Civil.

Em 28 de fevereiro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País, nos dias 2 e 3 de março próximo, para participar da XIX Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, a realizar-se em Georgetown, Guiana.

Atenciosamente, **Erenice Guerra**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interina.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº 10/2007 – CCT

Brasília, 1º de março de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2006.

Atenciosamente, Senador **Augusto Botelho**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Nos termos do art. 91, §§3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo**

nº 510, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, despachos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

DESPACHO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2003

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões) CE, CCT e CAE, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Senado Federal, 1º de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, DE 2003

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões) CCT.

Senado Federal, 1º de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2005

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões) CE, CCT, CCJ, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Senado Federal, 1º de março de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sr^{as} e Srs. Senadores, em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno e no Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal, que versam sobre o arquivamento de proposições ao final de cada Legislatura, a Presidência comunicou ao Plenário, na sessão deliberativa realizada no dia 21 de dezembro de 2006, que a Secretaria-Geral da Mesa procedeu ao levantamento e análise de cada uma das matérias em tramitação na Casa.

Como resultado desse trabalho, foram analisadas 4.112 proposições, sendo que:

– 1.034 matérias foram arquivadas, nos termos do art. 322 do Regimento Interno;

– 30 matérias foram declaradas prejudicadas, nos termos do art. 334 do Regimento Interno;

– 3 comissões parlamentares de inquérito e 10 comissões temporárias foram declaradas extintas, nos termos do art. 76 do Regimento Interno; e

– 10 proposições foram declaradas prejudicadas, em virtude do arquivamento das matérias a que se referem.

A listagem dessas proposições foi publicada em Suplemento ao **Diário do Senado Federal** do dia 22 de dezembro de 2006 e encontra-se também disponível em avulsos e na Internet.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Concordo com a Mesa, Sr. Presidente, quando ela toma providências como essa de arquivar um excesso de proposições que ficam avolumando papéis e que acabam sendo perdidas ou que são substituídas por idéias mais novas ou que se perdem no tempo em consequência da evolução dos costumes, da evolução política, da evolução da sociedade brasileira. Mas acredito que a Mesa deveria ser mais rígida no cumprimento do Regimento Interno.

Há uma proposição minha que cria o direito à ortotanásia. V. Ex^a sabe que há eutanásia, que é proibida, distanásia, que é a provocação da morte com dor, e ortotanásia, que é o que aconteceu, por exemplo, com o Papa João Paulo II. Perguntaram “o senhor que ir para o hospital? Talvez o Senhor possa viver mais uma semana”. Ele disse “não, eu quero esperar o encontro com Deus aqui”. Quer dizer, é não sobrecarregar de esforços para prorrogar uma vida que está implacavelmente perdida.

Tenho documentos da Igreja Católica, de teólogos... Um colega nosso – não quero declinar o nome porque já falei com ele muitas vezes – é, há quatro anos, o Relator do projeto. A Mesa ou a Presidência das Comissões tinha que ser mais rígida quanto a isso. Passado aquele prazo, retoma-se o projeto e o distribui para outro Relator. Porque é um assunto importante. Veja V. Ex^a que o Estado de São Paulo legislou sobre isso sem ter poderes para legislar, porque o Congresso se omitiu.

Eu queria que V. Ex^a anotasse e levasse o assunto para a próxima reunião da Mesa para que ela pudesse ser mais rígida com esse tipo de comportamento, que não condiz com a atividade que nós temos que exercer aqui, pelo bem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos ao Senador Gerson Camata pelas considerações e informamos que V. Ex^a mesmo pode, como autor, valer-se do art. 172 do Regimento, que diz:

Art. 172 – A inclusão em Ordem do Dia de proposição em rito normal, sem que esteja instruída com pareceres das comissões a que houver sido distribuída, só é admissível nas seguintes hipóteses:

I – por deliberação do Plenário, se a única ou a última comissão a que estiver distribuída não proferir o seu parecer no prazo regimental.(...)

V. Ex^a pode valer-se exatamente desse artigo.

Mas é oportuna a intervenção de V. Ex^a porque nós aproveitamos para fazer um apelo aos Srs. Relatores de matérias importantes para que agilizem os procedimentos necessários, a fim de que o Plenário do Senado Federal possa deliberar.

V. Ex^a está coberto de razão, porque há realmente inúmeras matérias da maior importância, principalmente na Câmara dos Deputados, matérias já aprovadas aqui pelo Senado Federal.

O SR. Gerson Camata (PMDB – ES) – Importantes matérias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós estamos acostumados a constatar esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável logo que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Fica V. Ex^a inscrito como primeiro orador para uma comunicação inadiável, o Senador Gerson Camata em segundo lugar e o Senador Mão Santa em terceiro lugar.

Com a palavra o nobre Senador Cristovam Buarque como orador.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha geração, como, provavelmente, a da quase totalidade daqueles que compõem esta Casa, nossa geração cresceu sob a égide do desenvolvimento. As gerações anteriores, não! As gerações até o ano de 1930 cresciam sob a égide da produção, das estradas, do telégrafo, mas não do desenvolvimento. Mesmo a partir do século XX, a partir de Getúlio Vargas, a geração cresceu sob a égide da produção, da industrialização, mas não do desenvolvimento.

A palavra desenvolvimento chega ao Brasil tardiamente, sobretudo com Juscelino Kubitschek. A palavra abolição, da mesma forma, demorou muito a chegar ao nosso vocabulário, Senador Gerson Camata.

Pois bem. Chego a esta idade nesta Casa e sinto que estamos caminhando para deixar para as futuras gerações não mais a palavra desenvolvimento, mas a palavra involução.

O Brasil é um País que saiu do franco processo de desenvolvimento para o nítido processo de involução, por exemplo, em relação ao crescimento econômico, como temos visto nos últimos anos. Já vem de bastante tempo uma taxa de crescimento que deixa o Brasil sucessivamente para trás em relação a outros Países.

Quando falamos em involução no cenário das Nações, não queremos dizer apenas que não crescemos, mas que crescemos menos do que os outros. Quando a minha geração se desenvolveu, acostumou-se com o contrário: o Brasil caminhar mais rapidamente que as outras Nações. Hoje o crescimento mostra que estamos sofrendo involução. A palavra crescimento mostra a nossa involução e o acomodamento que vemos ultimamente.

Cresci numa geração que tinha uma aventura adiante, que queria romper barreiras. O que vemos hoje? Vemos os governantes e muitas outras pessoas dizerem que pelo menos crescemos pouco mais de 2%. Não só estamos ficando para trás, Senador Paulo Paim, mas nos acostumando com isso. Há uma clara involução em ficarmos para trás.

Pior é que não é só acomodamento. Fala-se, nos jornais, que o Governo está preparando um novo índice de crescimento, e tememos que aí venha outro retrocesso, chamado manipulação de dados, que o Brasil já viu no passado.

Demos um salto no nosso processo evolutivo de acreditar nas palavras, nos dados; demos um salto ao descobrir estatísticas, indicadores e, de repente, corremos o risco de haver outra involução no sentido de ficar para trás na verdade, por conta de manipulação,

que é capaz de mostrar que o Brasil cresceu mais do que na verdade cresceu.

Essa involução é muito triste. Mas não é só essa: vivemos um período de corrupção que não se viu em muitos outros momentos da história do Brasil. Nada significava mais desenvolvimento do que uma sociedade que não tivesse corrupção. É preciso resgatar o sentido da palavra desenvolvimento, com toda a sua grandeza de riqueza, de paz, de honestidade, de ciência e tecnologia.

Desenvolvimento era uma palavra mágica que compunha uma porção de objetivos que tínhamos, inclusive de não ter corrupção. Estamos involuindo no que se refere à corrupção. Criamos órgãos como os Ministérios Públicos, investimos na Justiça, implantamos a democracia, abolimos, sim – aí é preciso dizer: uma evolução –, a inflação, que é talvez a pior de todas as formas de corrupção, mas estamos involuindo outra vez com esse agravamento do quadro de corrupção.

Mas não é só isso. Quem não percebe que estamos sofrendo uma involução na infra-estrutura? A palavra “apagão” era inimaginável num País em processo de desenvolvimento. Hoje já nos acostumamos com o da energia, com as estradas depredadas e agora estamos nos acostumamos com o problema dos aeroportos.

Ou seja, Senador Gerson Camata, estamos involuindo. Não estamos caminhando como crescemos, a nossa geração de Senadores, em que a palavra “desenvolvimento” era a palavra mágica do nosso projeto de sociedade e de Nação. Estamos indo para trás, para não falar naquilo que mais percebemos hoje como símbolo da tragédia brasileira, que é a violência.

Desenvolvimento devia significar paz. Que paz temos hoje? Depois desses 50 anos em que a palavra “desenvolvimento” ganhou o imaginário da população brasileira e todos passaram a falar dela como se não apenas soubessem, mas sonhassem com ela, de repente, vivemos a tragédia da violência, prova de uma grande, sim, involução, de um retrocesso no nosso projeto de civilização, no nosso projeto de para onde queremos ir. Não é só essa involução. Há outras.

Comparado a outros Países, estamos indo para trás na área de ciência e tecnologia, Senador Mão Santa. Aí não basta dizer que o Brasil avança. É preciso dizer que avançamos muito menos. Quem imaginava, há 30 anos, em pleno desenvolvimento brasileiro, mesmo que sob um regime militar, que iríamos ficar para trás, por exemplo, do Irã, do Paquistão, da China, da Coreia, da Índia? Estamos hoje muito distantes deles do ponto de vista da ciência e da tecnologia.

Involuímos e estamos em franco processo de involução. Quando foi a última vez que tentamos lançar um foguete, que explodiu? Há quantos anos? Quantos anos mais teremos de esperar para o Brasil tentar dar

um salto nesse setor fundamental em que Irã, China, Coreia, Paquistão, Índia já deram um salto? Estamos involuindo na ciência e na tecnologia.

Estamos involuindo radicalmente na educação. Volto a dizer: se compararmos o Brasil de hoje com o de 20 anos atrás, não estamos piores. Mas se compararmos o Brasil de hoje com os Países de 20 anos atrás e o Brasil de hoje com esses Países no dia de hoje, estamos não atrás, mas muito atrás, e pior: com uma velocidade menor do que a deles. Portanto, em 20 anos, estaremos mais atrás do que estamos hoje. Estamos involuindo, Sr. Presidente.

É essa a herança que vamos dar para os nossos filhos e netos? É essa a herança que nossa geração de Líderes nacionais, de políticos vai deixar, depois de termos recebido como herança, de Juscelino e de outros, o legado do desenvolvimento? Vamos entregar aos nossos meninos o legado do não desenvolvimento, do contrário do desenvolvimento, da involução?

Lembrem-se como era, na nossa geração de jovem, a chance de ter um emprego e comparem com a chance de os jovens de agora terem um emprego.

Isso é prova de involução. Nada indica melhor a evolução do que o jovem saber que vai ter uma vida melhor do que a dos seus pais. Estamos deixando aos jovens de hoje uma vida pior do que a que recebemos dos nossos pais – nós, os líderes deste País. Não estou pondo culpa no Presidente, nem no de hoje, nem nos anteriores; estou assumindo que somos os responsáveis.

Estamos deixando para o futuro um processo de involução. Aí os jovens estão se acostumando. Vejam a combatividade do jovem de hoje comparada com a combatividade de antes. Onde estará a UNE? Onde estará a Ubes? Onde estão os jovens que se pintavam para derrubar governos, que faziam passeatas, manifestações? Involuíram. Involuíram do ponto de vista dos seus sonhos e da disposição de lutar. Vamos reconhecer que temos culpa, nós, os políticos mais velhos deste País, porque involuímos.

Quando vocês lerem os discursos do Senado de 30 anos atrás e compararem com os discursos que fazemos hoje verão que involuímos.

Os debates, Senador Mão Santa, que havia naquela época entre os líderes do Congresso e os debates que existem hoje provam com clareza uma involução.

Não é preciso ir há 30 anos, não. O Senado publicou agora os discursos de Joaquim Nabuco na campanha de 1884 para Deputado em Pernambuco. Compare os discursos dele, Senador Paim, com os discursos que fazemos hoje.

Estamos em franco processo de involução. Precisamos saber que a palavra que estamos deixando hoje aos nossos filhos e netos para as próximas gerações

não é a palavra desenvolvimento; é a palavra retrocesso, é a palavra involução. E isso é assustador, porque um País que herda a palavra involução no lugar da palavra avanço é um País condenado. Não pode continuar sem despertar para a realidade e trazer para o debate não apenas a superficialidade costumeira para enfrentar cada problema, como agora, no caso da violência. Estamos trazendo apenas a superficialidade para enfrentá-la. Em vez disso, está na hora de aprofundarmos e analisarmos o retrocesso no baixo crescimento, o retrocesso no acomodamento do Governo diante do fato, o retrocesso no risco da manipulação de dados, o retrocesso da corrupção, o retrocesso da violência, o retrocesso da ciência e tecnologia comparada com outros Países, o retrocesso na educação e o retrocesso no exercício do trabalho do Parlamento, pois, hoje, sinceramente, nosso trabalho não se compara, nos discursos e nas ações, com o de uma geração anterior à nossa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a citou Juscelino. Eu faria lembrar de Juscelino aquela mensagem: é melhor sermos otimistas. O otimista pode errar, o pessimista já nasce errado e continua errando. Mas V. Ex^a traz essa esperança. Este Senado, em educação, toda a História sabe: o nosso João Calmon, Darcy Ribeiro e V. Ex^a. V. Ex^a se iguala a Norberto Bobbio. Estou lendo aqui Norberto Bobbio porque V. Ex^a ainda não me deu seu último livro. Mas nem tudo está perdido. Pode gravar, lá no Piauí chamamos de esculhambação. No lugar de Ordem e Progresso, o que tem é violência, é falta de hierarquia, de respeito. É a incompetência. Um governo é como um banco, Senador Gerson Camata: tem quatro pernas que o sustentam. Ele está forte porque são quatro. A corrupção, segundo o velho Ulysses, é o cupim que destrói a democracia. Há desperdícios – o aerolula –, sonegação – os ricos estão chafurdando, não pagam impostos – e incompetência. Acabou-se a máquina administrativa construída por Getúlio no livro do Dasp. Era de Wagner Estelita o primeiro livro em que estudei chefia e administração, critérios de promoção. Agora não. Se é do PT, é promovido. E está aí essa hierarquia. De tal maneira que, há muito tempo, eu pensei que eles iam mudar a cor da bandeira de verde, amarela, azul e branca para vermelha. Mas não. Eles trocaram só o “Ordem e Progresso” por “Desordem e Regresso” na nossa bandeira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, eu já havia praticamente concluído, mas para responder preciso de um minuto mais.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Mão Santa, que me trouxe mais uma das involu-

ções com a sua fala: a máquina do Estado. A eficiência da máquina do Estado também é mais um indicador da involução. Agradeço ao Senador Mão Santa por ter trazido mais esse indicador. V. Ex^a falou de otimismo e pessimismo e de um livro que eu não lhe dei. Eu não dei ainda o livro porque ele deve ser lançado em março. Com relação ao título do livro – lamento fazer propaganda, é ruim isso –, mostra que sou otimista.

O título do livro vai ser **Sou Insensato**, que é o título de um dos artigos que publiquei há algum tempo, na **Folha de S. Paulo**. Eu sou insensato porque ainda sou otimista. Eu sou insensato porque ainda acredito que vale a pena lutar para que o Brasil dobre essa curva e saia da involução que nós estamos vendo, outra vez, para o desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência agradece a V. Ex^a e o cumprimenta pelo brilhante discurso, com um conteúdo irreprovável. Parabéns, Senador.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, como primeiro orador inscrito, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu discurso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, farei três comunicados muito rápidos, mas quero começar por este, que vai na linha da fala do Senador Cristovam Buarque.

Sr. Presidente, hoje, se estivesse vivo, o Presidente João Belchior Marques Goulart estaria completando 89 anos. Falo de Goulart porque ele foi para mim um dos grandes Presidentes deste País. João Goulart está enterrado em São Borja, onde nasceu, ao lado de Getúlio Vargas e de Leonel de Moura Brizola. Jango morreu em 1976, no exílio, na Argentina. João Goulart e Brizola para mim entram para a História como grandes líderes deste País. Por isso, nesta data, faço uma pequena homenagem ao nosso inesquecível Jango.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero também registrar um fato positivo. Nesta semana, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Tabaré Vazquez firmaram acordo para que enfim se construa uma nova ponte sobre o rio Uruguai, ligando a cidade brasileira de Jaguarão, no meu Rio Grande, com Rio Branco, no lado uruguaio. As obras estão sendo encaminhadas por uma comissão mista binacional.

A obra fortalece, sem sombra de dúvida, o Mercosul. Lembro-me que participamos das primeiras discussões que levaram à aprovação desse acordo entre o Brasil e o que chamamos de *Los Hermanos* para a construção de novas travessias sobre o rio Uruguai. As

pontes serão construídas entre Itaqui e Alvear, Mauá e Alba, e Porto Xavier e San Xavier.

Sr. Presidente, além desse rápido comunicado e da homenagem pelo menos a dois ex-Presidentes da República do nosso País, quero também dizer da minha satisfação pelo fato de a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal ter aprovado hoje pela manhã um projeto que eu havia apresentado ainda quando deputado, que era a regulamentação do art. 7º da Constituição Federal, assegurando a crianças de zero a cinco anos de idade o direito à creche nas empresas.

Agradeço ao Relator, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, pois entendo que o dever de prestar educação às crianças de zero a cinco anos de idade não é exclusiva do Estado, mas dos demais segmentos da sociedade. Trata-se de um típico caso do dever concorrente do Estado e da empresa.

Sr. Presidente, segundo pesquisa, das 13 milhões de crianças brasileiras na faixa etária de zero a três anos, apenas 11,7% têm acesso às creches, e, ainda, somente 6% recebem atendimento público. É uma estatística lamentável. Um país que investe em educação é um país que acredita no potencial de seu povo e na importante dimensão política do processo educativo. Não devemos conceber a educação apenas como um direito fundamental, mas também como uma estratégia essencial para a superação do subdesenvolvimento de todo um povo. Investir em educação é adquirir o passaporte para um futuro mais próspero e, com certeza, mais justo, mais igualitário e mais libertário, inclusive com muito menos violência.

A permanência da criança na creche – e a empresa pode assumir essa responsabilidade com crianças de zero a cinco anos – foi um sonho dos Constituintes de 1988, e eu estava lá. Ajudei a redigir esse capítulo, e, até hoje, não conseguimos aprovar a Lei Complementar. Tentei lá, tentamos aqui, já há alguns anos, desde 2003, e somente hoje é que conseguimos aprovar a matéria, naturalmente por uma pressão muito grande do setor econômico. E conseguimos aprovar porque fizemos com que haja dedução de contribuições do empresariado para o Estado. Por isso, avançamos nessa formulação para que, efetivamente, a criança possa ter acesso a creche como uma forma de preparação.

Hoje, Sr. Presidente, quando aprovados os projetos, um pai me disse o seguinte – para mim foi interessante e vou contar porque sintetiza o meu pronunciamento: ele disse que o filho dele, com três anos, que frequenta creche particular, quando chegou em casa, ao montar o seu caminhãozinho, começou a montar a colocar o lixo dentro do caminhãozinho. Ele perguntou, por que isso, filho? E o filho responde ao pai: porque lá na escola me ensinaram que lugar de

lixo não é no chão; por isso que estou botando, já, no caminhãozinho. Depois, conversando com o filho, ele o ouviu falar de meio-ambiente, de ecologia. Isso, já, com três anos de idade. Claro que esse pai disse que pode pagar uma creche, mas o assalariado, esse não vai poder pagar uma creche, e, conseqüentemente, as crianças ficam na favela, ficam na rua com idade de quatro, cinco e, até pouco tempo, seis anos, porque agora muda a legislação.

Por isso, Sr. Presidente, considero de suma importância a aprovação desse projeto que é uma lei complementar que chamo da responsabilidade social, também da iniciativa privada em parceria com o Estado, já que vai poder deduzir os gastos que ele aplicar, efetivamente, com a creche dos filhos dos trabalhadores.

Era isso. Obrigado inclusive pela tolerância de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Senador Paulo Paim, obrigado a V. Exª.

Com a palavra, o Senador João Vicente Claudino.

V. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é o meu primeiro pronunciamento desde a posse, há um mês, nesta Casa. Inspirei-me em um texto de Sêneca sobre a brevidade da vida:

Não temos exatamente uma vida curta, mas desperdiçamos uma grande parte dela. A vida, se bem empregada, é suficientemente longa e nos foi dada com muita generosidade para a realização de tarefas importantes.

Ao contrário, se desperdiçarmos no luxo e na indiferença, se nenhuma ordem é concretizada e, por fim, se não se respeita nenhum valor, não realizamos aquilo que deveríamos realizar, sentimos que ela se esvai.

Desse modo, não temos uma vida breve, mas fazemos com que seja assim.

Não somos privados, mas pródigos de vida. Como grandes riquezas, quando chegam às mãos de um mau administrador, em um curto espaço de tempo, se dissipam, mas, se modestas e confiadas a um bom guardião, aumentam com o tempo, assim a existência se prolonga por um largo período para o que se sabe dela usufruir.

As palavras de Sêneca que tomei por empréstimo refletem os sentimentos que animam o meu espírito e justificam as razões pelas quais assumi as elevadas

funções de Senador da República, representando o povo do Estado do Piauí.

O tempo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bem aproveitado por quem edifica a vida, e mais aproveitado ainda por quem pode e faz diferença positiva na vida dos seus concidadãos. E pelo povo do Piauí, precisamos colocar o tempo de nosso mandato a serviço dessa transformação.

Todavia, Sr. Presidente, quero, antes de apresentar as linhas gerais do exercício do nosso mandato parlamentar, fazer indispensáveis agradecimentos e prestar necessárias homenagens.

Agradeço primeiro a Deus, porque sem Ele não é possível construir o bem, pela força a mim concedida na caminhada, me fortalecendo o espírito e sempre renovando a vontade de lutar pela melhora do meu povo.

Além de homenagear, agradeço também àqueles que depositaram em mim as esperanças, o lutador povo do Piauí, a que tanto me orgulho de pertencer e representar. Não carrego apenas os quase um milhão de votos que tive, mas muito mais. Sei que nos meus ombros depositam-se sonhos de todos os piauienses, dos que lá estão e dos que emigraram em decorrência das dificuldades que a vida impõe ao meu amado Piauí. Um dia voltarão para junto dos seus, tenho certeza.

Despertei a esperança nos corações dos piauienses, e as aspirações do nosso povo estão centradas nos desejos de fazer um Estado potencialmente rico e vocacionado para o desenvolvimento.

Não esquecerei nem abandonarei aqueles que me apoiaram e acreditaram em nossas propostas. Este é o meu compromisso: não desapontarei quem confiou em mim, decepcionarei aqueles que não acreditam na consecução dos nossos compromissos.

Hoje estou nesta honrada tribuna, destacando que a cadeira em que tomo assento sempre foi ocupada por políticos com longa vida pública. E hoje a ocupo de maneira inédita, pois essa foi minha primeira disputa eleitoral – um tanto novo na vida política do meu Estado, embora faça política há 20 anos. É decorrência de, ao longo da minha vida, ter recebido o apoio incondicional de minha família e dos meus amigos. Poderia ter perdido a eleição, mas só o entusiasmo demonstrado por eles no percurso de nossa ascensão ao Senado Federal representou muito dentro de mim. Já sabia que poderia contar com eles, mas me deram muito mais do que eu pedi. Deram o coração a uma causa. Meu especial muito obrigado a minha família.

Não posso deixar de homenagear a minha querida e estimada Paraíba e a minha cidade de Cajazeiras. Nessas terras estão minhas raízes.

Sr. Presidente, a certeza de que honrarei o mandato parlamentar que o povo me concedeu se justifica

porque o eixo de nossa atuação política será a luta pelo trabalho, a defesa do desenvolvimento, com a responsabilidade socioambiental, e o empenho para com a educação, sem a qual trabalho e desenvolvimento são apenas dois substantivos.

Sr. Presidente, mais do que o Estado, sou representante do povo do Piauí. Vim para esta Casa para defender os interesses de todos que fazem daquela terra o local onde moram, trabalham, vivem homens e mulheres de bem, crianças que sonham com uma boa educação, jovens que vislumbram oportunidades de trabalho, idosos que devem ter merecida valorização.

Trabalho, desenvolvimento e educação será o tripé de nossa atividade parlamentar. Trabalho e desenvolvimento têm sido as marcas de minha vida. E, por coincidência, o ritmo que também quer imprimir Sua Excelência, o Presidente da República, cujo farol é o PAC, que é, no mínimo, uma demonstração pessoal do Presidente Lula em priorizar a área de investimento, mesmo sabendo que o PAC será discutido, aperfeiçoado e votado nesta Casa. Temos de alertar que é imprescindível mais que uma ação que gere crescimento por determinado tempo e temos de planejar um crescimento continuado para atingir um desenvolvimento nacional consistente.

O legítimo mandato que me foi concedido pelo povo para representá-lo somente terá utilidade se canalizarmos as nossas energias e os nossos talentos para criarmos oportunidades de trabalho e viabilizarmos o desenvolvimento social e econômico para todos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sem educação, não há trabalho que sirva e, por consequência, não há desenvolvimento. Inútil e vão será o trabalho se não produzir o desenvolvimento. A educação, o trabalho e o desenvolvimento estão intrinsecamente ligados, e nós dependemos da harmonia dessa realidade.

Para simbolizar esse Piauí grande, vigoroso e que dá certo, destaco o Instituto Dom Barreto, primeiro lugar nacional do Enem, orgulho para o Piauí, um sonho de um homem devotado à educação: o Professor Marcílio Rangel, um mecenas da arte e da cultura, um educador que fez um empreendimento privado sem se distanciar do compromisso social, sem titubear ao inserir a qualidade Dom Barreto na periferia de Teresina. Trata-se de um colégio com as mesmas características e os mesmos princípios para as crianças carentes na busca de diminuir o fosso da disparidade qualitativa do ensino.

O nosso Piauí, Sr. Presidente, não tem a pujança econômica de outras Unidades da Federação, mas tem um povo que sabe superar as dificuldades da natureza, de um sol escaldante, sem se deixar abater. Temos o potencial do agronegócio, do turismo, do comércio, da mineração, das indústrias e sobretudo o mais rico produto que uma região pode ter: pessoas vocacio-

nadas para o trabalho, o estudo e o desenvolvimento. A função do Poder Público é canalizar esse potencial todo para que o Piauí crie, de uma vez por todas, a imagem de terra de muitas oportunidades.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador João Vicente Claudino, quero, primeiramente, dizer que é uma honra tê-lo no Senado, no nosso Partido, o PTB, V. Ex^a que, jovem ainda para os padrões da Casa, assume a cadeira de Senador com uma visão de homem empreendedor, portanto, de homem que sabe que tempo e trabalho são coisas muito importantes para termos resultados. Tenho certeza de que o seu mandato vai ser muito profícuo e muito benéfico para o povo do Piauí. Aliás, o Piauí só tem mostrado aqui bons exemplos de bons Senadores, como o Senador Alberto Silva, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Mão Santa, Petrônio Portella, que foi um exemplo nacional de homem público. Tenho certeza de que V. Ex^a vai estar à altura de todos eles e de que o PTB vai se engrandecer muito com a presença de V. Ex^a nas suas fileiras.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Agradeço o aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti. Os desafios da nossa querida Roraima são muito parecidos com os do Estado do Piauí.

Sr. Presidente, todos sabemos quais são os principais problemas que castigam o nosso País: a miséria, a falta de trabalho, a violência e tantas outras chagas que nos afligem e devem ser combatidas.

Esses tumores sociais somente serão lancetados se todos nós, governantes e sociedade civil, trabalharmos com entusiasmada dedicação. É uma tarefa por demais gigantesca para ficar nos ombros de poucos ou de um pequeno grupo, por mais bem intencionado que seja. Todos nós somos convidados para essa messe.

Nós, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, recebemos um convite especial. O nosso anfitrião é o povo brasileiro. Foi ele quem nos chamou para assumirmos essa grandiosa responsabilidade. Nós não podemos nos omitir, nenhum de nós.

Por isso, Sr. Presidente, vim para somar esforços para que o Senado Federal cada vez mais contribua para a melhoria das condições de vida de todos os brasileiros. Não tenho a ilusão de que sozinho farei tudo. Nem quero fazer tudo sozinho. Quero ajudar. Quero contribuir. Aprenderei com os políticos experientes desta Casa, repetindo para internalizar, e criando para renovar.

Desejo conquistar o respeito de meus colegas e admiração de meus concidadãos com minha luta por mais trabalho e mais desenvolvimento para todos.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Claudino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Concedo o aparte. É um prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Desejo, em rapidíssimas palavras, cumprimentá-lo pela posse e, também, fazer votos de pleno êxito no exercício do seu mandato. V. Ex^a é de um Estado nordestino, como sou. O Piauí é vizinho de Pernambuco; portanto, temos uma convivência que muito nos identifica. Estou certo de que aqui, além das questões nacionais e federativas, poderemos atuar muito em defesa do Nordeste e de seu desenvolvimento. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Agradeço e reitero a admiração que temos pela conduta política de V. Ex^a na vida pública nacional.

Reitero: os acertos serão de todos. Os erros também. Todos somos legítimos representantes do povo de nossos Estados.

Sr. Presidente, a despeito do muito que tem sido feito, ainda há muito por fazer. Há muito trabalho pela frente. Há muito o que desenvolver. Aqui, uso esta palavra no sentido de melhorar.

Temos de melhorar o nosso sistema tributário, pois o Fisco arrecada muito, mas inibe os setores produtivos deste País, jogando muitas atividades econômicas e empresariais para a informalidade. A Reforma Tributária será o momento oportuno para discutirmos também o Pacto Federativo.

A reforma política é a base para que a atividade política possa ser revalorizada, em conjunto com nossas atitudes, não se podendo jogá-la para segundo plano de discussão. A ação política transforma a vida das pessoas e fortalece a democracia no Brasil, que ressoa para o continente.

Temos de melhorar a legislação trabalhista e previdenciária para que as empresas sintam-se estimuladas a criar mais oportunidades de emprego para mais trabalhadoras e trabalhadores, e que estes tenham assegurado e protegidos os seus benefícios sociais.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Vicente, permite-me um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Vicente, nós, do Piauí, temos uma grande responsabilidade. Nesta Casa, talvez, em seus 180 anos, a figura mais importante foi o piauiense Petrônio Portella. Nas turbulências, ele impôs respeito. Quis Deus eu estar do seu lado quando fecharam este Congresso. A imprensa foi entrevistá-lo e ele disse: “Este é o dia mais triste de minha vida”. Essa é a autoridade moral de um Presi-

dente. Essa frase, essa força moral do Piauí, simbolizada por Petrônio, que nós temos de representar, fez recuar as forças militares e abriu este País, que teve o Congresso fechado mais de sete vezes e por muito tempo. Roma, nunca. Nem os Césares fecharam-na por mais de cinco dias. Então, Petrônio deu esse ensinamento muito oportuno. A história diz que Cícero, num momento como esse, em Roma, disse: “**Pares cum paribus facilline congregantur.**” Violência atrai violência. Mas eu vim, Camata, e quero chamar a sua atenção para a grandeza que nós temos aqui. Este é o Piauiense. Eu não vou retratar os outros, pois todos os Senadores foram extraordinários. Eu podia incorrer no erro de esquecer alguns dos nomes. Mas, para que o Brasil, para que Lula da Silva Presidente veja o que é uma autoridade moral: Petrônio Portella Presidente andava no Rio de Janeiro sem proteção militar. Eu o recebi lá no Piauí, na nossa Parnaíba – evidentemente, era até um carro privado, eu do lado, ele, meu irmão e Lauro Corrêa. Havia aqueles batedores. Olha que autoridade moral! Aí, de repente, o Ministro do Piauí, o Ministro que justeza da Justiça, como disse Aristóteles, a coroa brilhar mais do que a dos reis, mais alto do que a dos santos. Camata, de repente, o Piauí recebeu homenagem normal de orgulho do piauiense. João Vicente, ele disse: “Mão Santa, pára, pára, pára.” Eu fiquei preocupado, Camata. “Olha, eu não gosto disso. Autoridade é moral. Eu não preciso de batedor.” E é esse o Estado, essa é a autoridade em que os Ministros são assaltados, têm medo até de dizer que foram assaltados. Viram o Ministro da Fazenda? Agrediu um honrado piauiense, o caseiro Francenildo. Então, é essa autoridade moral de Petrônio Portella de que nós somos herdeiros.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex^a e faço minhas as palavras elogiosas ao Senador Petrônio Portella, simbolizando a integridade política dos Senadores do Piauí.

Concedo um aparte ao Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador João Vicente Claudino, devo dizer a V. Ex^a que todos nos sentimos felizes com a presença deste jovem parlamentar nesta Casa, sabemos da responsabilidade que tem V. Ex^a com o Estado que aqui representa, o Piauí. Se o povo do Piauí está feliz, alegre com a presença de V. Ex^a nesta Casa, imagine nós, os paraibanos, sendo V. Ex^a filho de Cajazeiras, a terra que ensinou a Paraíba a ler, a nossa querida Cajazeiras, no alto sertão da Paraíba. Então, nós, os paraibanos, estamos mais felizes ainda porque, em vez de três Senadores, temos quatro Senadores paraibanos aqui em defesa da nossa Paraíba. Contamos com o apoio de V. Ex^a, precisamos do

seu sangue paraibano para fortalecer a nossa bancada. Deus abençoe V. Ex^a para que aqui tenha um grande trabalho, tenha a mesma fibra que tem o seu pai, o empresário João Claudino, que mostrou ao Nordeste, à Paraíba, ao Piauí, ao Maranhão, como se vence na vida: vence-se com trabalho, com dedicação, com honradez, com humildade. Então, V. Ex^a, com certeza, fará nesta Casa um excelente trabalho. E espero que, sempre que formos convocar a Bancada da Paraíba, desde já se sinta convocado para participar das reuniões da nossa querida Bancada paraibana.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Não tenha dúvida, Senador Efraim. É uma alegria, e estaremos sempre a postos para trabalhar para nossa querida Paraíba.

É indispensável, ainda, fortalecermos a família brasileira para que os indivíduos tenham nela o seu “porto seguro”, o seu eixo para afastá-los da violência, da criminalidade, das drogas, da ociosidade. É preciso resgatar o respeito pelo indivíduo, e o melhor caminho é o respeito à família.

Como afirmei, há muito o que fazer. Temos de cerrar um pacto pelo desenvolvimento de nosso País e dos nossos Estados e Municípios em particular.

O desenvolvimento sustentável do País não deve ser um sentimento solitário, que fique na intenção do Presidente da República, mas deve e tem que ser de todo o Governo, acabando com a insensibilidade burocrática que trava os investimentos necessários para alcançarmos esse desenvolvimento. No nosso Parlamento, especificamente aqui no Senado, devemos ser responsáveis e céleres nas discussões para dirimir os problemas.

Sr. Presidente, não podemos deixar que se apague a chama empreendedora que fez deste País uma das maiores economias do mundo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho consciência de que não se consegue entregar o que não se tem, de que não se consegue realizar o que não se planejou. Pretendo trazer a minha experiência administrativa para a atividade político-parlamentar. Sou um homem de ação. As palavras servem para anunciar apenas o que se espera que façamos e não o que deixaremos de fazer.

Sei que posso contar com a colaboração de meus colegas Senadores e Senadoras para concretizarmos essa missão. Não faltarei aos meus deveres. Apoiarei todas as iniciativas que forem boas para o Brasil, e para o Piauí em especial, esse Estado sempre vítima das desigualdades nacionais e regionais...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Com prazer Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu gostaria apenas de dar as boas vindas nesta Casa a V. Ex^a, uma das mais novas, expressivas e promissoras lideranças do nosso querido Nordeste brasileiro, do nosso Piauí. Tenho certeza que, com sua atuação agora como político, vai cada vez mais confirmando-se como essa grande liderança nordestina que vai realçar com seu trabalho a nossa Bancada nordestina, hoje aqui tão carente de talentos como o de V. Ex^a. Por isso queria dar-lhe as boas vindas a esta Casa.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Agradeço as suas palavras.

Como eu dizia o Piauí é um Estado sempre vítima das desigualdades nacionais e regionais, produzidas pela concentração dos investimentos nas regiões mais ricas do País.

Finalizando, Sr. Presidente...

O Sr. Sérgio Zambiasi (Bloco/PTB – RS) – Senador João Claudino, antes do seu encerramento e contando com a compreensão do Presidente Papaléo Paes, como seu companheiro partidário, quero dizer que lamento não ter podido estar presente na abertura do seu pronunciamento, mas cumpria missão de Senador da República e do Rio Grande do Sul. Mas eu não poderia deixar de me solidarizar com o seu pronunciamento, com suas preocupações e com os seus compromissos como Parlamentar, como brasileiro, como piauiense. Não tenho dúvida de que sua presença nesta Casa terá um significado muito especial, não só como companheiro de Partido, o PTB, com muito orgulho, mas como representante do Estado e, acima de tudo, como um brasileiro que está a serviço do País, buscando construir o melhor para todos nós junto ao Governo Lula, com quem estamos comprometidos em apoiar e lutar pelo sucesso desta administração. Trago, portanto, se me permitir o Senador Mozarildo Cavalcanti, pois não sei se S. Ex^a já se manifestou a esse respeito, em nome da nossa Bancada – somos cinco companheiros aqui, ou seja, uma representação significativa no Senado –, os cumprimentos, pois V. Ex^a sempre foi solidário a todos os compromissos assumidos com o seu povo, com o seu Estado, com o Governo Federal e com o Brasil. Bem-vindo.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Senador Sérgio Zambiasi, agradeço as palavras. Estou orgulhoso de dividir a Bancada do PTB com o Senador Mozarildo Cavalcanti e com V. Ex^a, tratando das preocupações nacionais.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de recitar um poema de um piauiense que muito nos orgulha – o Senador Mão Santa o conhece bem –, o saudoso poeta Da Costa e Silva, que resume a força motriz da minha vida:

Síntese

O que perturba e intimida

O meu espírito forte

Não é a certeza da morte,

Mas a incerteza da vida.

Temos muito trabalho pela frente para diminuirmos essa incerteza. Mãos à obra. Que Deus nos abençoe.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Vicente Claudino, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelos Srs. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, e Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Respeitando V. Ex^a como presidente, como legislador, porque, a partir de ontem, não tem mais aparte nas comunicações inadiáveis. Mas Montesquieu, em **O Espírito das Leis**, me inspira e me dá coragem de vir aqui ser solidário a Paulo Paim, que hoje falou sobre o problema mais grave deste País: creches. Não tem mais.

Fui prefeito, Efraim Moraes, e existia a LBA. Papaléo também o foi. Como era fácil se criar uma creche com a LBA. Agora não tem. Então, Paulo Paim, com sua inspiração, cria um projeto de lei que faz voltarem para as crianças as possibilidades de creches que tivemos no passado, com a existência da LBA.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a pela observação.

Agora, quero deixar claro a V. Ex^a e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o que solicitamos ontem dos senhores Parlamentares foi o cumprimento do Regimento no que diz respeito a isso. Porque está aqui, no art. 14, inciso XII:

XII – para apartear, por dois minutos, obedecidas as seguintes normas:

.....
b) não serão permitidos apartes:

.....
7 – a uso da palavra por cinco minutos;

Essa é somente uma forma de equilibrarmos o debate. Quando ontem solicitamos que não aparteassem, em função do Regimento, era porque nada mais, nada menos do que cinco Parlamentares estavam querendo apartear. Se o orador tinha dois minutos, caberia a

reclamação por parte daqueles que estavam inscritos. Portanto, pedimos só a compreensão.

Em compensação, em seguida, estreava na tribuna o Senador Marconi Perillo, que usou 40 minutos, como hoje usou 25 minutos o Senador João Vicente Claudino. Os membros da Mesa sempre vão ter a paciência de dar oportunidade aos Parlamentares que estão estreando, mas solicitando a compreensão dos experientes. Na hora em que puder haver apartes, o Senador será aparteado.

Senador Gerson Camata, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)
– Agradeço a V. Ex^a.

Inicialmente, quero registrar a presença no plenário do ex-Ministro e futuro Ministro Ciro Gomes, que está visitando seus futuros companheiros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– A Presidência registra a presença do ex-Ministro e Deputado Ciro Gomes.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, ontem houve dois fatos importantes no Brasil, tendo como palco o Senado: um, que reputo com muito importante e de bom augúrio para o Brasil; o outro, que considero um pouco triste para o Senado e um pouco triste para o Brasil.

Um fato importante foi a visita a Brasília dos Governadores do Sudeste – Paulo Hartung, José Serra, Aécio Neves e Sérgio Cabral –, que estiveram aqui para propor treze medidas sobre segurança: tipificar crimes cometidos por organizações criminosas; aumentar as penas para os crimes contra a incolumidade pública, como incêndios de veículos e ataques a sistemas de comunicação; aumentar a pena para motins de presos; aumentar a pena para homicídio doloso contra policial, juiz ou membro do Ministério Público ou servidor do sistema prisional; definir como falta grave o uso de celular ou comunicação eletrônica em presídio, já aprovado aqui – está na Câmara dos Deputados; responsabilizar as operadoras quanto à recepção de sinais de celulares; determinar o uso do patrimônio do criminoso para ressarcir a vítima; aumentar o tempo de cumprimento de pena para o condenado por crime hediondo; restaurar o exame criminológico para que se possa decidir se o condenado merece ser transferido para regime mais brando; permitir que condenados tenham o benefício da delação premiada; conceder o subsídio para financiamento habitacional a policiais; aumentar o tempo máximo de internação de jovens infratores de três para dez anos; reformar o processo penal para apressar os julgamentos, porque, quando a justiça tarda, ela já falhou.

O fato lamentável, no meu entender, Sr. Presidente, foi que nós, ao mesmo tempo, na Comissão de Justiça

do Senado, adiamos, por 45 dias, uma tomada de decisão quanto a baixar para 16 anos a maioria. Esses projetos – são seis – tramitam na Casa desde 1999, há nove anos. Pois bem, pediram alguns Srs. Senadores só mais 30 dias para examinar direito. Se em nove anos não examinaram, não sei o que vão examinar em 30 dias.

Temos – e V. Ex^a acabou de falar sobre isso – de ter um Regimento que seja obedecido. Temos de ter normas para nosso trabalho. Nenhum organismo, nenhuma assembléia de síndico – e um Senado muito menos – pode funcionar sem um Regimento Interno que determine as competências de cada um e a hora em que essa competência deva se manifestar.

O ex-Senador e Governador Sérgio Cabral, Sr. Presidente, trouxe para cá um anteprojeto de lei complementar que objetiva transferir para os Estados alguns itens específicos de Direito Penal para a legislação dos Estados, principalmente sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e sobre fatos ocorridos no território de cada Estado, inclusive com o direito dos Estados de aumentar as penas.

Há um projeto de lei complementar de minha autoria tramitando na Casa sobre o mesmo assunto. Estou solicitando licença ao Governador Sérgio Cabral para apresentar o projeto dele, que julgo um pouco mais completo do que o meu e que vai fazer com que, quando o Congresso Nacional não se decidir rapidamente, a Assembléia Legislativa do Estado possa tomar providências e legislar sobre matéria penal. Isso fará com que a população tenha respostas mais rápidas diante das crises que estão acontecendo a todo momento.

Acredito, Sr. Presidente, que os Governadores vieram trazendo todos projetos que já estão em tramitação nesta Casa há cinco, dez, quinze anos, oferecendo à Casa esse tesouro, esse banco de dados, essa tempestade de boas iniciativas que, tramitando nas duas Casas, estão aí prontas para serem aprovadas. Algumas tramitam há mais de dez anos.

Queremos cumprimentar os Governadores do Sudeste pela iniciativa de abrirem o olho do Congresso Nacional, trazendo aquilo que já estava tramitando aqui há muito tempo.

Sr. Presidente, peço que seja transcrito aqui um editorial sobre esse assunto do jornal **A Gazeta**, do Estado do Espírito Santo.

Era o que eu queria dizer a V. Ex^a, cumprindo rigorosamente o horário que V. Ex^a me determinou.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GERSON CAMATA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Até quando?

A população terá de esperar ainda mais para conhecer a decisão do Congresso sobre a proposta da redução da maioria penal no país, de 18 para 16 anos. Estava previsto que a matéria seria votada ontem no Senado, mas não foi. A Comissão de Constituição e Justiça da Casa achou uma forma de conter a velocidade de tramitação do projeto. Recorreu à forma clássica: criou uma comissão especial para discutir o assunto. É composta por seis senadores, que terão prazo de 30 dias, prorrogável por mais 15, para se manifestar.

É a segunda vez que a matéria é barrada no Senado. No dia 14 de fevereiro último, uma manobra regimental articulada pelo governo adiou sua votação na Comissão de Constituição e Justiça. Num gesto que agradou ao Palácio do Planalto, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu vista (tempo para analisar) das propostas. O presidente da CCJ, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), atendeu à solicitação, afirmando que a votação não passaria do dia 28 (ontem). Ficou o dito pelo não dito.

É difícil convencer a grande parte da sociedade de que não está em curso uma estratégia de esfriamento da matéria. Diminuir o limite de idade para que um jovem possa ser condenado por um crime virou tema de batalha retórica no país. A tomada de posição, seja a favor ou contra, está sujeita a contestações. Ocorre que o adiamento de decisão tão importante também provoca desgaste – e muito – tanto para o Legislativo quanto para o Executivo.

Num primeiro momento, ao protelar a votação, os senadores evitaram confronto com parlamentares aliados ao Palácio do Planalto. E com instituições representativas da sociedade civil. Poucos dias após o assassinato do menino João Hélio Fernandes Vieitis, fato que reavivou o debate sobre a idade mínima para punições penais, o presidente da República solicitou aos líderes de sua base no Congresso que derrubassem a tramitação da matéria. Para ele, o sentenciamento penal antes dos 18 anos pode "desproteger os adolescentes" – teoria que atrai ampla rejeição. Principalmente dos que se preocupam com os desprotegidos cidadãos de bem.

Criaram-se flagrantes deformidades no objeto dessa discussão. Às vezes até propositadamente, para esvaziá-la. É mil vezes evidente que a proposta de diminuir a idade mínima para punição penal não embute vingança à morte do menino João Hélio. Esse tipo de sentimento não tem nexos em política de segurança pública.

Também é falacioso o argumento de que o clima emocional sugere a protelação de eventuais mudanças nas leis penais. É evidente que se tratou de um fato chocante, de repercussão internacional, a barbárie praticada contra um garoto de seis anos, arrastado por um veículo ao longo de sete quilômetros, no subúrbio do Rio de Janeiro. Mas, se a tomada de atitude depender que cesse a participação de menores em atos criminosos, certamente ela não irá acontecer.

O imobilismo também está fadado a prevalecer, sob o pretexto de que a punição a menores de 18 anos não vai banir a criminalidade. É claro que não vai. Mas é indispensável adequar a legislação às necessidades atuais. Essa e muitas outras medidas devem ser tomadas, com urgência. A impunidade não pode continuar alimentando a violência. A sociedade não aguenta mais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, que será atendido na forma do Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são duas questões de ordem. A primeira para protestar e recorrer contra decisão de ontem tomada aqui, sem que ninguém soubesse, pela Mesa e pelo Plenário, com urgência, inclusive dizendo que a Comissão de Justiça era favorável. Não é favorável! Quem deu o parecer não tinha condições de fazê-lo sem a autorização do Presidente. Não é possível que se queira ficar na Mesa com as vantagens dos cargos da Mesa e ainda se queira participar das comissões. Isso sempre foi impedido. E, em 24 horas ou menos, 12 horas, o Senado da República muda o Regimento numa atitude pouco elegante e descortês com as lideranças com as quais conversei hoje e que não estão dispostas a fazê-lo.

De minha parte, direi: se isso prevalecer, eu não distribuirei nem um projeto a quem tenha sido membro da Mesa e vá para a comissão. Isso foi um crime que se praticou neste Senado para dar vantagens aos membros da Mesa, que já têm muitas.

Conseqüentemente, quanto a esta questão de ordem, quero que V. Ex^a dela tome conhecimento. E, ao mesmo tempo, quero dizer ao meu amigo Gerson Camata que ninguém tem trabalhado mais no combate à criminalidade que a Comissão de Justiça. Ainda hoje estamos trabalhando. Já fizemos uma reunião no almoço com todos os membros. Já temos trabalho realizado. Segunda-feira, às 18h, estaremos reunidos. Quinta-feira, às 11h, estaremos reunidos.

Nós vamos cumprir com a nossa obrigação. E, quanto a tudo aquilo que os Governadores pediram, eles já tinham sido atendidos, na sua grande maioria, pelo Senado da República, pela Comissão de Justiça.

De modo que faço este protesto – protesto sério – e vou recorrer, se for possível recorrer, contra a decisão que o Plenário tomou ontem, que é infringente com relação à Constituição. Lamento, inclusive, se o meu amigo, hoje Ministro do Tribunal de Contas, Raimundo Carreiro trabalhou nesse sentido, pois cometeu

um crime antes de ir para o Tribunal, o que não tinha feito antes da sua escolha.

Portanto, este é o meu protesto. E quero que meu protesto seja levado à Mesa. Como V. Ex^a é Secretário da Mesa, tem responsabilidade. De maneira que V. Ex^a leve à Mesa o meu protesto. Se precisar ser escrito, será escrito, mas não é para beneficiar quem já tem tantas vantagens como membro da Mesa que vou calar a minha voz e permitir isso. Na minha Comissão, Líder nenhum designe, porque, se designar, não relatará nem um projeto. Eu não permito que essa arbitrariedade fique impune. Eu não permito!

Fizeram um golpe! Chega de golpes nesta Casa! Vamos fazer coisa séria! Vamos prestigiá-la! Vamos fazer com que a Casa cresça no conceito nacional, e não com essas medidas às escondidas, na calada da noite, sem que ninguém saiba! Eu, que estava aqui o dia inteiro, não vi. Conseqüentemente, Sr. Presidente, isso foi feito sem número, isso foi feito arbitrariamente, isso foi feito erradamente! Se V. Ex^a puder consertar, crescerá bastante na opinião pública do País. Se V. Ex^a não puder, que leve para o Presidente da Casa fazê-lo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a e lhe comunico que a matéria foi discutida na Mesa por um projeto de autoria do Senador César Borges e, aprovada por unanimidade, veio ao Plenário e foi votada com o acordo dos Srs. Líderes partidários. É uma informação que a Mesa já adianta a V. Ex^a, mas dará conhecimento de todos os detalhes para que V. Ex^a tenha conhecimento do trâmite que aconteceu do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se V. Ex^a me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Em respeito a V. Ex^a não vou dialogar com V. Ex^a. Entretanto, os membros da Mesa não vão para a Comissão de Justiça, porque, se forem, não terão nem um projeto para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Eu informo a V. Ex^a que já tenho muito trabalho na 1ª Secretaria.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, primeiramente, em respeito ao Senador Antonio Carlos Magalhães, quero trazer alguns esclarecimentos.

Essa questão foi debatida numa reunião dos Líderes partidários na presença do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; posteriormente, discutida na reunião da Mesa do Senado Federal, por proposta do Senador César Borges, com o objetivo de fazer com que os Srs. Senadores que integram a Mesa possam trabalhar mais. Na verdade, o que se deseja é mais trabalho para alguns membros da Mesa, que poderão, se desejarem, indicados pelos seus Líderes, participar das comissões temáticas da Casa.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – E não trabalham não, Excelência?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu disse que querem trabalhar mais – ainda mais –, participando das Comissões, porque as Comissões realizam um trabalho de grande importância. Há cargos da Mesa que não exercem função administrativa, como a Vice-Presidência, a 2ª Vice-Presidência. E houve um desejo de Parlamentares que integram a Mesa de poderem participar dos trabalhos das Comissões.

É evidente que a Mesa só poderia submeter em regime de urgência com a concordância das Lideranças. E as Lideranças subscreveram requerimento solicitando o regime de urgência. Apenas para esclarecer.

Sr. Presidente, venho, com muita tristeza, a esta tribuna para destacar que o infortúnio chegou à casa de alguns amigos no Paraná. No mesmo dia em que estampou a manchete “Paraná cresce no mato do crime”, deplorando o estado de violência a que chegou o Estado, o publicitário André Heitor Costi Filho, ex-diretor comercial e filho do diretor-presidente do jornal **O Paraná**, que se edita em Cascavel, com ampla circulação no oeste do Paraná, foi encontrado morto com 11 tiros de pistola 9 milímetros, em uma estrada de Matelândia, quando retornava de Foz do Iguaçu.

André Filho estava desaparecido desde terça-feira, e sua família, preocupada com a falta de notícia, já temia pelo pior em face do clima de violência que domina o Paraná. Ontem à tarde os maus presságios se confirmaram quando o corpo do publicitário, de 46 anos, pai de um filho de 13, foi localizado em um trecho da estrada que corta o município de Matelândia.

Esse é mais um dado no quadro da violência que estarrece o Brasil e o meu Paraná e coloca em desta-

que o meu Estado no *ranking* dos Estados brasileiros com os maiores índices de criminalidade no País.

A manifestação de solidariedade à família do André e os nossos mais profundos sentimentos pelo ocorrido. Certamente, essa é uma perda que será sentida interminavelmente na cidade de Cascavel e no oeste do Paraná.

É o retrato da violência que campeia no interior do País. Não apenas as grandes metrópoles, mas o interior do País está sobressaltado com o crescimento avassalador da violência, que não se contém, até porque a autoridade se ausenta, e a competência de gestão administrativa não há.

Aqui há outro retrato de violência que atinge o meu Estado: “Foz do Iguaçu tem mais homicídios de jovens – cidade registra a taxa média de 223,3 mortes de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos por cem mil habitantes”. Sr. Presidente, peço que se registre nos Anais da Casa essa matéria do jornal **O Globo** como alerta, para que se estabeleça, desde já, o anúncio de que a situação se agrava não só nessa cidade, mas especialmente nela. Especialistas estão prevendo que, já em 2008, Foz do Iguaçu poderá ser a cidade mais violenta do Brasil. O alerta parte sobretudo do coordenador do Núcleo de Pesquisa e Prevenção da Violência de Foz do Iguaçu, Sr. José Elias Alex Netto.

Portanto, Sr. Presidente, o pedido de que V. Ex^a autorize o registro desta matéria nos Anais da Casa é para alertar as autoridades, porque não posso entender como um patrimônio da humanidade como é Foz do Iguaçu possa ser tratado dessa forma pelos governos. Pluralizo, pois não é só este Governo: são muitos os governos que vêm e vão e que não olham para a cidade, apesar de suas fantásticas belezas naturais, que encantam o mundo, permitindo-se que se estabeleça um contraste aterrador entre as belezas naturais e a pobreza da violência, que assusta a todos que lá vivem.

O Governo não vê; o Governo não cuida; o Governo não protege; o Governo não respeita; o Governo não se sensibiliza com a tragédia diária; o Governo ignora, porque não tem competência ou não tem sensibilidade humana. Assiste passivamente ao acúmulo das vítimas que se sucedem, enquanto sequer gasta os recursos disponibilizados no Orçamento para combater a violência no País. Os recursos são reservados para o pagamento de juros, serviços da dívida, para o alcance do superávit primário, enquanto vamos acumulando vítimas no País.

Sr. Presidente, não sou daqueles que procuram gerar falsa expectativa de que o Congresso possa resolver essa situação; de que o Congresso, aprovando leis, aprimorando a legislação, vá resolver todos os problemas que sacodem o País no setor de segurança pública. Não. Não vamos gerar essa falsa expectativa. Mas temos o dever, sim, de agilizar os procedimentos, de aprovar as matérias, de aprovar os projetos.

Por isso, não nos conformamos com essa postura de contemplação da Câmara dos Deputados e até, de certa forma, de desrespeito ao Senado, ao não aprovar os projetos que têm origem nesta Casa e que dormem nas gavetas da outra Casa do Congresso Nacional.

Diante desse drama que o País vive a cada dia, a cada passo, cada vez mais, com a violência que cresce, diante dessa tragédia, queremos apelar para a sensibilidade do Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, para que coloque na pauta todos os projetos já aprovados no Senado Federal e que digam respeito à segurança pública neste País.

Sr. Presidente, eu teria outro pronunciamento a fazer, mas houve esse fato novo – o que, aliás, é corriqueiro no Brasil. É por isso que nós nos assustamos, e o Senador Antonio Carlos Magalhães sabiamente protestou quando afirmaram que não se deveria deliberar em momento de emoção, como se este País não vivesse permanentemente sob forte emoção. Temos emoções todos os dias. A emoção é constante, é rotina; a tragédia também. Emocionamo-nos diante da tragédia, mas, sobretudo, ficamos indignados diante da postura contemplativa das autoridades em relação à existência dela a cada dia. É preciso decidir sob emoção sim; é evidente que temos de decidir sob emoção. Se fôssemos aguardar um dia sem emoção e sem tragédia neste País, nós não teríamos a oportunidade de decidir jamais, porque a tragédia e a emoção são permanentes no Brasil.

Sr. Presidente, relativamente ao outro pronunciamento, peço a V. Ex^a que o dê como lido, para que possamos inscrevê-lo nos Anais da Casa.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, posso apartear-lo?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador Mozarildo. Com a permissão do Presidente,

que me concedeu mais dois minutos, eu os concedo a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, quero apenas comentar justamente uma frase de V. Ex^a, essa história da emoção. V. Ex^a tem toda a razão. Já disse isso aqui em um pronunciamento, baseado na minha experiência de médico. Como não resolver um problema em um momento de emoção? É preciso resolvê-lo, sim, no momento de emoção, de dor, de sofrimento. Quero, inclusive, parabenizar o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da CCJ, pela iniciativa de nomear um grupo de trabalho, composto por seis Senadores, em que eu honrosamente estou incluído – mais por bondade de S. Ex^a e menos por mérito meu. Vamos trabalhar com prazo fixo de 45 dias para condensar todo o conjunto de propostas e elaborar, portanto, a legislação necessária para combater, de maneira efetiva, a criminalidade neste País, propondo as medidas legislativas e também indicando para o Executivo e o Judiciário as sugestões necessárias para realmente coibir a criminalidade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Eu dizia que não devemos gerar falsas expectativas. A lei, por si só, não resolve, porque há ausência de autoridade no Brasil. Quando a autoridade não se impõe, a marginalidade cresce, o crime aumenta, e a violência faz vítimas.

Não há como admitir que um governo não imponha a sua autoridade para combater o crime. Os marginais, quando percebem a ausência de autoridade, sentem-se mais poderosos do que as autoridades constituídas. Essa situação vem ocorrendo no Brasil a par da incompetência administrativa que impede o Governo sequer de aplicar os recursos disponibilizados no Orçamento da União.

Concluindo, Sr. Presidente, peço que V. Ex^a considere como lido o pronunciamento que hoje faria sobre questões de natureza econômica, abordando o PAC, as PPPs, o crescimento econômico do País, as taxas de juros e a carga tributária.

Agradeço a V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

- A indefinição do presidente Lula na escolha de sua equipe – como disse o editorial da Folha de São Paulo do último domingo – “confere características melancólicas ao seu segundo mandato”. Já se passaram mais de 100 dias – desde que foi reeleito –. O presidente Lula está perdido nas contradições da pretensa “coalizão programática”. As negociações em curso não conduzem a formação de um governo de coalizão, amparado em princípios “programáticos”.
- Crescem os questionamentos em todas as áreas: segurança pública, invasões no campo e chegam a questões econômicas e sociais.
- Já afirmei dessa tribuna que não acredito na capacidade de execução do governo do Presidente Lula – me referia especificamente à execução do PAC.
- Vejamos o exemplo das Parcerias Público-Privadas – PPPs. Mais de dois **anos** após o Presidente Lula sancionar a Lei que instituiu as PPPs– à época decantada em prosa e verso como a solução salvadora para a modernização da infra-estrutura do País, face às limitações de investimento do Estado – a iniciativa permanece a dormir nos escaninhos das 34 Pastas setoriais.
- O travamento da **primeira PPP** lançada pelo governo federal é emblemático.
 - São duas estradas no interior da Bahia, cujo edital de concessão está programado para março próximo. O lançamento da referida parceria já foi anunciado e adiado várias vezes. O preocupante é que são reais as possibilidades dela continuar paralisada.
 - O governo trava verdadeira “quebra-de-braço” com os potenciais parceiros privados, porque considera alta a taxa de retorno esperado pela iniciativa privada. As projeções sobre a rentabilidade do investimento não podem justificar o adiamento *sine dia* das PPPs.
 - Em janeiro último, o governo suspendeu um projeto que concederia 07(sete) trechos rodoviários (**Paraná**) à iniciativa privada. Nesse caso específico, o governo não aceitou a expectativa de 12,88% de retorno previsto em contrato.
 - Os empresários ouvidos destacam que situar a taxa entre 12% a 13% é perfeitamente defensável tecnicamente.
 - A ministra Dilma Rousseff ao apresentar ao Congresso Nacional o PAC, procurou dissipar todas as suspeitas da presença de viés ideológico a privatização daquelas estradas.
 - Em que pese o viés ideológico permear a questão, a incompetência administrativa tem sido a marca da gestão do presidente Lula. Em termos gerenciais é uma lástima.

A propósito, em matéria de **critérios de rentabilidade gostaria de abrir aqui um parêntese**: Paralisam-se obras e melhorias em infra-estrutura, que são investimentos que embutem risco para o dono do capital, e que melhorariam o escoamento da produção econômica, por exemplo.

Vejamos o BMG, um dos bancos do mensalão, que foi favorecido pelo INSS na concessão dos empréstimos consignados para aposentados, talvez a **primeira PPP informal do governo**, apresentou **rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 26,3% em 2006**.

• **Eu pergunto**: quais são então os critérios que o governo utiliza para considerar alta ou baixa a rentabilidade de um negócio? Obter uma rentabilidade de 12,5%, investindo em infra-estrutura, é socialmente mais perverso do que obter uma rentabilidade de 26%, emprestando a aposentados a taxas de 40% ao ano?

- Na questão cambial, terreno sabidamente movediço, há uma fenda aberta e sobre a qual pairam muitos questionamentos. Um estudo do economista-chefe do Banco Fator, José Francisco Gonçalves, demonstra que, em 2006, o custo para o Tesouro Nacional de manutenção das reservas internacionais chegou a **R\$ 8,3 bilhões**, o equivalente ao **orçamento do Bolsa Família**.

- O que podemos dizer? No mínimo a estratégia - o esforço empreendido pelo Banco Central para manter o dólar num patamar acima de R\$ 2 precisa ser objeto de análise e debate. O Banco Central elevou as reservas de US\$ 53,8 bilhões para US\$ 85,8 bilhões entre janeiro e dezembro de 2006.

- Em 22 de fevereiro último, esse valor já estava em US\$ 98, 208 bilhões e o Banco Central manteve compras diárias superiores a US\$ 500 milhões, na cruzada para preservar o dólar acima do patamar de dois (2) reais.

- Como demonstra o estudo do especialista aqui mencionado, o custo fiscal de manutenção das reservas é mensurado pela diferença entre o **rendimento** das reservas em moeda estrangeira (depositadas em forma de títulos) e o **custo** de captação dos recursos em reais para sua aquisição.

- Atualmente, o rendimento está em torno de 4,5% e o custo entre 12,5% e 13% (estimativa média para a Selic em 2007).

- São inúmeros os aspectos que merecem ser debatidos. A questão dos **juros** está no cerne dessa discussão. Como destaca o economista da USP, Antonio Correia de Lacerda, não podemos considerar elevado o patamar acima de US\$ 100 bilhões das reservas internacionais.
- Na verdade, o problema reside no patamar elevado dos juros. “O custo fiscal é elevado porque os juros são altos”.
- A questão dos benefícios sociais é outro ponto **nevrálgico** que merece igualmente reflexão. A constatação de que trabalhadores rurais estão se recusando a aceitar empregos com carteira de trabalho assinada, temendo perder esses benefícios sociais, é preocupante. A recusa vem sendo observada tanto entre os beneficiários do Bolsa Família quanto entre os desejam aderir ao Programa.
- Essas e tantas outras questões estão em aberto. Infelizmente o governo patina e se enreda nas teias que ele mesmo teceu.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

MANCHETE DO JORNAL O PARANA NA VESPERA DA MORTE DO SEU EX-DIRETOR COMERCIAL:

Paraná cresce no ranking do crime

Cascavel – O Paraná é o 11o estado mais violento do País em números de assassinatos. Os dados são de um estudo feito pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz com base em estatísticas do Ministério da Saúde e que resultou no livro “Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros”, publicação da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Os números são referentes ao ano de 2004 quando ocorreram, em todo o Brasil, 48.345 mortes provocadas por assassinatos. Na pesquisa anterior, de 1.994, o Paraná era o 16o estado mais violento. Pelos números da nova pesquisa, o estado perdeu cinco posições.

A pesquisa apontou que a maioria os óbitos concentra-se em 556 cidades, o que representa 10% do total dos municípios do país. Dos 48.345 óbitos por esta causa, ocorridos em 2004, 34.712 foram registrados nessas cidades. Isso

representa que 10% dos municípios brasileiros concentram 71,8% dos homicídios. Entre os 556 municípios mais violentos, 47 são do Paraná. A cidade paranaense mais violenta apresentada na pesquisa é Foz do Iguaçu, que aparece em 11o no ranking nacional com uma taxa 94,3 mortes para cada cem mil habitantes. A média nacional é de 27,2 homicídios.

Depois de Foz do Iguaçu o estudo aponta a cidade de Tunas do Paraná como a mais violenta. Na terceira posição aparece Rio Bonito do Iguaçu e em quarto Campina Grande do Sul. Cascavel não aparece entre as 47 cidades mais violentas do Paraná.

O estudo revela ainda que as mortes violentas vêm ocorrendo, com mais intensidade, nos municípios do interior do país, em especial no Centro-Oeste. Das 10 cidades com as maiores taxas de mortalidade por homicídio, seis encontram-se no Centro-Oeste. Destas, quatro estão no Mato Grosso. Também chama a atenção o fato de algumas dessas cidades serem de pequeno porte, contrariando a histórica concentração de mortes por causas violentas em grandes cidades. A maior taxa de mortalidade do país, em 2004, foi a de Colniza, cidade do interior do estado do Mato Grosso, com população de 12,4 mil habitantes. Enquanto que o Brasil registrou, naquele ano, 27,2 homicídios por 100 mil habitantes, em Colniza o registro chegou a 165,3 óbitos por 100 mil habitantes. Em segundo lugar, está outra cidade do Mato Grosso, Juruena, com 137,8 óbitos por 100 mil habitantes entre uma população de 6,2 mil.

No mesmo dia em que estampou a manchete **“PARANÁ CRESCE NO MATO DO CRIME”**, deplorando o estado de violência a que chegou o Estado, o publicitário **ANDRÉ HEITOR COSTI FILHO**, ex Diretor Comercial e filho do Diretor Presidente do Jornal **O PARANÁ**, que se edita em Cascavel, com ampla circulação no Oeste do Paraná,. foi encontrado morto com 11 tiros de pistola 9m, em uma estrada de Matelândia, quando retornava de Foz do Iguaçu. **ANDRÉ FILHO** estava desaparecido desde terça-feira e sua família, preocupada com a falta de notícia, já temia pelo pior face ao clima de violência que domina o Paraná. Ontem à tarde os maus presságios se confirmaram quando o corpo do publicitário, de 46 anos, pai de um filho de 13, foi localizado em um trecho da estrada que corta o Município de Matelândia. Esse é mais um dado no quadro da violência que estremece o Paraná e o coloca em ~~primeiro lugar~~ ^{destaque} no ranking dos Estados brasileiros com os maiores índices de criminalidade no país.

Foz do Iguaçu tem mais homicídios de jovens

Cidade registra taxa média de 223,3 mortes de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos por cem mil habitantes

Ana Paula de Carvalho (*)

• CURITIBA. A pesquisa da Organização dos Estados Iberoamericanos revela que Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, é a cidade brasileira com maior índice de homicídios entre jovens entre 15 e 24 anos. Situada na conturbada fronteira com o Paraguai e Argentina, porta de entrada do tráfico de armas e drogas, Foz do Iguaçu registra uma taxa média de 223,3 mortes de jovens por homicídio para cada cem mil habitantes. Os dados do levantamento foram desprezados pelo secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari. Em nota oficial, ele considerou os números uma "atitude equivocada" que não contribui para as discussões sobre segurança na fronteira.

"Foz do Iguaçu é uma cidade de tríplice fronteira que diariamente recebe milhares de pessoas de inúmeros locais, fato

que, por si só, já a diferencia de qualquer comparação simplista", disse em nota, esclarecendo que houve aumento do efetivo na região em mais 130 policiais.

Paulo MacDonald Ghisi, prefeito de Foz do Iguaçu, que tem 302 mil habitantes, discorda do governo estadual:

— As polícias Militar e Civil não têm atendido às necessidades da cidade, que mereceria mais investimentos, além de integração com a Guarda Municipal. Hoje, temos menos policiais do que há dez anos.

Segundo o Instituto Médico-Legal (IML) de Foz, de 52 vítimas registradas em 2007, 15 eram jovens que tinham até 18 anos.

Para especialistas, cidade será a mais violenta em 2008

Especialistas dizem que Foz pode se tornar, já em 2008, a cidade mais violenta do Brasil. O alerta parte do coordenador do Núcleo de Pesquisa e Prevenção da Violência (Nuprev), de Foz do Iguaçu, José Elias Aiex Neto.

— Em 2006, a cidade registrou 323 assassinatos para 309 mil habitantes, uma taxa de 104,5 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto a média brasileira é de 24 homicídios a cada 100 mil habitantes — revela, corroborando os dados da pesquisa Ibero-americana.

Alex Neto, também secretário municipal Antidrogas de Foz, diz que o narcotráfico é a principal causa de morte entre os jovens, já que Foz serve como entreposto de cocaína. Atualmente, a Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, que abriga 500 presos, possui metade da população carcerária condenada pelo tráfico. Para o estudioso, faltam ações conjuntas entre os governos brasileiro e paraguaio.

— Não basta cortar os pés de maconha. O Paraguai precisa de uma política mais efetiva no combate à droga — crítica. ■

'Os jovens viraram reféns do vício'

Mãe que perdeu filho adolescente: assassinado culpa o tráfico de drogas

Letícia Lins

● RECIFE. Embora as instituições de defesa dos direitos humanos ainda investiguem os altos índices de mortalidade por causas violentas entre os jovens recifenses — que chegam a 207,9 homicídios por cem mil —, para o Diretor de Homicídios e Proteção à Pessoa da Secretaria de Defesa Social, Joel Venâncio, a explicação é simples: normalmente é o narcotráfico que está por trás de tantos assassinatos de jovens entre 15 e 24 anos.

Essa também é a tese de quem viu a dura realidade de

perto. Emigrante da região — azeiteira e trabalhando desde os 12 anos como empregada doméstica na capital, X., de 36 anos, viu o filho ser executado aos 13 na porta de sua casa depois de ter mergulhado por dois anos na marginalidade. Ele deixou uma viúva de 19 anos e um filho, hoje com 3. O rapaz tinha 16 anos quando optou pelo tráfico de tubos de loló num carnaval de Olinda. Depois, viveu-se em maconhas, maconha e crack. Em pouco tempo estava disputando espaço com traficantes numa das mais violentas favelas da capital e onde a mortalidade de jo-

vens também é muito alta.

X. lembra-se de pelo menos seis jovens que tombaram como seu filho na comunidade:

— Quando escolhi invadir um terreno vazio em Recife juntamente com 400 outras famílias, vim atrás do sonho de ter um lugar para morar. Durante dois anos só fiz trabalhar para transformar meu barraco numa casa de alvenaria. Quando terminei, o inferno começou. A favela foi dominada por traficantes, e os jovens viraram reféns do vício. Para mim, os jovens que estão morrendo assassinados é porque estão envolvidos com dro-

gas — disse ela, enquanto visitava o túmulo do filho morto no bairro de Casa Amarela.

Ela conseguiu moradia em outra comunidade, que até o ano passado era tranquila, mas que já começa a enfrentar problemas por causa do tráfico crescente:

— Tenho muito medo de voltar a mergulhar no inferno — diz ela, que, pelas frestas da janela de sua pequena casa de três cômodos, presencia a venda de drogas. Ela teme pelo futuro da filha, da nora e dos netos, que dependem do seu trabalho. ■

Serra, a mais violenta do Espírito Santo

Cidade está em segundo lugar no ranking nacional de homicídios de jovens

Bruno Dalvi

● VITÓRIA. A cidade da Serra, na Grande Vitória, é a segunda do país com o maior índice médio de homicídios contra jovens de 14 à 24 anos. A cada 100 mil nascidos em 2002, 2003 e 2004, data da realização da pesquisa da Organização dos Estados Iberoamericanos, pelo menos 222 foram assassinados. O município também ocupa a segunda colocação no ranking dos lugares onde mais se matam jovens com armas de fogo. Na cidade, a cada 100 mil jovens nascidos pelo menos 97,8 perderam a vida

atingidos por disparos entre 2002 e 2004.

Em 2005, a cidade era a mais violenta do Espírito Santo. Foram 349 assassinatos, entre jovens e adultos, 15 mortes a mais do que em 2005, ano em que a cidade também estava à frente do ranking. No mesmo ano, Serra foi uma das cidades que mais registraram toque de recolher na Grande Vitória. Na maioria das vezes, motivados por assassinatos ou prisões de jovens ligados ao tráfico de drogas.

Em nota, o secretário de Segurança Pública do Espírito Santo, Ivan Rosa Marques, disse que

val trabalhar para reverter a trágica realidade. "O nosso desafio é reduzir os índices de criminalidade em toda a Grande Vitória". O secretário reclamou ainda dos últimos governos. "No Espírito Santo, os investimentos nas áreas sociais e em segurança só voltaram a ocorrer em 2003, depois de mais de uma década de governos marcados por escândalo".

Consórcio Intermunicipal é criado para conter violência

Ao todo, o governo do estado elevou o investimento da área de segurança, de R\$ 421

milhões, em 2002, para R\$ 756,2 milhões, em 2006. Também contratou cerca de 800 policiais e comprou 1000 veículos para as polícias Civil e Militar. O Orçamento do estado para a área de segurança este ano é de R\$ 856 milhões.

Em agosto de 2006, foi assinado um convênio que cria o Consórcio Intermunicipal de Prevenção da Violência e da Criminalidade na Grande Vitória. O objetivo é prevenir a violência e a criminalidade em cinco municípios da região metropolitana. ■

Especial para O GLOBO

SP tem mais mortes no trânsito

• **BRASÍLIA.** Com 1.093 mortes por ano, o Rio é o segundo município brasileiro com maior número de óbitos em acidentes de trânsito. Segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, São Paulo, com média de 1.266,7 mortes anuais, é o que registra mais casos. Em terceiro ficou Brasília, 624,3. O estudo considera as médias do período de 2002 a 2004.

Treze capitais encabeçam a lista em números absolutos. Em 14º lugar aparece Campos (RJ), com 213,3 mortos por ano. Os 556 municípios com maiores números totais, o equivalente a 10% das cidades brasileiras, responderam por 72,2% das mortes no trânsito e em acidentes de avião, helicóptero ou em embarcações, em 2004.

Naquele ano, segundo o estudo, 35.654 pessoas perderam a vida no país, das quais 25.751 nos 556 municípios de trânsito mais violento. O mapa elaborou também outro ranking, considerando as taxas de morte, isto é, o número de vítimas para cada 100 mil habitantes. Desse modo, é possível comparar resultados entre cidades com populações de tamanhos diferentes.

Barra do Turvo (SP) teve a maior taxa média, de 277,4 mortes para cada 100 mil moradores, entre 2002 e 2004. Em segundo ficou Ríofrío (SP), com 202,6, seguida de Crixás do Tocantins (TO), com 182,4. O município flumi-

nense com taxa mais alta é Silva Jardim, que ocupa a 26ª posição nacional, com taxa de 103,5. Os 556 municípios com maiores taxas são de pequeno porte e concentraram apenas 20,9% do total de vítimas no país, em 2004.

De acordo com o estudo, só não houve redução da taxa de morte, no período de 1994 a 2004, entre a população de 20 a 29 anos. Na faixa de 20 a 24 anos, a taxa subiu 11,1%, crescendo 8,9% entre os brasileiros de 25 a 29 anos. O estudo recomenda a adoção de políticas públicas específicas para essas duas faixas etárias.

Violência associada à disputa por terras

Colniza, município de Mato Grosso que surgiu de assentamento, é o que tem mais homicídios

Anselmo Carvalho Pinto

• **CUIABÁ.** O município com o maior número de homicídios, segundo o estudo Organização dos Estados Ibero-americanos, fica no extremo norte de Mato Grosso, distante 1.065 quilômetros da capital Cuiabá. Criado a partir de um assentamento rural, Colniza tem 18 policiais e nenhum delegado para uma população de quase 40 mil habitantes.

Segundo o prefeito Adir Ferreira de Souza (PSB), o grande número de assassinatos deve-se à disputa por terras, ricas em madeira nobre. A partir da segunda metade dos anos 90, o crescimento populacional fez inchar a cidade, provocando todo tipo de desordem. Em 2000, eram apenas 12 mil habitantes.

— Vieram dois tipos de pessoas. O primeiro grupo era de gente honesta, que veio trabalhar. A cidade atraiu os exploradores, os especuladores. Estes é que provocaram a violência.

A culpa, segundo Adir, também pode ser creditada ao abandono das famílias pelo governo federal e à indefinição fundiária. Para a prefeitura e a polícia, o período mais crítico passou. Desde 2004, a crise no setor madeireiro e o maior combate à extração ilegal afugentaram os grileiros. Nos últimos dois anos, três grandes operações da PF levaram para a cadeia centenas de acusados de extração ilegal, grilagem e pistolagem. ■

Especial para O GLOBO

Câmara adia votação sobre prescrição

Deputados suspeitam que mudança atingiria colegas que respondem a processo

Isabel Braga e Maria Lima

• BRASÍLIA. Dúvidas sobre o alcance do projeto que muda as regras da prescrição de crimes levaram a Câmara a adiar, para a próxima semana, a votação do projeto neste sentido prevista para ontem. Entre as principais preocupações levantadas, formalmente e nos bastidores, estavam a possibilidade de maior morosidade da Justiça e até o receio de que a mudança tinha parlamentares que são alvos de processos hoje.

Também pode ser abortada hoje a votação da PEC que trata da antecipação da maioridade penal na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A decisão pode ser adiada por 60 dias. O relator da proposta, senador Demóstenes Torres (PFL-RO), diz que vai tentar votar seu parecer. O senador Aloizio Mer-

cadante (PT-SP) também vai apresentar um voto em separado, propondo a rejeição do parecer de Demóstenes e outras mudanças, como a ampliação do regime especial de internação de menores infratores. Diante do impasse e das pressões, tudo pode ser engavetado.

Relator foi chamado às pressas para dar explicação

Chamado às pressas à reunião de líderes ontem, o relator da proposta que muda as regras de prescrição de crimes, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), tentou tirar as dúvidas. Ao explicar aos colegas que a lei não irá atingir os atuais processos, só futuros crimes, afirmou:

— Todos podem dormir tranquilos — disse, explicando que a Constituição prevê que uma lei só pode retroagir se for em benefício do réu e

dando a entender que quem está sendo processado hoje, caso de vários deputados, não seria prejudicado.

O líder do PTB, Jovair Arantes (GO) reagiu:

— Vamos estudar melhor a proposta, para ver se não irá propiciar que alguém de má-fé — do Ministério Público e do Judiciário — possa usá-la como represália a qualquer cidadão, inclusive com o interesse de aparecer (na mídia).

Para Jovair, é preciso verificar ainda se o projeto não contraria para a morosidade da Justiça. Ele vê, no entanto, um lado positivo da proposta, de inibir os pequenos crimes.

Indagado, antes da reunião de líderes, se algum deputado que está sendo processado o havia procurado porque temia ser prejudicado com a mudança, Magalhães negou, mas justificou

a iniciativa de explicitar que o fim da prescrição retroativa só vale para os crimes cometidos depois da sanção da lei:

— Aqui a gente tem que adiar muita coisa.

O deputado e juiz Flávio Dino (PCdoB-MA) afirma que é infundado o receio do fim da prescrição:

— Ela continuará existindo, só que não será com base na pena aplicada ao réu.

Também fracassou a tentativa de votar na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, dois dos 11 projetos do pacote de segurança pública aprovado no ano passado pelo Senado. Um pedido de vista coletivo adiou para próxima semana a votação do projeto que cria o regime de segurança máxima para presos ligados ao crime organizado e amplia o prazo de permanência dos presos. ■

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar como Líder. Pode ser após a Ordem do Dia, uma vez que há muitos oradores que falarão agora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Encaminho a V. Ex^a requerimento sobre o problema da transposição do Rio São Francisco, com uma série de perguntas a respeito dos pareceres do Ibama.

Passo às mãos de V. Ex^a o referido requerimento e lhe peço, se não for realmente transtorno, que me mande entregar a transcrição da parte final – 30 minutos pelo menos – da sessão de ontem, na qual foi votada a possibilidade de os membros da Mesa participarem da Comissão. Solicito as notas taquigráficas, porque a Mesa disse que não havia nem Líderes nem número para votar a PEC do meu colega e amigo Tasso Jereissati. Quero saber se, depois daquele momento, houve número. V. Ex^a me informará pelas notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido de imediato, Senador Antonio Carlos Magalhães. O requerimento será recebido, já sabendo de antemão V. Ex^a que haverá posições contrárias em relação ao desejo da transposição do São Francisco.

V. Ex^a ainda terá a palavra como Líder.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Até pelo respeito que devoto ao Senador Antonio Carlos Magalhães, eu gostaria de antecipar as informações que ele solicita.

Ontem o Senador César Borges apresentou um requerimento subscrito pelas Lideranças – portanto, regimentalmente correto –, e a Mesa teria que deliberar de qualquer maneira.

Apesar da assinatura das Lideranças – estava eu na Presidência –, consultei Líder por Líder. As Li-

deranças dos Partidos se manifestaram oralmente, portanto, naquele momento.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. *Fora do microfone.*) – Quais Lideranças?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os Líderes de cada Partido, que estavam representando os Partidos no plenário, no momento. Senadores Tião Viana, Aloizio Mercadante...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Sei. Tião Viana, Vice-Presidente; V. Ex^a, 2º Vice-Presidente; César Borges, 3º Secretário... Basta isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Falaram em nome dos Partidos os Líderes. Não me lembro quais as Lideranças que assinaram, mas os Partidos foram todos representados. E posteriormente houve um entendimento de Lideranças para que não se votasse a PEC.

O Senador Suplicy, inclusive, solicitou que a PEC de autoria dele não fosse votada ontem, porque ele temia a ausência de quórum para deliberar sobre proposta de emenda à Constituição. Apenas para prestar esses esclarecimentos a V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas, se havia ausência de quórum, talvez a houvesse também para o outro requerimento, não?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas quando há votação pelas Lideranças não há necessidade de quórum qualificado.

Quero apenas, Senador Antonio Carlos Magalhães, dizer que V. Ex^a tem autoridade para solicitar o que requer à Mesa. Certamente receberá as notas taquigráficas e poderá cuidadosamente analisá-las. Até porque sei do apreço que V. Ex^a tem pelo Senador César Borges, que foi o grande Líder dessa articulação. V. Ex^a tem isenção...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Por aí vê V. Ex^a a minha dor e a minha isenção, em relação ao César Borges ou a qualquer outro, quando se está em jogo o prestígio do Legislativo brasileiro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas para concluir a minha questão de ordem, Senador Eduardo Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Depois V. Ex^a poderá falar também, pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, gostaria apenas de concluir, dizendo ao Senador Antonio Carlos Magalhães que esse debate é imprescindível. Temos de discutir mesmo o modelo que queremos para o funcionamento do Senado Federal. Precisamos adotar um novo modelo, mais

atraente, para a sociedade brasileira, a fim de que o povo possa nos acompanhar e nos fiscalizar mais de perto, porque as sessões podem ser melhoradas, sim. E essas questões regimentais devem ser bem discutidas e debatidas, para que possamos chegar a um entendimento.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Tenho um apreço enorme por V. Ex^a, e V. Ex^a sabe disso! Sou seu fã e o considero um dos grandes Senadores da República. Agora, ouço e, porque ouço, tenho de dizer que a primeira reforma do Regimento é diminuir o número da Mesa. Já que não têm o que fazer...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui citado pelo Senador Alvaro Dias, então gostaria de fazer um esclarecimento.

Pelo fato de que ontem não havia sequer 49 membros no plenário do Senado, avalei que seria oportuno deixarmos a PEC que trata da necessidade da presença do Presidente da República no início dos trabalhos legislativos todo dia 15 de fevereiro, quando envia sua mensagem presidencial, para a próxima semana, em um dia em que haja quórum suficiente para votação, ou seja, mais de 49 Senadores.

No que diz respeito à proposição, à indagação do Senador Antonio Carlos Magalhães, fui testemunha do breve diálogo aqui havido, tendo o Senador César Borges proposto que se votasse com urgência a proposição de que os membros da Mesa pudessem participar das comissões.

O Senador Tião Viana opinou em sentido favorável, ponderando que, como há atualmente 11 comissões e 81 Senadores, e por vezes é até difícil que haja número suficiente de Senadores presentes nas comissões para trabalhar, poderiam também os membros da Mesa delas participar. Avalio que há argumentos ponderáveis a favor e contra essa proposição que, possivelmente, não foram inteiramente analisados na reflexão ontem havida.

Como há esse debate, essa polêmica e a posição forte do Senador Antonio Carlos Magalhães de que isso deveria merecer melhor exame por parte do Plenário, pergunto, Sr. Presidente, se essa proposição pode ser novamente apreciada e votada; se há, regimentalmente, a possibilidade de isso acontecer para que o conjunto dos Senadores, talvez em maior número presente, todos cientes das objeções do Senador Antonio Carlos, possa deliberar novamente, considerando que há

argumentos favoráveis que talvez indicassem que deveríamos rever a decisão. Vamos analisar...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sugiro à Mesa... Gostaria de, inclusive, perguntar, Sr. Presidente, porque foi me dada a informação – não sei se é verdade – de que a Mesa Diretora presente teria decidido que os cargos de suplentes de Mesa também passariam a ter gabinetes completos, assim como os membros da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Não há nenhuma decisão da Mesa nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não houve decisão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Não, nem expectativa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Além de decisão, sem expectativa.

Devo dizer a V. Ex^a que só um novo projeto de resolução poderá revogar outra resolução.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães como Líder. Em seguida, falarão os Senadores Jarbas Vasconcelos, Mão Santa, para uma comunicação inadiável, Expedito Júnior e Romeu Tuma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve, porque acho que a Casa aguarda com todo o interesse a palavra do Senador Jarbas Vasconcelos, um dos maiores líderes do Nordeste, uma figura que já se destaca em pouco tempo nesta Casa e que merece todo o nosso aplauso, todo o nosso apoio.

Volto à tribuna exclusivamente para tratar da transposição do São Francisco, e agora muito assustado, Sr. Presidente. Quando passo o requerimento à Mesa e V. Ex^a, Senador Efraim Moraes, do alto dessa cadeira, não se contém e já diz que é contra, fico pensando o que não será feito para evitar-se que o meu requerimento tramite.

Sr. Presidente, podemos ter posição divergente, nem tanto em relação ao seu Estado, mas a transposição do Rio São Francisco é uma aberração, é um crime contra o País, atenta contra a legalidade e contra a Constituição. Mas o *lobby* dos empreiteiros é bem maior neste Governo do que em qualquer outro. Conseqüentemente, o Presidente quer fazer de qualquer maneira, pois os empreiteiros precisam desse dinheiro, o PT está cheio de dívidas e precisa pagá-las. É isso

que está acontecendo, e V. Ex^a diz que é contra mim porque é a favor dos empreiteiros.

Ah, Sr. Presidente, não fique assim! Defenda o seu Estado, mas não defenda a transposição. Inclusive, há caminhos para se levar água para a Paraíba sem precisar dessa transposição. V. Ex^a conhece esse assunto, até já tratamos sobre ele, e V. Ex^a conhece outras fórmulas.

Apelo para V. Ex^a: se V. Ex^a é contra, não seja contra como membro da Mesa. A Mesa já está machucada com o que fez ontem. A Mesa já está desgastada com o que aconteceu ontem nesta Casa. Conseqüentemente, vamos fazer a tramitação do meu requerimento contra essa transposição indigna, contra essa transposição, com a qual os empreiteiros vão pegar R\$6 bilhões. As contas do PT vão ser pagas e outros “mensalões” virão por meio disso. V. Ex^a, que presidiu a Comissão dos Bingos, da qual foi um grande Presidente, viu quantas coisas horríveis apareceram ali e nada foi feito até agora. V. Ex^a sabe que Waldomiro Diniz está solto, brilhando nas páginas sociais, porque este Governo prestigia as pessoas que assim atuam.

Acho, Sr. Presidente, que V. Ex^a teria outros assuntos para tratar aqui, inclusive para mostrar uma porção de coisas inacreditáveis que já pegamos no *site* da Internet, onde o Brasil aparece com um PIB superior apenas ao do Haiti. Hoje todos dizem que a situação – é manchete no **O Globo** – econômica do País é muito pior do que ontem, e nós estamos vivendo este mar de rosas em que as coisas acontecem ou deixam de acontecer porque uns querem adiar coisas que não são adiáveis.

De minha parte, quero dizer que a nossa Comissão irá cumprir o seu dever para com o povo brasileiro em relação à criminalidade existente. Ninguém irá adiar, todos têm o interesse de aprimorar a legislação. Achei e acho um erro que não se tenha votado ontem o problema da maioria para os crimes... Em todos os países civilizados, uma pessoa com dezesseis anos pode ir para a cadeia. Quem tem um filho morto, como tiveram os pais de João Hélio, sabe disso. Não é assim que o País irá consertar, Sr. Presidente. O meu Partido e o seu Partido têm deveres muito grandes com a Nação. Não podemos transigir com o erro. Transigir com o erro é, ao mesmo tempo, ajudar a roubalheira, é ajudar o “valerioduto”, o sanguessuga, etc.

Sr. Presidente, voltarei à tribuna segunda-feira, com mais tempo, para fazer outras análises. No momento, o que desejo é a presença do Senador Jarbas Vasconcelos na tribuna para mostrar que, além de grande administrador, vai ser um notável Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Maga-

lhães. Aproveito para dizer que o ofício de V. Ex^a não sofrerá nenhum empecilho de tramitação na Mesa.

Continuaremos divergindo em relação a essa matéria. Sei da importância da transposição do rio São Francisco para a minha Paraíba. Por isso, continuarei defendendo e pedindo às lideranças baianas, como V. Ex^a e toda a Bancada Federal – quero registrar, com muita alegria, a presença do Deputado ACM Neto –, a todas as lideranças da Bahia e de outros Estados que lutem pelo entendimento, a fim de que seja feita a transposição, muito importante para os nossos Estados, tanto para o Ceará, do Senador Tasso Jereissati, como para a minha Paraíba e para o Rio Grande do Norte, de Garibaldi Alves Filho. Continuarei divergindo de V. Ex^a. Tenha certeza de que, até o final do meu mandato, estarei defendendo os interesses da minha Paraíba, entre eles a transposição do rio São Francisco.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há exatos 21 anos, deixamos o Congresso Nacional para assumir o mandato de Prefeito da cidade do Recife, na retomada das eleições diretas para as prefeituras das capitais brasileiras. Nesse período, reelegemo-nos Prefeito e conquistamos, com o apoio da maioria do povo de Pernambuco, dois mandatos de Governador.

Foram duas décadas de aprendizado importante à frente do poder executivo municipal e estadual.

Mesmo com todos os problemas que continuamos enfrentando, o nosso País mudou para melhor. Deixamos de ser uma democracia em construção para servir de exemplo a uma parte expressiva do mundo que ainda convive com regimes autoritários.

A partir de 1986, votamos cinco vezes para eleger o Presidente da República. Criamos um sistema de votação eletrônica que nos orgulha e, hoje, já é exportado para vários países. Um sistema que, nas eleições passadas, permitiu que cerca de 100 milhões de brasileiros fossem às urnas para escolher o Presidente da República de forma organizada e ordeira.

A eleição direta para escolher o mandatário maior do País não é mais bandeira como há 21 anos, hoje é rotina. As eleições se integraram ao nosso cotidiano.

O fato de nos colocarmos entre as principais democracias do mundo impõe uma grande responsabilidade no aperfeiçoamento das nossas instituições, pois os avanços alcançados não devem ser denegridos pelos acontecimentos que marcaram a última legislatura do Congresso Nacional.

O mais preocupante é que esses episódios exercem nefasta influência no sentimento da opinião pública

em relação ao papel das Casas Legislativas do País. Vem daí a importância da reforma política, que não pode ser tratada como panacéia, mas precisa ser encarada pelas lideranças políticas que não pensam apenas nos seus interesses imediatos e corporativos.

Esses momentos da recente História brasileira guardam alguns aspectos especiais para este que vos fala. Há 21 anos, com o PMDB, deixamos a Oposição para virar Governo, com a vitória do Presidente Tancredo Neves e do agora Senador José Sarney. Embora não tenhamos ido ao Colégio Eleitoral, por uma questão de princípio, apoiamos o primeiro Governo civil que resultou do processo de redemocratização do País.

Retornamos agora ao espaço de exercício parlamentar que ocupamos entre 1970 e 1985: a Bancada de Oposição.

A experiência oposicionista não nos é estranha. Para dizer a verdade, é uma posição em que nos sentimos confortáveis, pois é coerente com o resultado das urnas. É importante que aprendamos a respeitar as urnas, que se traduzem na escolha do eleitor sobre quem deve governar e quem deve fiscalizar o Governo.

Por isso, acreditamos que as alianças políticas são legítimas quando apoiadas num projeto claramente defendido perante a opinião pública e não fruto do apego a cargos, sem um respaldo programático.

As eleições de 2002 e de 2006 nos colocaram duas vezes seguidas na Oposição ao Governo que aí está, pois apoiamos as candidaturas do agora Governador José Serra e do ex-Governador Geraldo Alckmin.

A soberania das urnas mostrou o caminho a seguir, uma trajetória que não será fácil, mas que nos deixará tranquilos, com a consciência de que vamos contribuir para o aperfeiçoamento da democracia no País.

Há de se destacar, neste momento, o comportamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após sua vitória em 29 de outubro do ano passado, quando, ao contrário de 2002, procurou negociar com as direções partidárias a chamada coalizão.

Para usar uma expressão que está em voga, foi um comportamento mais republicano, bem diferente de tratar acordos políticos de forma isolada, por fora das estruturas partidárias. Práticas desse tipo só poderiam resultar em mensalões, trapalhadas nas eleições da Mesa Diretora da Câmara, uma crise política e parlamentar sem precedentes na história política do País.

Desta vez – já não era sem tempo –, a institucionalidade foi respeitada. O Presidente teve os cuidados que não tomou no passado. Um governo democrático deve sempre imprimir um caráter institucional a suas ações. Oxalá que a nova postura do Presidente não seja um episódio isolado, mas uma mudança de rumo

na maneira de o Governo interagir com sua Base Parlamentar e com a própria Oposição.

No momento, a posição majoritária do meu Partido, o PMDB, é pelo apoio ao Governo. São minoritários aqueles que defendem a Oposição.

Nossa crítica inicial a esse entendimento foi dirigida ao PMDB, e não ao Governo. É natural que um Presidente, um Governador, um Prefeito trabalhem para consolidar sua Base Parlamentar. Particularmente em países com grande fragilidade no quadro partidário, consideramos correta e adequada uma política de alianças para governar, mas que tenha como base o respeito ao pluralismo partidário e expresse um programa de governo com objetivos claramente definidos.

Acreditamos que o PMDB poderia resgatar a posição que ocupava há 21 anos, quando era o principal esboço das esperanças em construir um Brasil melhor e mais justo.

Governos não devem buscar a unanimidade. Já disse uma vez Nelson Rodrigues, pernambucano como eu, e o Presidente da República, que “toda unanimidade é burra”, que “a posição unânime está a um milímetro do erro, do equívoco, da iniquidade”.

Além do mais, o direito de fiscalizar a administração é tão necessário quanto a própria administração.

Já dissemos antes e repetimos agora que temos grandes dificuldades de acreditar no que este Governo promete.

O seu histórico político aponta para obstáculos redundantes.

Num ato de auto-ironia involuntária, o próprio Presidente da República escolheu a expressão “destravar”, que resume de maneira perfeita as limitações do Governo. Talvez signifique “destravar” os grandes projetos que foram prometidos ainda na campanha de 2002 e que não saíram do papel: a transposição do rio São Francisco e a ferrovia Transnordestina. Por que não falar também do funcionamento da Sudene? Um órgão público que precisa voltar sem seus vícios e distorções do passado. Cito esses três projetos apenas para ficar na minha Região Nordeste, a mais necessitada de ações e projetos do Governo Federal.

É importante que o Presidente tome conhecimento de que suas prioridades estruturadoras para o Nordeste não foram cumpridas no seu primeiro mandato.

Mas não vamos adotar a postura que foi prática recorrente do Partido dos Trabalhadores no passado, de torcer pelo quanto pior melhor; de rejeitar tudo que vem do Palácio do Planalto. Não haverá gritos de “Fora Lula” ou “Abaixo o PT”.

Estamos aqui para ajudar, para aperfeiçoar o que for enviado para a nossa apreciação, mas trabalhando na Oposição.

O Presidente precisa deixar para trás o período do verbo e entrar na era da ação. Não adianta ficar dizendo que a economia vai crescer 5% ao ano – esse número de conteúdo mágico que o Presidente Lula e seus auxiliares insistem em repetir quase que diariamente.

É quase impossível destravar a economia com os gargalos dos gastos públicos sem planejamento, com a infra-estrutura em frangalhos, que aumentam o Custo Brasil e criam um déficit político enorme em razão da baixa credibilidade das instituições.

O “Governo das palavras” precisa se transformar no “Governo do desenvolvimento de verdade”. Nunca antes, neste País, como gosta de afirmar o Presidente, se viu uma conjuntura internacional tão favorável, como, aliás, têm destacado vários observadores políticos e econômicos.

A verdade é que perdemos quatro anos de vento forte a nosso favor. Todos devemos torcer pela manutenção deste cenário internacional favorável, para que uma eventual “calmaria” no oceano econômico internacional não traga efeitos devastadores para quem navega tão lento quanto o Brasil.

O Programa de Aceleração de Crescimento, o chamado PAC, lançado com pompa e circunstância, é uma iniciativa importante do Governo, porque procura assegurar os investimentos necessários à infra-estrutura do País. Mas o PAC não pode se transformar num mero palanque eleitoral para o PT e para o Presidente da República.

Somos céticos com relação ao sucesso desse novo programa, justamente pelas razões que enumeramos há pouco, pois o passado recente condena o Governo na sua responsabilidade para promover o crescimento sustentável da nossa economia. Mas estaremos aqui, na Bancada de Oposição, para ajudar, para melhorar a proposta do Governo.

O retrospecto político mostra que é difícil tratar de um programa consistente, quando o PT e o Presidente da República agem como fizeram durante a última campanha eleitoral, ao abordar a privatização dos setores de telefonia, siderurgia e energia. Após quatro anos no poder, de forma eleitoreira, levantaram dúvidas sobre as privatizações realizadas pelo Governo anterior.

Se a privatização foi a bandalheira que acusaram, por que não abriram uma auditoria, não questionaram legalmente todo o processo, quando chegaram ao poder? Esses arroubos de viés populista maculam a credibilidade política do Governo na sua relação com as forças que hoje estão na Oposição e, sobretudo, com os investidores privados.

Episódio parecido se repetiu por todo o País, especialmente na Região Nordeste, também durante a campanha eleitoral, quando aliados do Presidente da República espalharam que a Oposição acabaria com o Programa Bolsa Família, caso fosse vitoriosa. Uma prática similar à utilizada por ditaduras contra seus adversários. “Esperteza demais engole o esperto”, diz o dito popular, uma máxima que talvez sirva de alerta ao Governo.

Tamanha “astúcia política”, no entanto, foi insuficiente para tirar o Brasil da lanterna do crescimento econômico nas Américas, pois no Continente aparecemos à frente apenas do Haiti. Ao mesmo tempo em que, de acordo com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), os países emergentes tiveram um crescimento médio de 7% em 2006, uma das taxas mais altas da história.

Há um consenso de que não será apenas com a redução dos juros que o País crescerá o necessário. No Governo Lula a carga tributária subiu de 36% do Produto Interno Bruto para 39%. O primeiro mandato do Presidente Lula foi marcado no campo econômico por dois fatores: baixo crescimento da economia e carga tributária recorde.

O mais dramático é que o arrocho fiscal ocorreu aumentando as contribuições que não são repartidas com os Estados e os Municípios. Ou seja, promovendo a centralização e prejudicando o equilíbrio federativo. Ainda por cima, contingenciando os recursos para a Segurança Pública, os portos, as estradas e o controle de tráfego aéreo.

Mais importante do que ser reverenciado como o criador do Bolsa Família, o Presidente Lula deveria lutar para ser reconhecido como o líder brasileiro que estabeleceu as condições para que o benefício deixasse de ser uma necessidade.

Por isso que pelo menos uma coisa concordamos com o Presidente: o Brasil precisa ser destravado.

Um diagnóstico um tanto tardio, mas somos daqueles que acreditam no “antes tarde do que nunca”. Discordamos, no entanto, dos questionamentos que o Presidente fez com relação ao Ministério Público, ao Ibama e até à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, de que atrapalhariam o andamento de projetos como os de geração de energia.

Se o Governo não dialoga internamente, não supera suas diferenças, se não há planejamento eficiente, a tendência é que os chamados “gargalos” da infra-estrutura só façam aumentar, bem alimentados pela falta de iniciativa. Possíveis excessos dos órgãos de fiscalização não são alibi para a inoperância do Executivo.

Afinal, os apagões são filhos da ineficiência do setor público em executar grandes projetos. Os apagões talvez sejam o crime perfeito, aquele em que não existe culpado, no qual a comprovação da culpa nunca fica explícita.

Esta é a ilusão na qual vive o Governo, pois a opinião pública sabe a quem responsabilizar.

E ainda temos a “trava” da Educação, como bem sabe o Senador Cristovam Buarque, que nos honra a todos ao fazer dessa questão sua maior prioridade. A Educação precisa integrar a pauta da nossa infraestrutura básica. Sem ela, nós não vamos atingir o crescimento necessário, muito menos distribuir seus frutos de forma justa.

Os senhores devem conhecer o estudo que mostra que 35% da diferença entre a nossa renda **per capita** e a dos Estados Unidos decorre diretamente da qualidade inferior da escola que oferecemos às nossas crianças e aos nossos jovens. Ao mesmo tempo, a Educação somada às novas tecnologias pode significar nosso maior capital para enfrentar a competição do mundo globalizado.

Sem infra-estrutura adequada, social e econômica, permaneceremos travados.

Esse diagnóstico a nossa equipe de Governo fez quando assumimos a administração do Estado de Pernambuco, em janeiro de 1999. Encontramos uma infra-estrutura razoável, mas defasada, de estradas, de portos e aeroportos, de energia e de abastecimento d’água.

Mas a nossa avaliação era clara, ou melhorávamos esse patrimônio ou continuaríamos patinando na competição com a Bahia do Senador Antonio Carlos Magalhães e com o Ceará da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Tasso Jereissati.

Oito anos depois, Pernambuco, com um verdadeiro *upgrade* na sua infra-estrutura, atrai os principais empreendimentos públicos e privados do Nordeste, como a refinaria de petróleo, o pólo petroquímico e o estaleiro.

Ainda ontem, o grupo italiano M&G inaugurou, no complexo industrial do Porto de Suape, sua unidade produtora de PET – a fábrica mais moderna do mundo nesse segmento. Aproveito para cumprimentar os executivos da M&G pelo empreendimento que consolidará a posição de Pernambuco no segmento petroquímico.

A verdade é que a grande trava do desenvolvimento no Brasil é o Governo, com excessiva carga tributária, uma baixa capacidade de investimento e crescentes gastos públicos recorrentes. Cabe ao governante dar o exemplo de não se comportar como perdulário, não gastar mais do que arrecada.

Entre 1993 e 2006, o Brasil conseguiu, com o Plano Real, transformar a inflação em coisa do passado, mas o crescimento econômico amargou o pior desempenho entre os países emergentes.

Sem cortar despesas fica impossível reduzir impostos e fazer o dever de casa. O Governo tem dificuldades para ampliar a capacidade própria de investimento e também não consegue atrair o setor privado para a tarefa.

Até hoje as Parcerias Público-Privadas não avançaram. Como registrou o jornal **O Estado de S. Paulo**, em editorial do último dia 23 de fevereiro, o Presidente Lula assinou a Lei das PPPs há dois anos e dois meses, mas nada acontece no mundo real. Segundo o **Estadão**, “a iniciativa continua repousando no amplo dormitório de projetos que o Governo anuncia, anuncia e anuncia”. Acertadamente, o jornal concluiu que se trata de incompetência e não de ideologia.

Investir em infra-estrutura exige um volume expressivo de recursos, planejamento e um conjunto estável e claro de regras para atrair o setor privado. Um mau exemplo foi o que ocorreu com as agências reguladoras, que, quando não foram instrumentalizadas, terminaram esvaziadas pelo atual Governo.

No Brasil, algumas questões tendem a chamar a atenção durante determinado período, para depois cair no esquecimento, se integrar à paisagem da mediocridade nacional. É o caso da questão da segurança pública, que vem, a cada dia, deixando a sociedade em pânico e colocando em xeque o próprio arcabouço jurídico institucional do Estado brasileiro. Esse é um problema que precisa ser encarado como uma questão nacional. Não pode ser tratado com a tradicional divisão de responsabilidades que vem desde a Proclamação da República. Muitas vezes, expressamos essa opinião como Governador.

Por um dever de compromisso, não poderia deixar este assunto de fora do nosso primeiro pronunciamento.

O combate à violência e à criminalidade deve pautar esta Legislatura da mesma maneira que as chamadas Reformas Institucionais.

Durante o período em que governamos Pernambuco, sempre que éramos questionados sobre o problema da segurança pública admitíamos que o Governo do Estado fazia o que estava ao seu alcance para enfrentar a escalada da violência. Compramos equipamentos, investimos na formação de pessoal, mas tudo parecia ser insuficiente.

Creio que esta angústia foi e continua sendo compartilhada por quem é Governador ou Prefeito de uma grande cidade.

De nada adianta um “xerife” em cada Estado tentar fazer as coisas à sua maneira, tentar encontrar um jeito próprio de assegurar o direito de ir e vir da população, de enfrentar o medo que ronda os grandes centros urbanos do País. O crime se modernizou e assumiu padrões de uma rede globalizada, não podendo ser mais tratado nos moldes tradicionais.

Infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Lula foi quase ausente no enfrentamento da questão da segurança pública, talvez respaldado na avaliação de que a cobrança maior da opinião pública recai sobre os Estados, sobre os Governadores.

De forma imprevidente, o setor teve, entre 2001 e 2005, uma queda de 58% nos investimentos federais. O Fundo Penitenciário Nacional, mantido pela União, também foi prejudicado. Em 2001, investiu R\$399 milhões contra apenas R\$93 milhões em 2005.

A questão da segurança não se transformou numa política pública nacional, continua sendo tratada ao sabor do contingenciamento dos programas descartáveis.

Por isso, defendemos a necessidade de federalizar a segurança, mudando inclusive a Constituição, para que a divisão das competências e das responsabilidades entre os entes federativos se enquadre no combate ao crime, na dimensão que a realidade contemporânea exige.

A necessidade de uma reforma mais profunda não significa protelar soluções, nem que ocorra em prejuízo das soluções emergenciais e urgentes; e que podem e devem ser tomadas com o arcabouço institucional vigente.

Em relação à questão da ética, ao combate à corrupção, nunca um Governo foi tão confuso e tão acintosamente justificou a tese de que “os fins justificam os meios”, sendo complacente com o fisiologismo e o aparelhamento do Estado.

É preciso destacar, no entanto, o trabalho do Ministério Público e da Polícia Federal, que lideraram operações exitosas por este País afora.

Só que não dá para ficar apenas repetindo que “nós não jogamos para debaixo do tapete”, que “nunca se combateu tanto a corrupção quanto neste Governo”. E os casos continuam acontecendo, os “aloprados” continuam operando.

Nessa área, mais do que em outras, o Governo permanecerá neste segundo mandato se comparando consigo mesmo.

Há pelo menos uma década, Sr. Presidente, que a principal pauta do Legislativo, em especial em início de Governo, tem sido as reformas. Em que pese ao nosso ceticismo com relação à determinação do Go-

verno em tirar seus compromissos da virtualidade, é essencial para o Congresso Nacional que enfrentemos essas pendências.

Não podemos fugir nem mesmo daquelas reformas que muitos consideram “impopulares”, como a da Previdência e a da Legislação Trabalhista. Em especial, essas duas reformas representam faces diferentes de um mesmo problema: o elevadíssimo peso do trabalho informal na economia brasileira. Além dessas reformas, também é necessária uma reforma tributária que simplifique o atual sistema e restaure o equilíbrio do pacto federativo.

Mas o primeiro item, Sr. Presidente, desse passivo institucional é a reforma política, que consideramos a “mãe de todas as reformas”.

Durante a campanha eleitoral do ano passado, sempre que tratávamos do tema, sabíamos que o eleitor mais simples, morador do sertão de Pernambuco ou da periferia do Grande Recife, talvez não compreendesse a prioridade para o assunto.

Por que diante de tantas questões mais prementes, em especial num País de carências diversas como o nosso, colocamos a reforma política acima das demais?

Talvez diante do desgaste enfrentado pelo Poder Legislativo, o eleitor compreendesse melhor a reforma política, sabendo que com ela pretendemos cortar a própria carne.

Essa é uma maneira de enxergar a questão. Mas não é a única.

Proclamamos a República; presidentes foram depostos; reconstruímos a democracia mais de uma vez; porém, a relação entre os Poderes permanece semelhante aos últimos anos do Império: o Legislativo quase que completamente submisso ao Poder Executivo.

Diante desta realidade, precisamos implantar mudanças que fortaleçam os partidos, ampliem a interação com a sociedade, tornando a atividade política mais transparente. Um conjunto de medidas que leve a uma reforma do comportamento político.

Entre as medidas que consideramos prioritárias, estão: a adoção da fidelidade partidária, o financiamento público das campanhas eleitorais, o fim das coligações proporcionais, a implantação do voto distrital misto com listas fechadas, a manutenção do segundo turno apenas para as eleições presidenciais, o fim das emendas individuais ao Orçamento Geral da União.

Devo ainda citar a Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo nobre Senador Marco Maciel, que tive a honra de relatar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, restabelecendo a cláusula de desempenho. Trata-se de mais um passo importante

para fortalecer os partidos, dificultando a proliferação das chamadas “legendas de aluguel”.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)
– Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Ilustre Senador Jarbas Vasconcelos, desejo, antes de tudo, cumprimentá-lo pelo discurso que pronuncia nesta Casa – aliás, seu primeiro discurso no Senado Federal. V. Ex^a chega ao Senado Federal depois de haver, com muito êxito, governado o Estado de Pernambuco em dois períodos administrativos e deixado uma grande obra não somente no campo social, mas também no econômico. V. Ex^a, inclusive, referiu-se a projetos estruturadores que se consolidaram em sua administração. Entre muitos, eu poderia lembrar a questão da refinaria de petróleo, um sonho pernambucano acalentado há meio século. Além disso, V. Ex^a, antes de ser Governador de Pernambuco, já desfrutava de grande conceito no Estado, o que o levou a ser Deputado Estadual à Assembléia Legislativa de Pernambuco, a Casa de Joaquim Nabuco, Deputado Federal, duas vezes Prefeito da Capital, uma cidade difícil chamada por Agamenon Magalhães “cidade cruel”; depois, como fiz referência, foi também duas vezes Governador e agora Senador da República. O discurso de V. Ex^a demonstra as qualidades de que é dotado, de conhecimento das questões nacionais e regionais. São muitos os problemas com os quais se defronta o País, e V. Ex^a tem para eles um caminho e uma solução a oferecer. Entre essas questões – sem querer me alongar no aparte, posto que muitos dos seus colegas desejam também trazer suas achegas – eu lembraria a da reforma política, que V. Ex^a citou com muita propriedade, definindo inclusive os itens mais relevantes e essenciais para podermos melhorar a governabilidade do País. O Brasil ainda sofre daquilo que Norberto Bobbio certa feita chamou de “déficit de governabilidade”. Naturalmente, somente através das reformas políticas é que conseguiremos fazer com que o País cresça a taxas mais altas. Não será possível um correto e justo projeto de desenvolvimento enquanto não efetivarmos essas reformas que vão ajudar a vertebrar as instituições e, assim, criar condições para que o País cresça sustentada e ordenadamente. Encerrando minha intervenção, quero cumprimentar V. Ex^a e desejar votos de pleno êxito no Senado. Sei que o terá, pelas qualidades pessoais, cívicas e também pelo passado que orna a sua vida pública.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)
– Muito agradeço a V. Ex^a o aparte que só irá enriquecer o nosso discurso de estréia aqui no Senado.

Ouç o Senador José Agripino, Líder do PFL, e, posteriormente, o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Jarbas Vasconcelos, pode estar certo de que V. Ex^a está começando sua atuação no Senado com o pé direito. Digo isso com a experiência de quem tem três mandatos de Senador e já viu tanta gente falar dessa tribuna. V. Ex^a fez um discurso denso, deu uma varredura completa, falou de reformas, de política, sugeriu a sindical trabalhista – sugeriu em termos de exigir –, falou de padrão ético, de ação de governo, sem ferir ninguém, sem elevar hora alguma o seu tom de voz. Senador Jarbas, papel agüenta tudo! Mas quem pronuncia o discurso para merecer fé tem de ter passado, tem de ter história, tem de ter credibilidade. V. Ex^a tem, pela sua história de vida, pela sua ação como Prefeito, como Governador, como Parlamentar, como Líder político. Fico muito feliz de tê-lo entre nós; não somente como Senador, mas por dividir responsabilidades de dar ao Governo o tom certo, sem exagero, no tom do discurso que V. Ex^a acabou de fazer, marcado pelo equilíbrio, pelo bom senso.

Estou nesta Casa há muitos anos, lidero um Partido que faz oposição e procuro pautar a minha linha de oposição pela linha do equilíbrio, até porque quem exagera, quem exacerba na linha do equilíbrio perde a racionalidade e a credibilidade. Quem nos vê e quem nos ouve não admite que ajamos com temperamento exagerado nem com irracionalidade. Estou absolutamente convencido de que esta Casa vai ganhar muito com a sua presença. Tenho certeza de que V. Ex^a não vai ser um falastrão contumaz, mas, quando falar, vai ser ouvido, pelo seu equilíbrio e pela consistência de suas opiniões, baseado no que diz e baseado no seu passado. Seja muito bem-vindo e o aplauso do PFL pelas suas palavras iniciais.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)
– Muito obrigado, Senador José Agripino, pelas palavras generosas.

Ouç V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Jarbas Vasconcelos, conheci V. Ex^a há muitos anos, quando fui Governador pelo PMDB. Se não me engano, era Secretário-Geral do PMDB e tivemos aqui longas e constantes reuniões sobre a questão da sucessão presidencial, entre outros assuntos. Depois, tive o privilégio de ser seu Colega como Governador vizinho no Estado do Ceará, quando tive a oportunidade de verificar dois fatores que muito me chamaram a atenção: o grande salto administrativo de qualidade que deu o Estado de Pernambuco, o grande salto de desenvolvimento econômico que deu o Estado de Pernambuco e, mais do que isso, a recuperação de

uma coisa que sempre foi histórica em Pernambuco: o orgulho de ser pernambucano, que andava em baixa antes de V. Ex^a assumir o Governo de Pernambuco. Aquilo que sempre foi uma característica – nós, cearenses, nos conhecemos tão bem – do pernambucano, aquele orgulho de Pernambuco tinha revertido. E V. Ex^a fez o que, talvez, tenha sido, das suas obras, a mais importante no Estado de Pernambuco, que hoje é outra. Tive oportunidade também de conviver com um homem de caráter irretocável. Nunca o vi jogando para a platéia; nunca o vi cedendo a demagogias fáceis; nunca o vi falando aquilo em que não acreditava e nunca o vi sendo absoluta, pouco ou minimamente – para ser mais exato – desleal com algum dos seus companheiros. Talvez V. Ex^a não imagine o tamanho do que significa, para mim, o elogio, mas, na minha vida pública, a minha grande referência política foi um político, com quem V. Ex^a também teve a oportunidade de conviver, chamado Mário Covas. E o seu temperamento, a sua postura e o seu caráter é o que, hoje, mais se aproxima do grande Mário Covas, com quem acho V. Ex^a teve a oportunidade de conviver.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)

– Tive, sim, com muita honra.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Portanto, não me surpreende este seu primeiro pronunciamento, sério, sem nenhum exagero, equilibrado, mas tocando em todas as grandes feridas nacionais, de maneira muito competente, mas sem cair na demagogia fácil do ataque fácil, daquele que exagera para poder obter aplauso. Ele só vem demonstrar, com toda clareza, o que o Senado está ganhando, o que nós vamos ganhar com a presença de V. Ex^a entre nós. É um marco importante o seu discurso e, com certeza, devemos aprofundar a discussão dessas suas palavras, sair dessa discussão e entrar nas nossas ações. Muito obrigado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Senador Tasso Jereissati, agradeço as palavras de V. Ex^a. A sua atuação como vizinho, como Governador de um Estado – V. Ex^a, que saiu do campo empresarial para governar o Ceará – deu uma demonstração de exemplo, não só para a região, mas para todo o País, da sua competência e, sobretudo, da sua seriedade.

Muito obrigado mesmo pelo depoimento, que sei espontâneo e verdadeiro, de V. Ex^a.

Ouç o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Jarbas Vasconcelos, o Senador Tasso Jereissati disse que nós, pernambucanos, costumamos ter muito orgulho de ser pernambucanos. Uma das razões é por termos políticos como o senhor. Nesta Casa, devo ser aquele

que o conhece há mais tempo. Quando muito, muito jovem, trabalhávamos com Egydio Ferreira Lima.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Exatamente.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – A mesma luta que o senhor manteve ao longo de todos esses anos, com extrema coerência, no Legislativo e no Executivo. Fique certo de que o seu discurso não é de estreante nem de iniciante, é de um veterano com muita experiência e um imenso capital político. O Brasil inteiro sabe que vai receber do senhor uma grande contribuição. Concluo dizendo que o seu discurso tem uma característica que, às vezes, a gente não consegue ver na vida pública hoje: nitidez. A nitidez das posições que senhor toma neste seu discurso é motivo de esperança para nós, seus colegas hoje no Senado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Ouç o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jarbas, Euclides da Cunha disse que “o sertanejo é, antes de tudo, um bravo”. V. Ex^a merece recordar essa história. Olha, já foram citadas as suas vitórias, mas V. Ex^a é esse bravo, extrapolou o Nordeste e hoje é do Brasil. Lembro-me da sua coragem nos momentos difíceis. V. Ex^a – Deus escreve por linha tortas – desejou o Senado da República há muito tempo e lutou bravamente. Era porque havia o artifício de sublegenda e precisava de três para derrotá-lo, e V. Ex^a perdeu a eleição, perdeu o pai, mas nunca perdeu a dignidade e a vergonha. Deputado, fundou o nosso MDB dos autênticos. Que bela história, não é? Eu tenho até uma dívida. Quando eleito prefeito da minha cidade, Parnaíba, um professor, Leonides Filho, coordenava o Inad e nos levou lá alguns prefeitos eleitos. Havia muitos baianos, muitos pernambucanos, eu, piauiense. Tinha briga, e eu ele me escolheu como orador. V. Ex^a era prefeito e eu comecei a observá-lo. V. Ex^a foi um ícone para todos nós. Talvez o exemplo de V. Ex^a, administrando a prefeitura e governando o Estado, tenha sido muito importante para que eu chegasse aqui e fosse reconhecido pelo povo. Então, o que eu tenho a dizer é o seguinte: neste momento da democracia que aí está, das dificuldades que temos no Brasil, V. Ex^a chega. Eu me permitiria citar um trecho que ouvi do primeiro discurso de Brossard: “A oposição não pede licença para fazer oposição.” V. Ex^a dignifica esse entendimento. Rui Barbosa passou quase 22 anos fazendo oposição. V. Ex^a então, sem dúvida nenhuma, credencia-se a ser esse grande líder da oposição, para que sonhemos todos com a democracia, que prenuncia que tem de haver alternância de poder. E V. Ex^a poderia vir a ser, no meu Partido, essa alternância de poder.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Obrigado, Senador Mão Santa.

Ouçó, pela ordem, o Senador Alvaro Dias e o Senador Mozarildo.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Jarbas Vasconcelos, imagino que a dura tarefa que o Congresso Nacional tem pela frente é a de recuperar a credibilidade e contribuir para a construção de uma nova instituição pública mais respeitada, mais valorizada pela sociedade brasileira. E a presença de V. Ex^a qualifica o Senado Federal para o exercício dessa tarefa.

Grande Governador! Mas não só isso. Uma trajetória política exemplar. Em seu primeiro discurso, orienta-nos sobre a postura adequada para um Parlamentar: a postura da independência, que V. Ex^a prega, em contraste com a prática que é antiga, que não é nova e que deveria estar em desuso, que é a relação de promiscuidade do Poder Executivo com o Legislativo. Não há nada que desgaste mais a instituição parlamentar do que o promíscuo relacionamento estabelecido nos últimos anos entre Executivo e Legislativo. V. Ex^a vem exatamente estabelecer um contraste com essa prática. Com um discurso independente, demonstra que serve ao País o Parlamentar que realmente assumir compromissos com a sociedade e não obrigatoriamente, não necessariamente com quem eventualmente esteja no poder. Parabéns a V. Ex^a. Certamente teremos uma convivência extraordinária no Senado Federal, porque sabemos da sua postura ética, do seu comportamento probo e inteligência política. Parabéns, Senador Jarbas Vasconcelos. Aliás, Pernambuco é que está de parabéns.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Obrigado, Senador. Nós nos conhecemos desde a época em que atuamos na Câmara dos Deputados, ainda no MDB, como Deputado Federal.

Ouçó o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)

– Senador Jarbas Vasconcelos, não me surpreendo com o pronunciamento de V. Ex^a, porque tive a honra de conhecê-lo na Câmara dos Deputados. Acompanhei a atuação de V. Ex^a como Parlamentar e como Governador. V. Ex^a sempre manteve uma postura sempre isenta, ética, de um homem público completo. E o pronunciamento de V. Ex^a realmente faz aquilo que geralmente o Presidente da República não gosta de ouvir: uma análise isenta da realidade. E essa análise isenta é sempre confundida com crítica, com a crítica destrutiva. Mas, na verdade, é uma análise isenta e, portanto, uma crítica construtiva. V. Ex^a falou muito bem sobre essa questão aí de o Presidente estar usando ao exagero a palavra “travar” e “destravar”, parecendo até que quem estava governando até o dia 31 de

dezembro era uma outra pessoa que travou o Brasil, e ele agora vai destravar. Como médico, acredito na recuperação das pessoas, mesmo quando estão com doenças graves. Acredito piamente que o Presidente Lula pode mudar, e mudar muito, se ouvir pessoas como V. Ex^a, se ouvir outras pessoas até do próprio Partido dele, como o Senador Suplicy. Ontem, comentava com ele: se estivessem no PT pessoas capazes de vir aqui e sugerir, de maneira isenta, certas condutas, com certeza o Presidente não erraria tanto. E quero aliar-me ao pensamento de V. Ex^a em quase todos os pontos aqui colocados, principalmente no que tange ao tratamento desigual que o governo Lula dá às regiões mais pobres do País.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Ouçó, pela ordem, o Senador Geraldo Mesquita e, posteriormente, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Neuto de Conto.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta – Bloco/PR – ES) – Queria só advertir aos apartes, que são muitos: é o primeiro discurso do nosso querido Jarbas Vasconcelos nesta tribuna, estamos sendo muito complacentes e continuaremos sendo. Quem está sentado lá em baixo gosta de complacência e depois que senta aqui fica muito duro. Não é o meu caso. É só porque há muitos apartes e para que todos possam apartear bem tranquilamente.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É um momento especial, Sr. Presidente. V. Ex^a tem que estar acostumado. Tempo não conta. O que conta é o personagem.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– Vou atender ao apelo do nosso queridíssimo Presidente e dizer algumas coisas ao Senador Jarbas Vasconcelos. Primeiro, da minha alegria e satisfação em ter V. Ex^a como companheiro nesta Casa. V. Ex^a proferiu um discurso radiográfico, que é um verdadeiro diagnóstico e aponta rumos. V. Ex^a tirou a roupa do rei dentro do plenário sem violência, como bem disse o Senador José Agripino. Aponta mazelas com elegância, faz a sua crítica em tom não elevado, mas contundente e nos brinda com um valioso discurso, um discurso-síntese, que aponta, como disse, horizontes. Tenho observado o Senador Jarbas Vasconcelos desde a posse e tenho lido o que V. Ex^a fala e a imprensa reproduz. Recentemente houve uma entrevista em uma revista de circulação nacional.

Tenho lido, Senador, não por simples curiosidade, mas por absoluta necessidade. A política hoje, em nosso País, tende para o banal. É uma mazela nossa. E V. Ex^a, com seu passado, seu presente e a garantia de seu futuro, inclusive com atuação que, tenho certeza absoluta, será expressiva nesta Casa, tira todos nós desta perspectiva ruim de continuarmos na política de forma avacalhada, priorizando o banal. V. Ex^a, quando prega a necessidade, por exemplo, de uma reforma política profunda, uma reforma que alcance as instituições políticas deste País, aponta para a grande contribuição que será dada, pelo seu mandato, na discussão desse tema tão importante, que, tenho certeza absoluta, fará com que voltemos a tratar de questões relevantes, voltemos a dar a importância que a política tem. E V. Ex^a está aqui, sem alterar o timbre de voz, sem alterar o tom, numa contundência que poucas vezes vemos nesta Casa. Como eu disse, desvestiu o rei dentro deste plenário, mas com seriedade e com elegância. Está aqui seu discurso-síntese para que possamos ouvi-lo agora, guardá-lo e sobre ele refletir. Ele contém lições sobre as quais precisamos refletir durante muito tempo nesta Casa. Meus parabéns. Seja bem-vindo ao Senado Federal.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado Senador.

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy e posteriormente o Senador Pedro Simon.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Jarbas Vasconcelos, tenho na minha memória a presença de V. Ex^a em muitas ocasiões da história pela democratização deste País e eu o tenho como uma das figuras mais respeitáveis na história política na defesa da justiça, da democracia e das liberdades do povo brasileiro.

Fico impressionado por vezes como o Presidente Lula acompanha os pronunciamentos do Senado. São muitas as ocasiões em que ele comenta os pronunciamentos, como se, de repente, no meio do trabalho, ele conseguisse tempo para acompanhar a TV Senado ao vivo. Talvez ele o faça hoje à noite. Mas tenho a certeza de uma coisa, e quero fazer aqui inclusive uma recomendação ao Presidente Lula. Se, por acaso, ele não puder acompanhá-lo ao vivo, que possa ouvi-lo, quem sabe hoje à noite. Que leia as notas taquigráficas do pronunciamento de V. Ex^a feito em relação a Sua Excelência, como o de um amigo desta Nação, um amigo do povo, um amigo que respeita o Presidente, que pode ter divergências, mas que reconhece diversos méritos, como ressaltou V. Ex^a referindo-se ao Programa de Aceleração do Crescimento, salientando que tem inúmeros pontos positivos e que espera que possa ser levado adiante. V. Ex^a ressaltou, dentre

outros pontos, a transposição do Rio São Francisco que, por outro lado, tem, como V. Ex^a reconhece tão bem, ainda hoje, o alerta aqui do Senador Antonio Carlos Magalhães, que não considera isso como a melhor prioridade. Do mesmo modo, D. Luiz Cappio está convidando a Nação para uma melhor reflexão sobre isso, antes que se decida de vez. Ele considera melhor a revitalização. Mas foram muitos os pontos que V. Ex^a levantou. Na questão econômica, sim, crescemos apenas 2,9%, só à frente do Haiti, mas V. Ex^a, como muitos, ontem ainda, reconheceram, saberá observar que, conforme o Presidente Henrique Meirelles ontem nos expôs, as condições econômicas hoje são bastante propícias para que tenhamos uma perspectiva de crescimento mais acelerado e sustentado para os próximos anos. E acho muito importante que V. Ex^a venha aqui com a disposição de trazer os elementos que possam contribuir para esse objetivo. Finalmente, no que diz respeito ao outro ponto tão importante do seu pronunciamento, a reforma política, tenho muitos pontos de convergência com V. Ex^a: na fidelidade partidária, que precisa ser instituída; na questão relativa ao financiamento público de campanha, em que podemos avançar, tendo maior transparência ainda nesta área. E dentre outros pontos, V. Ex^a mencionou que consideraria adequado o sistema de dois turnos apenas para a Presidência. Faço uma ponderação: será que isso, realmente, seria um avanço? Eu me empenhei muito, desde quando Deputado Estadual, em 1979, para que fosse instituído o sistema de eleições em dois turnos, e me parece que isso tem sido um aperfeiçoamento do processo democrático. Lembro uma eleição da qual participei diretamente. Em 1985, a primeira vez em que houve eleições diretas para Prefeito das capitais depois de vinte e poucos anos, no maior Município brasileiro, disputavam o ex-Presidente Jânio Quadros, o então Senador Fernando Henrique Cardoso, eu próprio e outros. Jânio Quadros obteve 37%; Fernando Henrique, 34%; e eu, 19,7%. O Senador Fernando Henrique, depois Presidente, atribuiu a mim o fato de eu estar ali impedindo-o de vencer as eleições. Eu quero dizer – e disse a ele – que, houvesse o sistema de eleições já em dois turnos, eu normalmente, naquele episódio, o teria apoiado no segundo turno. Mas, em um turno só, venceu as eleições o Presidente Jânio Quadros. Eu preferiria que tivesse havido os dois turnos. Coloco isso para uma reflexão, porque me parece que o sistema de eleição em dois turnos constitui algo que aperfeiçoa o processo de escolha democrática. Meus cumprimentos pela maneira como elaborou tão bem o seu pronunciamento hoje.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. A admira-

ção é uma relação que existe entre mim e V. Ex^a, pelas atuações de V. Ex^a, sempre marcadas pela seriedade, combatividade e objetividade.

Ouçó o Senador Neuto de Conto.

O Sr. Neuto de Conto (PMDB – SC) – Senador Jarbas Vasconcelos, com sua história de vida, seu passado de luta, experimentado quer seja no Executivo ou no Legislativo, V. Ex^a traz uma peça importante, para análise e reflexão profunda, à Pátria e nos dá um direcionamento ao futuro. Sem dúvida alguma, sou daqueles que pensa que a reforma política é o primeiro e grande passo para dar aos partidos políticos e a seus quadros a dignidade da função e do trabalho. Certamente, os partidos políticos teriam também de excluir os que não correspondem para atuar na vida pública. Quero cumprimentá-lo e dizer que, no quadro da reforma tributária, se encontrarmos um caminho para baixar a pirâmide da tributação, alargar as bases, tributar o consumo e desonerar a produção, certamente teremos a oportunidade de criar emprego e desenvolvimento. Acrescento ainda, nobre Senador, que o pacto federativo deveria acompanhar, para que possamos dar a oportunidade de administrar os Municípios aos seus dirigentes, pois é lá nos Municípios que vive o homem e onde estão os problemas. Sem dúvida nenhuma, com a oportunidade dessa nova administração, desse novo pacto federativo, vamos buscar lá na célula-base o início do desenvolvimento, do crescimento e dos grandes espaços reservados para a nossa Pátria. Parabéns pelo belo pronunciamento.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Muito obrigado, Senador.

Senador Pedro Simon, com muita honra.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Meu irmão Jarbas Vasconcelos, não calcula V. Ex^a a emoção de vê-lo aqui. Foram tantos os anos, tantas as lutas, tantas as situações, boas e ruins, eufóricas e de tristeza, em que a gente se encontrou, que vê-lo nessa sua figura, representando aqui o povo brasileiro... Olha, Senador Jarbas Vasconcelos, tenho dito aqui, há alguns anos, que o Brasil é um país que ficou sem referências. Estamos vivendo uma hora muito dura, porque naquelas nossas andanças lá atrás – ditadura, arbítrio, sem liberdade de imprensa e tudo o mais –, tínhamos referências. Tínhamos o Teotônio, tínhamos o Ulysses, tínhamos Dom Evaristo Arns, tínhamos Dom Helder Câmara, tínhamos nomes e entidades, tínhamos o velho MDB de guerra, que o povo olhava com admiração. A OAB da época era também uma referência nacional. Naquela nossa luta, talvez até de sonhadores, nosso objetivo parecia único: destruir o inimigo, e o inimigo era a ditadura militar. E, derrubando a ditadura, voltando à prática da democracia, à liberdade,

achávamos que o Brasil estava pronto para ir embora. Então, nós éramos irmãos. Não perguntávamos para quem estava do nosso lado se ele era comunista ou capitalista, como era a vida privada dele. Olha, “pega a espingarda e atira para lá”; se ele atirasse para lá, nós o recebíamos. Hoje mudou. Hoje, o que falta para o Brasil é uma expectativa de futuro. Em quem vamos acreditar? O PMDB pagou tantos pecados, tantos equívocos que nós cometemos. Aquele velho MDB de guerra, que, modéstia à parte, a história haverá de reconhecer, sustentou a luta e trouxe a democracia; uniu a mocidade, indo às ruas para as “Diretas Já” e tudo o mais. Desde a morte do Dr. Tancredo, parece que o PMDB vem pagando um preço gradativo e não consegue ser o mesmo. O PT era a grande esperança. O PT era um grupo de sonhadores, anjos que vieram aqui. Dom Evaristo Arns colocou na sacristia dele para orientá-los. Parecia que seriam os donos da verdade. E se transformou no que é hoje, um partido, cá entre nós... E o discurso de V. Ex^a foi uma peça a que há muito tempo não se assistia. A análise que V. Ex^a fez foi complexa, inteira, foi realmente muito profunda e de muito significado. No Brasil, V. Ex^a é uma referência. V. Ex^a é hoje no Congresso Nacional uma referência, Senador Jarbas Vasconcelos. Quatro anos, Prefeito de Recife, o maior do Brasil; quatro anos de novo, Prefeito de Recife, o melhor do Brasil; quatro anos, Governador de Pernambuco, o melhor do Brasil; mais quatro anos, Governador de Pernambuco, o melhor do Brasil! Sem uma vírgula na sua integridade, na sua seriedade, na honestidade, na sua honradez. Dezesseis anos ocupando cargos com seus adversários, brigas e tristezas. V. Ex^a e Arraes, dois irmãos, espetaculares, de repente, tornam-se completamente diferentes, mas a dignidade, a respeitabilidade entre V. Ex^{as} nunca foi posta em dúvida. V. Ex^a sempre foi a grande referência do PMDB. V. Ex^a podia ter assumido a Presidência do PMDB, a lei o impediu, e foi uma pena, porque, se V. Ex^a tivesse assumido naquela oportunidade a Presidência do PMDB, a realidade seria diferente, a nossa realidade seria diferente. V. Ex^a é uma personalidade difícil de encontrar igual. Lembro-me de uma conversa com meu companheiro Ibsen Pinheiro, que estava recém-chegando à Casa. Quando veio V. Ex^a, nós dissemos: “O homem que vai nos representar na Executiva, por unanimidade, é o Jarbas Vasconcelos”. E ele disse: “Por que o Jarbas?” “Porque nós todos achamos que deve ser o Jarbas”. “Eu não conheço”. “É um homem de uma simpatia extraordinária”. “Se ele é simpático, ele esconde bem, porque ele já me foi apresentado quatro vezes, mas ele não me cumprimenta. A simpatia dele, para mim, ele ainda não mostrou”. V. Ex^a é um homem, eu diria, rude, duro, inflexível, quando diz não, diz não.

V. Ex^a é de quem precisamos. Que bom se um homem como V. Ex^a estivesse no comando do nosso partido! Que bom se um homem como V. Ex^a pudesse fazer o que eu sonhava que poderia acontecer! O primeiro Governo do Lula foi muito ruim e, porque foi tão ruim, em seu pronunciamento, que ouvi todo do gabinete, V. Ex^a disse que o segundo tem de ser melhor. Disse que ele começou melhor porque ele, em vez de dialogar com as pessoas, passou a dialogar com o conjunto da vida partidária. Achei que ele poderia dar um salto. E não falo em Pacto de Moncloa, porque isso já caiu no ridículo no Brasil, mas falo em um grande entendimento, em chamar grandes nomes para tentar fazer um grande governo. Aí estaria V. Ex^a. Digo com toda sinceridade a V. Ex^a: falo muito raramente com o Presidente Lula, não sou das pessoas que têm maior intimidade com ele, aliás, tenho praticamente nenhuma. Falo com ele da tribuna. Falo não, dirijo-me a ele – e sempre vem um Senador do PT dizer: “Olhe, falei com o Lula, e ele vai lhe chamar, porque ele quer muito falar contigo”. Mas ele nunca me chamou. Encontrei-me com ele no enterro do nosso querido companheiro do Mato Grosso do Sul, o companheiro Ramez Tebet. Na volta, o Presidente ofereceu a nós, Senadores, que estávamos em nosso avião, uma carona, e nós voltamos juntos. Aí, então, se conversou. O Presidente salientou a importância de V. Ex^a, salientou o respeito e a admiração que tem por V. Ex^a. Disse exatamente isso: “O Jarbas é o Jarbas, com o gênio dele. Quando tem de falar, fala, e a gente tem de ouvir. Na maioria das vezes, não se pode nem responder. Se fores falar com o Jarbas, diga-lhe que eu sou um admirador dele. Ele pode falar o que quiser de mim, ele tem autoridade para isso”. É o que dizia o Dr. Ulysses com relação a V. Ex^a. Quando vinha alguma coisa do Jarbas, ele parava para ver, pegava o telefone. Eu perguntava: “Dr. Ulysses, porque o senhor está tão nervoso? Os jornais todos falam do senhor e o senhor não está nem ligando...” “Se o Jarbas está dizendo alguma coisa, tenho de ver o que é. Tenho de ver imediatamente para corrigir imediatamente”. V. Ex^a terá um grande papel neste Congresso. Aqui V. Ex^a encontrará grandes nomes e grandes lideranças, mas estamos muito mais perto da Torre de Babel do que da Câmara dos Comuns da Inglaterra. Estamos aqui com pessoas que entendem, que querem uma solução, que apresentam fórmulas espetaculares. O discurso de V. Ex^a é perfeito. Poderia dizer que, a partir do discurso de V. Ex^a, deveríamos reunir uma comissão para estabelecer um plano de ação, mas, na hora de agir, cada um apresenta o seu, cada um diz o que quer e não sai absolutamente nada. Quero falar da alegria que tenho de, ao longo dessa vida pública – e lá se vão quarenta anos –, sempre ter privado da amizade

de V. Ex^a. Praticamente sempre estivemos do mesmo lado, defendendo as mesmas causas. Faço questão de dizer do orgulho, da satisfação, da emoção que tenho de tê-lo como companheiro, de tê-lo como irmão e, agora, de tê-lo como colega aqui nesta Casa. Um abraço muito carinhoso para V. Ex^a, querido Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador e irmão Pedro Simon. Quero dizer de público agora que V. Ex^a foi, é e continuará sendo a nossa maior referência dentro do nosso partido.

Concedo um aparte ao nobre Líder do P-Sol.

O Sr. José Nery (P-Sol – PA) – Senador Jarbas Vasconcelos, quero inicialmente saudar V. Ex^a pelo brilhantismo de sua avaliação do quadro político nacional. As inquietações de V. Ex^a, em certa medida, talvez com outros pressupostos, são também as nossas diante do nosso País nos dias de hoje. Quero fundamentalmente dizer a V. Ex^a que o conheço desde a década de 70, quando V. Ex^a, ao lado de expressivos nomes da política brasileira – ao lado de Ulysses Guimarães, de Marcos Freire, de José Carlos Vasconcelos –, fez por este País caravanas de lutas pelas liberdades democráticas, pelas eleições diretas, pela Assembléia Constituinte, um tempo em que divergi do governo de plantão do regime dos generais. Isso significava uma ousadia tão grande que poderia custar a própria vida, como sabemos que custou a vida de muitos brasileiros e brasileiras que ousaram se insurgir contra o regime de plantão, que tanta infelicidade e atraso trouxe ao nosso País. E V. Ex^a integrava o chamado Grupo Autêntico do MDB – depois PMDB. Naquele momento, há trinta anos, eu iniciava a minha militância política nos sertões do Ceará. Depois, dei continuidade a ela na Amazônia, no Estado do Pará, que hoje tenho a honra de representar nesta Casa. Gostaria de dizer a V. Ex^a o quanto é importante, no atual quadro da política brasileira, contarmos com a contribuição de pessoas como V. Ex^a, que simboliza a política alicerçada na ética, na luta pela cidadania. No exercício de inúmeros mandatos, seja no Parlamento, seja no Executivo, V. Ex^a deu muitas contribuições e, com certeza, é uma referência positiva que engrandece a política, porque, infelizmente, muitos hoje fazem da política um verdadeiro balcão de negócios. Ao que eu saiba e ao que eu tenho acompanhado da sua trajetória política, V. Ex^a, com a sua luta e a sua determinação, tem sido um exemplo para o Brasil, especialmente para Pernambuco, sua terra natal. Com certeza, precisamos, nesta Casa do Congresso Nacional, no Senado Federal, unir as forças com todos aqueles e aquelas que têm verdadeiro compromisso de lutar para fazer com

que a democracia não seja apenas uma declaração formal ou apenas um arranjo de formalismos. Defendo a radicalização da democracia, mas, infelizmente, sabemos que a democracia brasileira é manca, porque, se temos avançado no sentido dos mecanismos de representação popular, do ponto de vista econômico e social, convivemos, cotidianamente, com uma verdadeira apartação social, inadmissível nos dias de civilidade que estamos construindo e que queremos para a humanidade, para o Brasil, no século XXI. Portanto, eu me somo aos que me antecederam, em numerosos apartes, para saudar um dos líderes mais autênticos na luta pela redemocratização do nosso País. Com toda a certeza, no mandato de Senador, continuará honrando os mais fundamentais compromissos, com a ampliação dos direitos democráticos do nosso povo e a construção da cidadania brasileira. Aqui estaremos juntos para defender os interesses mais autênticos do povo brasileiro, do povo trabalhador, na certeza de que poderemos oferecer nossa contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e político do nosso País. Parabéns!

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Agradeço ao ilustre representante do PSOL. Chegamos juntos a esta legislatura, mas já foi possível perceber toda a sua combatividade e seriedade.

Ouçó o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, dou-lhe um aparte duplo, porque falo em meu nome e lhe transmito o abraço muito afetuoso do Senador Sérgio Guerra, que está, por sinal, acompanhando seu pronunciamento. Se conheço V. Ex^a um pouco, sei o quanto este momento significa para seu sentimento, para sua alma. Afinal de contas, Deputado bem-sucedido e bravo, muito me animou a disputar minha primeira eleição. V. Ex^a foi uma das figuras que me estimulou, pelo exemplo, a também trilhar este caminho na época em que a minha geração se perguntava: “Vale ou não vale a pena entrar nisso? É um jogo em que faremos oposição da oposição paraguaia ou vale a pena entrar para fazer a oposição que faz, por exemplo, Jarbas Vasconcelos?” E optei por isso. Mas a consagração de hoje sei que representa muito para V. Ex^a, porque é um homem público na acepção da palavra, com a trajetória de administrador bem-sucedido, de Parlamentar bravo dos tempos do combate ao regime militar e de um Senador que chega com uma bagagem de experiência enorme e com o mesmo nome limpo e intacto para representar o seu Estado e engrandecer a representação parlamentar no Congresso. Mas o que me chama a atenção em V. Ex^a é um dado extremamente relevante para mim, pelo menos. Alguns companheiros seus e meus, do período de resistência à ditadura, depois se perderam na falta

de discurso. Pessoas admiráveis, que V. Ex^a adora e eu estimo; ambos amamos essas pessoas. Mas ficaram sem o discurso porque não conseguiram se acostumar ao período em que o mundo não se dividia em duas categorias simples: o sim à ditadura ou o não ao regime autoritário. Era preciso, então, aprendermos a conviver com uma sociedade mais plural, uma sociedade em que era possível uma série de nuances entre as posições que antes estavam unidas contra ou estavam unidas a favor. Procurei me libertar disso da maneira mais rápida que pude. E vi que V. Ex^a fez isso brilhantemente, governando com pragmatismo, dirigindo o seu Estado com muita seriedade e construindo uma carreira pública cuja marca é a coerência; uma carreira pública que, sem dúvida alguma, mostra a sua enorme capacidade de reciclagem. V. Ex^a percebeu o novo tempo, o novo momento. Não deixou de ser aquele Jarbas Vasconcelos admirável da resistência, mas aceitou plenamente as regras do jogo democrático que estavam povoando o novo tempo, o novo momento. Isso me chama a atenção em V. Ex^a. Esse discurso mostra o que para mim não é uma novidade. V. Ex^a nasceu, neste mandato, um grande Senador, para ser ouvido pela Casa, respeitado pelos seus Pares e acatado toda vez que se dirija a essa tribuna, e que o faça com o máximo de frequência para o nosso deleite e, muitas vezes, até para a nossa orientação. Portanto, saúdo o seu ingresso no Senado, pela via da tribuna, V. Ex^a que já pontificou nas comissões e que tem uma contribuição muito grande a dar ao País. Repito, este aparte eu faço muito afetosamente em meu nome e em nome do Senador Sérgio Guerra. Muito obrigado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, por extensão também ao Senador e amigo Sérgio Guerra, que se encontra em estágio de pré-operação.

Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para registrar em plenário a presença desse exemplar homem público, ex-Deputado, ex-Senador, Presidente do PPS, o nobre e sempre Senador Roberto Freire.

Ouçó o Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador

Jarbas Vasconcelos, como representante do Estado de Minas Gerais eu quero também saudá-lo nesta participação inaugural aqui no Senado Federal. Aprendi a conhecê-lo, a respeitá-lo, desde a época do antigo MDB, e ouvi aqui nas palavras do nosso companheiro Pedro Simon toda a emoção e todo esse sentimento em relação ao passado. Mais recentemente, estive lado a lado com o Sérgio Guerra, no dia-a-dia aqui, e vi, por intermédio de S. Ex^a, os acertos do seu governo e da sua condição política. Assim, ao ouvi-lo se referir à

questão da reforma política, quero dizer que estamos de pleno acordo. Mas o tempo está passando, já estamos em março, e o Governo do Presidente Lula não tomou a iniciativa de propor a reforma política, como disse que o faria durante a campanha. E todos nós sabemos que o momento de fazer reforma política é no início de Governo. Portanto, se o Governo não mandar essa reforma política para o Congresso, certamente se perderá, mais uma vez, a chance de uma reforma que é fundamental para as instituições brasileiras, para o funcionamento da democracia. Meus parabéns e sucesso na sua atuação como Senador!

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– E sobretudo, Senador Azeredo, este não é um ano eleitoral, é um ano que oferece as mais amplas condições para que possamos discutir e votar a reforma política; aliás, discutida ela já está amplamente. Quero agradecer e ouço o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) –

Senador Jarbas Vasconcelos, também quero dizer da minha imensa alegria não apenas por ver V. Ex^a hoje na tribuna do Senado da República, mas por ter participado com V. Ex^a de encontros de assembleias estaduais quando V. Ex^a era Deputado Estadual pelo então MDB; eu também era Deputado Estadual. Depois, exercemos um mandato de Prefeito: V. Ex^a Prefeito de Recife; eu, Prefeito de Natal, em um mandato atípico de três anos. Posteriormente, V. Ex^a veio para o cenário federal e eu fiquei lá no cenário estadual, mas sempre acompanhando a carreira brilhante de V. Ex^a porque sou um admirador de Jarbas Vasconcelos, posso até não ser amigo, mas sou admirador de Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Com certeza é amigo também.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) –

Obrigado. Sou admirador da sua coerência, da sua fibra, da sua coragem e das suas qualidades como administrador. Então, Senador Jarbas Vasconcelos, estou certo de que a presença de V. Ex^a nesta Casa só fortalecerá o prestígio deste Senado e só nos levará, nós nordestinos, a debatermos com mais vigor os problemas da nossa Região. Receba meus parabéns e tenha a certeza de que, embora tenha perdido uma parte do discurso de V. Ex^a, vou procurar lê-lo imediatamente.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador.

Ouç o Senador Efraim Morais, nosso vizinho da Paraíba.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Jarbas Vasconcelos, por ser vizinho de V. Ex^a é que aprendi muito na política. Todos nós, políticos paraibanos, respeitamos a história e a coerência de V. Ex^a, homem público, administrador, homem sério, homem que realmente mudou a história do nosso querido Estado de Pernambuco. Confesso ao Brasil a admiração que tenho por V. Ex^a, repito, como homem público, como administrador, acima de tudo pela história e pela coerência política de V. Ex^a, Senador Jarbas Vasconcelos. É evidente que este Plenário se enriquece com a presença de V. Ex^a, pois teremos um debate mais experiente e mais verdadeiro, porque sempre foi assim que V. Ex^a fez política. No início de minha carreira política, sempre tive em V. Ex^a a imagem do homem que fez política com seriedade e com coragem. V. Ex^a chega hoje para representar seu Estado, nosso Nordeste e nosso Brasil. Da nossa parte, é uma alegria imensa fazer parte desta Legislatura com V. Ex^a. Tenho a certeza de que muito fará pelo nosso Nordeste, pelo nosso Pernambuco e – lembre-se do seu vizinho! – pela nossa Paraíba.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador. Tenho muita vontade de conviver no Senado com pessoas como V. Ex^a, meu vizinho, uma pessoa bastante ativa e bastante determinada.

Ouç o ex-Governador do Distrito Federal e Senador da República Joaquim Roriz.

O Sr. Joaquim Roriz (PMDB – DF) – Senador

Jarbas Vasconcelos, lamento muito não estar aqui desde o início de suas palavras, porque eu estava em uma missão fora desta Casa. Infelizmente, não tive a satisfação e a alegria de ouvir todo seu pronunciamento, mas acabo de assistir ao espetáculo de vê-lo sendo apertado e elogiado pela maioria esmagadora dos membros deste Poder Legislativo. Fiquei sensibilizado ao ouvir tantas manifestações de solidariedade ao seu pronunciamento, à sua figura e à sua posição política tradicional, autêntica, do nosso velho MDB. Quero parabenizá-lo por sua estréia nesta Casa! Também sou profundo admirador de V. Ex^a. Aqui, estarei sempre ao seu lado, em defesa de seu nome e da dignidade sempre presente nesse homem público brilhante. Parabéns pelo que assiste aqui! Gostaria muito de ter seu pronunciamento em minhas mãos, assim que for possível, para eu ter a alegria de ler o pensamento de

V. Ex^a, que está doutrinando este País. Parabéns pelo seu gesto e parabéns pela sua dignidade!

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador Joaquim Roriz. Farei chegar às mãos de V. Ex^a meu pronunciamento.

Ouç o Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Jarbas Vasconcelos, ouvi muitos apartes que expressam o sentimento que V. Ex^a colhe por tudo que plantou ao longo da vida. Minha admiração por V. Ex^a foi despertada pelo então Senador Humberto Lucena, que, ao lado do Senador Pedro Simon e de muitos outros, tinha compromisso com a redemocratização deste País, e V. Ex^a muito contribuiu para que isso ocorresse com sua coragem, com sua determinação e com a vontade de homem público. V. Ex^a conseguiu fazê-lo – e diga-se muito bem – não só na esfera política, mas também na administrativa. Eu, que sou da Paraíba, conheço muito bem o trabalho desenvolvido por V. Ex^a como administrador público municipal e estadual. Tenho a certeza de que ganham esta Casa, o Parlamento e todos nós, com a possibilidade de convivermos com V. Ex^a e de juntos trabalharmos não só pela Região Nordeste, por nossos Estados, mas, principalmente, por aqueles que mais precisam.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Ouç o Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Jarbas Vasconcelos, pela sua história de vida, pela sua trajetória política, V. Ex^a é reconhecido por todos os seus Pares, independentemente de coloração partidária ou regional, como um expoente da política brasileira. Sua dedicação em prol do desenvolvimento do seu Estado e do Brasil tem dado legitimidade à sua ação política em benefício do nosso País. Senador Jarbas Vasconcelos, as demonstrações que aqui V. Ex^a colheu de reconhecimento dos seus Pares, pela sua ação política, norteia, tenho absoluta certeza, a juventude do nosso País, para que tenha em V. Ex^a exemplo de político com ética, com competência e com determinação de trabalho. V. Ex^a deu exemplo disso ao governar, por oito anos, o querido Estado de Pernambuco. Nesta oportunidade em que V. Ex^a faz seu primeiro discurso na tribuna como Senador por aquele Estado, devo dizer, como falei ontem ao Senador Marconi Perillo, que seu trabalho nas Comissões,

desde o primeiro dia, vem em defesa de Pernambuco. Parabéns e sucesso!

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado.

Sr. Presidente, ao termino do meu pronunciamento, gostaria de agradecer a benevolência...

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Concedo o aparte ao Líder do meu Partido.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Jarbas Vasconcelos, em meu nome e em nome da minha Bancada – inclusive, há pouco, recebi uma ligação do Presidente Renan Calheiros e do ex-Presidente José Sarney, que me pediram para citá-los em meu aparte ao seu pronunciamento –, transmito nosso desejo de sucesso no mandato, que, certamente, será profícuo, assim como foram todos os mandatos de V. Ex^a. Sempre tive muito orgulho de falar dos expoentes do PMDB, ainda no início da minha carreira política, quando havia nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Jarbas Vasconcelos, que foi Governador por três mandatos, não é? Foi um mandato, e, depois, foram mais dois consecutivos?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Exato.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Foram três mandatos de Governador?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Não, dois mandatos.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Foram dois mandatos de Governador de Pernambuco, Estado que teve desenvolvimento acentuado no Governo de V. Ex^a. Hoje, Pernambuco pode se dividir em duas eras: antes e depois de Jarbas Vasconcelos. Então, V. Ex^a está de parabéns, e nosso desejo é o de que, como peemedebista, como homem democrático, que fez alianças com outros Partidos no seu Estado, V. Ex^a possa desenvolver seu mandato tão bem no Senado Federal como desenvolveu todos que exerceu até agora. Sucesso e parabéns!

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente Efraim Morais, e a seu antecessor a benevolência e a atenção que teve para com este orador.

Ao término desta nossa intervenção, gostaria de agradecer a atenção que nos foi dirigida e de falar da satisfação que temos em integrar esta Casa Alta do

Congresso Nacional, uma reserva do que existe de melhor na política brasileira de homens e de mulheres experientes, bem-sucedidos nas suas áreas de atuação, que, com toda certeza, farão desta Legislatura um exemplo a ser seguido.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço e parabeno V. Ex^a e reitero ao Plenário que o tempo concedido a V. Ex^a foi pelo fato de ser seu primeiro pronunciamento nesta Casa.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, ao eminente Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, fiz chegar à Mesa um requerimento de congratulações ao eminente Ministro Rider Nogueira de Brito, que toma posse amanhã na Presidência do Superior Tribunal do Trabalho, para o biênio 2007/2008.

Faço isso, Sr. Presidente Efraim Moraes, porque o Ministro Rider Nogueira de Brito é um paraense da cidade Óbidos, que honra todos nós da Bancada do Estado do Pará no Senado. Ele tem uma vida dedicada ao Judiciário Trabalhista, tendo ingressado há quase 50 anos na carreira da Magistratura, e honra a todos nós ao assumir, a partir de amanhã, a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho.

Quero, também, fazer o registro para que receba os votos de congratulações ao Ministro Milton de Moura França e João Oreste Dalazen, visto que assume amanhã também a vice-Presidência do TST e a Corregedoria Geral da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – A Mesa encaminhará o requerimento de V. Ex^a, de acordo com o Regimento da Casa.

Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe da palavra para uma comunicação inadiável, por cinco minutos. O próximo orador será o Senador Expedito Júnior.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Presidente Efraim Moraes, Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Deus escreve certo por linhas tortas.

Roriz, o PMDB estava ali; a história, Jarbas, a luta. E a história se repete. Ó nosso Líder Raupp, a história se repete. Senador Magno Malta, Rui Barbosa aí está. Aí está porque teve a coragem, Roriz, de fazer nascer esta República. Com suas idéias e sua luta, fez a primeira Constituição Republicana. Ele foi governo, com Deodoro; ele foi governo com Floriano Peixoto. Senador Expedito Júnior, aí quiseram colocar outro militar, Neuto de Conto, mas aí ele disse: “Tô fora”. Saiu numa campanha de cidadania. Ofereceram-lhe um Ministério da Fazenda – a história se repete – e ele responde – atentai bem, Roriz: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério”.

Garibaldi... está no telefone. Deveria haver um Regimento Interno para o uso de telefone, como no teatro, que proíbe o uso de telefone. O nosso Secretário-Geral, que é Ministro, deveria colocar um aviso como se vê no teatro: “Favor desligar o telefone” Isso no Congresso.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Não sei o que V. Ex^a tem contra mim hoje. Todo mundo telefona e V. Ex^a não reclama e me escolheu hoje.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, é porque V. Ex^a é o mais querido. Está até no livro de Deus: “Muitos são os procurados, poucos os escolhidos.” V. Ex^a é esse escolhido, porque é do nosso PMDB, de grandeza.

Eu dizia que este PMDB está grandioso. Ô Pedro Simon, Michel Temer faz a história se repetir. O que Rui disse está aí. Quiseram dar a ele um Ministério. Ô, Pedro Simon, Michel Temer revive Rui Barbosa: “Não troco as trouxas de minhas convicções por um Ministério.”

Michel Temer é essa referência, ele é constitucionalista, ele é o reviver de Rui Barbosa, que disse: “Eu sou a lei e a salvação.” Ele é constitucionalista, é professor de Direito. O outro, é réu confesso.

Neuto de Conto, a Constituição é a lei das leis, deve ser obedecida. Ulysses disse: “Quem não obedece rasga a bandeira.” E quem burla, quem a fraudar merece o quê? O meu PMDB não, o meu PMDB quem merece é Michel Temer.

Eu conheço a história, fiz também, foi longa e sinuosa a nossa luta e está aí, não é a chapa da unidade, é a da dignidade. Olha, sou orgulhoso. São 29 Partidos. Eu me orgulho do presidente do meu Partido. Compare com os outros. Ô Pedro Simon, eu nunca vi o nome de Michel Temer envolvido em nada. Ontem, li dezenas de manchetes aqui, dos mais laureados homens da cultura deste País.

“Não troco a trouxa das minhas convicções por um Ministério” – essa é a referência. Pedro Simon, que conhece a Bíblia, está com o livro ali. O Francisco, eu olhei ali...

Esse Francisco é belo. Ele é o “Paz e Bem!”. O virtuoso Pedro Simon. Então, eu abro a Bíblia. Pedro Simon, V. Ex^a se lembra de Moisés, não é? Libertar o povo de Deus. Não queria saber se tinha Mar Vermelho, se tinha faraó, se tinha exército. Por 40 anos, ele agüentou firme! O nosso Moisés foi Ulysses Guimarães, Roriz, por 20 anos levando o PMDB! Mas, na hora de chegar à Terra Prometida, ele foi buscar o Josué. E o nosso Josué hoje é Michel Temer. E ele vai ser reeleito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Mão Santa, para concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não. Ulysses demorou muito mais. O Presidente Lula foi reeleito. O Senador Renan Calheiros não quis ser reeleito! O PMDB da vergonha, o PMDB verdadeiro, da unidade e da dignidade quer a reeleição de Michel Temer, nossa referência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O próximo orador inscrito é o Senador Expedito Júnior. V. Ex^a pode dirigir-se à tribuna enquanto o Senador Eduardo Azeredo, rapidamente, fala pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Trata-se de um pedido de atuação da Mesa do Senado em relação às providências que são necessárias para que a TV Se-

nado volte a estar disponível na grade comum das TVs a cabo. As concessionárias de TV a cabo estão instalando os codificadores para a TV digital e retirando as TVs públicas da grade de TVs, fazendo com que apenas as TVs comerciais sejam acessadas.

De maneira que seria necessária uma posição da mesa, uma vez que a TV Senado é um avanço democrático, assim como as demais TVs públicas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a tem razão, e a Mesa tomará as providências nesse sentido, até porque a própria audiência da nossa TV começa a preocupar.

Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro a presença do nosso Deputado Estadual Silvernani Santos, do Estado de Rondônia.

Assomo à tribuna, pela terceira vez, para tratar de assuntos referentes ao meu Estado. Percebo que predominam, principalmente no Senado, assuntos sobre a violência. E não é diferente a violência no meu Estado. Vejo aqui os Senadores Mão Santa, aguerrido, Magno Malta, que quase todos os dias fala sobre a violência no Brasil, bem como outros Senadores, e, preocupado com a violência do Estado de Rondônia, tenho de cumprimentar o Governador do meu Estado, Ivo Cassol, pessoa determinada, que investe em segurança pública. Não fosse assim, não teria contratado 2.400 policiais militares, no maior concurso já feito no Estado de Rondônia, depois de cinco Governadores que passaram pelo nosso Estado.

Eu já o disse desta tribuna: S. Ex^a equipou as nossas Polícias, preparou as nossas Polícias, mas isso ainda não é o suficiente, Senador Roriz.

Há muitas dificuldades no nosso Estado; há 1,3 mil quilômetros de fronteira com a Bolívia, cuja segurança é de responsabilidade do Governo Federal, é de responsabilidade do Exército, é de responsabilidade da Polícia Federal. Contudo, quem faz isso é o meu Estado, quem faz isso é o Governador do meu Estado, com muita dificuldade, com pouco dinheiro, mas vai fazendo aquilo que é dever do Governo Federal.

O Governador Ivo Cassol, preocupado com a violência no Estado, encaminha um documento ao Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Barros; à Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie; ao Ministro da Justiça e ao Presidente da

República, Luiz Inácio Lula da Silva, alertando para o grande perigo que corre novamente o nosso Estado. Corre-se o risco inclusive de haver uma nova chacina no nosso Estado, como ocorreu recentemente na Reserva Roosevelt.

O Governador encaminha o documento, e eu gostaria de entregá-lo à Mesa do Senado, para que pudesse constar do nosso pronunciamento a preocupação do Governador Ivo Cassol para com a violência que tem lugar naquela que é considerada a maior jazida de diamantes do mundo, que vem sendo explorada e dilapidada de forma irracional.

Devíamos estar aqui discutindo a legalização da exploração de riquezas em terras indígenas. Há um projeto do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, nesse sentido que tramita nesta Casa. Mas, para o nosso Estado, fica o caos social; para o nosso Estado, fica a miséria, a pobreza e ficam as doenças, Senador Valdir Raupp. V. Ex^a, que conhece muito bem o Município de Espigão, sabe do que estou falando e das dificuldades que a Prefeita Lúcia Tereza enfrenta no seu dia-a-dia.

Eu gostaria também de tratar de outro assunto muito importante para o nosso Estado; assunto este que nos preocupa e que preocupa todos os pecuaristas do Estado de Rondônia. Refiro-me à Portaria nº 015, publicada recentemente pela Governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul. Por meio do referido instrumento, proíbe-se, por meio de um embargo, a entrada da carne de Rondônia e do Acre no Estado do Rio Grande do Sul. É uma pena!

Respeito a posição da Governadora. Estive com S. Ex^a, com quem trabalhei, quando eu era Deputado Federal, e S. Ex^a, Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul. Até entendo a situação. Creio que não se trata de um posicionamento da Governadora e, sim, dos seus assessores, principalmente do seu Secretário de Agricultura, em atenção à gravidade de que se reveste o ressurgimento da febre aftosa na região.

O Ministério do Desenvolvimento Rural Agropecuário e Meio Ambiente da Bolívia comunicou, no final de janeiro, à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a ocorrência de um foco de febre aftosa no Departamento de Santa Cruz, causado pelo vírus tipo O.

O governo boliviano imediatamente informou o caso à OIE e suspendeu as exportações de carne e de laticínios para evitar a disseminação da doença. A última ocorrência de aftosa na Bolívia deu-se em 2003.

A confirmação do novo foco deu-se em 26-1-2007, e a comunicação à Organização foi dada logo em seguida, no dia 29-1-2007.

Ora, o que tem a ver com a questão o Estado de Rondônia, que fez o seu dever de casa? O que tem a ver com a questão o Estado de Rondônia por meio do seu Instituto de Defesa Animal, o Idaron? Aliás, quero reconhecer e louvar aqui o trabalho do Idaron; quero reconhecer e louvar aqui o trabalho do Fefa e dos pecuaristas do meu Estado. Se hoje atingimos 100% da vacinação do nosso rebanho – e estamos chegando a quase 13 milhões de cabeças de gado no Estado de Rondônia –, devemos esse êxito à organização dos nossos pecuaristas, que se uniram ao trabalho do Governo do Estado e vacinaram 100% do rebanho.

É uma injustiça muito grande com o nosso Estado! Mais uma vez, é uma injustiça muito grande com Rondônia! O preço da carne lá é dos menores!

Senador Valdir Raupp, creio que isso nada tem a ver com a febre aftosa. Fiz um levantamento e verifiquei que a carne de Rondônia chega ao Rio Grande do Sul a R\$50,00 a arroba, enquanto que, no Estado do Rio Grande do Sul, a arroba de carne está custando R\$60,00. É lógico que é preferível embargar a entrada da carne do nosso Estado no território gaúcho para que se possa restringir a comercialização apenas à carne do Rio Grande do Sul.

Faço um apelo aos Senadores do Rio Grande do Sul – e há aqui três grandes Senadores: que apelem para o espírito público que sempre norteou a vida pública e política da Governadora Yeda Crusius, em defesa do seu povo do Rio Grande do Sul. Que a Governadora reveja sua posição no que diz respeito a essa Portaria, para que não penalize o povo do nosso Estado, o povo ordeiro e trabalhador da minha querida Rondônia.

Ouçó o ex-Governador e Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a trata de dois assuntos muito importantes para o nosso Estado, o Estado de Rondônia – e por que não dizer do Brasil: a questão da Reserva dos Cinta-Larga, da Reserva Roosevelt, uma das maiores jazidas de diamante do mundo. Já deveria ter sido encontrada uma saída para se explorar esses minérios, não só da reserva Roosevelt, mas de outras reservas indígenas do Brasil, a exemplo dos Estados Unidos. Os índios americanos, hoje, são ricos; os nossos são pobres, estão morrendo de inanição em várias reservas indígenas

do Brasil, sendo que há grandes riquezas, tanto no setor madeireiro, que pode ser explorado com planos de manejo sustentável, sem agredir o meio ambiente, quanto no setor mineral, que é expressivo nas reservas. Levei ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, se não me falha a memória, por duas vezes, uma proposta para se criar uma empresa, mesmo que fosse uma empresa estatal federal, junto à Caixa Econômica Federal, para dela se comprar os diamantes, por meio de cooperativas, transformando isso em riqueza para os índios. Isso acabaria, com certeza absoluta, com as invasões de garimpeiros, que estão lá todo tempo. São 100, 200, 1000; chegou a haver 5000 garimpeiros dentro da Reserva Roosevelt. Houve até chacinas, quando, num único dia, mataram 29 pessoas. Creio que é muito fácil acabar com isso se houver vontade política de parte das autoridades federais. E proponho a V. Ex^a que levemos, em conjunto, mais uma vez, uma proposta ao Governo Federal, especialmente ao Ministério da Justiça. A respeito da febre aftosa, trata-se realmente de uma injustiça. Seria o mesmo se outros países ou outros Estados boicotassem a comercialização de carne do Rio Grande do Sul caso surgisse um foco de febre aftosa no Uruguai, na Argentina, ou nos Estados de Santa Catarina e do Paraná, que fazem divisa com o aquele Estado. Isso não é justo! Seria o mesmo se outros continentes boicotassem a União Européia se surgisse um foco de febre aftosa em um de seus países. Isso não seria correto! Rondônia tem dado demonstração disso. No meu Governo, foram criados mecanismos: o Idaron (Instituto de Defesa e de Sanidade Animal), que até hoje funciona muito bem, bem como o Fefa, que é gerenciado pelos pecuaristas de Rondônia. O Governo tem feito a sua parte, e o Brasil também, ajudando a Bolívia com a doação de 60 mil doses – agora, parece que está destinando 300 mil doses – da vacina para combater a febre aftosa. Agora, que culpa temos nós, os Estados brasileiros, se surge um foco de febre aftosa num país vizinho? Não é sequer em um de nossos Estados, mas num país vizinho. Não tenho esses dados. Pergunto a V. Ex^a se esse boicote também foi feito ao Mato Grosso e ao Mato Grosso do Sul, pois a Bolívia faz fronteira com esses Estados.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – O boicote foi feito somente à carne produzida no Acre e em Rondônia.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Pois é. Está errado. Obrigado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Finalizo, nobre Presidente, dizendo que fiz uma consulta, ontem, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a respeito do posicionamento daquela Pasta quanto ao boicote.

Eu gostaria de ler a nota emitida pelo Departamento de Saúde Animal, da Secretaria de Defesa Agropecuária:

O Ministério da Agricultura em razão do registro de febre aftosa nos municípios de Eldorado, Japorã e Mundo Novo no Estado de Mato Grosso do Sul, em outubro de 2005, e posteriormente no Estado do Paraná, editou Instruções Normativas para disciplinar o trânsito de animais susceptíveis, seus produtos e subprodutos procedentes das áreas que foram afetadas. As outras áreas dos referidos estados e todos os outros estados do Brasil, com exceção de Alagoas, Piauí, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, parte do Estado do Pará, Maranhão, Pernambuco, Amapá, Amazonas e Roraima, continuaram com o reconhecimento nacional de livre de febre aftosa com vacinação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Para concluir, Senador.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Os Estados do Acre, Rondônia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e os municípios de Boca do Acre e Guajará no Estado do Amazonas foram mantidos pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como áreas livres de febre aftosa com vacinação.

Desta forma, sob os aspectos técnicos e científicos e do ponto de vista nacional e internacional, não há justificativas para o estabelecimento de qualquer restrição sanitária entre estas áreas.

Peço, Sr. Presidente, mais uma vez, o apoio dos Senadores do Rio Grande do Sul para que nos ajudem a convencer a Governadora a rever a Portaria nº 015, de 2007, atendendo ao clamor do povo do meu Estado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. EXPEDITO JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, e §2º do Regimento Interno.)

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO – BRASÍLIA/DF**

OF N.º 042/2007/GABSUP

Brasília/DF, 22 de fevereiro de 2007.

Senhor Senador,

A pedido do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Rondônia Sr. Ivo Narciso Cassol, encaminho a Vossa Excelência, cópia dos Ofícios entregues ao Coordenador da Bancada Federal de Rondônia, Deputado Eduardo Valverde, externando a preocupação do Governador com a exploração ilegal de diamantes na Reserva Indígena Roosevelt.

Solicito a Vossa Excelência que interceda junto aos Órgãos do Governo Federal, a fim de que estes, tomem, urgentemente, medidas para evitar que novos conflitos ocorram.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,


SANDRO BERGAMIM
Superintendente

A Sua Excelência, o Senhor
Senador EXPEDITO GONÇALVES JÚNIOR
Senado Federal
Brasília - DF

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA/DF

Ofício Nº003/2007/GG/GABSUP

Brasília/DF, 15 de fevereiro de 2.007.

Senhor Coordenador,

Ao cumprimentá-lo, valho-me do ensejo, para encaminhar a Vossa Excelência e aos demais parlamentares da Bancada Federal de Rondônia, cópia dos ofícios protocolados junto à Presidência da República, ao Ministro da Justiça e ao Procurador Geral da República externando a minha preocupação e pedindo providências em relação à extração ilegal de diamantes que continua acontecendo na Reserva Indígena Roosevelt, conforme vem sendo divulgado nos veículos de comunicação de Rondônia, copia em anexo.

Diante disto, solicito a Vossa Excelência que em conjunto com a Bancada Federal interceda junto aos Órgãos do Governo Federal, a fim de que estes tomem, urgentemente, medidas para evitar que novos conflitos ocorram.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


IVO NARCISO CASSOL
Governador

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal EDUARDO VALVERDE
Coordenador da Bancada de Rondônia
CÂMARA DOS DEPUTADOS
BRASÍLIA – DF

Recebido em
Luiz
16
02
07

ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete do Governador

Ofício nº 00038/GG.

Porto Velho, 12 de fevereiro de 2007.

Senhor Presidente,

Em junho do ano passado encaminhei a Vossa Excelência, ao Ministro da Justiça, a Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador Geral da República, um Ofício onde dava conhecimento de minha preocupação com a situação da extração ilegal de diamante na Reserva Indígena Roosevelt. Aquela não foi a primeira vez que dirigi-me a Vossa Excelência para tratar deste assunto.

Em todas as vezes, além de externar minha preocupação com a garimpagem ilegal na Reserva Roosevelt e os impactos sociais decorrentes dela, também alertei-o da incidência de conflitos entre garimpeiros e índios. Infelizmente, conforme deixei claro no documento que lhe enviei anteriormente, meus alertas nem sempre foram ouvidos, o que custou muitas vidas, pois as mortes poderiam ter sido evitadas se medidas preventivas tivessem sido tomadas pelos Órgãos Federais.

Para não ser repetitivo nem enfadonho encaminho, em anexo, cópia dos Ofícios enviados anteriormente. Neles Vossa Excelência verá claramente minhas preocupações, alertas e apelos, além dos relatos de indícios de omissão e negligência dos Órgãos responsáveis pela segurança e fiscalização da Área Indígena.

Em resposta ao Ofício nº 078/2006, de 06 de junho de 2006, que lhe enviei, tratando deste mesmo assunto, recebi o Ofício nº 2572, informando que aquele ofício fora enviado para o Ministro da Justiça, para análise e providências. Ocorre, no entanto, que nenhuma providência parece ter sido tomada, pois a Reserva continua invadida e a exploração à todo vapor, conforme verifica-se pela reportagem do Jornal "O Estadão do Norte", de quarta - feira, 07 de Fevereiro de 2007, (anexo I) que tem como manchete "RESERVA VOLTA A SER INVADIDA"

A Sua Excelência o Senhor
LUIZ INACIO LULA DA SILVA
Presidente da República
Brasília - DF.

Presidência da República CODIN / PROTOCOLO
15 FEV 2007
HORA: 16:50
FUNC.: 64-000

A reportagem revela que uma vistoria aérea feita pela Polícia Federal sobre a Reserva Roosevelt, no início da semana passada, detectou duas escavadeiras hidráulicas, além de cerca de 15 a 20 máquinas de pequeno porte e, pelo menos 7 acampamentos, deixando claro que a garimpagem ilegal de diamantes na reserva retornou com força total neste início de ano.

As seis bases de fiscalização mantidas pela polícia Federal em torno das terras dos cintas largas não estão inibindo a ação de garimpeiros, que entram no local utilizando as estradas clandestinas. A informação constante da reportagem é verdadeira, sendo, no entanto equivocada em um ponto. O equívoco está em afirmar que a Reserva “volta” a ser invadida. A Reserva sempre esteve invadida. A garimpagem não parou em nenhum momento. Ocorre, no entanto, que está crescendo o número de garimpeiros no interior da Reserva.

Garimpo, diga-se de passagem, é tema atual aqui na região norte. A imprensa local e nacional tem divulgado a existência de um novo Eldorado: o garimpo de ouro localizado no Município de Novo Aripuanã (AM), com acesso pelo município de Apuí. Garimpeiros e aventureiros, vindos de todos os lugares do Brasil, em busca de enriquecimento rápido partem em busca do garimpo de Apuí. Isso nos tem preocupado, pois centenas de garimpeiros infectados pela febre do ouro, deslocam-se ao referido garimpo passando por Rondônia. Diariamente saem diversos ônibus de Rondônia, todos lotados de garimpeiros e aventureiros com destino ao garimpo de ouro de Apuí. Rondônia está no caminho desses aventureiros.

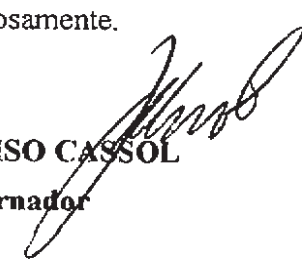
É provável que muitos desses garimpeiros, atraídos pelo garimpo de Apuí, decidam por ficar em Rondônia, no garimpo da Reserva Roosevelt. A “febre do ouro/diamante” está de volta, e junto com ela o anúncio de novos conflitos, mortes e caos social nos Municípios próximos aos garimpos.

Mais uma vez recorro a Vossa Excelência, na esperança que tome, urgentemente, providências para evitar que novos conflitos ocorram.

Enquanto há tempo, façamos alguma coisa. Rondônia não merece que seu solo seja novamente banhado de sangue.

Contamos com vosso apoio.

Respeitosamente,


IVO NARCISO CASSOL

Governador

ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete do Governador



Ofício nº 00039/GG.

Porto Velho, 12 de fevereiro de 2007.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE



Senhor Procurador,

Em junho do ano passado encaminhei a Vossa Excelência, ao Presidente da República, a Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Ministro da Justiça, um Ofício onde dava conhecimento de minha preocupação com a situação da extração ilegal de diamante na Reserva Indígena Roosevelt. Aquela não foi a primeira vez que dirigi-me à essas autoridades para tratar deste assunto.

Em todas as vezes, além de externar minha preocupação com a garimpagem ilegal na Reserva Roosevelt e os impactos sociais decorrentes dela, também alertei-os da iminência de conflitos entre garimpeiros e índios. Infelizmente, conforme deixei claro no documento encaminhado, meus alertas nem sempre foram ouvidos, o que custou muitas vidas, pois as mortes poderiam ter sido evitadas se medidas preventivas tivessem sido tomadas pelos Órgãos Federais.

Para não ser repetitivo nem enfadonho encaminho, em anexo, cópia dos Ofícios enviados anteriormente. Neles Vossa Excelência verá claramente minhas preocupações, alertas e apelos, além dos relatos de indícios de omissão e negligência dos Órgãos responsáveis pela segurança e fiscalização da Área Indígena.

Mesmo não querendo ser repetitivo, faz-se necessário, novamente recorrer a Vossa Excelência, a fim de tratar desse assunto, pois a garimpagem continua à todo vapor na Reserva Roosevelt. O Jornal "O Estadão do Norte", de quarta - feira, 07 de Fevereiro de 2007, (anexo I) tem como manchete "RESERVA VOLTA A SER INVADIDA". A reportagem revela que uma vistoria aérea feita pela Polícia Federal sobre a Reserva Roosevelt, no início da semana passada, detectou duas escavadeiras hidráulicas, além de cerca de 15 a 20 máquinas de pequeno porte e, pelo menos 7 acampamentos, deixando claro que a garimpagem ilegal de diamantes na reserva retornou com força total neste início de ano.

A Sua Excelência o Senhor

ANTÔNIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA

Procuradoria-Geral da República

Brasília-DF

ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete do Governador

As seis bases de fiscalização mantidas pela polícia Federal em torno das terras dos cintas largas, não estão inibindo a ação de garimpeiros que entram no local utilizando as estradas clandestinas. A informação constante da reportagem é verdadeira, sendo, no entanto equivocada em um ponto. O equívoco está em afirmar que a Reserva “volta” a ser invadida. A Reserva sempre esteve invadida. A garimpagem não parou em nenhum momento. Ocorre, no entanto, que está crescendo os números de garimpeiros no interior da Reserva.

Garimpo, diga-se de passagem, é tema atual aqui na região norte. A imprensa local e nacional tem divulgado a existência de um novo Eldorado: o garimpo de ouro localizado no Município de Novo Aripuanã (AM), com acesso pelo município de Apuí. Garimpeiros e aventureiros, vindos de todos os lugares do Brasil, em busca de enriquecimento rápido partem em busca do garimpo de Apuí. Isso nos tem preocupado, pois centenas de garimpeiros infectados pela febre do ouro, deslocam-se ao referido garimpo passando por Rondônia. Diariamente, saem diversos ônibus de Rondônia, todos lotados de garimpeiros e aventureiros com destino ao garimpo de ouro de Apuí. Rondônia está no caminho desses aventureiros.

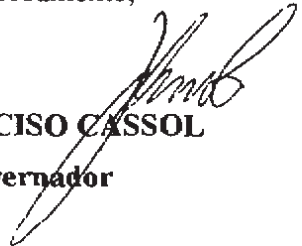
É provável que muitos desses garimpeiros, atraídos pelo garimpo de Apuí decidam por ficar em Rondônia, no garimpo da Reserva Roosevelt. A “febre do ouro/diamante” está de volta, e junto com ela o anúncio de novos conflitos, mortes e caos social nos Municípios próximos ao garimpo.

Mais uma vez recorro a Vossa Excelência, na esperança de que nos ajude, intercedendo junto ao Governo Federal, a fim de que este tome, urgentemente, medidas para evitar que novos conflitos ocorram.

Enquanto há tempo, façamos alguma coisa. Rondônia não merece que seu solo seja novamente banhado de sangue.

Contamos com vosso apoio.

Atenciosamente,



IVO NARCISO CASSOL
Governador

ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete do Governador



Ofício nº 0040/GG-06

Porto Velho-RO, 12 de fevereiro de 2006.

Senhora Presidente,

Em junho do ano passado encaminhei a V.Excia, ao Presidente da República, ao Procurador Geral da República e ao Ministro da Justiça, um Ofício onde dava conhecimento de minha preocupação com a situação da extração ilegal de diamante na Reserva Indígena Roosevelt. Aquela não foi a primeira vez que me dirigi a essas autoridades para tratar deste assunto.

Muitas foram as vezes, nestes últimos quatro anos, que me dirigi às autoridades federais a fim de externar minha preocupação com a garimpagem ilegal na Reserva Roosevelt e os impactos sociais decorrentes dela, alertando-os da iminência de conflitos entre garimpeiros e índios. Infelizmente, conforme deixei claro no documento encaminhado no ano passado, meus alertas nem sempre foram ouvidos, o que custou muitas vidas, pois as mortes poderiam ter sido evitadas se medidas preventivas tivessem sido tomadas pelos Órgãos Federais.

Para não ser repetitivo nem enfadonho encaminho, em anexo, cópia dos Ofícios enviados anteriormente. Neles Vossa Excelência verá claramente minhas preocupações, alertas e apelos, além dos relatos de indícios de omissão e negligência dos Órgãos responsáveis pela segurança e fiscalização da Área Indígena.

Mesmo não querendo ser repetitivo, faz-se necessário, novamente recorrer a V. Excia, a fim de tratar desse assunto, pois a garimpagem continua à todo vapor na Reserva Roosevelt. O Jornal "O Estadão do Norte", de quarta - feira, 07 de Fevereiro de 2007, (anexo I) tem como manchete "RESERVA VOLTA A SER INVADIDA". A reportagem revela que uma vistoria aérea feita pela Polícia Federal sobre a Reserva Roosevelt, no início da semana passada, detectou duas escavadeiras hidráulicas, além de cerca de 15 a 20 máquinas de pequeno porte e, pelo menos 7 acampamentos, deixando claro que a garimpagem ilegal de diamantes na reserva retornou com força total neste início de ano.

A Sua Excelência, a Senhora
ELLEN GRACIE
Presidente do Supremo Tribunal Federal
Brasília- DF

GABINETE DA PRESIDÊNCIA/STF
Recebido em 15/02/2007
às 16 h 26 min.

As seis bases de fiscalização mantidas pela polícia Federal em torno das terras dos cintas largas, não estão inibindo a ação de garimpeiros que entram no local utilizando as estradas clandestinas. A informação constante da reportagem é verdadeira, sendo, no entanto equivocada em um ponto. O equívoco está em afirmar que a Reserva “volta” a ser invadida. A Reserva sempre esteve invadida. A garimpagem não parou em nenhum momento. Ocorre, no entanto, que está crescendo o número de garimpeiros no interior da Reserva.

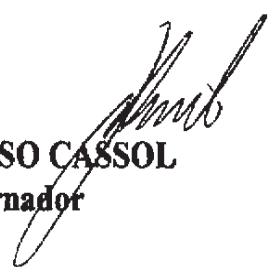
Garimpo, diga-se de passagem, é tema atual aqui na região norte. A imprensa local e nacional tem divulgado a existência de um novo Eldorado: o garimpo de ouro localizado no Município de Novo Aripuanã (AM), com acesso pelo município de Apuí. Garimpeiros e aventureiros, vindos de todos os lugares do Brasil, em busca de enriquecimento rápido partem em busca do garimpo de Apuí. Isso nos tem preocupado, pois centenas de garimpeiros infectados pela febre do ouro, deslocam-se ao referido garimpo passando por Rondônia. Diariamente, saem diversos ônibus de nossa capital, todos lotados de garimpeiros e aventureiros com destino ao garimpo de ouro de Apuí. Rondônia está no caminho desses aventureiros.

É provável que muitos desses garimpeiros, atraídos pelo garimpo de Apuí decidam por ficar em Rondônia, no garimpo da Reserva Roosevelt. A “febre do ouro/diamante” está de volta, e junto com ela o anúncio de novos conflitos, mortes e caos social nos Municípios próximos ao garimpo.

Mais uma vez dirijo-me a V. Excelência, no intuito de mantê-la informada do problema existente, bem como das providências adotadas por este Executivo Estadual.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,



IVO NARCISO CASSOL
Governador

ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete do Governador

Ofício nº 00041/GG.

Pome 34293162

RECEBIDO NA DIAP 011 - 1
Em 15/02/2007 às 16:45
Júlia Rita
(nome por extenso do carimbo)
Júlia
(Assinatura)

Senhor Ministro,

Em junho do ano passado encaminhei a Vossa Excelência, ao Presidente da República, a Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador Geral da República, um Ofício onde dava conhecimento de minha preocupação com a situação da extração ilegal de diamante na Reserva Indígena Roosevelt. Aquela não foi a primeira vez que dirigi-me a Vossa Excelência para tratar deste assunto.

Em todas as vezes, além de externar minha preocupação com a garimpagem ilegal na Reserva Roosevelt e os impactos sociais decorrentes dela, também alertei-o da iminência de conflitos entre garimpeiros e índios. Infelizmente, conforme deixei claro no documento que lhe enviei anteriormente, meus alertas nem sempre foram ouvidos, o que custou muitas vidas, pois as mortes poderiam ter sido evitadas se medidas preventivas tivessem sido tomadas pelos Órgãos Federais.

Para não ser repetitivo nem enfadonho encaminho, em anexo, cópia dos Ofícios enviados anteriormente. Neles Vossa Excelência verá claramente minhas preocupações, alertas e apelos, além dos relatos de indícios de omissão e negligência dos Órgãos responsáveis pela segurança e fiscalização da Área Indígena.

Mesmo não querendo ser repetitivo, faz-se necessário, novamente recorrer a Vossa Excelência, a fim de tratar desse assunto, pois a garimpagem continua à todo vapor na Reserva Roosevelt. O Jornal "O Estadão do Norte", de quarta - feira, 07 de Fevereiro de 2007, (anexo I) tem como manchete "RESERVA VOLTA A SER INVADIDA". A reportagem revela que uma vistoria aérea feita pela Polícia Federal sobre a Reserva Roosevelt, no início da semana passada, detectou duas escavadeiras hidráulicas, além de cerca de 15 a 20 máquinas de pequeno porte e, pelo menos 7 acampamentos, deixando claro que a garimpagem ilegal de diamantes na reserva retornou com força total neste início de ano.

A Sua Excelência o Senhor
MARCIO THOMAS BASTOS
Ministro de Estado da Justiça.
Brasília - DF.

As seis bases de fiscalização mantidas pela polícia Federal em torno das terras dos cingias largas, não estão inibindo a ação de garimpeiros que entram no local utilizando as estradas clandestinas. A informação constante da reportagem é verdadeira, sendo, no entanto equivocada em um ponto. O equívoco está em afirmar que a Reserva “volta” a ser invadida. A Reserva sempre esteve invadida. A garimpagem não parou em nenhum momento. Ocorre, no entanto, que está crescendo os números de garimpeiros no interior da Reserva.

Garimpo, diga-se de passagem, é tema atual aqui na região norte. A imprensa local e nacional tem divulgado a existência de um novo Eldorado: o garimpo de ouro localizado no Município de Novo Aripuanã (AM), com acesso pelo município de Apuí. Garimpeiros e aventureiros, vindos de todos os lugares do Brasil, em busca de enriquecimento rápido partem em busca do garimpo de Apuí. Isso nos tem preocupado, pois centenas de garimpeiros infectados pela febre do ouro, deslocam-se ao referido garimpo passando por Rondônia. Diariamente, saem diversos ônibus de Rondônia, todos lotados de garimpeiros e aventureiros com destino ao garimpo de ouro de Apuí. Rondônia está no caminho desses aventureiros.

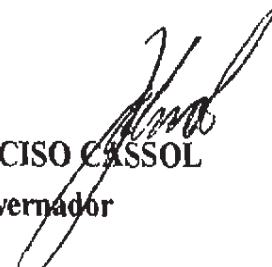
É provável que muitos desses garimpeiros, atraídos pelo garimpo de Apuí decidam por ficar em Rondônia, no garimpo da Reserva Roosevelt. A “febre do ouro/diamante” está de volta e junto com ela o anúncio de novos conflitos, mortes e caos social nos Municípios próximos ao garimpo.

Mais uma vez recorro a Vossa Excelência, na esperança de que medidas urgentes sejam tomadas para evitar que novos conflitos ocorram.

Enquanto há tempo, façamos alguma coisa. Rondônia não merece que seu solo seja novamente banhado de sangue.

Contamos com vosso apoio.

Atenciosamente,



IVO NARCISO CASSOL
Governador

Mensagem

Marcia Maria Tobias

De: Nelmon oliveira Costa [nelmon@agricultura.gov.br]

Enviado em: quinta-feira, 1 de março de 2007 11:47

Para: Marcia Maria Tobias

Assunto: ENC: restricao_Rs_port 15.doc

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Prezada Sra Márcia, solicito a gentileza de retransmitir ao Senador Expedito Jr o parecer do Departamento de Saúde Animal do MAPA sobre a Portaria de nº 15/07 da Secretaria da Agricultura do RS.

Se o Senador necessitar de mais informações o Dr. Jamil Gomes de Souza, que é o nosso Diretor do Departamento de S
Animal colocou-se à disposição prestar outros esclarecimentos julgados necessários, por telefone. O telefone do Departamento
32 18 27 01 – 32 18 27 26

Também fico à disposição do Senador para qualquer outro esclarecimento.

Obrigado

Nelmon Costa

Secretário Substº da SDA -- sec. de def. e agr. cultura

-----Mensagem original-----

De: Jamil Gomes de Souza [mailto:jamil@agricultura.gov.br]

Enviada em: quinta-feira, 1 de março de 2007 12:01

Para: Nelmon@agricultura.gov.br

Assunto: restricao_Rs_port 15.doc

Oi Nelmon,

Espero que tenha ajudado ao Senador. Se quiser mais subsídios, tenho a impressão que poderíamos conversar com ele.

Jamil

DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL da SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Assunto: Restrições sanitárias aplicadas pelo Estado do Rio Grande do Sul - Portaria 015/2007 de 09 de fevereiro de 2007

O Ministério da Agricultura em razão do registro de febre aftosa nos municípios de Eldorado, Japorã e Mundo Novo no Estado do Mato Grosso do Sul, em outubro de 2005, e posteriormente no Estado do Paraná, editou Instruções Normativas para disciplinar o trânsito de animais susceptíveis seus produtos e subprodutos procedentes das áreas que foram afetadas. As outras áreas dos referidos estados e todos os outros estados do Brasil, com exceção de Alagoas, Piauí, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, parte do estado do Pará,, Maranhão, Pernambuco, Amapá, Amazonas e Roraima, continuaram com o reconhecimento nacional de livre de febre aftosa com vacinação.

Os estados do Acre, Rondônia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e os municípios de Boca do Acre e Guajará no Estado do Amazonas foram mantidos pela Organização Mundial de Saúde Animal ~ OIE como áreas livres de febre aftosa com vacinação.

Desta forma, sob os aspectos técnicos e científicos e do ponto de vista nacional e internacional não há justificativas para o estabelecimento de qualquer restrição sanitária entre estas áreas.

JAMIL GOMES DE SOUZA

"ELDORADO"

A fartura de ouro já passou

Atraídos pela mídia nacional, sobre a descoberta do "Eldorado" do Juma, vários garimpeiros e aventureiros estão inchando o Garimpo do Juma, no município de Novo Aripuanã-AM. É que ainda há muito ouro a ser explorado, mas há terras disponíveis para quem chega agora. E as levas de aventureiros chegam diariamente de Mato Grosso e Pará.

O garimpo do Juma foi descoberto pelo garimpeiro de apelido "Goiano", provavelmente há mais de um ano, mas só em 15 de dezembro a notícia foi compartilhada com outros garimpeiros e no início de janeiro, o garimpo começou a receber visitantes.

O garimpo do Juma é composto por 15 grutas, sendo que as mais famosas são Gruta Rica, Gruta do Goiano (que descobriu o garimpo), e do Zé da Balsa. Todas estão ocupadas. O trabalho funciona assim: o dono da gruta cede um pedaço da terra para o garimpeiro trabalhar. Todo o ouro retirado é dividido meio a meio. Mas cada um repassa 4% da produção para o dono do garimpo, Zé Capeta, que, por sua vez, destina uma parte para os fiscais que cuidam das grutas.

Os rondonienses predominam no local. Alguns estão tentando recuperar o que gastaram para retornarem para casa. Outros, passam fome. O portovelhense aposentado Elias Mendes de 65 anos, morador do bairro JK, que já garimpou em Serra Pelada, Campo Novo e Bom Futuro, está no Juma há

um mês e conseguiu apenas 4 gramas. Diz que vai ficar mais dois dias, depois retorna para Porto Velho.

O comerciante José Ferreira Silva conta que as terras do garimpo Juma pertencem ao seu pai, o "Zé Capeta", que comprou a área em 2003 e em seguida precisou ir para outra cidade. Em janeiro teve informações que havia gente garimpando suas terras e que havia ouro. O gerente do garimpo, Paulo César Bruno, braço direito de Zé Capeta, afirma que a notícia da chegada de tanta gente à imprensa nacional. Botou um preço de 10 mil reais para quem quisesse comprar uma gruta. Mas não conseguiu vender nenhuma.

Os garimpeiros de todo o Brasil estão chegando ao Juma há quem, diga que há muitas máquinas com bico de fogo guardadas na mata esperando a Polícia Federal e Ibama abandonarem o local para iniciarem o trabalho mecanizado.

A busca pelo enriquecimento não faz restrição a sexo. Há muitas mulheres garimpeiras que fazem os mesmos trabalhos dos homens. Algumas enfrentam os mesmos problemas: vieram atrás de riquezas e não têm dinheiro para retornar para casa. Nilce Rodrigues e Elza Nunes contam que vieram de Ariquemes e há 18 dias tentam conseguir o dinheiro para voltar para casa.

Os garimpeiros que estão a caminho do "Eldorado do Juma" usam chuteiras com trava, que são melhores para caminhar no lamaçal. Só não descobriram como escapar dos surtos de diarreia, malária e micoses entre os dedos. A higiene é muito precária.

Varredura aérea detecta máquinas na Roosevelt

Garimpo na reserva indígena volta a preocupar; estradas clandestinas são utilizadas

PAULO RICARDO

Bastou uma vistoria aérea feita pela Polícia Federal sobre a Reserva Roosevelt, no início da semana, para que fossem detectadas duas escavadeiras hidráulicas, além de cerca de 15 a 20 máquinas de pequeno porte e, pelo menos, 7 acampamentos, deixando claro que a garimpagem ilegal de diamantes na reserva indígena retornou com força total neste início de ano. Em mesmo ascerbas de fiscalização mandadas pela Polícia Federal, em nome das terras dos índios Cinta Largas, estão inibindo a ação de garimpeiros que entram no local utilizando estradas clandestinas.

Após a varredura aérea, a Polícia Federal passou a comunicar os órgãos competentes para que alguma providência seja tomada. Calcula-se que, pelo menos algo em torno de 100 garimpeiros estejam no interior da reserva extraindo ilegalmente diamantes. Apesar de não haver confirmação oficial, especula-se que alguns índios estejam cobertando a ação dos garimpeiros.

Nenhum garimpeiro foi preso nos últimos dias, conforme informações da Polícia Federal. Apesar de ter sido retomada legalmente a extração de diamantes nas terras sagradas dos

índios Cinta Largas, há indícios de que muitos garimpeiros já teri-

am deixado o local para se aventurarem no "Novo Eldorado", no coração da Amazônia: o garimpo de ouro próximo ao município de Apuí que está atraindo centenas de garimpeiros de todas as regiões do país, como vem sendo noticiado nos principais veículos de comunicação do Brasil.

Máquinas do tipo resumidoras e motor de bomba de água também foram detectadas pela Polícia Federal dentro da Reserva Roosevelt. Os garimpeiros burlam a fiscalização da PF através de acessos clandestinos, chamados de alternativos.

Um passado manchado por sangue

O garimpo ilegal de diamantes na Reserva Roosevelt já levou Rondônia negativamente para os noticiários nacionais, com a chacina de mais de 20 garimpeiros. Atualmente, parece que foi estabelecido uma espécie de pacto entre garimpeiros e índios para a extração da pedra preciosa, já que os indígenas

não alarmaram a presença dos invasores em suas terras. Há alguns meses, quando a própria Polícia Federal fazia uma vistoria aérea, foi recebida à bala.

Nos anos anteriores, a Polícia Federal tem apreendido maquinários e outros equipamentos utilizados na extração, além de prisões de

garimpeiros e, inclusive, de índios que estavam facilitando a entrada de invasores nas terras indígenas.

As duas escavadeiras que foram avistadas no início da semana seriam as mesmas que provavelmente foram escondidas após uma operação desencadeada pela Polícia Federal.

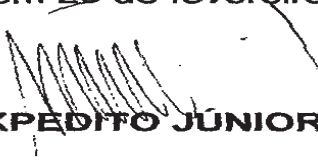
REQUERIMENTO N.º , DE 2007

Senhor Presidente,

De acordo com o art. 267 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro as providências dessa Presidência, nos termos da alínea “d” do inciso II do art. 215 do mesmo Regimento, objetivando a reconstituição do Ofício “S” nº 12, de 2003.

A matéria, cuja origem é o Governador do Estado de Rondônia, foi publicada em 24/04/2003 na página 8454 do DSF com destino à Comissão de Assuntos Econômicos. Teve como relatores os senadores Gilberto Mestrinho e Garibaldi Alves, que devolveram a proposição para redistribuição. Em 21/01/2004 foi distribuído a novo relator, o senador Romero Jucá, em cujo Gabinete a matéria foi extraviada.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2006



Senador EXPEDITO JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Magno Malta. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores que assistem à TV Senado, registro, com muita satisfação, o editorial publicado, hoje, no jornal **A Gazeta** do meu Estado: “Até quando? Senado adia votação de proposta de redução do limite de idade para que adolescentes possam ser condenados por crimes”. E diz: “O imobilismo tende a prevalecer, sob o pretexto de que a punição a menores de 18 anos não vai banir a criminalidade no país”.

Sr. Presidente, solicito que se registre nos Anais da Casa esse editorial de **A Gazeta**, digno de elogio, a fim de que o País inteiro dele tome conhecimento. Também solicitei à minha Assessoria que o inserisse na nossa página, de maneira que as pessoas pudessem acessar esse editorial tão significativo.

Vejo com preocupação, Sr. Presidente, o deboche pelo fato de a impunidade ser o adubo da violência:

Foi publicado no jornal **A Gazeta**: “Presas e Desocupadas”. Diz a matéria que duas moças, uma de 19 anos e outra de 18, fazem tráfico de pasta de cocaína desde os 15 anos e as duas, mesmo algemadas, com suas bolsas, estão sorrindo. O texto diz:

Duas jovens foram presas ontem na Serra, após terem trazido 3 kg de pasta-base de cocaína do Paraguai. Pela viagem, cada uma recebe R\$1 mil. Na delegacia, Ana Paula Santos da Silva e Caroline do Sacramento pareciam não se preocupar com a pena pelo crime de tráfico.

A impunidade fez com que chegássemos a esse deboche, a risadas diante daquilo, porque têm plena convicção que não vão pagar e não vão cumprir.

Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, eu gostaria de registrar que estou encaminhando à Mesa, precisamente ao nosso querido Presidente Renan Calheiros, um ofício, que já está protocolado e traz a assinatura de diversos Líderes desta Casa e da Mesa Diretora,

propondo o que entendo ser sensato neste momento que estamos vivendo, de calamidade na segurança pública nacional, já há alguns anos.

Como costume dizer, todos os limites foram arrebitados. Já não existe mais limite. Precisamos chegar a um consenso no sentido de que os três Poderes compenetrem-se da sua responsabilidade.

Sou daqueles que defendem a redução da maioria penal, mas não para 16 anos. Defendo que não tratemos de faixa etária nenhuma. A minha defesa é para que o cidadão brasileiro que cometa crime de sangue ou crime qualquer de natureza hedionda perca a sua menoridade e seja considerado maior, para pagar as penas da lei. Assim, qualquer brasileiro, de 50 anos ou de um ano de idade, que pegue uma escopeta e saia atirando em alguém deve responder pelo crime que cometeu. Não estou interessado na faixa etária.

Falo isso, Senadora Lúcia Vânia, com a autoridade de quem, há 25 anos, tira menores da rua, e até maiores, na minha concepção, de 16 ou 17 anos, que estupram, matam e sabem exatamente o que estão fazendo, que têm a capacidade de planejamento, mas são tratados, pelo nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, como crianças.

Faço essa proposta porque a redução da maioria penal tão-somente, Senador Efraim, não vai resolver o problema, não vai resolver, porque necessitamos de um conjunto de medidas que envolvem o Executivo e o Judiciário.

Qual é a minha preocupação? É que a expectativa da sociedade é criada em cima do Legislativo. Mas o Legislativo não tem a chave do cofre e o poder de prender. A sociedade cria todas essas expectativas. No momento em que o Legislativo adia a votação da redução da maioria penal, cria na sociedade uma frustração. E, se nós votarmos a redução e ela não der jeito na violência, a frustração ainda será muito maior. Por quê? Porque é necessário um conjunto de medidas que dependem dos três Poderes.

Se a discussão já está nesta Casa, se a discussão já está no colo do Parlamento, estou propondo ao Presidente Renan Calheiros que convoque os três Poderes – a Justiça brasileira, na pessoa da Ministra Ellen Gracie, e o Executivo – para que constituam uma comissão entre eles. Aí, sim.

A responsabilidade maior de quem é? Do Executivo, porque o que é mais importante no Estatuto da Criança e do Adolescente não é a maioria penal, mas os centros de reabilitação dignos, que devem ser feitos pelo Executivo, porque o Legislativo não tem condição de deliberar sobre eles – não tem chave de cofre, não executa e não ordena despesas. O Judiciário é quem prende, é quem executa a lei.

Senador Marconi Perillo, que foi Governador por oito anos, legislador e Deputado Federal quando adolescente ainda, acredito, V. Ex^a sabe de tudo que estou falando. Perceba: se não é um conjunto de medidas envolvendo os três Poderes, “pagaremos um mico” junto à sociedade, que está frustrada por conta do adiamento da votação da redução da maioria penal. A sociedade, sozinha, nada fará. Por outro lado, se votarmos a redução da maioria penal e isso não resolver o problema da violência – porque também não resolverá –, ainda criaremos uma frustração maior no coração da sociedade. Daí a minha proposta ao Senador Renan Calheiros.

Senadora Lúcia Vânia, conversei com o Presidente, oficieei à Mesa, e S. Ex^a, então, chamará o Judiciário e o Executivo para criarem uma comissão dos três Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Conclua, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ontem, vimos os Governadores reunidos na sala da Presidência do Senado. Esse fato só aconteceu quando da morte de Celso Daniel. E, ontem, estava o Governador Aécio Neves, meu amigo, que presidia a Câmara dos Deputados à época – V. Ex^a, Senador Efraim Moraes, era o Vice-Presidente. V. Ex^a, inclusive, ajudou a criar aquela Comissão do Senado e da Câmara que condensou todos os projetos que tratavam da segurança pública. Essa Comissão, que durou 60 dias, foi presidida pelo Senador Iris Rezende. Portanto, tudo foi condensado, e tudo que foi condensado não foi votado. Ontem, aconteceu a mesma coisa.

Sr. Presidente, é preciso unir os três Poderes.

Chamo a atenção – e já encerro, Sr. Presidente – dos Poderes Executivo e Judiciário para que essa conta não seja paga, perante a sociedade, só pelo Poder Legislativo. Porque, ao votarmos a redução penal, a violência não será minimizada; se não a votarmos, frustraremos ainda mais a sociedade. O tema requer a junção e o envolvimento dos três Poderes para darmos uma resposta contundente e responsável à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, depois de haver conversado com o Presidente, enviei à Mesa essa proposta, que conta com a assinatura dos Líderes, para que a Nação saiba, tome conhecimento de que o Judiciário, o Executivo e o Legislativo devem se reunir e criar, de fato, uma expectativa que possa ser realizável, respondendo à sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MAGNO MALTA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Até quando?

Senado adia votação da proposta de redução do limite de idade para que adolescentes possam ser condenados por crimes

EDITORIAL

A população terá de esperar ainda mais para conhecer a decisão do Congresso sobre a proposta da redução da maioria penal no país, de 18 para 16 anos. Estava previsto que a matéria seria votada ontem no Senado, mas não foi. A Comissão de Constituição e Justiça da Casa achou uma forma de conter a velocidade de tramitação do projeto. Recorreu à forma clássica: criou uma comissão especial para discutir o assunto. É composta por seis senadores, que terão prazo de 30 dias, prorrogável por mais 15, para se manifestar.

É a segunda vez que a matéria é barrada no Senado. No dia 14 de fevereiro último, uma manobra regimental articulada pelo governo adiou sua votação na Comissão de Constituição e Justiça. Num gesto que agradou ao Palácio do Planalto, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu vista (tempo para analisar) das propostas. O presidente da CCJ, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), atendeu à solicitação, afirmando que a votação não passaria do dia 28 (ontem). Ficou o dito pelo não dito.

É difícil convencer a grande parte da sociedade de que não está em curso uma estratégia de esfriamento da matéria. Diminuir o limite de idade para que um jovem possa ser condenado por um crime virou te-

ma de batalha retórica no país. A tomada de posição, seja a favor ou contra, está sujeita a contestações. Ocorre que o adiamento de decisão tão importante também provoca desgaste – e muito – tanto para o Legislativo quanto para o Executivo.

Num primeiro momento, ao protelar a votação, os senadores evitaram confronto com parlamentares aliados ao Palácio do Planalto. E com instituições representativas da sociedade civil. Poucos dias após o assassinato do menino João Hélio Fernandes Vieitis, fato que reavivou o debate sobre a idade mínima para punições penais, o presidente da República solicitou aos líderes de sua base no Congresso que derrubassem a tramitação da matéria. Para ele, o sentenciamento penal antes dos 18 anos pode “desproteger os adolescentes” – teoria que atrai ampla rejeição. Principalmente dos que se preocupam com os desprotegidos cidadãos de bem.

Criaram-se flagrantes deformidades no objeto dessa discussão. Às vezes até propositalmente, para esvaziá-la. É mil vezes evidente que a proposta de diminuir a idade mínima para punição penal não embute vingança à morte do menino João Hélio. Esse tipo de sentimento não tem nexo em política de segurança pública.

O imobilismo tende a prevalecer, sob o pretexto de que a punição a menores de 18 anos não vai banir a criminalidade no país

Também é falacioso o argumento de que o clima emocional sugere a protelação de eventuais mudanças nas leis penais. É evidente que se tratou de um fato chocante, de repercussão internacional, a barbárie praticada contra um garoto de seis anos, arrastado por um veículo ao longo de sete quilômetros, no subúrbio do Rio de Janeiro. Mas, se a tomada de atitude depender que cesse a participação de menores em atos criminosos, certamente ela não irá acontecer.

O imobilismo também está fadado a prevalecer, sob o pretexto de que a punição a menores de 18 anos não vai banir a criminalidade. É claro que não vai. Mas é indispensável adequar a legislação às necessidades atuais. Essa e muitas outras medidas devem ser tomadas, com urgência. A impunidade não pode continuar alimentando a violência. A sociedade não aguenta mais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Senador Flexa Ribeiro, após a Ordem do Dia, concederei a palavra a V. Ex^a, pela ordem, e também ao Senador Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do Item 1 da pauta.

Assim, declaro encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 331, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 331, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de setenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 15-3-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 332, de 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 332, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de nove bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e sessenta e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 18-3-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 333, de 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 333, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa milhões, novecentos e oitenta e sete mil, qui-*

nhentos e noventa e cinco reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 25-3-2007

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que *acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.*

Pareceres sob nºs 270, de 2004, e 75, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável; e 2º pronunciamento: sobre as Emendas nºs 1 e 2,

de Plenário, acolhimento parcial das Emendas, nos termos da Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2004

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera a redação da alínea “d” do inciso II do art. 93 da Constituição Federal* (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro; em seguida, falará o Senador Expedito Júnior.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, solicito a V. Exª a minha inscrição pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª já se encontra inscrito.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para comunicar – e há pouco conversei com o nosso amigo, Carreiro – que encaminhei requerimento à Mesa para a reconstituição de um Ofício “S” nº 12, de 2003, que versa sobre a renegociação da dívida do Beron – Banco do Estado de Rondônia.

Infelizmente, Sr. Presidente, parece que tem havido dificuldade para a reconstituição desse Ofício “S”. Por isso, peço o apoio de V. Exª, haja vista que o Relator de então era o Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa.

Ratifico o meu pedido de reconstituição do Ofício “S” nº 12, de 2003, para que possamos discuti-lo novamente a respeito da renegociação da dívida do Beron – Banco do Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Serão encaminhadas ao Senador Romero Jucá as Notas Taquigráficas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa requerimento de inserção em Ata de voto de aplauso ao Hospital Beneficência Portuguesa de Manaus pela inauguração do seu Centro de Alta Complexidade. O nome é de uma figura muito honrada: Comendador José dos Santos Silva Azevedo. Isso vai servir, e muito, para salvaguardar a saúde do povo da minha cidade, do meu Estado e da Amazônia Ocidental.

É um grande benefício regional, portanto, o Hospital da Beneficência Portuguesa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Serei brevíssimo; apenas enquanto o Senador José Agripino se dirige à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª tem a palavra, pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a publicação nos Anais do Senado da reportagem que escrevi para a revista **ISTOÉ**, intitulada “Um mundo, um sonho: a volta à china 30 anos depois”. Ali faço um relato mais completo da viagem sobre a qual já me reportei da tribuna do Senado.

Peço, pois, seja transcrita a reportagem da revista **IstoÉ**, publicada às páginas 58 a 70, inclusive com as fotos e o texto complementar da jornalista Mônica Dallari.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 120, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



ESPECIAL CHINA

**UM MUNDO,
UM SONHO:**

A VOLTA À CHINA 30 ANOS DEPOIS

**Senador faz viagem no tempo,
reencontra o país que visitou em
1976 e relata com exclusividade por
que a China se tornou a economia
que mais cresce no mundo**

**Por EDUARDO MATARAZZO SUPPLY
FOTOS: MÔNICA DALLARI**

1976 / 2007

Avenida Tiananmen, a principal de Pequim (acima).

As casas conhecidas como *hutons*, que na década de 1970 formavam a paisagem, cederam lugar a edifícios modernos com milhares de escritórios.

Na foto principal, o senador Suplicy retorna à Muralha da China, 30 anos depois da primeira viagem, que ele relatou na edição número 4 de ISTOÉ

REPORTAGEM
EXCLUSIVA PARA

ISTOÉ



ESPECIAL CHINA

Minha primeira visita à China ocorreu em 1976, dois anos após o restabelecimento de relações diplomáticas com o Brasil. O governo militar havia interrompido nossas relações em 1964. Fui um dos três primeiros jornalistas brasileiros convidados a visitar, durante 19 dias, seis cidades, seis fábricas, duas comunas agrícolas, a Universidade de Pequim e outras organizações. Foi em abril-maio de 1976, durante os últimos meses da Revolução Cultural, pouco após a morte de Xu-en-Lai, em janeiro, e antes da morte de Mao Tsé-tung, em setembro. Vi muitos cartazes – os “dazibaos” – colocados em murais e carregados em passeatas com críticas ao “vento desviacionista de direita de Deng Xiaoping”. Mas, dois anos depois, em 1978, Deng se tornou o secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), dando ao país uma nova direção.

CIDADE PROIBIDA

Residência de várias dinastias de poder, hoje é o principal ponto turístico de Pequim

Foi o responsável pelas reformas econômicas que levaram a China a ter um grande impulso nos últimos 30 anos. O intérprete daquela época, Chen Duqing, tornou-se um bom amigo e hoje é o embaixador da China no Brasil. Ele insistiu para que eu voltasse ao seu país agora.

Assim, de 17 a 27 de janeiro, visitei Pequim, Xangai, Xian e zonas rurais situadas a 100 quilômetros em torno dessas cidades, com o propósito principal de conhecer como os chineses conseguem alcançar tão altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, como estão erradicando a pobreza absoluta e tentando construir uma sociedade justa. Convidado pelo Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China (CCPCC), tive, desta vez, a oportunidade de conversar com inúmeras autoridades, como o vice-diretor da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Popular Nacional, Yi Xun Yan; o vice-ministro do Departamento Internacional do CCPCC, Cheng Fengxiang; o



TEMPLO DO CÉU No local em que imperadores pediam pelo tempo bom, mulher elogia Deng Xiaoping

diretor-geral do Grupo Líder de Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento do Conselho de Estado, Wu Zhong; o diretor-geral para América Latina e Caribe do Departamento Internacional do CCPCC, Wang Hua. Tive também um encontro muito significativo com o professor Tian Xiaobao, presidente da Academia de Seguridade Social e Trabalho, do Ministério do Trabalho.

Em 1976, logo ao chegar a Pequim tive a sensação de estar em outro planeta.

Desta vez, no aeroporto, muito mais moderno e com um movimento extraordinariamente maior, esperavam-nos Chen Xiao Ling e Zhu Xiaoning, duas intérpretes e

guias que falavam português. Nosso embaixador na China, Luiz Augusto Castro Neves, estava no Brasil. Mas a embaixada nos deu toda assistência através do ministro conselheiro Carlos Alberto M. den Hartog, e do cônsul-geral em Xangai, João de Mendonça Lima Neto, com suas equipes.

Na primeira tarde fui visitar o parque onde fica o Templo

TÚNEL DO TEMPO *Suplicy (à dir.) em 1976 e a Muralha de Xian, hoje: a mais larga do país*

do Céu, um paradigma da arquitetura e simbolismo chinês, concluído na dinastia Ming. Milhares de pessoas de todas as idades, mesmo em dias úteis, aproveitavam o dia frio, mas agradável, para jogar, tocar instrumentos típicos de cordas e conversar. Ouvi um grupo muito animado de mulheres que cantavam e dançavam com microfone e alto-falante portáteis. Perguntei à guia o que cantavam. Eram “loas” aos feitos e conquistas de Deng Xiaoping, falecido em 1997.

★ **MÚSICA E SUVENIRES**

Os chineses gostam de dançar, inclusive em locais abertos, como à noite junto ao lago Hohai, em frente a um grande número de restaurantes e casas noturnas. Homem com mulher, mulher com mulher, homem com homem, o que conta, para eles, é a diversão. Nesse lugar, de muito movimento, quando caminhava com o ministro brasileiro, eis que um rapaz, e depois outro, veio nos perguntar se gostaríamos da companhia de jovens chinesas. Não demos atenção. Havia muitos ambulantes que ofereciam algum tipo

de souvenir, como em qualquer lugar onde tenha turistas estrangeiros. Pedindo auxílio, vi um homem, sem uma perna, com muleta, diante do Palácio Imperial.

Hospedei-me no Hotel Minzu, na mesma avenida da Praça da Paz Celestial onde ficara há 30 anos. O impressionante mar de bicicletas que vi naquela época foi substituído pelos carros, num trânsito intenso e atravancado. As bicicletas ainda circulam em grande número, mas nas espaçosas ciclovias laterais. **Em Pequim há hoje 2,85 milhões de veículos. Calcula-se que daqui a três anos serão 3,8 milhões. São mil novos carros por dia.** As autoridades recomendam aos motoristas que, voluntariamente, utilizem transporte público uma vez por semana. Nossa guia, membro do PCC, procurava dar o exemplo. Há programas para elevar o uso do transporte público para 40% em 2010.

Em frente ao hotel, ao longe, ainda consigo observar a torre da estação da Rádio de Pequim, onde trabalhava o jornalista Jaime Martins, exilado em 1976. Sua filha Raquel, então com 12 anos, é hoje uma exímia tradutora e intérprete. Veio me visitar e falou sobre o progresso da China. Explicou que, para um povo que viveu mais de cinco mil anos sob o



ESPECIAL CHINA

domínio de um império, o conceito de democracia é bem diverso do que aquele a que estamos acostumados. Para ela, o avanço dos chineses em permitir liberdades democráticas e eleição direta dos governantes será gradual.

Na avenida do hotel e por toda parte, nas diversas cidades, impressiona o número de novas construções, seja de edifícios residenciais, comerciais ou industriais. **Metade dos guindastes ou gruas de construção civil do mundo está operando na China neste momento.** Os empresários brasileiros já despertam para essa grandiosidade. Segundo o cônsul-geral João Mendonça Lima Neto, nos últimos quatro anos, 35 empresas brasileiras se instalaram em Xangai, como o Banco do Brasil, a Vale do Rio Doce, o Itaú BBA, a BM&F, a Vicunha, a Seleniun, a Comexport, a M. Kassab, a WEG Motores Hidráulicos e a DHB.

No segundo dia fomos visitar a Grande Muralha, um dos patrimônios da humanidade. Quando Yuri Gagarin subiu ao espaço, observou que essa era a única construção feita pelo homem visível lá de cima. Com seis mil quilômetros, os chineses a construíram há mais de dois mil anos para evitar a invasão dos mongóis e de outros povos. Há 30 anos, nosso pequeno grupo chamava a atenção. Os chineses se aglomeravam à nossa volta para observar como éramos diferentes. Hoje, o número de visitantes é extraordinário e os estrangeiros já não despertam curiosidade. Chega-se à região de Badaling, a 70 quilômetros de Pequim, um dos pontos onde está a Muralha, por uma excelente e nova auto-estrada.

Xangai mudou muito. Visitei a moderníssima área de Pudong, que, até o início da década de 90, era precária e marginalizada. Nos últimos 12 anos, com incentivos fiscais para atrair empresas, Pudong se tornou um bairro de centenas de edifícios, tanto de escritórios como de moradias, que continuam a ser construídos em ritmo veloz. No Centro de Exibição de Planejamento Urbano conheci o cuidadoso grau de planejamento da cidade, com a projeção de um filme, numa tela de 360°, sobre como a cidade ficará no futuro. Numa plataforma, viajo velozmente em meio a prédios muito altos projetados por alguns dos melhores arquitetos do mundo. Em seguida, do alto da torre da TV Pérola Oriental, pude ver a grandiosidade de Xangai, que faz lembrar Nova York.

★ MESA FARTA

O Jardim Yu Yuan, outra refinada construção da dinastia Ming, continua preservado. Almoço ali perto, no restaurante Lu Bo Lang. Foram servidos cerca de dez pratos, como aconteceu outras vezes, oferecidos amavelmente pelos chineses. Entre os pratos, sapo branco e tubarão, em meio a muitos "gambéis", a saudação de saúde.

No banquete oferecido pelo diretor-geral do CCPCC, Wang

SÓ MULHERES

Em Xangai, a maior cidade do país, a banda da TV Pérola tem aposentadas e desempregadas. O único homem é o maestro

Hua, perguntei-lhe sobre a pena de morte na China. Expus meu ponto de vista de que ela não contribui para diminuir a criminalidade violenta. Dei o exemplo de pena de morte recente, de Saddam Hussein, que havia provocado maior violência e mortes no Iraque. Respondeu-me que os chineses, desde há muito tempo, acreditam que deve se aplicar a pena de morte no caso de assassinatos. Informou, entretanto, que agora somente a Suprema Corte Popular é que pode decidir sobre a pena capital, o que limitará bastante os casos.

Conheci o Centro Cultural do Distrito Zhabei, que desenvolve atividades, em especial para idosos, de dança, música, artesanato, artes gráficas, pinturas e de bem fazer e servir o chá. Entrei numa sala onde cantei, com a condução do maestro e o acompanhamento de um coral entusiasmado de 100 pessoas. Em seguida, visitei um apartamento no bairro reurbanizado onde se encontravam quatro gerações de uma família: os avós, os pais, os dois filhos e suas esposas e uma neta. Havia se mudado há dois anos para aquele edifício recém-construído, onde tiveram direito a ocupar 320 m², divididos em três apartamentos.

Ao seguir para o aeroporto internacional de Pudong, que serve Xangai, para voar para Xian, vejo em velocidade incrível o trem de tecnologia alemã, que praticamente voa sobre os trilhos: 35 quilômetros em sete minutos. Em breve, ligará Xangai até Hangzhou, uma distância de 130 quilômetros, atingindo

mais de 400 km por hora. Mais uma vez observe os investimentos em infra-estrutura, as boas auto-estradas e os inúmeros anéis viários, tanto em Pequim quanto em Xangai.

Conheci projetos de inclusão social e combate à pobreza. Na aldeia Xiang Yugou, a uma hora de Xian, no distrito de Chang An, nas montanhas de Qin Ling, há uma boa escola infantil. Percorri as casas de famílias de agricultores, que foram estimulados a melhorá-las para poder receber hóspedes vindos das áreas urbanas e assim melhorar sua renda. São muitos os chineses das cidades que querem conhecer a vida no campo. A diária custa 50 yuans, ou US\$ 6,50, com direito a três refeições.

★ COMBATE À POBREZA

A cerca de 80 quilômetros de Pequim visitei um projeto parecido, embora a região seja mais rica. Trata-se de uma área de plantação de maçãs, iniciada na primeira metade dos anos 90. Ali também as famílias foram estimuladas com ajuda financeira a melhorar suas casas, para receber os hóspedes urbanos. Nesse caso, a diária é de 80 yuans, ou US\$ 10. Seguindo a tradição, os moradores reservam os melhores cômodos da casa para os visitantes.

Essas áreas e organizações agrícolas são bem diferentes das comunas que visitei em 1976, propriedades do Estado em que os trabalhadores se organizavam de forma coletiva, obedecendo às diretrizes de produção de um planejamento central. Desde 1978 os agricultores passaram a ter direito a cultivar uma área de um hectare ou pouco mais para cada

família, podendo decidir o que produzir, de acordo com o mercado. A área ainda pertence ao Estado, mas a família tem a concessão para explorá-la enquanto puder.

A 82 quilômetros de Xian, visitei a Zona de Demonstração de Indústrias de Alta Tecnologia Agrícola de Yangling, que promove as mais variadas experiências de plantios, de aproveitamento industrial de produtos agrícolas, pesquisas de plantios em zonas secas, técnicas de irrigação, controle de água e da erosão do solo. Seus diretores, Tang Limei e Liu Zhonshan, informam que já desenvolvem intercâmbios com institutos de pesquisa do Rio Grande do Sul, mas que gosta-

TRADIÇÃO MANTIDA

O progresso da economia não tirou as bicicletas de circulação. Elas são a opção preferencial dos jovens e dos mais pobres

**ESPECIAL CHINA**

riam de aprofundar relações com outras instituições, como a Embrapa e a SBPC. Ali os chineses criaram o primeiro bode clonado a partir de células somáticas e estão localizadas as duas grandes instituições de ensino, a Universidade Noroeste A & F e o Colégio Vocacional e Técnico.

Em Xian também fui conhecer a antiga muralha em torno da cidade. Ela é mais larga do que a Grande Muralha, e anualmente ali se promove corrida de atletas. Aluguei uma bicicleta para poder ter uma idéia melhor das construções da cidade, das mais antigas às mais modernas. Gostei muito de ver o Palácio da Primavera Quente e, sobretudo, os guerreiros do Exército de Terracota, que o imperador mandara fazer para proteger a sua terra de possíveis invasores – que já foram expostos no Brasil.

★ CINCO MIL ANOS

De volta a Pequim, visitei a enorme área onde estão, já na fase final de construção, inúmeros estádios, ginásios e estabelecimentos para os Jogos Olímpicos de 2008. O Estádio Olímpico de Futebol tem uma arquitetura especialmente bonita que faz lembrar um ninho de passarinho. Ao lado, estão sendo concluídas as obras de edifícios modernos para 20 mil atletas de todo o mundo. Será uma oportunidade excepcional para os chineses se mostrarem inteiramente. Como diz Jin Yuanpu, diretor do Centro de Estudos Olímpicos Humanísticos: **“É tempo de nós revivermos e repensarmos nossa filosofia tradicional e preciosa herança. O mundo nos dá 15 dias, nós lhe daremos cinco mil anos.”**

Por toda parte onde ando, observo que as pessoas em geral estão bem vestidas, muito diferentes de trinta anos atrás, quando quase todas usavam aqueles típicos uniformes azuis de Mao. Os adultos usam mais cinza e preto e os jovens gostam das roupas coloridas, no estilo ocidental. O uso de instrumentos eletrônicos, a começar pelo celular até os iPods, é intenso e generalizado. Diferentemente de 1976, quando se viam apenas os grandes cartazes de propaganda política, hoje há pelas cidades e estradas uma profusão de anúncios comerciais, tanto de marcas internacionais quanto de nacionais.

Pude perceber que as reformas instituídas desde 1978 estimularam as iniciativas econômicas tanto no meio rural quanto urbano. As pessoas passaram a ter a possibilidade de enri-

quecer, organizando firmas para produzir e vender bens e serviços, sob o lema expresso por Deng Xiaoping, em 1982: “É tempo de prosperar. A China tem sido pobre por mil anos. Enriquecer é glorioso.”

Os investimentos estrangeiros foram intensamente estimulados. Empresas com diferentes formas de propriedade e controle passaram a existir. As de propriedade do Estado que foram caracterizadas por ineficiência diminuíram. O Estado, entretanto, continua a ter importante presença na

economia, especialmente reservando para si as áreas consideradas fundamentais, como energia elétrica, petróleo, petroquímica, telecomunicações, carvão, indústria naval e de aviões. Mesmo nestas áreas, o governo tem promovido importantes parcerias com empresas internacionais, a exemplo do que já ocorre com a Embraer. Ademais, o governo tem a grande preocupação de planejar o desenvolvimento da economia – através dos planos quinquenais –, o crescimento das cidades e a interação com o setor privado.

explicaram, para não criar pessimismo na população. Os modernos meios de comunicação, como o celular e especialmente a internet, muito provavelmente terão um efeito importante na abertura da sociedade chinesa. **O *China Daily*, principal jornal que circula em inglês, anunciou, em janeiro, que dentro de dois anos a China terá um número maior de internautas do que os EUA, que hoje têm 210 milhões de pessoas na rede.** Sem dúvida, também o número crescente de chineses que visitam o exterior contribuirá muito para a abertura. Estima-se que 34 milhões viajarão para fora da China em 2007, 10% mais do que em 2006.

★ CENSURA NA TEVÊ

Nos hotéis modernos há 34 canais na televisão, muitos dos quais internacionais, como a CNN, dos EUA; a BBC, do Reino Unido; a RAI, da Itália; a TV5, da França, e de vários outros países. Informaram-me que, se a CNN der informações sobre a *China de fatos não problemáticos*, tudo bem; mas, se as notícias forem negativas, a transmissão é suspensa.

Os chineses caracterizam seu sistema como socialista de mercado. Há um contraste, pois permitem liberdade de informação econômica e comercial, certamente muito mais do que há 30 anos, quando, por exemplo, todo o comércio exterior era feito por empresas estatais. Hoje uma pessoa física, se o desejar, pode fazer comércio com o exterior.

Para o sistema de mercado funcionar eficientemente, faz-se necessário que as pessoas e as empresas emitam sinais sobre o que desejam comprar e vender de bens e serviços, inclusive com a liberdade de se fazer publicidade da qualidade e da marca do que se pretende vender. Por outro lado, embora as liberdades de expressão, de imprensa, de organização política e outras tenham se ampliado, ainda são bem mais limitadas do que no Brasil.

Perguntei muito sobre a organização da economia chinesa, de seus programas sociais, de como conseguiram fazer o Produto Interno Bru-

to crescer a taxas superiores a 9% ao ano desde o início dos anos 1990, e 10,7% em 2006, mantendo a estabilidade de preços – a taxa de inflação no ano passado foi de apenas 1,5%. O PIB atingiu US\$ 2,68 trilhões, o quarto maior do mundo, depois dos EUA, Japão e Alemanha. Em 1976, o PIB per capita chinês era 34% do PIB per capita brasileiro. Agora, é 43%.

A China foi capaz de diminuir o número de pessoas em condições de pobreza absoluta nas áreas rurais de 250 milhões, em 1978, para menos de 30 milhões recentemente, explicaram-me. O sistema de seguridade social tem um significativo desenvolvimento. Normalmente, as empresas contribuem com

NOVOS TEMPOS, NOVAS ROUPAS

No parque, em 1976 (acima), jovens em trajes estilo Mao debatem política em preparação a uma manifestação contra “o vento desviacionista de direita”. Hoje (à esq.), perto do campus universitário de Pequim, o colorido está na moda, assim como os celulares, os iPods e as grifes. Em Xangai (abaixo), as construções tradicionais convivem com arranha-céus. A meta é deixar Nova York para trás em grandiosidade

O Partido Comunista da China mantém o controle da sociedade com o apoio de oito partidos menores, chamados democráticos, que são considerados aliados, desde que Mao Zedong assumiu o poder em 1949. Nota-se uma gradual abertura do processo político, com a população participando das decisões em níveis locais, mas não ainda com eleições diretas. Quando perguntei, por exemplo, se seria possível a jornalistas fundarem um novo jornal e tecer críticas às autoridades, disseram-me que não. Há hoje um número muito grande de publicações, jornais, revistas, e muitos canais de televisão e rádio. Mas há normas que precisam ser seguidas, segundo me



ESPECIAL CHINA

20% sobre o valor dos salários para o fundo de previdência e os trabalhadores com 8%. Estima-se que, com as demais contribuições referentes à assistência médica, acidente de trabalho, auxílio-maternidade, fundo de habitação e seguro-desemprego, as contribuições da empresa correspondem a 57% do salário. Além do sistema de seguro-desemprego, há meios de ajudar a encontrar novos empregos, com treinamento e lugares nas cidades onde as pessoas diariamente vão procurar oportunidades de trabalho. **A taxa de desemprego hoje está próxima de 4%. A taxa de juros anual está em torno de 2,3%.** O salário mínimo na China difere se a província, a região ou a cidade são mais ou menos desenvolvidas, e é definido pela autoridade central depois de um diálogo entre o governo, federações representativas de trabalhadores e empresas. Em janeiro, o salário mínimo em Pequim estava em 640 yuans por mês (cerca de US\$ 80); em Xangai era de 750 yuans; em Jiangshi, de 270 a 360 yuans; no Tibet, de 445 a 495 yuans. Shenzhen, uma das áreas mais modernas e industrializadas perto de Hong Kong, tem o salário mais alto, de 700 a 810 yuans. Já o salário médio em Pequim estava em torno de 2.800 yuans (US\$ 150).

★ RENDA MÍNIMA

Há ainda um sistema para completar a renda das famílias que não alcançam um mínimo para a sua subsistência, regulamentado por decreto em cada província, também de acordo com o grau de desenvolvimento. Assim, em Pequim, segundo me explicaram o diretor-geral Wu Zhong e o diretor Gao Hong Bin do Escritório de Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza do Ministério do Trabalho, se uma família de três pessoas – pai, mãe e uma criança – não alcança uma renda de pelo menos 390 yuans por mês per capita, cerca de US\$ 50, portanto US\$ 150 mensais para três pessoas, ela passa a ter o direito de receber o que falta para completar aquele patamar.

Há por volta de 23 milhões de pessoas em 26 províncias nesse programa, o que não é tanto para a China. A família declara o seu rendimento, que é verificado, num processo complicado, pelo ministério civil, governo provincial e pela comunidade. Se for descoberto que houve falsificação, a família perde para sempre o direito de receber o complemento. Segundo Wu Zhong, no campo é mais fácil a comunidade acompanhar, uma vez que os vizinhos conhecem bem cada família.

Expliquei como estavam se desenvolvendo os programas sociais brasileiros, como o Bolsa Família, e a perspectiva, aprovada em lei, de gradualmente introduzirmos uma Renda Básica Incondicional para todos os brasileiros como um direito à cidadania.

Foi com o professor Tian Xiaobao e outros economistas que tive a mais longa e produtiva conversa, de três horas. Ele é autor do livro *Seguridade social na China*, de 2006, publicado pela China International Press, e é considerado o economista chinês número 1 em assuntos do trabalho. Depois de explicar todas as vantagens de uma Renda Básica Incondicional, perguntei-lhe se achava possível instituir esse direito para todos os mais de 1,32 bilhão de chineses.

Respondeu-me que considera a Renda Básica de Cidadania uma proposta racional, de bom senso, coerente com os objetivos de construção de uma sociedade harmoniosa, conforme defendia o mestre Confúcio (551-479 a.C.). Também era concernente com os objetivos presentes do governo chinês. Mas é preciso, disse ele, um período de preparação durante os próximos planos quinquenais. Assim, a Renda Básica será possível e desejável em 2020. Em seguida, o professor Tian convidou-me para uma palestra sobre o tema na Academia de Seguridade Social e Trabalho. Aceitei na hora.

Fiquei superfeliz. Como co-presidente da Rede Mundial da Renda Básica (Basic Income Earth Network – Bien), convidei-o para participar do próximo XII Congresso Internacional da Bien, que se realizará em Dublin, Irlanda, em 2008.

Ao voltar para o Brasil, passando um dia em Paris, vi *La stella che non c'è*, filme do diretor Gianni Amelio, co-produção chino-italiana, que conta a história de um técnico italiano que se preocupa com a venda de um alto-forno com uma peça defeituosa para uma siderúrgica chinesa. Ele resolve ir à China procurar a siderúrgica que a comprou. Viaja de Pequim até a Mongólia. Vê muitas regiões, vilas e pessoas

EDUARDO SUPLEY

CONTRASTES DA CHINA DE ONTEM E HOJE

O país melhorou a qualidade de vida, mas crescimento gerou novos problemas

ONDA DE POLUIÇÃO

O avanço da economia agravou a poluição nas grandes cidades. Há nuvens de fumaça no ar e lixo nos rios (ao lado). Em 2006, a China não cumpriu a meta de redução de poluentes

TRABALHO INFANTIL

Em 1976, crianças trabalham numa fábrica de relógios perto de Pequim (à esq.). Hoje, a estatística oficial diz que 98% delas estão na escola. O que ocorre é o fluxo de homens do campo para a cidade em busca de trabalho melhor remunerado

Uma viagem de 10 mil quilômetros pela China.

Após décadas de isolamento, a China abriu suas portas para o mundo. Hoje, o país faz grandes obras para as Olimpíadas de 2008.



DOIS TEMPOS Em ISTOÉ de agosto de 1976 (acima), Suplicy mostrou a velha China; hoje o país faz grandes obras para as Olimpíadas (ao lado)

quanto no rural, e entre ambos. Procura-se dar uma atenção mais humana ao que chamam de socialismo de mercado, através de medidas como a eliminação recente de impostos para os camponeses, a ampliação do sistema previdenciário e os investimentos em infra-estrutura em todo o país, do que é exemplo a maciça construção civil, a ferrovia para o Tibet e a interiorização das indústrias.

ainda em dificuldade. A realidade mostra que falta muito para que as estrelas contidas na bandeira chinesa – que significam pátria, dignidade, honra, prosperidade e florescimento – possam brilhar de fato. Mas é um sinal de que não têm medo de mostrar a dura realidade que ainda existe, para combatê-la e poder dar mais um salto de progresso.

Em 1976, a caminho da China, assisti em Paris ao documentário do cineasta holandês Joris Ivens, que se tornara amigo de Xu-en-Lai ao filmar a guerra civil, em 1938. Com seu material se fez o único documentário sobre o período revolucionário chinês. O filme *Como Yukong removeu as montanhas* foi feito de 1973 a 1975, com a autorização de Xu-en-Lai, em total liberdade. O filme me ensinou muito sobre a transformação da China.

O atual presidente, Hu Jintao, tem enfatizado a sua preocupação com o lado perverso da abertura econômica e do desenvolvimento da economia de mercado, especialmente em função da crescente disparidade de renda, tanto no setor urbano

★ DESAFIOS ATUAIS

Os brasileiros e chineses têm muito que aprender uns com os outros. Temos muitas semelhanças. O Índice de Desenvolvimento Humano apurado em 2006 está próximo de 0,792 no Brasil, e de 0,768 na China. A expectativa de vida está em 73 anos para ambos. A taxa de analfabetismo de adultos no Brasil é de 11%. Na China, de 9,1%.

Os chineses têm pela frente o desafio de compatibilizar o rápido crescimento com a combinação do funcionamento dinâmico do mercado e o planejamento da economia, criando instituições que possam garantir real cidadania, liberdade e dignidade para todos. Nós, brasileiros, temos a aprender com eles que é possível conciliar crescimento com estabilidade de preços, levando em conta a vida da população. Temos de avançar mais e mostrar aos chineses que a democracia plena poderá permitir a ambos também conciliar o desenvolvimento com maior igualdade e justiça.

100 mil

membros do Partido Comunista deixaram o governo em 2006, acusados de corrupção

73 anos de idade é a atual expectativa de vida da população chinesa

A taxa de mortalidade infantil é de 23 óbitos para cada mil nascimentos (Unicef). Índice semelhante ao de El Salvador

ARTE E CULTURA

Depois de ganhar o Festival de Veneza, em dezembro, o cinema chinês arrebatou na semana passada o Urso de Ouro, em Berlim (acima, o cineasta Wang Quanan). Na Ópera de Pequim (à esq.), a tradição de servir o chá requer habilidade e precisão

BRUNO



ESPECIAL CHINA

BABY BOOM NO ANO DO PORCO

Horóscopo chinês indica sorte e bonança aos nascidos em 2007. Governo teme explosão demográfica e mexe nas leis

Por MÔNICA DALLARI

As crianças nascidas após a implantação da Política de Planejamento Familiar na China, no final dos anos 1970 – que permitia a cada casal ter apenas um filho –, provocam hoje uma revolução nos hábitos e costumes milenares dos chineses. Atualmente na faixa entre 25 e 30 anos, os jovens nascidos naquele período preferem se casar mais tarde ou mesmo permanecer solteiros, anseiam por viver longe das famílias e as mulheres adiam o quanto podem a maternidade.

A flexibilidade de pontos do programa, que se tornou necessária com o tempo, deve provocar um inesperado *baby boom* em 2007.

O programa começou quando a população chinesa, a maior do mundo, estava perto de bater a casa de um bilhão de habitantes, o que ocorreu em 1980. Sem a adoção da “política do filho único”, avalia-se que a China, hoje com 1,32 bilhão de habitantes, teria 400 milhões de pessoas a mais. Com a manutenção da política, que o governo ajusta, mas não cogita suspender, a expectativa é que a população chegue a 1,36 bilhão em 2010 e a 1,45 bilhão em 2020.

Ao obrigar o casal ao filho único (ficaram de fora apenas as 55 etnias consideradas minoritárias, que representam 8,1% da população, contra 91,9% da etnia ham), sob risco de pesadas multas e punições, o governo não imaginava os problemas que estavam por vir. O primeiro deles, de origem cultural, foi a preferência pelos filhos homens, especialmente no campo, onde ainda vivem 60% da população. Os homens possuem maior força física, garantem a continuidade da família e são os responsáveis por sustentar os pais na velhice. Pela tradição, são considerados “superiores”. Em

A POLÍTICA DO FILHO ÚNICO GEROU MATANÇA DE BEBÊS DO SE



100 meninas nascidas. A desproporção é tão séria que a Comissão Nacional de Controle Populacional e Planejamento Familiar calcula que em 2020 existirão 30 milhões de homens a mais que mulheres, o que poderá gerar o aumento da violência e distúrbios sociais. Esses homens estarão principalmente nas áreas rurais, que têm escolaridade mais baixa.

A questão causa preocupação a ponto de as autoridades permitirem aos casais que vivem no campo ter o segundo filho, caso o primeiro seja uma menina ou possua grave problema de saúde. Como a manutenção do controle de natalidade é considerada fundamental para o crescimento do país, especialmente nas áreas rurais, no início deste ano entrou em vigor uma nova política de ajuda financeira às famílias no campo que acataram a lei do planejamento familiar. O benefício foi testado em dez províncias desde 2004. O objetivo é estimular cada vez mais os

FOTOGRAFIA: JONICA GALLAR

mandarim, principal dialeto chinês, “filho homem” e “semente” têm o mesmo som, zi.

A consequência imediata foi a matança de meninas recém-nascidas, o abandono em orfanatos e, atualmente, o aborto, após a constatação do sexo em exames de ultra-som. O exame para a identificação, apesar de proibido, é feito em larga escala. Ainda neste primeiro semestre deverá ser aprovada uma lei que pune com pena de três anos de prisão quem fizer o aborto para interromper a gestação de uma menina. Na China, o aborto é permitido em casos de gravidez indesejada (sem saber o sexo da criança) e pode ser feito em hospitais públicos a um custo de aproximadamente US\$ 50.

O desequilíbrio entre os sexos tende a aumentar ainda mais. Hoje, nascem na China 119 meninos para cada 100 meninas. Em algumas províncias, como Guandong e Hainan, a proporção é de 130 meninos para 100 meninas. A média nos países em desenvolvimento é de 104 a 106 meninos para cada

O QUE FAZER?

Nascem na China 119 meninos para cada 100 meninas. Em 2020, haverá 30 milhões de homens a mais

casais a terem apenas um filho. Ao completar 60 anos, todos os pais e mães de filhos únicos, de duas filhas ou que tenham perdido o único filho terão direito a receber cada um uma pensão anual de 600 yuans, US\$ 75 per capita, ou US\$ 150 por casal.

Pode parecer pouco, porém na China o sistema previdenciário começa apenas agora a to-

mar forma, especialmente pelo significativo aumento da população com mais de 60 anos. Até hoje não existia nenhuma aposentadoria rural. Os homens são obrigados a se aposentar com 60 anos e as mulheres com 55 na zona rural – e 60 anos nas grandes cidades.

Homens e mulheres acima de 60 anos deixam de receber seus vencimentos e passam a depender totalmente dos filhos. Hoje, 143 milhões de chineses, ou 11% da população, têm mais de 60 anos. Em 2020, a estimativa é de que os idosos cheguem a 234 milhões, 16% do total. Além da população de

XO FEMININO, DESEQUILIBROU A POPULAÇÃO E PODE CAUSAR DISTÚRBIOS SOCIAIS



ESPECIAL CHINA

idosos crescer 3% ao ano, a expectativa de vida subiu de 67 para 73 anos nas duas últimas décadas.

Mas, e os casais que tiveram apenas uma filha mulher? Esse é outro problema enfrentado pela geração dos filhos únicos. Afinal, não são eles os responsáveis por manter seus pais? O resultado é que muitos casais jovens acabam sendo obrigados a sustentar os pais e os sogros, além do próprio filho. Isso se não estiverem vivos avós e avôs, fato bastante freqüente. Não é à toa que muitos preferem permanecer solteiros.

Para solucionar esse impasse, uma nova modificação na política de controle de natalidade permite que casais formados por dois filhos únicos possam ter dois filhos, com a diferença de quatro anos entre eles. A novidade animou os cerca de dois milhões de filhos únicos em Pequim, onde as mulheres, cada vez mais dedicadas à profissão, não se casam com menos de 27 anos. Como na China não há nada que não seja em grandes proporções, por conta dessa mudança prevê-se um *baby boom* em 2010. Porém, o fenômeno acabou se antecipando em três anos, em função do horóscopo chinês. Para evitar outro *baby boom* em 2010, está em estudo o fim da obrigatoriedade de espera para se ter o segundo filho.

Em 2007, segundo o horóscopo chinês, se comemora o ano do "Porco de Ouro", quando se cruzam no mesmo período o porco com o elemento ouro. **O encontro só ocorre a cada 60 anos, e é visto como sinal de sorte e honança para os nascidos no período.** A expectativa é que, em vez dos 78 mil novos bebês registrados anualmente em Pequim, aconteçam 140 mil nascimentos!

SEM PREVIDÊNCIA

Aumento da população com mais de 60 anos leva governo a criar benefícios aos idosos

O desejo de ter dois filhos é resultado da insatisfação dos jovens em terem sido filhos únicos. Além de se sentir sozinhos, eles sofrem com a superproteção das mães e são muito pressionados para obter bons resultados nas escolas e competir nos estu-

NOVOS CASAIS

Em 2006, foram realizados 170 mil casamentos em Pequim, 77% mais do que no ano anterior

dos. Não é à toa que são apelidados de "pequenos imperadores" ou "imperatrizes".

A consequência já aparece no mercado de trabalho. Por serem considerados *mimados*, pouco sociáveis, irascíveis e egoístas, muitas vezes acabam preteridos nos empregos. A explicação é que eles têm tudo muito fácil e por isso desistem logo diante da primeira dificuldade.

O mesmo acontece nos casamentos. Outra pesquisa, feita com 162 casais com menos de 30 anos, mostrou que o sonho de 92% deles era morar longe dos pais por conta da interferência deles – especialmente da sogra... A taxa de divórcios de casamentos de filhos únicos é de 24,5%, contra 11,7% de casais vindos de famílias mais numerosas.

A verdade é que os problemas do programa de controle de natalidade estão só no começo. Nesse momento, a política está em questão por atingir apenas a população mais pobre ou os funcionários públicos, obrigados a dar o exemplo. Com a abertura do mercado e o surgimento dos novos-ricos, a multa de 60 mil yuans (US\$ 7,5 mil) para quem tiver o segundo filho e o elevado custo das escolas (1,2 mil yuans mensais o jardim da infância, ou 800 yuans o ensino fundamental) deixaram de ser empecilho.

O privilégio atinge uma pequena minoria, mas provoca descontentamento, especialmente porque chineses famosos estão tendo mais filhos, em uma demonstração considerada de total desrespeito ao controle de natalidade. Afinal, a lei deveria ser igual para todos. É o caso da cantora popular Mao Amin, do cineasta Chen Kaige, diretor do premiado *Adeus, minha concubina*, e do ídolo do futebol chinês Hao Haidong, todos eles com mais de um filho. O governo estuda adoção de punições maiores, que poderão chegar a 1,2 milhão de yuans, ou US\$ 150 mil, para quem infringir a lei.

Isso não quer dizer que a dor de cabeça da Comissão Nacional de Controle Populacional e de Planejamento Familiar vá diminuir. O *baby boom* deste ano era para acontecer inicialmente em 2015. Depois, previsão se antecipou para 2010. Agora, corre-se o risco de ter dois *baby booms* na mesma década. Resultado: as surpresas da política do filho único, que já não é tão único assim, prometem se suceder.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido, Senador Eduardo Suplicy, na forma regimental.

Senador José Agripino, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que V. Ex^a, Presidente Efraim, estava presente à reunião da Executiva do nosso Partido hoje pela manhã, quando da exposição, com base em transparências, com dados fidedignos, por uma consultoria que o nosso Partido contrata para fazer análises macro e microeconômicas. V. Ex^a, como eu, deve ter ouvido as preocupantes constatações a que o Professor Cláudio Adilson chegou; ele que é verdadeiro sempre, porque quando o Governo vai bem, ele vai, com seus dados e constatações, ao fim da linha e assevera ou que “isso está certo, aquilo vai dar certo”, ou que “isso está errado, isso não vai dar certo”. Quem assim procede, adquire credibilidade.

Da exposição de hoje, V. Ex^a, Presidente Efraim, deve se lembrar, assim como eu me lembro, que, dentre as várias constatações, a MCM Consultores chegou ao resumo do resumo do resumo da avaliação.

A avaliação que fizemos hoje foi sobre o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. E V. Ex^a deve ter verificado, conforme avaliação que demandou uma hora e meia de exposição, com transparências, números, estatísticas, com seqüência histórica de fatos e ocorrências, que há uma constatação, que me preocupa demais, preocupa também a V. Ex^a, e a este Plenário também deve preocupar: o PAC não prevê, em momento algum, melhoria da qualidade do gasto público nem a contenção de gasto público. O PAC prevê investimentos de R\$503 bilhões e prevê, para este montante, receita pública decorrente do crescimento do País à base de 5% ao ano.

Sabemos que o País, lamentavelmente, não vai crescer 5% ao ano. E, como não há previsão de contenção de gasto público nem melhoria na qualidade do gasto público, a constatação a que chegamos, Senador Marconi Perillo, é que vai, sim, haver a tentativa de aumento de carga tributária mais uma vez.

E aí quero fazer uma avaliação sobre um dado preocupante e um dado aterrador. O preocupante é o anúncio, pelo IBGE, do ridículo crescimento do PIB brasileiro: 2,9%, contra 5,1% do mundo inteiro. O mundo inteiro, que tem Austrália, tem Estados Unidos, tem Uruguai, tem Argentina, como tem Sudão, tem Bangladesh, tem Zaire, tem República Dominicana, tem Haiti; enfim, o mundo como um todo cresceu 5,1%, enquanto o Brasil cresceu 2,9%. Pior: o dado aterrador está nos jornais de hoje, dado do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário): a carga tributária sobre a

economia brasileira atingiu o inédito patamar de 38,8%. Ou seja: estamos chegando a 40%, num Governo, Senadora Lúcia Vânia, que prometeu – e V. Ex^a sabe –, aqui desta tribuna, pelos Ministros da economia que aqui vieram – os que estão e os que saíram –, que, se fosse constatado aumento de carga tributária, o Governo tomaria a iniciativa de tomar providências para baixar a carga tributária. Quero só ver!

Pela exposição do PAC, haverá tentativa de aumento de carga tributária.

Desconfio que temos uma chance de que o Governo não ouse fazê-lo, porque, como ele não tem capacidade de gasto, anunciou, num enunciado de intenções, um mundo de coisas que não vai saber fazer. Se ele souber fazer, vai precisar de dinheiro, que não tem, e vai aumentar imposto, vai tentar aumentar imposto e vai nos encontrar pela frente. Ah, vai nos encontrar pela frente. Vai me encontrar, assim como ao Senador Arthur Virgílio, que quer um aparte e vai merecer, com muito prazer; vai encontrar aqueles que estão, Senador Cristovam, vigilantes, como o Senador Jarbas Vasconcelos, que fez um belo pronunciamento hoje. Vai encontrar os homens que têm zelo pelo interesse coletivo, como o Senador Mão Santa. Vai nos encontrar pela frente e vamos evitar o mal maior que é, Senadora Lúcia Vânia, este País não vai crescer nunca a 4%, 4,5% ou 5% com a taxa de juros de 13% e a carga tributária de 38,8%.

O PAC é conversa fiada; é enganação. Nem tem receita para fazer nem tem Governo capaz de gastar para realizar nem uma coisa nem outra. Vamos ter de conviver com um Governo ineficiente e tentador por aumento de carga tributária.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, neste ano o setor externo será negativo em cerca de 1,5%...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Será 1,4%, para ser mais preciso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Algo parecido com isso. Então, temos de crescer internamente, na demanda interna, quase 6% para atingirmos os 4,5% a que se refere o PAC. Agora, V. Ex^a tocou em um ponto, que é nevrálgico, que é basilar, fundamental. Se o PAC é expansionista, se não temos hoje nenhuma proposta efetiva de redução de gastos – não temos, estamos vendo o Estado gastador, perdulário, cada vez mais gastador e mais perdulário –, é óbvio que só se financia esse expansionismo proposto pelo PAC com aumento de carga tributária. É uma coisa óbvia – é lógica, mais do que lógica –, já que não se tem mais a manivela da Casa da Moeda para gerar dinheiro inflacionário.

A carga tributária de 38,53% absurdos hoje está em 38,80%. É algo absolutamente impensável! Ou seja, não há mágica que faça um País sustentar o crescimento com perspectiva de distribuição de riqueza, algo de longo termo, com uma carga tributária desse jaez. Eu estou um pouco cansado com aquela conversa das pessoas que olham para trás: “Ah, porque o Governo Fernando Henrique pegou 17% e deixou 28%”. Muito bem, está em 38%. Desculpem-me, deixou em 34%; agora, está em 38%. Fernando Henrique e seu Governo resgataram vários esqueletos, capitalizaram mais de uma vez Banco do Brasil e Caixa Econômica; resolveram problemas herdados ainda do período autoritário, como o BNH, por exemplo; renegociaram dívidas de Estados e Municípios. Eu pergunto a V. Ex^a: qual foi o esqueleto retirado do armário por este Governo? Nada, a não ser o financiamento de um suposto superávit. Ou seja, um ajuste fiscal. E o ajuste fiscal é desejável. Obtido esse ajuste fiscal pela forma mais negativa, que é a do aumento da carga tributária. Não obtiveram o ajuste fiscal de maneira saudável, que seria a da despesa menor, para se racionalizar a aplicação das receitas. V. Ex^a aborda com muita segurança esse tema, e a Casa só aumenta a admiração que nutre por V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador, Arthur Virgílio, V. Ex^a abordou, abrindo a porta para o que eu quero abordar agora, a questão do câncer chamado “apreciação do real”, maravilha para quem quer ir ao exterior, Senador Marconi Perillo. Senador Jayme Campos, para quem quer ir à Disney, dólar a R\$2,10 é uma maravilha; agora, para quem produz – como V. Ex^a em seu Estado – algodão, soja, para quem compra fertilizante, vender a produção a R\$2,10 e ter comprado fertilizante com dólar lá em cima é um desastre completo. O PIB cresceu 2,9%. Senador Garibaldi, o PIB do Brasil cresceu 2,9%. Cresceu por quê? Porque o consumo das famílias cresceu 3,8% acima do crescimento do PIB, movido por quê? Por coisas artificiais tipo crédito consignado, que é finito; as pessoas têm uma capacidade ilimitada de tomar dinheiro emprestado e pagar, e a inadimplência já está acontecendo. Então, o consumo das famílias aconteceu por crédito consignado e também por pressão da Oposição para o aumento do salário mínimo. Aumento do salário mínimo que pressionou o quê? Aumento da carga tributária, que faz o quê? Que impede o crescimento da economia de forma sustentada, mas cresceu a economia por conta do aumento da renda das famílias em 3,8% e dos investimentos, Senador Marconi Perillo, que cresceram 6,3%. Investimento por quê, Senador Mozarildo? Cresceu por quê 6,3%? Por conta do dólar barato. As pessoas fizeram investimentos. Isso é uma

coisa boa. Só que inibiram; importam equipamentos e inibiram a produção local de equipamentos. E o que é que puxou para baixo o PIB? Cresceu por conta da renda das famílias e dos investimentos, mas o setor externo a que se referiu o Senador Arthur Virgílio, Senador Cristovam, caiu 1,4%. O que é isso? O que é cair 1,4% do setor externo? É o seguinte, para quem está nos vendo pela TV Senado: é que as exportações de 2005 para 2006 cresceram a 5,0%. Em 2006, foram 5% maiores. E as importações? Foram 18,1% maiores, cresceram muito mais do que as exportações. E, no balanço do setor externo, puxou o PIB para baixo em 1,4%. Por quê? Porque você exporta 5 e importa 18. O que importou deixou de produzir aqui dentro, você puxou para baixo o PIB. Por conta de quê? De câmbio. Câmbio por quê? Por causa de juros, é evidente. Câmbio por conta de juros. Senador Cristovam, o Dr. Henrique Meirelles, um cidadão por quem tenho todo o apreço, respondendo a uma pergunta que fiz sobre o custo do empilhamento dos US\$100 bilhões que o Brasil conseguiu acumular de reservas... Perguntei a ele se não seria mais conveniente ao País se, em vez dos US\$5 bilhões que estávamos gastando de diferença entre o custo de captação desses dólares e a aplicação desses dólares em títulos do mercado americano, em vez de pagar esses US\$5 bilhões de juros, de diferença de juros, investíssemos, fizéssemos investimentos em infra-estrutura para retomar o crescimento do País. Ele disse que não, que aquilo fazia parte de um lastro que o Brasil precisava ter para conter o risco Lula, praticamente disse isso. Disse que era uma espécie de seguro contra incêndio que o Brasil tinha de pagar. Tem de pagar e tem de se habituar a esse estado de coisas. Para ver, Senador Cristovam, a República Dominicana cresceu 10,7%; a Venezuela, 10,3%; a Argentina, aqui do lado, 8,5%; o Uruguai, 7,3%. Lula acabou de ir ao Uruguai fazer mais uma benesse, levar um óbolo para um país que cresceu 7,3%; o Paraguai cresceu 4%! O Brasil cresce 2,9%?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Só um minuto.

E o BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China –, como andam os nossos parceiros emergentes? Senador Arthur Virgílio, sabe quanto cresceu a China? Cresceu 10,7%. Sabe quanto cresceu a Índia? Cresceu 9,2%, e o Brasil, 2,9%. Em um mundo comprador. E se o mundo deixar de ser comprador como China está anunciando? E em um dia só a Bovespa cai 6,2%. Como nós vamos ficar?...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador José Agripino, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Claro que sim, mas um minuto só.

Estou fazendo esses alertas porque é preciso que adotemos corretivos de rumo. Senador Marconi Perillo, Senador Jayme Campos, estamos falando em PAC como se fosse a panacéia, o remédio para todos os males. E a carga tributária, a taxa de juros e o câmbio, que são a âncora puxando para baixo o tempo todo? Como ficam? É o PAC que vai resolver? O mal maior, o câncer que nós temos de debelar, que temos de combater chama-se carga tributária, e pela exposição de hoje, o PAC está nos ameaçando com perspectiva de aumento de carga tributária. Se vier proposta, já vou falar sobre uma expectativa que vai nos encontrar pela frente.

Ouçó, com muito prazer, os Senadores Cristovam Buarque, Mão Santa, Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro, pela ordem de solicitação.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador José Agripino, como sempre, seus pronunciamentos trazem alertas fundamentais. Hoje fiz um discurso, lembrando que a nossa geração de Senadores – tirando, talvez, o Senador Marconi Perillo, que é bem mais jovem –, entre os 70 e 50 anos, foi a primeira que cresceu e ficou madura sob o signo do desenvolvimento. Agora a gente está passando para a próxima geração com o signo da involução, de uma regressão: pela taxa de crescimento baixa, acompanhada com a de outros países – até há pouco tempo, a nossa era maior –, e pela corrupção, pela violência, que é uma forma de involução civilizacional. Alertava sobre algo que V. Ex^a tocou indiretamente: temo que essas mudanças – não estou chamando de manipulação – nas estatísticas que vão medir o PIB daqui para frente possam trazer uma manipulação, para indicar um crescimento que não esteja ocorrendo. Precisamos ficar alertas, porque isso será também uma involução terrível na transparência – uma involução na transparência que a gente não pode deixar que aconteça.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Cristovam Buarque, muito obrigado por seu aparte.

Podem falar nisso ou naquilo, mas há coisas que falam por si sós. O desemprego no Brasil, lamentavelmente, voltou a crescer – esse é o grande indicador de crescimento ou não da economia. Os dados do IBGE, que é um órgão do Governo, mostram que o desemprego nas grandes capitais voltou a crescer. No mês de janeiro cresceu o desemprego, e caiu a renda: dois péssimos indicadores, que foram seguidos pela constatação nefasta de um crescimento de 2,9% e da informação aterradora de que a carga tributária chegou a quase 39%.

Com prazer, ouço o Senador Eduardo Suplicy, porque parece que S. Ex^a está querendo pegar um avião.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pedi uma gentileza aos Senadores Flexa Ribeiro e Mão Santa, que me permitiram brevemente apartear-lo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, considero que V. Ex^a traz à tribuna pontos relevantes. V. Ex^a observou, na arguição junto ao Presidente Henrique Meirelles, alguns dos pontos que lhe chamam a atenção. Quero dizer-lhe que tenho confiança em que os dados macroeconômicos, inclusive os apresentados pelo Presidente Henrique Meirelles, denotam uma perspectiva de crescimento sustentado da economia pelo conjunto dos dados, como poucas vezes houve na história recente do Brasil, seja porque diminuiu significativamente a taxa de inflação, 3,14% em 2006 – é a menor desde 1999, quando foi instituído o Plano de Metas –, seja porque diminuiu de 57% para 49% o endividamento público sobre o PIB, ou mesmo por causa da taxa de crescimento, 2,9% – ainda que essa não seja a que esperava o Presidente Lula ou aquela pela qual torcíamos. As condições são muito propícias, mesmo quando V. Ex^a chama a atenção para o crescimento da taxa de desemprego em janeiro. Lembro que, em todo mês de janeiro, normalmente ocorre um aumento do desemprego, que diz respeito às pessoas que, na época de fim de ano, com o aumento das vendas, são empregadas.

Assim, se levamos em conta a comparação com o mês de janeiro do ano passado, a situação ainda é melhor. De maneira que avalio que podemos ser mais otimistas do que V. Ex^a está sendo em relação aos efeitos que poderá ter o Programa de Aceleração do Crescimento. Mas considero que as ponderações de V. Ex^a são construtivas, inclusive porque V. Ex^a chama a atenção para pontos importantes. Tivemos um diálogo muito esclarecedor com o Presidente Henrique Meirelles, que, respondendo à pergunta de V. Ex^a e à minha, expôs que obviamente está consciente de que, ao se adquirirem reservas, muitas vezes se levantam recursos à taxa de juros alta, para aplicá-los no mercado internacional em títulos de grande confiança, como os norte-americanos, que pagam 4,5% menos do que o que se paga aqui no Brasil. Por outro lado, V. Ex^a sabe que esse maior volume de reservas representa garantia para o Brasil em circunstâncias como a desta semana, em que houve grande volatilidade nas bolsas internacionais. Felizmente, aquilo que poderia parecer uma crise na Bolsa, em verdade, durou apenas a terça-feira, porque, na quarta-feira, já

houve uma reação positiva. Não sei hoje como está. Na minha avaliação, surgem as condições para uma diminuição ainda mais acentuada das taxas de juros, o que vai possibilitar aquilo que todos desejamos: a compatibilidade de crescimento com a estabilidade de preços. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a, como sempre, é elegante nas suas observações e concorda com coisas acertadas. V. Ex^a concluiu pelo que eu ia responder-lhe.

As condições macroeconômicas para a redução da taxa de juros, a começar pelo controle da inflação, estão estabelecidas, não há nenhum reparo a fazer. O Dr. Henrique Meirelles tem agido com muita sabedoria e com muita determinação – com muita determinação! Tem conseguido excelentes índices de controle da inflação. Ora, se as condições macroeconômicas estão postas, V. Ex^a eu e a torcida do Flamengo inteira perguntamos: por que o Copom não começa, de verdade, a baixar a taxa de juros? Por que o Copom, que vinha fazendo a taxa de juros cair a 0,5%, de repente passa para 0,25% e, depois do solavanco da China, pensa até em parar ou diminuir a intensidade dessa diminuição?

Taxa de juros é remédio para câmbio. É na veia. O Governo está com todas as condições macroeconômicas estabelecidas, pelo que fez Fernando Henrique Cardoso, e Meirelles não mudou uma vírgula. Se se criaram as condições, por que – perguntamos V. Ex^a e eu – não se destrói o mal maior e se acelera o processo de diminuição de taxa de juros, para que aí sim haja uma decente taxa de câmbio? O câmbio que o Brasil adotou é o moderno processo de câmbio flutuante, em que pesam a balança comercial, os investimentos que vêm de fora para pegar os juros de 13% e os leilões que o Brasil faz hoje, por necessidade de segurar o câmbio em um nível no mínimo aceitável. Essa é a pergunta.

Se não baixa a taxa de juros, o serviço da dívida vai ficar... Senador Arthur Virgílio, peço desculpas, porque brindei V. Ex^a com uma informação errada. V. Ex^a é um diplomata, conselheiro do Itamaraty – que eu queria ver embaixador sênior –, mas é um economista de mão cheia. Prestei uma informação a V. Ex^a nesta semana, dizendo que aquilo que o Brasil estava gastando de diferença entre o que pagava para captar os US\$100 bilhões e o que estava auferindo com a aplicação dos mesmos US\$100 bilhões, que são as reservas que temos, era US\$5 bilhões. Eu menti a V. Ex^a e peço perdão. O dado do Banco Central divulgado hoje não é de US\$5 bilhões, mas de US\$6,2 bilhões, US\$1,2 bilhão a mais do que informei a V. Ex^a e aos demais Srs. Senadores. Com esse US\$1,2 bilhão, dava

para fazer metade da transposição do São Francisco. Foi o equívoco que cometi.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Mão Santa e, em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, entendo que hoje V. Ex^a é a figura mais importante da política do Brasil. V. Ex^a tem feito oposição elegante e firme, com visão. Eles não ouvem e não aprendem, mas me lembro de quando V. Ex^a denunciava aquele negócio da mamona, do *biodiesel*, aquele carnaval todo. É igual ao PAC, propaganda antecipada e criminosa. Ora, lembro-me de que V. Ex^a disse que aquilo não tinha economicidade. V. Ex^a tem ciência e consciência. Foi um desastre. No Piauí, usa-se a mamona, mas o litro do óleo sai por quase R\$5,00. Quem vai comprar? Depois de três anos, esbarramos com aquilo que V. Ex^a disse: economicidade. Eu iria ser muito simples. Sou cirurgião prático, e, às vezes, dá certo. Ó Lula da Silva, Juscelino era cirurgião médico, como eu! Cícero Lucena, quero dizer o seguinte: cada um que rememore seus Estados! Represento aqui o Piauí, que, para mim, é mais importante do que o Brasil. Foi o povo do Piauí que me trouxe até aqui. Enquanto V. Ex^a estava falando, eu estava aqui revivendo as obras inacabadas. O Presidente Lula da Silva enganou o povo do Piauí. O Porto de Luís Correia está inacabado, parado. Quanto à estrada de ferro Teresina/Parnaíba/Luís Correia, meu amigo engenheiro Alberto Silva foi iludido, pois disseram que iriam, em 60 dias, deixá-la pronta. O Hospital Universitário está parado. E o Pronto-Socorro Municipal? O ex-Prefeito Firmino Filho botou... Disseram: “Só faltam uns convênios”. E prometeram e foram lá. Seria inaugurada uma ponte para comemorar os 150 anos de Teresina. V. Ex^a é engenheiro. O Presidente da República e o Governador foram lá. Teresina já está com 154 anos. Fiz uma ponte no mesmo lugar em 87 dias. Heráclito o fez em cem dias. Já faz quatro anos, e está lá a ponte sesquicentenária! E a Transcerrado – que possibilitaria o crescimento –, a Universidade do Delta, a carcinicultura? Quando deixei o Governo do Piauí, Presidente Cícero Lucena, o cultivo de camarão era de US\$20 milhões; hoje, exportamos menos de US\$4 milhões. Essa é a miopia do PT. E a fábrica de leite em pó? Um pré-metrô é o que há lá. Então, queríamos que, em lugar do PAC, este Governo tivesse vergonha e terminasse as obras inacabadas do Piauí, pelas quais, pacientemente, nosso povo espera.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro e, depois, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem

peço brevidade, porque vejo o Sr. Presidente já bem inquieto, por causa do tempo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador José Agripino, como sempre, V. Ex^a traz à tribuna assuntos da maior importância, temas palpitantes. Se houver disponibilidade de tempo, eu mesmo estou inscrito para falar pela Liderança do PSDB e vou tratar – entre outros assuntos – do quanto custa à Nação manter a taxa cambial nas bases que quase inviabilizam o setor produtivo nacional.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – US\$6,2 bilhões.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Mais que o que é gasto com o Programa Bolsa-Família.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Muito mais.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Somente para manter a taxa cambial. Senador José Agripino, o PAC, que todos queremos que dê certo, peca na sua origem, porque o Governo novamente insiste em fazer sua projeção com crescimento de 4,5%. Ao longo dos últimos quatro anos, já nos foi apresentado pelo Presidente Lula o espetáculo do crescimento. A cada ano, o Presidente e o Ministro da Fazenda afirmam: “O crescimento vai ser de 5%”. Não fomos surpreendidos pelo índice inferior, porque fomos avisados, ao longo do ano, de que, lamentavelmente, cresceríamos 2,9%, apenas mais do que o Haiti novamente. Se crescermos a 4,5% pelo PAC, não vamos ter energia para manter o crescimento. E, se não crescermos, o PAC não vai dar certo, porque não terá a receita necessária. Então, o Presidente precisa desatar esse nó e esclarecer à Nação brasileira como vai fazer o País crescer sem energia e como vai implementar o PAC sem a receita pelo crescimento previsto no plano. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Por isso, Senador Flexa Ribeiro, é que estou aqui me antecipando, alertando esta Casa sobre a perspectiva que vejo cada vez mais real, depois da exposição aqui, hoje,...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Sr. Líder, prorrogaremos seu tempo, mas pedimos sua compreensão, para que os demais oradores possam falar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...da intenção do Governo de aumentar a carga tributária. Vai-nos encontrar pela frente.

Ouçõ rapidamente o Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, concluirei o discurso.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador José Agripino, quero apenas dizer poucas palavras. Se o Presidente Lula tivesse quem o informasse dos pronunciamentos que se fazem aqui, do quilate do que foi feito por V. Ex^a e pelo Senador Jarbas Vasconcelos, hoje, com certeza, não cometeria os erros que cometeu no primeiro mandato e que – parece – vai insistir em cometer no segundo mandato. Espero realmente que o Presidente tenha bons conselheiros nesse segundo mandato.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Esperamos todos nós, Senador Mozarildo.

Sr. Presidente, minha preocupação é que as coisas aconteçam neste País. Ninguém espere do PFL posição intransigente com relação ao Programa de Aceleração do Crescimento! Onde for viável, vai merecer nosso voto favorável. Não vamos criar dificuldades ao Governo, muito menos ao País. Podemos ser adversários do Governo, não somos inimigos do País. Pelo contrário, pode contar sempre com nossa colaboração. Mas gato por lebre não!

Há outra coisa. Senador Arthur Virgílio, preste atenção, porque vai chegar – espero que não chegue – a notícia do veto à Emenda nº 3, da Super-Receita. Sabe o que significa isso? Significa dizer que aos auditores da Receita Federal, aos fiscais da Receita Federal, será permitido eliminar o contrato de trabalho entre pessoa jurídica e empresa. Se alguém constituiu uma pessoa jurídica por uma pessoa que presta serviço a dez empresas ou a uma empresa, cabe somente à Justiça do Trabalho decidir se o contrato é legal ou não. E o que se anuncia ao veto é para facilitar aquilo que foi intenção do Governo na MP nº 232.

Lembra-se, Senador Arthur Virgílio, da famigerada MP nº 232, que derrotamos? Pois querem agora derrotar a Emenda nº 3 – que aprovamos por unanimidade nesta Casa e na Câmara –, para tentar meter a mão no bolso do prestador de serviço ou da pessoa jurídica que presta serviços a empresas e que procura exercer com dignidade sua profissão ou sua ação, tudo na ânsia desmesurada de aumento de arrecadação.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mário Couto, com a aquiescência da Presidência, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Já fiz até um sinal ao Sr. Presidente de que meu aparte será bem breve, Senador José Agripino. Quero fazer os votos que sempre fiz, desde que cheguei a esta Casa, de que o Presidente Lula possa nos ouvir. Hoje, lamento, e é exatamente isso que quero dizer, Senador José Agripino, que não esteja no plenário nenhum membro

do Partido dos Trabalhadores para ouvir seu brilhante discurso. É lamentável! Penso que é por isso que o Presidente Lula não sabe dos belos e contundentes pronunciamentos que se fazem neste plenário em favor da sociedade brasileira. Portanto, quero lamentar que estejam aqui representados o PSDB, o PMDB, vários Partidos, mas não o PT. Que pena! É lamentável que isso possa acontecer nesta tarde, em função do brilhante pronunciamento que faz V. Ex^a! Até com a preocupação que têm V. Ex^a e cada Senador, em favor do nosso povo brasileiro, com o PAC e com outros planos que o Governo Federal está lançando – foi assinado agora um decreto lançando novo plano no dia 22 de fevereiro, e vou comentar isso no decorrer da semana –, é lamentável que não haja nenhum membro do Partido dos Trabalhadores, nenhum Senador, para dizer ao Presidente da preocupação da sociedade brasileira, que muito bem V. Ex^a transmite nesta tarde. Meus parabéns, Senador José Agripino!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Espero que o Senador Suplicy, que teve a oportunidade de me apartear e que teve de se ausentar, leve ao Palácio do Planalto as preocupações que não são minhas, são da sociedade, são do Plenário que se manifesta. S. Ex^a terminou por concordar comigo, no sentido de que o maior dos males é a taxa de juros e de que as condições macroeconômicas estão criadas, para que o Governo, se quiser, se tiver cabeça, determine uma escalada descendente vigorosa na taxa de juros e não fique que nem um poltrão, baixando-a 0,25%, 0,15%, 0,10%, quando tem todas as condições de baixá-la para, inclusive – aí sim! –, dar uma contribuição para diminuir a carga tributária, porque já não vai gastar tanto dinheiro com o serviço da dívida, alimentada a uma taxa de juros de 13%, campeã de juro real no mundo.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras, agradecendo a V. Ex^a e dizendo que, se há uma obrigação da qual meu Partido não abre mão, esta é a de lutar contra o aumento de impostos. A sociedade não agüenta mais. E, pela exposição que ouvi hoje, estamos com a perspectiva na nossa frente. O sinal amarelo está aceso e vai-nos encontrar pela frente – a nós e àqueles que querem, de verdade, que o Brasil retome seu crescimento.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Com a palavra o orador inscrito, Senador Marconi Perillo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Pois não, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para informar ao Senador Couto que estou aqui desde o início do pronunciamento do nosso querido Senador José Agripino e que a Senadora Fátima Cleide também se encontrava bem ali, naquele cantinho. S. Ex^a não nos viu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo, pelo tempo regimental.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna hoje não para falar de política, ao menos no sentido mais estrito a que todos, nesta Casa de Leis, estamos acostumados a ouvir; tampouco vim falar de partidos, reformas, planos, programas ou emendas.

O intuito, Sr. Presidente, é inverter a ordem – e por que não dizer subverter a ordem – para homenagear um grupo de gente criativa, ousada, nova, que marcou o início de uma forma nova de ver e pensar o Brasil de perspectiva mais brasileira, por assim dizer. Gente antropofágica, que virou as costas aos ditames clássicos da prosa e da poesia; gente que rompeu com as regras, a métrica, o modelo, para criar livre de qualquer padrão.

Exceto por Graça Aranha, o grupo ruidoso e provocador só tinha jovens intelectuais de São Paulo: Oswald Andrade, Manuel Bandeira, Heitor Villa Lobos, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, entre muitos outros, todos imbuídos do propósito de apresentar a nova arte, a nova música, a nova poesia numa semana especial para a história da literatura brasileira: a Semana de Arte Moderna, que, na semana passada, completou seus 85 anos.

Dividido em três festivais realizados no Teatro Municipal de São Paulo, o movimento propunha uma visão de mundo diferente, que deveria ser recebido com curiosidade ou interesse. Mas tudo, absolutamente tudo, parece ter chocado os modelos preponderantes de então.

Não deu outra, Sr^{as} e Srs. Senadores. Nem Menotti Del Picchia conseguiu expor as linhas e os objetivos do movimento, nem Mário de Andrade conseguiu recitar a **Paulicéia Desvairada**. Com Manuel Bandeira não foi diferente: não era possível ouvir **Os Sapos**, uma

crítica ao parnasianismo...Uma enxurrada de vaias para todos os lados marcou a segunda noite, que deveria ser a mais importante do movimento.

Se, no contexto do mundo globalizado de hoje, com comunicação em tempo real, o novo nem sempre é bem recebido, quiçá num Brasil conservador do início do século XX, marcado por uma estrutura essencialmente agrícola e com uma visão de si mesmo fundada na estética européia e dos Barões do Café.

Só poderia ter causado espanto a vontade de romper com as práticas artísticas dominantes, que, apesar de aceitas e mantidas, mostravam-se esgotadas e incapazes para expressar o tempo de mudanças do início do século XX. Não é à toa que Menotti del Picchia reafirmava a estética modernista como guerreira, de reação, e dizia:

Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho em nossa arte. Que o rufo de um automóvel, nos trilhos de dois versos, espante da poesia o último deus homérico, que ficou anacronicamente a dormir e a sonhar, na era do *jazz band* e do cinema, com flauta dos pastores da Arcádia e os seios divinos de Helena.

Os modernistas queriam ver o Brasil pelo olhar brasileiro, queriam, naquele ano de comemoração do Centenário da Independência política, marcar também a independência mental, intelectual e moral. É com esse espírito que me permito lembrar nesta tribuna o trecho inicial da magnífica obra de Mário de Andrade:

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhuma pariu uma criança feia. Essa criança feia é que chamaram Macunaíma.

Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos não falando. Se o incitavam a falar, exclamava:

"Ai! Que preguiça!..."

O caráter maior do Herói sem nenhum caráter, de Mário de Andrade, era exatamente o de exaltar a brasilidade, dar um grito, Sr^{as} e Srs Senadores, em favor da cultura genuinamente nossa, brasileira, latino-americana, futurista e livre.

Macunaíma dava continuidade às concepções do movimento modernista, que já se manifestavam em **A Escrava que não é Isaura**. Mário criou o herói

sem caráter com um perfil do homem da nossa terra, com virtudes e defeitos.

Está exatamente nesse aspecto a principal virtude dos Modernistas: transcenderam o romper com o tradicional, para lançar uma nova leitura do Brasil, que exalta nossas formas, nossa visão de mundo, que tenta superar a condição de exilados em nossa própria terra, para ressaltar as culturas indígenas e africanas, tidas como primitivas.

Essa a razão do impacto do "Abaporu", de Tarsila do Amaral. É a própria autora que reconhece o impacto do bicho feio numa sociedade marcada pelo gosto geral das paisagens semelhantes à vida, reino da natureza morta, como era a provinciana São Paulo dos anos vinte.

O "Abaporu", nas palavras de Tarsila, relembra as histórias contadas pelas velhas negras depois do jantar, histórias de assombração que estava no forro da casa e lhe causavam medo.

Dali a instantes, ia cair um braço da abertura, uma perna, uma cabeça. Eram histórias que faziam todos correrem de medo.

Para os modernistas, não havia barreira, contanto que a ordem fosse romper com o passado. E o contexto histórico era propenso, Sr. Presidente, marcado por agitações e mudanças. A aristocracia cafeeira estava abalada pelas sucessivas crises; a industrialização levava à criação dos grandes centros urbanos e gerava mobilidade social; os investimentos dividiam-se entre a agricultura tradicional e as fábricas nascentes.

Além desse cenário de conturbação e mudança, marcaram os meios intelectuais da época a chegada do pintor russo Lasar Segall, com estilo de cunho expressionista e nada convencional; o jornal **O Pirralho**, publicado por Oswald de Andrade, influenciado pelo **Manifesto Futurista** de Marinetti; e o **Juca Mulato**, canto de despedida de Menotti à era agrária diante da urbanização nascente.

Não acredito que a Semana de Arte Moderna tenha sido "uma revolução que não saiu dos salões", como criticaria Franklin de Oliveira mais tarde. Não acredito que os modernistas da Semana de Arte Moderna não possam servir de exemplo ou lição a ninguém, como observou Mário de Andrade em autocrítica.

A Semana de Arte Moderna é o marco de nascimento da brasilidade, do olhar de reconhecimento do brasileiro por si mesmo. A Semana da Arte Moderna é o marco de nascimento do homem genuinamente brasileiro.

Essa exaltação à criatividade do brasileiro e o reconhecimento de nossas tradições e cultura são traços em que buscamos nos inspirar quando estivermos à frente do Governo de Goiás, não só pela construção

do Centro Cultural Oscar Niemeyer e pelo tombamento da cidade de Goiás como patrimônio mundial, mas também pelo incentivo permanente às manifestações regionais.

Nosso Goiás, Sr. Presidente, canta e vê o Brasil de maneira multiforme, porque nosso amor pela Pátria vem no verso sertanejo e se espalha mundo afora na Festa do Divino Padroeiro, na cantiga e na catira.

Nosso Goiás, Sr^{as} e Srs. Senadores, exalta a preservação da natureza no Festival de Cinema e Vídeo Ambiental e reza pelo povo na Procissão do Fogaréu.

Homenagear a cultura tem sido, também, o objetivo permanente do Senado Federal, que, por meio da TV e da Rádio Senado, divulga inúmeros eventos de repercussão local, regional e nacional. Não é outro o objetivo do jornalista e ex-Senador Arthur da Távola no programa “Quem Tem Medo da Música Clássica”, hoje referência no cenário brasileiro.

A exaltação à cultura nacional, estandartes, modernistas, devem servir-nos no momento em que a sociedade brasileira busca encontrar novos caminhos para o desenvolvimento, novas alternativas para a inclusão social e sobretudo para a gerência do Estado.

Esses valores devem servir-nos no momento em que precisamos romper com estruturas arcaicas de governo e de representatividade política para lançar as bases de uma nova sociedade, de fato moderna e livre.

Quem sabe, Sr^{as} e Srs. Senadores, não esteja no espírito inovador da Semana de Arte Moderna o fermento que precisamos para levar adiante a reforma tributária, a reforma previdenciária e trabalhista dentre tantas outras de que tanto necessitamos, nós, a imprensa, a família, o setor produtivo, a sociedade de maneira geral, os trabalhadores.

Quem sabe, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não esteja nos poetas, artistas e pintores modernistas a chama para iluminar e reacender a vontade de fazermos um Brasil grande, real, de pés no chão, um Brasil voltado para uma perspectiva de futuro e centrado no bem-estar de nossa gente, de nossa Nação.

Concedo, com muita honra, um aparte ao ilustre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Perillo, é surpreendente para mim que o aniversário da Semana de Arte Moderna seja lembrado aqui por quem talvez seja o mais jovem dos Senadores. E fico muito feliz que senhor tenha trazido esse assunto aqui. A Semana de Arte Moderna foi mais do que uma manifestação artística, como uma última frase sua demonstra: foi um movimento de renovação em diversos aspectos da vida nacional. Estamos precisando muito

de uma nova Semana de Arte Moderna no Brasil, à parte de arte, tem de ser muito mais. O Brasil está precisando de uma renovação, de reencontrar o projeto de um povo, como o senhor lembrou muito bem citando aqueles grandes nomes que simbolizaram a procura de um Brasil novo, diferente. A Semana de Arte Moderna, na verdade, é a semana de um Brasil novo. Estamos precisando disso. Parabéns por trazer esse assunto que nenhum outro de nós se lembrou de trazer.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Senador Marconi Perillo, prorrogo a sessão por mais 40 minutos para que V. Ex^a possa concluir seu pronunciamento e também para que outros oradores possam fazer uso da palavra.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço o aparte do ilustre Senador Cristovam Buarque, certamente um dos brasileiros mais comprometidos, não só com a educação, com a inclusão, mas, sobretudo, comprometido com a cultura, com a cultura de nossa gente, de nossa terra, comprometido com princípios, valores. Eu ouvi hoje de meu gabinete, atentamente, Senador Cristovam, a bela oração de V. Ex^a, chamando-nos a todos para uma reflexão em relação ao papel deste Parlamento.

Senador Cristovam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago à discussão esse tema, porque acho que o Senado, a Casa de Rui Barbosa, precisa efetivamente tratar de todos os temas, de todos os assuntos importantes para a vida do cidadão brasileiro.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Agradeço ao Senador Marconi Perillo.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para falar em nome da Liderança da Minoria.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de aqui dar as boas-vindas ao Senador Jarbas Vasconcelos, que nos brindou hoje com um belíssimo discurso, mostrando, por meio de suas palavras, o seu perfil: o perfil de um homem sério, competente, honesto. Como disse Pedro Simon, S. Ex^a é uma referência nacional e, sem dúvida nenhuma, será uma referência nesta Casa. Portanto, ao Senador Jarbas Vasconcelos, o meu abraço. Infelizmente não pude estar aqui no momento em que S. Ex^a pronunciava o seu primeiro discurso, mas quero deixar registrada, Sr. Presidente, a minha alegria de ver chegar a esta Casa um Senador brilhante, sereno e que muito ajudará, nesses quatro anos do Governo Lula, mostrando as dificuldades com ponderação, com equilíbrio, mas, acima de tudo, com altivez. É essa a oposição que queremos ver florescer nesta Casa.

Esta manhã, Sr. Presidente – V. Ex^a inclusive nos acompanhou –, tivemos a primeira reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Foi uma reunião importante, porque contamos com a presença de dois Ministros de Estado, o Ministro Mares Guia, do Turismo, e o Ministro Pedro Brito, da Integração Nacional, e, representando os governadores do Centro-Oeste, o Vice-Governador do Distrito Federal, Paulo Octávio.

Tive ainda a grata satisfação de contar com a presença de 21 Senadores, que acompanharam atentamente as exposições dos convidados e, ao final, fizeram questionamentos a respeito de temas de interesse das regiões que aqui representam.

Essa minha primeira reunião deu-me a certeza de que a Comissão de Desenvolvimento Regional terá todas as condições de executar os objetivos a que se propôs quando de sua criação, há dois anos.

Sei, Sr. Presidente, que V. Ex^a é um dos grandes interessados por essa Comissão. Sei de seu amor por seu Estado, a Paraíba, e sei também de seu compromisso naquela Comissão de dar a sua colaboração, como ex-Ministro da Integração Nacional que foi, que acumulou ao longo do tempo experiências nessa área e que irá, sem dúvida nenhuma, enriquecer os nossos trabalhos.

Para nós, que estamos na Comissão, é uma honra poder estar naquele fórum, substituindo um dos grandes incentivadores da criação dessa Comissão e um dos grandes parlamentares do Senado da República, o Senador Tasso Jereissati.

A CDR tem por princípios trabalhar visando a diminuir as desigualdades regionais e a incentivar o turismo nacional.

Apesar de ser uma das mais novas Comissões do Senado, é também um importante fórum de debates nesta Casa. Esse Colegiado desempenha importante papel como porta-voz dos Estados brasileiros e do Distrito Federal nesta Casa.

O cronograma de suas atividades será, sem dúvida alguma, discutido com o Colegiado – aqui está presente o Senador Flexa Ribeiro, que também é membro da Comissão e pôde hoje muito colaborar com os nossos trabalhos, e o Senador José Maranhão, que também levou sua experiência de Governo. Enfim, acreditamos que aquele Colegiado poderá oferecer às regiões, principalmente às regiões menos desenvolvidas, um trabalho expressivo com uma pauta que atenderá a todas as reivindicações das cinco regiões.

Vamos tratar da questão da transposição do rio São Francisco. Sei que o tema é polêmico, sei das dificuldades de tratar esse tema, mas, na verdade, não podemos fugir a esse debate. Vamos estabelecer o

contraditório. Vamos reunir todos os interessados no tema para que possam discutir conosco essa questão, que aflige o povo nordestino e que também interessa a todo o povo brasileiro.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo o aparte ao Senador Marconi Perillo.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senadora Lúcia Vânia, este aparte tem apenas o objetivo de saudar a Liderança do meu Partido e esta Casa por escolher V. Ex^a para presidir essa Comissão. É uma Comissão da mais alta relevância para o Brasil e será presidida por uma Parlamentar do mais alto gabarito, da mais alta responsabilidade, densa, conhecedora desse assunto como poucos e absolutamente comprometida com o combate às disparidades regionais. O Brasil não carece apenas de igualdade social, mas também de igualdade regional. Precisamos combater as discrepâncias regionais. Os temas que serão debatidos – aliás, já começaram a ser debatidos a partir de hoje, quando V. Ex^a inaugurou os trabalhos da Comissão – por certo contribuirão muito para que as regiões menos desenvolvidas possam ganhar força, ganhar fôlego e possam, efetivamente, prosperar e serem competitivas. Parabênz V. Ex^a pela reunião inaugural dessa Comissão, no dia de hoje, com a presença de dois Ministros da mais alta importância para o desenvolvimento do Brasil. Parabéns e conte comigo no sentido de colaborar com esse debate!

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Senador Marconi Perillo, agradeço o aparte de V. Ex^a. Tenho certeza de que a presença de V. Ex^a nesta Casa, que traz uma grande experiência da nossa região, a Região Centro-Oeste, será de grande valia, de grande importância naquela Comissão.

Concedo o aparte ao Líder do meu Partido, que hoje de manhã não pôde comparecer, mas tenho certeza que estava presente torcendo para que tudo desse certo.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senadora Lúcia Vânia, tive razões pessoais fortes, mas elas não diminuem o apreço que tenho pelo seu trabalho nem a confiança que seu Partido devota em V. Ex^a. Tenho certeza de que sobretudo as regiões menos favorecidas do País sentir-se-ão plenamente contempladas pela atuação de V. Ex^a à frente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da Casa, e o belo e oportuno discurso que profere neste momento já é prova sobeja disso. Eu a vejo como uma amazonsense, assim como tenho certeza de que o Senador Flexa Ribeiro vê-la-ia como uma paraense, e o Sena-

dor Cícero Lucena como uma paraibana, e o Senador Marconi Perillo, mais do que todos, como uma goiana, ou seja, V. Ex^a vai encarnar como ninguém a idéia de que este País precisa ter grandeza para as regiões mais ricas saberem fazer aumentar a sua capacidade de crescer, deixando crescerem as regiões mais pobres. Tenho a impressão de que a generosidade não seria meramente benemerente; a generosidade seria inteligente, lúcida, prática e até pragmática. O Brasil precisa crescer como um todo. Não dá para crescer o Centro-Sul, deixando-se o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste em situação periférica do ponto de vista da posição na economia brasileira. Tenho certeza de que V. Ex^a haverá de fazer isso com dinamismo, com a consequência de quem já foi Ministra de Ação Social do Governo passado, com a consequência de alguém que é respeitada e ouvida por esta Casa. A sua Comissão haverá de lhe oferecer grandes frutos para a análise da sociedade brasileira. Eu plenamente confio nisso e, por isso, o Partido renova a expectativa na brilhante Presidência que V. Ex^a exercerá, assim como exerce brilhantemente a Liderança do Bloco da Minoria nesta Casa. Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio. E tenha a certeza de que farei tudo para merecer a confiança que tem depositado em mim. V. Ex^a sabe que tenho estado nesta Casa procurando sempre, com determinação e com responsabilidade, cumprir a missão que os eleitores me deram, bem como cumprir os objetivos do nosso Partido.

Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senadora Lúcia Vânia, hoje pela manhã, V. Ex^a deu demonstração da forma competente e determinada com que vai presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao longo da sua gestão. Quero dizer que a questão regional aflige, lamentavelmente, as regiões ainda periféricas do nosso País. Essa questão deveria ser uma prioridade ou uma vontade política do Governo Federal para que ela se tornasse uma realidade, porque é uma questão nacional e não regional. A integração dessas regiões ainda periféricas à Nação brasileira faz com que a Nação possa atingir os níveis de crescimento que todos nós almejamos, e que o próprio Presidente Lula anuncia a cada ano, com maior rapidez, porque possibilita a incorporação de áreas bastante importantes no segmento do desenvolvimento brasileiro. V. Ex^a iniciou com chave de ouro as audiências públicas, trazendo dois Ministros à Comissão. Quero dizer que estarei permanentemente ao seu lado. Essa é uma tese, uma bandeira que defendo há mais de 25 anos na minha vida. Lamentavelmente, os resultados que temos colhido são ínfimos em relação

àqueles que poderiam e deveriam ser considerados pela Nação brasileira. Vamos, Senadora Lúcia Vânia, com certeza absoluta, discutir em profundidade os problemas e, mais do que isso, propor soluções para que o Governo Federal possa, não só sob a forma de oratória, mas com demonstração de vontade política, transformar em realidade um desejo seu e de todos os brasileiros que habitam nessas regiões.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, um grande companheiro, que tem estado conosco em todos os momentos, e um grande defensor do Pará. S. Ex^a tem sido o nosso professor dessa região. Temos, juntos, conseguido algumas vitórias.

Gostaria também de dizer, Sr. Presidente, para finalizar – e sei que estou abusando do tempo –, que a Comissão também tratará do turismo. Um dos pontos mais importantes que vamos analisar naquela Comissão será a Lei Geral do Turismo. Será um marco legal que irá, sem dúvida nenhuma, permitir novos investimentos e fazer com que o turismo brasileiro alcance um novo patamar.

Deixo aqui os meus agradecimentos a todos os companheiros e, de forma muito especial, ao Líder do meu Partido, Senador Arthur Virgílio, pela confiança em mim depositada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia ao mesmo tempo em que me somo a todos aqueles que a parabenizam e confiam no seu trabalho e no seu compromisso com o desenvolvimento dessas regiões. Sem dúvida, Senadora Lúcia Vânia, todos sabemos que V. Ex^a trabalhará não só em relação ao turismo no São Francisco, mas também em relação à recriação das superintendências de desenvolvimento, que irão dar uma bela contribuição ao desenvolvimento dessas regiões.

Concedo a palavra o Senador Arthur Virgílio, inscrito como orador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de ter sido, por alguns anos, a locomotiva que impediu que o Brasil crescesse ainda menos do que o fez no período recente, o setor externo contribuiu negativamente na composição do PIB do ano passado. Pode ser ainda pior mais adiante, infelizmente.

Uma conta simples dá a dimensão do estrago: não fosse a contribuição negativa do setor externo (menos 1,4%), o PIB teria crescido 4,2% no ano passado. Ou seja, o aumento desenfreado das importações (avanço de 18% no ano passado), alimentadas pela relação cambial atual, e a perda de dinamismo das ex-

portações impediram que o crescimento da economia fosse 50% maior, em 2006. Para um país que precisa desesperadamente criar oportunidades de trabalho para seus jovens – metade deles hoje desocupada –, isso não é pouco.

O câmbio fora do equilíbrio é consequência direta dos juros campeões mundiais praticados no Brasil, menos por culpa do Banco Central e mais em razão do nó fiscal do Governo Lula. Em busca de ganhos, os dólares internacionais, mesmo depois do mini-*crash* em Shangai, são ainda pujantes. E lembro a V. Ex^a, Sr. Presidente, que hoje foi dia novamente de agitação nas bolsas mundiais; as bolsas americanas e européias fecharam em baixa, a Bovespa fechou em baixa, 2,9% a menos na Bolsa de Shangai, na China. Ainda assim, eu diria que os dólares continuam pujantes no mercado internacional. Há muita liquidez no mercado internacional. Os dólares internacionais vêm se banqueteando com a enormidade que paga a nossa Selic. A enxurrada de moeda americana aprecia o real (foram 25,6% nos últimos dois anos, segundo a Consultoria MCM), torna as exportações mais caras e as importações mais apetitosas.

Além dos desacertos no câmbio e nos juros, o Governo nada fez, ou fez muito pouco, para incentivar o investimento produtivo no País. O Brasil, afinal, investe anualmente cerca de 1% do seu Produto Interno Bruto em infra-estrutura. É quase nada. Seria preciso aplicar o triplo disso só para manter os serviços mais ou menos no estado atual e atender às necessidades geradas pelo crescimento da economia a uma taxa medíocre de 2% ao ano. “Para equiparar os serviços oferecidos no Brasil aos níveis encontrados na Coreia do Sul, seria preciso investir o equivalente a 9% do PIB em infra-estrutura”, mostra o jornal **Valor Econômico**.

“O Governo passou quatro anos sem fazer uma PPP, iniciou um volume mínimo de obras na geração de energia, aumentou mais a carga tributária e anarquizou o sistema regulatório. Como poderia crescer apenas pelo passe de mágica da queda dos juros?”, critica, com muita lucidez, a jornalista Miriam Leitão. Ela ressalta que a queda dos juros é ainda mais dificultada por uma política fiscal expansionista, como a que adota o Presidente Lula, que reluta em controlar gastos.

Pela primeira vez, desde 2000, o setor externo contribuiu negativamente para o PIB. Nos últimos anos, apenas em 1995 a contribuição externa foi tão negativa para o PIB como está sendo agora. Naquele ano, a demanda doméstica cresceu 8,6% e a externa tirou 4,4% desse fôlego. No ano passado, a demanda interna cresceu 4,3% e o setor externo deduziu 1,4%

desse crescimento. Resultado: o PIB ficou em magérrimos 2,9%.

“Este ano, na melhor das hipóteses, o setor externo derrubará o PIB em 1,3%. Significa que a demanda interna teria de aumentar 5,8% para o crescimento do PIB bater nos 4,5% previstos no PAC”, prevê Luís Nassif em seu *blog*.

O ano de 2006 marca uma inflexão na evolução das operações externas: é quando a taxa de crescimento anualizada de importações supera a de exportações. Hoje a diferença já é brutal. A taxa de crescimento anualizada das exportações caiu pela metade entre 2005 e 2006: de 11,6% para 5%, mostrou o IBGE. A contrafase vem do aumento das importações, cujo ritmo de crescimento anual dobrou no período: passou de 9,5% para 18% agora. Esse movimento no comércio exterior impediu maior crescimento do PIB em 2006.

Alguns observadores lúcidos não têm dúvida: há um movimento de desindustrialização em marcha no País. Isso acontece, por exemplo, nos automóveis e, mais notadamente, nos têxteis, no vestuário, nos calçados, afetando a indústria e a geração local de empregos. A indústria de transformação cresceu só 1,9% no ano, freando ainda mais o PIB.

Com capacidade produtiva ociosa, a produção doméstica e o PIB teriam sido maiores, sem inflação ou qualquer coisa do gênero, se as importações não tivessem sido facilitadas pelo câmbio, entre outros fatores: no ano passado, a quantidade exportada cresceu meros 3%, enquanto a importada saltou 16%. O câmbio valorizado está subsidiando importações de produtos e serviços que poderiam ser realizados localmente.

Volto a dizer, na minha coerência, Senador Flexa Ribeiro, que não acredito em intervenção no câmbio, não acredito que o Presidente Lula, amanhã, fará um decreto, como pensam alguns *naïfs*, alguns ingênuos ou supostamente ingênuos, segundo os quais o câmbio está assim porque basta o Presidente dar uma penada. Não basta!

É preciso que a economia em geral construa as condições para que se possa ter uma relação de câmbio mais favorável às exportações – eu que não acredito em exportação apenas lastreada em câmbio; acredito em exportações lastreadas em competitividade sistêmica da economia a maior, em melhor processo produtivo, em mais agressividade na busca por mercados. Acredito em tudo isso, mas o fato é que o câmbio valorizado está subsidiando importações de produtos e serviços que poderiam ser realizados localmente. Essa é outra verdade que deve ser registrada com franqueza para o Senado Federal.

A análise do PIB, Sr. Presidente, mostra que o aumento da massa salarial em 2006 e a expansão da

oferta de crédito explicam o bom desempenho do consumo interno, assegurando o aumento dos gastos das famílias com compras de bens e serviços. Mas é preciso ver que há os limites nisso. Os ganhos de renda têm-se mostrado muito dependentes de dois fatores: aumento do salário mínimo e expansão do crédito. São movimentos que já têm mostrado muito dinamismo.

No primeiro caso, o salário mínimo, os reajustes eleitores dos últimos dois anos deverão ser refreados já neste ano, além do que a economia não suporta expansão continuada no ritmo corrente. No caso do crédito, como a renda não reage à altura, acaba-se gerando um exército de endividados – como já se vê em alguns indicadores de inadimplência. Para mostrar quão tímida é a recuperação da renda, basta lembrar que ela caiu 22% de 1998 a 2004, e subiu 6,4% nos últimos dois anos. “Para voltar ao pico do Plano Real, a renda ainda precisa avançar 15,6%, atesta o jornal **Valor Econômico**.

Vale relativizar também o desempenho apontado como “muito positivo” dos investimentos, que cresceram 6,3% no ano passado. A taxa de investimento na economia deve ter voltado ao entorno dos 21,5% do PIB no máximo, patamar em que estava no período entre 2000 e 2004. Há muito investimento que não é exatamente destinado à produção fabril. Computadores, por exemplo. “Nada menos que 80% dos investimentos correspondem a atividades de construção civil e esta ficou concentrada na expansão da construção de habitações, que melhora as condições do trabalhador, mas não propicia maior produção futura”, escreve Celso Ming. Petróleo e telecomunicação são os outros setores que concentram investimentos; transporte e saneamento não, lembra Miriam Leitão. Ressalte-se que muito do que foi aplicado em 2006 destinou-se à modernização industrial e não a plantas novas.

A comparação dos resultados do atual Governo com outras gestões e com outras economias do mundo é contundentes. No primeiro mandato de Lula, o PIB do País cresceu em média 2,6% ao ano. É a mesma taxa assinalada nos primeiros quatro anos de Fernando Henrique Cardoso. Mas o último quadriênio foi, segundo quaisquer indicadores, o de maior bonança no mundo, desde a crise do petróleo, desencadeada em 1973.

Ou seja, a minha crença é que, se o Presidente Fernando Henrique tivesse manejado o Governo nesses quatro últimos anos do Presidente Lula, o Brasil teria crescido, sim, os 5% que o Lula promete e não consegue cumprir. Essa é a minha crença absoluta.

Já concederei o aparte a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

“Desde o governo Collor, quando a produção nacional encolheu, o País não ficava tão atrás da corrida mundial do crescimento econômico como nos quatro

anos do primeiro mandato de Lula. Sob o Governo petista, a renda brasileira se elevou a um ritmo equivalente a 54% da média de prosperidade global. Nos anos Fernando Henrique a taxa média do País equivalia a 64% da mundial”. Não sou eu que digo isso. Quem diz isso é o jornal **Folha de S. Paulo**.

Ouçó V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, como sempre, traz à tribuna assuntos que ajudariam o Governo, se escutasse a voz do Congresso Nacional, a obter êxito com o Programa de Aceleração do Crescimento. Farei um pronunciamento mais ou menos na mesma linha do de V. Ex^a, porque é impossível que não se possa enxergar o que todos os segmentos nacionais mostram: a receita para se chegar ao crescimento. Lamentavelmente, fazem-se repetidos anúncios e não se chega ao resultado que V. Ex^a mostra em seu brilhante pronunciamento. V. Ex^a se posicionou em relação à situação da economia mundial nos governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, graças a Deus, diferente da situação encontrada pelo Governo Lula nesses quatro anos. Além da economia e do consumo aumentado internacionalmente, Senador Arthur Virgílio, é importante lembrar à Nação brasileira que o Presidente Lula recebeu um País já com o rumo direcionado e corrigido nas suas mazelas, diferente do que recebeu o PSDB, em 1995. Apesar de não reconhecer – e o pior cego é aquele que não quer enxergar – o Presidente Lula recebeu o País no rumo certo, tanto que deu continuidade à política macroeconômica do PSDB. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

E já disse ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive, que Deus foi muito bom com o Brasil. Afinal de contas, os anos de crise – e conto 11 crises internacionais que atingiram a economia brasileira em maior ou menor monta durante os oito anos do Presidente Fernando Henrique. Que bom que era ele que governava. Imaginem se tivesse sido o contrário, se tivesse sido Lula a manejar aqueles oito anos, com a dificuldade que ele tem para tomar as decisões, com a dificuldade que tem para tocar o seu Governo nas coisas mínimas? Não adiantaria sequer a bonança internacional se Fernando Henrique tivesse sido eleito depois de Lula. Ele teria encontrado, aí sim, uma herança maldita, uma terra arrasada.

Deus foi muito bom. Fernando Henrique, para os momentos de crise, fez o melhor possível, e Lula para os momentos de bonança, e mesmo não fazendo o melhor possível, mas o Brasil sofreu menos, ao fim e ao cabo, se é que me faço entender pela Casa e pelos ilustres colegas, Sr. Presidente.

Peço tempo apenas para concluir, Sr. Presidente.

Após o aparte do Senador Flexa Ribeiro, eu retomo a linha básica do meu discurso, Sr. Presidente, para dizer que, entre 2003 e 2006, juros baixos, dinheiro farto, alta dos preços dos produtos primários de exportação, expansão dos Estados Unidos da América e desempenho excepcional da China, produziram um crescimento médio do PIB global de 4,8% ao ano. Mais: Leste Europeu e Europa Central cresceram 5,4% ao ano em média; os países em desenvolvimento da Ásia avançaram em média 6,3% anuais e os países da América do Sul, América Central e Caribe, exclusive o Brasil, 4,4% ao ano.

Em 2007, novamente o Brasil será o patinho feio do ranking da expansão mundial. Em dois dos quatro anos de Lula isso ocorreu. No continente só ganhamos do Haiti, mergulhado em guerra civil. Numa lista de 34 emergentes, cuja média de crescimento é de 5,5%, o Brasil amarga a última colocação, atrás até do Paraguai.

A média de crescimento mundial incluindo as já consolidadas economias ditas centrais, é de 5,1% em 2006. Para os países emergentes e em desenvolvimento, a estimativa é ainda mais otimista: 7,3%.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concederei um aparte a V. Ex^a.

No caso dos Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), os resultados já divulgados mostram a distância que separa o Brasil dos demais integrantes: a China cresceu 10,7%; a Rússia 6,7%; a Índia projeta 9,2%. No ritmo atual, a economia brasileira levaria 30 anos para dobrar de tamanho, fenômeno que na China vem ocorrendo a cada oito anos.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, quero dar um testemunho a esta Pátria. Primeiro, vou buscar na Filosofia. Quem tem bastante luz própria não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros para brilhar. Esse negócio de o Lula estar atacando o Fernando Henrique reflete que ele não tem luz própria para brilhar. Nunca votei em Fernando Henrique Cardoso, sou do PMDB, estou trabalhando pelo Michel Temer, mas se ele perder a vergonha e a verdade, quero ganhar asas para voar para o ninho tucano. Não votei nele, eu votei em Quéricia; votei depois em Ciro, porque era do Ceará, meu vizinho, Sobral, Parnaíba, etc. Não votei em Fernando Henrique, mas ele foi um extraordinário estadista. Este País era uma zorra, ninguém sabia da dívida, havia um ARO – Antecipação de Receita Orçamentária. Tudo que era prefeitinho ia ao Banco tal e ninguém sabia quanto devia. Foi a sua equipe quem descobriu. Esse Malan é um homem extraordinário!

Vamos na Filosofia, Lula, aprenda! Diógenes andava com uma lanterna em Atenas. Todas as noites, perguntavam a ele o que ele estava fazendo. E ele respondia: “Estou procurando um homem de vergonha!” Esse Malan eu conheci, negocie com ele. Teve essa Lei de Responsabilidade Fiscal, o avanço educacional – hoje é esse Fundef, essa confusão –, a ampliação da universidade, a inflação! O Lula da Silva tem de entender que nós somos humanos. Então, cada Presidente tem a sua meta e a sua missão. Eu sou cirurgião, a gente faz uma operação. D. Pedro I, a Independência; D. Pedro II, esse Brasilzão, grandão; Deodoro, a República; Getúlio, a valorização do Trabalho e da Previdência – e seu pai era do PTB. E aí vai a história. Esse Fernando Henrique enfrentou um monstro que ninguém tinha a coragem de enfrentar: a inflação! Ele e o Itamar, que foi o pai, o DNA. Aquilo era a pior desgraça! Vossa Excelência, Presidente Lula da Silva, tinha de enfrentar o monstro da violência. Fernando Henrique foi muito decente com V. Ex^a. A ingratidão é uma doença do caráter. Olha a transição! Eu vi uma entrevista. Eu nunca votei em Fernando Henrique, mas já li todos os livros dele. Já li o grossão, já li o pequenino. Leio porque ele tem a ensinar e a aprender. Ele tem um livro para a juventude que o PSDB devia adotar. É melhor do que o livro do Bill Clinton, e não tem lá a Mônica atentando nele. Então, o Presidente Fernando Henrique tem isso. Fez a Lei de Responsabilidade Fiscal. A inflação era uma zorra. Fui Prefeito com um Presidente Sarney, um homem muito generoso. Esse Collor tinha autoridade, e o Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Esse negócio de privatizar, já pensou o PT na Vale do Rio Doce?! Já pensou os escândalos que haveria lá? Então, o Governo tem de ser aquilo mesmo. O Bill Clinton mandou se estudar democracia, e ela é difícil, Ted Gable e David Osborne fizeram um livro, resumindo que o governo não tem de ser grande demais. Um transatlântico, um Titanic, afunda. Um Governo tem de ser pequeno e ágil. E ele fez e nós evoluímos. Agora, o Lula tem um compromisso com esta Nação: acabar com essa violência. Nunca antes houve tanta violência como a do Governo em que vivemos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem razão, Senador Mão Santa. O dever do Presidente Lula é mesmo, além de cuidar da economia e não deixar desperdiçar o que já se fez antes do ponto de vista da estabilidade da economia, lutando por melhores taxas de crescimento, ele tem de criar algo parecido, Senador Cícero Lucena, com o plano real da segurança.

Muito oportuno o aparte do Senador Mão Santa.

Mas, Sr. Presidente, prossigo afirmando que, para esse exercício, há consenso entre especialistas de que a economia começou 2007 em ritmo mais forte, “mas

poucos projetam uma taxa muito superior aos 2,9% de 2006”, segundo o jornal **O Estado de S. Paulo**. Anco-rado na constatação de que indústria e varejo regis-traram vendas fortes no primeiro bimestre, o **Valor** é mais otimista: “O resultado do PIB no quarto trimestre de 2006, mostrou um quadro de aceleração do cresci-mento sugerindo que o desempenho da economia em 2007 poderá ser melhor do que esperavam os analis-tas.” Tomara que sim, digo eu, sinceramente.

Um dos fatores que pode garantir melhor desem-penho é o chamado *carry over*, ou seja, o efeito esta-tístico que os resultados de um ano geram no exercí-cio seguinte. O *carry over* do último trimestre de 2006, para 2007, é de 1,4%, bem acima dos 0,5% do mesmo período de 2005 para 2006. Isso significa que, se até dezembro o País não crescer nadinha, ainda assim, o PIB de 2007 fechará com o mínimo de 1,4% de ex-pansão. Isso, por si só, já garante uma aceleração da economia para o ano em curso. Nunca é demais lem-brar que caminhar para um câmbio mais equilibrado é condição determinante para um crescimento maior da economia ainda este ano – embora eu repita que não se faz equilíbrio cambial por decreto. Não acredito nesse determinismo. Repilo e rejeito.

Conhecido o PIB de 2006, sabemos agora que a carga tributária brasileira bateu novo recorde no ano passado: foi a 38,8% do PIB. Assim, o primeiro mandato de Lula termina com carga fiscal 2,96 pontos percen-tuais acima da do último ano de Fernando Henrique – 35,84% – contrariando um caminhão de promessas vãs. Em comparação com 2005, registrou-se aumento de quase um ponto percentual.

Os brasileiros pagaram mais de R\$800 bilhões em tributos no ano passado envolvendo os três níveis de Governo, com aumento real de 7,8%. Ano pas-sado, cada contribuinte brasileiro pagou, em média, R\$4.434,00 em tributos aos três níveis de Governo, isto é, R\$447 acima dos números de 2005. Aí chamo atenção de V. Ex^{as}, Senador Flexa Ribeiro, Sr. Presi-dente, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr. Senador Mão Santa, Sr. Senador Augusto Botelho, da ilustre Bancada de Roraima, chamo atenção dos Srs. para esses dados que são, a meu ver, lamentáveis.

Por dia, em 2006, foram pagos de impostos R\$2.233 bilhões. Por dia, Senador Mão Santa! Por dia, em 2006, foram pagos R\$2.233 bilhões de impostos. Por hora, R\$93 milhões; por minuto, R\$1,550 milhão; por segundo, R\$25.845 mil, dinheiro suficiente para se adquirir um carro zero quilômetro.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Mão San-ta. (Pausa.)

Teria sido muito honroso poder lhe conceder um aparte, mas o meu tempo está mais do que esgotado.

Com esses números, eloqüentes por eles mes-mos, e agradecendo a condescendência de V. Ex^a, Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Obrigado ao Senador Arthur Virgílio.

Passamos a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, em nome da Liderança do PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Como Lí-der. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sena-dor Cícero Lucena, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui saudar a presença do Senador Augusto Botelho, da ilustre Bancada do PT.

É importante dizer, Senador Augusto Botelho – como V. Ex^a bem fez a correção há pouco, no aparte do Senador Mário Couto – que V. Ex^a estava presente desde o pro-nunciamento do Senador José Agripino e permanecerá no plenário até o encerramento desta sessão.

Quero saudá-lo e lembrar que V. Ex^a é neopetis-ta! Senador Arthur Virgílio, o Senador Augusto Botelho entrou para o Partido recentemente, e é um quadro valioso que o PT recebe do Estado de Roraima.

Senador Arthur Virgílio, quero agradecer a utiliza-ção do tempo da Liderança do PSDB e voltar à tribuna, Sr. Presidente, para tratar dos assuntos palpitantes, principalmente no dia de hoje, após ter sido anunciado o crescimento do PIB brasileiro no ano passado.

Poderíamos até dizer que o crescimento de 5% todos os anos, de acordo com a promessa do Gover-no, segundo a mídia e os economistas, estaria longe de acontecer. Hoje, o Governo festeja o fato – é im-pressionante, Senador Cícero Lucena! – de a taxa de crescimento do PIB, Senador Arthur Virgílio, ter sido maior que a expectativa da área econômica privada. Os economistas diziam que o PIB crescería em torno de 2,7% a 2,8%, mas cresceu a 2,9%.

Na realidade, em vez de festejar, ele deveria la-mentar o fato de ter dito à Nação brasileira que o PIB crescería em torno de 4,5% a 5%, quando, ao final, o crescimento foi de 2,9%.

Senador Cícero Lucena, o jornal **O Globo**, de domingo, trouxe uma matéria da maior importância sobre o custo da Nação, da sociedade brasileira, em manter o dólar nesses patamares, que colocam em risco a economia brasileira. As empresas exportado-ras, sejam elas do segmento primário, secundário ou terciário, estão sobrevivendo em face da bolha mundial de crescimento, que ocorre da demanda dos países em adquirir os insumos e os produtos brasileiros. Não fosse isso, tenho absoluta certeza de que essa crise, que é real, já teria inviabilizado a exportação brasileira.

A matéria de **O Globo** diz que, para se manter US\$1 dólar na base dos R\$2,10, R\$2,15, o Governo

despendeu, em 2006, o equivalente a R\$8,3 bilhões. E, para manter o dólar em 2007, dependendo dos cenários previstos na reportagem da jornalista Regina Alvarez, isso custará à Nação brasileira, Senador Augusto Botelho, US\$12,5 bilhões.

Muito mais do que o Governo gasta com o programa Bolsa-Família, pela qual se baseia a ação social do Governo Lula.

Como pode a Nação gastar mais do que gasta – uma vez e meia a mais – no Bolsa-Família somente para manter o dólar em um patamar que é o limiar de sustentabilidade do setor exportador brasileiro? Nesse caso, temos de falar da receita do crescimento.

Todos os brasileiros, evidentemente, assim como nós, do PSDB, ou aqueles de qualquer outro Partido de Oposição, somamos com a Situação, no sentido de colaborar para que este País possa crescer. Nenhum país do mundo pode deixar como legado às futuras gerações um crescimento econômico próximo ao crescimento demográfico, porque estamos trabalhando contra as gerações que virão. Estamos trabalhando contra os jovens de agora, porque eles não encontrarão postos de trabalho quando chegarem à idade produtiva.

Este, talvez, seja um efeito dos mais danosos para a questão da violência: a falta de ocupação, evidentemente associada à falta de educação, dos jovens brasileiros.

Não é possível! Não sei se o Presidente Lula assiste à televisão. A jornalista Miriam Leitão, citada aqui várias vezes, por vários oradores que me precederam – e não só ela, mas vários jornalistas e economistas – mostra diariamente as ações que poderiam levar ao crescimento. Todas elas são claras. E a primeira delas – que o Governo não quer entender – é a redução do tamanho da máquina, a redução do gasto público, para que ele possa, com isso, reduzir o gasto e dar melhor qualidade a esses gastos. Reduzindo o gasto público, com certeza absoluta ele vai poder reduzir a carga tributária. E aí vem o segundo ponto da receita do crescimento, Presidente Lula: a reforma tributária, que está empacada e que precisa ser feita com uma análise profunda.

Aqui foi dito pelo Senador Arthur Virgílio – e quero repetir o que a jornalista Miriam Leitão disse hoje no Bom Dia Brasil! – que a carga tributária brasileira está próxima do limiar dos 40% inimagináveis! Fechou o ano de 2006 a 38,8%.

O Presidente Lula recebeu o Governo com uma carga tributária da ordem de 34% a 35%. Nos seus quatro anos de governo, essa carga tributária cresceu algo em torno de 10%, o que é insustentável! É evidente que, para manter o tamanho do Estado que está aí, ele vai precisar cada vez mais aumentar...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/ PTB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concederei um aparte aos nobres Senadores que o solicitam. ... o esforço da sociedade brasileira.

É bom a TV Senado e a Rádio Senado levarem a mensagem a todos os brasileiros e aos queridos paraenses que nos assistem.

A situação do esforço da sociedade em levar recursos para o Tesouro da União, a chamada carga tributária, Senador Cícero Lucena, representa o mesmo que você pedir que um anêmico possa doar sangue. Estamos tirando sangue de uma sociedade anêmica, que não suporta mais ter aumento dessa carga tributária.

O outro item do bolo para que aconteça o espetáculo do crescimento, que aguardamos há quatro anos, é aumentar os investimentos privados, investimentos privados produtivos – é importante que se diga -, não especulativos. O dinheiro entra no Brasil para se especular na Bolsa e para sair no dia seguinte. São investimentos produtivos. Nesse caso, precisamos, de uma vez por todas, definir os marcos regulatórios.

Nenhum investidor, seja ele brasileiro, seja ele estrangeiro, vai colocar o seu capital com riscos que não sejam mensuráveis, que não possam ser administrados dentro do investimento, ou da planta produtiva, ou do negócio que ele queira colocar no Brasil. Assim, deverá haver o fortalecimento das agências reguladoras.

Hoje, o Presidente Lula foi saudado pela Situação e pela Oposição na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na sabatina do Embaixador Sardenberg, indicado por ele para a Anatel e que recebeu, Presidente Cícero Lucena, 23 votos “sim” dos 23 componentes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

É uma demonstração de que, quando o Presidente Lula faz a indicação de alguém reconhecidamente competente e que pode vir a desenvolver o trabalho que todos nós brasileiros esperamos das agências reguladoras, a Oposição brasileira vota com o Governo para, com isso, contribuir para que as agências reguladoras – mas é preciso que o Governo esteja imbuído nesse sentido – sejam fortalecidas, a fim de que o consumidor seja respeitado, tenha seus direitos assegurados e os investidores possam, com segurança, fazer os investimentos necessários para o desenvolvimento do Brasil.

Outro item importante dessa receita que discutimos na terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos, é a taxa de juros. Não entendemos, como foi dito aqui, que o Brasil está com a sua macroeconomia consolidada. O País tem uma reserva cambial da ordem de US\$100 bilhões, o que representa em torno de 10% do seu PIB, e está com a inflação contida, sob controle. Então, não é possível que se mantenha essa taxa de juros, que, mesmo com a redução da Selic, continuará sendo a maior taxa de juros real do mundo.

É preciso haver o equilíbrio dessas questões, mas também é necessário que ocorram ações mais enérgicas por parte do Banco Central, que, inclusive, é solicitada pela própria base do Governo, como o foi na Comissão de Assuntos Econômicos, pelo Senador Aloizio Mercadante, do PT. S. Ex^a, ao mencionar o Presidente do Banco Central, disse não entender por que o Banco Central se mostra tão parcimonioso em não manter o ritmo de redução da taxa de juros.

São esses pontos que precisam ser observados.

Tenho a honra de conceder um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Eu gostaria de informar que, como se esgotou o tempo da sessão, eu a prorrogarei, mais uma vez, por 15 minutos, para que os dois últimos oradores possam utilizar esse tempo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Serei breve, Sr. Presidente. Quero apenas dizer, Senador Flexa Ribeiro, que o Presidente Lula tem muita sorte. Eu anotei que pelo menos quatro oradores da Oposição, incluindo V. Ex^a, falaram hoje. Mas que Oposição? Uma Oposição altamente civilizada. Não ouvi de nenhum dos que falaram sequer uma palavra que fosse ofensiva ao Presidente Lula. Lembrei-me da época em que o PT era oposição ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, dos discursos raivosos, virulentos, de frases como “Fora, FHC”, etc. O Presidente Lula tem uma sorte a mais: estando em um segundo mandato, com todos estes indicadores negativos que estão aí, tem 11 Partidos apoiando seu Governo. Não há coalização alguma. Nenhum Presidente anterior teve tanto apoio. Espero que ele aproveite esse momento positivo e corra, porque já estamos no terceiro mês de seu segundo mandato. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço-lhe, Senador Mozarildo Cavalcanti, e incorporo seu aparte, que enriquece o meu pronunciamento.

Quero dizer a V. Ex^a que na terça-feira, após a manhã exaustiva de trabalho dos Senadores nas Comissões, com a presença da Diretoria do Banco Central, do Ministro da Previdência Social e do Ministro da Educação, tive oportunidade de apartear a Senadora Ideli Salvatti, que louvava o trabalho e a presença dos Ministros.

Eu disse a ela: “Senadora Ideli, eu quero-me associar a sua alegria por esta manhã de trabalho, mas quero dizer a V. Ex^a que, lamentavelmente, já foi incorporado ao espírito brasileiro que o ano somente começa depois do Carnaval. Neste ano, lamentavelmente, o Presidente Lula achou que o ano somente deve começar após a convenção do PMDB. Peço a Deus que isso realmente aconteça após a convenção”.

Estou preocupado, Senador Augusto Botelho, que isso seja prorrogado para depois da Páscoa, porque eu dizia à Senadora Ideli que poderíamos estar usando o esforço dos Senadores desnecessariamente. Perguntei à Senadora se aqueles Ministros, que estavam naquelas audiências todas que ocorreram naquela manhã, continuariam nas Pastas ou se precisaríamos repetir, daqui a uma semana, duas semanas ou três semanas, as mesmas audiências com os novos Ministros que ocuparão essas Pastas, seja da Educação, seja da Previdência Social, seja o Banco Central.

A Senadora disse, em resposta – e eu não pude apartear-lhe novamente –, que somente a Oposição tem pressa na nomeação dos Ministros.

Não, Senadora Ideli. Não é a Oposição que tem pressa, não! É a Nação brasileira, são os brasileiros que têm pressa para que este País retome o caminho do desenvolvimento.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, eu e o País o estamos ouvindo atentamente. V. Ex^a é um homem de muita experiência empreendedora. Foi Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará e nos transmite sua visão. Presidente Cícero Lucena, acredito no estudo. Acredito em Deus e no estudo, que leva à sabedoria. Estuda-se para tudo, portanto, para se governar é preciso estudar. Bill Clinton foi, por quatro vezes, Governador de Arkansas, quatro vezes Governador de Estado! V. Ex^a foi Prefeito e Governador extraordinário. Como Governador, fui ao seu Estado e ao de Goiás, de Íris, para aprender a governar. Bill Clinton foi, por quatro vezes, Governador de Arkansas! Ele viu que o negócio era complicado, complexo. Chamou Ted Gaebler* e David Osborne*, os maiores técnicos no assunto, que escreveram um livro intitulado Reinventando o Governo, o qual sintetiza isso. Como V. Ex^a disse, o Governo não pode ser grande demais, não, um transatlântico como o Titanic, grande, que afundou. Tem que ser menor. O que Lula fez? Grande. Como V. Ex^a explicou, o mal nunca vem só: a carga tributária é consequência disso. Ainda há o juro. Já dizia Rui Barbosa, atentai bem: “Primazia ao trabalho e ao trabalhador”. Ele vem antes, ele faz a riqueza. Getúlio Vargas

Getúlio Vargas, do PTB, Partido do Senador Mozarildo, tanto se bateu sobre os trabalhadores. É isso que não houve, e que V. Ex^a sintetiza. Mas o Presidente Lula é aquele que não viu e não sabe. É uma pena. Onde está o PT? Há mais de quatro horas debatemos graves problemas deste Brasil e não tem nenhum deles aqui! Cadê o Líder? É o PT, Partido que está nos governando e que deveria levar ao Presidente da República as informações daqui. Então, vamos fechar isso. Em toda a história do universo, os Senados são os pais da pátria.

Roma, nunca fecharam do que cinco dias. Até César ia ouvir o Senado, assim como Cícero. Mas aqui não tem nenhum membro do PT. Coloque isso na televisão! Isso é uma vergonha! como Boris Casoy dizia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para encerrar, Senador Cícero Lucena, agradecendo a generosidade de V. Ex^a em nos conceder tempo, quero dizer aos meus Pares que está sendo encaminhado a esta Casa – Brasil, atenção! –, oriunda da Câmara dos Deputados, uma medida provisória em que o Presidente da República doa a Evo Morales, presidente da Bolívia, US\$20 milhões. Isso não é possível! Vou me posicionar contrariamente neste Plenário do Senado, até porque, Senador Cícero Lucena, quero dizer que vim por diversas vezes à tribuna, na Legislatura passada, pedir ao Presidente Lula que concluísse o Hospital Rede Sarah, de Belém, que o Hospital da Rede Sarah, de Belém, para o qual faltavam R\$ 14 milhões para entrar em funcionamento, desde dezembro de 2004 até hoje – lá se vão cinco anos –, desde o final de Governo Fernando Henrique, portanto, o Hospital está com suas obras físicas concluídas, mas não funciona por falta recursos da ordem de R\$ 14 milhões para a compra de equipamentos e para o treinamento de pessoal. Por tudo isso, não posso votar a favor de uma doação para o povo da Bolívia, embora necessitem desse recurso, quando o meu querido povo do Pará espera, há quatro anos, por R\$ 14 milhões para ter a Rede Sarah funcionando.

Desde já, antecipo meu voto contrário à medida provisória para a doação de US\$ 20 milhões ao governo boliviano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro as palavras, às quais me associo, porque a carga tributária, além de estar bastante elevada, não está sendo dividida com os Estados e com os Municípios.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, para uma rápida comunicação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente.

Lembro ao Senador Mão Santa que agora sou membro do PT.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero só esclarecer. Peço perdão. Errei: **errare humanum est**. Mas a grandeza de V. Ex^a é ser médico. A Medicina é a mais humana das Ciências. V. Ex^a é um grande benfeitor da humanidade. Em reconhecimento, o povo de Boa Vista mandou-o para cá. Como um médico pode ser do PT? Consulta do SUS: R\$2,50; anestesia: R\$9,00; parto: R\$50,00. Por isso, fecharam 265 hospitais! O da Universidade de Brasília não tem neonatologista. Agora,

começo a acreditar no PT. Talvez, seja uma benção de Deus ter V. Ex^a, que, talvez, seja a luz para o PT.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para registrar, inicialmente, notícia veiculada pela **Folha de Boa Vista** que deixa apreensiva toda a população roraimense. Trata a notícia de problema que, há muito tempo, atormenta o Estado e que merece especial atenção das autoridades de todas as esferas do Governo: o problema das queimadas. As queimadas começaram a se intensificar, porque o verão está intenso em Roraima, com ventos fortes, fazendo com que o fogo ganhe grandes proporções.

Conforme a notícia, “Técnicos da Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Femact) identificaram, ontem, durante sobrevôo, um grande incêndio na região de Campos Novos, Município de Iracema, que avança em direção às comunidades indígenas localizadas na reserva Yanomami, próxima daquela região”.

O chefe da Divisão de Fiscalização da Femact, Fábio Machado, disse que o fogo está intenso, não sendo mais passível de controle. O técnico não descartou a possibilidade de novo incêndio como o ocorrido em 1998, que foi muito grave e que quase acabou com toda a produção do meu Estado. Segundo ele, “o fogo está se alastrando de Campos Novos para Apiaú, partindo para a área Yanomami. Se não houver cuidado, como não existe previsão de chuva, pode ocorrer outro grande incêndio como o de 1998”.

Cedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Apenas para colaborar com V. Ex^a e com o Governo Federal, quero dizer que, em 1998, fomos socorridos pelos argentinos. Foi o Governo argentino que mandou helicóptero para apagar o incêndio lá. É bom que se diga que o incêndio lá não é criminoso. Ele se dá por que os agricultores, abandonados pelo Incra, que não lhes assiste, têm de queimar suas roças para sobreviver, e o fogo, às vezes, foge ao controle, invade a mata e se propaga, causando danos não só à mata, mas também aos nossos cerrados, aos nossos lavrados. Então, preciso só dizer isto: é bom que o Governo ouça V. Ex^a, que é do PT, e tome providências antecipadas e mande para lá recursos para combater o incêndio.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

De acordo ainda com a **Folha de Boa Vista**, “somente nos dois primeiros meses do ano, mais de 400 ocorrências de incêndios e de queimadas em Roraima foram registradas. No mês de janeiro, foram 180

e, em fevereiro, 130 queimadas, numa média de 4,6% ao dia. Na zona rural, foram quase 100 ocorrências de incêndios de pequeno e médio porte nas localidades rurais próximas a Boa Vista”.

Sr. Presidente, diante de tal quadro, tão bem exposto pelo jornal, entendo ser premente a mobilização dos Governos Federal e Estadual, para que, em ação conjunta e articulada, evitem que tragédias como as queimadas no Estado, verificadas em Boa Vista, voltem a se repetir, lembrando-nos dos fatos ocorridos em 1998.

Apelo, especialmente, ao Presidente da República e aos Ministros cujas Pastas estejam ligadas ao problema, para que envidem esforços, aliás nunca negados – diga-se de passagem –, para evitar que a população de Roraima não seja sacrificada.

Realmente, no incêndio de 1998, quem nos socorreu primeiro foi a Argentina, que mandou uma equipe especializada para nos orientar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB.) – Agradeço ao Senador Augusto Botelho que, mesmo tendo sido apartado, foi bastante rápido, cumprindo o tempo destinado a S. Ex^a.

Convidamos o Senador Mozarildo Cavalcanti para fazer uso da palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer um registro relativamente rápido, mas de muita importância. Trata-se de questão da segurança pública neste País e da criminalidade.

Debatemos esse assunto praticamente todos os dias. Por isso, apresentei, dia 23, requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual faço parte, solicitando a criação de uma subcomissão de segurança pública para se debruçar sobre essa questão de maneira ampla e apresentar não só uma medida pontual, emergencial, que é necessária – é preciso que haja uma medida emergencial –, mas também medidas de médio e longo prazos,

O Presidente da Comissão, Senador Antonio Carlos Magalhães, foi rápido e até mais eficiente ao não criar uma comissão, por ser, às vezes, bem mais burocrática sua criação, já que tem de haver proporcionalidade partidária, fato que traz complicação na indicação das Lideranças. S. Ex^a criou um grupo de trabalho, do qual tenho a honra de participar. Hoje, tivemos nossa primeira reunião. O grupo de trabalho é composto por seis Srs. Senadores. Na coordenação do grupo está o Senador Demóstenes Torres, um especialista, um bacharel, inclusive foi Promotor de Justiça; contamos também com a participação dos Senadores

Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati.

Já nos propusemos, na semana que vem, termos todos os projetos que estão em tramitação e mais outros que venham a ser apresentados. Ouviremos os Governadores no prazo máximo de cinco dias – todos os Governadores, porque somente os do Sudeste trouxeram sugestões para o Senado. E os do Nordeste, os do Norte e os do Centro-Oeste?

Queremos, portanto, realizar um trabalho completo, em que as medidas legislativas sejam rapidamente aprovadas bem como as indicações para os Poderes Judiciário e Executivo, para que não fique essa história que vemos todos os dias na imprensa, Senador Cícero, parecendo que somos a “Geni” da música. Todo mundo joga pedra no Legislativo, como se nós fôssemos os responsáveis pela impunidade. Na verdade, quem tem de aplicar a lei? É o Executivo, por meio da Polícia, e o Judiciário, depois de apurados os fatos pela Polícia. Nós fazemos as leis, e as fazemos atendendo ao clamor da sociedade. Este é o nosso papel: elaborar leis que estejam de acordo, que atendam ao clamor da sociedade.

Antes de nomear esse grupo, eu havia listado alguns pontos que considero importantíssimos para que possamos avançar.

No que tange à parte do Legislativo, eu, particularmente, entendo que temos de atingir algumas áreas. Por exemplo, quanto ao policial, precisamos ter uma Polícia honesta. Então, temos de punir severamente os policiais que colaboram com o crime. Mas, por outro lado, o do Poder Executivo, o policial tem de ser bem pago. O policial precisa receber uma remuneração condigna, para que ele não seja corruptível pelo crime. É preciso dar-lhe condições de moradia; que ele resida, por exemplo, em um conjunto habitacional condigno, não precisando, assim, morar ao lado do criminoso, onde está o crime organizado.

Temos também de considerar, por exemplo, crime hediondo a utilização de menores por criminosos adultos, que corrompem menores para praticarem crimes e, portanto, se isentarem muitas vezes das culpas.

Diminuição da maioria penal. É uma questão discutível. Vamos discuti-la, enfrentá-la e ver o que a sociedade quer realmente. Mantê-la em 18 anos? Reduzi-la para 16 ou 10 anos, como acontece na Inglaterra? Vamos discutir, mas vejamos o que o povo brasileiro quer. Isso é o que queremos saber.

Há uma proposta intermediária do Senador Tasso Jereissati, muito inteligente, em que se determina a pena de acordo com cada crime. Se um menor de 16 anos comete um crime bárbaro e se avalia que tem consciência do que está fazendo, ele é punido como se maior ele fosse. Outra questão: aumentar a pena socio-

educativa. Essa história de três anos no máximo não pode, não é mais condizente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, nesse particular, está superado.

E, mais ainda, dar autonomia aos Estados, para que tenham legislações penais próprias, de acordo com a sua realidade. Com certeza, a realidade de Roraima não é a mesma do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Paraíba. Então, tem-se de flexibilizar isso, desconstitucionalizando essa questão e deixando-a com cada Estado.

No Piauí, por exemplo, que é um modelo de educação na avaliação do Enem, não sei como é a taxa de criminalidade. Então, cada Governador tem de ter autonomia, por meio de suas Assembléias, para legislar sobre essa questão, como ocorre nos Estados Unidos. Que federação é essa em que tudo tem de ser igual em tudo e tudo é competência privativa da União?

A questão do cumprimento de um sexto da pena em que a pessoa vai para o regime aberto não pode acontecer, tem de ser de acordo com o tipo de crime cometido.

Entendo que temos de ter uma boa assessoria. Não sou da área do Direito, mas vou me assessorar muito bem nesse particular. Tenho dois filhos que são juízes, mas vou buscar assessoria da Consultoria do Senado para procurar saber mais sobre o assunto. Entretanto, uma coisa eu sei fazer: ouvir o povo, porque eu, como médico, sempre aprendi a ouvir; ninguém medica sem ouvir o doente; ninguém medica apenas porque acessou uma conversa.

Então, quero contribuir com o meu esforço para este trabalho, que não pode ser só do Senado ou da Câmara. Tem de envolver o Presidente da República e seus Ministros; o Poder Judiciário, do Supremo Tribunal Federal ao juiz de Primeira Instância; os prefeitos, porque é no Município que está o delinqüente. Surpreendeu-me saber que uma cidade aqui do Entorno de Brasília detém o maior índice de criminalidade.

Portanto, precisamos fazer esse diagnóstico e, ao mesmo tempo, envolver as instituições neste trabalho, instituições sérias, como é o caso dos Rotarys, Lions, Maçonaria, das Igrejas, não só a Católica, mas também as Evangélicas, e todas as outras instituições que queiram colaborar. Esse não é um trabalho que deva ser desse ou daquele segmento da população. Tem de ser um trabalho de toda a sociedade. E, por isso, entendo que esse grupo de trabalho, que tem o prazo de 30 dias, prorrogável por mais 15 – e nós estamos com o intuito de concluí-lo dentro dos 30 dias –, terá condições de votá-lo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e trazê-lo para o Plenário, a fim de dar uma resposta à sociedade. E aí não pode ser como já aconteceu outras vezes: nós votarmos aqui

e morrer na Câmara, ou sair da Câmara e morrer na Presidência da República.

Fico com medo quando vejo o Presidente da República se antecipar e se pronunciar sobre este ou aquele aspecto dessa questão, porque, em muitas dessas matérias que são leis ordinárias ou complementares, Sua Excelência tem o poder de veto. Então, se Sua Excelência já se antecipa, afirmando que é contra ou a favor de algum projeto, significa que não está querendo ouvir o povo diretamente e muito menos os representantes do povo, que somos nós, Deputados e Senadores.

Entendo também que a imprensa está fazendo um trabalho muito importante, que é o de não deixar esse assunto morrer. Acredito que a imprensa tem de investigar mais, ir mais longe. Temos de cobrar efetivamente de cada setor da sociedade, não só por causa do crime do João Hélio, que foi horrendo, mas por tantos crimes de joões hélios que acontecem todos os dias, em todas as partes deste Brasil.

Por isso, termino, pedindo a V. Ex^a que nós todos nos mobilizemos e concluamos esse trabalho dentro do prazo previsto, para darmos a resposta que a sociedade merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, João Tenório, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Mário Couto, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Marconi Perillo, Romeu Tuma e Valdir Raupp enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Governadores da oposição vão pedir mudanças”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de Janeiro de 2007.

A matéria mostra que, insatisfeitos por não terem sido consultados, Estados vão preparar uma lista de reivindicações e que entre as críticas, está a de que a desoneração fiscal pode provocar perda de receita.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governadores da oposição vão pedir mudanças

Insatisfeitos por não terem sido consultados, Estados vão preparar lista de reivindicações

Entre as críticas, está a de que a desoneração fiscal de R\$ 6,6 bi pode provocar perda de receita; Serra aponta para juros e câmbio

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Insatisfeitos por não terem sido consultados antes do anúncio do PAC, governadores de oposição criticaram a formatação do pacote e decidiram apresentar, com o apoio de governistas, lista de reivindicações em 6 de março, em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para eles, a desoneração fiscal de R\$ 6,6 bilhões pode provocar perda de receita aos Estados. Reclamam ainda que a falta de diálogo do governo ao selecionar projetos impede investimentos conjuntos.

Segundo governadores tucanos, o principal protesto foi o silêncio de José Serra (PSDB-SP), que deixou o Planalto sem dar entrevista. Em Franca (SP), foi cauteloso, mas disse que é preciso ficar atento à reunião do Banco Central que definirá nova taxa de juros.

"Não tenho condições de emitir uma opinião responsável, porque apenas hoje [ontem] (omei conhecimento das linhas gerais do PAC", disse. Seguindo ele, "estímulo ao crescimento é não apenas apresentar um plano, que deve ser analisado, mas também a decisão sobre os juros e indiretamente sobre o câmbio".

Aécio Neves (PSDB-MG) foi irônico. Disse que "deve ter sido brincadeira" incluir no PAC criação de 700 vagas de estacionamento no aeroporto de Confins. Disse que Lula "perdeu uma oportunidade de ouvir dos governadores quais seriam as obras federais que eles julgam prioritárias em seus Estados".

O estímulo ao crescimento é não só apresentar um plano, que deve ser analisado, mas também a decisão sobre os juros e indiretamente sobre o câmbio

JOSÉ SERRA (PSDB-SP)
governador de São Paulo

Aécio e Serra, a **Folha** apurou, preferiram não desferir golpes muito fortes no PAC, pois poderia parecer má vontade no momento de lançamento do pacote. Mas os tucanos acreditam que uma decisão do BC sobre juros, reduzindo mais a taxa, seria talvez mais eficaz do que grande parte das medidas apresentadas ontem.

Porta-voz do grupo oposicionista, Aécio afirmou que o projeto de desenvolvimento do país "não pode ficar concentrado exclusivamente nas mãos da União". "O governo demorou meses para desenhar essas propostas. Agora é preciso ver o custo para os Estados".

Para Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), é "cortesia com o chapéu alheio", "como se chamado para pagar por um banquete do qual não participou".

O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, classificou as reações como "naturais". "Não há questão que não possa ser avaliada. Desde que não seja desconstruído o essencial, há espaço para mudar".

Outro ponto do plano econômico que preocupou os governadores foi o limite para os reajustes salariais do funcionalismo público, que não poderá ultrapassar a variação do IPCA (inflação) mais 1,5% ao ano.

Também sobram queixas de projetos "preteridos". Nos bastidores, eles afirmaram que o Planalto evitou direcionar investimentos para obras que pudessem ser "capitalizadas" eleitoralmente pela oposição.

"Houve uma escolha do governo de quais seriam as obras. Eu, particularmente, morri de inveja do metrô de Fortaleza", disse a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), em alusão aos investimentos no Estado do governista Cid Gomes (PSB).

Após o evento no Planalto, 19 governadores participaram de almoço em que formaram comissão de cinco governadores -- um de cada região --, que se reunirá na segunda, em Brasília, para fechar agenda de reivindicações. Um dos líderes do bloco governista, Jaques Wagner (PT-BA) tentou amenizar. "As pessoas sempre acham que poderiam debater mais. Se não marcar prazo, o debate fica interminável." (SILVIO NAVARRO • FERNANDO KRAKOVICH)

PIB	25,8% do PIB brasileiro (R\$ 1,938 trilhão em 2005)
Bolsa Família	58,8 programas Bolsa Família , com orçamento de R\$ 8,5 bilhões em 2006
Investimentos da Petrobras	9 vezes o valor de investimentos da estatal previsto para este ano, de R\$ 55 bilhões
Investimento estrangeiro	18,6 vezes o investimento direto estrangeiro recebido pelo Brasil no ano passado, que somou US\$ 12,6 bilhões (R\$ 26,9 bilhões)
Deficit da Previdência	12 vezes o déficit nas contas da Previdência, que fecharam 2006 com R\$ 42 bilhões de saldo negativo (estimativa do governo)
Educação	15,9 vezes o valor dos gastos com educação feitos pelo governo federal em 2005, de R\$ 31,5 bilhões

Fontes: IBGE, Petrobras, Ministério da Previdência Social e Sesi

No exterior, plano é visto com cautela

SÉRGIO DÁVILA
DE WASHINGTON
MARCO AURÉLIO CANÓDICO
DE LONDRES

Cautela foi a palavra de ordem na reação ao pacote econômico anunciado ontem. Num relatório destinado a investidores, o Merrill Lynch recomenda "ceticismo" na avaliação das medidas.

"Todo o aumento em investimentos deve ser visto como positivo, obviamente, pois esse tem sido o ponto

fraco da economia brasileira", disse à **Folha** James Barribeau, da Alliance Capital Management. "Mas ainda não está claro se essas medidas ajudarão a elevar o crescimento do país em 2007."

Segundo o economista-chefe para a América Latina, faltou a reforma tributária. Para Jairo Saddi, professor da Universidade de Oxford, no Reino Unido, o PAC não é uma agenda para o crescimento e faltou detalhamento das medidas.

O "Financial Times" disse que o plano deixou dúvidas sobre como será financiado e fez pouco para resolver alguns dos principais entraves para o crescimento do país.

Convidados cochilam e deixam Planalto antes do fim da apresentação

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Cinquenta e cinco minutos de apresentação de Guido Mantega (Fazenda) e mais uma hora e vinte minutos de Dilma Rousseff (Casa Civil) foram suficientes para fazer muitos dos presentes no Palácio do Planalto cochilarem, engatarem conversas paralelas e até saírem de fininho.

Quando já falava por quase uma hora, Dilma disse que estava perto do fim. Ainda durou mais meia hora. Ao final de sua exposição, o burburinho era tão intenso que obrigou a ministra a elevar o tom de voz. Muitas das cadeiras no fim do Salão Nobre do Palácio do Planalto já estavam vazias.

As exposições foram longas porque o governo temia a acusação de que as medidas eram genéricas demais. Por isso, Dilma fez uma exposição área por área, região por região.

Mantega também falou detalhadamente das medidas. No fundo do salão, um grupo de empresários repetia que "estavam exagerando nos detalhes, coisa para jornalista".

No início, o salão estava completamente lotado. Foi a maior reunião de políticos desde o início do primeiro governo Lula, com quase todos os 34 ministros, 23 governadores (entre eles os tucanos

Aécio Neves e José Serra), dois vice-governadores e presidentes e líderes dos 11 partidos que dão apoio ao presidente no segundo mandato.

O deputado federal Miro Teixeira (PDT) foi um dos que fugiram no meio da apresentação. Outro que deu uma saída do salão foi o comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos Bueno. O assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia, também seguiu o mesmo caminho e voltou somente mais perto do fim.

Até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se cansou. Em determinados momentos cochilava com a primeira dama, Marisa Leticia, sentada a seu lado. Em outros, esfregava as mãos, num sinal de impaciência com a extensão das apresentações dos ministros. A fala de Lula, por sinal, foi curta -- cerca de 15 minutos.

Mas, se a maior parte da plateia se entediou, a primeira fila teve que tentar manter uma postura "exemplar", apesar das longas explicações.

Quando Dilma falava de investimentos no Pará, a governadora Ana Júlia Carepa (P se animou tanto que mereceu uma menção da ministra. Ana Júlia está muito alegre, disse, num misto de constância e repressão à petista, e falava com colegas.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Para OAB, plebiscito pode virar arma de populista”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 09 de Fevereiro de 2007.

A matéria destaca que a Ordem dos Advogados do Brasil reage a deputados do PT que querem dar ao presidente Lula a prerrogativa, que hoje é do Congresso, de convocar plebiscitos sem autorização do Parlamento.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para OAB, plebiscito pode virar arma de populistas

Ordem dos Advogados do Brasil reage a deputados do PT que querem dar ao presidente prerrogativa de convocar consulta sem autorização do Congresso

Ricardo Brandt

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) afirmou ontem que a proposta feita por um grupo de parlamentares petistas de que o presidente da República possa convocar plebiscitos e referendos sem a autorização do Congresso “tem um viés autoritário”.

“Os instrumentos de democracia direta e participativa são meios de controle da ação dos governantes pelo próprio povo; eles não podem se tornar formas de legitimação populista para instauração de governos autoritários”, afirmou o presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia da OAB, Fábio Konder Comparato, em nota.

A proposta consta de um documento de 30 páginas, denominado *Um Novo Rumo para o PT*, que será apresentado pelo grupo no 3º Congresso do partido. Entre seus signatários estão o deputado federal Cândido Vaccarezza, José Mentor, Devanir Ribeiro e Carlos Zarattini – todos de São Paulo.

Num dos 90 itens do documento está escrito: “Se o presidente da República pode editar medidas provisórias – ca-

da vez mais sob o crivo das críticas por seu vício autoritário –, por que não pode ele, sem este vício originário, convocar plebiscitos sem autorização legislativa para decidir questões de grande alcance nacional?”

Os autores do texto garantem que a proposta visa a “ampliar a democracia no País” e cita exemplos de países de primeiro mundo que usam o plebiscito e o referendo com maior frequência. No Brasil republicano há registro de apenas dois plebiscitos (em 1963 e 1993).

De acordo com Comparato, a OAB apresentou ao Congresso dois projetos de lei sobre plebiscito e referendo que “incentivam a democracia direta e participativa, diferentemente da proposta do grupo de deputados petistas paulistas, que tende ao autoritarismo”.

“Os projetos n° 4.718/04 e 0001/06 atribuem a iniciativa de convocação de plebiscito e referendo ao próprio povo ou a uma minoria qualificada de cada Casa do Congresso Nacional”, explica.

Pastorais defendem referendos

...A realização mais frequente de consultas populares, por meio de plebiscitos e referendos, tem sido reivindicada há algum tempo pelas pastorais sociais da Igreja Católica no Brasil. Foram estas pastorais que encabeçaram em 2002 a realização de um plebiscito oficial, com intuito pedagógico, sobre a filiação do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca); e são elas que estão à frente de outro plebiscito não oficial, programado para setembro, sobre a anulação da privatização da Vale do Rio Doce.

Na opinião de bispos ligados à área social, como d. Demétrio

Valentini, de Jales (SP), plebiscitos e referendos ampliam a democracia. As pastorais contam com o apoio de movimentos sociais e centrais sindicais, entre as quais a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Sem-Terra (MST).

Há diferenças, no entanto, entre o que eles defendem e o que está sendo proposto por setores do PT. “Na nossa opinião, as consultas não devem ser convocadas pelo presidente”, diz Antonio Carlos Spis, da CUT. “Devem acontecer dentro dos limites constitucionais, com a fiscalização da Justiça Eleitoral.” • ROLDÃO ARRUDA

Pela legislação atual, nas questões de relevância nacional, o plebiscito e o referendo são convocados por meio de decreto legislativo, por proposta de no mínimo um terço dos membros da Câmara ou do Se-

nado (artigo 3º, da lei 9.709/98 – que regulamentou o artigo 14 da Constituição Federal).

Comparato diz que a proposta dos petistas “mostra a urgência de serem aprovados os projetos de lei apresenta-

dos pela OAB ao Congresso”.

Além da OAB, especialistas em direito constitucional também atacaram o caráter autoritário da proposta e disseram que ela desqualifica o Congresso. “Através dos plebiscitos é que se fazem os césores”, atacou o jurista Célio Borja, ex-ministro da Justiça. “O plebiscito sem aprovação do Congresso restringe a democracia, porque coloca nas mãos do chefe do Executivo esse poder.”

Carlos Ari Sundfeld classifica a proposta como um retrocesso democrático. “O Brasil tem uma democracia em construção. Por isso precisa privilegiar o Parlamento e não fazer o contrário, dando plenos poderes ao presidente”, afirmou.

Para Belizário dos Santos Júnior, seria o começo de um governo ainda mais autoritário. “O presidente já tem um poder quase imperial com as medidas provisórias. Essa proposta soa muito chavista. É um absurdo os próprios deputados dizerem que não têm competência.” •

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Sururu no Itamaraty”, publicada pela revista *Veja* em sua edição de 14 de fevereiro do corrente.

A matéria se refere à confusão criada, no Ministério das Relações Exteriores, pela entrevista do ex-embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Celso Abdenur. Ele revela que as promoções no Itamaraty ocorrem de acordo com afinidades política e ideológica e que

os diplomatas sofrem uma doutrinação política sendo obrigados a realizar leituras de viés esquerdista.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SURURU NO ITAMARATY

Está suspensa a
leitura engajada.
Já a política
externa...

A entrevista a *VEJA* do ex-embaixador do Brasil em Washington Roberto Abdenur produziu um salto no comportamento mundo da diplomacia. Com 44 anos de carreira e aposentado há apenas duas semanas, quando deixou o posto nos Estados Unidos, Abdenur revelou que as promoções no Itamaraty ocorrem de acordo com afinidades política e ideológica, disse que a atual orientação tem um substrato “vagueamente anticapitalista, antiglobalização, antiamericano, totalmente superado” e chegou a denunciar o que chamou de “doutrinação de diplomatas”, obrigados a realizar leituras de viés esquerdista. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, reagiu. Primeiro, afirmou que Abdenur deveria ter feito as revelações quando ainda estava no cargo, em Washington. Depois, anunciou uma providência. Diante de tudo o que Abdenur disse, Amorim mandou suspender as leituras obrigatórias no Itamaraty, classificadas pelo ex-embaixador na entrevista a *VEJA* como “vexatórias”.

O ministro Celso Amorim rebateu as acusações de que as promoções no Itamaraty ocorrem de acordo com o alinhamento ideológico dos diplomatas. “É um absurdo e é até difamatório”, reagiu. Até a leitura obrigatória, que Amorim mandou suspender diante da entrevista de Abdenur, foi minimizada pelo chanceler. Ele disse que, de três obras obrigatórias (*Chutando a Escada*, do chinês Ha-Joon Chang, *Rio Branco*, de Álvaro Lins, e *Brasil, Argentina*

e *Estados Unidos — Da Tríplice Aliança ao Mercosul*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira), apenas a última poderia ter algum viés esquerdista. Ainda assim, Amorim afirmou que decidiu suspender as leituras apenas para evitar o que chamou de “mal-entendidos” explicitados pela entrevista de Abdenur a *VEJA*.

A leitura obrigatória de obras alinhadas com a doutrina nacional-terceiro-mundista do chanceler Amorim foi introduzida pelo secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, no início de 2004. A leitura é parte de um curso de duas semanas a que Pinheiro Guimarães submete todos os diplomatas que estão sendo transferidos de posto. O viés ideológico das aulas, apelidadas no Itamaraty de “Escolinha do Professor Samuel”, é inequívoco. Um dos livros cuja leitura foi suspensa traz um prefácio no qual o próprio Pinheiro Guimarães espicaça a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e os Estados Unidos. Responsável por promoções, transferências e pela formulação da política externa do governo petista, Pinheiro Guimarães professa ideário inútil e ultrapassado do fim do século XIX. Odeia a globalização, é contrário à abertura econômica, acredita no imperialismo ianque e adota como método de trabalho ampuheta e papel-carbono. As fichas de leitura engajadas acabaram. Pinheiro Guimarães segue forte no Itamaraty. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Camisa de força neles. Eles enlouqueceram”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 08 de fevereiro do corrente.

A matéria mostra a reação do líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia, que classificou de “inaceitável” a proposta de um grupo de parlamentares do PT que pretende apresentar uma Emenda Constitucional dan-

do poderes ao Presidente da República de convocar plebiscitos sem autorização do legislativo.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Camisa de força neles. Eles enlouqueceram’

Oposição classifica tese defendida por petistas de “inaceitável” e vê intenção de copiar modelo de Chávez

A oposição reagiu ontem à proposta de um grupo de parlamentares do PT que começa a trabalhar para que o presidente da República possa convocar plebiscitos sem autorização do legislativo. Um dos mais indignados foi o líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (PFL), que considerou sem sentido de despropositada a intenção. “Camisa de força neles”, afirmou. “Eles enlouqueceram”, reagiu.

Maia classificou a proposta dos petistas de “inaceitável”. E rebateu criticando a postura antidemocrática das lideranças do PT. “Essa é a democracia direta deles. Fazer as coisas sem passar pelo principal representante da sociedade, o poder Legislativo. Não vamos aceitar isso”, anotou.

CHAVEZ

O deputado pefelista comparou



Rodrigo Maia Deputado (PFL-RJ)

“Essa é a democracia direta deles. Fazer as coisas sem passar pelo Poder Legislativo. Não vamos aceitar isso”

José Aníbal Deputado (PSDB-SP)

“Eles sabem que o PT não tem candidato para 2010. E vão tentar todas as possibilidades para conseguir fazer o Lula sair candidato novamente”

a intenção dos petistas ao modelo adotado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez. “Isso caberia bem lá para o Chávez. Aqui, não. Aqui, no Brasil, vigora a democracia.”

Para o líder do PFL, nem mesmo os demais deputados do

PT podem compactuar com a proposta do grupo ligado à ex-prefeita Marta Suplicy. “Isso não vai vigorar. Ninguém pode aceitar isso, nem mesmo os parlamentares do PT.”

O senador José Agripino Maia (PFL-RN) também fez coro. E repudiou a intenção dos petistas. “A oposição precisa estar preparada para atitudes desse naipe que o PT possa tentar fazer. Eles vão ousar o que eles não imaginávamos o que eles iriam ousar. Devemos ficar alertas para quaisquer atitudes que esses petistas podem tomar após essa eleição da Câmara”, observou.

Também mencionando o presidente venezuelano, Agripino Maia ressaltou que o PT parece estar querendo esquecer o poder Legislativo.

“É a interlocução direta com a sociedade que eles acham que

conquistaram e acham que com isso poderão passar por cima do Congresso.”

O deputado José Aníbal (PSDB-SP) também reclamou da sugestão “autoritária” do grupo de petistas ligados à ex-prefeita paulistana.

SUCCESSÃO

Na avaliação do tucano, por trás do projeto dos petistas está o fato de o partido não ter candidato para a disputa presidencial de 2010. Com a possibilidade de o presidente convocar plebiscitos sem a autorização do Legislativo, o principal interesse seria o de conseguir apoio para a disputa de um terceiro mandato. “Eles sabem que o PT não tem candidato para a Presidência em 2010. E vão tentar todas as possibilidades para conseguir fazer o Lula sair candidato novamente”, afirmou Aníbal. “É uma tendência golpista do governo.” Para o deputado tucano, a proposta do PT “é um prenúncio chavista, uma tentação autoritária de passar por cima do Congresso”.

Ele prosseguiu: “É a mesma tentação de quando eles falam que a torcida do Flamengo torce pela anistia de José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil cassado em 2005).”

● ANA PAULASCINOC/4
CA E RICARDO BRANDT

O SR. MARIO COUTO (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lafer fala em ‘lavagem cerebral’ no Itamaraty”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 07 de Fevereiro de 2007.

A matéria destaca que o ex- chanceler Celso Lafer, após as críticas feitas pelo ex- embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto Abdenur, à atual política externa brasileira que conteria um elemento ideológico muito forte e um antiamericanismo atrasado. Ainda segundo a matéria, o Itamaraty tem obrigado os

diplomatas à leitura de livros ideológicos o que está sendo considerado pelos meios diplomáticos uma lavagem cerebral na política externa brasileira.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lafer fala em ‘lavagem cerebral’ no Itamaraty

Ex-chanceler após críticas de Roberto Abdenur à atual política externa

Gabriel Manzano Filho

O ex-ministro de Relações Exteriores Celso Lafer, que ocupou o cargo no governo Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que concorda com todas as críticas feitas pelo ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos Roberto Abdenur ao modo como o governo vem conduzindo a política externa. “Partilho inteiramente de suas impressões”, disse Lafer. “Coisas como essa indicação de livros a serem lidos, por diplomatas de ótima formação, são simplesmente vexatórias. O que Abdenur quer ressaltar é uma certa lavagem cerebral. Uma coisa muito ruim, que resulta numa diplomacia de qualidade discutível.”

Em entrevista à revista *Veja*, Abdenur, que até recentemente era grande amigo do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, havia denunciado “um elemento ideológico muito forte” e “um antiamericanismo atrasado” na atual diplomacia. Também achou “um erro ter incorporado a Venezuela de chofre no Mercosul”. Essa úti-

tima decisão, para Lafer, “é coisa gravíssima”, que “põe em questão 20 anos de esforços da diplomacia brasileira”.

Grande parte das críticas feitas por Abdenur – principalmente à estratégia Sul-Sul, que prioriza as relações com nações em desenvolvimento – já vem sendo feita também por outros embaixadores. Dois deles, Sérgio Amaral e Rubens Barbosa, num recente seminário em São Paulo, fizeram fortes críticas à ênfase excessiva dada pelo governo Lula ao comércio com potências emergentes. Um terceiro diplomata, o ex-ministro Luiz Felipe Lampreia, tem criticado duramente o que considera descaso do atual governo pelo interesse nacional nas relações com a Venezuela.

Em Brasília, as críticas de Abdenur endossadas por Lafer – que é antigo desafeto de Amorim – parecem incomodar o Itamaraty. A ordem é nada comentar, mas assessores próximos a Amorim consideram descabidas as afirmações de Lafer. E

quanto aos livros “indicados” aos diplomatas, um desses assessores diz que um deles é uma biografia de Ruy Barbosa, o patrono da carreira. Ele pergunta: “Isso é ideologia?” Sabe-se, porém, que a simples obrigatoriedade das leituras irrita muitos dos diplomatas.

Em Brasília e Washington, onde Abdenur atuou quatro anos, as críticas ao Itamaraty não chegaram a surpreender. Ficou evidente para muitos diplomatas que o esforço do embaixador para melhorar as relações com os EUA parava sempre no desinteresse brasileiro.

Em meados de 2005, já desalentado, Abdenur criticou, em São Paulo, a decisão de reconhecer a China como economia de mercado. A crítica irritou Amorim, que lhe mandou um telegrama reservado pedindo que se retratasse. Ele recusou e o texto dessa recusa circulou entre diplomatas em Brasília. O rompimento tornou-se inevitável. ●

COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Desequilíbrio de poder”, publicado pelo Jornal **O Globo** de 4 de Fevereiro de 2007.

O artigo escrito pelo sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, faz uma análise da situação política mundial e o frágil equilíbrio entre as Nações que buscam garantir as fontes de energia, água, e terras férteis ainda disponíveis, e que disputam o conhecimento em biotecnologia como forma de superar umas as outras. O texto analisa o equilíbrio político ao longo dos séculos ora conquistado pela guerra ora pela submissão ao poder do Império, e nos chama a uma reflexão sobre o papel do Brasil no atual cenário mundial sugerindo que, ao contrário do que nossa atuação diplomacia tem feito, o Brasil volte a ser a Nação da neutralidade que exerce

o papel de contenção nas disputas entre países e possa ter um papel que “dispense armas atômicas e sonhos de potência, mas que nos torne um país mais respeitado e nos dê tempo para robustecer nossa economia, melhorar a vida de nosso povo e ganhar o reconhecimento de que somos uma grade democracia que exerce a liderança em nossa região mais pelo exemplo do que pela astúcia e que pode contribuir para a emergência de uma nova ordem política mundial”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Desequilíbrio de poder

Estamos longe da paz universal. Que papel caberá a países como o Brasil?

Vem de longe o imenso e raras vezes bem-sucedido esforço para desenvolver uma política baseada no “equilíbrio de poder” no mundo. Isso porque o natural nessas relações é outro: ou a guerra ou o Império, a submissão de todos ao poder do mais forte. Faço um breve retrospecto histórico para logo falar do lugar do Brasil no incerto mundo de hoje.

Da Paz de Westfalia, a partir da terceira década do século XVII, à Revolução Francesa, ao final do XVIII, depois da desarticulação de poder que se seguiu ao fim da Idade Média e do domínio do Sacro Império Romano, estabeleceu-se um prolongado equilíbrio na cena internacional europeia. A emergência de novos poderes e a Reforma Protestante, que rompeu os vínculos de sacralidade que a fé católica dava aos imperadores, deram lugar a um sistema de estados de potência equivalente capaz de impor seus interesses sobre os demais e evitar que um deles quisesse alçar vôo solo. Sob a inspiração do cardeal Richelieu, responsável pela política exterior da França, o direito divino dos reis foi substituído pela *raison d'état* que garantia o domínio de estados poderosos, sem primazias.

Esse equilíbrio rompeu-se com as guerras napoleônicas. Destruido Napoleão, estabeleceu-se novamente um sistema de consultas entre estados dispostos a não guerrear entre si, com a preocupação de impedir o surgimento de novas potências com aspirações hegemônicas. Foi o tempo do chamado Congresso de Viena. Não que inexistissem guerras, mas elas obedeciam aos interesses dos estados consorciados em manter entre si o equilíbrio de poder.

O equilíbrio europeu, entretanto, quebrou-se uma vez mais por aspirações expansionistas. Na segunda metade do século XIX, a Realpolitik de Bismarck e Napoleão III desencadeou a dinâmica que, anos mais tarde, levaria à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O que veio depois é história mais conhecida. O fracasso da Liga das Nações, inspirada pelos valores morais do presidente americano Woodrow Wilson, o ressurgimento

dos nacionalismos e dos projetos de expansão, principalmente na Alemanha, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a vitória dos aliados e a criação da ONU, da qual a Liga havia sido uma espécie de embrião.

A suposição de que seria então possível um abrangente entendimento global baseado em regras de convivência logo se mostrou frágil, com a polarização crescente entre dois campos ideológicos, o do mundo sino-soviético e o do mundo ocidental, com ampla repercussão e influência sobre os conflitos regionais em todo o mundo. Sob a Guerra Fria, começaram a surgir na periferia novos desafiadores do sistema mundial do poder. A África liberada passou a ser palco de lutas, Cuba tornou-se um marco de resistência ao “ocidentalismo” e a Coreia dividiu-se entre a do Norte, comunista, e a do Sul, aliada aos Estados Unidos.

Com a queda do Muro de Berlim, imaginou-se que teríamos finalmente um novo Império, a era da hegemonia americana. Durou pouco. Imbuídos de princípios abstratos, de ordem moral, os Estados Unidos afastaram-se de seus deveres de solidariedade para com o antigo Terceiro Mundo e lançaram-se em uma estratégia de domínio pela força, até mesmo nas galáxias. Desde Reagan, com exceção de Clinton, prevaleceu a idéia de que o investimento em *soft power* era sinal de fraqueza. A diretora passou a ser a construção de forças armadas capazes de assegurar militarmente, em todo o globo, os interesses norte-americanos.

Com isso, os Estados Unidos não se deram conta das transformações por que passava o mundo: a emergência do Islã, os fluxos migratórios que criam redes multiculturais no mundo ocidental, o dissenso interno no Ocidente, com a Europa dividida, a Nova Europa temerosa do que resultará da reconstituição dos escombros do mundo soviético e a Velha Europa aferrada à sua prosperidade, parca em ajudas bélicas, temerosa da "contaminação" racial e cultural.

Para não falar da China, que, embora seja aliada econômica e mesmo indispensável para reciclar a imensa dívida americana, se aproxima outra vez da Rússia, agora transformada em potência energética (gás e petróleo). Ambas atuarão, daqui para frente, com influência cada vez maior, na Ásia Central, no Oriente Médio e na África. Poderão ser fatores de equilíbrio, mas não renunciarão aos seus interesses. Nesse complicado quebra-cabeça, há ainda a Índia (*gigante adormecido*, em suas

inextricáveis castas, que desponta agora como potência econômica), um aliado necessário dos Estados Unidos para fazer frente a eventuais futuras ameaças chinesas ou islâmicas, o que explica o respaldo americano ao desenvolvimento de bombas atômicas por aquele país. Recentemente viu-se a China lançar mísseis destruidores de satélites, sinal de que também pode destruir armas na guerra das galáxias. E tanto a China como a Rússia vendem armamento, direta ou indiretamente, aos países belicosos do Oriente Médio.

Estamos longe, portanto, da paz universal e mesmo de uma situação de equilíbrio estável. Diante desse panorama, pergunto, que papel caberá a países de poder médio como o Brasil?

Alinhar-se fora do Ocidente (e fora de hora) poderá apenas causar males futuros. Alinhar-se automaticamente ao Ocidente tampouco é uma boa opção. Para começar, com que parte do Ocidente? Ser neutro pode ser uma opção, desde que não seja a solução dos impotentes. Então, o que fazer? Certamente o pior é cutucar a onça (melhor, as onças) com vara curta. Deixemos isso para os donos do petróleo.

Os Estados Unidos, encaçapados no Iraque, vendo crescer ao seu redor as novas-antigas potências, odiados pelo mundo islâmico, malvistos pelos africanos pobres, dependentes da muleta chinesa, mais cedo ou mais tarde, oxalá os democratas compreendam isso, precisarão de uma nova entente, menos belicosa e mais igualitária. O caminho da guerra e da mudança de regime já está perdido. Os americanos precisarão mais de uma política de contenção do que de uma vitória arrasadora, que não virá.

Quem sabe o Brasil possa ter um papel que dispense armas atômicas e sonhos de potência, mas que nos torne um país mais respeitado e nos dê tempo para robustecer nossa economia, melhorar a vida de nosso povo e ganhar o reconhecimento (como fez Nehru com a Índia) de que somos uma grande democracia que exerce a liderança em nossa região, assegura nela a paz e os vínculos ocidentais, mais pelo exemplo do que pela astúcia ou pela assertividade do poder, e que pode contribuir para a emergência de uma nova ordem política mundial. Esta, sem voltar às idéias de equilíbrio de poder, deveria pelo menos evitar desequilíbrios que nos levem a novas catástrofes.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Coisas da Política”, publicado pelo **Jornal do Brasil** de 06 de Janeiro de 2007.

O artigo da jornalista Ana Maria Tahan critica a postura do Presidente Lula. Enquanto os governadores eleitos tomam posse de seus estados, e entram em ação, reduzindo custos ao diminuírem cargos de confiança, salários e secretarias de governo, o chefe da Nação tira férias sem dizer o que pretende fazer

neste primeiro ano de seu segundo mandato na economia, no social e na política

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ana Maria Tahan

atahan@jb.com.br

Coisas da Política

Um descansa, outros trabalham

O PRESIDENTE LULA ESTÁ EM RECESSO. Tira férias sem dizer quem fica, quem sai, quem muda de endereço na Esplanada dos Ministérios. Pincelou, no discurso de posse, o que planeja neste primeiro ano do segundo mandato para a economia, o social, a política. Conversou com os pretendentes ao comando da Câmara, aceitou sem comentários o retorno de Ricardo Berzoini ao controle do PT. Autorizou o envio da Força Nacional para reforçar a segurança do Rio antes mesmo do Pan, acenou com alterações da legislação para punir crimes com mais rigor. Nada mais disse do muito que lhe foi perguntado e embarcou, ao que se sabe, para a casa de praia do ministro Márcio Thomaz Bastos em Iporanga, litoral paulista.

Enquanto o chefe da nação se bronzeia antes de mergulhar em 2007, os governadores se apossam dos Estados e entram em ação. Dezenove fecharam a semana com cortes de gastos, redução de secretarias, tesouradas em cargos comissionados e por aí fora. Em Brasília, o liberal José Roberto Arruda, com um rombo de R\$ 100 milhões, reduziu a menos da metade a equipe de secretários, ceifou 17 mil vagas de apadrinhados e transferiu para uma cidade satélite a sede do governo. Os amplos gabinetes se resumem agora a um andar, quase galpão, com os ocupantes do primeiro escalão e o próprio governador instalados em baías, economia de R\$ 30 milhões anuais com o aluguel de imóveis.

O SR ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o déficit habitacional brasileiro é uma das questões sociais mais delicadas a serem enfrentadas pelo Presidente Lula e pelos presidentes que o sucederem. Embora venha sendo enfrentado há décadas, trata-se de um problema que não dá mostras de que vá desaparecer no futuro próximo.

Os dados confiáveis mais atualizados de que dispomos sobre o assunto ainda são os divulgados no estudo “Déficit Habitacional no Brasil”, que o Ministério das Cidades, em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicou em 2005.

O relatório estima que o déficit habitacional absoluto – o número de moradias que precisam ser construídas do zero – seria de 7 milhões e 200 mil moradias, e que o déficit de adequação domiciliar – referente ao número de moradias que já existem, mas são praticamente inabitáveis –, por sua vez, seria superior a 12 milhões de unidades.

Esses números, referentes a 2005, certamente já estão em patamares mais elevados, pois muito pouco

No Rio, Sérgio Cabral mostra que está mesmo disposto a redesenhar a biografia dos últimos ocupantes do Palácio Guanabara. Com os 14 decretos assinados dia 1º, quer fechar o ano com redução de quase R\$ 3 bilhões nos gastos do Estado. Capitaneia o mutirão nos hospitais públicos, demite diretores que se rendem às dificuldades antes de enfrentar a primeira batalha, convoca pedreiros, ordena a compra urgente de medicamentos. Paralelamente, pede à União o envio da Força

Enquanto Lula se bronzeia, os governadores entram em ação

Nacional, a quarta mobilização para atazanar a vida de bandidos e permitir aos cidadãos recuperar a confiança em seus governantes. Os soldados treinados para atuar em conflitos urbanos somam-se aos policiais civis e

militares e a fardados das Forças Armadas, chamados a se integrarem à missão nas cercanias dos quartéis.

Tudo bem que ainda há muito a fazer. Os assaltos a turistas, na aventura que se tornou atravessar sem sobressaltos o caminho entre o Aeroporto do Galeão e a Zona Sul, retratam a distância entre o discurso e a prática. Foram espoliados no dia em que as vias expressas deveriam ostentar policiamento em dobro. Falhas de um esquema que ainda engatinha. Deficiências que não são privilégio do Rio. O vice-governador do Rio Grande do Sul foi assaltado na noite de quinta-feira, quando esperava abrir o semáforo num cruzamento de Porto Alegre. A violência e a criminalidade grassam pelo país, especialmente nas capitais e regiões metropolitanas.

Criminosos são capazes de se unir e expandir as fronteiras dos Estados, como os do Rio e São Paulo em que atiram, metralham e incendiam vidas sem remorso. Governadores se unem para combatê-los muito além dos discursos de campanha e de posse. Dia 9, os do Sudeste sentam à mesa pela primeira vez para traçar as linhas do plano que pretende matar, de inanição, facínoras da região.

Por tudo isso, a primeira semana do Ano Novo permite um vislumbre de esperança no futuro. Quem sabe, mensaleiros e sanguessugas tenham servido, pelo menos, para alertar políticos e aprendizes sobre a urgência de recuperar credibilidade. Enfrentar e vencer bandidos. Administrar com competência e seriedade.

... e a falta de férias no exercício da vida pública

foi feito, nos últimos dois anos, para combater a falta de moradias no País, que atinge, fundamentalmente, as classes menos privilegiadas.

O plano habitacional anunciado no segundo semestre de 2006, por exemplo, beneficiou apenas as famílias com renda igual ou superior a cinco salários mínimos, os 40% mais ricos da população brasileira. Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é justamente a fatia da população que menos precisa de auxílio habitacional! Cerca de 85% do déficit se concentra em famílias cuja renda familiar é inferior a três salários mínimos, ou R\$1.050,00!

Além disso, a oferta de crédito é superior nas regiões Sudeste e Sul, e sabemos que é justamente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste que se concentra a maior parcela do déficit habitacional brasileiro.

Em suma: as medidas adotadas pelo Governo Federal são praticamente inócuas para solucionar o problema do déficit habitacional, pelo simples fato de que o déficit habitacional atinge justamente a parcela da população que não está sendo assistida pelos programas do governo.

A classe média, porém, não está de todo livre de preocupações no que diz respeito à habitação. Quase

tão dramático quanto não ter um teto sob o qual viver é conviver com a perspectiva de, a qualquer momento, perder aquilo que se chama de casa, de lar.

Esse é o drama de pelo menos 30 mil famílias, ameaçadas de despejo com a chegada iminente do fim dos contratos de compra da casa própria assinados no final dos anos 80.

Sr. Presidente, o fim desses contratos, que deveria significar a realização de um sonho, é, pelo contrário, motivo de insônia para os mutuários. A maior parte dos contratos registra saldos devedores muito superiores ao valor de mercado do imóvel. Há casos em que os mutuários devem um montante equivalente a três vezes o valor estimado da casa que compraram.

Temos, portanto, milhares de famílias que, a partir de junho deste ano, enfrentarão essa realidade. Como seus contratos não foram cobertos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o futuro dessas pessoas depende da decisão que o Governo Federal tomar em relação ao total da dívida formada pelos monstruosos saldos devedores desses contratos.

Sr. Presidente, a conta desses saldos chega a R\$3,5 bilhões. Cada uma das 30 mil famílias deve, portanto, em média, R\$115 mil para os bancos. São famílias de classe média, que não têm a menor condição de arcar com esse valor.

Sendo assim, quem deve arcar com essa dívida? As opções estão na mesa, sendo estudadas por representantes das instituições bancárias e por técnicos do Governo. Independentemente do que for decidido, uma coisa é certa: a estratégia escolhida precisa, necessariamente, contemplar o perdão da dívida para o mutuário, ou, pelo menos, um desconto significativo.

Pois essa dívida, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é dos mutuários. Isso está cada vez mais pacificado, inclusive pela Justiça, que vem dando ganho de causa aos mutuários que têm recorrido aos tribunais exigindo a revisão dos contratos que assinaram – contratos que, por diversos motivos, especialmente de ordem econômica, tornaram-se desequilibrados em favor dos das instituições bancárias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho acompanhado de perto tudo que diz respeito ao setor habitacional no Brasil. Sou da opinião de que um lar digno é um dos requisitos básicos da cidadania.

A inclusão do direito à moradia no rol dos direitos sociais relacionados no artigo 6º da Constituição Federal, processo do qual participei ativamente como relator da PEC que resultou na Emenda Constitucional nº 26, foi o primeiro passo que demos no sentido de democratizar o acesso a um lar, especialmente para a parcela mais pobre da população.

Para avançarmos no sentido de um Brasil livre de sem-tetos, precisamos agir, simultaneamente, em duas frentes de batalha: na primeira, precisamos fornecer moradias a quem não tem onde viver, ou vive em condições subumanas, sem os requisitos básicos de higiene e segurança; e na segunda frente, precisamos aliviar a aflição

dos milhares de famílias que, tendo assinado contratos que se revelaram leoninos, vivem situações completamente surreais, em que devem um valor duas ou três vezes superior ao valor do bem que adquiriram.

A construção de moradias e o perdão da dívida dos mutuários em fim de contrato trarão benefícios inegáveis ao País, na forma de aumento da poupança e do consumo, geração de empregos no ramo da construção civil, mais áreas com saneamento básico e acesso a serviços públicos, redução dos níveis de criminalidade e, principalmente, o crescimento do número de cidadãos efetivos neste País. No Brasil dos nossos sonhos, os direitos individuais e sociais não são apenas letras no papel, mas os próprios fundamentos sobre os quais se ergue a realidade social.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

1. Há exatos quarenta anos, a 28 de fevereiro de 1967, por meio de decreto lei, o Governo Federal tomou uma decisão histórica. Criava-se, por aquele ato, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, esta SUFRAMA que já se inscreveu definitivamente na moderna história econômica do Brasil.

2. Compreender o papel desempenhado por essa autarquia, ao longo de quatro décadas, requer que se lance um olhar mais profundo sobre todo o processo de construção do Brasil moderno.

3. Indiretamente, a origem mais remota do hoje consolidado Pólo Industrial de Manaus pode ser identificada na política empreendida pelo governo Vargas, em pleno Estado Novo, consubstanciada no projeto da Marcha para o Oeste.

4. Anos depois, na segunda metade da década de 1950, o país conviveu com o sopro revitalizador e desenvolvimentista conduzido pelo extraordinário presidente Juscelino Kubitschek, sintetizado no mote que consagrou sua administração, os “50 anos em 5”.

5. Com JK, a questão da interiorização do desenvolvimento ganhou impulso formidável, de que a construção de Brasília foi a síntese perfeita.

6. A transferência da Capital para o Planalto Central foi a senha a partir da qual teve início a benfazeja – e absolutamente necessária desconcentração do investimento produtivo em nosso país.

7. A Zona Franca de Manaus foi o desdobramento natural desse processo histórico. E, sob o comando da Suframa, logrou vencer os inúmeros desafios, superou entraves e adversidades, adaptou-se a uma realidade sempre mutável e se consolidou plenamente.

8. Alguns números falam por si. Entre 1970 e 1990, enquanto o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 11,4 vezes, o PIB da Região Norte cresceu 18,5 vezes!

9. Sabem todos que, antes do advento da Zona Franca de Manaus, a Região Norte encontrava-se completamente estagnada em termos econômicos,

razão pela qual esvaziou-se e foi relegada ao mais absoluto abandono.

10. Entende-se, pois, o sentido de sua criação: em primeiro lugar, o que se pretendia era atenuar os desequilíbrios regionais e intra-regionais da Amazônia.

11. Na prática, o projeto visava, simultaneamente, compensar a distância que separava a Amazônia dos grandes centros de produção e de consumo do País, além de estimular a estratégica e efetiva ocupação dessa gigantesca porção do território nacional.

12. Justamente por assim ser, Senhor Presidente, a SUFRAMA sempre teve o cuidado de atuar em três vertentes complementares: a industrial, a comercial e a agropecuária.

13. Assim, a partir da criação de um pólo de forte densidade econômica, seria possível atrair para a Amazônia os investimentos de outras regiões, cuja repercussão imediata seria a criação de milhares de empregos e o aumento das receitas em divisas.

14. A Suframa cumpriu seu papel. Nem tudo foi fácil, bem o sabemos. Sua maior virtude residiu – e permanece de pé – na capacidade de reorientar-se conforme a evolução da economia nacional e mundial.

15. Assim, soube responder, por exemplo, ao enorme desafio representado pela abertura da economia brasileira no início dos anos 1990, que se fez acompanhar de forte redução na capacidade produtiva do país.

16. Mudanças na legislação, ao lado da vontade férrea de superar uma conjuntura adversa, permitiram a recuperação da Zona Franca a partir de 1993.

17. Em 1996, por exemplo, o faturamento atingia 13,2 bilhões de dólares. Dez anos depois, chegava a 20 bilhões de dólares.

18. No ano passado, uma vez mais, o recorde foi batido e o faturamento ficou em torno de 22 bilhões de dólares.

19. Há outro aspecto a ser considerado ainda. Refiro-me à qualidade da mão-de-obra amazônica. Ela está na base do êxito da experiência de modernização econômica da região.

20. Alguns dados, entre inúmeros outros, atestam a veracidade da afirmativa.

21. Sabe-se que, hoje, enquanto os trabalhadores japoneses entregam pronta uma motocicleta em 46 segundos, em Manaus esse tempo cai à metade, para cerca de 20 segundos.

22. Na indústria ótica, enquanto o padrão internacional gira em torno de 800 lentes fabricadas em oito horas de trabalho, em Manaus esse quantitativo simplesmente dobra, sendo fabricadas 1,6 mil lentes em igual período.

23. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não ficaria em paz com minha consciência se, além de saudar efusivamente todos os que contribuíram para esses 40 anos de profícua atividade da Suframa, não abordasse um tema que considero, nos dias de hoje, rigorosamente fundamental. Digo funda-

mental não pensando apenas em minha região, mas com o olhar voltado para o conjunto do País.

24. No momento em que o Brasil se prepara para entrar na era da televisão digital, não posso sequer imaginar que ocorra a alguém impedir que Manaus se constitua no grande pólo desse extraordinário avanço tecnológico.

25. Não se trata, em absoluto, de mero bairrismo. Muito menos posso vislumbrar a existência mesquinha de mera guerra fiscal entre regiões brasileiras para sediar o projeto. Apenas lembro, e faço questão de enfatizar isso, que o surgimento da Suframa integra um projeto muito maior que a própria região.

26. O que sempre esteve em jogo, no passado como no presente, é, isto sim, um projeto estratégico para o Brasil!

27. Não compreender isso significa desconhecer as necessidades nacionais. Significa jogar para o alto o esforço de gerações voltado para a construção de uma geopolítica brasileira que garanta, efetivamente, a integração nacional e a redução de históricas desigualdades regionais e sociais.

28. Ao provar e comprovar sua capacidade, a Zona Franca de Manaus obteve êxito indiscutível na geração de um núcleo industrial dinâmico na Amazônia. Mais: historicamente, esse núcleo baseou-se em indústrias de tecnologia de ponta, dentre as quais se destaca o setor eletroeletrônico.

29. A Suframa conseguiu, pois, oferecer à Amazônia uma alternativa viável para a promoção do desenvolvimento sustentável.

30. Não exagero se disser que ela forjou uma identidade econômica para a região, onde antes havia o vazio, o desalento e a falta de perspectivas.

31. Por tudo isso, reitero minha posição de que nenhuma outra região brasileira dispõe do conjunto de condições apresentado por Manaus para ser o pólo da nova era da TV digital que começamos a percorrer. Mais que tudo, é questão de justiça, que o Pólo Industrial de Manaus detenha o direito de produzir os televisores digitais de que o Brasil fará uso em breve.

32. Por último, mas não menos importante, trata-se da reiteração de um projeto estratégico que, sendo bom para a Amazônia, ótimo será para o Brasil.

33. Que pensemos nisso. Que o Poder Executivo esteja atento à questão e consciente da decisão que irá tomar.

34. O Brasil não pode, não deve e não admitirá um retrocesso que uma decisão em contrário representaria, em tudo e por tudo imperdoável.

35. A trajetória da Suframa faz de sua pretensão de sediar o pólo de TV digital brasileira um ato de justiça. Para o bem do Brasil!

Muito obrigado!

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT – Sem apanhamento taquigráfico)

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores;

É com tristeza que ocupo hoje a tribuna desta Casa para registrar uma posição incômoda para meu Estado, Mato Grosso, que oferece quatro de seus municípios para o vergonhoso ranking das dez cidades com maior taxa de homicídios do país, conforme mostra uma pesquisa divulgada, esta semana, pela Organização dos Estados Ibero-Americanos. Lastimavelmente, Colniza, na região Noroeste, figura como a mais violenta do Brasil, seguida de perto por Juruena, no mesmo quadrante territorial. São José do Xingu aparece em quinto lugar e Aripuanã surge na oitava colocação.

Todos, municípios próximos e com perfil sócio-econômico semelhante. Retrato da desordem da segurança pública do país e reflexo da incompetência dos governos estadual e federal na formulação de políticas públicas que gerem oportunidades em áreas de forte tensão pela ocupação da terra e de estagnação absoluta da economia local.

O estudo da O.E.I. indica Colniza como o município mais violento porque concentra um número de 165,3 homicídios entre os anos de 2002 e 2004. A estatística foi alcançada levando em conta grupos de 100 mil habitantes. Ou seja, proporcionalmente, a cidade mato-grossense é a líder em assassinatos no país. Somente em 2004 foram registrados 18 casos de mortes naquela localidade. Outro aspecto alarmante deste relatório é que, em nível de Brasil, as maiores vítimas são jovens e negros, mostrando que a falta de educação e a discriminação racial ainda são os principais combustíveis da violência urbana.

O combate à violência deixou de ser uma questão meramente policial e tornou-se uma equação de natureza econômica e social. Vivemos uma guerra civil mal disfarçada, onde excluídos e miseráveis se matam num campo de batalha sem honra e sem lei. É a banalização da morte. Uma mutilação dolorosa de nossa sociedade, que assiste impotente ao extermínio de seus filhos.

Colniza é agora um símbolo de nossas mais perversas angústias, do sofrimento e da dor de um país que contabiliza suas vítimas misturando lágrimas à impunidade.

Infelizmente, nossa legislação está repleta de subterfúgios que acobertam os malfeitores, protegem os facínoras e criam salvo-condutos para a criminalidade. Nosso maior flagelo não são as balas perdidas que riscam a autodeterminação de nossa gente; mas sim, a falta de vocação de nossas leis para castigar os transgressores. Porque não podemos fazer justiça a bandidos; aos bandidos simplesmente devemos punir.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores;

Quando nossas consciências são açoitadas pela brutalidade de crimes como aquele cometido contra o menino João Hélio, há poucos dias no Rio de Janeiro, logo reagimos, aqui no Congresso Nacional, com discursos inflamados e propostas contundentes. Precisamos fazer com que nossa indignação se converta em ações concretas para o refreamento da violência no país. Aliás, este foi o tom do comentário do jornalista Alexandre Garcia, no “Bom Dia Brasil” desta quarta-feira. Ele tem razão: nossa gente não suporta mais tamanha indiferença do poder público. A morte é vizinha de cada brasileiro. Um pai de família que sai para trabalhar cedo, carrega sempre a dúvida se voltará à noite para a casa.

Muitos projetos tramitam neste Parlamento, no sentido de aprimorar a legislação no que tange a implementação de mecanismos de combate ao

crime. Sabendo da relevância destas iniciativas, proponho que a presidência do Congresso Nacional crie uma comissão de senadores e deputados para compilar estas idéias, transformando-as no arcabouço de um Programa Nacional de Segurança Pública e Combate à Violência.

Acredito que nascerá do Legislativo um documento que traduzirá as aspirações da maioria do povo brasileiro. Porque só conseguiremos debelar o crime com idéias, com uma nova postura dos institutos de segurança e, sobretudo, com investimentos em educação e na transferência de renda para a população mais carente. Não se combate mais o crime à bala; temos que enfrentá-lo com inteligência e ousadia. A ousadia de acreditar que podemos vencê-lo!

Cada criança na escola, cada jovem profissionalizado e cada adulto empregado é um cidadão a mais e um soldado do crime a menos nas ruas. Temos que combater a morte com a vida. Temos que encarar o terror com a promessa de futuro, e temos que vencer o crime com a esperança! Nossa arma é a paz! Sem, contudo, renunciarmos a punição dos faltosos.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores;

Voltando aos alarmantes índices de Mato Grosso, onde Colniza, Juruena, São José do Xingu e Aripuanã figuram entre os municípios mais violentos do país, os especialistas creditam à forte corrente migratória os efeitos na criminalidade, conforme revelou a matéria “Mapa da violência mostra onde o risco de morrer é maior”, assinada pela jornalista Leila Suwwan, da Folha de São Paulo. De fato, nesta região existem bolsões de conflito fundiário, onde a posse pela terra, muitas

vezes, suscita confrontos entre posseiros, grileiros e legítimos proprietários. Isto se deve, principalmente, à morosidade com que é tratada a regularização dos títulos de propriedade. Por isso, estou encaminhando expediente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pedindo a instalação de uma delegacia do Incra no Norte de Mato Grosso. Pois, se a luta pela terra pode ser uma das causas deste flagelo, então devemos combatê-la com urgência e eficiência.

Mas, lamentavelmente, as raízes da violência são mais profundas e será preciso um esforço titânico das várias esferas do poder público e também da sociedade para reverter este quadro. Devemos ser vigilantes e caminhar serenamente a cada dia, passo a passo, em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Pois somente com justiça e igualdade, vamos nos tornar uma comunidade mais fraterna e menos violenta.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– Nada mais havendo a tratar e desejando que Deus proteja a todos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 6, às 14 horas, com ordem do dia designada.

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 331, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 331, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de setenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 15-3-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 332, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 332, de 2006, que *abre crédito*

extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de nove bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e sessenta e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 18-3-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 333, DE 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 333, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 25-3-2007

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

5

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 64, DE 1999**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 81, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que acrescenta o art. 174-A

à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.

Pareceres sob nºs 270, de 2004, e 75, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável; e 2º pronunciamento: sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, acolhimento parcial das Emendas, nos termos da Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 59, DE 2005**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 37, DE 2004**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea d do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 49 minutos.)

(O.S 10826/2007)

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Publique-se, em

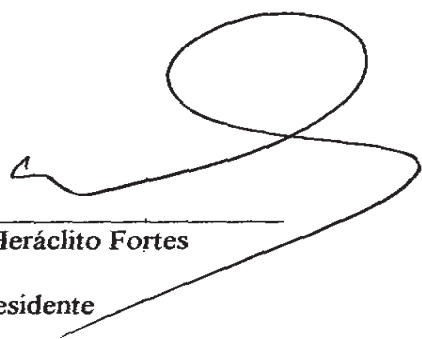
Senador Heráclito Fortes

*Publique-se em
208 F 1/3/07
7*

CONVOCAÇÃO

Convoco os senhores membros filiados ao Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, para uma reunião a realizar-se na terça-feira, dia 06 de março, das 09hs00 às 11hs00, no gabinete do Senador Heráclito Fortes, Presidente do Grupo brasileiro da União Interparlamentar, a fim de eleger a **Comissão Deliberativa** para o período de 2007 a 2010 e a **Comissão Diretora** para o biênio de 2007-2008.

Brasília, 28 de fevereiro de 2007.

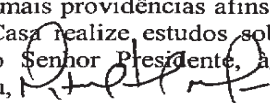


Senador Heráclito Fortes

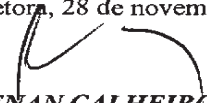
Presidente

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2007

Às dez horas do dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores: Renan Calheiros, Presidente; Tião Viana, 1º Vice-Presidente; Álvaro Dias, 2º Vice-Presidente; Efraim Moraes, Primeiro-Secretário; Gerson Camata, Segundo Secretário; César Borges, Terceiro Secretário; Magno Malta, Quarto Secretário; e Papaléo Paes, como Suplente. Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente, concedeu a palavra ao Dr. Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado Federal e Secretário da Comissão Diretora, que fez a exposição do Plano de Ação para o biênio 2007/2008, enumerando os seguintes tópicos, com vistas à aprovação: 1) Abertura de 15 canais retransmissores da TV Senado em sinal aberto (UHF). No biênio anterior, já sob o comando do Presidente Renan Calheiros, foram abertos três canais: Salvador, Manaus e João Pessoa. No segundo biênio, deverão ser inaugurados dois canais na cidade do Rio de Janeiro, um na cidade do Gama (DF), e ainda, em Recife, Fortaleza, Belém, Maceió, Natal, Cuiabá, Boa Vista, Goiânia e Campo Grande; 2) Abertura de 12 emissoras em Freqüência Modulada (FM) da Rádio Senado nas cidades de Salvador, Porto Velho, Porto Nacional (TO), Manaus, Maceió, Macapá, Cuiabá, Fortaleza, Florianópolis, Campo Grande, Boa Vista e Rio de Janeiro; 3) Adequação da estrutura da TV Senado para operação com o sistema digital, incluindo-se aí treinamento para jornalistas, técnicos e engenheiros; 4) Criação do Portal Multimídia do Senado Federal, no âmbito da Agência Senado, para integrar no mesmo espaço digital as informações sobre as atividades legislativas veiculadas por

todos os órgãos de Comunicação da Casa, facilitando enormemente o acesso dos internautas; 5) Ampliação das atividades da Rádio-Agência de Notícias que, no biênio 2005/2006, atingiu a marca de mil emissoras conveniadas para retransmissão, em diversas regiões do país, de programas produzidos pela Rádio Senado; 6) Implantação das medidas decorrentes do cadastramento dos leitores do *Jornal do Senado*. Em razão desse trabalho, a tiragem do jornal semanal caiu de 53 mil exemplares, para 38 mil, atingindo o público que realmente tem interesse em acompanhar as atividades da Casa, além de ter permitido melhor conhecimento do perfil dos leitores do *Jornal* (por idade, sexo, nível de instrução, etc); 7) Implantação de um *clipping* eletrônico e impresso, produzido pelo próprio Senado, estendendo o compilação de notícias também para jornais regionais, e não-somente os nacionais. Atualmente, o Senado utiliza o *clipping* de mídia impressa da Radiobrás; 8) Realização de pesquisas sobre a qualidade da programação dos veículos de Comunicação do Senado, tanto junto ao público interno, quanto ao externo; 9) Ampliação das pesquisas e enquetes realizadas pela Secretaria de Pesquisa e Opinião (SPOP), do Senado Federal, de modo a melhor subsidiar os trabalhos legislativos; 10) Implantação do novo sistema de impressão gráfica, com a aquisição de equipamentos para oito cores, frente-e-verso, com capacidade para 13 mil impressões por hora, no formato 76 x 112 cm, o que elevará nosso parque gráfico a um novo padrão de qualidade; 11) Ampliação do sistema de impressão em *braille* de 300 folhas para 2.400 folhas/dia e cadastramento das instituições brasileiras de deficientes visuais, o que irá permitir, no próximo biênio, melhor distribuição das obras em *braille* editadas pelo Senado; 12) Publicação de novos livros de grande importância acadêmica, mas que não despertam interesse no circuito comercial das editoras. Destacam-se aí obras de legislação ambiental a partir da Conferência de Nairobi; volume único da Legislação Financeira e Tributária do Brasil; implementação da coleção dos Direitos Sociais, incluindo Direitos da Saúde, Assistência e Previdência Social e Direitos da Mulher e Legislação Antidrogas; 13) Adoção de novas medidas decorrentes do convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que irão contribuir de forma ainda mais ampla para integrar e modernizar os legislativos de todo o País. Destaque-se aí a instalação de bibliotecas básicas em cerca de duas mil Câmaras Municipais; 14) Digitalização de todo o acervo de áudio, vídeo e foto da Instituição e implementação de sistema de captura e armazenamento digital, pelo CEDOC Multimídia, para otimizar os trabalhos da SECS e STEL. Com isso, o Senado estará inserido na vanguarda de preservação do patrimônio histórico mundial. São objetivos dessa tarefa: converter para o formato digital todo o acervo audiovisual do Senado Federal; implementar sistema de gerenciamento e preservação digital dos documentos audiovisuais; definir política de gestão arquivística do acervo audiovisual; e criar rede legislativa de arquivos audiovisuais; 15) Troca do Sistema de votação, incluindo novo painel com características *multimídia*; 16) Implantação da *Ordem do Dia* nas comissões à semelhança do plenário; 17) Inauguração de novo portal do Orçamento da União que permitirá o acompanhamento de sua execução; 18) Implantação do Projeto *LexML Brasil*, que possibilitará a integração operacional entre os diversos órgãos e maior facilidade na busca de informações jurídicas e propostas legislativas; 19) Inauguração do *portal das assessorias parlamentares* para viabilizar o acompanhamento do processo legislativo nos diversos órgãos e esferas desse Poder; 20) Aumento da velocidade de comunicação da rede local com as residências oficiais (de 10 mbps para 200 mbps); 21) Instalação da rede de comunicação sem-fio em todos os gabinetes e em diversos ambientes do Senado Federal; 22) Oferecimento pelo Instituto Legislativo Brasileiro - ILB, órgão de treinamento do Senado Federal, no ano de 2007, de 74 cursos presenciais e 27 cursos a distância, além de atendimento de solicitações de cursos específicos que estão em análise e preparação; 23) Ampliação, pelo ILB, dos programas de treinamento dos servidores da Casa, e também dos cursos destinados a funcionários e profissionais que atuam no âmbito dos Poderes Legislativo - nacional e internacional -, Executivo e Judiciário, além de outros órgãos com os quais o Senado Federal mantém acordo de cooperação técnica institucional. **O Plano de Ação aqui apresentado foi aprovado por unanimidade.** Em seguida, os Senhores Senadores Álvaro Dias, Magno Malta e Gerson Camata, propuseram estudos para implantação da TV Senado em "sinal aberto", respectivamente, nas cidades de Curitiba/PR e Vitória/ES. A Comissão Diretora recomendou que a Secretaria de Comunicação Social apresente, na próxima reunião, uma proposição para a matéria. A Comissão determinou ao Diretor-Geral que constitua uma Comissão Especial para tornar o Senado modelo em preservação ambiental, a exemplo do que aconteceu com o programa de acessibilidade, incluindo, nas próximas aquisições de automóveis, aqueles que poluem menos, bem como redução do consumo de papéis – com a utilização de papéis recicláveis, redução do consumo de energia elétrica e demais providências afins. Por fim, o Senador Álvaro Dias, apresentou sugestão para que a Administração da Casa realize estudos sobre a constante redução de gastos desta Instituição. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e trinta minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu,  (Agaciel da Silva Maia), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 28 de novembro de 2007.


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 061 , DE 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, conferidas pelo Art. 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, conforme a redação dada pela Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial de Planejamento e Orçamento do Prodasen - COPLAN, com o objetivo de assessorar a Diretoria da Secretaria Especial de Informática - Prodasen, nas atividades relacionadas aos seus processos de planejamento e orçamento.

Art 2º - Designar para compor a Comissão na qualidade de Presidente a servidora KARLA KALUME REIS, matrícula 103448/PD, como seu Substituto o servidor MÁRIO ROBERTO DE AGUIAR, matrícula 105135/PD e como membros os servidores, LUIZ EDUARDO DA SILVA TOSTES, matrícula 104799/PD, JOÃO JORGE SQUEFF, matrícula 105494/PD, JOSÉ ROBERTO CEOLIN, matrícula 102638/PD, HELENA RODRIGUES BARROS, matrícula 103266/PD, JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA, matrícula, 104763/PD, EDWARD CATETTE PINHEIRO FILHO, matrícula 100630/PD, DEOMAR ROSADO, matrícula, 104842/PD, RICARDO VIANA DE CAMARGO, matrícula, 102067/PD, LIANA LAURA BAHIA DE MENEZES, 105240/PD e FLÁVIO ROBERTO DE ALMEIDA HERINGER, matrícula, 105032/PD.

Art. 3º - Dar-se-á a referida Comissão referência categoria nível I.

Art. 4º - Fixa o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

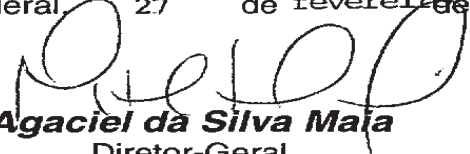
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 062 , DE 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

I – Prorrogar, pelo prazo de 90 (noventa) dias, os trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 39, de 2007, do Diretor Geral, incumbida de implantar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no banco de dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos servidores ativos, inativos, comissionados e pensionistas da Secretaria Especial de Informática;

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2007.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 2007.


Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2065 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 003247/07-4,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a RITA MARIA DE LIMA BERNARDO, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor FRANCISCO DE ASSIS BERNARDO, matrícula 26170-ERGON, a partir da data do óbito, 03/02/2007.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2228 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.378/07-8.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, ~~do~~ servidor **SÍLVIO FERNANDO VIEIRA CORREIA**, Analista Legislativo, Área 2, Nível III, Padrão 45, nos termos do art. 8º, incisos I, II e III, alíneas "a" e "b" da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, na forma assegurada pelo Art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994 e no Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, c/c o Acórdão nº 2076 de 2005-Plenário TCU, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de março de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

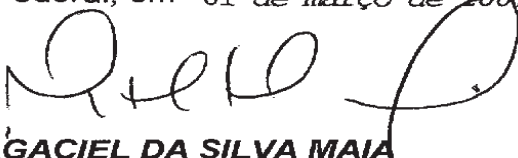
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2229 , DE 2007**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

R E S O L V E:

alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOAQUIM ALVES SÃO PEDRO FILHO**, matrícula nº 172574, ocupante do cargo, em comissão, de Assessor de Imprensa – SF-02, para o de Assessor Técnico – SF-02, e sua respectiva lotação do Gabinete da Presidência, para o Gabinete do Senador Renato Casagrande, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 01 de março de 2007.



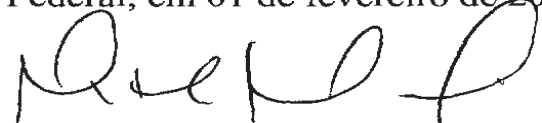
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2230 , DE 2007**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 628, de 2007, publicado no BAP nº 3658-S1 que exonerou a servidora **PATRÍCIA MAZZILLI CÂNDIDO**, matrícula nº 173815, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador José Jorge.

Senado Federal, em 01 de fevereiro de 2007.



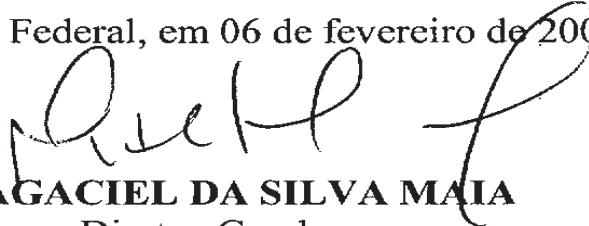
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2231 , DE 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 2105, de 2007, publicado no BAP nº 3661-S8 e alterar o cargo em comissão e a lotação do servidor **CLAUDIO SIQUEIRA BARBOSA**, matrícula nº **189379**, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria para Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Neuto de Conto.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
PTB
PSB
PL
PPS

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:

Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 308 PÁGINAS